



REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

ANUÁRIO COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

ANO 2019 edição 31 e 32

revista de ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA

ISSN 2183-9239 em linha

ISSN 2183-9115 dvd

EDIÇÃO CHRYS Chrystello ©2001-2019

PROJETO DO ANUÁRIO / ANTOLOGIA DOS COLÓQUIOS

- Dentre as conclusões do 13º colóquio da lusofonia (Florianópolis 5-9 abril 2010) salienta-se a 22ª:
- Malaca Casteleiro sugeriu que em cooperação com a Academia Brasileira de Letras, Academia Galega da Língua Portuguesa, Universidades, Politécnicos e outras instituições se valorizem as publicações de trabalhos das Atas/Anais, fazendo-se um/a Anuário/Antologia em edição conjunta para diversos países e regiões em formato de papel, selecionadas por um júri científico a nomear. Analisada esta proposta e dadas as muitas centenas de trabalhos apresentados ao longo destes anos e constantes das Atas/Anais, sugeriu-se o seguinte:
- 1º. Nomear Evanildo Bechara, Malaca Casteleiro e Ângelo Cristóvão representando as três Academias, para o júri científico que irá analisar as obras a publicar em Anuário/Antologia.
 - 2º. A fim de evitar trabalho excessivo por parte dos membros do júri, o Presidente da Comissão Executiva, com o apoio dos escritores Cristóvão de Aguiar e Vasco Pereira da Costa fez uma seleção prévia das mais de 600 apresentações de trabalhos para enviar ao júri, que deliberou quais as obras merecedoras de constarem, pelo seu valor científico e outros, na referida Antologia/Anuário.
 - 3º. Designa-se como editor da obra a Calendário das Letras (Francisco Madruga) que preparará a edição em escrita unificada de acordo com o 2º protocolo modificativo do Acordo ortográfico.
 - 4º. O custo da edição será suportado pelas entidades que assinaram protocolos com os colóquios mais a Academia Brasileira de Letras e a Academia Galega da Língua Portuguesa, sendo uma edição conjunta dos Colóquios da Lusofonia com a chancela daquelas duas Academias.
 - 5º. A edição e distribuição no Brasil poderiam ser efetuadas pela própria Academia Brasileira a fim de evitar custos de transporte.
 - 6º. A distribuição em Portugal e Galiza da obra editada ficaria a cargo da editora e das entidades com as quais os Colóquios têm convénio de cooperação, as quais teriam o respetivo crédito na capa/contracapa da obra.
 - 7º. A obra seria publicamente divulgada num dos próximos colóquios
 - 8º. Considerando a dificuldade de estabelecer uma metodologia capaz de selecionar entre mais de seiscentas obras apresentadas desde o 1º ao 13º colóquio para constarem da publicação do Anuário/Antologia representativo da variada gama de temas e subtemas em discussão ao longo dos anos decidiu-se:
 - a. Excluir da pré-seleção de 132 trabalhos todas as obras que foram objeto de publicação em Atas/Anais na forma de livro.
 - b. Incluir apenas as que ainda não haviam sido publicadas em Atas/Anais na forma de livro
 - c. Foram critérios primários de seleção a escolha de obras que pudessem refletir a variedade de temas em debate e a orientação geral dos colóquios da lusofonia relativamente a TRADUÇÃO, LÍNGUA PORTUGUESA NA GALIZA, ACORDO ORTOGRÁFICO 1990, QUESTÕES E RAÍZES DA LUSOFONIA, AÇORIANIDADES E INSULARIDADES, AUTORES AÇORIANOS, LÍNGUA PORTUGUESA NO MUNDO E SEU RELACIONAMENTO COM CRIoulos E OUTROS IDIOMAS
 - d. Nenhum autor poderia ter mais do que um trabalho na seleção final
 - e. Os temas apresentados teriam de ser inovadores ou revelar facetas menos conhecidas e divulgadas dos temas que debatiam nos anos em que não se publicaram Atas em livro.
 - f. Cada colóquio teria de ter, pelo menos, uma obra selecionada entre as que foram apresentadas
 - g. Os temas apresentados deveriam poder servir para divulgar o caráter abrangente das nossas temáticas e das nossas preocupações com a preservação e fortalecimento da língua portuguesa falada e trabalhada em todos os pontos do mundo, independentemente de ser língua oficial desses países ou comunidades
 - h. Findo este processo escolheram-se 25 autores e obras para publicar numa versão em papel do Anuário/Antologia, que propusemos às 3 Academias da Língua Portuguesa.
 - 9º. Posteriormente e dados os custos elevados da edição a direção da AICL decidiu não publicar e colocar duas versões em linha no portal www.lusofonias.net, uma completa e outra, uma edição reduzida com as obras selecionadas que era a versão que se queria editar em papel. Em 2016 decidimos colocar ANUÁRIOS organizados por ano. Esta é a versão completa do ano de 2018.

O Presidente da Direção
- AICL, Colóquios da Lusofonia,
J. CHRYS CHRYSTELLO



31º COLÓQUIO DA LUSOFONIA BELMONTE

1. [AGENOR FRANCISCO DE CARVALHO](#)
2. [ANNA KALEWSKA](#)
3. [ANTÓNIO BARBEDO DE MAGALHÃES](#)
4. [CHRYSTELLO](#)
5. [EVANILDO BECHARA](#)
6. [JOANA PINHO](#)
7. [JOÃO MALACA CASTELEIRO](#)
8. [JOSÉ ANDRADE](#)
9. [JOSÉ DE ALMEIDA MELLO](#)
10. [LUCIANO J DOS SANTOS PEREIRA](#)
11. [MARIA DO SOCORRO PESSOA](#)
12. [MARIA HELENA ANACLETO-MATIAS](#)
13. [PEDRO PAULO CÂMARA](#)
14. [PERPÉTUA SANTOS SILVA](#)
15. [RAUL LEAL GAIÃO](#)

32º COLÓQUIO DA LUSOFONIA GRACIOSA

16. [ÁLAMO OLIVEIRA](#)
17. [ALEXANDRE BANHOS](#)
18. [CAROLINA CORDEIRO](#)
19. [CHRYSTELLO](#)
20. [FEDUARDO BETTENCOURT PINTO](#)
21. [FÉLIX RODRIGUES](#)
22. [HILARINO DA LUZ](#)
23. [JORGE ARRIMAR](#)
24. [LUCIANO J DOS SANTOS B PEREIRA](#)
25. [MARIA HELENA ANACLETO-MATIAS](#)
26. [MARIA JOÃO RUIVO](#)
27. [MARIANA BETTENCOURT](#)
28. [REINALDO FRANCISCO DA SILVA](#)
29. [ROLF KEMMLER](#)

REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS, LÍNGUA E LITERATURA, DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

31º COLÓQUIO DA LUSOFONIA BELMONTE

Pág. 4

1. AGENOR FRANCISCO DE CARVALHO, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

TEMA 3.5. *FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LP PARA ACOLHIMENTO DE ESTUDANTES IMIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS*, AGENOR FRANCISCO DE CARVALHO – UNIVERSIDADE DE AVEIRO - UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL, DOUTORAMENTO EM EDUCAÇÃO – LEIP/CIDTFF E DEP/UA, AGENORCARVALHO@UA.PT, MARIA HELENA ANÇÃ, UNIVERSIDADE DE AVEIRO – PT, LEIP/CIDTFF E DEP/UA, MARIAHELENA@UA.PT, MARIA DO SOCORRO PESSOA, UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA, LEIP/CIDTFF E DEP/UA, MSPESOA@UA.PT

Esta comunicação intenciona apresentar o projeto de investigação de doutoramento em curso, na Universidade de Aveiro, sob orientação da Prof.^a Doutora Maria Helena Ançã e coorientação da Prof.^a Doutora Maria do Socorro Pessoa. A investigação tem por objetivo fulcral estabelecer o desenho curricular de um Curso de Letras/Língua Portuguesa para Universidade Federal de Roraima, em Boa Vista, capital do Estado de Roraima, na qualidade de Português como Língua de Acolhimento (PLA) de estudantes imigrantes e refugiados venezuelanos e ainda identificar as políticas educacionais adotadas pelo Estado brasileiro no acolhimento de estudantes imigrantes/refugiados venezuelanos nas regiões atingidas pelo fluxo migratório.

De acordo com dados da ONU, 2,3 milhões de venezuelanos deixaram o país em dois anos; e somente para o Brasil, em 18 meses, 128 mil imigrantes venezuelanos cruzaram a fronteira, cujos filhos, em idade escolar, deveriam ser acolhidos no sistema educacional. As licenciaturas buscam atender às diretrizes da política nacional de educação, entretanto, há uma distorção entre o que está previsto e aquilo que é realizado.

Na academia, os estudantes recebem o suporte teórico, mas nas escolas deparam-se com situações desafiadoras. A investigação terá uma abordagem qualitativa e tomará por base o estudo de caso: o curso de Letras, escolas públicas das séries finais do ensino médio e gestores escolares. Assim, será possível estabelecer as políticas linguístico-didáticas que possibilitarão o ensino do PLA na formação de professores.

O objeto de discussão será o desenho do marco teórico-metodológico resultante das investigações iniciais do projeto.

Palavras-chave: Políticas Linguístico-didáticas, Português como Língua de Acolhimento, estudantes imigrantes/refugiados venezuelanos em Roraima, Interculturalidade, formação de professores.

A formação de professores de Língua Portuguesa para o acolhimento de estudantes imigrantes/refugiados venezuelanos tem-se mostrado um dos grandes desafios da educação brasileira, na contemporaneidade. O país, recentemente, havia sido o destino de milhares de imigrantes haitianos; agora depara-se com o movimento de venezuelanos a fugir da crise instalada naquele país. Esta comunicação tem por base a investigação em repositórios, de artigos dos últimos quinze anos e livros básicos que mais se aproximam do tema. Através da revisão sistematizada para este texto foram analisadas contribuições textuais em Língua Inglesa, Espanhola e Língua Portuguesa e apresentados alguns resultados.

Fez-se necessária uma breve abordagem sobre os fluxos emigratórios do Haiti e da Venezuela, para fins de contextualização. Foram observadas as tendências atuais de acolhimento de imigrantes/refugiados nos Estados Unidos e União Europeia, analisando-se também, a legislação brasileira pertinente. Da mesma forma, buscou-se, identificar e analisar os conceitos de: língua de acolhimento, língua materna, estatuto linguístico, competência plurilíngue, pluricultural, multicultural, intercultural, que se mais se relacionam com o objeto da investigação.

Com a entrada, em massa, de haitianos, no Brasil, no começo do ano de 2010, o governo brasileiro identificou o distanciamento entre a legislação existente e a realidade, razão pela qual, foi feita a alteração do Estatuto dos Estrangeiros, aprovado no ano de 2017 (Brasil, 2017). Somente entre os anos de 2010 e 2016, 73 mil haitianos pediram refúgio no Brasil, em decorrência da situação crítica no Haiti, após o terremoto de 2010. No entanto, as questões econômicas ou ambientais, não se enquadram ao direito ao refúgio. Refugiados são pessoas que sofrem algum tipo de perseguição individual motivada por posicionamento político, raça ou nacionalidade, ou ainda que fogem de situação generalizada de violação dos direitos humanos. Dessa forma, os haitianos não poderiam ser acolhidos pelo estatuto de Refugiados, cuja Lei 9474/1997 definiu os mecanismos para a sua implantação. A solução dada foi a concessão do título de ajuda humanitária. O Estado brasileiro ainda estava a atender ao fluxo migratório de haitianos quando começou a receber cidadãos venezuelanos, em fuga da crise política e econômica, que se agravava naquele país vizinho.

A crise política e econômica na Venezuela tem sua origem no fato da sua economia assentar-se num único produto – o petróleo. A convergência da acentuada queda dos preços do petróleo no mercado internacional, de problemas de gestão e da forte drenagem de receitas para a manutenção dos programas governamentais, comprometeram, gravemente, a capacidade de investimento na ampliação e na modernização das atividades de extração, refino e comercialização de petróleo e derivados, base da economia venezuelana. A inibição das receitas de exportação se soma ao encarecimento das importações propiciadas pela depreciação cambial e pelo rígido controle sobre o comércio de divisas, alimentando o *déficit* comercial, observado desde 2013. O desabastecimento interno e o processo inflacionário, representam a faceta mais visível do desequilíbrio econômico.

Segundo Wilson Cano:

Um país como a Venezuela, de frágeis bases agrícolas e industriais e cuja economia está centrada na produção de petróleo, ao abrir sua economia e desregulamentá-la, tem poucas chances de “competir eficientemente” no mercado mundial dos países desenvolvidos, salvo em petróleo, o que evidencia a imprescindível necessidade de diversificar internamente sua economia, ampliar seu mercado interno via distribuição de renda e emprego e ampliar seu grau de integração econômica com os países subdesenvolvidos. (2002: 115)

Tal crise se arrasta desde o ano de 2002, quando o preço do petróleo sofreu uma queda vertiginosa. Durante o governo de Hugo Chávez, diante da crise econômica, o Congresso Nacional foi dissolvido e implantado um projeto de assistência à população. Tal projeto, em razão da própria crise econômica, traduziu-se no fracasso. Com a morte de Chávez e assunção do poder por Nicolás Maduro, a situação do país é agravada com a deterioração das instituições venezuelanas, em razão até mesmo de decisões políticas equivocadas, dentre as quais o fechamento da fronteira com a Colômbia.

De acordo com dados da ACNUR/ONU até o final do ano de 2018, uma leva de mais de 2,3 milhões de cidadãos venezuelanos atravessaram a fronteira da Colômbia, Peru, Bolívia e Brasil. Estima-se que ao final de 2019 esses números poderão chegar a 5,3 milhões. Esses cidadãos venezuelanos emigraram em busca de refúgio; deixaram o seu país por uma questão de sobrevivência. São grupos familiares que abandonaram seus pertences e, miseravelmente, aventuram-se num novo país. Essas famílias trazem filhos, geralmente em idade escolar. Como resultado, os países que receberam esses imigrantes passam a ter dificuldades em efetivar as políticas de acolhimento.

No caso específico do Brasil, o número de cidadãos estrangeiros que ingressaram no país, na condição de imigrantes, somou em torno de 700 mil. No período de 2016 e 2018, cerca de 128 mil cidadãos venezuelanos imigraram para o Brasil. Esse grupo ingressa no país na condição de residente provisório e, em sua maioria tem ficado no Estado de Roraima, a aguardar as ações públicas. Como resultado, o Estado de Roraima experimentou, nesses últimos meses, o caos entre o que está estabelecido na legislação que norteia o acolhimento e aquilo que o Estado brasileiro efetivamente consegue fazer.

O Brasil é signatário da Declaração Universal dos Direitos Humanos, desde 1948, e, sua legislação para acolhimento de imigrantes e refugiados segue os mesmos princípios. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pelas Nações Unidas (UN) em 1948, estabelece no artigo 14:

Toda pessoa tem o direito de buscar e usufruir, em outros países, asilo por perseguição. 2. Este direito não pode ser invocado em caso de perseguição legitimamente motivada por crimes de direito comum ou por atos contrários aos fins e princípios das Nações Unidas. (tradução nossa). (4: 1948).

A Constituição Brasileira acolhe e reconhece o estrangeiro como sujeito de direitos e o equipara aos cidadãos brasileiros. Pois, em seu artigo 5º prevê: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”* (CF/1988).

O Estatuto dos Estrangeiros no Brasil (Brasil, 1980), estabeleceu um conjunto de normas para o acolhimento de estrangeiros e criou o Conselho Nacional de Imigração, vigente até o ano de 2017, pois o que se usava era anterior à Constituição Federal de 1988; fora aprovado durante o mandato do último presidente do governo militar e possuía um viés focado na política de segurança nacional, mantendo longe do território brasileiro aqueles que por ventura pudessem causar alguma desordem (Oliveira, 2017).

A imigração, até a década de 1980, não representava um movimento significativo. Entretanto, a partir de então, tal situação tem sido agravada e, especificamente nos últimos dez anos, não apenas o Brasil, mas em algumas regiões do mundo tem sido experimentado um aumento considerável no fluxo migratório. Seja causado por catástrofes da natureza, sejam em decorrência de crises políticas ou econômicas, ou até mesmo em razão de conflitos. Por essa razão, países atingidos por tal fenômeno atualizaram suas legislações para que atendessem tais imigrantes. A legislação brasileira, de início, seguiu os modelos das políticas de acolhimento dos Estados Unidos da América e da União Europeia.

Nos Estados Unidos, até a década de 1950, a imigração de mexicanos era até incentivada, para compor a mão de obra local, porém, em razão da crise econômica dos anos 1950, milhares de mexicanos, tanto legais quanto ilegais, foram presos e deportados. A partir de 1965, os Estados Unidos lançam um novo programa *Immigrant Act*, de forma a estabelecer exigências para ingresso no território americano, dentre os quais: habilidades técnicas para ocupar postos de trabalho na economia americana; reunificação familiar; concessão de visto de residência para refugiados (Silva, 2011). Em 1990, em razão do aumento dos debates sobre imigração ilegal, os Estados Unidos lançam um novo *Immigrant Act*, voltado para aumentar o número de vistos legais no país, porém tal questão, até o momento, tem sido central no palco de discussões.

Para Jonathon Moses:

Se as razões humanitárias não são em si suficientes para dar resposta às desigualdades do sistema existente, a ameaça real dessas desigualdades (sob a forma de aumento do fluxo de refugiados e imigrantes) deveria induzir os residentes do mundo desenvolvido a levar a sério estes problemas. Por qualquer motivo - humanitário, moral ou egoísta - algo precisa ser feito. (tradução nossa). (2008: 34)

O fenômeno das migrações, tão antigos quanto à própria história da humanidade, tem se traduzido nas oportunidades de interação, integração, interculturação e sobretudo de contatos de diferentes línguas. Há um estreito contato daqueles que trazem suas bagagens culturais com aqueles que os acolhem, respeitando-se as características peculiares de cada país de origem, mas, também, daqueles que impõem a cultura local, exigindo-se a apropriação da língua, de modo a produzir tensões entre os contatos da Língua Materna e a Língua Estrangeira. Essa tensão é potencializada quando produzida na escola, justamente por ser a escola uma instituição normativa, cujo modelo de expressão escrita tende a ser homogêneo (Madeira & Crispim, 2009).

Os países que compõem a União Europeia, ao longo de suas histórias, frequentemente são atingidos por fenômenos migratórios. Seja em decorrência da sua própria formação territorial, seja pelo contingente de imigrados das ex-colônias. A legislação vem sendo atualizada para acolher aqueles que estão em situação de risco ou desfavorecimento econômico em seus países de origens. Para Beatriz García & María Fernández *“Na Europa, o conceito de educação inclusiva se desenvolve de acordo com as leis internacionais de educação. Esse conceito concentra seus esforços na não-exclusão educacional de pessoas desfavorecidas cultural e economicamente.”* (tradução nossa). (2016: 383).

O caso de Portugal é emblemático, pois, de acordo com Ana Baganha *“O fim do império colonial português provocou o retorno a Portugal de aproximadamente 500 mil nacionais, dos quais se estima que 59% tinham nascido na metrópole”* (2005: 31). O restante deste contingente humano era composto de africanos. Logo, Portugal, ainda em 1975, com o Decreto-Lei nº 308-A, cria uma comunidade de imigrantes por não reconhecer a nacionalidade portuguesa dos estrangeiros de ancestralidade africana. Tal medida fez crescer ainda mais esse número, em consequência dos pedidos de reagrupamento familiar. (Baganha, 2005).

Portugal, ao ingressar no bloco econômico da Comunidade Europeia, adere ao acordo de Schengen¹ e, em razão dos critérios de segurança interna, obrigou-se a uma adoção de uma nova política para imigração. Foi estabelecida a imigração zero, ou seja: os imigrantes, notadamente dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), somente ingressariam no país na condição de integrá-los nas comunidades já existentes. Dessa forma, a restrição levaria a impedir a presença e permanência de ilegais no território português.

Embora o Estado português tenha tentado impedir a presença de imigrantes ilegais no país, com a entrada no Bloco Econômico Comum Europeu, viu um crescimento considerável, notadamente de imigrantes do Leste europeu. Em 2003, o Acordo Luso-Brasileiro possibilitou a regularização de mais de 80 000 imigrantes em situação ilegal. Em 2003, apenas 37% dos imigrantes era proveniente de países lusófonos, comprovando-se dessa forma que o país, definitivamente, estava inserido no sistema migratório europeu (Baganha, 2005; Leite, 2010).

Imigrantes de países lusófonos, do Leste Europeu, Índia, China e dos Países Árabes, trazem culturas que apresentam peculiaridades, sutilezas e identidades próprias. Acrescido a tudo isso está a língua de origem. A língua materna dos imigrantes representa, para os países que os acolhem, uma dupla faceta: pode significar um problema, ou pode representar um desafio. As escolas, ao receberem os imigrantes, se não estiverem preparadas, poderão redundar num processo de acolhimento fracassado. Mas, se a escola partir da visão de integração, de acolhimento, poderá resultar em sucesso (Amado, 2013; Ançã, 2003; Grosso, 2010). Dadas as demandas existentes dos imigrantes em Portugal, na contemporaneidade, observa-se a existência de uma política sólida de acolhimento. Tal política perpassa por uma teia de áreas afins, dentre as quais a Educação, razão pela qual observa-se a produção de considerável material de experiências de acolhimento de imigrantes em Portugal.

Ana Madeira considera que:

O fenómeno de contacto de línguas é tão universal e tão velho como os movimentos dos grupos humanos que tiveram lugar ao longo da história. No entanto, quando esse fenómeno se verifica no interior de uma sala de aula, quase invariavelmente, suscita preocupações e perplexidades nos professores que têm de lhe fazer face. (2010: 45)

¹ O Acordo de Schengen trata-se de uma convenção de abertura das fronteiras e livre circulação entre os países signatários. Tal acordo foi assinado em 1985 e atualmente conta com 30 países participantes.

Para Ana Madeira & Maria Crispim, o contato entre as diferentes línguas suscita uma série de preocupações, notadamente por ser uma experiência nova para o professor. Por ser algo que, embora esteja previsto nas legislações e normativas educacionais, não faz parte da rotina do professor, justamente pelo fato da escola ser uma entidade formal, que está constituída para um público uniforme e, quando surgem alguns desvios das normas estabelecidas, os professores não se sentem preparados para lidar com tal situação; “ *a presença de eventuais desvios, cuja origem se pensa estar na influência das línguas materna sobre a língua da escolaridade, deixa os professores desarmados diante do fenômeno, por não conhecerem suficientemente as referidas línguas maternas*” (Madeira & Crispim, 2010: 45).

Este contato de língua, portanto, remete, dessa forma, para a necessidade dos professores estarem aptos a desenvolver um novo olhar sobre o imigrante refugiado, estar atento as especificidades e peculiaridades de cada um. É necessário que atente para as faixas etárias, pois, uma criança estrangeira não possui as estruturas cognitivas que as tornem aptas a refletir e recepcionar a metalinguagem de um ensino explícito da gramática, idêntico ao que ocorre com as crianças de língua materna, pois para estes, trata-se do ensino de uma língua estrangeira. No entanto, se o ensino for para adultos e alfabetizados, “*com o treino de reflexão metalinguística, o ensino da gramática explícita pode auxiliar a estabilizar a aquisição das estruturas*” (Madeira & Crispim, 2010: 59).

O conceito de língua materna é definido como a “*língua da primeira socialização, que tem geralmente a família como principal transmissor*” (Grosso, 2010: 63).

Enquanto a língua estrangeira, Maria Grosso considera que:

... *é definida como a ‘língua não nativa do sujeito por ele aprendida com maior ou menor grau de eficiência’.* A língua estrangeira não é a língua da primeira socialização, é uma outra língua com a mundividência de uma outra sociedade. É a língua e a cultura do outro (2010: 64).

Já a segunda língua, ainda em Grosso (2010), é plurissignificativa, definida como a “*língua da escolarização*”, a língua oficial do país de acolhimento. E é essa língua que irá garantir o ingresso no mercado de trabalho e ter respeito enquanto cidadão.

Para Cristina Flores

“*Já a língua do país de acolhimento tem um estatuto bem diferente: é a língua de socialização, dos amigos, da escola, das interações diárias fora de casa. Geralmente, é considerada, pelos próprios, a sua língua dominante*” (2013: 2).

Alisha Heinemann, alerta, entretanto, que: as salas de aulas são espaços de contatos linguísticos e culturais, mas também de confrontos entre as diferenças, no qual o poder deve ser negociado; é uma “*zona de contato*” na qual pode-se perceber os discursos nacionalistas, as relações de “*altamente assimétricas, como o colonialismo, a escravidão ou seus resultados*” (2017: 182). Se as salas de aulas forem entendidas como “zona de contato”, espaço destinado à estratégia do Estado em integrar o refugiado imigrante, devem, também, ser transformadas em áreas de encontro, de negociação, de diálogo entre os códigos e valores culturais do país que acolhe (Heinemann, 2017). Somados a isso, para proporcionar a autonomia linguística do imigrante/refugiado está um outro elemento: o tempo.

Para Clara Sansó, José Navarro & Ángel Huguet:

... *diferentes análises confirmam que, apesar da rápida aquisição da fluência em conversação, leva mais de cinco anos para equalizar o conhecimento linguístico a seus contemporâneos nativos, embora o conhecimento linguístico dos imigrantes seja significativamente menor do que o de seus pares nativos. Evidente quando o tempo de permanência na sociedade de acolhimento diminui (tradução nossa).* (2015: 412)

O acolhimento do estudante imigrante/refugiado é uma questão muito mais complexa, pois em nada adianta a existência de uma política por parte do Estado, se não houver uma atitude do professor em acolher. Essa atitude deve decorrer de uma formação com pressupostos teóricos e práticos sólidos, voltados para a interculturalidade, e integração do imigrante/refugiado. O sucesso do estudante imigrante/refugiado decorre do domínio e autonomia linguística na língua do país de acolhida. A esse esforço observa-se que, mesmo previsto em pressupostos legais, a língua do país de acolhimento acaba sendo ensinada, não como língua de acolhida e sim como mais uma língua estrangeira.

Felix Etxeberria & Kristina Elosegí consideram que:

Em outras palavras, estamos auxiliando um corpo discente imigrante para que não facilitemos a integração escolar e social, levando-os ao fracasso escolar e à ignorância da língua anfitriã, por um lado, e por outro lado ao rompimento com seus sinais de identidade, perda de prestígio ou abandono em relação à língua e cultura familiar. Nós não os ensinamos corretamente, nem os ajudamos a se desenvolverem. Nós nem sequer alcançamos a mera assimilação. A resposta que lhes damos se move entre a assimilação e a marginalização. (tradução nossa). (2009: 38)

Uma sociedade democrática, cujo princípio basilar está na igualdade, deve estar em condições de acolher aos imigrantes refugiados. A escola é exatamente esse lugar, e, por ser um espaço de representação da sociedade, pode receber, com equidade, os estudantes imigrantes, diferente do mercado de trabalho, cujas relações próprias de competitividade e produtividade impedem o acolhimento adequado (Etxeberria, Herriko & Elosegí, 2009: 39)

Entretanto, todos os esforços para acolher o estudante imigrante/refugiado devem ser repensados, pois os níveis de competência linguística dos estudantes imigrantes têm sido abaixo dos estudantes autóctones. Félix Etxeberria, José Garmendia, Hilário Murua & Elisabete Arrieta afirmam que:

Infelizmente, os resultados acadêmicos obtidos pelos estudantes imigrantes nas diferentes avaliações realizadas nos campos educacionais que examinamos indicam que estamos longe do que seria desejável em termos de equidade se compararmos os níveis do corpo discente nativo e do corpo discente e os estudantes imigrantes. (tradução nossa). (2018: 95)

O acolhimento ao estudante imigrante/refugiado deve se pautar pelo respeito ao seu estatuto linguístico próprio, pois o imigrante pode ser designado como um aluno que, pelo fato de não possuir competência linguística na língua de acolhida, possa ser considerado como não-falante. Entretanto, grande parte dos imigrantes/refugiados possuem contato com numerosas línguas por virem de países multilíngues, podendo ser considerado como uma pessoa de identidade pluricultural e plurilíngue.

O ponto fulcral para que ocorra a integração do imigrante/refugiado é justamente a língua, pois ela será a chave que resultará no seu êxito ou fracasso diante da nova sociedade que o acolhe, desde que a língua de origem seja utilizada como base para essa integração (González & Correa, 2014; Oliveira, 2010).

O Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QEC) diferencia os conceitos de multilinguismo e de plurilinguismo: considera que o plurilinguismo “*está ligado ao ensino de línguas estrangeiras (...) não se refere apenas ao domínio de diversas línguas, mas também a estreita relação entre língua e cultura*” (2001: 23).

O multilinguismo, por sua vez, refere-se “*basicamente à oferta de diferentes línguas estrangeiras para a aprendizagem e ao processo de motivação dos alunos para a aprendizagem de diferentes línguas*” (Jacinto & Menezes, 2013: 2).

O Conselho da Europa no Quadro Europeu Comum considera que:

A competência plurilíngue e pluricultural promovem também a tomada de consciência linguística e comunicativa, ou seja, ativa as estratégias metacognitivas que permitem aos atores sociais tornarem-se mais conscientes e dominarem as suas formas ‘espontâneas’ de lidar com as tarefas, em particular, a sua dimensão linguística. (2001: 189)

O princípio da igualdade está consagrado no artigo 5º da Constituição Federal, sendo a Educação referendada nesse preceito. Entretanto, quando tal princípio, é confrontado com a realidade do acolhimento dos imigrantes e refugiados, percebe-se a distorção entre o ideal e o real. Isso faz com que a comunidade acadêmica lance um novo olhar sobre a formação de professores, “... *esta tomada de consciência capaz de abrir os olhos ao Outro, é quase impossível que as diversas culturas presentes em um mesmo contexto, (a sala de aula) sejam reconhecidas e tornem-se facilitadoras das vidas de seus membros.*” (Pessoa, 2009: 162-163).

Para enfrentar os desafios da educação na contemporaneidade, algumas alterações vêm sendo feitas na legislação brasileira. Uma delas está justamente na formação de professores, quando foram definidos os parâmetros curriculares nacionais para a formação em nível superior nos cursos de licenciatura, formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciaturas e ainda para a formação continuada de professores. Foi ampliada a carga horária, dando-se um enfoque nas disciplinas de práticas e estágios supervisionados. Tal medida está alinhada com a Base Nacional Curricular Comum e o Novo Ensino Médio, voltadas para reduzir os índices negativos da educação brasileira.

Este estudo, ao intencionar realizar uma revisão sistematizada dos temas inerentes à formação de professores de Língua Portuguesa para o acolhimento de estudantes imigrantes/refugiados venezuelanos, percorreu e selecionou, em repositórios, artigos dos últimos quinze anos, que se aproximassem desses conceitos nas Línguas: Inglesa, Espanhola e Portuguesa, além de edições básicas pertinentes ao tema. Assim, observou-se que o tema está na agenda da comunidade internacional, notadamente nos Estados Unidos da América e na União Europeia.

Tais regiões já possuem alguns avanços, porém, persiste o desafio em acolher imigrantes/refugiados sem ferir as culturas, os estatutos linguísticos e os traços identitários que os definem como únicos. Percebeu-se que, as políticas brasileiras de acolhimento de imigrantes/refugiados estão em consonância com os instrumentos e organismos internacionais. Porém, o crescimento do movimento migratório e de pedidos de refúgio no Brasil vem aumentando consideravelmente nos últimos anos.

A educação brasileira baseia-se numa educação monolíngue e esquece das diversas línguas que coexistem com a Língua Portuguesa. O próprio Estado brasileiro está diante de um desafio imenso por não conseguir resolver as demandas decorrentes da imigração. Entretanto, é justamente no sistema educacional que os problemas estão sendo sentidos. Os professores ressentem-se de instrumentos didáticos que lhes permitam acolher, de fato, os estudantes imigrantes/refugiados venezuelanos, pois não foram preparados para atender à essa demanda. A formação de professores carece de um desenho curricular que permita: trabalhar o acolhimento, com base nas competências plurilíngue e pluricultural. Competências a serem abordadas de maneira transversal, dentro dos grandes temas próprios da habilitação do professor.

Referências Bibliográficas

- Amado, Rosane (2013), “O ensino do Português como língua de acolhimento para refugiados”. Revista SIPLE. Ano 4, 2(7). Brasília, DF. Disponível em: http://www.siple.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=o-ensino-de-portugues-como-lingua-de-acolhimentio-para-refugiados&catid=70:edicao-7&Itemid=113. Acesso em 18/12/2018.
- Ançã, Maria Helena (2003), “Português: língua de acolhimento: entre contornos e aproximações”. Comunicação ao Congresso Internacional Sobre História e Situação da Educação em África E Timor. Universidade Nova de Lisboa, Fac. de Ciências Sociais e Humanas.
- Baganha. Maria (2005), “Política de imigração: a regulação dos fluxos”. Revista Crítica de Ciências Sociais. 73. Acesso em 27/12/2018. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/952>
- Brasil (2017), “LEI Nº 13.445, DE 24 DE MAIO DE 2017. Lei de migração”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13445-24-maio-2017-784925-publicacaooriginal-152812-pl.html>
- _____. (2015), “Resolução CNE/CP nº 02, de 01 de julho de 2015 - Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior e para a formação continuada”. Ministério da Educação. Brasília, DF. Disponível em: <http://www.prograd.ufu.br/legislacoes/resolucao-cnecp-no-02-de-01-de-julho-de-2015-diretrizes-curriculares-nacionais-para-o-ensino-superior>
- _____. (1996), “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9394/96”. Brasília, DF. Acessado em 03/01/2019, Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>
- _____. (1988), “Constituição da República Federativa do Brasil”. Brasília, DF. Acesso em 10/01/2019. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>
- _____. (1980), “Estatuto dos Estrangeiros – Lei 6815/1980”. Acesso em 17/01/2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508142/000986045.pdf?sequence=1>. In 10/01/2019.
- _____. (1997), “LEI Nº 9.474, DE 22 DE JULHO DE 1997”. Acesso em 25/01/2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9474.htm
- Cano, Wilson (2002), “Venezuela: limites para uma nova política econômica”. Revista Economia e Sociedade, 11(1), 95-127. Acesso em 10/12/2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/ecos/article/view/8643089/10641>
- Conselho da Europa (2001), “Quadro Europeu Comum De Referência Para As Línguas – Aprendizagem, ensino, avaliação”. ASA edições: Lisboa. Disponível em from: http://www.dge.mec.pt/sites/default/files/Basico/Documentos/quadro_europeu_comum_referencia.pdf
- Etxeberria, Félix; Garmendia, José. Murua, Hilário. & Arrieta, Elisabete. (2018), “Acogida del alumnado inmigrante llegado en la escuela inclusiva. El caso de Cataluña, País Vasco y Francia”. RES, Revista de Educación Social. 27(Julio-Diciembre de 2018). Accedido en 28/12/2018Disponible en: <http://www.eduso.net/res/27/articulo/acogida-del-alumnado-inmigrante-recien-llegado-en-la-escuela-inclusiva-el-caso-de-cataluna-pais-vasco-y-francia..>
- Etxeberria, Félix & Eloseg, Kristina. (2009), “Alumnado inmigrante: entre la asimilacion y la marginacion”. En: Segundas Lenguas e Inmigración en red. 3pp. 21-41. Accedido en 26/11/2018. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4060271>
- Flores, Cristina (2013), “Português Língua Não Materna. Discutindo conceitos de uma perspectiva linguística”. Repositório da Universidade do Minho. Lisboa: Lidel, p. 35-46. Acesso em 22/12/2018. Disponível em: http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/23009/1/C.Flores_PLNM%20Discutindo%20conceitos%20de%20uma%20perseptiva%20linguistica.pdf
- García, Beatriz & Fernández, María (2016), “This Inclusive Education in Europe”. Universal Journal of Educational Research 4 (2). Acesso em 18/12/2018. DOI: 10.13189/ujer.2016.040210. Retrieved from: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ1089705.pdf>
- González, María & Correia, Marisol (2014), “Enseñanza de segundas lenguas a alumnado inmigrante: evaluación de las estrategias y aprendizajes conseguidos”. Revistas y Congressos de la UAM – Revista Tendências Pedagógicas, 24. Acceso en 28/01/2029. Disponible en: <https://repositorio.uam.es/handle/10486/663143>
- Grosso, María. (2010). Língua de acolhimento, língua de integração. Revista: Horizontes de Linguística Aplicada, 9 (2), 61-77.
- Heinemann, Alisha (2017), “The Making of ‘Good Citizens’: German Courses for Migrants and Refugees”. Studies in the Education of Adults, v. 49(2). pp 177-195. Retrieved from: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1186599>
- Jacinto, L & Menezes, J. M. (2013). Plurilinguismo, Multilinguismo E Bilinguismo: Reflexões Sobre A Realidade Linguística Moçambicana. Revista PerCursos Linguísticos. 3(7). Disponível em: <http://periodicos.ufes.br/percursos/article/view/4589>
- Leite, Rodrigo (2010), “Os paradoxos do tratamento da imigração ilegal na União Europeia Frente à diretiva de retorno”. Revista Espaço Acadêmico. 108(9). Acessado em 16/01/2019. Disponível em: <http://ojs.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9664/5594>
- Madeira, Ana & Crispim, Maria, (2010), “Contributo da investigação linguística para o ensino do português, língua não materna”. In Maria Helena Ançã (org.) Educação em português e migrações. Lisboa: Lidel, pp. 45-61
- Moses, Jonathon (2006), “International Migration: Globalization’s Last Frontier”. Nova Iorque: Palgrave USA. Accessed in 01/26/19. Retrieved from: <https://epdf.tips/international-migration-globalizations-last-frontier.html>
- Oliveira, Ana (2010), “Processamento da Informação num contexto migratório e de integração”. In Maria Helena Ançã (org.) Educação em português e migrações. Lisboa: Lidel, pp. 11-41
- Oliveira, Antônio (2017), “Nova lei brasileira de migração: avanços, desafios e ameaças”. In Revista brasileira de estudos da população. Vol.34 (1). São Paulo Jan./Apr. 2017. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-30982017000100171
- Pessoa, Maria (2009), “Educação em Português e Migrações – o caso da Rondônia”. In: Educação em português e Migrações. In Maria Helena Ança (Org.) Lidel – Edições Técnicas, Lisboa.
- Sansó, Clara; Navarro, José & Huguet, Ángel (2015), “La evolución del conocimiento lingüístico del alumnado inmigrante en Cataluña - El papel de la lengua familiar”. In: Electronic Journal of Research in Educational Psychology, 13 (2), 409-430. Disponible en: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5224616>
- Silva, Jarochinski (2013), “A história das políticas migratórias dos Estados Unidos”. Revista Textos e Debates. 20. Boa Vista, p. 7-21. Jan/jun. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/viewFile/1328/989> in 1671272018.
- UN, United Nations (1948), “Universal Declaration of Human Rights”. Retrieved from: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/index.html>



2. ANNA KALEWSKA, INSTITUTO DE ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS, UNIV. DE VARSÓVIA, POLÓNIA

TEMA 1.4. JUDEUS EM BELMONTE E NO MUNDO. JAN KARSKI CONTRA O HOLOCAUSTO. (HISTÓRIA DO HERÓI POLACO QUE TENTOU TRAVAR MASSACRE DE JUDEUS NA EUROPA) ANNA KALEWSKA, INSTITUTO DE ESTUDOS IBÉRICOS E IBERO-AMERICANOS DA UNIVERSIDADE DE VARSÓVIA, POLÓNIA

Jan Karski (Łódź, Polónia, 24.06.1914 – Washington, E.U.A., 13.07.2000), foi mensageiro do movimento da resistência polaca antinazi e emissário das autoridades do estado polaco no tempo da 2ª guerra mundial, testemunha de Holocausto e defensor dos judeus. Por seu trabalho Karski foi premiado com as mais altas condecorações polacas e americanas: Ordem polaca da Águia Branca e com a Medalha Americana da Liberdade. Karski redigiu um relatório sobre a situação trágica que os judeus viviam no gueto de Varsóvia e morriam nos campos de concentração alemães nazi na Polónia (cf. *Courier from Poland: The Story of a Secret State*, 1944; Yannick Haenel, Han Karski, *O herói que tentou travar o Holocausto*, 2009). O relatório de Karski foi entregue ao Primeiro-ministro britânico e ao Presidente norte-americano.

Em Washington, no gabinete oval de Franklin D. Roosevelt (em julho de 1943) Karski tentou abordar a questão dos judeus de todos os guetos e campos de concentração na Europa. O Presidente dos E. U. A. mostrou o *low profile*. Jan Karski pediu que se agisse para impedir o extermínio dos judeus na Europa. Porque ninguém acreditou em Jan Karski?

Segundo o seu depoimento, «Mesmo que três milhões de judeus polacos tivessem sido exterminados, agora iriam desconfiar dos polacos. E, assim, a Polónia tornou-se o sobrenome do aniquilamento, porque foi nela que teve lugar o extermínio dos judeus da Europa. Ao escolherem esse local para o extermínio, os nazis exterminaram também a Polónia» (Karski ap. Haenel, 2009: 131). Tese contrária, da alegada cumplicidade dos polacos em massacre de judeus em Jedwabne (10.07. 1941) foi defendida por Tomasz Gross nos *Vizinhos. A História do massacre dos judeus de Jedwabne, na Polónia* (2010). Deus terá mesmo morrido em Auschwitz? A revisitação da história de Jan Karski é necessária *hic et nunc*, para que nunca caísse o mando do esquecimento sobre Jan Karski, um dos muitos Justos entre as Nações do Mundo de origem polaca.

Leitura recomendada: Jacek Lachendro, Robert Kuwałek, Marek Bem et al., *Polónia. Campos de extermínio alemães (Auschwitz, Belzec, Sobibor, Treblinka, Majdanek, Kulmhof am Ner)*, trad. Monika Harasiuk, Parma Press, Marki [Polónia] 2011.

Vocês são uma nação de mais de mil anos de história. As fronteiras do seu Estado foram eliminadas dos mapas por mais de um século – e somente há cem anos essas fronteiras lhes foram restituídas. Em 1920, na batalha chamada milagre do Vístula, a Polónia deteve o exército soviético que buscava conquistar a Europa. Dezanove anos depois, em 1939, vocês novamente foram atacados – dessa vez do oeste, pela Alemanha nazista, e do leste pela União Soviética. Sob uma dúplice ocupação, a nação polaca vivenciou uma indescritível geena: o crime de Katyń, o Holocausto, o Gueto de Varsóvia e o Levante do Gueto, a destruição da bela capital e o extermínio de quase um quinto da sua população. A florescente coletividade judaica – a mais numerosa na Europa – foi reduzida quase a zero em consequência dos sistemáticos assassinatos dos cidadãos judeus da Polónia, e a brutal ocupação consumiu inúmeras vítimas. (Discurso do presidente Donald J. Trump junto ao monumento do levante de Varsóvia (...), 6.07.2017, ap. Polonicus, 2017: 17, sublinhado nosso, A.K.).

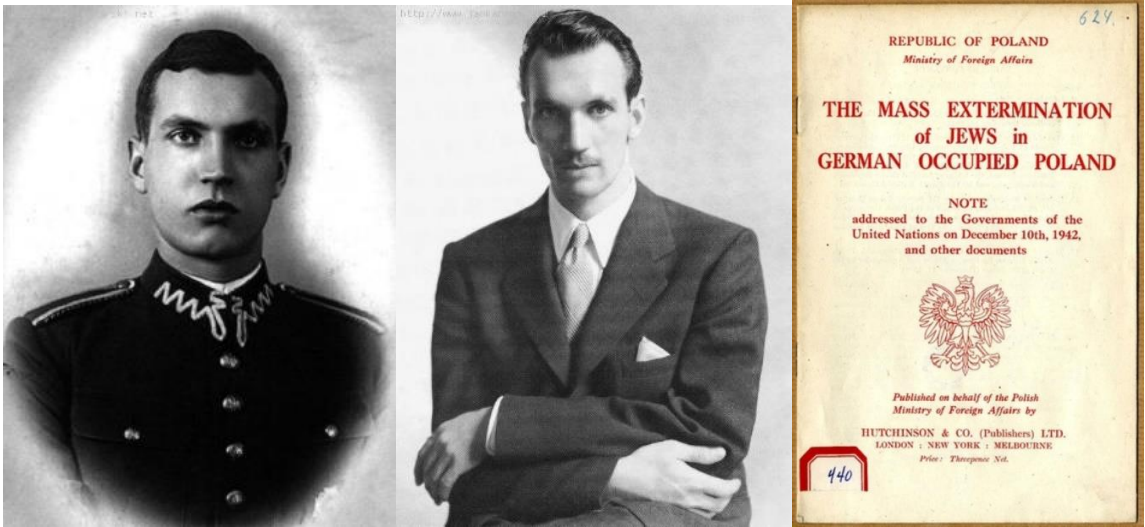
1. O mensageiro do Holocausto: a vida, a missão, o destino

Jan Karski (Łódź, Polónia, 24.06.1914 – Washington, E.U.A., 13.07.2000), o nome adotado por Jan Romuald Kozielski, pseudónimo Witold, foi jurista, diplomata e historiador polaco, mensageiro do movimento da resistência antinazi e emissário das autoridades do Estado polaco no tempo da II guerra mundial, testemunha de Holocausto e grande defensor dos judeus. Por seu trabalho Karski foi premiado com as mais altas condecorações americanas e polacas: a Medalha Americana da Liberdade e a Ordem de Águia Branca. Em 1982, foi-lhe outorgada a medalha Justo entre as Nações do Mundo.

ILUSTRAÇÃO 1 - CADETE JAN KOZIELEWSKI (KARSKI), 1936, JAN KARSKI EDUCATIONAL FOUNDATION

ILUSTRAÇÃO 2 - JAN KARSKI, 1944 JAN KARSKI EDUCATIONAL FOUNDATION

ILUSTRAÇÃO 3 - JAN KARSKI, THE MASS EXTERMINATION OF JEWS IN GERMAN OCCUPIED POLAND, BROCHURA PUBLICADA EM 1942 TENDO COMO BASE OS RELATÓRIOS DO AUTOR WIKIMEDIA COMMONS



Jan Karski redigiu um relatório sobre a situação trágica que os judeus viviam no gueto de Varsóvia e morriam nos campos de concentração alemães nazi na Polónia (cf. *The Story of a Secret State*, 1944; Yannick Haenel, Han Karski, *O herói que tentou travar o Holocausto*, 2009). Em 1939, aquando da invasão da Polónia por parte do exército alemão, Jan Karski, então tenente do exército, foi detido e colocado num comboio-prisão. Conseguiu, porém, escapar e juntou-se aos grupos de resistência polaca. Compreendeu, que fazia parte daquilo a que chamou «um código de uma selvajaria incrível», ao qual se tinham conformado os guardas dos campos de extermínio construídos no território da Polónia no tempo da segunda guerra mundial, porque «o mal não precisa de um motivo» (Haenel, 2010: 39). A partir de 1940, Jan Karski atuou como mensageiro do movimento de resistência e viajou entre a Polónia, Inglaterra e França, transportando informações para o governo da Polónia em exílio. Novamente detido, interrogado pelos nazistas e torturado em julho de 1940 na prisão eslovaca de Prešov, Jan Karski tentou o suicídio², numa tentativa desesperada de proteger o resto dos membros da resistência e não revelar qualquer informação. Em Londres, Karski encontrou-se com líderes judeus e ofereceu-se para voltar à Polónia ocupada, de forma a testemunhar na primeira pessoa a situação no gueto de Varsóvia.

O mérito principal de Karski consistiu em redigir um relatório que mais tarde entregou ao primeiro-ministro britânico e ao presidente norte-americano – descreveu a situação catastrófica que se vivia no gueto de Varsóvia³, nos campos de extermínio, no dia-a-dia polaco aquando da segunda guerra mundial: falou de pessoas a morrerem nas ruas em fuzilamentos e execuções públicas, das atrocidades de pessoas levadas a câmaras de gás, das crianças demasiado fracas para se moverem mortas pelos alemães nazi e pediu que se agisse rapidamente de forma a impedir o Holocausto ou o extermínio de judeus na Europa.

O relatório de Karski foi entregue ao Primeiro ministro britânico e ao Presidente norte-americano. Em Washington, no gabinete oval de Franklin D. Roosevelt (em julho de 1943) Karski tentou abordar a questão dos judeus de todos os guetos e campos de concentração na Europa. O então presidente dos E. U. A. mostrou o *low profile*, enquanto que os britânicos adotaram uma política cautelosa, com laivos antisemitas.

² [Jan Karski] «Tem dores por todo o corpo, o sofrimento é atroz, não sobreviverá a outra sessão. Então, decide suicidar-se. Com a lâmina de barbear, entalha o pulso esquerdo, mas não alcança a veia. Recomeça, enterra mais a lâmina. O sangue jorra como de uma fonte. Depois, corta o outro pulso. Está estendido, braços ao longo do corpo, o sangue forma um charco. (...). Tem uma náusea, vomita e perde a consciência. Acorda no hospital eslovaco de Prešov» (Haenel, 2010: 65).

³ «Em toda a parte impera a fome, os gemidos das crianças, o fedor dos cadáveres. Em toda a parte, olhares esfomeados. Um grupo de homens de roupa rasgada, escoltados por polícias, marcha a passo cadenciado, como robôs. Um velho, apoiado contra o muro, treme de alto a baixo. (...) Cadáveres estão estendidos, nus, na rua. Por que estão nus? Pergunta Karski. O seu guia [o líder do Bund ou do partido esquerdista agindo na Polónia e na Europa de Leste em 1897-1948] explica-lhe que, quando um judeu morre, a família recupera as suas roupas e atira o corpo para a rua. É preciso pagar para que ele seja enterrado e ali ninguém pode pagar.» (2010, 83 a 84).

Bem nos lembra Yannick Haenel, apoiando-se em certos elementos da vida de Jan Karski, devidos à leitura da obra de E. Thomas Wood e Stanislas M. Jandowski: *Karski, How one man tried to stop the Holocaust* (1994), sendo as frases e as reflexões atribuídas ao herói polaco da autoria do romancista francês:

Alguns colaboradores de Churchill receavam que Hitler expulsasse os judeus, pois teria sido necessário abrir-lhes a Palestina e os ingleses opunham-se. Nos corredores do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Londres, reinava esse antissemitismo tecnocrata em que as leis contra a imigração nunca passam de uma versão mais conveniente das leis antijudaicas. Quanto ao Departamento de Estado americano, recusava a própria ideia de refugiados judeus e durante muito tempo a sua política consistiu em colocar obstáculos a possíveis salvamentos: só foram adotadas medidas quando a atitude do governo de Roosevelt esteve prestes a provocar um escândalo, mas os procedimentos administrativos revelaram-se tão retorcidos, que só entraram em território americano cerca de dez por cento do número de refugiados que teriam podido ser acolhidos.

Só comecei a estudar estas questões mais tarde, quando me tornei professor de Relações Internacionais na Universidade Georgetown e, depois, em Columbia. E, nos anos sessenta, os meus alunos começaram a escrever teses sobre a relação entre os americanos e a solução final – aquilo a que um historiador chamou «abandono dos judeus pela América».

Hoje, sabemos que a inércia burocrática não era a única em causa e que existiu uma verdadeira vontade de não intervir em favor dos judeus da Europa. Por muito incrível que hoje possa parecer, funcionários do Departamento de Estado interrompiam a chegada de notícias do extermínio e proibiam a sua divulgação. (...). ~

E mais tarde, quando já não era possível permanecer passivo, foi o Congresso que começou a barrar o caminho à própria ideia de salvação dos judeus. (...) Quanto ao próprio Roosevelt, não era indiferente à «questão judaica», como se dizia na época, pelo contrário, não queria que o vissem como um amigo daquilo a que chamava o «lóbi judeu», pois nessa época as suas hipóteses de ser reeleito encontrar-se-iam reduzidas. (...). Felizmente para os ingleses, e para os americanos, Hitler não expulsou os judeus da Europa, exterminou-os. (Yannick, 2010: 11 a 113, sublinhado nosso, A.K.).

Estávamos em setembro de 1943. Jan Karski queria retomar o seu lugar no movimento da resistência antinazi, mas o governo polaco (clandestino) em Londres opunha-se: segundo o primeiro-ministro do governo polaco clandestino Stanisław Mikołajczyk (1901–1966), a Gestapo procurava-o, as rádios nazis denunciavam-no, nomeadamente como “um agente bolchevique ao serviço da judiaria americana” (Yannick, 2010: 113). O General Władysław Sikorski (1881, Tuszów Narodowy – 1943, Gibraltar), o Chefe das forças armadas da Polónia no exílio tinha a visão de um verdadeiro Estado polaco, com um ramo administrativo, um ramo armado (o *Armia Krajowa*, i.e., o Exército Nacional), um ramo parlamentar e um ramo jurídico. O herói polaco deplorava os sofrimentos de judeus e os sacrifícios dos polacos, sabia coisas de mais e receava que fosse capturado outra vez pelos nazis. Além disso, não compreendia a que ponto a resistência polaca e também a própria Polónia o tinham abandonado.

Seria perigoso, pois, que Jan Karski divulgasse as informações desesperantes em Varsóvia a ponto que os chefes da nossa resistência percebessem a sua situação de *double twist* ou da contorção dupla entre a Alemanha nazi e a Rússia soviética? Ou mesmo a tríplice contorção, inclusive os conluios dos E.U.A. e da Inglaterra? Karski pensou que o governo polaco no exílio em Inglaterra queria ainda aproveitar-se dele, permitindo que o mensageiro secreto da verdade sobre o Holocausto continuasse ainda a agir. Na sua opinião, porém, e na do povo polaco, a Polónia foi abandonada pela Europa, pela história, pela memória do tempo do Holocausto, da segunda guerra mundial, da cortina de ferro.

Entretanto, um filme pró-soviético de Michael Curtiz (*pró-Staline propaganda made in Hollywood*), *Missão em Moscovo* (*Mission to Moscow*, 1943), acabava de ter um grande sucesso, mas os estúdios de Hollywood, a imprensa e a rádio não mostravam mais interesse pela Polónia e pelo Holocausto do que o governo americano.

A mensagem de Jan Karski passou a ser conhecida tão-somente depois da entrevista que lhe fez o realizador Claude Lanzman para o seu filme sobre o Holocausto, o *Shoah* (1985). São muito comoventes as cenas, em que Jarski, chorando, conta sobre o extermínio dos judeus na Polónia, autêntico na sua dor e desespero de não poder agir mais.

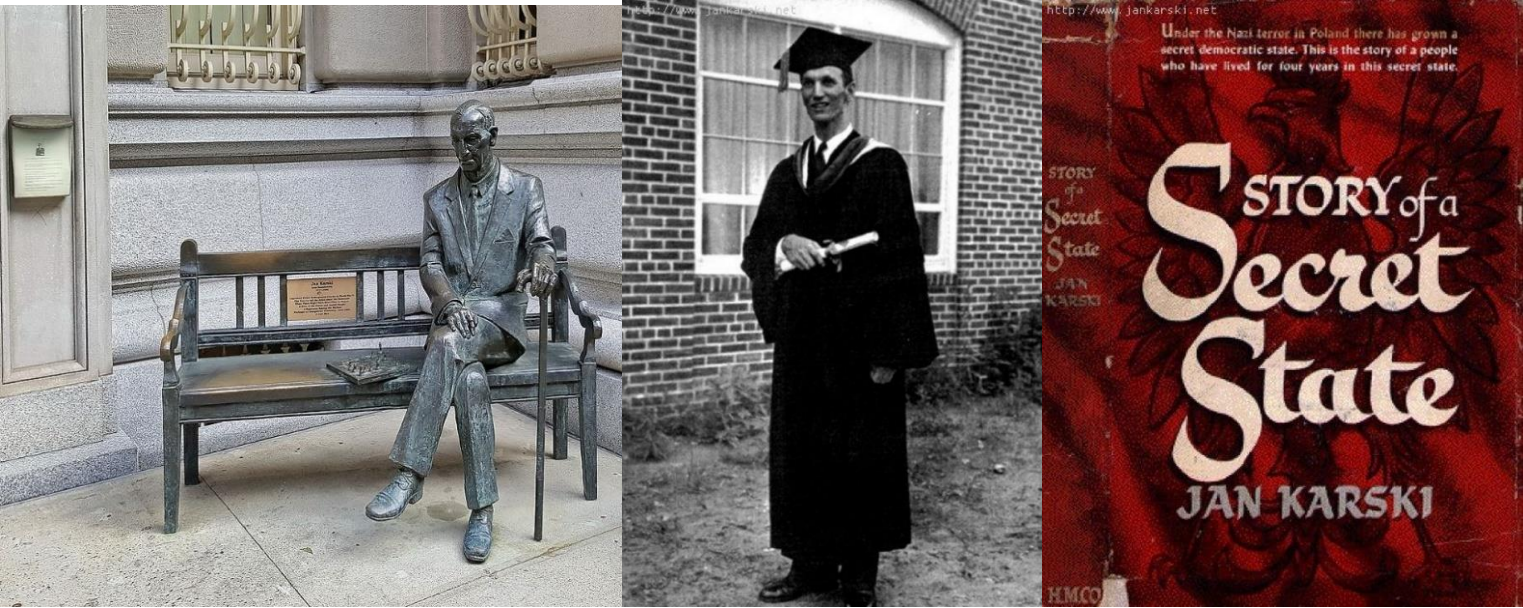
Em 2010, Lanzman fez o documentário *Rapport Karski*, um filme em que incluiu os fragmentos de entrevistas com Jan Karski relacionadas com as atividades do Estado polaco clandestino empreendidas no tempo da segunda guerra mundial para salvar os judeus do Holocausto.

O «caso Karski» foi divulgado no Mundo. O herói polaco tornou-se pessoa pública nos Estados Unidos da América, sendo pouco conhecido na Polónia, menos reconhecido ainda pelas comunidades polacas americanas. Postumamente, Karski foi reconhecido como um dos maiores agentes do movimento clandestino polaco de resistência, de parceria com outro mensageiro das verdades incómodas, Jan Nowak-Jeziorański (1914, Berlim – 2005, Varsóvia), também um *courier from Warsaw*, político, jornalista e ativista polaco, diretor da secção polaca de *Radio Free Europe*, emissário do governo clandestino da Polónia em Londres.

ILUSTRAÇÃO 4 - MONUMENTO A JAN KARSKI EM NOVA IORQUE (KARSKI BENCH, NY), IN JAN KARSKI CORNER, WIKIMEDIA COMMONS

ILUSTRAÇÃO 5, JAN KARSKI 1953 PH.D., GEORGETOWN UNIVERSITY, JAN KARSKI EDUCATIONAL FUND

ILUSTRAÇÃO 6 - CAPA DA PRIMEIRA OBRA DE JAN KARSKI, STORY OF A SECRET STATE, 1944, JAN KARSKI EDUCATIONAL FOUNDATION



Em Dezembro de 1981 (data da Lei Marcial na Polónia), perante o Congresso dos Estados Unidos da América, Jan Karski pela primeira vez contou a sua biografia de um *courier* (mensageiro) do Estado Polaco Clandestino, da testemunha ocular do Holocausto, de um homem que entrava no gueto de Varsóvia e, na farda du um polícia SS, também nos campos de extermínio construídos por alemães nazi em vários lugares da Polónia. Muito anos antes, ainda no tempo da segunda guerra mundial, Karski pediu aos aliados para que travassem a matança de quase seis milhões de cidadãos europeus, uma metade deles sendo judeus, outra metade polacos e representantes de outras nações. Tudo em vão. E porquê?

Jan Karski pediu que se agisse para impedir o extermínio dos judeus na Europa. Porque ninguém acreditou em Jan Karski? Segundo o seu depoimento, «Mesmo que três milhões de judeus polacos tivessem sido exterminados, agora iriam desconfiar dos polacos. E, assim, a Polónia tornou-se o sobrenome do aniquilamento, porque foi nela que teve lugar o extermínio dos judeus da Europa. Ao escolherem esse local para o extermínio, os nazis exterminaram também a Polónia» (Karski ap. Haenel, 2009: 131). Tese contrária, da alegada cumplicidade dos polacos em massacre de judeus em Jedwabne (10.07. 1941) foi defendida por Tomasz Gross nos *Vizinhos. A História do massacre dos judeus de Jedwabne, na Polónia* (2010). Entretanto, as autoridades nazis descobriram a sua verdadeira identidade e por motivos de segurança Jan Karski não pôde regressar à Polónia. Jan Karski passou a viver nos Estados Unidos. Doutorou-se na Universidade de Georgetown e tornou-se professor, lecionando durante mais de quarenta anos, tanto nas universidades norte-americanas como para a CIA e o Pentágono.

Jan Karski dedicado absolutamente à visão americana do mundo pós-segunda guerra mundial. Levou para o Ocidente muita informação tanto sobre o Holocausto como sobre o funcionamento do Estado clandestino polaco, o movimento de resistência antinazi e sobre a política internacional em relação ao Leste europeu, tratando destas questões já no seu primeiro livro *Story of a Secret State* (Karski, 1944), escrito no Verão de 1944, isto é, antes ainda da insurreição de Varsóvia. A obra atrás mencionada continha alguns capítulos dedicados à questão judaica; as obras que futuramente escreveria aprofundaram este assunto⁴.

Karski faleceu em Washington, nos Estados Unidos da América em julho de 2000, aos oitenta e seis anos. Foi galardoado com a mais alta distinção dos Estados Unidos. A sua posição nos E.U. A. pode ser comparada à de Tadeusz Kościuszko (1746 - 1817), um dos obreiros da independência americana, Kazimierz Pułaski (1745 – 1779), chamado «o pai de cavalaria americana», outro herói da guerra de independência, o santo padre Jan Paweł II (1920 – 2005)⁵, Lech Walesa (n. em 29.09.1943), primeiro presidente da Polónia democrática (1990 - 1995)⁶. Paradoxalmente, o nome de Karski virou à toa aquando de um lapso do ex-presidente Obama na cerimónia da entrega das medalhas de liberdade referindo os alegados Polish *death camps* (campos de morte polacos) no início de 2012. É evocado no tempo quando, segundo as palavras do presidente Donald J. Trump (sentindo-se realmente orgulhoso pelo facto de os nossos compatriotas o terem apoiado nas eleições de 2016), «**A América adora a Polónia, a América ama os polacos**», porque «**os americanos de origem polaca enriqueceram muito os Estados Unidos**» (ap. *Polonicus*, 2017: 17, sublinhado nosso, A.K.).

Os campos de extermínio eram alemães nazi, os polacos morriam neles juntamente com os judeus, condenados à morte pela política da Alemanha nazi. O presente artigo inscreve-se nesta voz, ainda suave, mas palpável na política mundial, dando a conhecer ao público lusofalante a vida, o ofício e o destino de Jan Karski, o herói que, segundo Yannick Haenel, tentou travar o Holocausto, mas não foi ouvido pelos grandes deste mundo. Só em 1982 a Jan Karski foi-lhe outorgada a medalha “Justo entre as Nações do Mundo”, quando, juntamente com a esposa Pola Nireńska (uma dançarina polaca de origem judia, cujos pais tinham morrido no Holocausto) prestou visita a Israel e plantou a sua árvore simbólica no instituto Yad Vashem. Karski foi grande entusiasta do estado israelita; entre as razões do Holocausto mencionava o facto de os judeus não terem possuído no tempo devido o seu próprio estado. Jan Karski é muito bem conhecido nos Estados Unidos da América, nos meios das comunidades polacas como também nos meios judaicos. Na Polónia, tem o seu monumento: um monumento-banquinho em Łódź.

ILUSTRAÇÃO 7, BANQUINHO DE JAN KARSKI EM ŁÓDŹ, POLÓNIA, 2014, WIKIMEDIA COMMONS

ILUSTRAÇÃO 8 JAN KARSKI IN YAD VASHEM, 1982 THE WORLD HOLOCAUST REMEMBRANCE CENTRE



Sendo anticomunista, foi relativamente pouco conhecido ate ao ano de 1989. Mereceu a atenção de alguns historiadores, jornalistas e escritores. Na Polónia, mais conhecido era Marek Edelman (1919 - 2009), o heroico judeu polaco, médico cardiologista de profissão, um dos líderes da insurreição no gueto de Varsóvia em 1943, um ativista social e uma inquestionada autoridade moral, galardoado também com a Ordem polaca de Águia Branca.

Mais conhecida ainda foi a senhora Irina Sendler (1910 – 2008), «a mãe das crianças do Holocausto», “descoberta” pelos americanos em virtude da sua missão parecida com a de Jan Karski: a de salvar os judeus, em especial as crianças judias⁷.

Deus terá mesmo morrido em Auschwitz? A revisitação da história de Jan Karski é necessária *hic et nunc*, para que nunca caísse o mando do esquecimento sobre Jan Karski, um dos muitos Justos entre as Nações do Mundo de origem polaca. A segunda guerra mundial resultou na morte de mais de seis milhões de cidadãos polacos, dos quais cerca de metade eram judeus polacos. Muitos deles sobreviveram graças à ajuda dos polacos. Atualmente, o título de «Justo entre as Nações do Mundo», outorgado àqueles que arriscaram conscientemente as suas vidas para salvar os judeus, foi dado a mais de seis mil cidadãos polacos – o maior número entre todas as nações do mundo. Um deles foi Jan Karski.

2. Quem é o culpado pelo Holocausto ou as (des)razões de Jan Karski

⁴ Maiores obras da autoria de Jan Karski (na ordem cronológica): "Polish Death Camp." *Collier's*, 14 October 1944, pp. 18 – 19, 60 – 61; *Courier from Poland: The Story of a Secret State*, Nova Iorque 1944 (edição polaca: *Tajne państwo: opowieść o polskim Podziemiu*, Warszawa 1999); *Wielkie mocarstwa wobec Polski: 1919-1945 od Wersalu do Jalty*, Varsóvia 1992; *Tajna dyplomacja Churchilla i Roosevelta w sprawie Polski: 1940-1945. Polska powinna stać się pomostem między narodami Europy Zachodniej i jej wschodnimi sąsiadami*, Łódź 1997.

⁵ «Para os polacos, a eleição do papa João Paulo II não foi apenas um conforto na desgraça e uma grande honra nacional; foi também a brecha final no muro atrás do qual eram mantidos desde 1945. A visita do pontífice à sua terra natal, em junho de 1979, reafirmou a crença dos polacos nos seus valores espirituais e culturais, e foi o catalisador de um processo que só terminaria em 1989.» (Zamoyski, 2010: 341) cf. também Zatyka (2015) e Kalewska (2016).

⁶ «Alegramo-nos igualmente porque se encontrou hoje conosco o ex-presidente Lech Walesa – conhecido líder do Solidariedade». Discurso do Presidente Donald J. Trump junto ao monumento do levante de Varsóvia, na Praça Krasiński, em Varsóvia, no dia 6 de julho de 2017, ap. *Polonicus* (2017: 18).

⁷ Irina Sendler (em polaco: Irena Stanisława Sendlerowa, nascida Krzyżanowska), também conhecida como "O Anjo do Gueto de Varsóvia ," foi uma ativista dos direitos humanos durante a segunda guerra mundial, contribuído para salvar mais de 2.500 vidas ao conseguir que várias famílias escondessem filhos de judeus no seio do seu lar e ao levar alimentos, roupas e medicamentos às pessoas barricadas no gueto de Varsóvia , com risco da própria vida. Em 1939, Irina era assistente social no Departamento de Bem-Estar Social de Varsóvia, trabalhava com enfermeiras e organizava espaços de refeição comunitários da cidade com o objetivo de responder às necessidades das pessoas que mais necessitavam. Quando Irina caminhava pelas ruas do gueto, levava uma braçadeira com a estrela de David, como sinal de solidariedade e para não chamar a atenção sobre si própria. Irina vivia os tempos da guerra pensando nos tempos de paz e por isso não fica satisfeita só por manter com vida as crianças. Irina já suportou a tortura e negou-se a trair seus colaboradores ou as crianças ocultas. Quebraram-lhe os ossos dos pés e das pernas, mas não conseguiram quebrar a sua determinação. Foi condenada à morte. Após sua morte Irina Sendler foi apresentada como candidata para o prémio Nobel da Paz pelo governo polaco. Em 2008, a CBS produziu o filme *The Courageous Heart of Irena Sendler* que mostra os fatos mais importantes da luta de Irina. A intérprete de Sendler, Anna Paquin, foi indicada ao Globo de Ouro de 2010.

Quem é o culpado pelo Holocausto? Segundo Jan Karski, havia implicações na diplomacia mundial que nos permitem culpar os E.U.A. e os aliados pela indiferença, antissemitismo e atitude ora de negligência, ora de cumplicidade com a Alemanha nazi. Eis um punho de recordações de Karski da visita ao então presidente norte-americano (no início de Verão de 1943):

Frente a mim e ao embaixador, esparramado na sua poltrona, Roosevelt parecia tão entorpecido como em lalta. Mas os que parecem ter um ar adormecido são precisamente os que procuram adormecer-nos. Deste modo, ele não falou muito durante o encontro e os seus ajudantes-de-campo também não diziam nada. De vez em quando, voltava-se para a mulher de blusa branca e não hesitava em olhar para as suas pernas. Eu falava profusamente, procurava descrever o que vira no campo de Izbica Lubelska. A mulher tomava apontamentos, mas Roosevelt não dizia nada. Abria o casaco e enterrava-se confortavelmente na poltrona.

*Julgo que digeria; eu dizia comigo: Franklin Delano Roosevelt é um homem que digere – **está a digerir o extermínio dos judeus na Europa**. E depois, quando repeti à sua frente a mensagem dos dois homens do gueto de Varsóvia, quando lhe transmiti os pedidos deles relativamente aos bombardeamentos das cidades alemãs, Roosevelt começou a abrir lentamente a boca. Pensei: a reação vai ser terrível – mas não, ele não disse nada. A sua boca contorceu-se ligeiramente, esmagava o seu bocejo.*

***Quanto mais eu explicava as expetativas dos judeus do gueto de Varsóvia, e, consequentemente, de todos os guetos da Europa e de todos os judeus que estavam a ser exterminados, mais ele abafava os seus bocejos.** Cada vez que le abria a boca, preparava-me para ouvir algo; finalmente, eu e o embaixador íamos ouvir o ponto de vista dos Estados Unidos sobre a salvação dos judeus na Europa – mas não, era apenas outro bocejo. Embaraçado, enquanto continuava a falar, comecei a fixar a terrina. Perguntava-me o que ela conteria. Por fim, passado um momento, Roosevelt tomou a palavra e disse: «I understand» (Compreendo). Repetiu essas palavras duas várias vezes. (...).*

Ainda o ouço dizer-me, com a boca de lado: «Compreendo».** Talvez o que ele reprimissem ao falar não fosse um bocejo, mas a própria palavra, pois, precisamente, ele não queria compreender. Quanto mais dizia «Compreendo», mais expressava a vontade oposta. Apesar de tudo, sentia nele uma curiosidade, aquela curiosidade enfiada que se tem por um forasteiro de que se despreza. No fim de contas, eu e o embaixador **éramos apenas simples polacos, ou seja, habitantes de um país que não existia verdadeiramente, que não tinha nenhum peso nas relações de força visando regular o conflito mundial.

***Nessa época, eu não sabia nada dos acordos secretos de Teerão, por meio dos quais, cerca do final de 1943, os ingleses e os americanos tinham cedido a Estaline tudo o que ele desejava quanto à Europa Central e Oriental. A guerra ainda não acabara e a Polónia já forma vendia a Estaline.** Em Varsóvia, os meus amigos resistiam para nada: **Estaline previra aniquilar a Polónia, como Hitler o previra antes dele.** Nessas condições, os polacos nunca pensavam de empecilhos, tanto mais que as relações diplomáticas entre soviéticos e polacos estavam rompidas. No fundo nesse dia, eu e o embaixador só incomodávamos Roosevelt, que nos recebera para salvar as aparências. Via o momento em que ele ia perguntar-me como era possível que polacos católicos – contudo, reputados como antissemitas, se obstinassem tanto a querer salvar judeus. Mas ele não disse nada; em vez disso, olhou as pernas da mulher de blusa branca. (...).*

*Nessa época, ignorava que a melhora maneira de calar alguém é deixá-lo falar. E foi precisamente o que aconteceu: nesse dia, deixaram-me falar, como dezenas de outras vezes, e falei durante anos, **escrevi um livro**⁸ e deixaram-me escrever, e, quando o publiquei, desenvencilharam-se para que o livro fosse um sucesso, para que centenas de milhares de americanos e americanas o comprassem, e sempre que o meu editor me telefonava para me dizer: «Chegámos aos sessenta mil! Ao cento e trinta mil! Ultrapassámos os duzentos mil!», eu pensava: sessenta mil bocejos, cento e trinta mil bocejos, duzentos mil bocejos. Assim, passada uma hora, só tinha uma ideia na cabeça: ir-me embora. Face a Roosevelt, no seu gabinete da Casa Branca, fazia a mim mesmo a mesma pergunta que no gabinete da Gestapo, quando era torturado pelos SS: como sair daqui?*

Enfrentara a violência nazi, suportara a violência dos soviéticos e eis que, de modo inesperado, travava conhecimento com a insidiosa violência americana.** Uma violência aveludada, feita de canapés, terrinas, bocejos. Uma violência que exclui por surdez, pela organização de uma surdez que impede qualquer confronto. (...) **E quando a bomba atómica destruiu Hiroxima e Nagasáqui no Verão de 1945, compreendi finalmente o que se passava naquele gabinete oval, onde tanto se compreendia os outros.

*Terão cera nos ouvidos? perguntei ao embaixador a sair da Casa Branca. Pensei que Roosevelt e os seus colaboradores tinham tapado voluntariamente os ouvidos, como os companheiros de Ulisses quando se cruzavam com o canto das sereias. Pensei que não queriam ouvir para se preservarem do mal. Nessa noite, tive a intuição de que, ao desviarmo-nos do mail e ao recusarmo-nos a compreender que ele existe, começamos a fazer parte dele. (...). **Pois os homens agem apenas em função do seu interesse e, precisamente, ninguém tinha interesse em salvar os judeus da Europa, de modo que ninguém os salvou. Pior: o consenso anglo-americano mascarava um interesse contra os judeus.** Só compreendi isto muito mais tarde, pois as verdades vergonhosas chegam sempre ao retardador. **Nem os ingleses nem os americanos queriam ser ir em auxílio dos judeus da Europa, porque temiam ser obrigados a acolhê-los.** (ap. Haenel, 2010: 107 a 11, sublinhado nosso, A.K.).*

Franklin D. Roosevelt queria saber se era mesmo verdade que os alemães confiscaram muitos cavalos na Polónia, presumindo que a Polónia, sendo um país rural, não sobreviveria sem a força dos músculos cavalinos ... E, na sua bondade, ofereceu-se para enviar alguns quadrúpedes para a Polónia, assim que a guerra terminar. Jan Karski aceitou a «ajuda» sem hesitar ... Por outro lado, Roosevelt sabia relativamente muito sobre o Holocausto; as primeiras notícias sobre o Holocausto foram transmitidas em 1942 à diáspora suíça pelo judeu Gerhart Riegner, um homem de negócios que através dos seus contactos tinha acesso aos funcionários mais altos do regime do III Reich, sabendo deles dos planos da «definitiva solução da questão judaica» (ap. Żbikowski, 2012: 34). A carta de Riegner ao presidente norte-americano não acarretou nenhuma acção concreta, caindo irrespondida nas malhas e manobras da diplomacia dos E.U.A. Sorte igual sofreu o relatório de Karski. O Ocidente não acreditou no Holocausto. Os britânicos sabiam do massacre dos judeus na Polónia, mas não mexeram uma palha temendo as retaliações alemães nos bombardeamentos de Inglaterra e as represálias políticas.

Quem é, então, o culpado do maior crime contra a humanidade que aconteceu no território da Polónia no tempo da segunda guerra mundial? Durante a segunda guerra mundial, a Polónia tornou-se o palco da maior carnificina que jamais ocorreu na história da Europa: com a agressão da Alemanha à Polónia, em 1 de setembro de 1939 e a invasão das tropas soviéticas (segundo o tratado de Ribbentrop-Molotov), estava elaborado o plano da destruição do nosso país.

O Holocausto foi planeado, institucionalmente organizado, preparado e sistematicamente levado a cabo pela Alemanha nazista, antes de tudo na Polónia, que gozava da maior concentração de judeus na Europa e da segunda maior do mundo, depois dos Estados Unidos. Em 1939 os nazistas começaram a criar no território polaco ocupado as grandes concentrações de judeus nos guetos urbanos (o maior em Varsóvia, com quatrocentos mil pessoas), e, logo depois, estabelecer os primeiros campos nazistas de concentração; primeiro Stuthoff, e em 1940 começou a funcionar uma verdadeira «fábrica da morte» em Auschwitz – uma verdadeira fábrica de morte com câmaras de gás e crematórios, onde se matavam até vinte mil pessoas diariamente, usando Zyklon-B e monóxido de carbono. «Em maio de 1940, o gueto de Łódź foi selado, e o mesmo aconteceu em Varsóvia e noutras cidades.» (Zamoyski, 2010: 295). Naquele tempo, Jan Karski e alguns dos polacos já tentaram fazer o alarme sobre o que estava a acontecer, passando informações precisas sobre o Holocausto para os aliados. Infelizmente, sem resultado. Havia voluntários polacos que entravam nos campos de concentração alemães nazi para descrever a realidade, mas naquele tempo ninguém ouvia. Mais até – alguns governos europeus colaboraram tranquilamente com o *III Reich* de Adolf Hitler...

Em 1941 foi emitido um decreto sobre a aplicação da pena de morte àqueles que ajudavam aos judeus sobreviver, por exemplo escondendo-os nas suas casas. Em nenhum outro país ocupado pelos nazistas estava em vigor uma lei tão rigorosa como na Polónia. Logo depois, em 1942, apareceu o plano para a «solução final da questão judaica» - extermínio em massa dos judeus de toda a Europa nos campos de concentração. Ao mesmo tempo o Dr. Josef Mengele começou os seus experimentos médicos criminosos no campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, e os alemães nazistas começaram a liquidar os guetos e a deportar os seus habitantes aos campos de concentração. «A partir de 1942, as pessoas encurraladas nestes guetos começaram a ser deportadas para campos instalados em Treblinka, Majdanek, Sobibór, Bełżec, Auschwitz-Birkenau, para serem exterminados» (2010: 45)⁹. Os nazis alemães consideraram a parta da população da Europa que estava sob a sua ocupação como de raça inferior.

Em resultado, os polacos e os eslavos de leste foram destinados a extinção sucessiva para que as terras povoavam fossem entregues aos alemães. Os judeus e os ciganos, por sua vez, foram condenados ao extermínio. No território da Polónia, sob ocupação alemã, dentro das fronteiras de antes da guerra, os nazis construíram seis centros (campos) de extermínio em massa, onde os judeus, os polacos e representantes de outros povos da Europa de Leste foram assassinados em câmara de gás logo após a sua chegada. Entre os campos de extermínio mencionados, o maior era Auschwitz, para onde nos anos 1940 – 1945 os nazis alemães levaram 1,1 milhão de judeus, 140 - 150 mil polacos, 23 mil ciganos, 15 mil prisioneiros de guerra soviéticos e 25 mil prisioneiros de outras nações. No dia 24 de julho de 1944, no campo de concentração de Auschwitz-birkenau, num só dia foram mortos cerca de quarenta mil seres humanos. Foi um recorde na história da indústria nazista de morte. Ao todo, nos campos de concentração alemães nazi instaurados no território da Polónia «foram assinados 2.7 milhões de cidadãos polacos de origem judaica» (2010: 45).

Os alemães nazistas começaram, então, a liquidar os guetos e deportar os seus habitantes aos campos de concentração.

A revolta armada no gueto de Varsóvia começou em 19 abril de 1943 e foi um gesto de desespero contra a sua liquidação; durou até 8 de maio de 1943¹⁰ . Um ano depois de o *Brugadeführer* SS Jurgen Strrop lançar a operação de chacina dos últimos sobreviventes do gueto em Varsóvia, no dia 11 de abril de 1943, «a rádio alemã anunciou a descoberta de valas comuns na floresta de Katyń, perto de Soleńsk, contendo os cadáveres de 4231 oficiais polacos, todos eles com as mãos atadas atrás das costas e uma bala na cabeça» (Zamoyski, 2010: 300). Os oficiais polacos tinham sido mortos pelo NKVD na Primavera de 1940, mas os russos acuaram os alemães do massacre.

^[8] O livro publicado por Jan Karski (1944) foi intitulado Courier From Poland. The Story of a Secret State, traduzido para francês em 1948 (Histoire d’un État secret), e reeditado posteriormente, em 2004, com o título Mon Témoigne devant le monde (ed. Pont de Mire, col. «Histoire»).

^[9] Cf. Lachendro (2011).

^[10] cf. Levante do gueto de Varsóvia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Levante_do_Gueto_de_Vars%C3%B3via?veaction=edit§ion=2, acesso em 4.03.2019.

Depois de apagar brutalmente a insurreição no gueto de Varsóvia, os nazistas proclamaram oficialmente o *Terceiro Reich* «limpo de judeus». Mas os judeus não eram as únicas vítimas da guerra e da barbaridade nazista, especialmente no território polaco. Em 1 de Agosto de 1944 o exército subterrâneo lançou uma insurreição («um levante») de Varsóvia traçando, em breve, a história da insurreição de Varsóvia (e a história da Avenida Jerozolimskie, quando os polacos, sob o fogo de metralhadoras, traziam sacos de areia para defender a sua estreita passagem através da Avenida, fazendo trincheiras e erguendo barricadas) o presidente Donald J. Trump lembrou ajuizadamente: «*No verão de 1944 os exércitos nazista e soviético estavam se preparando para travar em Varsóvia uma luta terrível e sangrenta. Nesse inferno na terra que lhes foi preparado, os polacos assumiram a defesa da sua Pátria*» (ap. *Polonicus*, 2017: 21). Intensos combates da insurreição varsoviense duraram dois meses, até 2 de outubro de 1944, resultando na matança de quase duzentos mil habitantes de Varsóvia. A capital polaca ficou quase completamente arrasada. Cada ano, em 1 de agosto, a cidade para na Hora Zero – às 17 h. Para preservar a memória de todas as vítimas: as da insurreição no gueto (1943) e as da insurreição de Varsóvia (1944), aquando da ocupação nazi e na iminência da ocupação soviética. Pena que na historiografia mundial as duas insurreições, como no seu tempo apontou Jan Karski, fossem confundidas ou mesmo o segundo fosse ofuscado em virtude do primeiro.

Reitera, agora, a pergunta sobre o culpado do Holocausto, a que os polacos reagem muitas vezes emocionalmente, face às revelações de Jan Tomasz Gross¹¹. Compartilhamos a opinião da jovem estudiosa polaca quanto à divisão – às vezes pouco clara – entre os «perpetradores e agressores» e «vítimas», tão claro e visível durante e logo depois da guerra, cedendo presentemente às discussões já não tão unilaterais:

No nosso olhar, a maneira como a segunda guerra mundial e o discurso do Holocausto estão sendo ultimamente apresentados parece absurda, concentrando-se nos poucos casos de colaboradores polacos e omitindo a generalizada fraternidade dos polacos e judeus na luta e a ajuda dos polacos aos judeus durante o Holocausto, confirmada por pesquisas detalhadas. As narrativas históricas comprovadas estão dolorosamente colidindo com os pontos de vista dos que frequentemente nem passaram pela ocupação alemã, mas acham que possuem o direito de colocar a culpa naqueles que em razão dela passaram pelo maior sofrimento... (...)

A Polónia perdeu na guerra quase 40% dos seus cidadãos, entre eles judeus. O destino dos judeus polacos durante o Holocausto não foi algo único ou separável do destino da etnia polaca em geral. Mas agora fala-se antes de tudo sobre o antissemitismo na Polónia durante a guerra ou a indiferença dos polacos em relação aos judeus fechados nos guetos ou nos campos de concentração.

Infelizmente, não mostrando os fatos acima expostos, por exemplo as punições com a morte aplicadas àquele que aparentemente não sabiam mostrar essa indiferença, assim como a todos os membros das suas famílias ...

***Ou a indiferença cruel dos aliados frente aos relatórios sobre o Holocausto providenciados pelos polacos nos primeiros anos da segunda guerra.** Sim, com certeza houve aqueles polacos que foram pagos pelos judeus pela ajuda (os szmalcownicy). Houve outros que chantageavam e ameaçavam denunciá-los. **Pessoas sem honra e sem vergonha.** E os historiadores têm que se deparar com isso. E se depararam. Assim deveria ser. Porque em cada grupo de pessoas há pessoas diferentes decentes e indecentes.*

***Nunca somos todos santos. Mas é difícil dizer, preservando a verdade histórica, que foram, na sua maioria, os polacos que ajudaram no Holocausto ou que os campos de concentração eram «campos polacos», como se ouve hoje pelo mundo. Os polacos, na sua esmagadora maioria, nunca se renderam durante a guerra, nunca colaboraram com os nazis, construindo o maior movimento de resistência aos ocupantes, jamais visto no mundo na forma de todo o estado polaco subterrâneo e arriscando a vida dos seus familiares para salvar as vidas dos judeus, apesar de conhecerem bem demais as consequências das suas ações – são eles os mais numerosos entre os «Justos do Mundo».** (...).*

*Mas as tensões continuam voltando e reaparecendo, causando uma grande indignação na Polónia com a política histórica consciente, **que quer livrar da responsabilidade pelo Holocausto os seus autores, criando uma imagem antisemita dos polacos e repercutindo no mundo dos meios de comunicação de massa, com o aparecimento de expressões como «campo de concentração polacos».***

A ignorância histórica prejudica tanto a verdade como a sagrada memória das vítimas, tanto judeus como polacos, conduzindo à relativização do crime hediondo da guerra e do Holocausto, inextricavelmente entrelaçados (Siuda-Ambroziak, 2017: 113 a 114, sublinhado nosso, A. K.).

Falando do Holocausto e da matança dos judeus em Jedwabne, facto esse que gerou mais controvérsia na Polónia natal de Jan Tomasz Gross, por expor a violência polaca contra os judeus no pós-guerra, citaremos a opinião do autor dos Vizinhos quanto ao culpado do Holocausto: «**a tragédia dos judeus em Jedwabne não passa de um episódio na guerra mortal a que Hitler condenou os judeus de todo o mundo. Por conseguinte, num sentido superior, histórico e metafísico, é a ele que se deve atribuir a responsabilidade por este crime**» (Gross, 2010: 63, sublinhado nosso, AK).

3. A vida depois de Auschwitz será mesmo possível?

Durante a segunda guerra mundial, a Polónia perdeu a maioria do seu património cultural, pois muitos museus, bibliotecas, palácios e igrejas foram destruídos. Mas as perdas reais foram muito maiores e de consequências muito duradouras. Morreram quase seis milhões de cidadãos polacos, uma proporção de um para cinco. No caso das elites, a proporção foi muito maior: quase um em cada três sacerdotes católicos e médicos, mais de um em cada dois advogados.

Mais de meio milhão de polacos ficaram estropiados para toda a vida, um milhão de crianças ficaram órfãs. Os sobreviventes padeciam de uma aguda subnutrição e a tuberculose e outras doenças faziam devastações epidémicas. Meio milhão de polacos, incluindo uma levada percentagem dos intelectuais, a maioria das lideranças civil e muitos dos melhores escritores e artistas, estavam dispersos pelo mundo e nunca regressariam.

No total, a Polónia do pós-guerra tinha 30% menos habitantes do que a Polónia em 1939. Mas estes números dão apenas uma pálida imagem do verdadeiro prejuízo causado à sociedade polaca: a segunda guerra mundial não se limitou a destruir pessoas, edifícios e obras de arte; destroçou uma comunidade racial e multicultural «frágil mas funcional» (Zamoyski, 2010: 314) que, antes de 1939, tinha a população judaica muito numerosa, indo até 10 % da sociedade, i.e., de cerca de três mil e quinhentos habitantes da Polónia antes da segunda guerra mundial eram judeus, sendo esta a maior cotação na Europa. Sempre segundo Adam Zamoyski:

Antes de 1939 também existiam tenções reprimidas entre os polacos étnicos e as várias minorias, e até entre algumas das minorias, mas a violência fora notavelmente diminuta e limitara-se aos grupos marginais que existem em qualquer sociedade.

A tolerância, ainda que por vezes relutante, era a norma.

Era inevitável que estas tenções viessem ao de cima com o advento da guerra, e que não fosse apenas a minoria alemã a declarar-se abertamente pela Alemanha contra a Polónia e contra os seus vizinhos polacos.

No sudeste da Polónia, os nacionalistas ucranianos acolheram alemães e soviéticos de braços abertos, e a norte, muitos lituanos, bielorrussos e judeus comunistas receberam os invasores soviéticos como libertadores. (..)

A Alemanha nazi e a Rússia soviética estavam decididas a destruir a sociedade polaca.

Por conseguinte, importavam para o território polaco, que era multiétnico e socialmente diverso, os métodos de manipulação racial, social e política que tinham desenvolvido nos seus próprios países.

Foram estes métodos que lançaram as realidades da guerra na Polónia ocupada num círculo infernal muito mais terrível do que em qualquer outro país.

A prioridade primeira dos alemães foi decapitar a sociedade polaca através da eliminação da liderança política, espiritual e social.

A segunda foi dividi-la nos seus componentes raciais. Todos os cidadãos polacos de origem alemã foram classificados como alemães e receberam os privilégios inerentes.

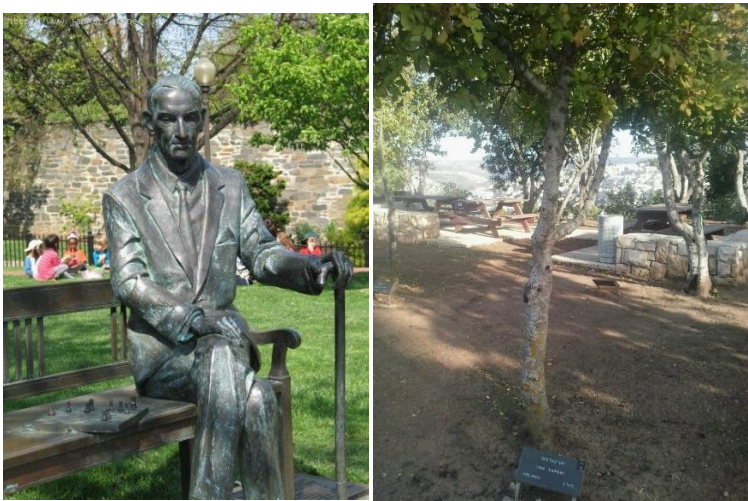
Os cidadãos polacos com nomes «alemães» e com aspeto de alemães foram encorajados a declararem-se Volksdeutsche e a reclamar os mesmos privilégios.

Os judeus foram segregados e destinados ao extermínio, os nacionalistas ucranianos e bielorrussos foram convidados a apresentarem-se e definirem-se contra os seus vizinhos polacos. (Zamoyski, 2010: 314, o sublinhado nosso, A.K.).

ILUSTRAÇÃO 9 JAN KARSKI´ S STATUTE AT GEORGETOWN UNIVERSITY (COURTESY JANE ROBBINS), JAN KARSKI EDUCATIONAL FOUNDATION

ILUSTRAÇÃO 10 ÁRVORE DE JAN KARSKI IN YAD VASHEM INSTITUTE WIKIMEDIA COMMONS

¹¹ Em 10 de julho de 1941, quanto à população judaica de Jedwabne, Polônia, contando c. de 1500 habitantes, «Apesar de a ordem ter sido dada pelos alemães, foram os selvagens polacos que se encarregaram de a executar e fizeram-no das maneiras mais horróras: após vários suplícios e torturas, queimaram todos os judeus num celeiro. (...) Todavia, a 10 de julho, a participação direta dos alemães limitou-se, sobretudo, a tirar fotografias e (...), a filmar os acontecimentos» (Gross, 2010: 22 e 63).



Em setembro de 1944, depois de a região da Polónia ter sido ocupada pelos soviéticos, foi implementada uma gigantesca operação de remoção de todos os polacos e judeus dos territórios a leste da nova fronteira polaca. Quase toda a população de Lvov foi movida para as ruínas da antiga cidade alemã de Breslau (Wrocław).

Foram assim deportados quase 780 000 polacos e judeus, em viagens que por vezes implicavam semanas em vagões de mercadorias, num processo de transferência obrigatória que envolvia brutalidades, violações, pilhagens, terminando com a hostilidade das comunidades anfitriãs e num efeito profundamente traumático em todas as vítimas: polacos, judeus, representantes de minorias étnicas (como, por exemplo, os lemkos, um pequeno povo ruteno que habitava nos Cárpatos Orientais).

Em 25 de Novembro de 1944, Himmler ordenou explodir as câmaras de gás e os crematórios de Auschwitz-Birkenau e apagar os vestígios do assassinato em massa. Em 18 de Janeiro de 1945 as tropas SS alemãs começaram a evacuar o campo – sessenta e seis mil prisioneiros foram levados para o Ocidente na marcha da morte, que matou mais de quinze mil seres humanos. Em 26 de Janeiro de 1945 as tropas soviéticas, agora aliadas das polacas, libertaram o campo de concentração de Auschwitz-Birkenau, onde havia ainda sete mil esqueletos-prisioneiros. Em 30 de Abril de 1945 Adolf Hitler cometeu suicídio no seu *Bunker* em Berlim. Acabou a segunda guerra mundial.

Depois de 1945, o nosso país ficou atrás da «cortina de ferro», traído pelos aliados, que a deixaram à mercê de Estaline, depois de se ter aproveitado dos cientistas polacos quebrando o famoso código de Enigma e dos milhares dos soldados polacos lutando no ocidente, entre eles, os famosos pilotos polacos que defenderam Londres dos bombardeamentos dos nazistas. As tropas polacas, incluídas no exército aliado, nem foram convidadas para comemorar o final da segunda guerra mundial.

A «democracia popular», proclamada pela ex-União Soviética, foi vista pela maioria esmagadora da população como uma outra ocupação. «É uma triste ironia o facto de a Polónia, apesar de integrar a aliança vitoriosa, ter sido a grande perdedora na segunda guerra mundial. Perdeu a independência e quase metade do seu território – em defesa do qual fora declarada a guerra.» (Zamoyski, 2010: 313). Cerca de trezentos mil judeus polacos sobreviveram à guerra, e o seu regresso a casa, dos campos de concentração, dos esconderijos¹² ou da deportação na União Soviética foi igualmente traumático. Depois de os judeus serem deportados para os campos de extermínio alemães nazi na Polónia, as suas casas haviam sido geralmente ocupadas pelos elementos mais pobres – ou mesmo criminosos – das comunidades, e o seu reaparecimento foi motivo de ressentimento e or vezes de violência. Os judeus na Polónia no pós-1945, «encontraram o mesmo medo e desconfiança sentido por todos os grupos de deslocados, e **no seu caso o ressentimento estava fortemente eivado de um antissemitismo** como o que prevalecia nas cidades de província como Kielce» (2010: 318, sublinhado nosso, AK).

A pior contaminação de todas, a ético-moral-religiosa aconteceu no território da Polónia na época, em Deus teria desaparecido ou mesmo morrido em Auschwitz. Alguns casos do antissemitismo violento, tanto no tempo da segunda guerra mundial¹³ como na época do regime soviético¹⁴, levaram muitos dos judeus da Polónia a optar pela emigração, especialmente em 1968, quando Władysław Gomułka (1905 - 1982), o primeiro secretário do unido partido operário polaco (PZPR) nos anos de 1956 - 1970, apelou a uma purga do partido para que fossem extirpados os «reviscionistas, lacaios do imperialismo, sionistas e reacionários» (2010: 334).

Fazia-se grande alarido do facto de nos primeiros anos do pós-guerra na Polónia alguns dos melhores cargos partidários terem cabido a pessoas de origem judaica, apontando-se também para as origens judaicas de alguns líderes estudantis e altos funcionários do partido; alguns deles foram demitidos por alegado sionismo.

Desde os inícios de 1968, a Polónia estava em bulício¹⁵.

Entre os antissofistas mais acérrimos encontravam-se homens como Edward Gierek (1913 - 2001), Primeiro-secretário do Comité Central do PZPR em 1970 – 1980, então secretário do comité silesiano do partido e muitos homens sedentos de poder.

A um nível mais baixo, muitos operários e camponeses polacos aproveitaram, descontentes, para exprimir o seu ódio a todos os tipos de intelectuais chamando-lhes «vampiros judeus», uma associação bizarra que reaparecia mais do que uma vez no futuro; centenas de funcionários de partido e outras pessoas que ocupavam cargos importantes foram despedidos por «sionismo» (*ibidem*).

Gomułka já não controlava a situação, mas agarrava-se à esperança de que a caça às bruxas desviasse as atenções do descontentamento com a sua liderança. Decidiu conceder vistos de saída aos «sionistas» que desejassem emigrar e nos meses seguintes cerca de quinze mil judeus polacos aproveitaram a oferta, incluindo duas centenas de ex-funcionários do ministério do Interior e dos serviços secretos.

¹² cf. *Ida, um filme...* (2013 – 2014), DVD. Polónia, 1962. Anna é uma bonita judia jovem que ficou órfã em criança e que se prepara para entrar no convento onde vive desde que foi salva pelas freiras polacas, descobrindo que o seu verdadeiro nome é Ida. Esta revelação leva-a a dar início a uma jornada para desvendar as suas raízes e confrontar a verdade sobre a sua família com a realidade da Polónia no pós-segunda guerra mundial. Ida terá de escolher entre a sua identidade biológica e a religião católica que a salvou do massacre provocado pela ocupação nazi na Polónia. A protagonista, ajudada pela tia Wanda, escolhe o amor, a verdade (também sobre os esconderijos dos seus consanguinários em casas polacas) e a liberdade.

¹³ cf. Gross (2010).

¹⁴ Em 1946, «começaram a circular boatos de que os judeus andavam a raptar crianças polacas» (Zamoyski, 2010: 318).

¹⁵ Em janeiro de 1968, subiu ao palco de um dos teatros de Varsóvia a peça *Dziady* (*Avoengos*) do poeta romântico polaco Adam Mickiewicz, com possível interpretação antirrusa e a óbvia interpretação antissoviética. Os estudantes aplaudiram as referências antirussas do enredo. As autoridades tomaram a medida absurda de proibir a representação. As manifestações que se seguiram na Universidade de Varsóvia foram dispersas, em março de 1968, com brutalidade pela milícia; mais de mil estudantes foram presos e vários milhares expulsos. Os protestos estudantis estenderam-se a outras partes da Polónia e a outras organizações; ouviram-se exigências de instauração da democracia e da liberdade de imprensa. O governo comunista culpou os «agentes sionistas» a mando da Alemanha (Zamoyski, 2010: 333 – 334).

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

A mulher de Gomułka, Zofia Gomułkowa (1902 - 1986) que era judia, não emigrou, nem o fizeram alguns judeus bem colocados que conseguiram furtar-se ao ataque. Entretanto, Gomułka garantia-se com a participação de vinte e seis mil soldados polacos na invasão soviética da ex-Checoslováquia, em agosto de 1968, mas isto não contribuiu nada para aumentar a sua popularidade junto do partido e do governo comunista na Polónia. Havia, pois, sinais de protesto.

Em dezembro de 1970, tendo Gomułka sofrido um ataque cardíaco, a chefia do partido operário unido foi confiada a Edward Gierek, que tinha planos ambiciosos para um «salto em frente económico» a concretizar através de empréstimos contraídos no Ocidente. Gierek conseguiu impressionar os trabalhadores com a sua aparente boa vontade, concretizando as suas promessas económicas através de empréstimos enormes contraídos no Ocidente. Foi a época áurea do socialismo na Polónia, com as prateleiras cheias e algumas liberdades civis concedidas, inclusive os passaportes e certas quotas-partes em dólares americanos para as viagens ao estrangeiro.

Naquele tempo, em 1974, pela primeira vez depois da segunda guerra mundial, Jan Karski viajou para a Polónia onde permaneceu por alguns seis meses. Encontrou-se, entre outros, com Józef Cyrankiewicz (1911 – 1989), o ex-primeiro-ministro da Polónia (em 1947-1952 e 1954 – 1970), ex-prisioneiro do *KL Ausc Auschwitz*. Membro do partido socialista aquando da segunda guerra mundial, amigo de Karski que o ajudou a deixar a prisão na Eslováquia.

Nas suas repetidas visitas à Polónia, Karski tomou conhecimento e tornou-se amigo de Józef Oleksy (1946 - 2015), ativista social-democrata e ministro de Assuntos Interiores no pós-1989, que se lhe parecia com Cyrankiewicz, quanto à qualidade de carácter e à simpatia humana. Karski foi um homem elegante, um tanto excêntrico, relativamente rico, bem-educado, sociável, amador do *drink* Manhattan, um homem modesto e não necessariamente mimado por todos os regimes, facto esse a que se deve o relativo esquecimento da sua vida, ações e obra (Żbikowski, 2012: 35).

O espírito do desanuviamento político da «época de Gierek» favoreceu o seu esquema pago com a maximização da extração de matéria-prima básica da Polónia (o carvão) e o dinheiro começou a afluir dos bancos ocidentais, mais do que dispostos a emprestar. Companhias como Fiat e a Coca-Cola assinaram contratos para produzir na Polónia.

Não tardou, porém, que comesçassem a surgir fissuras na estrutura económica inventada por Gierek: a carestia dos produtos comestíveis, a escassez de bens essenciais, as greves que rebentaram em 1976 em Varsóvia, Radom e no resto do país.

Os soviéticos requeriam um tributo tangível, sob a forma de uma série de emendas à constituição polaca. A Polónia comprometer-se-ia constitucionalmente com o socialismo, com o «papel de liderança» do partido operário unido (PZPR) e com a «aliança fraterna» com a ex-União Soviética.

Convenientemente para Moscovo, o general Wojciech Jaruzelski anunciou a Lei Marcial às seis da manhã do dia 13 de dezembro de 1981 (2019: 346.)

O debate público sobre a segunda guerra mundial e o Holocausto começou a partir de 1989, na Polónia democrática e independente. Nestes últimos anos temos vivido o «tempo de retorno», um *boom* da memória do passado doloroso, contorcido e incerto, com as novas iniciativas e manifestações de interesse histórico incluindo a criação de novos museus nacionais que descrevem a história da guerra, os levantamentos heroicos, a experiência da ocupação: por exemplo, o Museu dos Judeus Polacos POLIN¹⁶ e o Museu da Insurreição de Varsóvia¹⁷. Era de acrescentar que numa praça junto do Museu dos Judeus Polacos encontram-se seis banquinhos-monumentos a Jan Karski¹⁸.

Outra manifestação de ajuste de contas com as tragédias e traumas do passado é o florescimento de investigação científica levada a cabo pelo ŻIH (Instituto Judaico de História), IPN (Instituto de Memória Nacional) e outras instituições, assim como a popularidade das reconstruções dos acontecimentos históricos.

Hoje, o peso da história judaico-polaca e polaca-judia é evidente no espaço público, onde foi erguida uma série de monumentos comemorativos às vítimas da segunda guerra mundial; as vítimas do Holocausto e os heróis de guerra que não foram reconhecidos pelo regime comunista apontam para os desafios geopolíticos, sociais e outros muito semelhantes aos que a Polónia enfrentou nos últimos quatro ou cinco séculos, naqueles tempos longínquos quando a *Res Publica* polaca era um país tolerante, hospitaleiro e acolhedor de judeus, tártaros e povos seus vizinhos.

As manifestações da cultura judaica na Polónia contemporânea incluem festivais da música e uma variedade de produções artísticas: filmes¹⁹, peças de teatro, exposições, congressos, etc.

As Universidades polacas lidam também com esta demanda, abrindo programas e cursos dedicados à história dos judeus na Polónia. Jan Karski mereceu vários **monumentos - banquinho na Polónia, em Łódź**²⁰ alguns livros comemorativos²¹; o ano de 2014 (centenário de nascimento de herói polaco) foi homenageado com uma exposição no Parlamento Europeu em Bruxelas. Nunca foi apreciado segundo a sua média pelos seus atos e falas. Teria chegado agora o tempo de homenagem ao mensageiro polaco da verdade sobre o Holocausto?

Deixamos, assim, aberta a pergunta se vale a pena fazer divisões entre os judeus e os polacos, as vítimas da segunda guerra mundial, a guerra que resultou na morte de seis milhões de cidadãos polacos, muitos dos quais eram judeus. Somente aos olhos de Hitler, os judeus constituíam uma «categoria especial» de vítimas e pensar deste modo equivaleria a aceitar a lógica dos assassinos nazistas.

Acreditamos, pois, na comunidade e na sociedade civil sem distinção de credos, nacionalidades e identidades culturais, defendendo que a vida humana tem sempre o mesmo valor, independentemente do país, religião, género, raça ou nível de educação.

Nenhuma vítima do nazismo, sendo judeu, polaco, russo, deficiente ou LGBT mereceu morrer naquela carnificina e jamais pode jogar um papel secundário ou escamoteado na história da Humanidade.

Enquanto sociedade, temos pela nossa frente na Polónia as mesmas influências e ameaças globalizantes à identidade e à coesão que qualquer outra comunidade, desde as mais desenvolvidas e sofisticadas até «aos povos mais recentemente descobertos na Amazónia» (Zamoyski, 2010: 374), desejando, *bona fide* (de boa-fé!), inscrever a dolorosa história de um herói que se tornou um porta-voz de protesto contra o Holocausto no bemérito na consciência de Lusofalantes na Europa e no Mundo.

ILUSTRAÇÃO 11 JAN KARSKI IN HIS ROOM AT THE MUSEUM OF THE CITY OF ŁÓDŹ, 1999, POLÓNIA JAN KARSKI EDUCATIONAL FOUNDATION

ILUSTRAÇÃO 12 BANQUINHO DE JAN KARSKI NA UNIVERSIDADE DE TELAVIVE, WIKIMEDIA COMMONS

¹⁶ POLIN – O Museu da História dos Judeus Polacos (*Museum of the History of Polish Jews*) foi criado em 2005, eis o site em inglês: <https://www.polin.pl/en>, acesso em 4.03.2019.

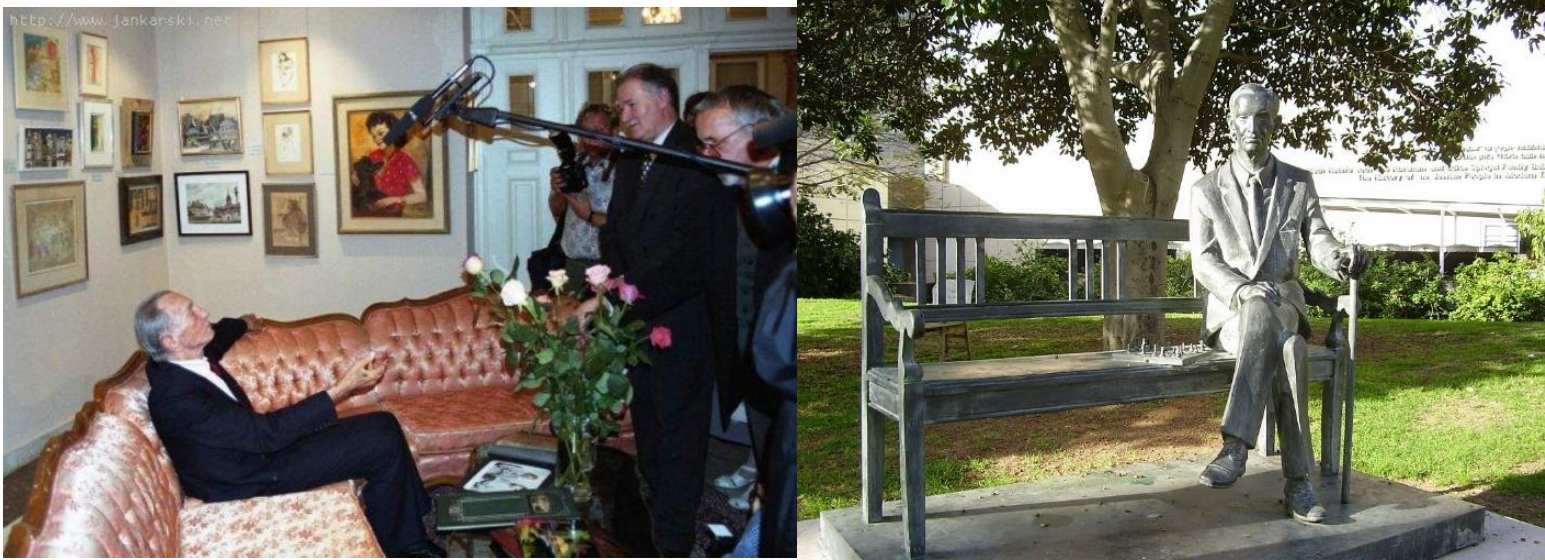
¹⁷ Site oficial do Museu da Insurreição de Varsóvia (*Warsaw Rising Museum*) a funcionar desde 31.07.2004, i.e., desde o sexagésimo aniversário da insurreição: <http://www.1944.pl>, acesso: 3.03.2019 (há áudio guias em português, pala os lusofalantes). Aos visitantes, apresenta-se-lhes o filme, promovido pelo Museu de Insurreição de Varsóvia em 11.01.2012: *City of Ruins: Destroyed Warsaw – Poland in 1945*: <https://www.youtube.com/watch?v=Vx3aGiurRbQ>, acesso em 3.03.2019. A conceção do Museu é interativa; logo à entrada pode ouvir-se os sons ritmados, é como se ali estivessem ainda a bater os corações daqueles que lutaram contra a ocupação alemã nazi na Polónia, ao compasso dos sons de bombardeamentos e rajadas de metralhadora. A ideia é a de trazer o visitante para dentro da realidade do ato máximo e final da resistência polaca antinazi, inclusive de sentir uma certa claustrofobia ao atravessar uma reprodução dos esgotos, forma de locomoção clandestina pela cidade que os revolucionários utilizaram na época da Insurreição de Varsóvia. As lutas foram travadas também no campus da Universidade de Varsóvia, a nossa Alma Mater, onde o grupo militar Krybar defendia com a participação de professores, estudantes e escoteiros, cada um dos edifícios universitários.

¹⁸ Banquinhos de Jan Karski (6) em Varsóvia, junto do Museu dos Judeus Polacos POLIN: https://pl.wikipedia.org/wiki/%C5%81aweczka_Jana_Karskiego_w_Warszawie, consultado em 4.03.2019.

¹⁹ Recomendamos *Os Invencíveis (The Unconquered)*, o filme de animação gráfica (um documentário em inglês, legendado em português) produzido pelo Instituto da Memória Nacional (IPN) da Polónia, em que se mencionam «os polacos que salvaram judeus mesmo sob o risco da pena de morte»: <https://www.youtube.com/watch?v=TtAPf634sF4>, acesso: 3.03.2019.

²⁰ As fotos disponíveis em: https://www.google.com/search?q=laweczka+Karskiego+w+Lodzi&client=firefox-b-d&tbn=isch&source=iu&ictx=1&fir=iE9sp8YS1AX3_M%252CAAAAAAAAAAABAM%252C_&usq=K_i6I4I_PbqGECemFR-3GyZ_vj5iw%3D&sa=X&ved=2ahUKEwiR-viQ8uXgAhXMCuwKHUfpB0EQuqlBMA6BAGGEAY&biw=994&bih=658#imgdii=3BGeCXXLusaFIM:&imgsrc=XPEhFzDWzxIDJM:. consultado em 3.03.2019

²¹ Por ex.: E. Thomas Wood e S. M. Jankowski (1994), Karski: *How One Man Tried to Stop the Holocaust*, New York; Henry R. Lew (2012), *Lion Hearts*, Melbourne. A historiografia polaca sobre Jan Karski consta também de alguns itens, cf. Żbikowski (2012).



Referências bibliográficas:

Audio Interview with Jan Karski, audio and excerpts of Jan Karski's book: <http://remember.org/karski/kaudio>, consultado em 4.03.2019.

Banquinhos de Jan Karski em Łódź, descerrados em 2014 (o ano de Jan Karski, em centenário de nascimento): [https://www.google.com/search?q=laweczka+Karskiego+w+Lodzi&client=firefox-b-d&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=iE9sp8YS1AX3_M%252CAAAAAAAAAAABAM%252C_&usg=K_i6l4I_PbqGECemFR-3GyZ_vj5iw%3D&sa=X&ved=2ahUKEwjR-viQ8uXgAhXMCuwKHUfpB0EQquqIBMA6BAGGEAY&biw=994&bih=658#imgdii=3BGeCXxLusaFIM:&imgsrc=XPEhFzDWzxIDJM](https://www.google.com/search?q=laweczka+Karskiego+w+Lodzi&client=firefox-b-d&tbm=isch&source=iu&ictx=1&fir=iE9sp8YS1AX3_M%252CAAAAAAAAAAABAM%252C_&usg=K_i6l4I_PbqGECemFR-3GyZ_vj5iw%3D&sa=X&ved=2ahUKEwjR-viQ8uXgAhXMCuwKHUfpB0EQquqIBMA6BAGGEAY&biw=994&bih=658#imgdii=3BGeCXxLusaFIM:&imgsrc=XPEhFzDWzxIDJM;); consultado em 4.03.2019.

Claude Lanzman Shoah Collection, Interview with Jan Karski, October 1978: <https://collections.ushmm.org/search/catalog/irn1003915>, consultado em 4.03.2019.

City of Ruins: Destroyed Warsaw - Poland in 1945, documentário (filme) promovido pelo Museu de Insurreição de Varsóvia (Warsaw Rising Museum) em 11.01.2012: <https://www.youtube.com/watch?v=Vx3aGiurRbQ>, consultado em 3.03.2019.

Davies, Norman (1982), God's Playground. A History of Poland, New York: Columbia University Press.

Gabinete interativo de Jan Karski em Ruda Śląska [Polónia], aberto em 10.11.2011: <https://dzieje.pl/aktualnosci/w-rudzie-slaskiej-otwarto-gabinet-jana-karskiego>, consultado em 4.03.2019.

Gross, Jan Tomasz (2010), Vizinhos. A história do massacre dos judeus de Jedwabne, na Polónia. Colares: Pedra da Lua.

Haenel, Yannick (2010), Jan Karski. O herói que tentou travar o Holocausto. Lisboa: Teorema.

Ida, um filme de Paweł Pawlikowski, DVD (2013-2014). Polónia – Dinamarca (Phoenix Film Poland, 2013 e Portugal, Midas Filmes, 2014), Opus Film - Phoenix Film em associação com Portobello Pictures, argumento Paweł Pawlikowski e Rebecca Lenkiewicz, polaco legendado em português, distribuição Midas Filmes.

Jan Karski Educational Foundation (Fundacja Edukacyjna Jana Karskiego): <https://www.jankarski.net/en>, consultado em 4.03.2019.

Jan Karski: The International Wallenberg Foundation, Wallenberg Legacy, University of Michigan, Sept. 25, 1991, updated May 13, 2014: <http://wallenberg.umich.edu/medal-recipients/1991-jan-karski/>, consultado em 4.03.2019.

Kalewska, Anna (2016), "Edith Stein – a missão de Verdade entre religião, filosofia e o tempo da História," in: Fábio Mário da Silva e Beata Cieszyńska (orgs.), A Missão e o Messianismo nos Contextos Ibéricos e Eslovacos, CLEPUL: Lisboa 2016, 77-97 (e-book). Página consultada a 27 de fevereiro de 2019, https://issuu.com/clepul/docs/a_miss_o_e_o_messianismo.

Karski, Jan (1944), The Story of a Secret State. New York: Emery Reeves.

Lachendro, Jacek e Kuwałek, Rebert et al. (2011), Polónia. Campos de extermínio alemães (Auschwitz, Belzec, Sobibor, Treblinka, Majdanek, Kulmhof am Ner). Marki: Parma Press [Polónia].

Levante no gueto de Varsóvia: https://pt.wikipedia.org/wiki/Levante_do_Gueto_de_Vars%C3%B3via?veaction=edit§ion=2, consultado em 4.03.2019.

Ławeczka Jana Karskiego w Warszawie (6); O banquinho de Jan Karski em Varsóvia (6): https://pl.wikipedia.org/wiki/%C5%81aweczka_Jana_Karskiego_w_Warszawie, consultado em 4.03.2019.

Mucznik, Esther (2012), Portugueses no Holocausto. Histórias das vítimas dos campos de concentração, dos cônsules que salvaram vidas e dos resistentes que lutaram contra o nazismo. Lisboa: A Esfera dos Livros.

Muzeum Powstania Warszawskiego (Museu da Insurreição de Varsóvia), site oficial do Museu: <http://www.1944.pl/>, consultado em 4.03.2019.

POLIN – Museum of the History of Polish Jews: <https://www.polin.pl/en>, consultado em 4.03.2019.

Polonicus. Revista de reflexão Brasil - Polónia (2017), VIII-2, "Discurso do presidente Donald J. Trump junto ao monumento do levante de Varsóvia, na Praça Krasiński, em Varsóvia, no dia 6 de julho de 2017", julho - dezembro, pp. 17 – 33.

Siuda-Ambroziak, Renata (2018), "Quem é culpado pelo Holocausto?" Polonicus. Revista de reflexão Brasil – Polónia, IX - 1, 108 - 114.

The Jan Karski Institute for Tolerance and Dialogue, a non-profit organization, State of Maryland, USA, unveiled in 2002: <http://jankarskiinstituteus.org/history.htm>, consultado em 4.03.2019.

The Righteous Among the Nations, Yad Vashem – The World Holocaust Remembrance Center (Jan Karski condecorado, 1982): <http://db.yadvashem.org/righteous/righteousName.html?language=en&itemId=4043972>, consultado em 4.03.2019.

The Unconquered (Os Invencíveis). Documentário (filme de animação gráfica) produzido pelo Instituto da Memória Nacional (IPN), 17.09.2017: <https://www.youtube.com/watch?v=TtAPf634sF4>, consultado em 3.03.2019.

Warsaw Rising Museum (Museu de Insurreição de Varsóvia): <https://www.1944.pl/en/article/the-warsaw-rising-museum,4516.html>, consultado em 3.03.2019.

Wood, Thomas E. e Jandowski, Stansilas M. (1994), Karski, How One Man Tried to Stop the Holocaust. New York: John Wiley & Sons.

Zamoyski, Adam (2010), História da Polónia, Lisboa: Edições 70.

Zatyka, Marcin (2015), João Paulo II e a integração polaca na Europa Unida, Lisboa: Editorial Franciscana.

Żbikowski, Andrzej; Smoleński, Paweł [entrevista ao Prof. Andrzej Żbikowski por Paweł Smoleński] (2012) "Jan Karski. Kogo odznaczył Obama." ["Jan Karski. Quem foi condecorado por Obama."] Gazeta Wyborcza. Magazyn, 2-3 junho 2012, 34-35.

3. ANTÓNIO BARBEDO DE MAGALHÃES, CONVIDADO AICL

TEMA 2 - CELEBRAR 20 ANOS DO REFERENDO (DA INDEPENDÊNCIA) DE TIMOR - O LONGO PROCESSO DE AUTODETERMINAÇÃO DO POVO DE TIMOR-LESTE E O PAPEL DA SOLIDARIEDADE PORTUGUESA: CINCO POUCO CONHECIDAS ESTRATÉGIAS E AÇÕES DESENVOLVIDAS PELA SOLIDARIEDADE PORTUGUESA LIDERADA POR A. BARBEDO EM DIVERSOS CONTEXTOS: CDPM-PORTO, PAZ E JUSTIÇA PARA TIMOR-LESTE E COJTUP, ANTÓNIO BARBEDO DE MAGALHÃES

Nesta comunicação são apresentadas intervenções estratégicas da solidariedade portuguesa para vencer bloqueios que lhe restringiam, às vezes de forma radical, a sua eficácia e para desenvolver o impacto dos movimentos internacionais de solidariedade. São apresentadas cinco iniciativas que, pelo seu maior envolvimento direto, Barbedo de Magalhães melhor conhece.

São eles:

- O trabalho desenvolvido, na Assembleia da República, por António Barbedo de Magalhães, em representação da CDPM-Porto, de setembro de 1981 a maio de 1982, para que Portugal não esquecesse as suas responsabilidades como Potência Administrante;
- O apoio ao revigoramento dos movimentos indonésios Pró-Democracia e da cooperação entre os povos de Portugal, Indonésia e Timor-Leste.
- O reavivar da solidariedade alemã, 8 meses antes da visita do Presidente Suharto à Alemanha.
- O empoderamento da solidariedade internacional, especialmente na Austrália, em maio e junho de 1995, e mais tarde, a seguir à atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo Ximenes Belo e ao Dr. Ramos Horta, nos Estados Unidos e no Canadá, em 1997 (7^{as} Jornadas de Timor da UP).
5. A colaboração na organização de duas muito importantes conferências, uma em Haia, na Holanda e outra em Londres, destinadas a pôr em contacto direto dirigentes da Resistência Timorense e muito importantes figuras indonésias, incluindo generais das forças armadas indonésias.

1. O trabalho desenvolvido, na Assembleia da República, por António Barbedo de Magalhães, em representação da CDPM-Porto, de setembro de 1981 a maio de 1982, para que Portugal não esquecesse as suas responsabilidades como Potência Administrante

Em 1975, enquanto as autoridades portuguesas trabalhavam para criar condições para um processo democrático de autodeterminação do território de Timor sob sua Administração, as principais potências anglófonas e os seus serviços secretos procuravam criar instabilidade para justificar uma invasão feita no interesse do Ocidente, com forças indonésias, tendo como objetivo principal a integração do território na Indonésia.

Essa integração era o objetivo principal de um acordo secreto, estabelecido, em 1963, entre os governos da Austrália, dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e da Nova Zelândia, que permaneceu secreto até 2007, quando o investigador português Moisés Silva Fernandes deu a conhecer os resultados das suas investigações feitas no Arquivo Nacional da Austrália e no *“Foreign Office”* britânico²².

Para provocar a instabilidade que o Ocidente desejava, foi utilizada a UDT que, na noite de 10 para 11 de agosto desencadeou um golpe para forçar o governo do território a prender os principais líderes da FRETILIN. Como o Governo de Timor Português não aceitou ceder a essa exigência nem conseguiu que se chegasse a um acordo entre as duas principais forças políticas timorenses, em 20 de agosto teve início uma curta guerra civil entre a UDT e a FRETILIN, durante a qual as forças da UDT foram fugindo para a fronteira com a Indonésia, à qual pediram refúgio. As autoridades indonésias, no entanto, só lho facultaram na condição de previamente assinarem um pedido de integração na Indonésia.

A partir daí, o Governo Indonésio ficou com um pretexto para invadir e anexar o território, ‘a pedido dos timorenses’, e as potências anglófonas com um pretexto para silenciar o problema e apoiar política e diplomaticamente a invasão e a anexação, e mesmo para fornecer armas (sobretudo aviões para a luta antiguerrilha) à Indonésia. Neste clima de instabilidade e com uma enorme exiguidade de forças, as autoridades portuguesas abandonaram a ilha principal (Timor) e instalaram-se, temporariamente, na pequena ilha de Ataúro (que também fazia parte do território de Timor sob administração portuguesa). Na sequência de insistentes pedidos da FRETILIN para que as autoridades portuguesas regressassem à ilha principal e continuassem o processo de descolonização, a que estas nunca responderam por não terem forças para resistir a quaisquer manobras desestabilizadoras de terceiros, não poderem contar com o mínimo apoio australiano, nem sequer para obter gásóleo para a única fragata portuguesa que, entretanto, foi enviada de Lisboa para o território.

Ciente de que a Indonésia e os seus aliados preparavam uma invasão, e numa tentativa de despertar a comunidade internacional para o que se preparava, a FRETILIN declarou, unilateralmente, a Independência, em 28 de novembro de 1975. A partir dessa data a FRETILIN passou a exigir que Portugal reconhecesse a RDTL – República Democrática de Timor-Leste, o que Portugal felizmente não fez.

Desde o início Barbedo de Magalhães sempre manifestou a sua total discordância relativamente a essa exigência da FRETILIN, apesar de considerar que, do ponto de vista do direito internacional, a declaração unilateral de independência era legítima, pois satisfazia todas as exigências prevista na lei internacional. Mas Barbedo tinha plena consciência de que, se Portugal reconhecesse a RDTL deixaria, automaticamente, de poder assumir as suas responsabilidades de Potência Administrante; o território e o Povo de Timor-Leste deixariam de ter quem os representasse nas Nações Unidas e, daí até ao desaparecimento completo da questão no plano internacional ia apenas um passo. Por isso é que, quando nos finais de 1975 se criou a Associação de Amizade Portugal/Timor-Leste (AAPTL), Barbedo recusou, sempre, os convites para ser membro da mesma e foi claríssimo, com todos, FRETILIN e membros da Associação, dos motivos pelos quais o recusava. Aliás avisou sempre, uns e outros, dos riscos de perder o único grande aliado que o Povo de Timor-Leste poderia ter, formalmente, na ONU, que era Portugal como Potência Administrante como tal reconhecida pela ONU.

O objetivo das iniciativas na Assembleia da República em 1981/1982 foi lembrar, ao Parlamento, as responsabilidades de Portugal como Potência Administrante de Timor Português e convencer o Governo da necessidade urgente de agir para impedir que a questão da autodeterminação do território desaparecesse da agenda das Nações Unidas.

Desde o início (dezembro de 1975), Barbedo também sempre discordou da exigência da FRETILIN de ser considerada como a única legítima representante do Povo de Timor-Leste, apesar das Nações Unidas desejarem sempre encontrar um único legítimo representante, para facilitar os processos de autodeterminação. Barbedo considerava que, para os timorenses atingirem os seus objetivos, era crucial conquistar o apoio dos povos dos mais importantes países democráticos, o que não conseguiriam (a não ser marginalmente) se insistissem em ser considerados como os únicos legítimos representantes do Povo de Timor-Leste. Desde a invasão de Timor-Leste, em dezembro de 1975, os sucessivos governos portugueses foram muito pressionados, e de forma crescente, pelos seus aliados ocidentais, para deixar cair, da agenda da ONU, a questão da ocupação e da autodeterminação. Se Portugal deixasse que isso acontecesse, as críticas internacionais relacionadas com esta matéria crucial cessariam e as relações económicas e políticas dos países ocidentais com o regime do General Suharto deixariam de ter esse estorvo a perturbá-las.

Sabia-se que, em 1979, as últimas bases da Resistência Timorense tinham caído em mãos indonésias. Já se tinham passado dois anos sem quaisquer notícias da Resistência nas montanhas. Barbedo sentia que, neste contexto, a pressão das potências ocidentais (os mais importantes ‘aliados’ e ‘amigos’ de Portugal) estava a crescer ainda mais, porque estas potências consideravam que era chegado o tempo de dar um golpe de misericórdia para fazer desaparecer a incómoda questão de Timor-Leste da Agenda da Assembleia Geral das Nações Unidas. Face ao risco iminente de isto poder acontecer, em junho de 1981, (a seguir a uma sessão do *‘Permanent People’s Tribunal’* - um tribunal internacional de opinião - que teve lugar em Lisboa para apreciar a questão da invasão e ocupação de Timor-Leste face ao direito internacional, em que se tornou evidente que a situação no território era desesperada), Barbedo insistiu, mais uma vez, junto de Abílio Araújo, o Representante da FRETILIN em Portugal, para a imperiosa necessidade desta mudar a sua estratégia. Com efeito, sem isso, como poderia a solidariedade (da CDPM Porto) desenvolver um grande trabalho político e diplomático de mobilização para que Portugal assumisse efetiva e eficazmente as suas responsabilidades de Potência Administrante de Timor Português, se, ao mesmo tempo a FRETILIN continuasse a exigir ao Governo Português que reconhecesse a independência.

De facto, como poderia Portugal assumir o seu papel de Potência Administrante de um território que considerasse já independente?

Felizmente, em julho de 1981, Abílio Araújo concordou com a estratégia de António Barbedo de Magalhães, a quem informou que, na próxima reunião de líderes da FRETILIN, que teria lugar pouco depois (agosto/setembro de 1981) em Maputo, Moçambique, levantaria essa questão. Em setembro de 1981, regressado da importante reunião de líderes da FRETILIN no exterior (fora de Timor-Leste), Abílio de Araújo informou Barbedo de que a FRETILIN tinha decidido respeitar as pré-condições necessárias para viabilizar a estratégia que visava convencer o Parlamento Português, e através deste, o Governo Português, a assumir efetivamente as suas responsabilidades de Potência Administrante e dar o seu acordo à estratégia que, em julho de 1981, Barbedo de Magalhães lhe tinha apresentado. Este acordo abriu, finalmente, as portas ao começo da concretização de um amplo trabalho político e diplomático junto de todos os partidos representados na Assembleia da República, sem uma única exceção. Este apoio e participação de todos os partidos com assento parlamentar, permitiu, finalmente, abrir caminho à concretização de uma verdadeira política nacional respeitadora da dignidade e dos direitos dos timorenses e, simultaneamente, respeitadora dos deveres e obrigações de Portugal, como Potência Administrante e igualmente respeitadora da sua própria Dignidade e do Sentido da sua História.

Mesmo antes de Abílio Araújo regressar de Moçambique e informar António Barbedo da reação das restantes líderes da FRETILIN, já em agosto de 1981, durante as férias que este fez na Bélgica e na Holanda, Barbedo fez contactos com parlamentares belgas e europeus ou os seus secretariados em Bruxelas. Ficou, assim, a saber que em 23 de maio de 1980 o Parlamento Europeu tinha aprovado uma proposta da eurodeputada socialista Ien van den Heuvel de uma Resolução que propunha que se criasse uma comissão internacional para investigar as violações dos Direitos Humanos em Timor-Leste desde a invasão. Quando soube disso, Barbedo decidiu visitar a deputada Ien van den Heuvel na sua casa de férias, numa pequena aldeia na Holanda. Encontrou-a extremamente triste porque nenhum jornal ou partido político português tinha tido a

²² Nessa altura Moisés Fernandes teve a gentileza de fornecer pessoalmente essas informações a António Barbedo de Magalhães, que estava a terminar o seu livro em 3 volumes, «Timor-Leste, Interesses Internacionais e atores locais», onde a colocou. Quase simultaneamente a Agência Noticiosa Lusa publicou, às 12:19 do dia 16 de novembro de 2007, uma notícia a dizer isso e que, nessa altura “Estava escrito em Washington que Portugal era o peão a cair”, em nome dos interesses das potências ocidentais no sudeste asiático.

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

menor reação a esta aprovação. Mesmo o Partido Socialista Português tinha manifestado o mínimo interesse nesta iniciativa ou sequer divulgado a informação. Mais de um ano passado sobre a data da aprovação, ainda ninguém sabia (ou queria saber) que a resolução tinha sido aprovada, o que, naturalmente, lhe destruiu quase completamente o impacto e as eventuais consequências que poderia ter tido para a defesa dos Direitos Humanos do Povo de Timor-Leste e para o reforço da capacidade política de ação da Potência Administrante.

A deputada holandesa ficou feliz quando Barbedo lhe disse que a Resolução que tinha proposto e conseguido fazer aprovar no Parlamento Europeu iria ser utilizada por ele como pretexto para dar início a uma campanha a que queria dar início no parlamento português, em setembro desse ano de 1981. Iria mostrar a resolução a deputados de todos os partidos com assento parlamentar e iria dizer-lhes que, se o Parlamento Europeu tinha conseguido aprovar uma resolução tão importante e contrária ao silenciamento que os grandes interesses europeus desejavam, isso significava que esses interesses não eram uma barreira impossível de vencer, como muitos deputados e partidos políticos portugueses pensavam e diziam, e que mesmo na União Europeia era possível lutar, solidariamente, pela defesa dos direitos do Povo de Timor-Leste. Ultrapassar este preconceito era crucial para mudar a mente dos deputados e fazê-los acreditar que talvez ainda conseguissem fazer alguma coisa para criar condições para o Povo de Timor-Leste alcançar a sua autodeterminação e para convencer o Governo Português de que ainda poderia levar até ao fim as suas obrigações de Potência Administrante.

Uma vez aprovada a nova estratégia da FRETILIN, que foi transmitida a Barbedo em setembro de 1981, aquando do regresso a Portugal de Abílio Araújo, acompanhado por outros dirigentes da FRETILIN, António Barbedo de Magalhães envolveu-se completamente neste trabalho político junto da Assembleia da República. Entretanto, em outubro de 1981, alguns dos mais importantes jornais e canais de televisão portugueses começaram a preparar a opinião pública portuguesa para a prevista (e, por alguns, desejada) derrota de uma qualquer resolução favorável à autodeterminação de Timor a ser votada no outono de 1982 na Assembleia Geral das Nações Unidas, como vinha acontecendo todos os anos desde a invasão, com um número de votos a favor cada vez mais reduzido. De facto, na RTP passaram dois documentários, feitos em parte com filmes indonésios, em que se mostravam soldados indonésios a construir, estradas e a apoiar lavradores timorenses nos seus trabalhos agrícolas. A reportagem dizia que tinham morrido muitos timorenses na Guerra Civil em que, em agosto de 1975, a FRETILIN e a UDT se envolveram durante algumas semanas, que tinham depois morrido também bastantes timorenses na fase inicial da invasão indonésia (em dezembro de 1975) mas que, então (outubro de 1981), o território já estava em paz. As culpas de tudo o que se tinha passado em Timor em 1975 era atribuída, pelos principais órgãos de comunicação social portugueses, aos partidos de esquerda, nomeadamente ao PS e ao PCP, que em 1981 já não faziam parte do Governo.

Nessa altura ainda não era conhecido o que alguns anos mais tarde deixou de ser segredo: depois de muito pressionado, em dezembro de 1981 o Governo Português tinha concordado com os governos dos Estados Unidos, da Grã-Bretanha, da Austrália e da Indonésia numa estratégia que levasse à derrota da votação de uma resolução a submeter à Assembleia Geral das Nações Unidas no outono de 1982. Mais se veio a saber que, em dezembro de 1981, uma importante delegação indonésia se tinha deslocado a Lisboa, onde se instalou num hotel durante mais de uma semana, para reuniões secretas com agentes portugueses, a fim de combinaram os pormenores da farsa que iria viabilizar esta derrota de uma resolução sobre a invasão e ocupação indonésia e o direito à autodeterminação de Timor-Leste, sem que se tornasse óbvia qualquer convivência do lado português. Nem Barbedo nem qualquer outra pessoa da solidariedade portuguesa sabiam o que quer que fosse sobre este acordo secreto. Apenas tinham o *‘feeling’* de que alguma coisa estava a ser tramada nas suas costas e nas costas do Povo de Timor-Leste. Era claro que a eliminação da questão de Timor-Leste da agenda da ONU seria, mais tarde ou mais cedo, o resultado das pressões que os nossos ‘aliados’ ocidentais e alguns outros países tinham feito desde o início e continuavam a fazer, cada vez com maior força, quaisquer que fossem as cores políticas dos sucessivos governos de Portugal, da esquerda ou da direita, como tinha acontecido com governos comunistas e socialistas, a seguir ao 25 de abril, e, mais recentemente sobre um governo da Aliança Democrática (PSD-CDS) e que continuariam a fazer sobre os governos seguintes, até eliminarem a questão da agenda internacional, se nada de muito significativo e eficaz fosse feito para travar essa tendência.

Ao fim de pouco mais de meio ano de trabalho político na Assembleia da República, junto de deputados de todos os 9 partidos que nessa altura a integravam, em 2 de abril de 1982 foi aprovada, pelo Parlamento, a decisão de criar a Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste. A escolha e eleição dos deputados que a deviam integrar ficou para mais tarde. A fim de pressionar a constituição efetiva desta Comissão Eventual, em 8 de maio de 1982 a Comissão para os Direitos do Povo Maubere - Porto, conseguiu levar a cabo, na Escola Superior das Belas Artes do Porto, (apesar das tentativas de boicote de que foi alvo), de uma Mesa Redonda sobre «Timor-Leste, uma Responsabilidade a Assumir». Esta Mesa Redonda, contou com a participação de deputados de todos os nove partidos com assento parlamentar e de um conjunto diversificado de jornalistas convidados.

O público, cerca de 250 pessoas, encheu completamente não só os lugares, mas também os degraus do Anfiteatro das ‘Belas Artes’. A cobertura jornalística, no entanto, foi fraquíssima, quase nula, devido às pressões de quem continuava a apostar numa derrota na ONU. Exatamente um mês depois desta Mesa Redonda, em 8 de junho de 1982, ficou, finalmente, definida a constituição desta Comissão, foi eleito o seu Secretariado, e foi aprovado o Programa desta primeira Comissão Eventual para Acompanhamento da Situação em Timor-Leste.

Nas legislaturas seguintes foram sendo criadas sucessivas comissões eventuais, que mantiveram a questão viva na Assembleia da República até ao Referendo de Autodeterminação do Povo de Timor-Leste, realizado em 30 de agosto de 1999. Quem presidiu a esta primeira Comissão Eventual foi o Deputado da ASDI Manuel Tilman, advogado timorense, que desempenhou um papel importantíssimo na sua criação. Com ele foram eleitos dois secretários: o deputado Lemos Damião, do PSD e o Deputado Aarons de Carvalho, do PS. Em junho-julho de 1982 estes três deputados deslocaram-se à Austrália, onde falaram com muitos refugiados que os informaram de que os massacres e as violações dos direitos humanos continuavam a ser terríveis. Quando o Secretariado da Comissão Eventual regressou a Portugal, informou a comunicação social portuguesa de que o genocídio, às mãos das forças de ocupação indonésias, prosseguia. Depois, o Secretariado da Comissão Eventual deslocou-se a Nova Iorque, à Sede das Nações Unidas. Aí foi recebido pelas representações de cerca de meia centena de países.

Nessas reuniões as representações visitadas disseram-lhes sempre o mesmo: *«Da Indonésia recebemos muitos relatórios a dizer que estão a construir estradas, escolas e hospitais e que as relações entre os militares indonésios e as populações, a quem estes ajudam, nos seus trabalhos agrícolas e outros, são boas; de Portugal, nunca recebemos qualquer relatório.»*

De posse destas informações, a Comissão Eventual da Assembleia da República fez uma discreta, mas muito forte e eficaz pressão junto do governo e este teve que mudar completamente de atitude e de reagir. Em 29 de janeiro de 1981 o Jornal de Notícias tinha publicado um extenso artigo cujo título de 1ª página era *«Timor-Leste: Governo (impotente) endossa o problema a Eanes»*. Mais adiante dizia: *«O Governo considera ter esgotado todas as possibilidades de atuação. Ao que parece entendeu transferir a “batata quente” para as mãos do Presidente da República»* (Barbedo de Magalhães, 2007:516).

No verão de 1982 o Primeiro-ministro Francisco Pinto Balsemão concordou, finalmente, em desencadear, em conjunto com o Presidente da República, General Ramalho Eanes, uma muito forte e urgente campanha diplomática, nomeadamente junto de países africanos e da América Latina, para conseguir o apoio do maior número possível de países para uma proposta de resolução que, pela primeira vez, iria ser submetida à Assembleia Geral da ONU por Portugal e não por outros países de língua oficial portuguesa, como tinha acontecido nos anos anteriores. Em 23 de setembro de 1982, aproximando-se a reunião do outono da Assembleia Geral das Nações Unidas, a Comissão para os Direitos do Povo Maubere - Porto organizou uma segunda Mesa Redonda, também na Escola Superior das Belas Artes do Porto, desta vez sobre «Timor-Leste, Portugal e a ONU». O objetivo era promover o reforço da cooperação entre o Governo e o Presidente da República, que, entretanto, se tinha começado a estabelecer, e aumentar a convicção do Governo Português na campanha diplomática conjunta, para evitar uma derrota na ONU.

Apesar do pessimismo do governo, manifestado em 29 de janeiro, graças ao sucesso da campanha desencadeada pela solidariedade, quer dentro quer fora do parlamento e do trabalho feito em conjunto pelo Presidente Ramalho Eanes e pelo Primeiro-ministro durante o verão, em 28 de setembro de 1982, quando o Primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão partiu para Nova Iorque, para participar na reunião da Assembleia Geral da ONU, a imprensa podia afirmar que Eanes e Governo estavam em sintonia relativamente a Timor e que o Primeiro-ministro Pinto Balsemão, finalmente confiante, afirmava que a força da razão estava do nosso lado. Em resultado desta campanha de última hora, o texto proposto por Portugal foi aprovado, em 3 de novembro de 1982, ficando com a designação de Resolução 37/30, de 1982. Foi-o só por 4 votos de diferença, mas o importante é que foi aprovada. Isso foi o suficiente para a questão da ocupação e da autodeterminação de Timor-Leste continuar viva na ONU. Foi tal o choque, para os governos da Indonésia, dos Estados Unidos, do Reino Unido, da Austrália, e de outros países ocidentais, que davam como certa a derrota da resolução, que nunca mais quiseram submeter a votação qualquer outra resolução sobre Timor-Leste. Foi com base nesta resolução de 1982 que, em maio de 1999, a Indonésia e Portugal chegaram a um acordo, sob os auspícios das Nações Unidas, para uma consulta popular ao Povo de Timor-Leste que foi, de facto, um Referendo de Autodeterminação, que levou à Independência do território.

De facto, 17 anos depois de aprovada a Resolução 37/30, de 1982, em 5 de maio de 1999, num quadro político internacional que, entretanto, tinha mudado muito e numa situação de crise e de transição do Regime Indonésio do General Suharto, Portugal e a Indonésia assinaram, sob os auspícios do Secretários Geral da ONU, um acordo (Acordo de Nova Iorque) que abriu caminho a uma Consulta Popular ao Povo de Timor-Leste. Esta Consulta Popular, organizada pelas Nações Unidas, realizou-se em 30 de agosto de 1999. Apesar das terríveis ameaças e massacres a que, mais uma vez, foram sujeitos os timorenses, pelas forças indonésias e pelas milícias por estas criadas, armadas e pagas, votaram 98,9% dos eleitores inscritos, sendo 78,5% dos votos favoráveis à Independência. No mês seguinte, o setembro Negro de 1999, militares indonésios e milícias ainda fizeram grandes massacres e levaram à força para a Indonésia mais de um quarto da população, para dizerem que o povo não tinha aceite o resultado e, por isso, fugia para a Indonésia. Mas era demasiado evidente a vontade democraticamente expressa pelo Povo Timorense e, com o apoio da ONU e de uma Força Internacional de Paz, depois de quase todas as cidades e vilas de Timor terem sido reduzidas a cinzas, a paz voltou e a independência da República Democrática de Timor-Leste (RDT-L) foi, finalmente, reconhecida, pela ONU e por todos os estados que a integram, em 20 de maio de 2002.

2. O apoio ao revigoramento dos movimentos indonésios Pró-Democracia e da cooperação entre os povos de Portugal, Indonésia e Timor-Leste

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

Com este objetivo a UP convidou vários cidadãos indonésios, residentes na Indonésia, para participarem nas 5^{as} Jornadas de Timor da Universidade do Porto. Estas tiveram lugar na região de Lisboa (abertura no LNEC e continuação no Centro Escolar Turístico e Hoteleiro do Estoril) de 22 a 29 de julho de 1993. Portugal tinha cortado todas as relações com a Indonésia, na sequência da invasão de Timor por forças deste país, em 7 de dezembro de 1975. A iniciativa da COJTUP tinha riscos, porque muitos dos participantes timorenses tinham visto e sofrido horrores, às mãos de indonésios, e a iniciativa só seria útil se se estabelecessem relações de confiança e cooperação entre uns e outros. Felizmente o timorense que deu início à sessão em que timorenses e indonésios iriam falar começou a sua intervenção dizendo: *«Irmãos indonésios, aqui percebemos que vocês sofrem, tal como nós, debaixo da mesma ditadura. O inimigo é o mesmo, a ditadura de Suharto e os nossos dois povos estão do mesmo lado da barricada (...)»*. Na sequência desta intervenção, o ambiente, que estava extremamente tenso, devido a muitos fatores estranhos à organização, desanuviou completamente. O objetivo principal destas Jornadas da UP foi alcançado. A cooperação entre timorenses, indonésios e portugueses reforçou-se enormemente.

3. O reavivar da solidariedade alemã, 8 meses antes da visita do Presidente Suharto à Alemanha

A solidariedade alemã para com a Resistência Timorense tinha sido bastante forte, nos primeiros anos da ocupação. O facto de que, entretanto, as Bases da Resistência foram todas caindo e sendo destruídas pelas forças indonésias, entre 1977 e 1979, e que cessaram completamente as notícias sobre a Resistência, fez com que a solidariedade alemã se fosse apagando.

Quando, em 1993 António Barbedo, Liem Soei Liong e Pedro Pinto Leite procuraram encontrar alguns velhos militantes da Causa, para chamarem a atenção da opinião pública internacional para a dramática e completamente ilegal ocupação do território pela Indonésia, aquando duma visita que o Presidente da Indonésia iria fazer à Alemanha em maio de 1995, não foi fácil encontrar movimentos nem pessoas dispostas a assumir esta missão; ao fim de alguns meses, no entanto, foi possível reencontrar alguns dos raros cidadãos alemães que tinham participado na Missão Paz em Timor (Lusitânia Expresso) e nas V Jornadas de Timor da UP e mais alguns membros da antiga solidariedade alemã pós-invasão (1975 a 1977) até conseguir encontrar apoio suficiente para organizar uma conferência de solidariedade na Academia Evangélica de Iserlohn, que teve lugar de 30 de setembro a 2 de outubro de 1994.

Felizmente esta conferência teve um efeito despertador e motivador para muitos alemães, nomeadamente jovens, e para alguns indonésios residentes na Alemanha, que entre outubro de 94 e abril de 1995 organizaram e prepararam manifestações de rua contra a ocupação e as violações dos direitos humanos em Timor-Leste e, por sua vez, influenciaram artistas, autarcas e personalidades políticas influentes.

Quando a visita do General Suharto, Presidente da Indonésia, acompanhado do seu Ministro dos Negócios Estrangeiros, Ali Alatas, finalmente teve lugar, em abril de 1995, graças ao trabalho destas pessoas, a visita, em vez de lhe permitir melhorar a sua imagem na Europa e no Mundo foi um complete fiasco. O Presidente Indonésio planeava visitar Weimar, a capital cultural (e também política, a seguir à I Guerra Mundial., mas a vereação disse que não recebia assassinos. O General Suharto desejava assistir a um espetáculo de ópera em Berlim, e os músicos e cantores informaram que começariam com um minuto de silêncio pelas vítimas timorenses. As insistentes e incisivas manifestações de rua fizeram o grande diplomata Ali Alatas irritado, perder completamente a compostura. Enfim, para a imagem da Indonésia e do seu regime ditatorial foi um completo fracasso.

4. O empoderamento da solidariedade internacional, especialmente na Austrália, em maio e junho de 1995, e mais tarde, a seguir à atribuição do Prémio Nobel da Paz ao Bispo Ximenes Belo e ao Dr. Ramos Horta, nos Estados Unidos e no Canadá, em 1997 (7^{as} Jornadas de Timor da UP)

Na Austrália, a iniciativa mais importante teve lugar na *University of Technology of Sydney*, de 21 a 27 de junho de 1996. Na Conferência de solidariedade aí organizada pela COJTUP, com esta e mais duas universidades australianas, participaram cerca de 300 pessoas. Entre estes incluíam-se representantes de cerca de 20 organizações pró-democracia indonésias. Algumas pessoas diziam que, dado o número de movimentos representados, era o maior encontro de organizações pró-democracia indonésias alguma vez realizada até então. Participaram também alguns professores universitários e jornalista indonésios, australianos, portugueses e de outros países e até alguns timorenses vindos de Timor-Leste, alguns com nomes e documentos falsos para poderem sair de Timor. Um deles veio da guerrilha, nas montanhas, e algumas semanas depois foi filmado numa montanha de Timor a atacar uma patrulha indonésia.

O impacto desta iniciativa nos movimentos pró-democracia indonésios e nas suas ligações internacionais, nomeadamente com organizações timorenses, australianas e portuguesas, foi enorme. O facto de, pouco depois, em dezembro de 1996, o Dr. Ramos Horta, figura proeminente da Resistência Timorense, ter recebido o Prémio Nobel da Paz, conjuntamente com o Bispo Ximenes Belo, Administrador Apostólico da Diocese de DILI, deu novo *élan* e prestígio à Resistência. Muitas portas, antes completamente fechadas a qualquer iniciativa de solidariedade com a luta do Povo de Timor-Leste pela sua dignidade, Liberdade e Independência, começaram, finalmente, a abrir-se.

Os grupos de solidariedade ETAN-USA e ETAN-Canadá, entretanto criados, deram um apoio importantíssimo. Graças à sua extremamente eficiente colaboração, em fevereiro de 1997 foi possível realizar 15 conferências, em 13 universidades americanas e em duas canadianas. As universidades canadianas escolhidas foram ambas de Vancouver, onde o General Suharto iria em novembro desse ano para participar numa Conferência da APEC (*Asia Pacific Economic Conference*).

Ainda mais importante do que as conferências, foi a audição, pelo *Human Rights Caucus* do Congresso dos EUA, dos testemunhos de Ramos Horta, do Professor Indonésio George Aditjondro e de dois proeminentes timorenses, que denunciaram as violações dos direitos humanos em Timor, sob ocupação indonésia, e as torturas feitas por militares indonésios a muitos milhares de timorenses. Um dos congressistas presentes nesta audição foi o Senador Patrick Kennedy. Poucos meses depois desta audição, o Congresso Americano aprovou uma resolução cortando uma parte significativa do apoio militar à Indonésia. Uma outra audição, na Legislatura (Parlamento) do Estado do Massachusetts, teve como consequência a proibição de realização de contratos do Estado do Massachusetts com empresas americanas ou europeias que tivessem quaisquer negócios com a Indonésia.

5. A colaboração na organização de duas muito importantes conferências, uma em Haia, na Holanda e outra em Londres, destinadas a pôr em contacto direto dirigentes da Resistência Timorense e muito importantes figuras indonésias, incluindo generais das forças armadas indonésias.

A ideia de organizar estas duas iniciativas partiu da Resistência e foi, inicialmente, apresentada a António Barbedo de Magalhães pelo Representante da Resistência em Portugal, Dr. Roque Rodrigues. A sua sugestão era que perguntássemos ao Diretor do Instituto Internacional de Estudos Estratégicos e Internacionais de Lisboa, Álvaro Vasconcelos, se podia sugerir ao instituto holandês, Clingendael, que contactasse o *Jakarta Institute for Strategic Studies*, da Indonésia, para averiguar da sua recetividade à ideia de participarem na organização dum tal Seminário, que seria organizado pelo instituto holandês, em Haia, com a colaboração do instituo indonésio e do instituto português dirigido por Álvaro Vasconcelos. Barbedo aderiu imediatamente ao projeto que a Resistência lhe apresentou pela voz de Roque Rodrigues, e falou ao Diretor do instituto português, que concordou em contactar com o instituto holandês, que, por sua vez, contactou o de Jacarta.

Felizmente todos reagiram positivamente e a partir daí a iniciativa começou a tomar corpo, com uma importante participação de Liem Soei Liong, um cidadão indonésio a residir na Europa desde 1966 e que desempenhava um papel muito importante no Movimento Pró-democracia indonésio.

A primeira destas duas iniciativas teve lugar em 26 e 27 de outubro de 1998, no *Clingendael - the Netherlands Institute of International Relations*. O título foi: *«The Relations Between the European Union and Indonesia in the Context of the Asian Crises»*. Nesta conferência o líder timorense Roque Rodrigues (que mais tarde se tornaria Secretário de Estado da Defesa de Timor-Leste) teve conversas muito importantes com o General Susilo Bambang Yudhoyono que, em 2004, se tornaria no 2º Presidente da Indonésia eleito democraticamente.

A segunda teve lugar em 29 e 30 de março de 1999, na Chatham House (*Royal Institute of International Affairs, London*). O título da conferência foi: *«Seminar on The European Union and the Political Transition in Indonesia»*.

Entre os participantes figuravam três Conselheiros do Presidente Bacharuddin Jusuf Habibie (Presidente de transição que se seguiu à demissão de Suharto, até à eleição de novo Presidente), muitos especialistas em Relações Internacionais, proeminentes professores e investigadores indonésios e de outros países, um marechal e três generais indonésios. Um deles era o General Kiki Syahnakri, que se tornaria, seis meses depois, no último Comandante Militar indonésio de Timor-Leste. Foi ele que, em finais de setembro de 1999 assumiu que estava incapaz de assegurar condições de segurança em Timor-Leste e pediu às *International Peace Forces*, lideradas pela Austrália, para desembarcarem em Timor para restabelecer a paz e a segurança no território, que se tinha degradado, mais uma vez, depois do Referendo.

Neste 2º seminário participou também o Prémio Nobel da Paz José Ramos Horta e outros proeminentes líderes timorenses, bem como diversas personalidades europeias e americanas. É muito provável que as conversações de Ramos Horta e outros líderes timorenses com os Generais indonésios e os Conselheiros do Presidente Habibie tenham tido uma grande influência no restabelecimento da paz e da segurança em Timor-Leste e na libertação, finalmente, do Povo de Timor, do flagelo da ocupação.

Finalmente tornou-se possível reconstruir o país em Paz e Liberdade e abrir caminho para o reconhecimento internacional da Independência de Timor-Leste, numa cerimónia em que o Povo Timorense teve consigo o Secretário-geral da ONU, Kofi Annan, os Presidentes de Portugal e da Indonésia e numerosas personalidades de todo o Mundo.

REFERÊNCIAS

Barbedo de Magalhães, António. (2007). Timor-Leste, Interesses internacionais e atores locais, Edições Afrontamento, vol. II, ISBN: 978-972-36-0935-6

4. CHRYS CHRYSTELLO. AGLP, AJA/MEEA E UTS SYDNEY, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA.

Poesia de timor

548. queria ser toké 2012 LUCIANO

eu queria ser toké e contar o que vi
desde que parti em 1975
queria saber falar
dar os nomes os locais e os atos
de todas as atrocidades, violência e mortes
que testemunhei mudo na minha parede

eu queria ser toké e escrever tudo
queria contar o que não querem que se saiba
queria contar o que não queriam que se visse
queria contar os gritos que ninguém ouviu

queria ser água e apagar os fogos
que extinguiram a nossa história
como se não fora possível reconstruí-la

queria ser pássaro e levar nas asas
todos os que foram chacinados
violados, torturados e obnubilados
voar com as crianças que morreram de fome
as mulheres tornadas estéreis

tanta coisa que queria dar-te timor
e não posso senão escrever palavras
lembrar teu passado heroico
sonhar futuros ao teu lado

431. Díli, Timor, setº 1973 CHRYS

timor cresceu cercado
lendas que a distância empolgou
o sonho, a quietude,
as 1001 noites do oriente exótico

o sortilégio dos trópicos

para o europeu

desengano era a chegada
sobrevoa estéril ilha, montes e pedras
agreste paisagem sulcada de leitos secos
abruptas escarpas no subão
terra sem marca de homem
esparsas cabanas de colmo

será isto timor?

por trás de um monte imprevisto
o avião desce o vazio em círculos

em vão os olhos buscam a pista
e a imponente torre de controlo
que só existiu nos panfletos de propaganda
sob o zinco e o colmo
a alfândega é o bar e a sala de espera
isto é Baucau aeroporto internacional
a vila salazar dos compêndios que a história esqueceu
uma turba estranha se amontoa
à chegada do *cacatua-bote*²³- ou *patas-de-aço*
esta a cerimónia sagrada
deus estrangeiro baixando dos céus
dia de festa para os trajes multicoloridos
o contraste castanho dos sóis pigmentados
cinco da matina e é já pó e calor
o espanto mudo nas bocas incrédulas
as formalidades têm aqui sabor novo
espera lenta e compassada,
séculos de futuro por viver

antes que ele venha,
antes não venha

num barracão zincado
a velha bedford de carga
caixa fechada,
vidros de plástico sob o toldo puído
pomposo dístico colonial
carreira pública baucau-dili
picada em terreno plano, mar ao fundo
Baucau, cidade menina por entre palmares

densa vegetação tropical

das ruínas do mercado se evocam desconhecidos templos romanos
connosco se cruzam estranhos homens de *lipa*²⁴
galo de combate ao colo entre torsos e braços nus
estrada n.º 1 até Dili,
sulca abruptas encostas
ao mar sobranceiras,
lá se adivinham cristais multicolores

em lugar de pontes
se atravessam ribeiras

enormes leitos secos

estradas de ocasião
pedregoso solo,
cores indefinidas,
castanhos e verdes
palapas dissimuladas na paisagem

imagens tristes de pedras e montes

baías primitivas, inconquistas,
praias de despojos e conchas

paraísos insuspeitos

assusto-me com os sorrisos vermelhos
não é sangue nas bocas gengivadas
masca, mescla de cal viva e *harecan*²⁵
placebo psicológico da alimentação que falta
um riso encarnado esconde a fome
súbito, por paisagens que só a memória

sem palavras descreverá

eis Dili, a capital
larga avenida semeando o pó nas palapas
casas com telhados de colmo ou zinco

²³ Cacatua-bote ou patas-de-aço eram designações dadas pelos timorenses aos aviões
²⁴ Lipa, saia de tecido colorido, típica, de origem malaia, os timorenses usam-na enrolada à cintura descendo até aos tornozelos.
²⁵ Folha de planta semelhante à do tabaco

chinas e timores
partilham a promiscuidade da pobreza
Dili, plana e longa
a vasta baía antevê imponente
o ataúro ilha
um porto incipiente
construções coloniais pós-1945
da guerra que ninguém quis
dos mortos que os japoneses exigiram
da neutralidade do país mãe calado e violado
a marginal desagua no farol
alberga chefes de serviço,
altas patentes militares
sem guerras para lutar,
sem movimentos libertadores das gentes
quinze quilómetros de asfalto
três casas dantes da guerra grande
aeródromo em terra batida
com jipe de afugenta búfalo
a rua comercial atravessa dili senhora
de leste a oeste, espinha dorsal
o palácio das repartições e o do governo
perto um museu
o seu nome ostenta o vazio
riquezas sem fim
que patriotas governadores exportaram
colonizadores de séculos
com nada para mostrar
um museu morto
e dois sinaleiros nas horas de ponta
ociosos às portas dos cafés
à noite transfiguram-se
os *bas-fond*
o texas bar
da prostituição às *slot machines*
o submundo,
a vida underground
afogar esperanças em álcool
sonhos há muito perdidos
nunca sonhados
restaurantes poucos,
boa comida chinesa
bares espalhados na cidade
militares e álcool para calar distâncias
um portugal dos pequeninos
longínquo,
cada vez mais esquecido
nunca perdido.
uma cidade sem vida
morrendo nas cinzas de cada noite
entre o silêncio e a voz triste dos *tokés*
o calor putrefacto
e o voo alado das baratas gigantes
carros poucos, de dia só do estado
motocicletas pululam
entre viaturas oficialmente pretas e verdes
esperando mulheres de oficiais
à porta do cabeleireiro ou do liceu
militares a pé,
em berliet ou unimog
chineses muitos
dili é isto, a desolação

na parte alta da cidade
fresco e verdejante vale
sob a sombra dos dois hospitais
o complexo militar de barracas insalubres

triste esta cidade
pretensamente euro-africana
palapas ao lado das valetas pútridas
marginando ruas
ali vive o timor sem água nem luz
dez ou quinze filhos

que importa

a miséria é só uma e a mesma?

esta “a terra que o sol em nascendo vê primeiro”
aqui as imagens

e são já história

não se repetirão

aqui não daremos testemunho

como transfigurar colónias pacíficas
em palcos de guerra.

547. eleições sem lições, 2012 LUCIANO

Díli 23 setembro 1973
cheguei hoje a timor português
sem o saber nunca mais nada será igual
o futuro começa hoje e aqui
entrei na era da ditadura
sairei na democracia adiada

na bagagem guardo sabores,
imagens e odores
sonhos de pátria e amores
divórcios e outras dores

cheguei sem bandeiras nem causas
parti rebelde revolucionário
tinha uma voz e usei-a
tinha pena e escrevi sem parar
para bi-béres e mauberes

48 anos de longo inverno da ditadura
24 de luta independentista
agora que a lois vai cheia
e não se passa na seissal
já maromác se apaziguou
crescem os lafaek nos areais
perdida a riqueza do ai-tassi
gorada a saga do café
resta o ouro negro
para encher bolsos corruptos
sem matar a fome ao timor

perdido nas montanhas
sem luz, água ou telefone
repetindo gestos seculares
mascando, sempre mascando
o placebo de cal e harecan
tem hoje direito a voto
para escolher quem o vai explorar
sob a capa diáfana da lei e ordem
do cristianismo animista

oprimido sim
mas enfim livre.

550. timor nas alturas - 2012 CHRYS

queria subir ao TataMailau
pairar sobre as nuvens
das guerras, do ódio, das tribos
falar a língua franca
para todos os timores

queria subir ao matebian
ouvir o choro dos mortos
carpir os heróis esquecidos

queria subir ao cailaco e ao railaco
consolar as vítimas de liquiçá
beber o café de ermera
reconstruir o picadeiro em bobonaro
tomar banho no marobo
ir à missa no suai
buscar as joias da rainha de covalima
passar a fronteira e voltar
chorar todos os conhecidos e os outros

e quando as lágrimas secassem
à minha palapa imaginária regressaria
à mulher mais que inventada
um pente de moedas de prata ofertaria
vogando nas suas ribeiras e vales
sussurrando no espesso arvoredado
desaguando no vale de vénus
nos seus beiros navegaria
ao ataúro e ao Jaco rumando
desfrutando a paz e a beleza ancestral
ouvindo os tokés e as baratas aladas voando
os insetos projetados contra as janelas
atraídos pela luz do petromax
a infância e a juventude são como uma bebedeira
todos se lembram menos tu

450. O TETO DO MUNDO 1974 LUCIANO

como romper as palavras?
o som e o lamento
do ai-tassi, sagrado lenho
em ti se moldaram
faces e rugas milenárias

nas mãos vazias viaja o passaporte
caminhos de teto do mundo
para que não sucumbas hoje
há muitas mortes nos amanhãs

teus pés ligeiros voam quilómetros
com o cacho solitário que colheste
bananas que não te matam a fome
regateias escudo *lima*
enganas *malai* com parco lucro
sorri teu rosto infantil e puro

a sobrevivência da semana vendeste

curvado vais e retornas satisfeito
no teu sorriso jovem galgas montanhas
teus os reinos de Railaco e TataMaiLau

misturas na cal e harecan
o prazer e o engano desfeito
e o teu estômago sorri confiante
no regresso de braços dolentes
a linguagem do corpo impante

apostas mais, sempre mais
no teu combate de penas
pobre mercador de enganos
em galos de luta acenas
teu ganha-pão insano acaricias
são tuas as lágrimas
a revolta e a derrota sacias
guardas o estilete acerado
não decepou os medos
é teu o sangue e o alimentaste

das árvores pendem camarões doces do rio
e o pequeno jacaré
faz o cruzeiro oceânico
ribeira de seiçal – díli
são tuas as planícies e as ribeiras
as torrentes inundaram o arrozal

e tu ris do grande engenheiro *malai*
e o búfalo do china luís

levaram pontes e caminhos

navega rumo à liberdade

e nem pensas na tua

maromác sabe *maubere é diac* e vai passar

608. eleições 2013 CHRYS

era tempo de eleições
políticos vinham e prometiam
a populaça aplaudia
acenava e acreditava
depois de contados os votos
os políticos desapareciam
junto com as suas promessas
e o povo esquecido esperava
assim crendo na democracia
uma pessoa, um voto, uma promessa
repetiam a antiga escravatura
acreditando serem livres

685 Díli inundado, 2016 LUCIANO

maromác zangou-se
as ribeiras transbordantes
em díli nada mudou
tudo alagado como dantes
décadas depois
nem os milhões do petróleo
dominam as águas
passados quarenta anos
sem dinheiro para voltar
dominam-me as mágoas

e a minha saudade
rima com verdade

POESIA EM CENTUM CELLAS

701. morrer como o mar aral, 2017 luciano

o rio da minha vida está assoreado
a minha barragem secou
as nuvens não trazem chuva
a essência da poesia não se discute
faz-se, escreve-se, lê-se
a poesia liberta-nos
voamos nas suas asas
abrimos todas as grades
o meu destino
é rumar na musa
desaguar na foz
morrer seco
como o mar Aral

707 votos 2019 carolina

que venha um asteroide
ou o planeta nibiru
que yellowstone entre em erupção fatal
ou o filho de cracatoa
ou que o mar vomite
os oceanos de plásticos e nos engula
que os maremotos, terramotos destruam esta desumanidade
e que 2019 assista a um novo mundo
começando do zero absoluto

705 o paraíso é aqui 2018 pedro paulo

dizem que o oceano é um mar sem palavras
e que as montanhas são ondas sem espuma
e quando não há rios
as águas desaguam nos céus
e quando não há sol
ele surge debaixo da terra
e até eu acredito que podemos
viver em vulcões extintos

686 saudade do que nunca foi, 2016 chrys

*«ah, não há saudades mais dolorosas
do que as das coisas que nunca foram!»²⁶*

tenho tanta saudade
do que nunca aconteceu
só o poeta pode fazer acontecer
aquilo de que temos saudade
por nunca ter acontecido

²⁶ bernardo soares - heterónimo fernando pessoa in Livro do Desassossego (fragmento 92)

653. sair da ilha, 2014 luciano

o marulhar das águas embala caleidoscópios
sem âncoras nem amarras
vogamos sem destino ao sabor dos ventos
o importante é sair da ilha e alijar bagagens
nascer de novo, longe, bem longe
lá, onde se aprende a saudade

702. pico, ao urbano bettencourt 2017 carolina

no rossio do mar
plantei as vinhas da vida
nos poços de maré
bebi água insalubre
nas bocainas, jarões e traveses
colhi o néctar dos czares
esta é a magia da ilha montanha
nela me sento e me sinto
órfão da atlântida perdida

543. ao urbano bettencourt 2012 Pedro Paulo

urbanamente vives
nas pinceladas das tuas palavras
a tua paleta pinta poesia
teus livros erguem-se impantes
como teu pico natal
amores e desamores de ilhas
que unes em pontes de poesia
que sentes em dores
que pariste em árvores
sem sombras nem véus
nenhuma luz apagarás!

703. mar de palavras, à ana paula andrade 2018 chrys

parti as palavras
como quem parte pedra
com elas calcetei avenidas
de sonhos incumpridos
plantei catos e cardos
como quem planta rosas
colhi espinhos
como quem colhe pétalas
e do ramo que te ofertei
brotaram palavras felizes
neste mar de música que habitamos

568. sem perfume de caju, ao urbano bettencourt 2013 luciano

na humidade da savana
no calor da tabanca
tange urbano a sua harpa
palavras aceradas como o vento suão
batuque abafado na bolanha

longe do país de bufos e beatas²⁷
traduzes as sílabas de morte e vida
rumores desse cheiro de áfrica
colado na pele que esfregas
com napalm e metralha
que nunca conseguiste lavar
nem com as chuvas da monção

641. aos açores, 2013 carolina
...
aos açores só se chega uma vez
depois são saídas e regressos
transumâncias
trânsitos e errâncias
...
dos açores não se parte nunca
levamo-los na bagagem
sem os declararmos na aduana
acessório de viagem
como camisa que nunca se despe
...
nos açores nunca se está
a alma permanece
o corpo divaga
mas a escrita perdurará.

632. ser açoriano, 2013 Pedro Paulo

não se é ilhéu
por nascer numa ilha
é preciso sentir-lhe a alma
partilhar raízes e dores
acartá-la nos partos difíceis
tratá-la nas enfermidades
acariciá-la nas alegrias
plantar, semear e colher seus frutos
alimentar as suas tradições
preservar a sua identidade

não se é açoriano
sem amar as suas ilhas
levá-las ao fim do mundo
morrer por elas
com elas
para elas

544. sem silêncio nem silos, ao eduíno de jesu 2012 chrys

as tuas palavras esguias
insinuam-se enleantes
preenchem os nichos do silêncio
em silos de poesia
buriladas em filigrana
sente a ilha e a língua
nelas aprendi a geografia
e o amor inconquistado
sem silêncio nem silos

²⁷ In Urbano África frente e verso p. 62

596. da minha janela, junho 2013 luciano

disse o poeta a seu tempo
da minha janela vejo o mar
o meu quintal é enorme
abarca a linha do horizonte
a minha janela é enorme
abre-se ao círculo dos céus
o meu oceano é enorme
chega às ruínas dos atlantes
só a minha escrita é pequena
nas grades desta prisão.

*o mar é deus
as ondas a sua palavra
os romeiros alimentam-se dela*
(poema tuaregue adaptado aos açores)

631. ilhas, agosto 2013 carolina

estar numa ilha
é como viver num cais
à espera do barco que nunca chega
viver numa ilha
é sonhar
construir a jangada
desfraldar velas
estar numa ilha
é ir para o campo
plano e raso
à espera que construam
o aeroporto
a única forma
para viver numa ilha
é imaginá-la à saramago
como um continente à deriva
estar na ilha
é imaginar a fuga
sonhar com a saída
levá-la a reboque dos sonhos
embarcar nas nuvens
vogar na maré baixa
planar nas asas dos milhafres
e voltar sempre

ao ponto de partida

675 mar e bruma 2015) pedro Paulo

todos os poetas
que escreveram sobre os açores
gastaram a palavra mar
e a bruma
a mim para escrever açores
resta-me a palavra

amar

539. destino ilhéu, à ana paula andrade 2012 chrys

olhei para o espelho dos dias
e vi-te partir
silente como chegaras
sem sorrisos nem lágrimas
vestias um luar sombrio
deixavas vazio o leito
num luto antecipado
agarrei as nuvens que passavam
levado na poeira cósmica
carpindo dores antigas
acordei sobressaltado
o livro da vida nas mãos
o livor nas faces
o fim há muito antecipado
ficar era o destino
sem levar as ilhas a reboque
será esta a sina ilhoa?



Poesia em Homenagem a Eduíno de Jesus

METAMORFOSE²⁸ PEDRO PAULO

esperei que nascesses
na praça pública
da garganta do pássaro
que cantasse no ramo de uma árvore
ou no ombro de uma estátua

esperei que florisses
na roseira do Parque Municipal
e o teu corpo branco
não fosse mais
do que um sonho vegetal

esperei que descesses
num raio de lua
e viesses
bailando em pontas (como uma sílfide nua)
deitar-te na minha cama

Na minha fantasia
de menino púbere
esperei que fosses uma melodia
uma flor
um raio de lua

Esperei por ti todos os minutos
do dia e da noite com
os nervos a alma ansiosa
afagando-te nas pétalas das rosas
ou mordendo-te na polpa dos frutos



SIMPLESMENTE²⁹ carolina

amar-te sem juras nem promessas
sem noites de vigília
nem esta paixão que me buleversa

²⁸ *Os Silos do Silêncio – poesia (1948-2004)*. Lisboa. Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2005. pp. 50-51.

²⁹ p. 58

os nervos e me ensombra a vida

sem desespero sem romance
como se nada tivesse acontecido
sem as tuas lágrimas sem a minha angústia

plácida simples naturalmente
como florescem as ervas do caminho

XÁCARA DAS MOÇAS DONZELAS³⁰ **luciano**

A noite é de estrelas
pelo céu brilhando
e as moças donzelas
as moças donzelas
rezando rezando:

*Não vem um ladrão
não vem um banqueiro
ou um trovador
ou um cavaleiro*

A noite é de estrelas
pelo céu ardendo
e as moças donzelas
as moças donzelas
dizendo dizendo:

*Não vem um senhor
de alto coturno
não vem um polícia
ou o guarda noturno*

A noite é de estrelas
pelo céu luzindo
e as moças donzelas
as moças donzelas
sorrindo sorrindo:

*Não vem um amigo
ou um inimigo
não vem um soldado
não vem um mendigo*

A noite é de estrelas
pelo céu redondo
e as moças donzelas
as moças donzelas
supondo supondo:

*Não vem um vadio
ou um peregrino
ou um saltimbanco
ou um assassino*

A noite é de estrelas
pelo céu profundo
e as moças donzelas
as moças donzelas
sozinhas no mundo

³⁰ pp. 63-64

TOADA DO MENINO FEIO³¹ carolina cordeiro

Menino feio, da rua
(seria eu próprio, seria?),
tinha uns olhos de Lua
onde a Lua se acendia.

Menino de olhos de Lua,
menino que parecia,
sentado à porta da rua,
que não via nem ouvia.

Menino que me pasmava
pelo que lhe acontecia:
Enquanto ria, chorava,
e enquanto chorava, ria.

Menino sozinho e feio,
brincando sem alegria,
que estranho mundo era o teu?
que mistério te envolvia?

Menino feio, de bibe,
menino que fui, um dia...
Não sei agora onde vive...
Sei lá mesmo se vivia!

HIPOCONDRIA³²chrys

1
Não é não
uma ilusão
da minha hipocondria
(ou seja lá o que for
da minha inquieta
imaginação
doentia
de poeta)
esta sina que a mim
me foi dada
de ir pelo *não*
semeando amor
e chegar ao *sim*
não colher nada.

2
Não me resta agora
senão esperar, amor, que venhas, lá de onde
não sei que fadário te esconde
e demora,
semear, por tua
mão, neste árido e agreste descampado do
Mundo, em nome
da Vida, a primavera, e acender por dema-
sia, para os poetas, no negrume
da noite, a Lua.

³¹ p. 94 (1944)

³² pp. 105-106 (1954)

POEIRA DE ASTROS³³ carolina

depois do sonho e do sonho
e do cansaço e da estrada
quando os olhos já não viam
nem os muros nem a estrada
depois dos beijos e risos
com a ampulheta parada
quando veio súbito o aviso
da noite inesperada
me perdi entre meandros
e rastros de luz inventada

em busca da poeira dos astros
que morrem com a madrugada



CONQUISTA³⁴ chrys

Eu sou um homem de aldeia,
cheguei à cidade de botas amarelas.
fazem lá ideia
do que os homens da cidade riram de mim e delas!
Pois, apesar disso, a cidade, conquistei-a!

Hoje, sou o dono de um parque onde há um banco e aí durmo e sonho.
Tenho uma mansão em Newport, na Nova Inglaterra, e um *yacht* ancorado em Saint Tropez, e amanhã mesmo vou montar um negócio de baleias em Liverpool.
Ah, e digam lá vocês agora que eu sou um homem de aldeia!

Sou, isso sim, um armador grego, controlo a maioria dos casinos de Las Vegas, tenho 5% nos negócios de petróleo da Pérsia e já comprei (meu sonho antigo!) o aeroporto de Santa Maria.
Para começar, hoje em dia, já é um pé de meia.

(Só tenho medo que um dia o inspetor dos bancos dos jardins públicos
Descubra e me venha comunicar que o meu banco ali debaixo do plátano à beira do tanque onde nadam os pequenos peixes vermelhos que me vêm comer à mão pertence à Câmara Municipal.)



A ÚLTIMA FOLHA³⁵ pedro paulo

A última folha
do outono, ainda
presa ao ramo que a prendia
à vida,

veio
um vento à toa,
desprende-a.

E aquela folha,
enfim desprendida
do ramo que a prendia
à vida,

agora
que está morta,
voa.



A ESTRADA³⁶ luciano

Dizem os velhos que esta estrada,



³³ p. 128 (1952)
³⁴ pp.156-157
³⁵ p. 272
³⁶ p. 326 (1948)

seja curta ou comprida,
que só se chega ao outro lado
gastando a vida
e que depois do outro lado não há mais nada

Todavia, os jovens lá vão, em festa,
de braço dado
e aos beijos pelas sombras, às risadas,
pensando que, depois desta,
ainda há outras estradas.

A MENSAGEM DO POETA³⁷ carolina cordeiro

Na margem
do grande estuário do rio
que anuncia o
fim da viagem
cresce
(ainda) a árvore meta-
física em cujos ramos a Mensagem
do poeta
floresce

CHIARO-OSCURO³⁸ pedro paulo

como se
de súbito
se acendesse
na noite
compacta
absoluta
o teu sorriso
ou :
um Anjo sus-
pendesse
o voo e
ficasse
parado no ar
perplexo
(como num ex-
voto) a
decifrar
nota a nota
sílabas a sílabas
cada
lágrima ardente
na maciez
do liso frio már-
more
do teu rosto

Origem³⁹ chrys

Lá, onde o grande estuário
do rio da vida
pressagia a infinita

³⁷ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.

³⁸ (INÉDITO)

³⁹ In <http://www.circuloarturbual.com/literatura/eduinodejesus/tabid/170/language/pt-pt/default.aspx>

morte oceânica,
Cresce
a árvores marginal
em cujos ramos o canto
dos poetas floresce.



5. EVANILDO BECHARA, ACADEMIA DE LETRAS DO BRASIL PATRONO DESDE 2007, PRESIDENTE HONORÁRIO A PARTIR DE 2019 ACADEMIA@ACADEMIA.ORG.BR EBECHARA@ACADEMIA.ORG.BR, -

TEMA 3.1. NOVOS HORIZONTES NO ESTUDO DO LÉXICO: A LEXEMÁTICA DE EUGENIO COSERIU, EVANILDO BECHARA, ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS

Acrescentando aos trabalhos de Bernard Pottier e A.J. Greimas vem-se revelando como excelente campo de pesquisa lexicológica a lexemática de Eugenio Coseriu. No presente ensaio procuraremos pôr em relevo os resultados em que se assenta a nova doutrina em princípios do estruturalismo, isto é, de oposições funcionais.

Palavras-chave: estruturalismo, oposições funcionais, lexemática, palavra e realidade extralinguística, estudo estrutural do léxico, designação, significado.

O estudo do léxico tem sido praticado, em geral, assistematicamente, ao sabor das ocorrências, nas leituras realizadas e da sempre proveitosa peregrinação às páginas dos dicionários. Todavia, de uns poucos anos a esta parte alguns linguistas têm tentado aplicar ao léxico os mesmos critérios de descrição que trouxeram enorme avanço ao estudo da fonologia e da gramática: trata-se de princípios de estruturalismo, isto é, de oposições funcionais. Junto, principalmente, com trabalhos de Bernard Pottier e A. J. Greimas, ocupam lugar de relevo alguns estudos de Eugênio Coseriu acerca da descrição estrutural dos lexemas, disciplina a que chamou de *Lexemática*. Para Coseriu, o atraso do estudo do léxico nessa nova direção se deveu a certas concepções arraigadas quando se comparam as unidades linguísticas integrantes deste campo com as unidades linguísticas pertencentes à *fonologia* e à *gramática*. Por exemplo, diz-se que o léxico é o domínio da língua menos estruturável, ou, o que é mais grave, se duvida de que existam estruturas léxicas semelhantes às que se depreendem na fonologia e na gramática.

Outros dois caminhos tradicionais que têm desvirtuado o estudo estrutural do léxico são: a corrente identificação entre o significado léxico (conteúdo que é dado na língua por essa mesma língua) e a realidade extralinguística, é a suposição de que o fato lexicológico por excelência consiste na relação entre o plano da expressão (significante) e o plano do conteúdo (significado), tratando-os assim conjuntamente, como se faz em geral na gramática.

Tais fatos levam-nos a considerar a língua como uma nomenclatura — o que ela não é —, fazendo-nos supor que estudar o léxico é estabelecer o liame entre uma palavra e a realidade extralinguística que ela representa. Investigar essas distinções com critério permite-nos penetrar com segurança e coerência no estudo estrutural do léxico; mas o tema escapa da intenção destas linhas, que é mostrar — sem escamotear a teoria — como o ensino da matéria pode descobrir novos horizontes nas aulas de língua portuguesa.

Está claro que a depreensão e descrição das estruturas léxicas não podem confundir-se com a visão da língua como uma nomenclatura; mas o conhecimento dessa nomenclatura é um passo inicial da aquisição das palavras por parte do aluno. Só depois de dominar essa relação entre palavra e realidade extralinguística é que o aluno pode penetrar nos meandros da lexemática, isto é, no estudo das palavras (e só dessas!) que correspondem à organização imediata da realidade extralinguística. Esta primeira fase pertence ao aprendizado inicial do léxico, para depois proceder-se à sua descrição científica sob o ângulo dos postulados do estruturalismo funcional.

Um bom exemplo de como se pode levar o aluno, num procedimento sistemático, a senhorear-se dessa “nomenclatura” lexical (não descrição!), dá-nos o professor Sousa da Silveira, numa de suas anotações aos *Trechos Seletos*. Levando-se em conta que o modelo não foi seguido nos livros didáticos, creio oportuna a sua transcrição, ainda que longa. A anotação diz respeito à página de Eça de Queirós sobre a vida numa quinta do Minho, extraída de *A Correspondência de Fradique Mendes*: Neste trecho de Eça de Queirós, e em outros que estão no presente livro, há referência a trabalhos e coisas do campo; por isso nos parece útil dar ligeira notícia de labor agrícola, não, já se vê, do moderno, em que os processos são outros e aperfeiçoadíssimos, e que não nos interessa quanto à linguagem.

Depois de *adubada*, a terra é lavrada, isto é, aberta em *sulcos* ou *regos* por meio do *arado* ou da *charrua*. Em seguida, o lavrador lança-lhe as sementes, e passa a *grade* que, alisando a terra, faz que nela se escondam as sementes. Estas germinam, revestindo-se então o terreno de uma espécie de relva; é a *seara* ao nascer.

Crescem as hastes, a seara já ondula ao vento e, como aparecem ervas chamadas daninhas porque tiram a força à seara, limpa-se a mesma de tais ervas — procede-se à *monda* (*mondar* = *limpar* é *cognato de mundo*, *adj.* = *puro, limpo, e imundo* = *não limpo*). O trabalho da monda costuma ser feito por mulheres. Acompanham-no com cantigas, e concorrem para formosear a paisagem com seus largos chapéus de palha (chapéus redondos) e lenços e vestidos de cores variegadas. É o que descreve o poeta:

“Por entre os trigos as mondadeiras
Enchem as várzeas de cantorias.
Erva daninha, que bem que cheiras!
Nasces e afrontas as sementeiras
E é só por isso que não te crias.

Ranchos alegres, mondando as searas,
Que rico assunto para os pintores!
Lembram vistosos bandos de araras:
Saías, roupinhas de chitas claras,
Chapéus redondos, lenços de cores”.

(Conde de Monsaraz, *Musa Alentejana*, 1908, 15-15)

No verão as hastes secam, a seara torna-se amarela, loura, como dizem os poetas (Bocage, por exemplo, “loureando as searas flutuantes”), está madura, e então é tempo de *ceifá-la*. A ceifa, feita pelos *ceifeiros* ou *segadores*, consiste em cortar as hastes rentes ao chão. A parte que fica enraizada no solo chama-se *restolho*. A parte solta, que cai, dispõe-se em *feixes* ou *paveias*; estas se levam em carros para a *eira*, onde se amontoam em *medas*.

Na eira debulham-se as espigas, batendo-lhes com o *malho* ou *mangal*, ou passando-lhes o *trilho*. A palavra *trilho* vem do latim *tribulum*, donde temos, por metáfora, *tribulação*, *atribular*, no sentido de *tormento*, *atormentar*. É cognata do verbo *terere*, *esmagar*, *triturar*, cujo supino *tritum* se relaciona, pelo radical, com *contrito*, *contrição*, *triturar*, *atrito*, *detrimento*, *detrito*. A alma contrita está como que esmagada pelo reconhecimento dos pecados, e deles se arrepende; assim também quem se acha *pesaroso*, quem tem *pesar*, está como oprimido por um *peso moral*.

A um grande poeta moderno, Guerra Junqueiro, sugeriu a debulha do trigo a mesma ideia de tribulação de martírio:

“Vede lá, vedelá
Quando no eirado o trigo sofrerá!
Pelo malho batido num terreiro

Um dia inteiro!
E um dia inteiro, sem piedade,
Coitadinho! Rodado pela grade!”

(Oração ao pão)

Debulhadas as espigas, separam-se os grãos da palha atirando-os para o ar, o vento leva para certa distância a palha, e o grão cai no mesmo sítio. O grão assim separado da palha é posto em sacos e conduzido para o *celeiro*, *tulha* ou *granel*, donde vai para o *moinho*. Lá é triturado pela *mó* ou *pedra*, e depois peneirado, passando pela tela de peneira e a farinha branca e fina, que é o miolo do grão esmagado, e ficando o farelo, que é a casca. É de Heitor Pinto, Im., I, 79, a seguinte comparação que vem a propósito inserir aqui: “Não se deve chamar filosofia a que ensina, , que dando aos outros a doutrina boa, fiquemos nós com a vida má, semelhantes a peneira que deita fora a boa farinha, e fica com o farelo”. O moinho, se é movido por água, também se denomina *azenha*. A água que move é, geralmente, a de uma *ribeira* ou *levada*”. (*Trechos Seletos*, 7ª ed., págs.391-393)

O primeiro passo no estudo/ensino funcional do vocábulo, enquanto seção autônoma e indispensável da investigação lexicológica, é delimitar o objeto de sua atenção. Podemos dizer, segundo Coseriu, que o estudo funcional do vocabulário (a que ele, como vimos antes, chama lexemática) é a investigação do conteúdo léxico das línguas, isto é, do significado léxico. Para penetrarmos no âmago desta proposta de trabalho do lexemático, teremos de ter noção bem clara do que estamos entendendo aqui por *significado* e por *significado léxico*. O significado é uma das três caras por que se apresenta o conteúdo linguístico. Estas caras são a *designação*, o *significado* e o *sentido*.

A designação é a referência à realidade entendida como extralinguística, isto é, realidade que não coincide com a estruturação que uma determinada língua faz dessa mesma realidade. A designação não é dada por essa determinada língua, mas é dada em todas as línguas, porque se dá no falar em geral.

O significado é a estruturação numa língua das possibilidades de designação. Só há significação nas línguas, e não no falar em geral; e como não há língua fora da historicidade, da dimensão ou nível histórico da linguagem (isto é, só há língua “portuguesa”, “espanhola”, “alemã”, etc.), só haverá “significado” como significado “português”, “espanhol”, “alemão”, etc.

O que pode parecer extremamente complexo nesta distinção entre designação e significado ficará bem claro diante dos seguintes exemplos. Quando dizemos “A porta está aberta” e “A porta está fechada” ou “Pedro leu o livro” e “O livro foi lido por Pedro”, estamos diante, em cada caso, de uma mesma realidade, de um mesmo estado de coisas, mas exprimindo-o de maneira diferente em português. A gramática tradicional e algumas correntes linguísticas modernas têm trabalhado com tais frases considerando-as como “sinônimas” ou de “igual significado” e, desta maneira, as consideram correspondentes a uma mesma “estrutura profunda”. Na realidade, há aqui confusão entre significado e designação. As frases dos exemplos citados não são “sinônimas” na designação, porque representam o mesmo estado de coisas a que fazem, em cada caso, referência, mas por meio de significados diferentes. Tais frases são “equivalentes”, mas não têm, em cada caso, o mesmo significado do ponto de vista do português, do ponto de vista idiomático.

Coseriu alerta-nos para o perigo dessa suposta sinonímia, dessa suposta “igualdade de significado”, que se pretende extrair das paráfrases, já que tais paráfrases refletem apenas uma identidade dos “estados de coisas” designados, engano que pode desviar o investigador de conteúdos idiomáticos, único objeto de estudo funcional do vocabulário. As diferenças entre designação e significado não só se aplicam às funções léxicas, mas também às gramaticais.

Se, nos exemplos acima, pudemos servir-nos de significados diferentes para exprimir a mesma designação, também podemos com um mesmo significado apontar para diferentes designações. Assim, a preposição *com* na construção *com* x tem o significado único, algo como “e x está presente”; mas nas frases seguintes pode designar instrumento, companhia, maneira:

Abria porta com a chave.
Dançou com Maria.
Assistiu ao espetáculo com surpresa.

As variedades de designação são possíveis apenas porque os falantes conhecem o que é *abrir*, *porta*, *chave*, por exemplo, e pelo que sabem sobre as coisas, e dadas as situações em que são proferidas as frases, concluem que com a chave (que na língua significa “ e a chave estava presente”) designa o instrumento de que alguém se serviu para abrir a porta. Portanto, não é a preposição *com* que significa instrumento, pois isto não está expresso na língua. Por isso é que na frase *Abrir a porta com o irmão*, *com o irmão* já não é interpretado como instrumento, porque sabemos, além do que sabíamos antes e da situação, que é irmão, que o irmão não seria um instrumento semelhante à chave: apenas na língua está expresso que o irmão estava presente no processo de alguém abrir a porta e se há uma referência à realidade da situação, essa deve ser algo como companhia ou ajuda, ou coisa pelo estilo.

Já o *sentido* é o conteúdo próprio de um texto, aquilo que se entende além do significado e da designação, enquanto intenção expressiva do falante. Recentemente, numa crônica sobre informática, o autor, falando da chegada de um computador de última geração, usou o título *Habemus Pentium*. Este simples título, de cujo significado e designação não temos dúvida, relacionado com o do texto muito conhecido *Habemus papam*, traz subliminarmente a expressão de alegria e bom grado do autor pelo aparecimento desse novo e útil instrumental do labor desenvolvido na informática. A manifestação desse sentido — que pode escapar ao leitor menos atento ou menos capacitado para compreender as potencialidades expressivas da língua — está, como dissemos, além do significado e da designação. Como fim do texto, que responde à pergunta “que finalmente quer isso dizer?”, é o grande filão que revela desde a chave de uma anedota ao sentido profundo de toda uma obra literária.

No estudo estrutural funcional do vocabulário começamos por reunir unidades léxicas de conteúdos significativos afins e, além disso, em pequenas porções. Assim como nas unidades fonológicas e nas unidades gramaticais não reunimos num mesmo grupo *vogais* e *consoantes*, por um lado, nem *substantivos* e *advérbios*, por outro, assim também quanto aos grupos lexicais, não reuniremos *navio* com *espada*, nem *flor* com *edifício*. Em se tratando das unidades fonológicas, reunimos, para estudo e descrição, as *vogais orais* e *nasais*, as *consoantes oclusivas* e as *constritivas*; nas unidades gramaticais, reunimos, no verbo, o *presente*, o *passado* e o *futuro*, e assim por diante. Também no léxico, não reuniremos *navio* com *espada*, mas, sim, *navio* com *barco*, com *bote*, com *jangada*, com *transatlântico* e tantas outras designações de “meios de transporte por cima d’água” (opõem-se ao *submarino*, por exemplo), os quais, por sua vez, se opõem aos “meios de transporte por via terrestre” (*automóvel*, *ônibus*, etc.) e “meios de transporte por via aérea” (*avião*, *aeróstato*, *balão*, *zeppelin*, etc.).

Assim sendo, o primeiro movimento no estudo / ensino estrutural do léxico consiste em reunir as diversas unidades léxicas que pertencem a um *campo léxico*. Chama-se *campo léxico* o conjunto de lexemas unidos por um valor léxico comum. Os lexemas subdividem esse valor comum em valores mais específicos, que se opõem entre si por diferenças mínimas de conteúdo léxico, chamadas “traços distintivos” ou *semas*. Dessarte, navio, bote, barco, jangada, transatlântico pertencem ao campo léxico “meios de transporte por água” ou “embarcações”. Às vezes, o campo léxico na língua tem uma unidade léxica cujo valor significativo corresponde ao seu valor unitário, abarca todas as unidades integrantes do campo; aqui, a unidade *embarcação* abrange *navio*, *barco*, *bote*, *jangada*, *transatlântico*, etc., e, por isso, se chama *arquilexema*. Voltando à semelhança existente entre o estudo e descrição das unidades da fonologia e da gramática com as unidades léxicas, um fonema, por exemplo, difere de outro da mesma classe por meios de traços distintivos. Assim, entre /p/ e/b/ há traços comuns, como “oclusivo”, “bilabial”, “oral”, mas um traço que opõe /p/ a /b/ é a “sonoridade” (ou a vibração das cordas vocais), pois /p/ é uma consoante oclusiva, bilabial, oral, surda, enquanto /b/ é uma consoante oclusiva, bilabial, oral, sonora.

Da mesma forma, *automóvel* e *ônibus* pertencem ao campo léxico “meios de transporte por via terrestre”, mas se separam por alguns traços distintivos ou semas: enquanto o *automóvel* é um transporte para um número limitado de pessoas e sem percurso obrigatório definido, o *ônibus* é um *grande automóvel* (para muitas pessoas) que funciona como transporte público e com percurso definido. É graças a esses traços distintivos que particularizam e diferenciam as unidades léxicas integrantes de um mesmo campo léxico, que o falante sabe e pode distinguir os significados de *navio*, de *transatlântico*, de *barco*, *bote*, etc. Os dicionários devem estar atentos a esses traços distintivos para bem orientar os seus consulentes.

Além do campo léxico, há também a classe léxica. *Rico*, *inteligente* e *solteiro* não pertencem, naturalmente, ao mesmo campo léxico, mas pertencem à mesma classe léxica, porque os três se aplicam, ou podem aplicar-se para pessoas “seres vivos humanos”. Classe léxica, segundo Coseriu, é uma classe de lexemas determinados por um *classema*, que é um traço distintivo que funciona em geral em toda uma categoria verbal (“classes de palavras”). As classes léxicas se manifestam nas combinações gramaticais e/ ou léxicas dos lexemas: pertencem à mesma classe os lexemas que permitem as mesmas combinações léxicas ou gramaticais, ou léxicas e gramaticais concomitantes. Assim, *rico*, *inteligente* e *solteiro* se combinam com substantivo designativo de ser vivo humano, por exemplo: *homem rico*, *inteligente*, *solteiro*.

Essas classes são, de modo geral, muito conhecidas nossas desde as primeiras aulas de gramática portuguesa. Os substantivos se dividem, por exemplo, nas classes “seres vivos”, “coisas”, e, dentro da classe “seres vivos” podemos separar os “seres humanos” dos “seres não humanos”. Para os adjetivos, podemos estabelecer classes como “positivo”, “negativo”, etc., o que justifica combinações aditivas do tipo *rico e inteligente*, ou combinações adversativas do tipo *rico mas ignorante*. Nos verbos conhecemos as classes dos “intransitivos”, “transitivos”, etc., classes que admitem subclasses. Podem-se estabelecer classes menos trabalhadas em nossas gramáticas, com, por exemplo, na base de um classema “direção” (em relação com o agente da ação), podemos ter a classe dos verbos “adlativos” (*comprar, receber, tomar, recolher, pegar*, etc.) opostos aos verbos “ablatativos” (*vender, dar, deixar, soltar*, etc.).

Também cumpre distinguir entre classes determinantes e as classes determinadas. As classes determinantes são aquelas caracterizadas por *classes mas*, enquanto as classes determinadas são aquelas caracterizadas por traços distintivos do tipo “para a classe x”. Com a tal distinção estamos aptos a classificar os lexemas classematicamente determinados, de acordo com as classes determinantes com que se combinam. Os adjetivos, por exemplo, podem ser classificados, com relação às classes determinantes, “seres vivos” – “coisas”, num primeiro momento, em adjetivos sensíveis e em adjetivos insensíveis a estas classes; num segundo momento, os adjetivos sensíveis a tais classes podem ser classificados em adjetivos exclusivos de uma classe (como, por exemplo, inteligente, que não se aplica, em geral, às coisas e só a “seres pensantes”) e em adjetivos diferenciados em conformidades com as classes (como, por exemplo, o português *ruivo* e o francês *roux* contrastam, respectivamente com *roxo* ou *rouge*, ou o português *louro* e o francês *blond* contrastam, respectivamente, com *amarelo* e *jaune*, em que, em relação “para a classe *cabelo*”, só os primeiros de cada série podem ser usados: tanto em português como em francês só se diz *cabelos ruivos / cheveux roux; cabelos louros / cheveux blonds*.

Além do campo léxico e da classe léxica, já vistos aqui, vamos falar de mais três tipos de “estruturas” léxicas: a *modificação*, o *desenvolvimento* e a *composição*. Tais tipos diferem dos primeiros pelo fato de serem o campo léxico e a classe léxica *estruturas primárias*, enquanto a modificação, o desenvolvimento e a composição *estruturas secundárias*. Diz-se primária a estrutura cujos termos se implicam reciprocamente, sem que um seja primário em relação aos demais. Um exemplo: *jovem* implica *velho* e *velho* implica *jovem*, mas nenhum é primário em relação ao outro. Já em *vender* e *vendedor*, este implica o primeiro, mas *vender* não implica *vendedor*; em outras palavras, quando definimos o conteúdo *vendedor* aludimos necessariamente a *vender* (“a pessoa que vende”), mas quando definimos o conteúdo *vender*, prescindimos da referência ao conteúdo *vendedor*. Dizemos, então, que o conteúdo *vender* é primário, em relação ao conteúdo *vendedor*, e este é secundário relativamente ao conteúdo *vender*.

É fácil perceber que as estruturas secundárias correspondem ao tradicional domínio da gramática da *formação de palavras*, as quais, depois de passarem pelos processos de formação próprios do idioma, são incorporadas ao léxico e continuam admitindo as mesmas determinações gramaticais explícitas dos termos primários. Isto é, se de *livro* temos o termo secundário *livrinho*, este admite a determinação gramatical de plural que cabe a *livro*: *livro-livros, livrinho-livrinhos*. Os três tipos de estrutura secundária aqui enumerados (modificação, desenvolvimento e composição) se distinguem entre si pela determinação gramatical do termo primário.

A modificação corresponde a uma determinação gramatical que não implica qualquer função frásica do termo primário modificado, mas apenas a qualificação deste termo ou, ainda, a repetição duma significação ou o acréscimo de uma orientação à ação do tempo primário, como ocorre nas formações diminutivas, nos coletivos, nos verbos formados com prefixos: *livro – livrinho; dormir – dormirar; laranja – laranjal; cantar- cantarolar; ver – rever – prever; seguir – perseguir – prosseguir*, etc.

O desenvolvimento corresponde a uma determinação gramatical que implica uma função frásica específica do termo primário, isto é, implica uma alteração da categoria verbal do termo primário. Assim, *belo* + função predicativa = *beleza* (“o que é belo”); *partir* + função predicativa = *partida* (“o fato de partir”); *branco* + função epíteto = o *branco*; *civil – civilizar – civilização*.

Além da mudança de função frásica (substantivo muda-se em adjetivo; muda-se em substantivo, etc.), o desenvolvimento implica uma desconcentração ou generalização da significação, quando comparada com a base do desenvolvimento: assim, *prata – prateado* ou *audição* (“ato de ouvir”) – *audível* (“qualidade do que se pode ouvir”).

Um termo que surgiu de um desenvolvimento pode ser base de outro termo desenvolvido: *rico – enriquecer – enriquecimento*. Neste procedimento em série, pode-se saltar uma etapa, isto é, pode-se criar um termo sem que exista na norma da língua o termo implicado anteriormente. Comparem-se as séries plenas: *fala – falar – falado; visita – visitar – visitante* com as séries destituídas de verbo-base do adjetivo do final do processo de desenvolvimento: *barba – verbo – barbado, farsa – verbo – farsante*. Outro aspecto digno de nota no desenvolvimento é a possibilidade da existência de homófonos resultantes de bases diferentes: *matar – morto* (ao lado de *matado*), *morrer – morto*. Assinale-se que pode haver combinação da modificação com desenvolvimento: ver – rever (modif.) – revisão (desenv.); cobrir – (desenv) - descobrir (modif.) – descobrimento (desenv.).

A composição implica sempre a presença de dois elementos básicos unidos por uma relação gramatical. Há dois tipos de composição: um em que um dos elementos combinados é de natureza pronominal genérica – como “alguém”, “algo”, tipo a que Coseriu chama *composição prolexemática*. Este tipo corresponde a uma parte daquilo que a gramática tradicionalmente rotula de derivação. Assim, ler + “agente promocional” = leitor (“aquele que lê”); livro + agente promocional” = livreiro (“aquele que comercia livros”). Na composição prolexemática há um elemento determinante (o que se apresenta no significante) e outro determinado (o que está representado no significante) e outro determinado (o que está representado no significante pelo sufixo derivativo ou por zero), sendo a categoria verbal do composto a do determinado, conforme se depreende dos exemplos acima. No outro tipo de composição, os elementos presentes são lexemas. Por isso, é chamado *composição lexemática* e corresponde ao que tradicionalmente recebe o nome de composição. São exemplos de composição lexemática: *guarda + roupa – guarda-roupa; mata + borrão – mata-borrão*.

Tipos de composição como *guarda-roupa, mata-borrão* representam os dois casos aqui mencionados, pois implicam uma composição prolexemática com sufixo derivativo de expressão zero (*guardar – guarda –* equivalente a “guardador”, “que guarda”) e uma composição lexemática, em que entra o lexema (composto) *guarda* + o lexema *roupa*.

A quem nos acompanhou com atenção até aqui fica patente que esta proposta de estruturas secundárias se afasta da proposta tradicional de processos de formação de palavras divididos em *derivação* e *composição*, porque esta última proposta só leva em conta o plano de expressão ou a relação entre o plano do conteúdo (o do significado) e o da expressão (o do significante). Na proposta de Coseriu, o interesse localiza-se no plano do conteúdo. O conceito tradicional de derivação põe em evidência a combinação de uma palavra com um morfema, da qual deriva nova palavra, enquanto o conceito tradicional de composição põe em evidência a combinação de duas palavras autônomas. Isto é válido quando a preocupação do analista se centra e se limita a plano da expressão, mas tal modo de proceder à análise não dá conta das estruturas do plano do conteúdo.

Até aqui vimos as estruturas léxicas no plano paradigmático, isto é, no plano em que os lexemas se encontram numa oposição imediata entre si, ou, em outras palavras, em que — para ficar no caso das estruturas secundárias — *casa* se opõe a casinha ou *ver* se opõe a *rever* (quanto à modificação); *civil* se opõe a *civilizar* e este a *civilização* (quanto à modificação); *civil* (quanto ao desenvolvimento); *guardar* se opõe a *guardador* (quanto à composição). Vamos agora examinar as estruturas léxicas no plano sintagmático ou das combinações dos lexemas condicionadas numa língua, isto é, no fato de determinado lexema se combinar com outro ou ainda de um lexema implicar outro lexema. Isso significa que agora se trata duma solidariedade, duma combinação (daí sintagmática) no plano da estrutura dos semas ou traços distintivos, em que certas unidades léxicas estão implicadas por outras unidades léxicas.

O critério para a distinção dos diversos tipos de combinações ou solidariedades é o modo como os lexemas de um paradigma estão determinados, em seu conteúdo, pelos lexemas de outros paradigmas. Chamam-se *determinantes* aqueles cujos conteúdos estão implicados como traços distintivos em outros lexemas, e lexemas *determinados* aqueles que recebem esses mesmos traços distintivos ou semas. Assim, por exemplo, “árvore”, unidade léxica determinante do paradigma “planta”, funciona como traço distintivo no paradigma dos verbos como “cortar” e outros, com o qual surge, precisamente, a unidade lexical determinada “podar” (diz-se *podar árvores* e não *podar dedos*); da mesma forma, “cavalo” funciona como traço distintivo no paradigma dos nomes das cores, com o qual estão implicadas cores como “baio”, “alazão” (diz-se cavalo baio e cavalo alazão e nunca cachorro baio ou galo alazão). Distingue Coseriu três espécies de solidariedades léxicas conforme a determinação semântica de uma palavra por meio de uma classe, de uma *arquilexema* ou de um *lexema*, ou, em outros termos, conforme uma classe determinada, um determinado *arquilexema* ou um determinado *lexema* funciona como traço distintivo de uma palavra em pauta: *afinidade* (quando implica a classe do lexema determinante) e *implicação* (quando todo o lexema determinante funciona como traço distintivo no lexema determinado).

Exemplos de afinidade: *prenhe* e *grávida* são lexemas que têm como traços distintivos, quanto ao conteúdo “fecundação”, a classe “animal” (dito de animal) e a classe “pessoa” (dito de pessoa); por isso *prenhe* é combinável com lexemas como *cachorra, gata*, etc. enquanto *grávida* é combinável com lexemas como *mulher, vizinha*, etc. Há também afinidade com os lexemas relativos ao conteúdo “trazer ao mundo” repartidos entre a classe ‘animal’ (*parir, dar cria, ter filhote*, etc.) e a classe ‘pessoa’ (dar a luz).

Exemplo de seleção: *pena* e *pelo*, no ‘sistema piloso’, incluem como traço distintivo os arquilexemas *ave* e *mamífero*; por isso dizemos que homem, macaco, cachorro, cavalo têm *pelos*, enquanto o passarinho, a gaivota, os papagaios têm *penas*. Exemplo de implicação: lexemas como *relinchar, ladrar, miar, cacarejar* contêm, como traço distintivo, o conteúdo total dos lexemas *cavalo, cão, gato* e *galinha*, respectivamente.

Destas considerações teóricas até aqui expostas se têm beneficiado os dicionário unilíngues e bilíngues, de modo que se tornem mais informativos ao leitor que os compulsa. Um dos pontos que traduzem progresso é fugir, na apresentação dos verbetes ou lemas, às definições puramente científicas, que pouco ou nada dizem do significado que tais lexemas têm na língua. Tinha muita razão, nesse sentido, a crítica feita pelo linguista norte - americano L.Bloomfield acerca da inutilidade, para quem deseja saber o que significa na sua língua a palavra *sal*, das explicações técnicas do tipo: “cloreto de sódio” ou “substância que se forma na interação entre um ácido e uma base”. Isto pertence à química e só aos químicos dizem alguma coisa. Apenas não cabia total razão a Bloomfield, porque misturava os lexemas da língua com os termos da nomenclatura técnica das ciências e, assim, atribuía às ciências a tarefa de conceituar o significado do léxico, que é, como vimos, domínio da linguística.

Como lembra Coseriu, a química se ocupa da coisa ‘sal’, enquanto a linguística se ocupa do significado “sal”. No dicionário, “sal” será apresentado como uma “substância branca, cristalizada, de sabor acre, solúvel na boca, que se usa como tempero em culinária”, conforme está no Dicionário do Português Básico, de Mário Vilela.

Repare-se que nesta explicação vai o autor aludindo aos diversos semas que compõem o significado do lexema: *substância branca* (referência ao sema ‘cor’), *cristalizada* (ao sema ‘forma’), *de sabor acre* (ao sema ‘sabor’), *solúvel na água* (ao sema ‘mutação da forma’), *que se usa como tempero na culinária* (ao sema ‘utilidade’). Desta forma, reunindo tantos semas, o significado léxico de ‘sal’ diz mais ao consulente do que uma explicação, também encontrável em dicionários, do tipo: “substância usada na alimentação como tempero”, através da qual só se alude ao sema ‘utilidade’. Ora, essa economia de semas ou de traços distintivos faz com que a explicação sirva a várias substâncias usadas na alimentação como tempero. Torna-se, portanto, pouco útil, quase ineficaz, ao consulente. O acúmulo de semas permite a distinção entre, por exemplo, duas substâncias “usadas na alimentação como tempero”: o *sal* e o *açúcar*. Se retornarmos a sequência de semas que integram o significado léxico de “sal”, finalmente observamos que todos menos um (o relativo ao ‘sabor’) se aplicam ao de “açúcar”: “substância branca, cristalizada, solúvel na água, que se usa como tempero”.

Um exemplo que já se tornou clássico é o da enumeração dos semas que entram nos significados do campo léxico de “assento”, estudadas pelo linguista B. Pottier para o francês. Para não alongar a rica lista de lexemas que entram nesse campo léxico, aludiremos apenas a seis deles: banco, tamborete, cadeira, poltrona, sofá e divã.

Relacionaremos, inicialmente, os semas que integram alguns significados desse campo, como fez Mário Vilela em Estruturas Léxicas do Português:

1. ‘objeto que serve para alguém se sentar’
2. ‘com pés’
3. ‘com encosto’
4. ‘com braços’
5. ‘para uma pessoa’
6. ‘feito de material rijo’

Banco é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, geralmente sem encosto e sem braços, quase sempre para uma pessoa e feito de material rijo (madeira, cimento, mármore, etc.).

Tamborete é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, sem encosto e sem braço, para uma só pessoa e feito de madeira.

Cadeira é u objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, com encosto, com ou sem braços, para uma só pessoa e geralmente feito de material rijo.

Poltrona é um objeto que serve para alguém se sentar, dotado de pés, encosto e braços, para uma só pessoa e estofado ou de couro, isto é, feito de material não rijo.

Sofá é um objeto que serve para alguém se sentar, com ou sem pés, com encosto, com braços, para mais de uma pessoa e de material não rijo.

Divã é um objeto que serve para alguém se sentar, com ou sem pés, sem encosto nem braços, para uma só pessoa e de material não rijo.

Repare o leitor que cada tipo desses seis objetos de sentar se distingue pela presença ou ausência de determinados semas, de modo que pouco adiantam, para a identificação deles, explicações que aparecem em alguns dicionários do tipo: “Divã: espécie de sofá sem encosto” ou “canapé”: banco de palhinha comprido com costas e braços”.

Também precária é a série de sinônimos que às vezes corre nos dicionários.

Compare-se o que já disse de sofá e divã com a lição que consigna um deles: “*Sofá*: banco estofado com espaldar e dois braços, para várias pessoas; canapé; divã”.

Se são necessários tais cuidados no dicionário destinado aos falantes nativos, muito maior atenção há de se ter, quando vai ser consultado por estrangeiros.

Neste particular nossos dicionaristas têm muito que aprender com os bons compêndios unilíngues escritos para falantes não nativos.

Há um longo caminho que o dicionário de língua portuguesa deverá percorrer para incorporar as novas conquistas do estudo do léxico.



6. JOANA PINHO, UNIVERSIDADE DE AVEIRO

TEMA 3.5. PERSPETIVAS DO ENSINO DO PORTUGUÊS LÍNGUA DE ACOLHIMENTO PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS, JOANA PINHO, CIDTFF/LEIP – UNIVERSIDADE DE AVEIRO⁴⁰, JOANA.PINHO@UA.PT. MARIA HELENA ANÇÃ, CIDTFF/LEIP – UNIVERSIDADE DE AVEIRO, MARIAHELENA@UA.PT

Uma sociedade altamente marcada pela globalização e consequentemente pela mobilidade de pessoas em todo o mundo é também uma sociedade cada vez mais plural, seja pelas línguas, seja pelas culturas representadas e em interação. Assim, sendo a língua um veículo promotor da integração de novos públicos e novas culturas (Ançã, 2006), há que repensar nos desafios permanentemente colocados à Educação em Línguas atualmente.

Portugal e a Educação em Português têm sentido essas alterações, particularmente no acolhimento e integração de imigrantes e refugiados (I-R), oriundos do fluxo migratório sem precedentes, em consequência do agravamento dos conflitos em países do Médio Oriente e Norte de África. A Língua Portuguesa (LP) ganha, assim, novas interpretações. No seu sentido simbólico-literar, a LP no território e na escola portuguesas adquire o papel de Língua de Acolhimento (LA) e o seu ensino, a I-R é, então, um dos desafios que as nossas escolas, associações, comunidades e a nossa sociedade têm pela frente.

No entanto, Portugal ainda está a dar os primeiros passos no campo linguístico no que à inclusão e integração de refugiados diz respeito (Faneca, 2018).

⁴⁰ Apoio financeiro da FCT e do FSE no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio no âmbito do projeto SFRH/BD/132109/2017.

Neste sentido, foi definida a questão de investigação *Quais as especificidades didáticas dos cursos de ensino da língua de acolhimento dirigidos a refugiados?* tendo sido analisadas as realidades de outros países da Europa que têm sentido a crise migratória do Mediterrâneo e ainda do Brasil, onde o PLA tem sido dirigido a I-R. Para responder à questão de investigação desenvolveu-se um estudo de meta-síntese, tendo-se destacado contributos dos cursos/formações dirigidos a I-R, perspetivando o ensino e aprendizagem do PLA, em Portugal, nos domínios do pluralismo linguístico e cultural, da formação de professores, das atitudes face à aprendizagem, do trabalho colaborativo, dos contextos múltiplos de aprendizagem e das parcerias escola-família-comunidade.

1. Enquadramento Teórico

1.1. Refugiados: crise migratória na Europa

Os grandes movimentos de massa e as crises de refugiados⁴¹ não são novos na história da humanidade. Desde que existem conflitos entre os povos, crises ambientais, sociopolíticas e económicas que milhares de pessoas fogem em busca do refúgio noutra parte do mundo. Na Europa, as questões dos refugiados têm vindo a marcar a evolução dos estados políticos, refletindo-se, nomeadamente nas suas políticas e ideologias internacionais e económicas.

Segundo o Relatório *Global Trends* 2016 do ACNUR, atualmente, mais de sessenta e cinco milhões de pessoas encontram-se deslocadas à força em todo o mundo. Este é o maior número de sempre registado, em resultado de perseguições, guerras, conflitos e desastres.

Desde 2011 que o conflito sírio tem originado o número mais representativo de refugiados que chegam à Europa, sendo que “*cerca de 4 milhões de sírios fugiram para países vizinhos como a Jordânia, Líbano, Turquia e Egito*” (Jaranovic, 2016: 59), ultrapassando fronteiras e afastando-se da “*mistura de violência, sistemas políticos disfuncionais, diminuição da ajuda internacional, colapso económico e a globalização em geral*” (Jaranovic, 2016: 59).

Assim, nos últimos dois anos, mais de um milhão de refugiados e migrantes chegaram à União Europeia (UE). Verificou-se, portanto, um aumento muito expressivo do número de requerentes de asilo, tendo-se ultrapassado os 2,5 milhões nos anos de 2015 e 2016⁴².

No âmbito da Agenda Europeia da Migração e consequentemente das medidas e recomendações para a recolocação e reinstalação surgiu um Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes (European Commission, 2016; Observatório das Migrações, 2016), através do qual foram criados mecanismos e ações concretas para prestar apoio aos Estados-Membros no tratamento dos pedidos, nomeadamente apoio financeiro para os países que sustentam os esforços da recolocação (European Commission, 2017). Assim, o Programa de Recolocação, para o qual a Plataforma de Apoio aos refugiados (PAR) tem tido um papel preponderante, integra, para além de outras medidas, o ensino e aprendizagem da língua do país de acolhimento, como sendo crucial no processo de acolhimento e de integração destas pessoas no país de destino.

1.2. Língua de acolhimento

É, então no contexto migratório, em que novos públicos, línguas e culturas interagem entre si, que surge o conceito de LA (Ançã, 2003), redimensionando o papel da LP no território português. Por se tratar de um conceito flexível, moldável, dinâmico e inclusivo, permite estabelecer uma “*relação mais profunda entre quem abriga [nativos/comunidade de acolhimento] e quem é abrigado [não nativos/imigrantes e refugiados], logo integrado*” (Ançã, 2017: 39).

Por outro lado, no dizer de Grosso (2010), o conceito de LA é uma (re)criação face a novas situações educativas, em que a língua estrangeira (LE) é a língua do Outro, a única a ser reconhecida e, portanto, de algum modo ostracizante. Pelo contrário, para Ançã (2006), a LA remete para “acolhida, refúgio em casa, forte, cidade, praça” e, mais recentemente, para “ato de acolher, refúgio, amparo, hospitalidade” ou para *shelter language*, língua abrigo (Ançã, 2017).

Efetivamente, o processo de acolhimento e de integração de imigrantes e/ou refugiados deve incluir indubitavelmente o ensino da LA, até porque, como defende Oliveira (2010: 28) “*a língua é vista como uma chave para a integração: o conhecimento da língua da sociedade de acolhimento é uma espécie de garantia para a integração com sucesso*”.

Assim, no caso português, em que se assiste a novos cenários migratórios, particularmente com o acolhimento de refugiados, é imprescindível o ensino do PLA, pelo papel fundamental que a LA desempenha, seja como instrumento de explicação e de apropriação da nova realidade de acolhimento, seja como instrumento de apoio à resolução dos problemas do dia-a-dia (Pardal, Afonso, & Ferreira, 2007), no que diz respeito ao acesso ao mercado de trabalho, aos serviços público, à justiça, à cidadania.

Pelo exposto anteriormente, ensinar PLA difere de ensinar uma qualquer LE. Oliveira (2010) defende três aspetos a ter em consideração no ensino de uma língua em contexto migrante:

- i) A aquisição da língua tem lugar em diferentes contextos, além do da sala de aula, tão variados como o próprio meio envolvente e onde são solicitadas tantas vezes a prática da escrita, da leitura e da oralidade.
- ii) A aprendizagem da língua decorre num ambiente de maior pressão social, legal e económica, pelo que os contextos psicossociais e psicolinguísticos devem ser tidos em conta, assim como a resposta a necessidades linguísticas dos aprendentes.
- iii) Os grupos de imigrantes e/ou refugiados são, por norma, heterogéneos – multilingues e multiculturais – com repertórios linguísticos diversos e níveis literários também distintos.

É, portanto, crucial a definição constante de políticas públicas de ensino de PLA, como refere Amado (2013), com vista a dar melhores respostas aos desafios que se têm colocado ao ensino do PLA a imigrantes e refugiados, sobretudo para que possam aceder ao meio social e laboral da comunidade de acolhimento. Nesse caso, o ensino do PLA a imigrantes e refugiados terá dois objetivos basilares:

“- *facultar-lhes os meios para a comunicação mais facilitada em situação laboral, a fim de lhes permitir uma melhor integração e adaptabilidade às tarefas que lhes são confiadas;*

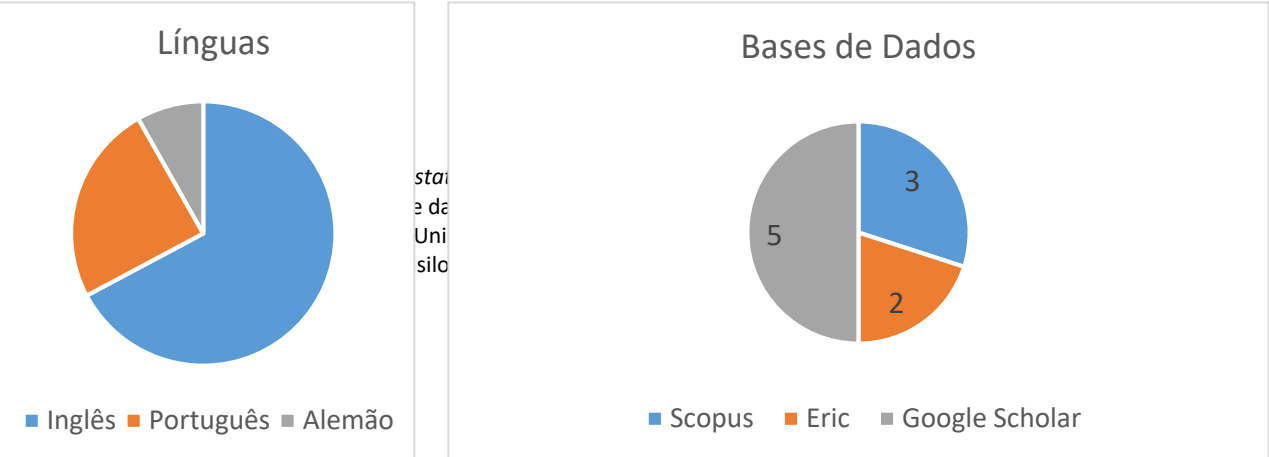
- *(permitir) estabelecer contactos sociais em local de trabalho, visto que este representa o local privilegiado de adaptação à sociedade de acolhimento*” (Vasconcelos, 2005, p. 101).

1. Enquadramento metodológico

2.1. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo tem como objetivo compreender as especificidades didáticas dos cursos/formações de LA que têm vindo a ser dirigidos a imigrantes e refugiados. Deste modo, através da meta-síntese, uma abordagem realizada de forma intencional e coerente que permite a análise de dados de estudos qualitativos (Sandelowski & Barroso, 2007; Erwin, Brotherson & Summers, 2011), definimos a questão de investigação, para a qual procurámos, seleccionámos, avaliámos, resumimos e se combinámos evidências a fim de lhe dar resposta.

Como forma de responder à pergunta de investigação definida, constituiu-se o *corpus* a partir de uma pesquisa exaustiva, através de palavras-chave, como “Educação em línguas”, “língua de acolhimento”, “refugiados”, “contexto não formal”, “português língua de acolhimento” em português, inglês e alemão – Gráfico 1 –, em bases de dados como a *Scopus*, *Eric* e *Google Scholar*, conforme evidencia o Gráfico 2.



rseguido “em virtude da sua raça, religião, nacionalidade, filiação em certo grupo social ou das suas opiniões políticas, se encontre fora do país de que tem lidade e estiver fora do país no qual tinha a sua residência habitual, após aqueles acontecimentos não possa ou, em virtude do dito receio, a ele não queira

ucts-datasets/-/migr_asyappctzm

GRÁFICO 1: LÍNGUAS DOS ARTIGOS SELECIONADOS

GRÁFICO 2 – BASES DE DADOS DE PESQUISA E SELEÇÃO DO CORPUS

Para a constituição do *corpus*, aplicaram-se critérios de inclusão e de exclusão. Quanto aos primeiros, incluímos artigos publicados em revistas científicas, com *peer review*, publicados entre 2014 e 2018, período temporal em que se fez sentir a atual crise migratório de refugiados na Europa, tendo a maioria dos artigos sido publicados no ano de 2017, como ilustra o Gráfico 3. Excluímos artigos em que a referida crise migratória não se tenha feito sentir (como é exemplo o Canadá). Porém incluímos estudos publicados no Brasil, no âmbito do ensino do PLA a refugiados, pela proximidade linguística.

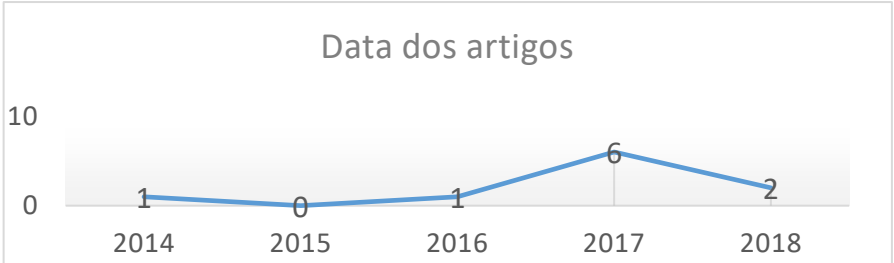


GRÁFICO 3: DATA DOS ARTIGOS CONSTITUINTES DO CORPUS

Depois de uma leitura flutuante (Bardin, 2009) dos títulos, resumos e palavras-chave dos artigos, foram selecionados aqueles que apontavam mais caminhos de resposta à nossa questão de investigação e os estudos empíricos foram submetidos à grelha de avaliação de qualidade (adaptada de Dybå & Dingsøyr, 2008), tendo sido selecionados dez artigos que passamos a caraterizar no ponto seguinte.

2.2. Caraterização do corpus

A tabela 1 representa a identificação do *corpus*, ao qual atribuímos um código a cada artigo de forma a facilitar a sua posterior referência aquando do tratamento e interpretação de dados.

CÓDIGO	Autor(es)	DATA	Título	País
E1	Pastoor	2017	Reconceptualising refugee education: exploring the diverse learning contexts of unaccompanied young refugees upon resettlement	Noruega
E2	Timm	2016	The Integration of Refugees into the German Education System: A Stance for Cultural Pluralism and Multicultural Education	Alemanha
E3	Karam, Kibler & Yoder	2017	“Because even us, Arabs, now speak English”: Syrian refugee teachers’ investment in English as a foreign language	Líbano
E4	Thondhlana & Madziva	2017	Provision of quality education in the context of Syrian refugee children in the UK: opportunities and challenges	Inglaterra
E5	Mogli & Papadopolou	2018	“If I stay here, I will learn the language”: Reflections from a case study of Afghan refugees learning Greek as a Second Language	Grécia
E6	Costa & Taño	2017	Ensino do Português como Língua de Acolhimento a imigrantes e refugiados em São Paulo	Brasil
E7	Amado	2014	Ensino de Português como língua de acolhimento para refugiados	Brasil
E8	Kalocsányiová	2017	Towards a repertoire-building approach: multilingualism in language classes for refugees in Luxembourg	Luxemburgo
E9	Deusdará, Arantes & Rocha	2017	Cruzando fronteiras: a promoção de direitos com refugiados nas práticas de ensino de línguas	Brasil
E10	Terrasí-Haufe, Hoffmann & Sgol	2018	Sprachförderung in der beruflichen Bildung nach dem Unterrichtskonzept „Berufssprache Deutsch“	Alemanha

TABELA 1: CORPUS DE ANÁLISE

Depois da seleção do *corpus* foi preenchida a grelha de leitura, que permitiu a sua caraterização. A definição das categorias ou especificidades didáticas dos cursos/formações de LA a imigrantes e refugiados que tivemos em conta na análise decorreu aquando da leitura dos estudos. Dos estudos selecionados, sete deles são empíricos e seguem, embora não o refiram explicitamente, um paradigma interpretativo, de natureza qualitativa; quanto às estratégias de investigação, ora optam pelo estudo de caso, ora pelo estudo etnográfico.

Para além de estes estudos relatarem experiências no âmbito do ensino da LA a imigrantes e refugiados nos respetivos países, os artigos que compõem o *corpus* abordam especificidades didáticas a ter em conta nos cursos/formações, nos contextos sociais, linguísticos e culturais em que se inserem.

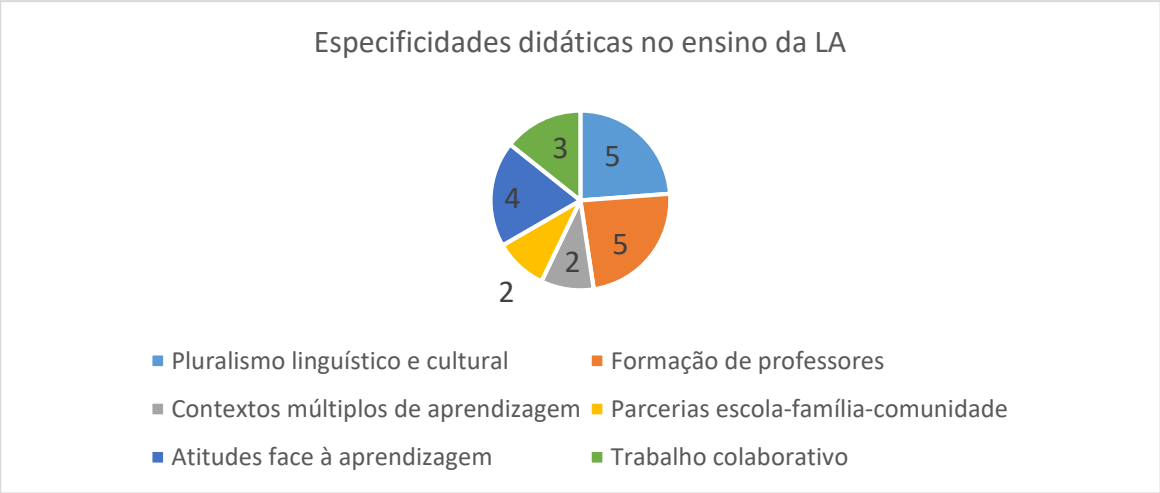
Assim, tal como especificado no Gráfico 4, são analisadas, no *corpus*, as evidências relativas aos seguintes domínios:

- a) Pluralismo
- b) Linguístico e cultural;
- c) Formação de professores;
- d) Atitudes face à aprendizagem;
- e) Parcerias escola-família-comunidade;
- f) Contextos múltiplos de aprendizagem;
- g) Trabalho colaborativo

Analisando o Gráfico 4, relativamente ao pluralismo linguístico e cultural, cinco dos artigos referem a importância de tornarem as aulas de LA diversificadas linguística e culturalmente, trazendo à discussão as Línguas Maternas (LM) e os repertórios linguísticos dos alunos.

Do mesmo modo, também cinco dos artigos salientam a necessidade de formação de professores no âmbito do ensino da LA, sendo que três dos artigos alertam para a importância do trabalho colaborativo entre os professores. Simultaneamente, quatro dos documentos analisados apontam que as atitudes face à aprendizagem da LA são determinantes e se relacionam diretamente com o sucesso da mesma, sobretudo quando a aprendizagem decorre em contextos múltiplos de aprendizagem além da sala de aula – referido por dois artigos – e quando se estabelecem parcerias escola-família-comunidade – referido por dois artigos.

Gráfico 4: Especificidades didáticas evidenciadas no corpus



2. Apresentação e discussão dos resultados

A meta-síntese aqui apresentada permitiu analisar os dez artigos que compõem o *corpus*, identificando evidências de especificidades didáticas a ter em conta nas aulas dos cursos/formações de LA dirigidos a imigrantes e refugiados. Faremos, então, a apresentação e discussão dos resultados nos domínios já anteriormente apresentados: pluralismo linguístico e cultural, formação de professores, atitudes face à aprendizagem, do trabalho colaborativo, contextos múltiplos de aprendizagem e parcerias escola-família-comunidade.

3.1. Pluralismo cultural e linguístico

De acordo com os estudos E3 e E4, o processo de integração deve incluir as LM dos refugiados, bem como outras línguas dos seus repertórios linguísticos, pois traz para os momentos de aprendizagem maior valorização das heranças linguísticas e culturais dos aprendentes, aspeto referido em E2. Efetivamente, “a língua materna é uma base muito importante para que a aprendizagem de qualquer outra língua se realize com sucesso” (Oliveira, 2010, p. 35). Para além da LM, o percurso de vida, o percurso escolar⁴³, percurso de asilo ou refúgio, as representações que se vão construindo do mundo e da LA são fatores que intervêm na aquisição de uma nova língua, a LA. Cabete (2010) reforça esta ideia: “O aprendente faz-se acompanhar do seu percurso vivencial, do conhecimento da sua língua materna e de outras, das suas experiências, da sua representação do mundo, da visão que construiu acerca da língua portuguesa e de outros diversos conhecimentos acumulados, o que o revestem das mais variadas competências e/ou dificuldades face à aprendizagem da língua” (Cabete, 2010, p. 70).

Em contextos multiculturais e multilingues, a introdução de outras línguas transforma os mecanismos interacionais, criando ambientes participativos, com maior envolvimento dos alunos e, por isso, mais potenciadores da aprendizagem da LA, tal como defende a autora de E8. Assim, introduz o conceito de *Translanguaging*⁴⁴, cuja abordagem melhorou a compreensão mútua, pela (re)construção/renegociação de significados exatos e serviu como ponto de partida para uma reflexão metalinguística.

3.2. Contextos de aprendizagem múltiplos

A interação em contextos além do contexto de aprendizagem (locais públicos, ONG, associações, espaços de prática de exercício...) evidenciou aumentar o desejo de aprender a LA, assegurando um maior e mais rápido desenvolvimento de competências comunicativas, como demonstrado pelo E5. Por isso, no estudo realizado na Noruega – E1 – é defendida uma abordagem holística em diferentes contextos de aprendizagem (informais e não formais), através da adoção da teoria sociocultural, que “*emphasising learning as development through social interaction and participation in social practices, entails a fundamental challenge regarding the education of recently resettled refugees*” (Pastoor, 2017: 147). É claro, no entanto, que a integração e aprendizagem em contextos múltiplos de aprendizagem além da sala de aula, depende em muito do quão facilitadores são os pares. Em E5, por exemplo, os pares com maiores conhecimentos de outras línguas além do árabe, nomeadamente o inglês, assumiram o papel de mediadores contribuindo para a sua, mas também para a aprendizagem dos restantes na LA, o francês.

⁴³ A formação académica de refugiados é muito distinta entre eles, verificando-se frequentemente baixos níveis de alfabetização (Mogli & Papadopoulou, 2018). Os próprios contextos políticos e sociais dos países dos quais são originários afastaram-nos da escolarização.

⁴⁴ Abordagem que, segundo García (2014), se centra nas práticas bilingues observáveis e que contribui para a interpretação de contextos multilingues.

3.3. Formação de professores

Os estudos E7 e E9 do nosso *corpus* alertam para a existência de uma grande lacuna no ensino do [Português] LA, pois não há políticas públicas, nem professores com formação, no Brasil, ficando “*está aquém de ter uma política de ensino do português como língua de acolhimento*” (Amado, 2013: 6), além do ensino do PLE, com crescente movimento nas últimas décadas. Segundo os autores dos mesmos estudos, assim como os autores de E2, E4, E6 e E10 ensinar a LA, vai muito além de ensinar qualquer LE. É necessário ter em conta a identidade dos aprendentes, bem como todo o contexto inerente à situação de asilo e de refúgio, em domínios como a aquisição da linguagem, didática da língua, multilinguismo, migração e integração (Terrasi-Haufe, Hoffmann, & Sgol, 2018).

Em E4, as autoras referem a importância de formação, por exemplo nas LM dos alunos, pela necessidade em trazê-las para a sala de aula, como ponto de partida para o ensino da LA, e por potenciar o ensino do inglês (contexto do Reino Unido) ao invés do ensino por imersão. No artigo é incluído um excerto de um dos professores entrevistados pelo estudo E4 que alude às motivações para a formação em LA: “*just to learn new strategies of how to implement new things, how to progress further, how to encourage more independence, how to encourage independent reading and spelling*” (Madziva & Thondhlana, 2017: 955). A par desta necessidade é evidenciada pelo estudo E4 a importância de alocar de forma mais sustentável, como é o caso da formação e de recursos materiais digitais, contribuindo para o desenvolvimento profissional dos todos os professores, particularmente destes que são desafiados a ensinar a sua língua como LA a imigrantes e refugiados.

3.4. Trabalho colaborativo

No âmbito do ensino da LA, e tendo em conta a pouca formação dirigida aos professores na qual já nos debruçámos no ponto anterior, torna-se crucial a dinamização do trabalho colaborativo entre eles, a fim de avaliar, questionar e refletir sobre as aulas de LA, bem como trocar experiências e materiais, tal como aconteceu nas reuniões de supervisão relatadas em E9. Assim, estes recursos didáticos poderão ser continuamente desenvolvidos e atualizados, partilhando entre todos os professores de ensino da LA, tal como tem vindo a acontecer no contexto alemão (E10), onde, nesta perspetiva de trabalho colaborativo tem vindo a ser desenvolvido um manual de ensino do alemão enquanto LA a imigrantes e refugiados, para o ensino profissional (Terrasi-Haufe et al., 2018). Por outro lado, a inclusão de professores bilingues, bem como educadores no seio da comunidade de refugiados para apoiar os professores de ensino da LA e facilitar a aproximação cultural. “*This would create an integrative bridge between the native and host culture and promote a feeling of belonging*” (Timm, 2016: 5).

3.5. Atitudes face à aprendizagem

Os autores de E5 assumem que a motivação, interesses e representações dos refugiados está diretamente relacionada com a proficiência linguística. Por esse motivo, as aulas devem estar completamente direcionadas para atender às necessidades comunicativas dos alunos (acesso a serviços, à justiça, aos direitos, ao mercado de trabalho...), assentando em atos comunicativos reais. O documento E10 relata também experiências em que o ensino do alemão se orienta para situações do dia-a-dia, aproximando-se da prática profissional. Por exemplo, os alunos envolvem-se em situações de *role-play*, cenários, casos práticos, jogos e pesquisas com recursos a ferramentas digitais.

Por outro lado, importa que os conteúdos linguísticos estejam adaptados ao nível de alfabetização deste público, tendo em conta que estes grupos são, por norma, multiníveis, com idades, motivações, contextos de asilo e de refúgio e níveis de alfabetização muito distintos, como se refere em E9, E5 e E6.

3.6. Parcerias “escola” -família-comunidade

A criação de espaços de aprendizagem dinâmicos e abertos à interação social, a intercâmbios, à partilha de informações úteis e de oferta de trabalho e ao aconselhamento educacional, tal como relatado em E8, beneficiam a aprendizagem, assim como a integração das famílias nas escolas ou espaços de aprendizagem. Os laços familiares trazem um maior conforto e tranquilidade, por juntos (aprendentes e respetivos familiares) poderem partilhar as suas línguas e culturas, transformando os espaços de aprendizagem em espaços mais inclusivo e acolhedor (Madziva & Thondhlana, 2017). Uma outra parceria possível e recomendada por E3, é a ter presentes professores com os mesmos antecedentes que os alunos e as suas famílias, pois viveram as mesmas ansiedades, mas principalmente porque têm uma visão única das aprendizagens dos alunos e das suas experiências de vida, contribuindo para a superação dos obstáculos e para o sucesso na aprendizagem da LA (Karam, Kibler, & Yoder, 2017).

3. Considerações finais

Numa época em que chegam constantemente à Europa migrantes refugiados e requerentes de asilo, oriundos de países onde imperam conflitos de ordem política, económica e social, um dos desafios que se coloca à sociedade portuguesa é o do acolhimento deste público. Desse modo, cabe à Educação em Línguas, e particularmente à Educação em Português, o papel/desafio de acolher, por meio do ensino do PLA, imigrantes e refugiados. Efetivamente, tal como alude Ançã (2006, p.2) “o domínio da língua é seguramente a via mais poderosa para a integração social, para a igualdade de oportunidades e para o exercício da plena cidadania”. Neste contexto, o presente estudo teve como principal finalidade a resposta à questão de investigação definida: *Quais as especificidades didáticas dos cursos de ensino da língua de acolhimento dirigidos a refugiados?* tendo sido analisadas outras realidades (além da portuguesa) do ensino da LA a refugiados. Para isso, foi definido o *corpus* com uma seleção de dez artigos, aos quais se procedeu à sua meta-síntese, tendo-se reunido algumas especificidades didáticas dos cursos/formações de LA, nos referidos países.

Esses cursos/formações potenciam o pluralismo linguístico e cultural dos aprendentes, como forma de promoverem atitudes face à aprendizagem e à LA mais positivas. Concomitantemente, apostam em contextos múltiplos de aprendizagem, onde os aprendentes revelam maiores necessidades e lacunas ao nível da comunicação, mas onde também se torna mais profícuo – pelo seu cariz prático e real – o ensino da LA. Nos contextos de aprendizagem, quer sejam eles formais, não formais ou informais, denotou-se a importância de se estabelecerem parcerias entre a aprendizagem, a família e a própria comunidade de acolhimento, pois mostrou ser uma forma de criar diálogos mais abertos entre todos. No entanto, é ainda salientado um aspeto crucial que se prende com a falta de formação dos professores de LA, bem como a falta de recursos didáticos adequados a este público tão específico.

Como forma de contrariar esta lacuna, é preconizado o trabalho colaborativo entre estes professores, como forma de reflexão e construção de conhecimento prático, essencial ao ensino da LA nos seus contextos. O estudo aqui apresentado revela-se de grande pertinência por permitir perspetivar o ensino do PLA a I-R, uma vez que as especificidades dos cursos/formações, a decorrer há algum tempo, poderão servir como base de sustentação para novos estudos, mais aprofundados. Assim, será possível fazerem-se recomendações ou orientações didáticas para o ensino do PLA a imigrantes e refugiados com maior assertividade.



7. JOÃO MALACA CASTELEIRO, ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA (ACL), AGLP, PATRONO DESDE 2007, PRESIDENTE HONORÁRIO A PARTIR DE 2019

TEMA 3.2. A (ORTO)GRAFIA PORTUGUESA DO SÉC. XII AOS NOSSOS DIAS". JOÃO MALACA CASTELEIRO / MARIA FRANCISCA XAVIER / MARIA DE LOURDES CRISPIM, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA - CENTRO DE LINGUÍSTICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Para tratar sucintamente este tema considerámos três períodos: 1º - do século XII ao início do XVI; 2º - do século XVI ao XIX; 3º - séculos XX e XXI.

No primeiro período - do século XII ao início do XVI - a escrita apresenta variações gráficas que suscitam diferentes explicações entre as quais: hábitos adquiridos durante a formação dos escribas em diferentes *scriptoria*; preferências individuais; influência da tradição latina e/ou da oralidade regional.

Todas estas reflexões se relacionam com um conceito de texto escrito como codificação da oralidade e com o conceito de ortografia. No primeiro período não havia regras estabelecidas pelo que os escribas escreviam de acordo com regras, hoje desconhecidas, mas que parecem relacionar-se com a tradição – tanto a língua como a escrita têm origem na língua e na escrita latinas – por um lado, e com a relação da escrita com a oralidade por outro. A estes dois fatores teremos de juntar ainda o problema dos suportes: antes da difusão do papel os suportes eram caros e de dimensões reduzidas – pergaminho – que obrigavam (com exceções) a economias de espaços entre as diferentes partes do texto – capítulos, parágrafos, palavras. Esta economia justificaria ligações e separações de palavras e partes de palavras que não correspondem às atuais formas codificadas das mesmas.

No século XX, alguns especialistas de estudos textuais e de edições de textos antigos trouxeram à discussão conceitos como o de *escrita como prática significante específica* (KRISTEVA, 1969) e de *espaço gráfico* compreendendo *três ordens de grandeza – nível das palavras, nível das frases e nível do texto* (CATACH, 1980), que nos podem ajudar a decodificar algumas características da escrita medieval, nomeadamente ligação / separação de palavras, pontuação, uso de maiúsculas / minúsculas, abreviaturas, mas não cabem no âmbito desta apresentação.

De igual modo, não cabe no âmbito desta comunicação uma inventariação extensa da variação gráfica de textos produzidos ao longo de cerca de quatrocentos anos. Assim, tentaremos dar alguns exemplos que permitam compreender o fenómeno e talvez suscitar para ele o interesse de novos investigadores. Neste sentido, apresentamos características da escrita medieval começando pelas questões espaciais: Pontuação e uso de maiúsculas; Abreviaturas; Ligação / separação de palavras ou elementos de formação das mesmas.

1. Espaço gráfico
1.1. Pontuação e uso de maiúsculas

Estes dois elementos estão modernamente relacionados com a separação de partes do texto servindo para distinguir parágrafos, períodos, elementos das orações ou categorias morfológicas. No corpus que utilizamos não está retratada a totalidade destas características pois algumas edições tinham objetivos editoriais que levaram à sua modernização. No entanto, com base nas edições mais conservadoras dos textos mais antigos, podemos observar algumas ocorrências de diferenças formais:

a) Exemplo de pontuação (ou falta da mesma):

<S 13> <D 1255> <P PEs> <T Lxa> <N João Soares> <E CA001>
{{Carta de foro h(er)editatis ((L016)) de Teloes de Aguyar.}}
Sabiam todos aqueles q(ue) esta carta uirẽ q(ue) eu don Alfonso pela graça de deus Rey d(e) Portugal & Conde d(e) Bolonia fazo carta de foro a uos pobladores da mya herdade de Tolones de Aguyar. dou uos quaãta h(er)dade ei. en essa villa cũ seus t(er)mios nouos & antigos en essa villa cũ seus t(er)mios nouos & antigos a foro a saber e¥ como p(ar)te pelo porto d(e) veree cono Souto & ã outra parte cono Porto dos Oleyr(os) & ã outra parte cono Porto dos Oleyr(os). & ã out(ra) p(ar)te como uay pelas ueygas a¥a¥s carualias gẽmeas. & ende uay aos terrẽos dos vidos. da agua de Lampazas & ende p(ar)te c Jzimã pelo terreo de mata filios. & (...)

b) Exemplo do uso aleatório de maiúsculas e minúsculas

<D 2ª metade do século 12><E DN002> ((Mosteiro da Moreira, Maço 8, 33))
Noticia de auer que deuen a dar a petro abade In palmazianos sup(er) uno casal de afonso rodrigiz. vij M(o)r(abetinos). (...). De seu pan que uendeu in palmazianos. Martino. petriz. i M(o)r(avedil). petro neto do ribeiro. i M(o)r(avedil). Gunsaluo suariz do paonbal. i Medio. M(o)r(avedil). garcia suariz. fiador. Menẽdo uermuiz. i M(o)r(avedil). godina menendiz. fiador petro suariz de quintana.

1.2. Abreviaturas

a) Exemplos de abreviaturas desenvolvidas entre (...) nas edições que integram o CIPM

<D 2ª metade do século 12> ((Mosteiro de Pedroso, Maço 4, 38))
H(oc) e(st) fïto de casales de eligoo que tenet alfo(n)s(us) didaci d(e) monast(er)io de pedroso. i(n) outeiro. ijos casales. Et dedit didac(us) tornĩcas ad monast(er)io petroso a q(ui)nta de uilla d(e) eligoo. (e) sua mulier. altera quinta. (...)
<S 16> <D 1505> ((Mosteiro de Vilarinho, Maço 6, 24)) ((Assunto: Emprazamento da quebrada de Penellas, feito pelo Prior do mosteiro de Vilarinho a Fernam Correa, escudeiro, e sua mulher Mjcia Fferrnandez.))
Joham de coInbra doctor en degredos prouisor (e) vig(airo) geeral em a igreja (e) arceb(is)pado de bragaa pollo Reverendissimo S(enh)or o sin(h)or Cardeal de portugal Comendatario p(er)petuo da igreja de bragaa (e) S(enh)or da di(c)ta cidade p(ri)mas das espanhas c(etera) a quantos esta carta de enprazam(ento) virem faço sab(e)r que ho p(ri)or do moest(eiro) de uilarinho do di(c)to arceb(is)pado me emviou dizer q(ue) sentindo por proueito do di(c)to m(osteiro) queria enprazar como de feito enprazou a quebrada de penellas q(ue) o di(c)to m(osteiro) tem sita na freq(uesia) de sam frausto a fernam correa escud(ei)ro m(orador) em a villa de guim(a)r(õe)s (e) a sua molher mjci¥a ff(e)rr(nande)z (e) a hũu f(ilho)

1.3. Ligação / separação de palavras ou elementos de formação das mesmas

A maior parte das edições procedem à regularização destas unidades gráficas de difícil interpretação e análise pelo que daremos alguns exemplos extraídos do texto LTV. Esta característica dos textos medievais relaciona-se provavelmente com o problema do espaço gráfico na medida em que por vezes se torna difícil perceber se existe espaço intervocabular ou não. Nos exemplos dados podemos constatar, no entanto que a questão não parece relacionar-se com as categorias morfológicas dos elementos ligados:

a) Exemplos de ligação extraídos do cap. I de LTV:

açidade (= a cidade) – ligação gráfica do artigo definido e do nome
paforma (= per a forma) – ligação da preposição abreviada, do artigo e do nome
porcompanh(eir)a (= por companhia) – preposição ligada ao nome
aaparecer (= a aparecer) – preposição ligada ao verbo
semprete (= sempre te) – advérbio de tempo ligado a um pronome
sedereitamente (= se dereitamente) – conjunção ligada ao advérbio
edamaneira (= e da maneira) – conjunção, contração de preposição e artigo, nome

b) Exemplos de separação de elementos que hoje constituem uma palavra gráfica, extraídos do Cap. I de LTV:

mal avisada (f. 4r)
bem aventurados (10r)

No entanto, estas características dos textos medievais têm despertado menos interesse do que as que dizem respeito ao uso de consoantes e vogais, talvez porque a codificação destes elementos se prende mais diretamente com as regras de ortografia desde os primeiros gramáticos.

Nos textos do primeiro período são numerosas as alografias por uso aleatório de grafemas, sobretudo vogais e consoantes simples e duplas, uso do <h>, de consoantes inexplicadas como o <p> em *dapno*, etc. A partir das diferentes entradas e variantes registadas no DLPM, exemplificamos as principais alografias que ocorrem nos textos do CIPM.

2. Principais alografias

2.1. Vogais simples, duplas iniciais e internas, e uso de h

As vogais duplas podem ter carácter etimológico, correspondendo a vogais que ficaram em contacto pela queda de consoantes latinas intervocálicos – maa < mala; ũu < ũnu; seer < sedere – ou resultarem de contrações de preposição e determinante, pronome ou advérbio – aa < *a*⁴ + *a*¹); aaquele < *a*⁴ + aquele; aacima a⁴ + acima.

A origem de algumas vogais duplas, porém, não corresponde a qualquer regularidade gráfica quer em posição inicial quer interna e, a esta variação gráfica dos vocábulos acresce frequentemente o uso de <h>

Exemplos:

aalem *adv.* [1453? LTV] ***Aalem desto*** vos & todallas outras podees bem ueer camanha samdiçe he de meteer o corpo & a omrra em despreço de maas línguas [1504 Cat] *E assi quẽ tener sobejo, scilicet, **aaleẽ** do neçessario pera sua vida e de seus familiares e sobejo **aalẽ** do neçessario pera seu deçẽte e cõveniẽte estado e de sua familia, he obrigado a socorrer e fazer esmola* (Var. aalẽ, áálẽ, aaleẽ, aalem, áálem, aalém, aalen, áálen, aallẽ, aallem, aallém). Cf. **alem***, **aalende**, **alende**, **halem**.
alem *adv.* (Do lat. *ad illinc*). [séc. 13 CSM005] [séc. 13 CSM005] *Mas, quando moveu de Roma por passar **alen**, / leyxou seu irmão e fez y gran seu prazer.* / [1500 CPVC] *E a **alem** do Rio amdauam mujtos deles damçando* (Var. alẽ, **aleẽẽ**, **aleem**, alem, além, alen, allẽ, allem, allém, allen). Cf. **aalem**, **alende**, **halem**.
halem *adv.* [séc.15 CDJ12] *pasamdo muito tempo **halem** do termo que se ouverom de pagar, nũa el Rei curou de as mamdar poer em exucuçam.*
apostolo *s. m.* (Do lat. tard. *apostolu*). Apóstolo 1. Cada um dos 12 discípulos de Jesus Cristo [séc. 13 CSM306] *Esta eigrej' é aquela que chaman de Leteran, / que do 'mperador foi casa que nom' ouv' Octavian; / mas depois ar foi eigreja do **apostol** San Johan, / mui nobre e mui ben feita e que costou grand' aver.* (...) [séc.15 ZPM] *Porque, segumdo o **Apostolo**, Deus he o que obra ẽ nos, & o seu comprimemto segumdo as cousas que se amte & depois seguyrã, assy ẽ esta çidade como em Allçaçer* (Var. apostol, apostolo, apostollo, apóstollo, apostolorum, apostollogio, apostulo, appostollos, appostolo). Cf. **hapostolo**.
hapostolo *s. m.* [1488 S] *E ẽ a festa de Sam Marttinho, por que sse lee que foy ygoal dos **hapostolos**.* (Var. hapostolo, hapostollos). Cf. **apostolo***.
ar¹ *s. m.* (Do lat. *aẽre*-). Ar [1489 TC] *Ca a serpente cõ sua poçonha ẽçũa o **ar** e mata o homẽ na terra* Cf. **aar**, **aire**, **haar**.
haar *s. m.* [1488 S] *O segũdo pecado he cõtra natura. E este pecado he mais grave, que soomẽte no falar sse çũa a boca e ho **haar**.* Cf. **ar**¹⁺.
ospital *s. m.* [1173? DP001] *Et in uostra herdade habet tal foro quale dó **óspital**.* [séc.14 CGE] *Tomou muita terra aos mouros e fez muito bẽ en seu senhorio e fez muitos **ospytaaes** e obras de piedade.* (Var. ospital, óspital, ospytaaes). Cf. **espital**, **hespital**, **hospital***, **spital**.
hospital *s. m.* (Do lat. *hospitāle*-). Hospital [1273 DN033] *a qual iaz antre a vinha que foy de Don yhoane de hũa parte. e a vinha do **hospital** da outra.* [séc.14 NLL011b] *E bem parece que Aman disse verdade, ca ela foi de boa vida, e fez o moesteiro de Sam Juliam e outros **hospitaes** muitos, e os que dela decenderom foram muito compridos do que o grande astrolego disse, que foi Aman.* [1504 Cat] *Se por avareza emvia seus filhos bastardos a **hospital**, ou seus servidores doẽtes.* **◊ ordem* do Hospital** (Var. hospitaaes, hospitaes, hospital). Cf. **espital**, **hespital**, **ospital**, **spital**.

2.2. Representação das consoantes

Exemplos:

Grafema <f> / <ph>

fariseu *s. m.* (Do lat. tard. *pharisaeu*). [séc. 13 CSM426] [1489 TC] (Var. fareseu, fariseu, farisseus). Cf. **phariseu**.
phariseu *s. m.* [1504 Cat] *Avemos de fugir de fazer scãdalo aos simplezes e nom curar do scandalo dos **phariseos**.* (Var. phariseos, phariseu). Cf. **fariseu***.
philho *s. m.* [séc. 15 OE] *Onde diz **Philo** o muy sabedor que a sabedoria he mais poderosa que todalas cousas e diz o ffilho de Sirac que o home~ sancto he estauel e~na sabedoria assy como sol.* (Var. phillo, philo). Cf. **filho***.
profetar *v.* (De *profet(a) +-ar*). [séc. 13 CSM180] [séc. 13 CSM411] (Var. profet-, prophet-).

- Exemplos de consoantes simples e duplas, iniciais:

filho *s.* (Do lat. *filĭu*-). [1173? DP001] [1504 Cat] (Var. **ffilha**, **ffilho**, ffilhó, ffillo, ffjlho, ffylho, fias, fiha, fijlho, **filha**, filhãs, **filho**, filhó, filhó, filhoo, filhus, filio, filjus, filla, fillio, fillu, filo, filu, filyo, filÿo, fio, fjlho, flho, fylas, fýlha, fylho, fyllo). Dim. filhinho (Var. filinno, filynno, filhinhos, filhizinhos). Cf. **philho**.

- Exemplos de consoantes internas simples, duplas e triplas:

excelencia *s. f.* (Do lat. *excellentĭa*-). (...) [séc.14 CI] *Mais o profeta entende per seu dizer e mostra expersamente a **exçelencĩa** e a melhoria de Christo, segundo parece a quem bem quiser parar mentres.* [1488 S] (...) *ca este Sam Tyago, filho do Alpheou, foy o que permeiramente disse myssa antre os apostolos, despois que Jhesu Christo subyo aos çeos e esta hõrra lhe derom por **exçelencĩa** de sua santidade* (Var. **exççelemçia**, excelẽcia, exçelẽcia, **excelencia**, exçelencia, excellẽcia, exçellẽcia, exçellemçia, **excellencia**, excellencĩa, exçellencia, exçellencĩa, exçillemçia, exellemçia).
excelente *adj.* (Do lat. *excellente*-). (...) [séc. 13/14 VS4] *Oo manjar muy **excelente** honrradoiro e de amar digno de seer adorado e glorificado e abracado e exalcado per todolos louvores.* / [1489 TC] *De todalas criaturas nõ ha hy mays nobre nem mays **excilente** que o homẽ (...)* (Var. eiçelente, eiçellente, eiçilente, eiçillente, excelemtẽ, excelemtẽ, excelente, exçelente, exçelẽte, excelhente, excellemte, exçellemte, excelente, exçellente, excellẽte, exçellẽte, excilente).
pacífico *adj.* (Do lat. *pacificu*-). (...) séc. 14 CDA3-343] (...) *e filhara ende os dereitos deles que eu soya d auer e eram meus de dereito e de que estaua en posse **paçiffica** como dicto he.* / [séc.15 OE] *E bem assy o nosso rey Salamõ **pacífico**, Jhesu Christo, fez auctoridades das Sanctas Scripturas que tomou* (Var. **paciffica**, **paçiffica**, paçifica, **pacífico**, paçifico, paçífiqua).

No segundo período - do século XVI ao século XIX - as primeiras tentativas de codificação da escrita surgem com os primeiros gramáticos no século XVI. Todos têm a preocupação de descrever a forma das letras e o som que lhes corresponde. Fernão de Oliveira, o primeiro gramático (1536), descreve os grafemas que devem ser usados na escrita e as suas respetivas articulações.

Ex.: *Esta letra.c. cõ outro .c. debaixo de si virado para tras nesta forma .ç. tẽ a mesma p(ro)nũciação q(ue) .z. se não q(ue) aperta mais a lingoa nos dentes. .j. consoante tẽ a aste mais longa q(ue) a vogal: e tẽ ençima hũ pedaço q(eu)brado para tras:e em bayxo a ponta do cabovirada tambẽ para tras a sua p(ro)nũciação e semelhãte a do .xi. cõ menos força e esta mesma virtude damos ao .g. q(ua)ndo se segue despoys delle e. ou .i.*

Àcerca das consoantes duplas diz o mesmo gramático – *Duas letras de hũa syllaba juntas ambas em hũa parte antes ou despois não são necessárias na nossa língua como offiçio e pecado* – mas como vemos no primeiro texto usa <ll> na palavra *delle*.

Também João de Barros (1540) considera, relativamente às consoantes duplas – *A primeira e principal regra na nossa orthografia, é escrever todalas dições com tantas leteras com quantas a pronunçiamos, sem poer consoantes oçiosas como uemos na escritura italiana e francesa*.

Sobre o mesmo tema Gândavo (1574) prescreve - Nvnqva em principio nem em cabo de dição, se vsará de duas letras semelhantes, nem ainda no meyo, saluo quando a origem do vocábulo as pedir, ou quando algum nome ou verbo for composto como adiante se dira.

Este autor, como o primeiro, descreve as grafias e, curiosamente, usa imagens elucidativas para diferenças que desapareceram da língua padrão atual, mas se mantêm em certas regiões:

... pera se conhecer com que letras se hão de escrever, he forçado que todos os escrivães que nesta parte quiserem ser perfectos, tenham algum conhecimento de latim, ou ao menos conheção a diferença que há na pronunciação do c, ao s, e do s, ao z porque se caírem nella, com mais facilidade poderão vedar muitos erros [...] entendam que quando pronunciarem qualquer dição com c, hão de fazer força com a língua nos dentes debaixo de maneira, que fique algum tanto a ponta dobrada pera dentro, e quando for com s, porão a língua mais folgadoamente para cima que fique soando a pronunciação á maneira de assuio de cobra, que esta foy a causa porque os Antigos formaram o s da feição da cobra, e o c, à maneira de meio circulo que fica dobrado semelhante à língua quando o pronuncia.

A preocupação com a regularização da representação gráfica dos sons e da origem latina quer dos mesmos quer da sua representação escrita, continua ao longo dos séculos seguintes. No século XVII, Duarte Nunes de Leão (1606), na Ortografia e Origem da Língua Portuguesa dá-nos alguma informação sobre a grafia dos ditongos que nos permitem perceber que as desinências verbais em –am já se tinham ditongado:

O quarto ditongo é ão, [...] sobre que há mais opiniões e dúvidas em que lugar se há-de usar. Porque uns indistintamente o usam e o confundem com esta terminação am, não fazendo de um a outro diferença algũa. [...] De maneira que, com este ditongo, temos de escrever necessariamente as terceiras pessoas do plural do indicativo modo, da primeira conjugação dos portugueses, como amão, acusão. Item as terceiras pessoas do plural de todos os verbos, de qualquer conjugação, do pretérito imperfeito, como amavão, tinham, ouvião. [...] onde [língua] castelhana diz an ou on [...] responde a portuguesa com aquela pronunciação de ão que sucedeem lugar da antiga terminação dos Portugueses de om [...] A qual ainda agora guardam alguns homens de Entre Douro e Minho e os Galegos, que dizem, fizeram, amarom, capitom, cidadom, tabalio, apelaçom.

No século XVIII, é interessante considerar a posição de Jeronymo Contador de Argote que pretende facilitar os estudos de latim através do conhecimento da gramática portuguesa: A presente Grammatica he Portuguesa no nome, nas palavras, e nas regras; porém no intento, e effeyto, para que se compoz, he Latina; por isso a mayr parte das regras, que contêm, guardaõ ou total, ou parcial harmonia com as Latinas e as demais, em que a Grammatica Portuguesa discorda inteiramente da Latina, as reputa como Idiotismo, e assim as deyxa para aquelles, que houverem de compor da Grammatica Portugueza em toda a sua extensaõ.

No título que precede o Capítulo I, reitera a ideia: Regras da língua portugueza espelho da Lingua Latina, ou Disposição para facilitar o ensino da língua Latina pelas regras da Portugueza.

O ensino desenvolve-se sob a forma de diálogo entre Mestre (M) e Discípulo (D). A propósito das letras dobradas, questão tratada, como vimos, por outros gramáticos, o Mestre pergunta:

M – E as palavras tem às vezes alguma letra, que não faça som, isto he, que não se pronuncie?

D – Sim.

M. – Dizey exemplo.

D – Quando na palavra vem dous BB juntos, como em Abbade, o segundo B não se pronuncia e perde o som. Isto mesmo sucede ás letras D, F, G, L, P, T, S [...]

M – E de que serve então dobrar as letras [...]

D – Serve humas vezes de mostrar donde se deriva a palavra, outras serve de mostrar a significação [...]

D – Escritt escreve-se com dous TT para mostrar que se deriva do adjectivo Latino Scriptus. Amasse escreve-se com dous SS, e mostra que significa no pretérito perfeyto, e não no presente Ama se.

Ainda no séc. XVIII, FR. Luís do Monte Carmelo publica um Compendio de Ortografia (1767), em que analisa o conceito: A Orthografia, que significa Recta Escritura, he Arte de escrever com acêrto, ou rectamente [...] A Orthografia tracta das Letras; a Prosodia das Syllabas e Accentos; a Etimologia das Dicções [...].

É interessante nestes gramáticos, observar o tipo de argumentação sobre os fenómenos linguístico. Gândavo considerava que a forma do grafema <s> era motivada pelo som correspondente que se assemelha ao “assobio de cobra”, em Carmelo encontramos a seguinte explicação para a grafia de mãe:

Anda em opiniões a Orthografia dos Nomes Pae, Mãe. He certo, que no plural de Pae, isto e Paes, fazemos o mesmo som, que em Reaes, Sipaes Taes etc. e daqui se-póde inferir, que este Nome se escreve rectamente assim Pae, Paes. Alguns escrevem Pai, Pais, oi Pay, Pays com Dithongo ai, ou ay; mas nam me parece esta a melhor Orthografia. No singular Mãe, e no plural Mães, he evidente, que formamos hum som muito brando, [...]. Talvez quiseram assim os Portuguezes significar a brandura, e maviOSO affecto das mães com os filhos. Por isto julgo, que se deve escrever Mãe, Mães.

Apesar de toda a atividade dos gramáticos, de que demos exemplos, constatamos que ainda no início do séc. XX a variação gráfica se mantinha, como testemunha Leite de Vasconcelos nas suas lições de 1904/05:

É sabido que cada moderno escritor nosso adopta, por assim dizer, sua ortografia. Isto já vem de longe [...]. Os primeiros que tentaram representar graficamente o português viram-se em grandes embaraços: de um lado tinham o modelo tirânico do latim, a que mal podiam subtrair-se(como entre nós ainda hoje em parte sucede), e do outro precisavam de representar os sons da língua viva com suficiente exactidão, sons que por vezes eram absolutamente estranhos ao latim, como os ditongos nasais [...]. De tais embaraços resultou um mixto de ortografia, não somente na medieval, senão também na dos tempos posteriores. Em um documento português do século XII (?) acha-se fecerum = fezerum [...] seuo =suo, forum=forom, irmana=irmãa [...]

Soares Barbosa em 1822 na Grammatica philosophica escreve erradamente louval-os

[...] Garrett faz perturbações escrevendo incontrar, incanecido, licção; escreve porém acertadamente achamo-lo [...]. Não pretendo aqui fazer a história da nossa ortografia; quis só mostrar as titubeações que tem havido. Parece à primeira vista que devia escrever-se absolutamente como se fala. Isto pode fazer-se, e de certo modo se faz, com um dialecto modesto e inculto. Com uma língua nacional, de longa tradição literária, e de fonética difícial, como a nossa, é impossível, porque se deve ter em conta a literatura existente, e porque cada localidade fala de seu modo. Em todo o caso, convém estabelecer uma norma.

No terceiro período - século XX e XXI - assistimos ao primeiro esforço oficial de regularização gráfica da escrita. Em 1911, o governo português manda publicar um Formulário ortográfico de referência para documentos oficiais e para o ensino.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa (1990) foi assinado pelos países da CPLP, à exceção de Angola e de Moçambique. Este entrou finalmente em vigor no Brasil em princípios de 2009 e em Portugal em maio de 2009, prevendo-se um período de transição de três anos para o Brasil e de seis anos para Portugal.

Decorrido este tempo, porém, muitos há que recusam cumprir a atual lei ortográfica.

Tomemos como exemplo da recusa em adotar a nova ortografia Ricardo Araújo Pereira, nomeadamente nos seus textos de opinião da revista Visão.

É de notar que nem sempre se encontram registadas naqueles textos palavras que Ricardo Araújo Pereira escreveria violando as regras ortográficas em vigor, como se pode ver no número de 7/3 a 13/3/2019. No entanto, no número da Visão de 28/2 a 6/3/2019 é possível encontrar uma palavra escrita de acordo com a antiga ortografia: INFECTADO. De facto, o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, atualmente em vigor, estabelece relativamente ao grafema C o que se transcreve a seguir e que corresponde ao que Ricardo Araújo Pereira rejeita porque prefere manter na escrita um C etimológico sem valor sonoro.

Base IV: Das sequências consonânticas

1. O *c*, com valor de oclusiva velar, das sequências interiores *cc* (segundo *c* com valor de sibilante), *cç* e *ct*, e o *p* das sequências interiores *pc* (*c* com valor de sibilante), *pç* e *pt*, ora se conservam, ora se eliminam.

Assim:

a) Conservam-se nos casos em que são invariavelmente proferidos nas pronúncias cultas da língua: *compacto*, *convicção*, *convicto*, *ficção*, *friccionar*, *pacto*, *pictural*; *adepto*, *apto*, *díptico*, *erupção*, *eucalipto*, *inepto*, *núpcias*, *rapto*;

b) Eliminam-se nos casos em que são invariavelmente mudos nas pronúncias cultas da língua: *ação*, *acionar*, *afetivo*, *aflição*, *aflito*, *ato*, *coleção*, *coletivo*, *direção*, *diretor*, *exato*, *objeção*; *adoção*, *adotar*, *batizar*, *Egito*, *ótimo*;

c) Conservam-se ou eliminam-se facultativamente, quando se proferem numa pronúncia culta, quer geral, quer restritamente, ou então quando oscilam entre a prolação e o emudecimento: *aspecto* e *aspeto*, *cacto* e *cato*, *caracteres* e *carateres*, *dicção* e *dição*; *facto* e *fato*, *sector*, *cepro* e *cetro*, *concepção* e *conceção*, *corrupto*, *corruto*, *recepção* e *receção*;

(...)

Apesar de o texto do Acordo Ortográfico de 1990 não apresentar contradições entre o que propõe e o que escreve, como acontece com alguns gramáticos antigos, os automatismos de escrita adquiridos por pessoas alfabetizadas na vigência da lei anterior ainda ecoam na imprensa, nas redes sociais e mesmo em petições apresentadas na Assembleia da República.

Referências Bibliográficas
Argote, Jeronymo Contador de (1725) Regras da lingua portugueza. Espelho da lingua latina. Lisboa Occidental, Officina da Musica. Online Barbosa, Jerónimo Soares (1822 a ver) Gramatica philosophica da lingua portugueza ou principios de grammatica geral applicados à nossa linguagem. Lisboa, Academia Real das Sciencias. Barros, João de (1540, a ver com a Céu) Grammatica da Lingua Portuguesa. Carmelo, FR. Luís do Monte (1767) Compendio de orthographia, com sufficientes catalogos, e novas regras accrescentando com outros novos catalogos, e explicação de muitos Vocabulos antigos, e antiquados ...; de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios... Catach, Nina (1980) La poctuatío. Langue Française 45, pp. 18-19. Gândavo, Pêro Magalhães de (1574, ed. fac-simil. 1981) Regras que ensinam a maneira de escrever e a ortografia da língua portuguesa. Biblioteca Nacional, Lisboa. ILTEC – Acordo Ortográfico, Portal da Língua Portuguesa. http://www.portaldalinguaportuguesa.org/acordo.php?action=acordo&version=1990 Kristeva, Julia (1969) Le Langage, cet inconnu. (Tradução portuguesa de Maria Margarida Barahona, História da Linguagem 1974. Lisboa, Edições 70) Leão, Duarte Nunes de (1576) A orthographia da lingoa portuguesa. Biblioteca Nacional, Lisboa. Oliveira, Fernão de (1536, ed. Fac-simil. 1988) Gramática da linguagem portugesa. Biblioteca Nacional, Lisboa. Vasconcellos, José Leite (1966) Lições de filologia portuguesa, 4ª ed., Rio de Janeiro, Livros de Portugal. (MLC) Referências das Fontes do CIPM

Século 12
DN - Textos Notariais - <i>Finto dos casais de Eligoo; Notícia de haver</i> (2ª. metade do século 12), in Martins, Ana Maria (ed.) <i>Documentos Notariais dos Séculos 12 a 16</i> . 2000. Edição digitalizada, cedida pela editora.
DP - Documentos Privados - Pacto de Gomes Pais e Ramiro Pais (1173?); Carta de foro da Benfeita; <i>Nomina</i> de Pedro Viegas (1184); Escrito de Paio Soares (2ª. metade do século 12), in: Souto Cabo, José António (ed.), <i>Nas Origens da Expressão Escrita Galego-Portuguesa. Documentos do século 12</i> , Braga, Universidade do Minho. 2003. Edição digitalizada, cedida pelo editor.

Século 13
CA - Documentos Portugueses da Chancelaria de D. Afonso III (1255-1279) in Duarte, Luiz Fagundes (1986) <i>Os Documentos em Português da Chancelaria de D. Afonso III (Edição)</i> , Dissertação de Mestrado, FLUL, pp. 68-295. Edição digitalizada para o CIPM.
CSM – Cantigas de Santa Maria (datadas entre 1270 e 1282) in Mettman, Walter (ed.) (1981), <i>Afonso X, o Sábio</i> (século 13) <i>Cantigas de Santa Maria</i> , Vigo, Ediciones Xerais de Galicia, SA. Edição digitalizada cedida por Xavier Varela, Tesouro Medieval Informatizado da Lingua Galega.
DN - 33 (1273) in Martins, Ana Maria (ed.) (2000) <i>Documentos Notariais dos Séculos 12 a 16</i> . Edição digitalizada, cedida pela editora.
HGP - 1 (1262) in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) <i>História do Galego-Português</i> , Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.

Século 14
NLL- Narrativas dos Livros de Linhagens in Mattoso, José (1983) <i>Narrativas dos Livros de Linhagens</i> , Lisboa, INCM. Edição digitalizada para o CIPM.
PP - Afonso X. Primeyra Partida (ca. 1350) in Ferreira, José Azevedo (1980) <i>Alphonse X, Primeyra Partida</i> , Braga, INIC, pp. 3-580. Edição digitalizada para o CIPM, financiada pelo editor.
CDJI² - Crónica de D. João I, parte 2 in Lopes, Fernão (1949) <i>Crónica de D. João Primeiro</i> , Porto, Livraria Civilização Editora.

Século 15
CPVC - Carta de Pêro Vaz de Caminha (1500) in Guerreiro, M. V. & E. B. Nunes (eds.) (1974) <i>Carta a el-rey dom Manuel sobre o achamento do Brasil</i> , Lisboa, I.N.C.M. Edição digitalizada para o CIPM por Alexandra Fiéis.
HGP - Texto notarial (1473) in Maia, Clarinda de Azevedo (1986) <i>História do Galego-Português</i> , Coimbra, INIC, pp. 19-295. Edição digitalizada para o CIPM.
LTV – Livro das Tres Vertudes (1453?) Crispim, Maria de Lourdes (ed.) versão paradiplomática digitalizada, cedida pela editora.
OE - Orto do Esposo (sem data) in Maler, Bertil (ed.) (1956), <i>Orto do Esposo</i> , Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Edição digitalizada para o CIPM.
S - Sacramental, de Cremente Sanchez de Vercial (1488) in Machado, José Barbosa (ed.) (2005) Clemente Sánchez de Vercial. <i>Sacramental</i> , Minho, Pena Perfeita. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
TC - Tratado da Confissom (1489) in Machado, José Barbosa (ed.) (2003) <i>Tratado de Confissom</i> , vol. I (Chaves, 1489), Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Edição digitalizada, cedida pelo editor.
ZPM - Crónica do Conde D. Pedro de Meneses (sem data) in Brocardo, Maria Teresa (ed.) (1994) <i>Crónica do Conde D. Pedro de Meneses</i> , Dissertação de Doutoramento, Lisboa, F.C.S.H., pp. 333-693. Edição digitalizada, cedida pela editora.

Século 16
Cat – Catecismo (1504) in Silva, Elsa Branco da (ed.) (2001) <i>O catecismo pequeno de Dom Diogo Ortiz</i> , Lisboa, Colibri. Edição digitalizada, cedida pela editora.



8. JOSÉ ANDRADE, CHEFE DE GABINETE DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTA DELGADA,

TEMA 4.2. APRESENTAÇÃO DO LIVRO "AÇORES NO MUNDO" COORDENADO POR JOSÉ ANDRADE, COM PREFÁCIO DE MARCELO REBELO DE SOUSA, NO 31º COLÓQUIO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA



O livro ***Açores no Mundo*** foi editado pela chancela açoriana Letras Lavadas, no ano de 2017, mas mantém plena atualidade como testemunho representativo de uma açorianidade sem fronteiras. O seu lançamento nacional ocorreu em março, em Lisboa, na sessão comemorativa dos 90 anos da fundação da nossa pioneira Casa dos Açores. O lançamento regional ocorreu em maio, em Ponta Delgada, por ocasião das Festas do Senhor Santo Cristo dos Milagres. O lançamento internacional ocorreu em setembro, em Toronto, no âmbito da assembleia geral comemorativa do 20º aniversário do Conselho Mundial das Casas dos Açores. Este livro é uma obra açoriana de autoria coletiva. Desde o emigrante anónimo, que ajuda na “função” do Espírito Santo em qualquer Casa dos Açores do outro lado do Atlântico, até ao Senhor Presidente da República Portuguesa, que muito nos honra com o seu importante Prefácio. Outras personalidades representativas prestigiam este livro com as suas mensagens institucionais – o Senhor Presidente do Governo dos Açores, o Senhor Secretário de Estado das Comunidades Portuguesas, os Senhores Embaixadores em Lisboa do Brasil, do Canadá, dos Estados Unidos da América, do Reino Unido e do Uruguai – bem como os presidentes Mota Amaral e Carlos César com os seus significativos testemunhos pessoais. Este é um livro que olha para a Emigração Açoriana pela perspetiva integrada das suas instituições mais emblemáticas.

Por isso, os seus verdadeiros protagonistas são os presidentes das 15 Casas dos Açores em funções no ano de 2017:

- Miguel Loureiro, em Lisboa
- Fernando Fagundes, no Rio de Janeiro
- Jaime Bettencourt, na Califórnia
- Benjamim Moniz, no Quebeque
- Ponciano Oliveira, no Norte
- Marcelo Guerra, em São Paulo
- Orlando Silva, na Bahia
- Nélia Alves-Guimarães, na Nova Inglaterra
- Suzanne da Cunha, no Ontário
- João Paulo Melo, em Winnipeg
- Ruben Santos, no Algarve
- Sérgio Luíz Ferreira, em Santa Catarina
- Célia Fagundes, no Rio Grande do Sul
- Gladys Díaz, no Uruguai
- Andrea Moniz DeSouza, na Bermuda

Cada um destes nomes, com tantos outros dos órgãos dirigentes e dos quadros sociais – seja nas galerias presidenciais, seja nos bastidores operacionais – merece o nosso respeito e o nosso reconhecimento. Eles erguem a bandeira dos Açores nas suas sociedades de acolhimento – orgulhosamente e empenhadamente – com sacrifício pessoal, familiar e profissional. Este é um desígnio de sempre e de todos.

Desde o mais antigo e mais próximo – a Casa de Lisboa, em 1927 – até aos mais recentes e mais distantes: a Casa do Uruguai, em 2011, e a Casa das Bermudas, em 2015. Pela importância que têm e pelo trabalho que desenvolvem, as Casas dos Açores são as casas da saudade, as embaixadas da diáspora, os santuários da açorianidade. Elas são a marca dos Açores nas comunidades e a montra da comunidade nas sociedades. Com este livro, ficam melhor conhecidas e mais apreciadas.

Para cada uma delas, apresentamos aqui um retrato da comunidade, um historial da instituição, uma retrospectiva dos presidentes anteriores, uma mensagem do presidente atual.

Esta volta ao “mundo açoriano” começa com um enquadramento geral do percurso histórico da nossa emigração, sucessivamente, para o Brasil, para o Uruguai, para os Estados Unidos da América, para as Bermudas, para o Havaí, para o Canadá.

E termina com uma terceira parte dedicada ao Conselho Mundial das Casas dos Açores – o órgão mais representativo das comunidades açorianas, que então comemorou o 20º aniversário da sua constituição. Por tudo isto, este livro é um roteiro das Casas, um mapa das Comunidades, um atlas da Açorianidade. Com ***Açores no Mundo***, valorizamos o mundo dos Açores. E assim, este livro é, afinal, uma homenagem a todos os açorianos que estão fora da nossa terra, mas que têm e mantêm os Açores no coração.

Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, SDB

MISSIONÁRIOS AÇORIANOS EM TIMOR-LESTE
vol. 2



TEMA 3.1. APRESENTAÇÃO DO LIVRO MISSIONÁRIOS AÇORIANOS EM TIMOR-LESTE, DE DOM CARLOS FILIPE XIMENES BELO

O livro ***Missionários Açorianos em Timor-Leste***, da autoria de Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, foi editado pela Associação Internacional Colóquios da Lusofonia, com o patrocínio exclusivo da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em 2018. Foi lançado em julho, na ilha de São Miguel, por ocasião das XV Grandes Festas do Divino Espírito Santo do Concelho de Ponta Delgada; em outubro, na ilha do Pico, integrando a 30ª edição dos Colóquios da Lusofonia; e em novembro, na cidade do Porto, em sessão especialmente realizada na Casa dos Açores do Norte. ***Missionários Açorianos em Timor-Leste*** é uma obra que reconhece e valoriza a influência decisiva do Clero dos Açores na missionação timorense e que, ela própria, muito honra a nossa terra. Este é um livro de solidariedade cristã, não apenas pelo objeto do seu conteúdo, mas também pelo destino da sua venda, que reverte integralmente a favor da reconstrução da Escola Dom Carlos Filipe Ximenes Belo, na sua freguesia natal de Quelicai, município de Baucau, em Timor Leste. Torna-se, assim, ainda mais pertinente a aquisição deste livro que reconstitui os 119 anos de protagonismo açoriano na missionação timorense. Ele começa em 1875, com a nomeação do jorgense Dom Manuel de Sousa Enes para Bispo de Macau e Colónia de Timor. E termina em 1994, com o falecimento do último padre açoriano em Timor-Leste, o terceirense Carlos da Rocha Pereira. O seu primeiro capítulo sublinha "A Influência dos Missionários Açorianos em Timor-Leste", sobretudo no âmbito da missionação e da educação da juventude timorense. Nas palavras do autor, "*os missionários açorianos não só ensinaram doutrina ao indígena, mas fundaram missões, levantaram templos, abriram colégios e escolas, animaram associações culturais e desportivas, enfim, evangelizaram, educaram, promoveram e formaram a alma timorense na cultura lusa e cristã*". O segundo capítulo enaltece "O Papel dos Senhores Bispos Açorianos", destacando as biografias do cardeal picoense Dom José da Costa Nunes, dos bispos picoenses Dom João Paulino de Azevedo e Castro e Dom Jaime Garcia Goulart e do bispo jorgense Dom Manuel Bernardo de Sousa Enes. Na opinião do autor, "*Dom José da Costa Nunes foi o Prelado do Padroado Português do Oriente que, pela primeira vez, compreendeu a situação de discriminação das populações e levantou a voz defendendo os direitos civis dos povos. Timor-Leste está grato ao Senhor Cardeal. A sua ação foi decisiva para o desenvolvimento social e religioso do povo timorense.*" O terceiro capítulo é dedicado aos 14 Sacerdotes Açorianos que foram Missionários em Timor-Leste - seis da Terceira (João Machado de Lima, Norberto de Oliveira Barros, Januário Coelho da Silva, Ezequiel Enes Pascoal, Ivo Diniz da Rocha e João de Brito Martins Lourenço), quatro do Pico (João Homem Machado, José Pereira da Silva Brum, Isidoro da Silva Alves e José Carlos Vieira Simplicio), três de São Miguel (Leoneto Vieira do Rego, Reinaldo de Medeiros Cardoso e Victor Manuel Rodrigues Vieira) e um do Faial (Manuel Silveira Luís). O quarto capítulo deste livro não esquece o contributo de dois "Irmãos Leigos ou Coadjuutores", também eles de naturalidade açoriana, no âmbito do esforço coletivo de missionação timorense: Daniel Ornelas, da ilha Terceira, e José Pereira Lobato, de São Miguel. O quinto e último capítulo recupera e arquiva para memória futura duas cartas manuscritas pelo Padre Norberto Barros, a partir da Missão de Ainaro, durante a Segunda Guerra Mundial, bem como um testemunho memorial da atual Embaixadora de Timor-Leste em Lisboa, Maria Paixão Costa. Todo este relato da vida dos nossos ao serviço dos outros faz de ***Missionários Açorianos em Timor-Leste*** uma obra que nos orgulha, inspira, sensibiliza e emociona.



9. JOSÉ DE ALMEIDA MELLO, CÂMARA DE PONTA DELGADA E SINAGOGA, CONVIDADO EMPDS

TEMA 1.4. AS TORÁS (TORAHS, תּוֹרָה) DA SINAGOGA SAHAR HASSAMAIM (SINAGOGA DE PONTA DELGADA) JOSÉ DE ALMEIDA MELLO, HISTORIADOR

A Sinagoga Sahar Hassamaim – Portas do Céu foi fundada em 1836, por um grupo de judeus sefarditas, oriundos de Marrocos, que fixaram residência em Ponta Delgada a partir de 1818, mas também, em outras cidades dos Açores. A Sinagoga Sahar Hassamaim teve atividade religiosa e comunitária por mais de 100 anos, tendo tido o ponto alto na década de 1870. Nos anos de 1920, poucas eram as famílias que viviam na ilha de São Miguel, tendo, no entanto, havido um ligeiro aumento na comunidade com a vinda de judeus do norte da Europa. Entre 1970 e 1990 a comunidade inicia o seu percurso final, terminado simbolicamente com a morte dos últimos membros. Entre os anos de 1972 e 2014 a Sinagoga Sahar Hassamaim entrou num processo de ruína de forma bem acentuada e trágica, colocando em causa todo o espólio, bem como as suas memórias. Em 2015 reabriu novamente como museu, tendo tido recuperado todo o esplendor e a sua história. A cidade de Ponta Delgada é detentora de um importante legado hebraico de teor cultural e histórico no contexto nacional, dado que foi uma das primeiras cidades de Portugal que recebeu, a partir de 1818, vários judeus sefarditas oriundos do norte de África. Registam-se desta forma vários legados por esta comunidade deixados e que hoje faremos referência.

Os Fundadores da Sinagoga Sahar Hassamaim e a sua construção e aparato entre 1836 e 1870

A Sinagoga Sahar Hassamaim está situada na cidade de Ponta Delgada, na rua do Brum, 16 e foi fundada no dia 20 de dezembro de 1836, ou seja, há 180 anos. Foram os fundadores, 7 judeus sefarditas, oriundos do norte de África, sendo eles: Abraão Bensaúde, seu irmão Elias Bensaúde, seu cunhado Isaac Zaffrany e seu primo Salomão Bensaúde, Salom Buzaglo, José Azulay e Fortunato Abecassis.

Número de Torahs existentes na Sinagoga entre 1965 e 1967

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

A Sinagoga Sahar Hassamaim, de Ponta Delgada, nos anos de 1965/66 e 1967 tinha na Arca cinco Torás. Este número é-nos confirmado pela documentação existente e produzida nos mesmos anos.

Contudo, há uma imagem fotográfica datada de outubro 1967, onde se podem visualizar quatro Torás no armário, tendo a mesma fotografia uma legenda atrás que diz que a quinta está na Base Área da Ilha Terceira.

Data de saída das Torás da Sinagoga

1. Torá emprestada à Base Aérea das Lajes – Ilha Terceira - 1966;
- 1 Torá para a Família Sebag – 1968;
- 2 Torás grandes para a Comunidade Israelita de Lisboa – 1990;
- 1 Torá pequena para a Comunidade Israelita de Lisboa – 1997.

A Torá emprestada à ilha Terceira foi devolvida no ano de 1978, conforme atesta documento que está em nossa posse, documento este com a chancela da Base Militar Norte Americana. Para além disso estão na posse da Sinagoga as Torres de Prata que figuram na Torá, fotografada em 1970 na referida Base.

A Torá que estava na posse da família Sebag foi entregou à Sinagoga pela Dra. Miriam Sebag, em abril de 2015. O manuscrito tem 53 cm de altura; o documento, incluindo punhos e pontas, tem 92 cm de altura e tem 42 linhas escritas. As pontas e os punhos são de madeira. A pele / pergaminho é branca. O manto que está associado a esta Torá é rosa-velho.

As restantes Torás entregues à Comunidade Israelita de Lisboa, já foram parcialmente entregues à Sinagoga de Ponta Delgada, estando em falta ainda duas que estão em Lisboa.

Capacidade de lugares para Torás na Arca da Sinagoga

A Arca da Sinagoga tem capacidade de ter oito (8) Torás. Contudo, em 1965/66 havia na mesma 5 Torás. O mesmo aconteceu entre os anos de 1978 – 1983, sendo este último período a ver pela documentação existente, a carta de Salom Delmar, datada de 1983. Aconselho a leitura sobre esta Torá, entrevista dada ao Correio dos Açores, com data de 4 de dezembro último.

Data das Torás da Sinagoga

Não há, até ao momento, nenhum estudo realizado em torno da datação de nenhuma das peças existentes, com exceção da que está na Biblioteca Publica e Arquivo Regional de Ponta Delgada, com datação atribuída entre aos 1800 a 1850. Contudo pensamos que sejam datadas do século XIX e que possam ser de origem marroquina.

Recordamos que a antiga colónia hebraica de Ponta Delgada e das restantes ilhas dos Açores são oriundas do norte de África. No entanto, não queremos deixar de referir que houve em Ponta Delgada judeus da Europa central, que frequentaram a Sinagoga de Ponta Delgada.

Cremos que todas as Torás sejam oriundas da comunidade fundadora da sinagoga, contudo deve-se também ter em conta os referidos judeus refugiados no período da Segunda Guerra Mundial, que podem ter também tido uma Torá.

Proprietários das Torás

Não sabemos quem foram os primeiros proprietários das Torás existentes, ou que existiram no passado na Sinagoga. Sabemos que havia uma que era pertença de Abraão Bensaúde, datada de 1832, conforme regista um documento existente na Sinagoga de Ponta Delgada, sendo esta informação confirmada por Alfredo Bensaúde, quando escreveu a Vida de José Bensaúde e ao referir o avô, diz que ele ofereceu à Sinagoga de Ponta Delgada, em memória de seus dois irmãos, José e Jacob Bensaúde (na nota do autor do livro, diz que a Sinagoga era na rua da Louça, colocando um ponto de interrogação (?).

Julgo haver confusão, uma vez que o autor do texto não residia em Ponta Delgada e confundiu com a rua do lado, querendo dizer rua do Brum. Se for confirmado que Ponta Delgada recebeu uma das duas Torás de Mimon Abohhot (1800-1875), elas são de 1833, quando compradas em Londres, como referencia Inácio...

Outro dos proprietários poderá ter sido Izacc Zafrani (1809 - ...) uma vez que o seu nome parece num manto de linho branco, pequeno, bordado a vermelho, e muito discreto, que encontrei entre os tecidos da caixa de madeira, na galeria das mulheres, em 2010 (aconselho leitura do artigo publicado no jornal com data de 3 de junho de 2016).

Seriam as restantes Torás oriundas das outras Sinagogas de Ponta Delgada, que foram sendo encerradas. Contudo não podemos esquecer que a Sinagoga fundada na rua Nova da Matriz, hoje rua António José de Almeida, que teve como cofundador também Abraão Bensaúde, sendo ele também cofundador da sinagoga da rua do Brum.

Pensamos que a Sinagoga da rua de António José de Almeida é anterior à da rua do Brum, uma vez que alguns dos nomes dos fundadores aparecem em ambas as sinagogas. A mais importante de todas era a da rua do Brum.

Poderão efetivamente os rolos de manuscritos - Torás serem transferidos para a Sinagoga da rua do Brum, nº. 16, incluindo a de Abraão Bensaúde, bem como das restantes 4 sinagogas, duas na rua de São Brás, uma na rua António José de Almeida e uma da rua dos Manaías, perfazendo desta forma 5, não esquecendo também a sinagoga de Vila Franca do Campo.

Número de Torás que existiram em Ponta Delgada

Não temos a certeza do seu número exato. Contudo penso que terá havido as seguintes Torás em Ponta Delgada, a ver pelos dados disponíveis:

- 5 Torás – 1965/66 (ver entrevista do dia 4 de dezembro deste ano sobre este assunto, neste jornal);
- 1 Torá oferecida por Joaquim Sebag à Covilhã – 1929 (ver artigo editado neste jornal no dia 25 de setembro e 2 de outubro deste ano)
- 2 conjuntos de eixos que ainda existem na atualidade na Sinagoga, mas sem manuscritos. Será que os houve e alguém os levou? Ou será que nunca os houve?

Somando estes números, posso verificar que poderá ter havido em Ponta Delgada, 6 a 8 Torás. Contudo este número poderá ser alterado face a novas investigações que estão a ser levadas a efeito.

Número de mantos existentes na Sinagoga - mappah/ Genizak

Na atualidade, a Sinagoga de Ponta Delgada tem 9 mantos antigos, que estavam entre os pretensos que foram encontrados, na arca de madeira, por mim, em 2010. Todos os mantos são em tecido, (veludo, linho, adamascado cor de vinho) não havendo nenhum igual, ou seja, todos são peças únicas.

Entre os mantos existentes e antigos, dois possuem rescrição em hebraico. Primeiro o que estava na casa da família Sebag, com inscrição em hebraico que diz: «Este manto à memória de Raquel Bensliman» Penso que se trata de Rachel Bensliman, falecida em 7 de fevereiro de 1877, pelas 6 horas, na freguesia de São Sebastião de Ponta Delgada, filha de Moisés Bensliman e de Ledcia Bensliman e era casada com Abraão Bensliman», que faleceu em 1 de janeiro de 1886, estando sepultado no cemitério dos Judeus, na coca 23, na freguesia de Santa Clara.

Há dois mantos de veludo verde, de tamanhos diferentes, tendo o tecido um forro encarnado. Caso curioso, é que a Torá emprestada à Base das Lajes também era de veludo verde, tendo franjas doiradas, como se pode ver numa fotografia de 1966.

Devo referir que os dois (2) mantos de veludo verde, o grande e o pequeno não vestem nenhuma das Torás existentes na Sinagoga, o mesmo acontece com outros 4, por serem pequenos em relação às peças existentes, estou em crer que se trata de mantos da Torá pequena que não foi devolvida por Lisboa. Nesse conjunto de 4 mantos há dois que são de linho branco, havendo um deles que tem uma inscrição em hebraico, que diz: Isaac Safranni, (que foi primeiro rabino da Sinagoga)

Na fotografia de 1967, podemos ver uma grande Torá, na Arca, com um manto, onde há inscrições em hebraico. Pedi ao antigo embaixador de Israel em Portugal e grande amigo na Sinagoga, Ehud Gol, para traduzir o texto de hebraico para português:

«À eterna memória do velho sábio Eza Ha Tivoni e a sua importante e honrada esposa, a senhora Yan que faleceu no primeiro dia do mês de Iyar, 5638 (maio de 1938)»

Número de Torres das Torás existentes - Rimonim

Há na atualidade 3 pares de Torres de prata, na Sinagoga. Um par está na Arca, nas pontas de uma Torá, outro par de torres está na grade do Bimá, junto da mesa e outro par está na Sala da Memória, numa caixa Vitrina. As torres que estão no Bimá, têm uma inscrição que diz «Em Memória do saudoso Rabino Mosch Tawill – 1860», que desconheço quem tenha sido no seio da colónia hebraica de Ponta Delgada.

Há um par de torres, que está na atualidade na Arca, que estava na posse de Miriam Sebag, sendo o mesmo que estava na Base das Lajes, conforme disse a este jornal, no dia 4 deste mesmo mês e ano. Estas torres servem nas pontas da Torá de Rabo de Peixe, como tive grato prazer de verificar.

Número de ponteiros das Torás - Yad

Existem dois ponteiros de prata na Sinagoga. Um está na Arca, com inscrição em hebraico, que diz em «Memória de Isac Zaafani» que mede 27,5 cm (25 cm sem a argola) e outro que está na caixa vitrina que também tem inscrição em hebraico e que diz «Yaakov Conquy», com 27, 5 (25 cm sem a argola) cm.

Isaac Zaafani foi um dos fundadores da Sinagoga e Yaakov Conquy, até à data desconhecemos, contudo, a família Conquy está ligada desde os primórdios à Sinagoga, lembrando neste sentido Manuel Conquy, que tinha o seu nome na caderneta predial do imóvel da Sinagoga. Os ponteiros estavam na posse de Miram Sebag, até abril de 2015.

Punhos

Todas as Torás existentes na atualidade, na Sinagoga, têm punhos de madeira.

No conjunto das Torás que havia na sinagoga no ano de 1967, não há nenhuma que tenha pontas em marfim, conforme se pode ver na fotografia de Landam.

A única que tem punhos e pontas de marfim, é a que foi emprestada à Base em 1966. Na atualidade do conjunto existente, nenhuma Torá tem punhos em marfim ou mesmo idênticos à que foi emprestada.

Há ainda na Sinagoga:

1 par de punhos e eixos em madeira. Que se encontra na vitrina do espaço da Memória:

1 par de madeira (um dos eixos não tem o punho.

O espaço destinado a receber o manuscrito tem 52 cm de comprimento e a peça no total 77 cm, com 4 perfurações cada. Este está guardado na Arca.

Eixos das Torás - Etzei-Haym (árvore da vida)

Todas as Torás que estão na atualidade têm eixos de madeira, que em hebraico se chama Etzei-Haym - árvore da vida), sendo a sua altura variada, e d de acordo com a altura do pergaminho.

O que há de comum entre a Torá emprestada à Base das Lajes e a Torá encontrada em Rabo de Peixe

- Os punhos de ambas as peças são de marfim e torneados.
Fazendo uma análise a ambas as peças, verifico que a ondulação é a mesma em ambas, se bem que com ligeiras diferenças, dada o ângulo da fotografia.
- As pontas de ambas as Torás são em marfim, contudo as duas pontas da peça encontrada em Rabo de Peixe têm as pontas limpas.
As torres que estão na Sinagoga servem na perfeição nas pontas da torre da Torá encontrada.
- Ambas as peças são de pele castanha, havendo em cada uma delas 42 linhas inscritas, cujo o tipo de caligrafia aparentemente é o mesmo.
- As bolachas de ambas as Torás, que ficam entre o manuscrito e os punhos são de madeira preta circulares.
- A Torá de Rabo de Peixe mede 93 cm de altura, tendo o manuscrito 54 cm de altura. Fazendo uma análise a Torá emprestada aos norteamericanos (1966) quando ainda estava na Sinagoga e em cima da mesa do bimah, pode se verificar as medidas de altura são idênticas:

Vejam os de forma mais precisa: o tampo da mesa (que ainda é o mesmo) tem de profundidade 56 cm.

Na fotografia de 1966, o manuscrito está a cerca de 2 cm de distância da aresta da mesa (esta distância foi calculada com a padrão da toalha que figura ainda na mesma mesa) e está ao nível da grade, o que corresponde com os 54 cm do manuscrito de Rabo de Peixe, estando as pontas e os punhos fora da mesa e da grade.

Verifica-se também que a mão de Elias Sebag está no lado de fora do Bimah, ou seja, para além das pontas.

6. O manto da Torá emprestada (1966) é em veludo, e tem uma inscrição hebraica ao centro, tem galões doirados ao nível superior e inferior e nos dois orifícios onde passam as pontas.

O manto da Torá de Rabo de Peixe é em veludo azul, sem inscrição alguma, tem galões (doirados) ao nível superior e inferior e nos dois orifícios onde passam as pontas.

Em ambos os mantos a parte superior (com cartão forrado) é retangular com as quinas curvas; verifica-se ainda que o manto em ambas as Torás, não cobre os punhos, sendo as suas medidas muito idênticas.

Os galões de ambas as peças parecem ser muito idênticos.
No entanto são peças diferentes, caso curioso estas caraterísticas.

Conclusão

Verifica-se desta forma que tudo leva a identificar que estamos sempre perante a mesma Torá, ou seja que a Torá emprestada à Base e que mais tarde foi encontrada em Rabo de Peixe, uma vez ambas reúnem todos os elementos de identidade, como foi dito acima.

Contudo pode ainda haver dúvidas, podendo haver duas Torás iguais, cada uma com mantos idênticos entre si, com pontas e punhos de marfim, com 42 linhas e pele castanha, na Base Aérea da ilha Terceira no mesmo tempo (Torá de Ponta Delgada 1966-1978; Torá de Porto Judeu (1970 – e reaparecida em 1997 em Rabo de Peixe), esta hipótese não encontra suporte algum documental e mesmo de memória oral, contudo não é impossível.

Se a Torá de Rabo de Peixe não é a mesma que foi emprestada em 1966 à Base e que os americanos devolveram em 1978 à Sinagoga de Ponta Delgada, podemos colocar as seguintes questões:

Onde se encontra a Torá que foi emprestada à Base?

Será que a Torá devolvida à Sinagoga não é a mesma que foi emprestada à Base?

Será que houve uma troca de Torás, entre a que foi enviada à Base e a que foi encontrada no Porto Judeu?

Será que coexistiram no mesmo tempo cronológico duas Torás na Base da Terceira?

Será que o manto da Torá emprestada serviu de modelo ao manto da Torá de Porto Judeu?

Será que estamos perante as duas Torás que pertenceram a Mimon Abobbot e com identidades idênticas?

Será que a Torá emprestada à Base das Lajes desapareceu desta antes de 1970 e foi encontrada no Porto Judeu como sendo uma outra Torá e afirmada como tal?

Então como se explica que a Base tenha dito que a Torá emprestada e devolvida em 1978, tenha tido ao serviço da mesma 12 anos? E não 8 anos?



10. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTº POLITÉCNICO SETÚBAL,
TEMA 3.2. REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DO BESTIÁRIO NUCLEAR MITRÍACO: O BOI. LUCIANO PEREIRA. ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO. INSTº POLITÉCNICO DE SETÚBAL

Introdução

O presente artigo esteve na origem de uma comunicação que realizei no contexto do I Congresso Internacional sobre O Cavalo e o Touro na História e na Proto-História na Golegã e na Chamusca, de quinze a dezanove de maio de 2013. A extrema dificuldade de ter acesso, hoje, às atas publicadas sob a coordenação do Professor Doutor Fernando Augusto Coimbra tornou a sua publicação ainda mais pertinente.

0. Representações fabulísticas

A referência mais antiga que associa o touro a um culto solar divino surge na Epopeia de Gilgamesh. Ishtar, para vingar-se, implora o deus-touro que ordena ao touro celeste uma investida contra Gilgamesh. Dizima centenas dos seus homens. Enkidu tenta uma pega falhada. Pega-lhe então pelo rabo e Gilgamesh pelos cornos. Sacrificam o animal com uma estacada junto à nuca, arrancaram-lhe o coração e ofereceram-no ao deus-sol. A partir daí, o Sol e touro formaram um só e ganham cada vez maior importância. Os cultos solares evoluem no sentido de uma supremacia divina, anunciando traços monoteístas.

A primeira referência escrita ao culto mitríaco é, todavia, de Plutarco e data do século I a.C.

Provavelmente originárias da Suméria, onde foram encontrados os mais antigos exemplos datando do século XX antes de Cristo, e presentes na literatura sânscrita (Veda), 2000 a 1000 anos antes de Cristo; as fábulas inscrevem-se numa longuíssima tradição literária escrita. Coleções de tabuinhas de escritura cuneiforme, encontradas na Mesopotâmia, evocam-nos quadros familiares da raposa vaidosa que, tendo mictado na água do mar, exclama que a totalidade do oceano é feita da sua urina; do mosquito presunçoso que, ao poisar sobre um elefante, lhe pesa a consciência e pergunta se o seu peso é suportável.

Mais de trezentos textos oriundos da Babilónia mencionam animais e pelo menos trinta deles apresentam um verdadeiro desenvolvimento narrativo.

Os diálogos entre animais, tão típicos das fábulas, surgem na Babilónia a partir de um outro género sumério que constituía a discussão (disputa dialogada). A história *O Boi e o Cavalo, que opõe a vida pacífica e rural à vida militar e guerreira*, é um dos mais eloquentes exemplos:

Ce qui importe de relever ici c'est que nous nous trouvons en présence d'un apologue, d'un récit à des fins moralisantes qui oppose la vie pacifique à celle du guerrier, la modeste tranquillité du travail à la gloire pleine de périls dans les batailles. Il y a là un genre littéraire qui sera représenté dans la littérature grecque par Esope; incontestablement on a le droit de penser à des thèmes d'inspiration orientale, [...] (Moscati 1963: 95)

Muitos dos textos em questão apresentam uma grande afinidade com os provérbios e possuem uma estrutura antitética, todavia nenhum apresenta uma moral explícita. Segundo a maior parte dos investigadores, todos eles pertenceriam a bibliotecas escolares. Constituiriam materiais pedagógicos de apoio ao ensino do sumério, língua dos antigos habitantes do país e inventores da escrita, para alunos que falariam o acádio, língua semita vernácula. Mais do que textos literários, tratar-se-á de um fundo comum oral para motivar e apoiar a aprendizagem da língua.

Roma apropriou-se da herança literária helénica e em particular a de Esopo ou, mais precisamente, da que era atribuída a Esopo. Horácio refere muitas delas nas suas sátiras e nas suas epístolas tais como *O Cavalo e o Veado*.

O primeiro fabulário português data do século XIV: *Fabulae Aesopi in lingua Lusitana* (Vasconcelos 1902, vol. VIII: 99-151). Todavia, as fábulas não são traduções das que tradicionalmente eram atribuídas a Esopo, mas são, de facto, do mesmo tipo e da mesma forma: a obra é constituída por sessenta e três fábulas entre as quais: *O Asno, o Touro e o Porco; O Azemel, a Mosca e a Mula; O Cavalo e o Leão que se fingia médico; O Asno e o Cavalo loução; O Cervo e os Bois...*

Foi com parábolas que Cristo se expressou. Tal como a parábola, a fábula medieval pertence ao género mais geral do apólogo, distingue-se por pretender interpretar, com uma eficácia máxima, a sua narrativa exemplar enquanto estrutura fechada, coesa e suficiente, embora tal pretensão não passe de um esforço de totalitarismo ilusório, que em nada belisca a ressonância simbólica, polissémica e indomável, da história.

Uma coisa é certa, se a narrativa é autossuficiente, não é menos verdade que uma longa tradição identifica a moral como a «alma da fábula».

A mais antiga e distante sabedoria dos povos fala-nos através da fábula. Género escolar na Suméria, género escolar terá sempre permanecido, apesar de ventos e marés, revoluções e involuções. As primeiras fábulas gregas conhecidas são de Hesíodo (Hésiode 1996), surgem com preocupações éticas, também pretendem proceder a uma recolha de princípios de conduta e de moral que abrange todos os aspetos da vida humana.

Normalmente, desde a antiguidade que a moral aparece destacada do resto do texto. Os autores gregos e latinos apresentam-na tanto no início como no fim da história. No *Panchatantra* (Lancereau 1965) aparece simultaneamente no início e no fim das pequenas narrativas. Os autores medievais consideravam-na o espírito do texto e escreviam-na em letras douradas. Citemos, a esse respeito, o esclarecedor prólogo do *Fabulário Português* do século XIV:

Este Exopo em aqueste sseu liuro poem muytas estorias ffremosas d'animalias, de homees e de aues e de outras cousas, segumdo em elle veredes, pellas quaaes ell nos emsinava como os homees do mumdo deuem de viuer virtuosamemte e guardar-sse dos males. Essemelha este sseu ljuo a huu horto no quall estam flores e fruytos: pellas frores sse entemdem as estorias, e pello fruyto sse emtende a sentença da estoria; e comvida os homees e amoesta os que venham a colher das frores e do fruyto. Ainda compara este sseu liuro aa noz, que há dura casca, e haos pinhões, que demtro teem ascomdido o meolo que he ssabori-do: assy este liuro tem em ssy escondido muytas notauees semtenças. (Vasconcelos 1902: 103)

Preocupados com o espírito da letra mais do que com a formosura da história, mais com o sentido, menos com a forma, o autor medieval sabe que para o homem avisado, em cada história existe uma pérola que é necessário saber apreciar e reconhecer porque revelam as palavras e o caminho do Senhor, caminho de salvação.

A influência greco-latina continua, todavia, a ser bastante prenunciada. Em muitos dos seus contos, o espanhol, D. Juan Manuel (1984) segue a versão latina de *Romulus* ou a versão de Ceritonensis (Odo of Cherinton). Juan Ruiz (1994) prefere inspirar-se em Walter (Gualterius Panormitanus ou Anglicanus, capelão de Henrique II de Inglaterra), mas não desdenha outras fontes tal como o famosíssimo *Roman de Renart* (Roques 1982) e talvez Marie de France (Roquefort 1820). Algumas parecem mesmo denotar influências de fábulas bizantinas ou até clássicas.

De todos os autores que recolhem fábulas antigas durante a Idade Média, o que mais as integra no seu meio específico, no seu espaço e na sua época é sem dúvida Juan Ruiz. O rei Leão persigna-se antes de comer, trata por vassalo o Cavalo que se prepara para devorar (Ruiz 1994: 139-140), e tem acessos de fúria por ouvir um burro que se julga jogral (Ruiz 1994: 219-220).

A obra espanhola revela-nos um poeta poderoso, muito superior aos poetas goliardos vulgares, com laivos de puro lirismo nas Cantigas de Serrana e nas de Nossa Senhora, com tanta graça no modo de nos contar as suas fábulas que não podemos deixar de lhe reconhecer uma verdadeira e profunda originalidade. Para além de *O banquete do Leão* doente, muitas são as fábulas que foram incrustadas em narrativas contadas pelas personagens principais, o Arcipreste, uma pobre freira e o 'Trotaconventos'.

Um número significativo encena touros e cavalos: *As Rãs que pediram um rei a Júpiter; O Cavalo e o Burro; O Cavalo que prega um par de coices no Leão, O Leão velho*, etc.

Mais perto de nós, evoquemos a sugestiva fábula de João de Deus, *O Leão Moribundo*, por ter sabido cativar a imaginação dos miúdos e graúdos imortalizando-se em sucessivos manuais e compêndios escolares...). Recordemos apenas alguns dos versos que consideramos mais pertinentes:

*Veio o cavalo e deu-lhe uma patada!
Veio o lobo, ferrou-lhe uma dentada!
Veio o boi, arrumou-lhe uma marrada!
Ele contudo, manso como um lago,
Apenas lhe lançou um olhar vago...*
(Ramos 1995: 52)

E como não recordar o castigo que os cavalos infligem ao lobo Brutamontes em *O Romance da Raposa* de Aquilino Ribeiro (1986) tão influenciado pelas tropelias do *Roman de Renart* medieval e pelos desfechos de *A Raposa, o Lobo e o Cavalo* (XII, 17: 511-513), de *O Cavalo e o Lobo* (V, 8: 215-217) e de *O Leão Velho*, uma das fábulas que marcou forte presença nos livros de leitura do primeiro período do Estado Novo (José Tavares, 1933, 1935 e 1952; Augusto Lima, 1947; António Lucas, s.d.), desaparecendo completamente dos manuais escolares posteriores à revolução de Abril.

Embora os nossos mestres da literatura para a infância não considerem a sua lição pertinente, a verdade é que de um ponto de vista poético, talvez seja uma das fábulas mais superiormente trabalhadas desde de La Fontaine. A fábula apresenta um particular interesse por se terem encontrado e confrontando nela três dos nossos melhores fabulistas, um dos quais Bocage. É evidente a sua superioridade poética, o seu sentido do equilíbrio e do ritmo, a sua capacidade de síntese, a naturalidade e a expressividade da sua linguagem:

*Terreor da sélva outróra então cahido
Em annos um Leão, priscas proezas
Recordando com lástima, assaltado
Se vio por seus Vassallos proprios; fôrtes,
Que o vião fraco. -Chega, e um couce atira-lhe*

*O Cavallo, dentada ferra o Lôbo,
O Boi cornada. - Triste e taciturno
O mísero Leão, cortado de annos,
Póde apenas rugir; seu fado espéra,
Sem dar um só queixume. Mas, um Burro
Vendo, que ao seu covil correndo vinha:
(Leão). É de mais: Venha a morte que teus couces
Soffrer, é duas vêzes soffrer mórte.
(Elísio 1838: 103)*

*Decrépito o Leão terror dos bosques,
E saudoso da antiga fortaleza,
Viu-se atacado pelos outros brutos,
Que intrépidos tornou sua fraqueza.
Cruéis insultos sofria.
Chegou sorrateiro lobo
E pregou-lhe uma dentada;
Deu-lhe o cavalo dois coices
E o touro dura marrada;
"Minha fraqueza os faz fortes",
Clamava a fera infeliz!
"Paciência agora me fazem
O mesmo que eu já fiz."
Nisto, aos pinotes zurrando,
Farfante, o burro chegou,
E, voltando-lhe a garupa,
Quatro coices lhe atirou.
"Ah!, que afronta!, que desgraça!",
Disse o leão dando um urro,
"Antes mil vezes a morte
Que sofrer coices de um burro."
Quando qualquer poderoso
Decai do antigo poder,
Conte que até do mais vil
Afrontas há de sofrer.
(Semedo s.d.: 94)*

*Eis o Lobo c'os dentes o maltrata,
O cavalo c'os pés, o Boi c'o as patas,
E o mísero leão rugindo apenas,
Paciente digere estas afrontas:
Não se queixa dos Fados, porém vendo
Vir o Burro, animal de ínfima sorte,
Ah vil raça! (lhe diz) morrer não temo,
Mas sofrer-te uma injúria é mais que morte.
(Bocage 1968: 1124)*

Torga e Aquilino, embora não tenham cultivado, em rigor o género fabulístico, são outros dos autores que encenaram magistralmente o silencioso drama das criaturas, atribuindo um espaço especial à dignidade e coragem do touro e à lealdade e valentia esforçada do cavalo. A técnica de Torga é apresentada como uma técnica naturalista levando ao processo de humanização da natureza e dos animais enquanto a de Aquilino é referida com caraterísticas impressionistas e sensoriais...

Óscar Lopes (1975: 1073):

*Fez um esforço. Embora ardesse numa chama de fúria, tentou refrear os nervos e medir com a calma possível a situação.
Estava, pois, encurralado, impedido de dar um passo, à espera de que lhe chegasse a vez! Um ser livre e natural, um toiro nado e criado na lezíria ribatejana, de gaiola como um passarinho, condenado a divertir a multidão! Irreprimível, uma onda de calor tapou-lhe o entendimento por um segundo. O corpo, inchado de raiva, empurrou as paredes do cubículo, num desespero de Sansão.
Nada. Os muros eram resistentes, à prova de quanta força e quanta justa indignação pudesse haver. Os homens, só assim: ou montados em cavalos velozes e defendidos por arame farpado, ou com sebes de cimento armado entre eles e a razão dos mais...*
(Torga 1990: 109)

Anos e anos a acarretar leite para a fábrica, vila vai, vila vem, fartos seus olhos de ler no inalterável trajeto a mesma história de rampas, lombas, paredes, o cavalo do Cleto arriou. Era lento e preso da marcha como se todo o seu arcabouço quisesse fundir-se na imobilidade dos caminhos. Tinham-lhe nascido alifafes insuportáveis nos tendões e nas jogas das pernas, e com a potreia das suas mataduras embebedavam-se as moscas de dez léguas. À sobreposse, lá continuava a fazer a romaria quotidiana com os potes do leite na suã, tirando da loja com o cantar matutino dos galos, para volver quando os bois remoíam nos estábulos a erva dos pastos. Descansava então umas horas num sono quebrantado de pesadelos, em que havia guerras de cavalos e precipícios a atravessar com cargas descomunais.
(Ribeiro 1984: 157)

Ao longe para lá dos montes, avistou um corpo afogueado que descia. E vagamente interrogou-se:

- *Será o sol?*
Depois, lembrando da poldra e do garanhão que galopavam para as núpcias ferozes, considerou:
- *É o amor dos cavalos.*
No horizonte, a grande rosa caiu arrastando o ar todo. E às escuras se engolfou no escuro nada.
(Ribeiro 1984: 167)

António Sabler (1995) trouxe a lume a tradução de um conjunto de *Fábulas de La Fontaine*, magnificamente ilustradas por António Modesto. O autor procurou ser o mais fiel possível ao texto original, o que em nada prejudicou a literariedade dos seus textos, sóbrios, elegantes e linguisticamente corretos.

Compare-se a sua versão de *A Rã que queria igualar-se ao Boi* com a versão de La Fontaine para apreciar o quanto uma tradução pode respeitar todo o valor literário do original:

Uma rã encontrou um boi
que lhe pareceu de belo porte.
Ela, que não era maior do que um ovo,
invejosa estica-se, incha, fazendo força
para igualar o animal em grandeza,
dizendo: "Veja lá, oh irmão,
diga-me, estou bem assim, ou ainda não chega?"
"Não." "E agora?" "Ainda não." "Já?"

[...] (Sabler 1995: 20)

A fábula, enquanto textura literária, afirma-se, antes de mais, pelas conotações simbólicas de uma sabedoria proverbial universal. *A Rã e o Toiro* e *O Leão velho* são algumas das fábulas mais divulgadas em Portugal e, das que melhor resistiram ao tempo. São algumas das mais prezadas pelos pedagogos e apreciadas pelas crianças, como o atestam algumas das nossas melhores versões literárias para a infância, tais como a de Esther de Lemos (1992).

1. Protagonistas dos Bestiários

A conceção da inferioridade do sexo feminino é uma constante em todos os dualismos. Os dualismos oriundos do platonismo tais como os gnósticos e os maniqueus que percorrem o Fisiólogo e os Bestiários medievais apenas confirmam a regra. Gilbert Durand (1989: 75) relembra que entre os povos das Caraíbas e os iroqueses a feminilidade é rejeitada para a esfera da animalidade. As sereias e as esfinges são apenas alguns dos expoentes de tal imaginário.

No mundo simbólico dos Bestiários, inúmeras são as conotações e as expressões sexuais habilmente sublimadas, variadíssimos foram os estudiosos que as sugeriram tais como Malaxecheverría (1982).

É de salientar que, se omitirmos os tritões da mitologia greco-latina, a primeira referência à sereia com rabo de peixe é do *Liber Monstrorum*, escrito em país anglo-saxónico e data do fim do século IX. A maior parte da literatura medieval refere a sua natureza híbrida de mulher e de peixe, embora algumas obras lhe atribuam caraterísticas de ave de rapina, numa clara confusão com as estringes da mitologia latina.

Santo Isidoro (1983) compara-a com as Górgonas, meretrizes que petrificam apenas com o seu olhar e arrastam para o naufrágio os incautos mareantes. O Fisiólogo arménio refere a sua constituição híbrida: mulher até aos seios, pássaro, burro ou touro dos seios para baixo.

A feminidade apresentada nos Bestiários exhibe uma sexualidade intensa e feroz.

O boi, a vaca ou, melhor, o vitelo ou a vitela representam em Pierre de Beauvais a alma ou o homem que vive em pecado mortal. No artigo 38 da sua versão longa, relata-nos que um pássaro que vive nos desertos da Índia a que chamam 'gripão' possui tanta força que consegue elevar um vitelo e levá-lo para o seu ninho para alimentar as suas crias: «*Cet oisels senefie diable; le buief senefie l'home qui vit en mortel péchié...*» Cahier (1851: vol. II: 226).

O Bestiário de *Ashmole*, de 1511⁴⁵, cuidadosamente protegido na *Bodleian Library* de Oxford faz referência ao '*Bonacon*', animal híbrido, asiático, que possui focinho de boi, corpo e crina de cavalo. O fogo que emana durante as suas defeções queima tudo o que toca. É assim que o animal se defende dos seus predadores (Ashmole 1988: 68). Faz também referência ao jovem touro apelidado de *juvencus*, porque ajuda (*juvare*) os homens a cultivar a terra, mas também porque é ele que, em todo o mundo pagão, é imolado para honrar Júpiter (*Jovi*) e nunca o touro propriamente dito (Ashmole 1988: 86). O vitelo ou a vitela, chamado 'boen' em grego e 'trionem' pelos latinos, por escavarem a terra (triat) são referidos pela sua amizade e fidelidade aos seus companheiros. Possuem a caraterística de adivinhar o tempo, a meteorologia (Ashmole 1988: 86).

O espaço do deserto e o da floresta correspondem aos espaços das provas iniciáticas e logo dos encontros com as forças demoníacas por excelência (Bettencourt em Centeno, Yvette Kace / Freitas, Lima de 1991: 109-111). São os espaços selvagens que se opõem aos espaços culturais ocupados pelos homens e sinónimos de civilidade. Cruzar-se com o animal é cruzar-se com o demónio, manifestações das fraquezas, dos vícios e dos pecados dos homens, enquanto fonte de sofrimento e prenúncio da morte. O lobo é uma dessas manifestações mais frequentes, mas está longe de ser a única: a serpente, o leão, o touro e a pantera, o urso, o porco e o galo, o camelo, a águia e todos os pássaros de cor negra desempenharão a mesma função Voisinet (1994: 53). Todavia alguns santos terão a virtude de apaziguar a fera e afirmar desse modo a inequívoca presença divina, lembrando a profecia de Isaías (11, 6-9): «*O lobo coabitará com o cordeiro, a pantera deitar-se-á com o cabrito.*»

Pierre de Beauvais (Cahier 1851 vol. II: 157) fala-nos de um ser híbrido meio cavalo, meio homem, chamado 'arpe'. Trata-se, na realidade, de uma das criaturas mais confundidas com uma outra que sempre se afirmou como uma das mais cruéis fantasias humanas: a 'Centícora' ou a 'Mantícora', que também vivia no deserto da Índia. A besta era toda negra, possuía dois chifres, coxas de leão, rabo de elefante, corpo e cascos de cavalo. A referência aos chifres invoca obviamente os terríveis mistérios femininos, senhores da vida e da morte, da fecundidade e das eróticas negras forças do além, numa estranha fusão entre 'eros' e 'tanatos'.

Ainda hoje, as mulheres grávidas imploram a sua proteção no templo de Carnaque, tal como as mulheres estéreis adoram 'Kâli' em Calcutá (Ronecker 1994: 220). Pelo terror que inspira, tornou-se o guardião das portas do templo e do trono real. Símbolo de força, representa o rei desde épocas proto-históricas. Gárgulas de templos retêm o poder dos deuses das tempestades (Prieur 1988: 17). Foi a partir da sua força, do seu simbolismo, da ambiguidade das suas energias que surgiu a enigmática imagem da esfinge. 'Sakhmet' é apenas um dos aspetos da tríade constituída por 'Hathor', a vaca celeste e 'Bastet', a gata. A estranha tríade chegara a ser confundida com Ísis, deusa dos mil nomes (Lurker 1994: 124-125). Enquanto vaca cósmica é a própria mãe do sol, na sua forma de gata, torna-se alegre e meiga, deusa do amor. Tal complexidade revelou-se uma perfeita metáfora da duplicidade da natureza erótica, criadora e destrutiva. Foi tal o seu sucesso que os gregos lhe chamaram Afrodite, a deusa da alegria, do prazer, do gozo e claro está: do amor.

⁴⁵ PUBLICADO POR MARIE-FRANCE, DUPUIS E LOUIS, SYLVAIN EM 1988. POR MAIOR EFICÁCIA, REFERIMO-NOS À OBRA PELO O NOME DA SUA ORIGEM E PELA DATA DA PUBLICAÇÃO DA VERSÃO CONSULTADA: ASHMOLE 1988.

Alguns poetas contemporâneos fizeram questão em dar novo alento aos Bestiários. António Osório ocupa, em Portugal, um espaço privilegiado na matéria:

Vacas

*Olhos de negro,
Olhos que deitam
Funda desolada bondade.*

*Ásperas e verde a língua
Que afaga os tímidos quadrúpedes.
Após o cutelo,
A queda,
Sanguinolentos mantos.*

Nascente que se renova amando.
(Osório 1997: 26)

O Touro Néscio
A Diogo Pires Aurélio

Pintada de vermelho, a praça de touros itinerante era desmontável como os circos erráticos. Dentro comandava o Inteligente, impecável, e o seu ordenador cornetim de luva branca.

*Havia um touro néscio. Antes de sair do curro espreitou, teve dois cautelosos passos, olhava à volta sem ilusões, e recuava lestamente à aproximação capciosa de dois sujeitos mal agoirados.
O Público, incluindo as crianças, ria (parecia-lhe) desalmadamente - e um cavaleiro pregou-lhe um ferro de castigo. Exibiu um pungente assombro. A sua era uma causa pacífica, não contassem com cornadas, tinha um desgraçado medo daqueles artistas.*

Não foi laçado pelos cornos – descobriu logo o único buraco por onde poderia dignamente sair. Esquecendo os seus males, até os doentes profundos (do corpo e da alma) se divertiam naquela ópera-bufa com o touro néscio, que tinha uma solene mansidão de santo.
(Osório 1997: 46)

A literatura para a infância, à margem dos fabulários, não deixou de prolongar algumas das conotações mais intensas do ponto de vista simbólico, assim como todo o potencial poético que algumas das "criaturas" transportam desde tempos imemoriais em que o Touro, voz de trovão, deus dos deuses, se confunde com o demiurgo que fecunda a terra, em que a Vaca, alimentícia, é uma imagem do próprio universo (Egito) e, em que o cavalo, branco, um dos animais psicopompo mais cultuado, inicia os escolhidos nos caminhos da verdadeira liberdade espiritual e nas lezírias da eternidade:

2. Presenças no nosso imaginário tradicional

«Pegar os touros pelos cornos» (5267)⁴⁶ representa um ato de bravura, de coragem, de determinação, qualidades atribuídas ao touro e a quem o enfrenta. O boi surge no nosso imaginário popular associado à vida, à água e a fecundidade. Vários são os contos que o apresentam com uma sede insaciável⁴⁷: (*A formiga e a neve, A romãzeira do macaco, O galo e o pinto*). A sua dimensão sacrificial e de animal de estimação estão sublinhadas em *O rabil* e *O conto do Fuso*. *O coelhinho branco* revela a sua faceta medrosa.

Com a ajuda sobrenatural das fadas, no conto *A Enjeitada*, os chifres das vacas servem para dobrar as meadas associando-as assim aos mistérios lunares e obviamente femininos que superintendem os fenómenos da vida e da morte.

3. Conclusão

Tanto nos bestiários medievais, quanto nos fabulários em geral, seria errado sublinhar uma presença especial do toiro. A sua presença é discreta nos fabulários que desde os seus primórdios privilegiaram as pequenas e frágeis criaturas, assim como as suas lições de sobrevivência perante os fortes e os poderosos.

Os bestiários medievais não se afastaram substancialmente do Fisiólogo, muito provavelmente concebido na Alexandria do século terceiro. Vive-se então o maior confronto da história religiosa do Império romano. Por um lado, um conjunto de correntes cristãs, oriundas dos pensamentos mais espirituais e místicos de sincretismos religiosos, orientais, helénicos, e judaicos, impiedosamente perseguido por excluir qualquer outra doutrina religiosa e, em particular a imperial; e por outro um mitraísmo, oriundo das mais antigas crenças da humanidade, formadas nos grandes deltas da Mesopotâmia e, talvez, até da Índia, disseminado de oriente para ocidente, do Mediterrâneo até ao Norte do Atlântico, celebrando a alegria de viver, da fertilidade e da fecundidade, promessa de fartura eterna, disciplinadamente organizado, quase à imagem da estrutura militar romana, fortemente hierarquizado, solidário, repleta de secretismos e gozando de uma especial simpatia imperial.

Abundantes são os seus vestígios em Itália (Roma), na Gália (Bordéus) na península (Mérida). António Maria Romeiro Carvalho publicou, em 2009, um artigo em que identifica algumas das sepulturas escavadas nas rochas como elementos essenciais da religião mitríaca, espaços onde os fiéis seriam aspergidos pelo sangue purificador do touro sacrificado, imagem da incomensurável generosidade do próprio deus. Carvalho evoca uma versão da Bicha das sete cabeças e outra de Pedro e Pedrito (Coelho 1995) para evocar a força mágica e divina da aspersão sanguínea e vivificante: «As fadas disseram a Pedro que só com o sangue dele derramado sobre o Pedrito o podia tornar em homem (...)» (Coelho 1995: 232).

Pessoalmente basta-me referir o inequívoco 'Mithraeum', achado junto de um templo protocristão, na península de Troia e precisamente datado do século terceiro depois de Cristo, com abundantes vestígios de sincretismo religioso (Jalhay 1948).

A maior parte dos movimentos milenaristas recuperam alguns dos pensamentos cristãos mais primitivos, evidenciando antigos sincretismos orientais e ocidentais, mitríacos e platónicos, aspirando a uma religião cósmica, de verdade e de amor, de despojamento, de pobreza material, de vida comunitária e asceta, de solidariedade e de comunhão em Cristo e com Cristo. Neles se inscrevem a devoção ao Espírito Santo, ainda hoje tão viva nas ilhas açorianas e, em particular, na ilha Terceira. Neles tomou forma o pensamento de São Francisco que doou a sua vida pela vida do próprio Espírito Santo, Imperador do Sagrado Império, da igualdade universal, simbolizado pela tábola redonda, pela cavalaria celestial, onde todos são iguais, no amor e na pobreza, até o mais estranho dos forasteiros. Terminamos com uma citação de um dos autores que melhor entenderam a permanência do culto mitríaco na taumaturgia tauromáquica:

⁴⁶ Por razões pragmáticas, neste ponto, fazemos apenas referência à numeração pela qual os provérbios são apresentados em Santos, Maria Alice Moreira dos (2000).

⁴⁷ Fazemos aqui alusão às versões dos contos apresentadas por Adolfo Coelho (1985). Para evitar repetições, tomamos a liberdade de apenas referir o título que cada conto apresenta na obra citada, facilmente consultados com o auxílio do seu índice.

Ce soir-là il n’y avait pas de lune. Mais solvente, la lune se levant précisément derrière l’enclos, elle était apparue enorme, posée sur une tête bovine, encastrée entre les deux cornes comme dans les statues du dieu-boeuf Apis. C’ était la lune d’ Artémis, qui avait émigré en Tauride montée sur un taureau, et dont les mithriastes voyaient le char traîné par des taureaux blancs... Artémis, la déesse intacte, la dure et fraîche, qui aime les marécages, les bêtes ferores, le sang des jeunes garçons flagellés, déesse des animaux fous, déesse de l’amour entre les hommes et les animaux, patronne des Saintes-Maries comme elle était patronne de Massilia, qu’on appelle Marseille, d’ Antipolis, qu’on appelle Antibes, d’ Arelate, qu’on appelle Arles, de Nemausus, qu’on appelle Nîmes, de tout ce golfe du Lion où l’avaient apportée les Phocéens, et où les églises de Christ s’étaiente élevées sur ses temples, bâties avec leurs pierres mêmes, comme si elle ne cédait la place qu’en restant. (Montherlant 1954: 266)

Bibliografia

Bocage, Manuel Maria Barbosa du (1968), Apólogos. In *Obras de Bocage*. Porto: Lello & Irmãos, p.1103-1155.

Carvalho, António Maria Romeiro (2009), O culto de Mitra e as sepulturas escavadas na rocha. Açafa on-line n.º 2: www.altotejo.org

Chevalier, Jean; Greerbrant, Alain (1994), *Dicionário dos símbolos*. Lisboa: Teorema.

Chevalier, Jean; Greerbrant, Alain (1982), *Dictionnaire des symboles*. Paris: Robert Laffont: Jupiter.

Coelho, Adolfo (1985), *Contos populares portugueses*. Lisboa: Dom Quixote.

Dupuis, Marie-France / Louis, Sylvain (1988), *Bestiaire Ashmole 1511*. Paris: Philippe Lebaud.

Durand, Gilbert (1989ª), *As estruturas antropológicas do imaginário*. Lisboa: Presença.

Elísio, Filinto (1838-1839), Fábulas de La Fontaine. In *Obras de Filinto Elysio*. Lisboa: Tipografia Rollandiana

Elísio, Filinto (1998), Fábulas de La Fontaine. In *Obras Completas*. Vol. I Braga: A.P.P.A.C.D.M.

Elísio, Filinto (2000), Fábulas de La Fontaine. In *Obras Completas*. Vol. VI, Braga: A.P.P.A.C.D.M.

Elísio, Filinto; Semedo, Curvo (s.d.), *Fábulas e La Fontaine*. Mem Martins: Europa América.

Esopo (1985), *Fables*. Paris: Les Belles Lettres.

Fedro (1989), *Fables*. Paris: Les Belles Lettres.

France, Marie de (1983), *Les Laïs*. Paris: Honoré Champion.

Hesíodo (1996), Théogonie; Les travaux et les jours; Le bouclier. Paris: Les Belles Lettres.

Horácio (1976), *Satires*. Paris: Les Belles Lettres.

Jalhay, Eugénio (1948) – Franz Cumont e o baixo-relêvo mitraico de Tróia (Setúbal). Sep. da Revista Brotéria. Volume XLVI, Fasc.5.

Isidoro de Sevilha (1983), *Etimologias*. Vols. I e II, Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos.

Lancereau, Édouard (1965), *Pañcatantra*. Trad. du sanskrit et annoté par Édouard Lancereau. Saint-Amand: Gallimard: UNESCO.

Lemos, de Esther (trad.) (1992), *Fábulas de La Fontaine*. Lisboa: Verbo.

Lima, Augusto (1947), Livro de leitura: para o ensino técnico elementar – 1º ano. Porto: A. C. P. Lima.

Lopes, Óscar; Saraiva, António J. (1975), *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora.

Lucas, António [S. l.: s. n., s. d.], Livro de leitura: para os alunos da Escola Prof. de Pesca Dr. Gonçalves de Proença.

Lurker, Manfred (1994), Dictionnaire des dieux et des symboles des anciens égyptiens. Wien: Pardès.

Malaxecheverria, Ignacio (1982), *Le bestiaire médiéval et l’archétype de la féminité*. Paris: Lettres Modernes.

Malaxecheverria, Ignacio (1986), *Bestiário medieval*. [S. l.]: Siruela.

Manuel, D. Juan (1984), *El Conde Lucanor*. Madrid: Espasa-Calpe.

Manuel, D. Juan (1994), *O Conde Lucanor*. Lisboa: Assírio & Alvim.

Menéres, Maria Alberta (trad.) (1999), *Fábulas de La Fontaine*. Porto: ASA.

Miranda, Francisco Sá de (1944), *Obras Completas*. Vols. I e II, Lisboa: Livraria Sá da Costa.

Miquel, Dom Pierre (1992), *Dictionnaire symbolique des animaux*. Paris: Le Léopard D’or.

Moscati, Sabino (1963), L’Orient avant les Grecs: les civilisations de la Méditerranée Antique. Paris: P.U. F.

Osório, António (1997), *Bestiário*. Lisboa, Elo.

Pañcantantra (1965), Paris: Gallimard; UNESCO.

Pereira, Luciano (1991a), *Os animais e os contos tradicionais portugueses*. Setúbal, E. S. E., Instituto Politécnico.

Pereira, Luciano (1991b), *Os bestiários franceses do século XII*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese policopiada.

Pereira, Luciano (1994), *O universo do imaginário*. Setúbal: E. S. E., Instituto Politécnico.

Pereira, Luciano (2003), *A Fábula em Portugal. Contributos para a história e caracterização da fábula literária*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Tese policopiada.

Prieur, Jean (1988), *Les animaux sacrés dans l’Antiquité*. Paris: Quest-France.

Ronecker, Jean-Paul (1994), *Le symbolisme animal*. St.-Jean-de-Braye: Dangles.

Ribeiro, Aquilino (1989), *Arca de Noé*. Lisboa: Bertrand.

Ribeiro, Aquilino (1984), *A pele de Bombo. Novelas e contos completos*. Lisboa: Círculo de Leitores.

Ruiz, Juan, Arcipreste de Hita (1994), *Libre del Arcipreste o de Buen Amor*. Madrid: Espasa Calpe.

Sabler, António (1995), *Fábulas de La Fontaine*. Lisboa: Edinter

Santos, Maria A. Moreira dos (2000), Dicionário de Provérbios. Adágio, Ditados, Máximas, Aforismos e Frases Feitas. Porto Ed.

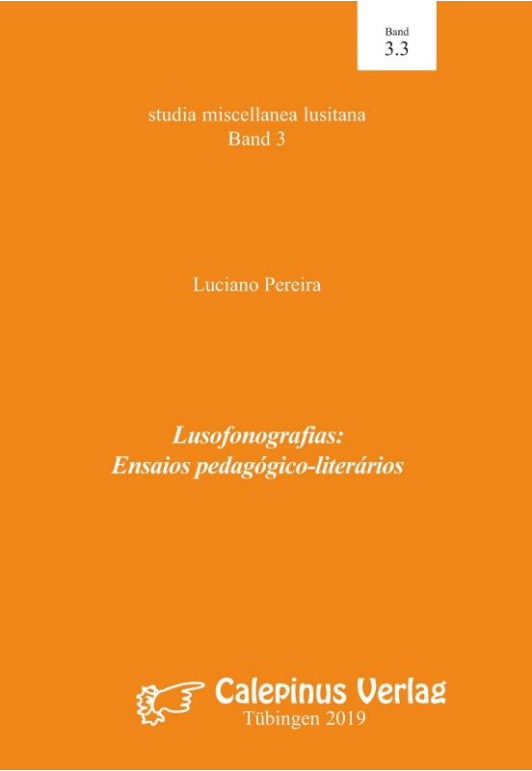
Torga, Miguel (1990), *Bichos, contos*. Coimbra.

Vasconcelos, José Leite de, (ed.) (1902), Fabulário Português. VIII, *Revista Lusitana*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand. 99-151.

Vasconcelos, José Leite de, ed. (1906), Fabulário Português. *Revista Lusitana*. Lisboa: Imprensa Nacional. IX 6-109.

Vasconcelos, José Leite de (1964), *Contos populares e lendas*. Vols. I e II, Coimbra: Universidade de Coimbra.

Voisinet, Jean (1994), *Bestiaire chrétien*. Toulouse: Presses Universitaires du Miraid.



Apresentação e Agradecimentos por Luciano Pereira

Na semana a seguir à defesa da minha tese de doutoramento sobre a Fábula em Portugal, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, iniciei a preparação do meu concurso para Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal. Quis o destino que me lançasse numa aventura que me viria a desviar da minha primeira paixão, pedagógico-científica, para abraçar um projeto de gestão e administração institucional, enquanto Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Escola Superior de Educação.

Desses anos, ficou-me o gosto amargo de muitas decepções, o cansaço de lutas vãs e inúteis contra um contexto que se impunha como um dos mais constrangedores momentos da Educação em Portugal. Pressionados por fatores externos e alguma confusão interna, fomos estrangulados económica e financeiramente, e reduzidos à nossa expressão democrática mais minimalista, num movimento de centralização, que se aproveitou de algumas fragilidades e procurou aprofundar as ligeiras tensões existentes no corpo docente.

Em nome da crise, congelou-se as carreiras, abrandou-se o investimento na investigação, procurando apenas atingir as exigências ditadas por Bruxelas, mais atenta a números do que a resultados técnico-científicos, com verdadeiros critérios qualitativos, indicadores do desenvolvimento sustentado de qualquer sociedade humanista que visa o bem-estar e a felicidade dos seus cidadãos.

Após a demolidora experiência que nos obrigou, a todos, a fazer das tripas coração, chouriços sem sangue e sangrias irracionais, caímos numa letargia apenas disfarçada por campanhas de propaganda que apresentavam o que de melhor tínhamos em todas as áreas da vida cívica. Rapidamente esgotaram-se os exemplos que se conseguiam afirmar no nosso panorama interno e, rapidamente, fomos embriagados com os nossos patrícios que triunfavam no estrangeiro, alguns já pertenciam à terceira geração, outros à segunda, e lá vinham os nossos enfermeiros e informáticos, levemente exportados para o Reino Unido e apresentados como a joia de uma coroa que ostentava um exército de técnicos e especialistas de que podia prescindir sem qualquer indício de remorso, nem tão pouco do mínimo desconforto.

A impossibilidade, ou talvez a incapacidade, de contribuir para reverter a situação levou-me a refugiar-me na minha grande paixão artística, científica e pedagógica. Encontrei nos Colóquios da Lusofonia e, posteriormente, na Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, um espaço de resistência e de resiliência, onde me senti acolhido, motivado, e onde podia, livremente, expressar opiniões e desenvolver investigação com toda a seriedade e rigor.

Não posso deixar de agradecer a Chrys Chrystello, à sua família, e a todos os associados, a criação desta escola de vivências ‘inter’ e transculturais, assim como o aprofundamento desta vivificante e pujante identidade lusófona. Seria injusto não agradecer aos meus outros *compagnons de route*, colegas do Instituto Politécnico de Setúbal e, em particular, da Escola Superior de Educação, assim como os do núcleo de investigação sobre o Imaginário Literário da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que, pelas mais diversas razões, e das mais diversas formas, apoiaram o meu trabalho, sempre me motivaram e sempre me incentivaram a prosseguir, apesar de tantos obstáculos e dificuldades pessoais.

Os meus colegas da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia fizeram, de um grupo de sonhadores, um movimento de cidadania, em prole de uma nova e sólida consciência identitária, solidamente ancorada em valores de solidariedade e de fraternidade. Foi este o nicho que escolhi para desenvolver e partilhar a maior parte das experiências que a Escola Superior de Educação de Setúbal, com a maior das generosidades, e das mais diversas formas, me permitia. A minha extrema dedicação à minha intervenção pedagógica obrigou-me a respeitar uma certa distância em relação ao meu grupo de investigação inicial relacionado com os estudos sobre o Imaginário Literário, fundado e dirigido pelo Senhor Professor Doutor Helder Godinho, meu orientador da tese de mestrado sobre os Bestiários Franceses do século XII, assim como da tese de Doutoramento sobre a Fábula em Portugal.

Todos os meus colegas, investigadores na área do imaginário, e em particular os da Universidade Nova de Lisboa, foram sempre da maior solicitude e continuam a prestar a maior das atenções aos meus trabalhos passados e presentes. Por razões profissionais e familiares não me tem sido possível conviver com eles com a regularidade que merecem e de que tanto necessito. Durante estes anos, alguns dos maiores vultos da nossa cultura tiveram a gentileza de me dedicar um pouco da sua amizade. Enquanto professor, não concebo o meu labor sem essa proximidade. A minha gratidão vai, em primeiro lugar, para o Professor Doutor Helder Godinho e para o Professor Nuno Júdice que me acompanham desde o meu curso de Mestrado, assim como para o meu, muito saudoso amigo e Mestre Pierre Bec, ex Diretor do Centro de Civilização Medieval de Poitiers, onde realizei, a seu convite, um curso intensivo de Verão.

Nunca expressarei suficientemente a minha gratidão por ter tido a gentileza de me dedicar um dos seus muitos encantadores contos em língua occitânica: *La tor de la aglas*. Foi ele, em boa verdade que me apresentou pessoalmente ao Professor Malaca Casteleiro, embora já o conhecesse informalmente da Universidade de Lisboa, onde tive o privilégio de me licenciar com o contributo de tantos outros nomes da nossa mais primorosa cultura: Mário Dionísio, Rui Mário Gonçalves, José Martins Garcia, Ivo de Castro, Maria Alzira Seixo, Margarida Barahona...

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

Recordo com especial gratidão o convívio e os trabalhos realizados com os meus amigos e colegas, Miguel Tamen, Teresa Guedes, Luís Prista, Luís Barbeiro, Helena Camacho, e tantos outros que contribuíram generosamente para a minha construção enquanto homem de cultura e de palavra. Durante o meu estágio tive a felicidade de ser orientado pela Professora Ana Vilhena e de ter crescido junto da sabedoria de um Fernando Gandra. A Escola Superior de Educação permitiu-me um breve, mas profundo convívio com Maria de Sousa Tavares, Ana Laura de Metelo de Valadares Araújo, José Victor Adragão, José Catarino, Ana Bettencourt, Mara Emília Brederode Santos, Luís Souta e Luís Carlos Santos, entre tantos outros.

Foi o Professor Malaca Casteleiro o primeiro que me incentivou a apresentar uma comunicação sobre o meu trabalho pedagógico na área da Língua Portuguesa. Desloquei-me então a Macau, onde fui recebido pelo meu amigo Luís Gaivão que, cada vez que me encontra, não deixa de elogiar o que ele considera ter sido uma das mais interessantes e criativas comunicações na área da didática do Português. Com amigos assim e tanta gente ilustre a incentivar-me, percebi que não podia deixar de lhes manifestar a minha mais sincera e profunda gratidão. Espero que esta publicação, que foi antes de mais elaborada para e com os meus alunos, não os dececione e seja entendida como uma espécie de percurso pedagógico e científico de um professor em busca das suas raízes e das mais diversas formas de as celebrar.

Tendo sido emigrante, na Bélgica, dos cinco até aos meus dezoito anos, escrevi, então, aquele que considero ter sido o meu primeiro artigo a celebrar a demanda obsessiva pelas minhas raízes mais profundas: *A cor da Língua Portuguesa*. Confesso que procuro beleza em todos os meus trabalhos científicos e literários. Logo, nesse primeiro artigo, percebi que toda a minha vida seria votada a essa demanda e à partilha dessa minha paixão. Descobri, progressivamente, que não eram apenas as minhas raízes que me iam sendo reveladas mas que, à medida que a demanda se tornava mais profunda, eram asas que se moldavam e me levavam mar às costas.

Nos anos noventa, a Dr.ª Madalena Patrício convidou-me para fazer parte, a tempo parcial, da equipa pedagógica do Núcleo do Ensino de Português no Estrangeiro.

Durante alguns anos reparti a minha intervenção entre a Escola Superior de Educação de Setúbal e o Núcleo do Ensino de Português no Estrangeiro, o que me permitiu desenvolver projetos de formação de professores de português para crianças portuguesas migrantes, em particular na Alemanha, onde viria a desempenhar, por ironia do destino, funções de coordenação junto da nossa Embaixada em Bona. Em Lisboa, beneficiei da amizade e experiência de colegas de extrema competência e dedicação, tais como a Inês Mourão...

Na Alemanha, tive o privilégio de conviver com pessoas excecionais, desde o Sr. Conselheiro para a Educação, Dr. Luís Madeira, e os nossos representantes junto dos consulados, até aos professores que, no terreno, afirmavam a nossa identidade, desafiavam as dificuldades linguísticas, os preconceitos culturais, as distâncias e todos os vendavais de chuva e de neve. Com todos eles aprendi, sonhei, sorri e, por vezes, chorei. Antes de me exilar, voluntariamente, para desempenhar funções na Alemanha, aceitei, à última da hora, passar o dia dos meus anos nos Açores, integrando uma equipa de formação de professores do continente americano. Senti, mais do que nunca, que nunca mais seria o mesmo.

Estudei intensamente a literatura e a cultura açoriana. Informei-me sobre os diferentes sistemas educativos, as condições de trabalho dos nossos docentes, em particular nos Estados Unidos e no Canadá e lá, na Terceira, voltei a ouvir falar de viva voz de uma décima ilha, de que me havia falado o meu primeiro mestre de estudos linguísticos, José Martins Garcia. Mais tarde, sem o sabermos, Santa Catarina, no sul do Brasil, veio a ser para nós um espaço de amor e de mistério. Viemos a amar as mesmas lagoas, as mesmas praias, as mesmas gentes e os mesmos imaginários. São muitas as pessoas que estiveram na origem dos meus artigos sobre o imaginário catarinense. Nunca esquecerei as lágrimas, o amor e o afeto com que uma delegação catarinense me decidiu brindar, em Bragança, após a primeira comunicação que realizei sobre o tema.

A vida profissional permitiu-me deslocar-me a muitos outros países, integrando projetos de formação europeus que me possibilitaram abordar questões culturais e tecnológicas. Os meus colegas acolheram com delicadeza e entusiasmo textos da minha lavra. Nunca poderei esquecer a generosidade de Monsieur Plisson, que chefiava, na altura, o gabinete responsável pela defesa e difusão da língua francesa, sob a tutela direta da Presidência da República.

A amizade de John Lemon, um dos destacados formadores de professores da Universidade de Huddersfield e Coordenador de um projeto europeu que me possibilitou construir uma ampla visão sobre a questão específica da formação dos professores de línguas, tendo em conta o recurso às tecnologias da informação e da imagem, foi preciosa num momento de profunda viragem nos nossos hábitos, atitudes e saberes pedagógicos. A camaradagem de Marek Wolfgang do Centro de formação de Kassel permitiu-me melhor entender e valorizar os hábitos e as atitudes germânicas perante o trabalho e o respeito pelos outros e pelas suas culturas. Todo esse frenesim intelectual levou-me a querer visitar alguns desses espaços com os olhares dos nossos maiores autores, visitei a França, a Bélgica e a Holanda com a sensibilidade de Vitorino Nemésio, que sonhou amores nas águas paradas do Square Marie Luíse, em pleno coração de Bruxelas, onde, tantas vezes, senti, durante a minha adolescência, o meu coração estremecer de saudades.

Durante o período em que fui responsável pelas relações externas da Escola Superior de Educação de Setúbal, sob a presidência do meu grande colega e amigo, Luís Souta, tive a oportunidade de me deslocar a vários países africanos, em particular, a Moçambique e a Angola. Lembro, nas passadas do saudoso Professor Raul, o Professor Nelson Matias, verdadeiro filantropo, lusófono convicto e incansável construtor de pontes. Foi, aliás, num projeto de formação de professores, financiado pela fundação Calouste Gulbenkian, que plasmei as minhas experiências e ternuras africanas. Com o contributo do Professor José Victor Adragão, da Professora Doutora Fernanda Botelho e da Professora Doutora Ana Sequeira, aprofundei os meus conhecimentos pedagógicos e didáticos para construir alguns materiais para a formação literária adequada ao contexto dos países africanos de expressão portuguesa.

Mobilizei os conhecimentos que havia desenvolvido com os meus alunos dos cursos de formação complementar, na área das línguas, e no contexto de uma disciplina dedicada às literaturas de língua portuguesa, e articulei-os com os conhecimentos e as experiências práticas dos meus colegas. O projeto, embora com um outro nome e com alguns novos intervenientes, após alguns anos de abrandamento, teve a felicidade de poder ser reativado, embora com novos contornos, sob a coordenação do Professor Nelson Matias.

A minha primeira tese foi entusiasticamente acolhida, mas a sua posterior divulgação encontrou alguns escolhos pelas insuperáveis dificuldades linguísticas que os textos originais apresentavam, o que não me impediu de ser convidado para realizar várias comunicações universitárias. Agradeço ao Sr. Professor Doutor Helder Godinho a gentileza de me convidar para dinamizar várias sessões sobre os Bestiários, os Aviários e os Lapidários Medievais, no curso de Mestrado sobre as Literaturas Medievais Comparadas de que era então um dos responsáveis. Agradeço os convites e as publicações das comunicações que realizei na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Aveiro. Vi, com muita alegria, a minha segunda tese transformar-se num verdadeiro instrumento de trabalho universitário e académico. A todos os seus leitores queria mais uma vez expressar o meu mais profundo reconhecimento.

Os meus alunos interessaram-se sobretudo pelos artigos que redigi na área dos estudos sobre o imaginário popular e a sua expressão no espaço lusófono. Os meus artigos sobre a Serra da Arrábida, muito lhes devem, por essa razão, apresento uma espécie de variações com uma estrutura teórica muito semelhante, tal como o faço com os meus estudos em torno da poesia açoriana e com os meus artigos sobre o imaginário catarinense. Muito agradeço ao Professor Miguel Real o seu gentil convite para apresentar uma reflexão sobre a produção poética de Sebastião da Gama, por ocasião do primeiro Encontro Internacional que reuniu, em Setúbal, alguns dos seus mais destacados especialistas.

Ao longo destes anos foi apresentando aos meus alunos os autores por quem eles mais se apaixonavam, assim como os que se foram tornando meus amigos, por vezes pela proximidade física, outras pela proximidade que afetos e gostos literários foram tecendo. Apresentei-lhes autodidáticas tais como o multifacetado Mário Gomes Silvério, o senhor Varela Teles, que dedicou os seus últimos anos à pesquisa e ao estudo da biografia de Luís Vaz de Camões, assim como ao estudo da simbologia e do imaginário patenteado em alguns dos nossos monumentos mais emblemáticos.

Apresentei-lhes autores de renome, tal como José Jorge Letria. Maria Emília Pires decidiu ir para além da obra literária que nos havia comovido e fascinado, *As bruxas da Serra de Fóia*, e falou, na primeira pessoa, sobre as tragédias de vida de uma criança e a importância do saber perdoar. O meu amigo, Norberto Ávila, encantou-os com as histórias da sua vida e sobretudo com a História de Hakim. Descobrimos as suas paixões segundo João Mateus, refletimos sobre as suas representações artísticas e literárias. Comparámos a sua peça de teatro com o seu romance, rimos ao bom rir! Lemos alguns dos seus poemas, inspiraram-nos imenso. Norberto representa hoje o melhor que as ilhas nos dão: a sua universalidade.

Sabendo eu que, apesar de todos os esforços dos responsáveis envolvidos, nem sempre as nossas comunicações científicas e pedagógicas são de fácil acesso, decidi transformá-las em artigos literários e reuni-los segundo uma ordem muito própria e reveladoras do meu próprio percurso, enquanto pessoa e enquanto professor. Muitas delas já haviam sofrido uma primeira metamorfose para as suas publicações em diferentes e variadas atas, tinha, agora, chegado a altura de dar mais um passo em frente e empreender a sua publicação conjunta para os poder oferecer à minha família, aos meus amigos e aos meus alunos, pela ocasião do meu sexagésimo aniversário.

Um grande amigo luso-alemão, Rolf Kemmler, Sócio-Correspondente estrangeiro da Academia de Ciências de Lisboa, também ele muito ativo na Associação dos Colóquios da Lusofonia, prontificou-se a publicá-los na sua editora, na Alemanha, após revisão técnica e científica por vários especialistas internacionais com as mais altas competências académicas. Foi ele que teve a paciência de me explicar as normas e as regras que presidem aos seus exigentes critérios editoriais. Foram muitas as horas que dispendemos em vésperas de Natal, noites e sonhos adentro. Após

consulta de algumas das suas publicações, entendi que a coleção *Studia Miscellanea Lusitana* da editora Calepinus Verlag, não só prestigiaria o meu trabalho científico, como lhe permitiria uma séria difusão internacional, incluindo os países de leste, tão ávidos por tudo o que, de nós, lhes chega. O nosso entusiasmo e árduo trabalho conjunto foi se prolongando durante um ano letivo. As variadas tarefas de um professor não lhe permitem prescindir de muito tempo para este tipo de ocupação, por vezes, considerada menor ou, pelo menos, bastante secundária.

Entre as minhas primeiras publicações contam-se duas obras coletivas publicadas conjuntamente pelo Núcleo de Ensino do Português no Estrangeiro e uma Instituição de Formação de Professores em Hessen. Tratava-se de manuais para o ensino do Português enquanto língua de cultura. Destinavam-se ao público luso-alemão. Apraz-me este regresso a esta íntima colaboração, pelo muito que aprendi, tanto no âmbito da cultura germânica, quanto no âmbito das normas editoriais, da linguística, da pedagogia e da didática específica para o ensino das línguas estrangeiras e das línguas maternas, enquanto línguas de cultura. A minha esposa, Zélia, acudiu-me nos momentos de desespero e a ela muito devo o trabalho editorial que estava a meu cargo. Aos meus filhos devo a paciência e a alegria de viver. Em paralelo, e articuladamente com estes artigos, fui redigindo mais de uma centena de poemas e um esboço de um livro de contos. São outras formas de recuperar raízes, outros modos de voar. Considero-os como os meus atos mais pedagógicos e mais didáticos da minha vida de Professor. Oxalá um dia os queiram e os possam vir a ler! Termino destacando a gentileza, a generosidade e toda e erudição que o Professor Malaca Casteleiro e que o meu amigo e ilustríssimo dramaturgo, Norberto Ávila, colocaram, respetivamente no prefácio e no posfácio desta singela obra com que decidi comemorar, em simultâneo com o meu sexagésimo aniversário, trinta e seis anos de docência e trinta e dois anos de serviço na Escola Superior de Educação de Setúbal.

Luciano Pereira

Prefácio, Lusofonografias – Ensaio pedagógico-literários, por Malaca Casteleiro

Em boa hora Luciano Pereira decidiu reunir nesta obra os seus trabalhos de investigação, tais como comunicações e artigos diversos, quer literários, quer de natureza pedagógico-didática, apresentados no País ou no Estrangeiro, em encontros científicos ou em cursos de formação de professores. E fá-lo com um propósito bem solene: assinalar o seu sexagésimo aniversário. Presta deste modo um serviço de relevo, não só aos seus amigos, colegas e discípulos, que assim o podem mais facilmente ler ou reler, mas também ao público, em geral, que se interessa pelos temas que ele estuda afincadamente com sabedoria e oportunidade.

Tenho tido o privilégio e a honra de vir acompanhando, desde longa data, o percurso pessoal e profissional de Luciano Pereira, intensamente dedicado à língua e cultura portuguesa. Muitos dos textos que inclui nesta obra foram primeiramente apresentados como comunicações em congressos nacionais e internacionais, nomeadamente nos Colóquios da Lusofonia, nos quais também participei, podendo assim testemunhar a sua excelente qualidade, assim como a recetividade e apreço com que foram acolhidas pelo público presente.

Os temas que captam a atenção e o desvelo de Luciano Pereira distribuem-se por áreas tão diversas como a das fábulas, lendas e bestiários, a da representação da serra da Arrábida na literatura portuguesa, nomeadamente em Sebastião da Gama, a da presença de elementos hebraicos ou árabes na literatura popular, a contribuição africana para o fabulário de expressão portuguesa, a da diversificada temática açoriana, etc. A intenção com que Luciano Pereira publica esta obra é claramente definida por ele próprio na “Apresentação,” nos seguintes termos: “Espero que esta publicação, que foi antes de mais elaborada para e com os meus alunos, não os dececione e seja entendida como uma espécie de percurso pedagógico e científico de um professor em busca das suas raízes e das mais diversas formas de as celebrar.” Esta obra deve, pois, ser entendida como a celebração de um rico, substancial e variado percurso pedagógico-didático do seu Autor.

O estudo do texto literário constitui, neste percurso, o cerne do seu afã docente, conforme destaca, logo no começo do primeiro capítulo: “O texto literário é um espaço de representação e produção cultural, é um precioso adjuvante da construção de identidades, o educando é convidado a construir de forma crítica a sua individualidade, as suas diferentes pertenças, a sua consciência nacional e regional.” E, mais adiante, reforça: “Enquanto espaço interdisciplinar, o texto literário representa o mundo recriando-o, exige deste modo abordagens transdisciplinares e compreensivas levando o educando a formular hipóteses complexas e globais sobre o real, sobre a sua relatividade e sobre as suas lógicas.”

Defensor acérrimo, e em justa causa, da importância dos estudos literários na formação pedagógica, Luciano Pereira dedica particular atenção ao valor formativo da literatura para a infância e para os jovens, demonstrando a relevância dos mitos, das fábulas, dos contos e das lendas na educação dos jovens. Em relação ao estudo do mito, por exemplo, sustenta que “as crianças encontram [aí] o modelo de excelência para poder dar sentido ao mundo e a si próprias”, sendo a fábula uma das suas mais conhecidas expressões. Onde o estudo minucioso que nos oferta sobre um variado tipos de fábulas, nomeadamente literárias. Numa profícua simbiose entre a análise teórica e a prática discente, promove diversificadas experiências pedagógicas, que incluem pesquisas e inquéritos escolares. Outro estudo, bem singular, que queria distinguir denomina-se “As cores da língua portuguesa como expressão da cultura” e é apresentado no capítulo quarto. Sustentando que “a utilização particular da cor pode ser uma característica particular da estilística de um autor, de uma época ou de uma cultura”, vai procurar “apreender tais características e equacionar a sua transmissão/apreensão e utilização no contexto da língua e da cultura portuguesa”, através de uma consistente pesquisa.

Começa, pois, por distinguir, na língua portuguesa, os lexemas básicos da cor, as cores fundamentais, assim como a formação das várias cores compostas e realiza um inquérito em várias turmas escolares dos ensinos básico, secundário e superior, para averiguar o conhecimento que os alunos têm das cores e no qual revelam diversas lacunas.

Demonstra depois como “os morfemas lexicais determinativos da cor constituem uma base privilegiada para a formação de numerosas palavras pertencentes às mais diversas classes gramaticais (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios),” e apresenta diversificados e ilustrativos exemplos. Seguidamente, põe em evidência o modo como os nomes das cores se combinam com outras palavras, assim como a abundância de substantivos que se referem ao mundo mineral, vegetal ou animal e que são caracterizados pelas cores. Evoca depois o valor conotativo das cores que ocorrem em expressões e ditados populares, ilustra de modo significativo e com exemplos literários bem interessantes (de Garrett, D. Dinis, Camões, Eugénio de Castro e Sophia de Melo Breyner) a importância do verde como “cor da nossa cultura.” E termina este original capítulo com a apresentação de várias propostas pedagógicas que visam a aquisição do vocabulário.

Interessante e também muito bem conseguido é o quinto capítulo, intitulado “A valorização do trabalho no contexto do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesa,” no qual dá conta da sua diversificada e rica experiência como professor e formador em ações pedagógicas que tem realizado ao longo da sua carreira docente, quer no País, quer no Estrangeiro. Procurando sempre associar o ensino à formação e à pesquisa, descreve as suas experiências de trabalho no contexto escolar e apresenta diversas propostas pedagógicas. Os capítulos sexto e sétimo são dedicados à representação da Serra da Arrábida na literatura portuguesa, na qual refere um número variado de escritores, com destaque para Sebastião da Gama, e dá exemplos dos respetivos textos.

A presença hebraica e a contribuição árabe na literatura popular também lhe merecem particular atenção e a elas dedica os capítulos nono e décimo, respetivamente. No capítulo décimo primeiro põe em destaque a riquíssima contribuição africana para o fabulário de expressão portuguesa, socorrendo-se de textos de inúmeros escritores africanos, brasileiros, portugueses e outros. A presença do cavalo e do touro nos fabulários, nos bestiários e no imaginário tradicional constitui o objeto de um aprofundado estudo no décimo quarto capítulo. A temática açoriana (o culto do Espírito Santo, a ilha no imaginário poético, a representação dos Açores na poesia publicada no “Almanaque de lembranças luso-brasileiras” e os mitos e lendas em torno da Lagoa das Sete Cidades) é analisada magistralmente nos capítulos décimo sexto ao. Temas diversos, que não vou pormenorizar, constituem ainda objeto de estudo dos últimos capítulos, sempre reveladores de uma ampla erudição do Autor.

Em conclusão, nesta obra Luciano Pereira revela-se como um excelente investigador que sabe trabalhar adequadamente para que o exercício do seu magistério se torne mais profícuo e inovador, contribuindo deste modo para uma formação mais completa e empenhada dos seus discentes. Nela se revela também como exímio escritor, dotado de um estilo próprio, minucioso e didático. A sua erudição é incomensurável, já que manifesta um profundo e amplo conhecimento das literaturas de expressão portuguesa, da literatura francesa, da cultura clássica e não só. Cada capítulo termina com ricas e atualizadas referências bibliográficas que muito enriquecem a obra e fundamentam mais solidamente as análises apresentadas.

Lisboa e Academia das Ciências de Lisboa,
17 de junho de 2018
João Malaca Casteleiro

Posfácio por Norberto Ávila

Cuidava eu que a minha opção de escritor – laborando desde a juventude na criatividade teatral, poética e narrativa, sem a mínima prática do ensaio literário – poderia isentar-me de escrever prefácios a obras eruditas de outros autores, tendo por certo que haveria sempre alguém que o pudesse fazer com muito mais competência e autoridade. Surpresa foi, portanto, receber o mesmo assim honroso convite para alinhar umas palavras simples, com que os “prezados leitores” dessem por concluída a minuciosa apreciação deste volume, tão rico na sua diversidade.

Acontece que Luciano Pereira, participante como eu dos Colóquios da Lusofonia (em que se tem destacado pela qualidade das comunicações e disponibilidade organizacional complementar, além dum invulgar trato social), se dignou distinguir-me com o merecimento da sua amizade, ao longo destes convívios, em tão diversos lugares de Portugal. E até lhe devo a gentileza de escolher para uma das suas comunicações uma aproximação, a vários níveis, de duas obras minhas: a peça teatral *A Paixão Segundo João Mateus* e o romance que daí resultou, anos mais tarde. Agradável digressão foi, na verdade, a minha leitura desta coletânea de ensaios: O fascinante universo da fábula como ponto de partida e respetivo percurso pedagógico; o enaltecimento da Terra Pátria, principalmente da serra da Arrábida e do Arquipélago dos Açores; o relacionamento da Cultura Portuguesa, com outras culturas: hebraica, árabe e brasileira; o culto açoriano do Espírito Santo e muitos outros aspetos da nossa vivência nacional e internacional. Tudo isto estudado com invulgar dedicação e desvelo de responsável ensinante.

Quanto ao laborioso ensaio que fico a dever à competência analítica de Luciano Pereira, presumo que o professor, ao esmiuçar a peça teatral e o romance – este último intitulado *A Paixão Segundo João Mateus (Romance Quase de Cordel)* – logo terá optado pelo sugestivo título do seu ensaio: “A Paixão Segundo João Mateus ou a infinita paixão de Norberto Ávila. Como que adivinhou, conjecturou que este João Mateus, fictício poeta popular da ilha Terceira, seria uma espécie de alter ego meu, transplantado que fosse da minha cidade natal (Angra do Heroísmo) para a pitoresca freguesia rural da Serreta, da mesma ilha, local em que eu o fiz nascer. E fiquemos por aqui. Apenas com umas palavras mais: de regozijo pelo facto de Luciano ter optado pela celebração do seu 60º aniversário com a publicação desta obra, contributo prestimoso que sem dúvida merece larga divulgação, mormente entre os estudiosos da Língua e da Cultura Portuguesa.

NORBERTO ÁVILA
Lisboa, fevereiro de 2018



Apresentação do autor por Chrys Chrystello, Lusofonografias, Ensaios pedagógico-literários, Luciano Pereira, Editora: Calepinus Verlag: Tübingen

Entre as muitas coisas que não sei fazer contam-se escrever prefácios e apresentar livros. Não obstante esta assumida incapacidade de estabelecer conexões entre as sinapses cerebrais e a folha branca de papel, continuo a ser regularmente convidado para o fazer, não fruto da minha sabedoria, mas para comprovar a amizade pelo autor.

Como pessoa de gostos simples, a minha ordenação das obras literárias oscila, quase sempre, entre um GOSTO ou NÃO GOSTO, raramente me escondendo atrás de umas cinquenta sombras de cinzento, hipócritas ou de mera cortesia. Dito isto irei falar de tudo menos do livro que, para isso, temos na assistência quem o possa dissecar de mil e uma formas e feitios, classificando-o de forma rigorosa e científica, estabelecendo nexos causais e outros.

Não falando do livro, per se, nem do editor cuja existência desconhecia até ao momento de ver o livro, resta-me falar do autor. Se bem que seja fácil dizer francamente se se gosta ou não das pessoas, se sentimos mais ou menos empatia ou antipatia, o caso do Luciano Pereira é paradigmático de uma amizade conivente e duradoura. Com efeito, o Luciano é um dos mais antigos membros desta fraternidade cúmplice a que chamamos colóquios da lusofonia. Éramos bem mais jovens no Porto em novembro de 2002 quando ele ali se deslocou à Fundação Eng.º António de Almeida para presencialmente assistir ao nascimento destes colóquios.

Aparentemente o que viu foi de molde a impressioná-lo pois em 2003 estava, de novo, no anfiteatro Paulo Quintela em Bragança como presencial e em 2004 ganhou coragem para se apresentar com o tema ***A cultura e o imaginário Açoriano-Catarinense na obra literária de Franklin Cascaes***. Nem eu conhecia os Açores, nem sonhava em vir a conhecê-los e menos ainda sabia dos elos umbilicais entre o estado brasileiro de Santa Catarina e os Açores. Mas ficou uma nota mental para aprender sobre o Franklin Cascaes e aquela parte meridional do Brasil. Entretanto, o Luciano ainda solteiro no Porto tinha-se tornado no primeiro casal da Lusofonia ao desposar a Zélia e fez questão de em 2008 nos dar a conhecer em Bragança o primeiro filho nascido no seio dos colóquios, o Santiago Lusofonia.

Em 2007 no 7º colóquio na Lagoa apresentou o trabalho ***Manuel de Paiva Boléo e a Cultura Açoriano-Catarinense***. É este o texto de viragem que marca a minha apreciação extrema pelo seu trabalho. E passo a citar:
“Não resisto eu a invocar uma das lendas paradigmáticas de nítida origem celta, documentada na obra de Franklin Cascaes, na ilha Terceira e no Norte de Portugal: As bruxas roubam a lancha baleeira de um pescador da ilha.

“Comadre, eu estive num lugar muito longe, dentro da noite, e, às apalpadelas, dentro da escuridão, consegui recolher um punhado de areia e umas rosas, porém desconheço o lugar de sua origem. Já as mostrei a muita gente e ninguém, assim como eu mesmo, conseguiu identificá-las.

- Quando ela colocou os olhos por riba da areia e das rosas, suas faces enrubesceram, seus olhos se esgazearam e sua fala emudeceu. Recuperando-se, ela afirmou

– Compadre, a terra de origem deste punhado de areia e deste ramalhete de rosas é a Índia. Eu aprendi na minha escola de iniciação à bruxaria que lá, nos Açores, na terra dos nossos antepassados, as bruxas também costumavam roubar embarcações e fazerem estas viagens extraordinárias entre as ilhas e a Índia, em escassos minutos marcados pelos relógios do tempo.

Também aqui as mulheres continuadoras dos elementos diabólicos do reino de Satanás, cujas chefes enfeixam em suas mãos os poderes emanados Dele, praticam as mesmas peripécias.

Eu, compadre, afirmo-lhe com convicção certa de que as suas vidas, naqueles momentos, estiveram guardadas no repositório das minhas mãos. A bruxa chefe, que comandava a embarcação, tinha plena certeza da presença real de sangue humano dentro da lancha e, de vez em quando, ela chamava a atenção de suas comandadas para que investigassem onde estava o elemento que o possuía. Mas eu procurei sempre com muita altivez e precisão bruxólica, atraí-las para pontos distantes que podiam atrapalhar nossa viagem, quais eram os cantares dos galos. Hoje o senhor vai saber com precisão que, dentro da sua embarcação, fazendo aquela viagem bruxólica entre a Ilha de Santa Catarina e a Índia, estavam as mulheres bruxas mais respeitáveis, misteriosas, prepotentes e malignas que vivem o reino rubro do rei Anjo Lúcifer. Se o senhor não foi trucidado por elas, agradeça à minha presença na sua lancha, metamorfoseada em bruxa, sentada no banco de popa na frente da gaiuta, onde se achava escondido” (Cascaes, 1950, 73-77).

Mal sabia eu que esta e tantas outras passagens mágicas e bruxólicas deste trabalho eram premonitórias. Começa o Luciano nas suas apresentações de trabalhos colóquios por me colocar em contacto com lendas e tradições dos Açores e da sua décima ilha, o estado de Santa Catarina no Brasil.

Vivia eu calmamente em Bragança, pensando que essa seria minha última aragem nesta circum-navegação que iniciei em setembro de 1973 ao ir para Timor, a que se seguiram depois Austrália, Macau e depois, definitivamente Austrália. Conhecia os extremos orientais do finado Império Português sem jamais vislumbrar necessidade ou razão de conhecer as suas franjas mais ocidentais plantadas no meio do Grande Mar Oceano, terra de Atlantes e de mitos, vulcões e terramotos. Bragança acabara de ser promovida a minha mãe, já que a segunda pátria seria sempre a Austrália, e a primeira era Timor-Leste pois quando me preparava para ali regressar foi selvaticamente invadida e colonizada pelo império javanês da Indonésia.

Mas o futuro é tudo menos o que nós prevemos e antecipamos e em maio de 2005 a minha mulher fica colocada numa escola dos Açores, que viemos conhecer em junho antes de nos mudarmos no mês seguinte. Depois, criamos em 2006 um segundo colóquio anual dedicado à açorianidade que vim a descobrir através da tradução de autores açorianos, lendo as suas obras e conhecendo-os pessoalmente. Não faltou muito para que os colóquios tivessem a sua primeira saída para o estrangeiro que nos iria levar ao Brasil, a Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e – por fim – Florianópolis, em Santa Catarina em março 2010. Foi lá, com Vasco Pereira da Costa e outros autores, que estive nas baías que já conhecia pelos textos do Luciano

E passo a citar, de novo:

Havia um homem que era pescador e, quando chegava à calheta para deitar o barco ao mar, ele estava sempre alagado. Uma noite resolveu ir e foi vigiar para ver se apanhava a pessoa que andava com o barco. Escondeu-se dentro dele e botou uma serapilheira por cima de si. Dali a bocado grande, viu entrar duas raparigas e cada uma pegou no seu remo e foram a remar pelo mar fora. Chegaram à Índia, arrumaram o barco lá num canto e meteram por terra dentro. O homem estava lá escondido e lá ficou. Não levou muito tempo. Elas no barco. Quando vinham de viagem, uma vira-se para a outra e diz assim: Rema para lá que é quase de manhã! Rema para lá que é quase de manhã! – e a manhã já a luzir.

E o homem dizia lá consigo:

-Ai se me dá a tosse, ai se me dá a tosse...

Ele vinha abafado com a saca por cima de si mas nunca tossiu.

Elas traziam três pedras brancas e umas vagens e, quando chegaram a terra, esqueceram-se delas dentro do barco. E o homem assim que as apanhou pelas costas, botou a mão às coisas e veio para cima. Foi mostrar aquilo aos amigos para provar a eles que tinha ido numa noite à Índia a mais as feiticeiras
(Altares, Terceira - Açores)

Vi os ancoradouros daquelas barcas lendárias em mar calmo e melancólico, no Caminho dos Açores rumo a Santo António de Lisboa, vi as pedras antropomórficas em que se haviam transfigurado as bruxas, entendi as lendas que foram desde as ilhas açorianas até ao Atlântico sul e comecei a entender melhor que Santa Catarina era, de facto, uma décima ilha dos Açores.

No 11º colóquio na Lagoa 2011 apresentou ***A ILHA NO IMAGINÁRIO POÉTICO DE TEMÁTICA AÇORIANA***. Depois seguiram-se mais temas da açorianidade, o seu livro das fábulas e tantos outros temas interessantes ao longo destes anos que tornam a sua escrita lávica em poesia é disto que falo quando ele as decidiu juntar em livro que ora vem dar à estampa em Lusofonografias, Ensaios pedagógico-literários

As imagens que tem estado a passar são um mero testemunho da passagem do Luciano pelos nossos eventos. A mim nada mais me resta dizer a não ser leiam, deixem-se enlevar pela magia bruxólica da escrita do Luciano como eu me deixei. Digo isto não como um crítico nem apresentador desta obra, mas como um amigo, quase irmão, deste excelente contador de estórias que é o Luciano Pereira que merece ser lido e publicado mais vezes, em vez de permanecer dolente nas páginas das Atas, Anuários e Revistas destes nossos Colóquios da Lusofonia.



11. MARIA DO SOCORRO PESSOA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO. BRASIL

TEMA 3.5. A PRÁTICA DA LUSOFONIA ENTRE NATIVOS E NÃO-NATIVOS DA LP (EM LÍNGUA PORTUGUESA), MARIA DO SOCORRO PESSOA, LEIP – LABORATÓRIO DE INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO EM PORTUGUÊS, SOPESSOA@GMAIL.COM, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, PORTUGAL

Este texto resulta de uma investigação sobre a diversidade e pluralidade da Língua Portuguesa em uma das fronteiras Brasil/Bolívia, dividida geograficamente pelo Rio Mamoré e seus afluentes. O estudo insere-se na área da Sociolinguística e tem como objetivo principal promover reflexões sobre o exercício da Lusofonia entre Nativos e Não-Nativos de Língua Portuguesa, especialmente na fronteira do Estado de Rondônia (Brasil) com a Bolívia. Escolas e sociedade deveriam considerar a diversidade populacional daquela região. As culturas diversificadas nas margens dos rios Amazônicos são fontes de investigações que atraem pesquisadores e pessoas interessadas nas particularidades características de ribeirinhos, quilombolas, indígenas, povos da floresta em geral, migrantes e imigrantes que ali habitam. Como diz Moita Lopes (2013, p. 27), sobre a ideologia de senso comum de um Brasil monolíngue, no qual se fala somente português, deixando de lado as 274 línguas indígenas e os usuários de LIBRAS, esse monolinguismo cai por terra quando se pensa na região Amazônica, particularmente sobre Guajará-Mirim/Guayaramérin, locais que marcam a fronteira Rondônia/Bolívia. Justifica-se investigar porque os rios Amazônicos, vias de comunicação, locomoção e comércio, transportam, também, lendas, costumes, tradições, religiosidades, falares e pormenores socioculturais, transformando Guajará-Mirim num caldeirão, sempre em ebulição, onde fervilham culturas, folclore e nuances particularizadores da vida daquela população, quer seja nas escolas, na sociedade em geral, nas instituições locais, promovendo por meio de seus habitantes, todas as razões possíveis para que não sejam ignoradas as atitudes linguísticas e os comportamentos socioculturais que podem, ou não, promover, expandir e dinamizar o uso da Língua Portuguesa de modo que se privilegie a aproximação e não o afastamento entre as populações. Nossa metodologia orienta-se nas diretrizes da Sociolinguística, discutindo a interação entre Língua, Cultura e Sociedade. Palavras-chave: Língua Portuguesa; Diversidade; Pluralidade Linguística; Nativos e (Não) Nativos; Sociolinguística.

1. Nota Introdutória sobre Lusofonia

O exercício da Lusofonia na Região Norte do Brasil, mais propriamente no Estado de Rondônia, iniciou-se a partir do século XVIII, já com a Língua Portuguesa em contato com as línguas nativas. Como se sabe, a região que forma hoje o Estado de Rondônia começou a receber pessoas de outras civilizações não indígenas, com as expedições que vinham em busca de metais e pedras preciosas. Pelo Tratado de Tordesilhas todo o Estado de Rondônia pertencia à Espanha. Com a penetração das Bandeiras e o mapeamento dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, no período de 1722 a 1747, houve uma redefinição dos limites entre Portugal e Espanha, realizada através dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. A partir daí, Portugal passou a ter a posse definitiva da região e a defesa dos limites territoriais.

Das expedições que exploraram o Portal da Amazônia, como é conhecido o Estado de Rondônia, por esta época, as mais conhecidas eram chamadas de “Entradas e Bandeiras” (1637), patrocinadas pela Coroa Portuguesa ou por comerciantes interessados na expansão de novas mercadorias e na mão de obra escrava indígena. Ao chegarem pelos vales dos rios Madeira, Mamoré e Guaporé, perceberam o possível potencial da área para o extrativismo mineral, além de produtos vegetais que foram conhecidos como “drogas do sertão”. Tais produtos conquistaram o mercado europeu, o que incentivou cada vez mais a busca e a ocupação da região amazônica. Decidira-se, assim, e sem uma consciência elaborada para tal, a implantação do processo Lusófono às margens dos rios Amazônicos e no seio da imensidão da Floresta Amazônica, no Norte do Brasil.

Neste texto, portanto, Lusofonia é conceituada, não apenas por processos de implantação e expansão da Língua Portuguesa, mas também pelas formas de Criação e de Identidade que marcaram o processo de colonização portuguesa na região Norte do Brasil, particularmente na fronteira do Estado de Rondônia com a Bolívia. Considera-se, inevitavelmente, a grande diversidade e pluralidade linguístico-cultural que envolve este processo de exercício e prática da Lusofonia, onde os usuários da Língua Portuguesa são, inicialmente, minoria linguística às margens dos imensos rios amazônicos, povoados por indígenas de diversas etnias.

Acredita-se que a Lusofonia diz respeito apenas aos que falam, escrevem e trabalham a Língua Portuguesa, independente de suas etnias, religiosidades ou nacionalidades, embora, etimologicamente, “Lusofonia” signifique “fala dos lusos”. Acostumamo-nos a entender “Lusofonia” como um diálogo que tem ocorrido no conjunto dos países de língua oficial portuguesa e suas correspondentes identidades culturais. Nesse sentido, nosso entendimento vê a Lusofonia no quadro de uma Cultura de Língua Portuguesa nos termos em que propôs Agostinho da Silva, numa entrevista histórica que deu ao Programa Zip-Zip da RTP, Portugal, em 25 de Agosto de 1969, numa altura em que Portugal detinha o poder colonial de alguns países, hoje já independentes, e que ajudam a formar a CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

A Lusofonia, portanto, abrange, naturalmente, não só o território Português, mas também o Brasil, outros territórios pelo mundo e, no futuro, porque já faz-se visível a expansão dessa cultura portuguesa, provavelmente outras nações terão todo o interesse em divulgar, com o Brasil e com Portugal, o instrumento cultural que a cada dia tem unido povos de imensa diversidade sócio-linguístico-cultural, a Língua Portuguesa. Nesse sentido, estudar, investigar as raízes dessa Língua, seu modo e caminhos de expansão, talvez seja um importante passo para compreender sua trajetória no tempo e nos espaços por onde circulou e/ou circula, difundindo, entre outros feitos, a relevância da Lusofonia para o mundo. Estes primeiros conhecimentos aqui registrados, como se pode verificar, já marcam o início identitário da cultura Lusófona na região Norte do Brasil.

Culturalmente, entendemos o espaço lusófono no contexto da materialização da ideia do V Império, tal como o definiu o Padre António Vieira primeiro, e Fernando Pessoa, depois, conjugando o sonho utópico com um projeto de uma cultura de língua portuguesa. Sem dúvida, um projeto grandioso, exaltante, a ser realizado como algo que se pode sonhar. Um sonho fabuloso, uma utopia que, se observarmos atentamente, tem-se tornado realidade, apesar de toda a pluralidade linguística que envolve a Língua oficial do Brasil.

Aprendemos com o Professor Luís Aguilar, grande estudioso da Lusofonia que, pode-se pressupor que a Língua Portuguesa é o primeiro passo para a consolidação e afirmação do espaço da Lusofonia, já que ela é o denominador comum e traço de união de comunidades e países com vínculos históricos e patrimoniais comuns. Considerando, por outro lado, que a língua é inseparável da cultura, segundo o professor Aguilar, é preciso que um povo ou um país tenha relações fortes com o português, quer como Língua Materna quer como Língua Oficial, para desenvolver uma identidade lusófona. Com efeito, é a língua que une os países e os falantes de Português que fazem, potencial ou realmente, parte da Lusofonia.

2. Expansão geográfica e cultural da Lusofonia

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

Parece relevante esclarecer que, o espaço lusófono abrange os cinco continentes e, por isso mesmo, está sujeito a uma grande diversidade linguística, racial, religiosa, de costumes e de tradições que a língua manifesta. Uma língua comum é, assim, o primeiro passo para se poder sonhar e teorizar o universo lusófono. Nesse sentido, segundo esse grande pesquisador, Professor Aguilar, esse fator de unidade fundamental, a nível mundial, encontra tormentas várias: só em três países da CPLP (Portugal, Brasil e Angola) o Português é a Língua Materna, falada pela totalidade ou por uma maioria significativa da população, enquanto, nos outros países da CPLP, o Português é uma Língua Segunda.

Na Guiné-Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor fala-se, principalmente, os crioulos portugueses, as línguas africanas ou asiáticas como línguas maternas. Fora da CPLP, o português permanece como qualquer outra língua. Tem-se confirmada, assim, a tese de que a língua é o critério fundamental para definir o espaço lusófono, ou porque é falada por uma maioria significativa de pessoas, ou porque é um elemento importante do passado de um país que deixou vestígios significativos (línguas crioulas portuguesas, documentos oficiais da administração, folclore, monumentos, entre outros), o que nos leva a confirmar que a Língua Portuguesa é o instrumento e o veículo máximo de expansão da cultura Lusófona, bem como o instrumento essencial da criação de processos históricos e identitários dos povos que a utilizam.

Como a língua é o traço mais marcante de qualquer cultura, ela funciona como um elemento central da identidade de um povo, instrumento pelo qual o conhecimento tradicional desse povo é repassado de geração para geração (LARAIA, 1993). E, a questão torna-se persistente quando imaginamos outros povos, outras culturas e outras línguas. A pergunta persistente é: como exercer Lusofonia entre povos indígenas, de etnias diferenciadas, que não falam a Língua Portuguesa embora dela dependam para a sua integração no meio onde vivem?

Todos os aspectos culturais de um povo estão presentes na língua. Um falante é, praticamente, uma “enciclopédia”, com registros da sua história e das suas origens. Nesse sentido, parece-nos, a maior prática de Lusofonia entre povos não falantes de Língua Portuguesa é, por diversos meios, implantar, expandir e difundir essa língua que deu início à colonização do Brasil e, como é natural, nem sempre considerou os povos na construção da cultura e da sociedade amazônica. Nesse sentido, faz-se necessário lembrar como é a Sociedade Brasileira, a qual, como se sabe, é constituída por diversos povos, particularmente em regiões de fronteira como ocorre entre Rondônia e a Bolívia.

Desde que o Brasil foi “descoberto” está recebendo gente de todo o mundo, além dos indígenas que ali já viviam. Começou com os portugueses, e daí por diante, o território brasileiro foi habitado por representantes de inúmeras nações. Estes povos vieram por diversos motivos: conquistas de terras, conquista do poder, esperança de uma vida melhor, obrigados e escravizados para servirem de mão de obra, refugiados, homens à procura de aventura, entre vários outros motivos. Ao chegarem ao Brasil, cada grupo se fixou numa determinada região, como se pode encontrar, por exemplo, o grande número de descendentes de japoneses e de italianos no Estado de São Paulo, e muitos descendentes de alemães no Rio Grande do Sul. Com essas fixações, e com o tempo que já passou, a cultura local de cada região Brasileira pode ser considerada definida. Entretanto, há regiões no Brasil onde a cultura ainda está relativamente em formação, devido à grande diversidade de povos colonizadores, como é o caso da região Amazônica, no Norte do País. Com essa heterogeneidade, a cultura amazônica só pode ser peculiar, pois é influenciada por todos os povos ali representados e tem como base a cultura do caboclo, do índio, do ribeirão e do negro.

Com base nas informações de ROQUETE-PINTO (1938) e GONÇALVES (2005), sabe-se que a região que forma hoje o Estado de Rondônia começou a receber pessoas de outras civilizações, não indígenas, a partir do século XVIII, com as expedições que vinham em busca de metais e pedras preciosas. Pelo Tratado de Tordesilhas todo o Estado de Rondônia pertencia à Espanha. Com a penetração das Bandeiras e o mapeamento dos rios Madeira, Guaporé e Mamoré, no período de 1722 a 1747, houve uma redefinição dos limites entre Portugal e Espanha, realizada através dos Tratados de Madri e de Santo Ildefonso. A partir daí, Portugal passou a ter a posse definitiva da região e a defesa dos limites territoriais.

Para compreender a instalação da Lusofonia no Norte do Brasil é necessário compreender que, o processo migratório na região Amazônica ocorreu, primeiramente, no primeiro ciclo da borracha, durante o império de D. Pedro II, quando os nordestinos, fugindo da seca, migraram para a região e lá trabalharam até os primeiros anos do século XX. Essa migração só cessou quando o Sudeste Asiático teve sua produção de borracha mais barata que a amazônica.

Outro período migratório ocorreu no segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos precisavam do Látex brasileiro, então aconteceram os Acordos de Washington (1942). Nessa ocasião, o governo Getulio Vargas, do Brasil, lançou uma campanha que levou, novamente, os nordestinos para a Amazônia. Para facilitar o comércio da borracha decidiu-se construir uma estrada de ferro, a histórica Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. Dessa migração surgiram duas cidades: Guajará-Mirim, que pertencia ao Estado do Mato Grosso, e Porto Velho que pertencia ao Estado do Amazonas. Estas cidades foram criadas nos extremos dos trilhos da ferrovia e seu crescimento ficou a cargo dos seringueiros, além dos ferroviários, dos membros da linha telegráfica de Rondon e dos extrativistas em geral. Por causa da construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré houve necessidade de importação de mão de obra, aumentando o contingente populacional da região. É a continuidade da grande miscigenação Amazônica, com a Língua Portuguesa adentrando-se entre as línguas indígenas e as línguas dos que chegavam de outras terras.

Segundo MENEZES (1988), dentre os principais povos estrangeiros que imigraram para a Amazônia estão os imigrantes Turcos, Sírios, Gregos, Libaneses, Italianos, Indianos, Cubanos, Porto-riquenhos, Barbadianos, Jamaicanos, Chineses, Hindus e outros, imigração essa que transformou o trecho Porto Velho/Guajará-Mirim em região cosmopolita. A descoberta de minérios, principalmente a cassiterita no Portal da Amazônia, aumentou, demasiadamente, o processo migratório.

O último grande movimento migratório para a Amazônia, segundo GÓES (1996), ocorreu a partir da abertura da Rodovia denominada BR-364 que, na década de 1970, passou a ligar o Portal da Amazônia às outras regiões do Brasil, inclusive favorecendo a migração dos povos do Sul do País para Rondônia. A maioria dos povos do Sul, como se sabe, são nativos ou descendentes de alemães, ucranianos, poloneses e italianos. Na mesma época desse fluxo migratório ocorreu a implantação dos projetos de colonização e reforma agrária patrocinados pelo Governo Federal, na prática de uma política de suposta integração nacional, com doação de terras para quem desejasse vir habitar, povoar e colonizar a imensa área de matas e de populações tradicionais – indígenas, ribeirinhos, quilombolas - existentes nesse Norte do Brasil. Esses acontecimentos permitiram a migração de inúmeras famílias procedentes, também, de outras regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Centro Oeste e Nordeste.

Como pode observar-se, os fatos históricos expostos neste texto confirmam que, é inquestionável a multiculturalidade da Amazônia. Tal multiculturalidade, aliada às dificuldades de uma sociedade em construção de todos os matizes: social, econômico, habitacional e cultural, como é óbvio, propiciaram situações imensamente conflituosas nos locais onde as populações todas se fizeram representar: as salas de aulas das Escolas Públicas. O maior conflito? As aulas de Língua Portuguesa e as aulas das séries iniciais do Ensino Básico, pois é aí que se consolidam os processos de implantação e expansão da Lusofonia. Comunicação precária, compreensão angustiante, crianças deprimidas, professores exaustos, desanimados.

Na escola, quando se trata do Ensino de Língua Portuguesa, como Língua Materna, professores e alunos interagem linguisticamente em condições sociais concretas que, segundo BOURDIEU (1996, p. 32), funciona como um mercado linguístico onde se constrói a legitimação da língua oficial, que, sendo obrigatória em espaços oficiais, *“torna-se a norma teórica pela qual todas as práticas linguísticas são objetivamente medidas”*. Ainda de acordo com BOURDIEU (1996), na comunidade pedagógica, cabe ao professor refletir sempre a cultura e a linguagem legítima.

No entanto, essa comunicação está fundamentada em bases desiguais, visto que os alunos das classes dominantes chegam à escola em condições de usar o “capital cultural” e o “capital linguístico escolarmente rentável”, já que estão familiarizados com eles em seu grupo social. Já os alunos das classes populares fracassam ao chegarem à escola, em função de sua linguagem ser considerada não reconhecida socialmente. O fato de não dominarem a linguagem da escola reflete na incapacidade de compreensão e expressão na comunidade pedagógica. Nesse sentido, a escola não deve contribuir com a desvalorização dos modos de expressão populares, realizando ações que, no mínimo, evitem os preconceitos linguísticos e implantem, com eficiência e eficácia, a Lusofonia que se pretende, integradora e acolhedora. De acordo com GONÇALVES (2005), o morador ribeirão, também denominado pejorativamente como “beradeiro”, é alvo de estereótipos, considerado portador de uma cultura primitiva e marginalizada. Em suas práticas é possível perceber diversas culturas vindas de vários povos indígenas, de imigrantes portugueses, de migrantes nordestinos e de populações negras. O Ribeirão possui um saber desenvolvido pela convivência com os rios e com a floresta. A pesca está muito presente no seu cotidiano, como também a agricultura e o extrativismo.

No Estado de Rondônia, a população ribeirinha experimentou, ainda, a exploração garimpeira e a exploração da madeira, cujas práticas provocaram grandes prejuízos ao meio-ambiente. Esse povo possui vários anos de experiências em manipulação de ecossistemas delicados e, além disso, adquiriram suas próprias formas de construir seus barcos e suas casas, adaptados às condições específicas da região. Segundo SILVA (2003), as casas dos ribeirinhos têm suas coberturas feitas de palhas trançadas; a culinária é rica em sabores de peixes, carnes, farinha d’água, tucupi e frutos da mata; o vocabulário comum é associado à língua Tupi, além de receber inúmeras contribuições linguísticas das populações negras, dos migrantes e imigrantes. Esses ribeirinhos acreditam e narram lendas da mitologia amazônica e, promovem, assim, a difusão da Língua Portuguesa do Brasil, caracterizada segundo a cultura de sua população, ou seja, plena de vários matizes, diversos dialetos e de inúmeras expressividades. É assim que se exerce, portanto, a Lusofonia, entre povos que nem sempre são falantes da Língua Portuguesa. Essa identidade cabocla é, sem dúvida, uma Lusofonia cultural, que retrata o modo de ser e de estar no cotidiano Amazônico/Amazônida.

Diante do quadro populacional no/do Portal da Amazônia, parece ser inadiável a discussão de propostas alternativas para o ensino de Língua Portuguesa, como se vê, Materna e Não-Materna, simultaneamente. Talvez este seja um grande passo para o exercício e prática da Lusofonia na Amazônia.

A miscigenação, portugueses e indígenas, deu origem à família amazonense, cujo tipo humano é o caboclo. Segundo Meireles Filho (2004:125), entre os muitos migrantes que ocorreram à Amazônia em busca do “ouro negro (a borracha”, o nordestino tem um papel preponderante. [...] De 1870 a 1912, por quatro décadas, 300 mil nordestinos são levados à região. [...] Além disso, inúmeros estrangeiros, entre portugueses, sírios, espanhóis, ingleses, são atraídos para ocuparem as posições mais qualificadas no comércio e nos serviços, especialmente nas áreas urbanas. À miscigenação, assim se refere Souza (2001: 93): *‘invólucro biológico que a miscigenação inventou para enfrentar a região considerada insalubre ao homem branco’*. Seria, pois, uma espécie humana preparada, biologicamente, para viver na floresta.

Ainda no aspecto de povoamento da região, Santos (2002: 46) afirma que, o Marquês de Pombal adotou a medida de instituir uma companhia de comércio que funcionou durante vinte e dois anos (1755-1778), com as finalidades de introduzir escravos africanos a crédito, dinamizar a agricultura e de incrementar o comércio na região, além de promover o povoamento através da imigração de casais açorianos. A Companhia Geral do Comércio de Grão-Pará introduziu a cultura do café, cacau, arroz e outras. Após anos de instalação e povoamento, Collyer (1998: 87), afirma: *“após a Proclamação da Independência do Brasil, o Amazonas esperou vinte e sete anos, para se tornar Província”*. Nesse sentido, Collyer (ib.: 87) afirma que, um movimento revolucionário irrompido em 1832 demonstrou a insatisfação do povo amazonense contra a subordinação ao Pará.

Havia um forte sentimento de independência, pois seria impossível aos governantes paraenses administrar satisfatoriamente o Amazonas, que ficava sempre em segundo plano, e como se sabe e é visível, a extensão geográfica do Estado do Pará e do Estado do Amazonas impossibilita uma administração pelo menos razoável, especialmente considerando-se as precariedades para a locomoção das pessoas. Para desenvolver o Estado do Amazonas, Souza (2001:211) afirma que, a partir de 1967, um decreto presidencial transformou Manaus em Zona Franca, imediatamente instalando uma série de indústrias e anunciando uma oferta de quarenta mil empregos.

No que toca à divisão do trabalho, as indústrias da Zona Franca operavam as fases finais de montagem e acabamento do produto. Fases que exigiam um número maior de mão de obra. Aproveitando a legislação, essas indústrias se estabeleceram numa área da cidade de Manaus, no chamado Distrito Industrial, onde receberam terrenos a preços irrisórios, totalmente urbanizados, como nenhum conjunto habitacional supostamente para pessoas de baixa renda recebeu. E, assim, entrou em atividade um parque industrial de beneficiamento produzindo em toda sua capacidade e operando numa área onde as facilidades eram, na verdade, uma conjuntura favorável, inclusive expandindo e dinamizando o uso da Língua Portuguesa, retrato da Lusofonia, pois ali aumentava a pluralidade linguística e a diversidade cultural da Língua Portuguesa do Brasil.

Considerações finais

A partir das reflexões proporcionadas por este texto, faz sentido afirmar que a Amazônia e os Amazônidas fazem parte de um processo de integração com o restante do Brasil. Na história do Povo Amazônico, é observável que a Amazônia foi uma das últimas regiões a ser colonizada e que ainda há necessidade de fazer parte de inúmeros projetos de integração, como por exemplo, nas esferas econômica, tecnológica, científica e cultural. Isso fica claro através dos debates nacionais e internacionais sobre a Amazônia.

Para que os amazônidas estejam situados nesse debate é preciso que eles estejam conscientes da biodiversidade da região, bem como das potencialidades sociais, culturais e linguísticas capazes de promover a aproximação entre os povos. Nesse sentido, os residentes do norte do Brasil já reconhecem e afirmam, segundo dados coletados em nossa pesquisa de campo que, a Língua Portuguesa é:

- a) Língua que bem recebe as pessoas;
- b) Língua da alegria;
- c) Língua do bom acolhimento;
- d) Língua da boa receptividade entre as pessoas.

Parece-nos que, afinal, a prática e exercício da Lusofonia entre falantes e não falantes da Língua Portuguesa é apenas uma questão de aceitação e de respeito ao Outro. Rondônia é conhecida, como já afirmou-se, como o Portal da Amazônia, portanto, integrada a todos os sabores e sabores de um novo modo de ser, de estar e de fazer. Aceitar o Outro significa aceitar a diversidade e a pluralidade em todos os seus nuances....E a Língua Portuguesa faz isso muito bem. Daí a diversidade, inclusive, da interpretação, do exercício e da prática da Lusofonia, até mesmo para os que ainda não tem o pleno domínio do que isso signifique.

BIBLIOGRAFIA
AGUILAR, Luís (2005). Luso-Afonias e Cultura da LP. Revista Continente, nº. 29.
AGUILAR, Luís (2007). A LP na Galáxia das Línguas do Mundo e no Ciberespaço. Consultado em 27.07.2016. Web site: <http://www.teiaporuguesa.com>
BOURDIEU, Pierre. (1996). A economia das trocas linguísticas; o que falar quer dizer. Tradução de Sérgio Miceli e outros. EDUSP, São Paulo.
COLLYER, Fernando (1998). Crônicas da História do Amazonas. Manaus: Calderaro.
GÓES, Hércules. (1996). Rondônia Terra de Imigrantes – Histórias de Sucesso. Ecoturismo, Porto Velho, 1996.
GONÇALVES, Carlos Walter Porto. (2015). Amazônia, Amazônias. 2 ed. Contexto, São Paulo, 2005.
LARAIA, Roque de Barros (1993). Cultura: Um Conceito Antropológico. 9 ed. Rio de Janeiro: Zahar.
Lopes, L. P. da M. (org.). (2013). O Português no século XXI. São Paulo: Parábola Editorial.
MEIRELES FILHO, João. (2004). O Livro de Ouro da Amazônia. Rio de Janeiro: Ediouro.
MENEZES, Esron Penha de. (1998). Território Federal do Guaporé – Retalhos para a história de Rondônia. Gênese, Porto Velho.
PESSOA. Fernando. (S/D). Livro do desassossego. Companhia das Letras, Rio de Janeiro.
ROQUETE – PINTO, E. (1938). Rondônia. 4 ed. Companhia Editora Nacional, São Paulo, 1999.
SANTOS, Francisco Jorge dos (2002). Além da Conquista. Guerras e rebeliões indígenas na Amazônia pombalina. 2ª ed. Manaus: EDU.
SILVA, Luiz Antonio da (2003). A Língua que Falamos: Português: História, Variação e Discurso. São Paulo: Globo.
SILVA, Agostinho. (1969). Entrevista. Programa Zip-Zip. RTP, Portugal, em 25 de Agosto de 1969
SOUZA, Márcio (2001). Breve História da Amazônia. Rio de Janeiro: Agir.
VIEIRA, Pe. Antonio. História do Futuro, vol. I (1953). Livraria Sá da Costa. Lisboa.



12. (MARIA) HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO.

TEMA 1. 4. A FAMÍLIA ZARCO DE RICHARD ZIMLER TRAZIDA A BELMONTE. HELENA ANACLETO MATIAS INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO

Revisita-se a obra do escritor Luso-Americano Richard Zimler quanto à temática Judaica, com intuits de trazer a Belmonte a Família fictícia (?) Zarco. Sobrevoando os documentos deixados pelo *Último Cabalista de Lisboa* no século XV, damos um salto a *Goa*, passando a uma reflexão sobre o século XIX, entrando em *Meia Noite* e a um passo mais atualizado no século XX, penetrando *A Sétima Porta* e desvendando os *Anagramas de Varsóvia*, culminando nos *Dez Espelhos*.

De um Auto de Fé lisboeta passamos a uma história de traições entre dois irmãos numa Goa multicultural; de uma família luso-escocesa no Porto do século XIX, passamos à Berlim do tempo da guerra e ao gueto de Varsóvia; terminamos com a obra mais recente de Richard Zimler olhando-nos nos “Dez Espelhos”.

Necessariamente de carácter sumário, esta reflexão pretende abordar a importância da temática dos Judeus na obra deste escritor contemporâneo que nos habituou a uma atmosfera de mistério e intriga, de sentimentos e paixões, de dor e humor e, acima de tudo, de aprendizagem pós-traumática.

Quanto ao ato da escrita, Richard Zimler afirmou numa entrevista a Eric Forbes.⁴⁸

Enquanto escrevia O Último Cabalista de Lisboa em 1992 compreedi que o que eu queria era ser escritor. Começava a escrever cerca das 8h30 da manhã e já eram 11 ou meio dia quando olhava para o relógio. Achei que me encontrava no centro do que eu pretendia. Em geral, quando uma pessoa perde a noção do tempo é porque essa pessoa encontrou aquilo que quer fazer. (Nossa tradução)

Richard Zimler é nova-iorquino de nascença, vê-se culturalmente como judeu, norte-americano, basquetebolista. Cresceu igualmente em Nova Iorque e estudou na costa leste. Trabalhou como cronista e jornalista na Califórnia, tendo vindo para Portugal em 1991, após a morte de um dos seus irmãos mais velhos, o qual faleceu tendo SIDA. Adquiriu a nacionalidade portuguesa em 2002 e é casado com uma pessoa do mesmo sexo, com quem vive desde 1989.

Foi professor de jornalismo na Escola de Jornalismo do Porto e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Atualmente a sua única atividade profissional é a escrita. Em relação à sua atitude perante a escrita e a qual é a sua profissão, Zimler afirmou na mesma entrevista a Eric Forbes:

Tenho de me sentir apaixonado pelas minhas personagens e temas para escrever um livro. Essa paixão dá-me a energia necessária para me sentar ao computador oito horas por dia durante três anos ou mais. Seria completamente incapaz de escrever um livro só para agradar a alguém ou tentar incluir-me numa moda literária. Acho que isso é uma limitação (...) Quando escrevo um romance histórico, sou capaz de contar uma história muito específica e pormenorizada, mas também de explorar grandes temas como a escravatura, como fiz em Meia Noite, ou o efeito de um sistema político repressivo no amor e na amizade, como fiz em O Guardião da Aurora. A distância do tempo recente ajuda-me a alcançar esse foco abrangente. Também adoro ler livros de História, portanto a investigação é uma mais valia. (Nossa tradução)

A atividade literária de Richard Zimler tem tido como resultado a publicação de uma obra por ano, aproximadamente, e os seus romances vão desde investigações históricas aturadas, tais como *Meia-Noite ou o Princípio do Mundo*, passando pela saga Zarco, até histórias mais bem-dispostas, como é o caso de *Strawberry Fields Forever*.

Em relação à primeira obra que Richard Zimler publicou em Portugal no ano de 1996, pela editora Quetzal e que esteve no topo de vendas, *O Último Cabalista de Lisboa*, podemos afirmar que uma consideração crítica de *The Last Cabbalist of Lisbon* permitirá o reconhecimento da necessidade, proposta por Richard Zimler, de vinculação da identidade pessoal a uma identidade de grupo, nomeadamente à identidade do grupo dos judeus norte-americanos.

Se, por um lado, o Ciclo Sefardita e *Anagramas de Varsóvia*, bem como *Os Dez Espelhos de Zarco* versam a temática dos Judeus, *Ilha Teresa* e *Trevas de Luz* abordam por seu lado a temática da homossexualidade. Os âmbitos em que as ações decorrem são no primeiro caso de carácter histórico, enquanto que, no segundo caso as ações se desenrolam na contemporaneidade.

Os temas dominantes da obra Zimleriana são, por um lado a questão dos Judeus e, por outro, a questão dos Homossexuais, numa sistematização talvez algo redutora, mas que para os propósitos de argumentação que se seguem titulará a nossa análise de algumas obras Zimlerianas que merecem referência neste âmbito. Fazendo a ligação das temáticas dessas obras com aquilo que nos parece ser a ideologia de um escritor interventivo na sociedade civil, passemos de imediato a uma referência a mais uma outra obra do Ciclo Sefardita: *Goa ou O Guardião da Aurora*.

Goa passa-se nesta antiga colónia portuguesa. A religião Judaica, o Jainismo, a religião Católica e as perseguições dos Judeus pela Inquisição são de novo a envolvente temática deste romance. Existe uma intriga amorosa em que Tiago é a personagem principal; as lições de vida da Ama Indiana; um relato de traição familiar...

Há toda uma envolvimento que nos transporta para o “exotismo” dos territórios longínquos da Europa, onde as pessoas são o resultado dos contactos culturais entre os portugueses e as populações autóctones. Além de *O Cabalista*, também *Goa ou O Guardião da Aurora* fala ao leitor de Autos-de-Fé e prisões ordenadas pela Santa Sé enquanto se investigavam aquilo que eram consideradas “heresias”.

A saga da família Zarco no Ciclo Sefardita continua com *Meia-Noite ou O Princípio do Mundo* (2003)⁴⁹. De facto, esta é uma obra bastante extensa, apesar de ter sofrido longos cortes por parte do autor. A história desenrola-se em inícios do século XIX. A primeira parte do livro conta a vida do herói e das suas relações com Violeta e um amigo que misteriosamente desaparece nas águas do Rio Douro, episódio que aterroriza o pequeno burguês de origens anglófonas e judaico-portuenses.

É nesse contexto que Meia-Noite, um botânico bosquímano que vem com o pai do rapaz de África para a Europa, preocupado com a erradicação da varíola entre os seus, penetra no quotidiano da Família Zarco. Mas o retrato do Porto oitocentista não se poderia fazer sem referir as duas invasões das tropas napoleónicas: mais uma vez, os Judeus do romance têm de se esconder, pois são, desta feita, perseguidos pelos cristãos que os mantinham no gueto do Limoeiro. O protagonista vive na zona da Carvalhosa, não longe daquilo que eram os campos de Cedofeita. A História é referida em retrato da capital do Norte com as lutas napoleónicas, as lutas entre os portugueses e os espanhóis com os ingleses contra os franceses.

A segunda parte da obra versa o tema da escravatura. De facto, o herói vai para os Estados Unidos em busca de Meia-Noite e passa a haver um outro Narrador em alternância: a filha do Bosquímano. Depois da perda da esposa, do pai e do afastamento da mãe, o protagonista recupera a relação com Meia-Noite, quase recupera a relação com Violeta e há um regresso a casa, apesar do infortúnio de ter perdido um braço. O que importa aqui assinalar é que a obra é feita de encontros e desencontros, de paixões inconfessáveis e reencontros consigo próprios.

Quanto à obra *Os Anagramas de Varsóvia*, a temática do Holocausto dos Judeus no século XX preenche o interesse do leitor. É uma história de suspense, de mistério, de morte e ao mesmo tempo de redenção. O ambiente é pesadíssimo pois conta-se a vida no Gueto de Varsóvia e os estratégias que as pessoas têm de seguir para poder sobreviver sob condições sub-humanas. O contrabando, a traição, as amputações das crianças assassinadas para o estudo médico de experiências eugénicas são alguns dos temas que perpassam pela obra. Diz o portal oficial de Zimler sobre a mesma:

No Outono de 1940, os nazis encerraram quatrocentos mil judeus numa pequena área da capital da Polónia, criando uma ilha urbana cortada do mundo exterior. Erik Cohen, um velho psiquiatra, é forçado a mudar-se para um minúsculo apartamento com a sobrinha e o seu adorado sobrinho-neto de nove anos, Adam.

O narrador já faleceu, é um fantasma, um “Ybur” cabalístico que permanece na terra porque ainda tem um dever a cumprir — contar a sua história enquanto espírito que está no Além. Esta questão está relacionada com a técnica de esconder a verdadeira identidade das personagens através do jogo dos anagramas. Sobre a viagem de promoção de *Os Anagramas de Varsóvia* na Polónia, escreveu Richard Zimler em “A Tale of Two Polands”, em novembro de 2011 e que partilhou connosco por mail:

Apesar do aviso da Mãe assombrar os meus pensamentos, decidi ir. Apercebi-me de que o neto de Judeus polacos vir à Polónia promover um romance passado no gueto de Varsóvia levantasse polémica nos media quanto aos três milhões e meio de Judeus polacos que pereceram no Holocausto e no que poderíamos aprender com as suas mortes. A um nível mais pessoal, viajar pela Polónia dar-me-ia a possibilidade de visitar a cidade dos meus avós, um desejo secreto durante pelo menos as três décadas anteriores. Portanto, nos fins de novembro, tornei-me na primeira pessoa da minha família a percorrer as ruas de Brzeziny em quase setenta anos. E no domingo, a 20 de novembro [2011], mesmo quase ao meio dia, vi o que pensei nunca ver: a casa do meu avô. (Nossa tradução)

⁴⁸ <http://goodbooksguide.blogspot.com/2009/05/writing-life-richard-zimler.html>, consulta: 11/jul/2011.

⁴⁹ Sobre esta obra de Richard Zimler, existe uma crítica de Célia Vieira, já atrás referida, e que foi publicada no sítio web do próprio escritor; também foi essa Professora que apresentou o livro *Meia-Noite* no Ciclo de “Páginas do Porto - A Cidade nos Livros” na Biblioteca Municipal do Porto em 26 de novembro de 2011.

Numa paródia, quanto a nós, ao título do conto para a infância “A Tale of Two Cities”, em que as duas rãs se entreajudam para ver a cidade da outra, acabando por concluir que a cidade da outra é igual à sua, Zimler tece comentários sobre a situação da Polónia no Holocausto perpetrado pelos Nazis. A paródia não é assumida pelo autor, mas o jogo com os dois títulos é por demais para nós evidente quanto ao isolamento a que os seus familiares ancestrais viveram no gueto e quanto à simbologia do isolamento em que o Homem Moderno hoje vive. *A Sétima Porta* também se passa durante a II Guerra Mundial, mas em Berlim. A heroína, uma adolescente filha de um comunista e de uma dona de casa, convive com pessoas que, pelas suas características físicas, são consideradas aberrações. O irmão da heroína acaba por ser assassinado pelos nazis, pois sofre de uma deficiência mental. Este romance fala sobre a diferença, os marginalizados, a discriminação. Quanto a *Os Dez Espelhos de Benjamin Zarco*, podemos afirmar que dos sobreviventes do Holocausto há versões diferentes consoante os Narradores de cada capítulo.

À *Procura de Sana* é, por outro lado, um romance também polémico em que a questão do conflito israelo-árabe é analisada, mas segundo um pano de fundo quanto a nós, obviamente, ficcional: duas jovens, uma palestiniana e outra israelita crescem juntas em Haifa e tornam-se inseparáveis. Uma delas aparece morta na presença do escritor Richard Zimler, também ele personagem (?). Estas duas mulheres são personagens enigmáticas, frequentemente assumindo simbolicamente também identidades diferentes, trocando-as num embuste, enganando o Narrador e tornando-se uma delas também Narradora, confundindo o leitor, num jogo permanente, e simbolizando, quanto a nós, a ideia da necessidade premente da resolução cabal e definitiva da questão do conflito palestino-israelita, pois a amizade das duas jovens que cresceram juntas imperam na mensagem didática do romance.

A Persona Richard Zimler, escritor, no livro, encara-se como um jornalista de investigação que relata o percurso dessa análise obsessiva de “reportagem” (ou de um repórter que tenta expurgar um trauma de visualização de um suicídio através da catarse que a experiência do processo de investigação lhe traga). Julgamos que nesta obra não existe propriamente (só?) um narrador autodiegético. Na realidade, existe um jogo entre o autor e o leitor. O leitor já não sabe quem está a falar – se é o Narrador, se é a Persona Jornalista e Repórter, se é o autor Richard Zimler. Há um pós-modernismo relevantemente latente nesta obra que ecoa um Paul Auster, se evocarmos “The New York Trilogy”, por exemplo, com os jogos de identidade.

Quanto a *Trevas de Luz*, isto é, a *Angelic Darkness*, existe também um jogo com o leitor: o Narrador, com o qual Richard Zimler afirma ter um qualquer tipo de implicação, já que na dedicatória declara ter “vivido este livro”, tem uma relação conturbada com Alexandra, a esposa com a qual viveu quatro anos. O narrador frequenta um psic/analista/ólogo/quiatra. A luz branca de *Trevas de Luz* é “de cólera.” “Medo de escuro para juntar à minha paleta de cores,” que leva às trevas. A Mãe do Narrador de *Angelic Darkness* é identificada com a imagem de uma bruxa num roupeiro e o Pai era um assassino psicopata que vivia debaixo da cama do Narrador, no dizer do próprio, quando fala de imagens que lhe povoam a mente. Para preencher a solidão e ultrapassar pelo menos algum do medo do escuro, em conversações com o psicanalista, decidem que deveria arranjar um inquilino, um hóspede, que partilhasse o espaço em que o Narrador vivia, ainda que não abdicando da sua privacidade em casa. Mas os primeiros candidatos são horríveis, no dizer do Narrador, o que o leva a uma depressão, deixando de se barbear e de tomar banho.

Jéssica, a colega de escritório é a figura feminina reconfortante para o Narrador e é identificável com a personagem Fiama de *Unholy Ghosts*. De “olhos pretos tristes, nariz largo que diz ter herdado de uma avó siciliana, cabelo castanho espesso e espetado como um porco-espinho” (p. 14). Mas Jéssica é uma mulher livre desde o seu próprio divórcio e aconselha o Narrador a continuar a experimentar estar com outras mulheres, assim como ela faz com muitos homens, sem se importar. O Narrador desiste de Jéssica como sua confidente.

O irmão mais novo Jay é um recurso alternativo de telefonemas ao psicanalista. No dia 21 de junho, que aliás marca o início do verão (o Narrador escolhe dizer que sabia a data porque guardou o calendário na “esperança de reconstituir a sequência dos acontecimentos” - p 18), chegou o novo inquilino que se vem a saber é hermafrodita. A questão da identificação sexual dos sujeitos é votada à condição de ser dúbia ou polivalente, e, portanto, algo misteriosa. No entanto, no fim, essa revelação não resulta em trauma do protagonista.

Em relação a feições estilísticas, afirmou também Zimler:

Ser um escritor sgnifica dedicar-me a explorar a minha propria relação com as palavras e o contar da história. Significa pensar poeticamente, e colocar-me na pele e na mente de outras pessoas (e ver o mundo sob o seu ponto de vista). Significa tentar escrever os melhores livros que eu possa e comprometer-me contribuindo para o mundo através deles. (Nossa tradução)

Quando se pensa na herança cultural de um grupo étnico específico, neste caso concreto, no grupo de raízes judaicas no contexto norte-americano, a identificação do Eu pode traduzir-se na perpetuação de tradições passadas que almejam um futuro promissor para o grupo étnico dos Judeus Norte-Americanos. Richard Zimler tem-se autoproclamado com um “judeu laico”⁵⁰. Mas de que modo se poderá vincular o interesse de Zimler, representado nas componentes autobiográficas da sua escrita, na exploração das raízes da sua identidade no Velho Mundo (para onde se desloca) e atentar nas particularidades identitárias que definem os judeus norte-americanos?

Por um lado, definem-se por um forte sentido de comunidade (central às suas tradições culturais específicas); por outro lado, a ideologia de sucesso que está nos alicerces da cultura americana é de sucesso individual, propondo uma atomização social com base em percursos individuais e numa forte desconfiança quanto a desígnios coletivos que diluam ou abafem a individualidade. O próprio epíteto autoatribuído por Zimler de judeu-laico tem um recorte com componentes paradoxais: culturalmente, Zimler sente-se judeu, mas não pratica a religião. A perceção mais comum de Richard Zimler, em boa medida confirmada pela identidade pública que o próprio tem assumido, é a de que é um escritor judeu. No entanto, o próprio afirma algo jocosamente sobre si próprio:

*O meu pai era comunista e a minha mãe cientista. Deus era alguém que não entrava em nossa casa, nem pela porta dos fundos, pois a religião era ‘o ópio do povo’ para o meu pai e ‘algo irracional’ para a minha mãe. Assim, defino-me culturalmente como judeu, como português, como americano, como basquetebolista, judeu e laico.*⁵¹

Talvez o caso especial dos judeus enquanto grupo étnico não se possa representar em termos singulares: ninguém deve esquecer que existem os Sefarditas, os *Askenazis*, os Ortodoxos e os Reformadores; há, portanto, muitas variantes dentro do mesmo grupo étnico. No entanto, existe uma característica que tem um peso histórico em relação a todos os judeus, que se traduz na rejeição, e mesmo na perseguição. O anti-semitismo pode ter raízes antigas, com mais de 2000 anos, desde a morte de Jesus Cristo; e as perseguições podem ter nascido na Europa medieval, durante as crises da peste negra, quando os Judeus eram acusados de envenenarem os poços, já que o facto de se lavarem antes das orações mais frequentemente que os Cristãos resultava numa taxa de mortalidade mais reduzida do que entre estes e os Cristãos, que assim lhes atribuíam poderes sobrenaturais provindos de “pactos com o Diabo”, na sua ideologia e, portanto, com necessidade de punição. Além disso, convém não esquecer os Autos de Fé impostos pela Inquisição que na ideologia Católica era “a purificação pela carne”, os *Pogroms* judeus na Rússia durante o período Czarista e o Holocausto do século XX durante a II Guerra Mundial enquanto formas de genocídio. O sentido de pertença a este grupo étnico em especial está diretamente relacionado com o sentido do Eu, da identificação pessoal e da perseguição. Os dados constantes desta breve nota histórica estão diretamente relacionados com o sentido identitário de Zimler.

A psicologia da memória coletiva dos judeus norte-americanos enquanto grupo está marcada pela dor, pelo luto, pela resistência e pela coragem. Sabe-se por entrevistas em fóruns públicos, nomeadamente na televisão portuguesa, que a mãe do autor Richard Zimler, Ruth, chegou a simpatizar com a prática judaica e que o autor não é indiferente a este pormenor da identidade familiar. Frequentemente a autoidentificação está relacionada com a preservação de características antropológicas, étnicas e sociológicas e das características da tradição do grupo – e neste sentido, pode-se apontar que Zimler faz reviver, ou recupera, memórias dos judeus portugueses no seu Ciclo Sefardita, constituído pelo *Cabalista*, *Goa* ou *O Guardião da Aurora*, *Meia-Noite* ou *O Princípio do Mundo*, *A Sétima Porta* e os *Dez Espelhos de Benjamin Zarco*. Em *Anagramas de Varsóvia* “devolveu o estatuto de pessoas singulares, únicas, aos judeus do gueto da capital polaca”, no seu dizer durante a Fliporto, em 2010, em Pernambuco.

Em *O Último Cabalista de Lisboa*, para conquistar um público lusófono que esteja interessado nas relações históricas entre Cristãos e Judeus, Cripto-Judeus, particularmente na época do massacre concretizado no Auto de Fé ocorrido em Lisboa no século XVI, Richard Zimler criou um enredo que não é apenas um reconto factual do que aconteceu na época; é também, mas não unicamente, uma história de amor entre Berequias Zarco e a sua amada e uma história de *suspense* com investigação criminal.

De facto, o velho Abraão Zarco, cabalista de Lisboa, ensina e inicia o seu sobrinho no conhecimento da Cabala e acaba sendo assassinado juntamente com uma jovem na sua própria casa, numa dependência em que o fechar da porta é unicamente possível pela parte de dentro. As dúvidas e o mistério que envolvem o desaparecimento do tio levam Berequias a envolver-se amorosamente, enquanto o mundo à sua volta se desmorona com a perseguição, prisão e “purificação” dos corpos dos judeus em vida, sendo esta uma queimada em praça pública durante um Auto de Fé coletivo na capital portuguesa. O lastro de preocupações históricas, éticas e políticas que Zimler invocou para o seu romance mais conhecido é uma das dimensões de maior importância que o tradutor de qualquer texto seu terá de ter presente enquanto autor e agente proativo. A reputação crítica que envolve o autor, afirmamos, não pode deixar de assinalar a identificação com a questão dos Judeus.

⁵⁰ Vide, inter alia, sessão de “Páginas do Porto”, em 26 de novembro de 2011, na Biblioteca Municipal do Porto, organizada pela Sociedade Portuguesa de Autores e entrevista no programa da RTP2 “Câmara Clara”.

⁵¹ Na já citada sessão de “Páginas do Porto”.

Pág. 64

<http://coloquios.lusofonias.net/XXXI/> 64

Huiping Wu afirmou relativamente à questão da noção de Poder, já que Zimler abordou as perseguições étnicas dos Judeus e nós advogamos que as minorias devem ter os seus direitos de igualdade com a maioria reconhecida.”A língua e a política estão intrinsecamente ligadas e a política da língua, mesmo até de instituições internacionais, é definida pelas relações de poder e pelo equilíbrio político, económico e cultural” (Nossa tradução de Wu, 2004:110). Estas relações de poder também têm vertentes de identidade cultural, levando à perceção de interseções produtivas entre literatura e etnicidade como as formas desse equilíbrio de poder. Com o Ciclo Sefardita, Richard Zimler identifica-se com os judeus portugueses que sofreram perseguições e, de uma maneira geral, Zimler define-se culturalmente como judeu norte-americano.

Se Richard Zimler é um bom exemplo da identificação de um grupo minoritário, se *O Último Cabalista de Lisboa* (primeira obra de Zimler publicada em Portugal e que definiu todo o seu Ciclo Sefardita) é o retrato de uma tradição étnica concretizada em prosa ou se a reação do público leitor e dos críticos é responsável pela imagem autodefinida/autodefinidora da identificação do autor e da obra de arte, todas estas são pistas de reflexão que fornecem material interessante. (Elizabeth Rosner, San Francisco Chronicle, 14 de agosto de 2011) ⁵²

O autor Richard Zimler tem sido chamado com mérito “Um Umberto Eco americano” e tem correspondido aos seus altos níveis. Com o seu romance recente [à data] Os Anagramas de Varsóvia, não só alcança esses níveis, mas ultrapassa-os. Partindo o coração, inspirando e sendo inteligente, este mistério apresentado no gueto Judeu infame da Segunda Grande Guerra merece um lugar entre as obras mais importantes da Literatura do Holocausto (Nossa tradução).

Os dados da receção de Richard Zimler evidenciam um considerável sucesso de público e crítica, mas não chegarão, porventura, para que possa prontamente ser considerado um autor canónico. Na realidade, a academia, à qual o autor já pertenceu quando era Professor de Jornalismo na Escola de Jornalismo do Porto e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, ainda lhe não conseguiu conceder o lugar que merece como objeto dos Estudos Literários.⁵³ É nesta senda de legitimação canónica que nos situamos. Elizabeth Rosner, numa crónica de domingo, no *San Francisco Chronicle*, em 2011, viu o autor Richard Zimler como um “Umberto Eco americano”. Este é um atributo muito elogioso, devido à comparação com este escritor justamente reconhecido. Esta cronista referia-se em particular à obra *Anagramas de Varsóvia*, de 2009; mas certamente que a obra de Zimler no seu todo terá sido a causadora de tal epíteto, segundo a nossa visão. Nesta crónica, Rosner refere também *O Último Cabalista de Lisboa* como sendo uma obra *pivot* no lançamento da carreira literária de Zimler e que lhe granjeou a conquista de muitos leitores europeus.

Um outro exemplo de reconhecimento que eleva o estatuto de Richard Zimler a tornar-se, de uma forma progressiva, canónico, chega-nos da parte de Célia Vieira. Para esta docente da Escola Superior de Música e Artes do Espetáculo, a escrita funciona como uma denúncia, geralmente, do esquecimento a que os perseguidos são votados pela História:

A obra [Meia Noite ou o Princípio do Mundo] persegue, pois, um ethos, e a escrita assume-se para Richard Zimler como uma denúncia: ‘É por isso que tenho de escrever estas coisas. Caso contrário, ninguém saberia nada de nós e isso seria a mesma coisa que sermos engolidos pela terra. Como se nunca cá tivéssemos estado.’ (Célia Vieira)

Nesta opinião, citada no portal oficial do escritor, (p. 294, em dezembro de 2011), Vieira analisa a obra *Meia-Noite ou o Princípio do Mundo* na articulação das suas diversas partes e interpreta a dimensão da personagem principal, um dos da família Zarco que preenche grande parte dos interesses de Richard Zimler na sua obra, particularmente no seu Ciclo Sefardita, enquanto aquele que luta para que ninguém fique indiferente à perseguição de alguns por parte de outros:

Num universo povoado por perseguidos e perseguidores (Lourenço Reis persegue John e a sua família; os bushmen são perseguidos na África do Sul, por ingleses, holandeses e zulus; os portugueses são perseguidos pelos franceses) é necessário aprender a lutar contra o mal (a “Hiena”) que move os que perseguem, mas é também necessário passar de perseguido a perseguidor, aprender o poder do “Louva-a-Deus”, para perseguir e defender as crenças em que se acredita, ou seja, nas palavras do narrador, neste universo é preciso perseguir o mal até à própria morte e perseguir o bem para unir o que está separado (Vieira, p. 509).

De facto, também concordamos com a visão de Célia Vieira quando afirma que a escrita é uma denúncia. Na realidade, a escrita funciona como denúncia daquilo que a sociedade mais quer esquecer, que são os atropelos aos direitos dos marginalizados - no caso do Ciclo Sefardita, os esquecidos são os Judeus perseguidos pelos Cristãos. Mas às visões sobre o autor importa juntar como o próprio autor se vê a si próprio. Na entrevista que foi considerada por Richard Zimler numa mensagem de correio eletrónico, datada de 01 de dezembro de 2011, como sendo “uma das suas melhores de sempre”, o escritor afirmou sobre si próprio e a sua consciência do que aprendeu com a sua vivência em Portugal, enquanto seu país de acolhimento:

Eu não sabia que pessoas de países diferentes pensavam de maneira diferente dos Americanos acerca de todas as coisas importantes – a vida, a morte, o amor, o sexo, a solidariedade, a tolerância, etc. Levou muitos meses para que eu percebesse isso. E para perceber que há muitas formas válidas e legítimas para abordar todas estas questões da vida. (Nossa tradução)

Zimler referia-se em geral à sua vivência nos dois países pelos quais repartiu a maior parte da sua experiência de vida e aos costumes que o surpreenderam quando veio viver para Portugal. Uma outra obra das suas mais recente, mas que Zimler também aprecia muito devido às personagens Teresa e Angel, é *Ilha Teresa*. A temática é diferente da d’ *O Cabalista*, obviamente. *Ilha Teresa* conta-nos a história de uma jovem portuguesa em busca da sua afirmação em terras americanas e sobre a amizade com Angel que também é um inadaptado devido, este, à sua orientação sexual. Angel, no caso de *Ilha Teresa*, é um amigo brasileiro chamado Caetano que ostenta a alcunha de Angel porque os colegas de Liceu dizem que ele anseia por ser a Angelina Jolie, pelo facto de estar apaixonado por Brad Pitt. No fundo, Angel é o anti-herói, jovem homossexual espancado nos balneários por um colega e que é o confidente de Teresa. A vida dos adolescentes no Liceu ecoa séries juvenis de televisão, embora não seja propriamente um livro dedicado (só) aos jovens.

Entre os temas e âmbitos mais focados nas obras de Zimler destacam-se, por um lado, a errância dos judeus e a sua relação com a viagem enquanto aprendizagem; por outro, a importante temática da homossexualidade. Quanto à errância dos judeus, há a focar as raízes bíblicas da busca da Terra Prometida para se encontrar o verdadeiro Messias e a relação que este tema tem com a cultura norte-americana: também os Puritanos, quando chegaram ao Novo Mundo perseguidos numa Europa envelhecida procuravam fundar “a City Upon a Hill,” citada por Nathaniel Hawthorne, entre outros, no sentido em que queriam ser, por um lado, exemplos de moralidade e, por outro lado, chegar àquilo que simbolizava o Monte das Oliveiras ou o Jardim do Éden. A errância dos judeus está também relacionada com o largo historial de perseguições de que os judeus foram alvo, primeiro por parte dos egípcios, tendo aqueles depois fugido; depois, por parte dos cristãos desde que Jesus Cristo morreu na cruz até aos nossos dias, para apenas focar de novo as Inquisições espanhola e portuguesa, os *Pogroms* czaristas ou o Holocausto no século XX por parte dos nazis.

Relativamente à experiência do conceito de minoria por parte do autor, podemos apontar a minoria norte-americana dos Judeus que são a preocupação da maior parte dos romances de Zimler: o Ciclo Sefardita com as reflexões quanto à Família Zarco – em *O Último Cabalista de Lisboa*, *Goa ou O Guardião da Aurora* e *Meia-Noite ou o Princípio do Mundo* e *Os Dez Espelhos de Benjamin Zarco* – e a preocupação quanto aos Judeus Ashkenazis em *Os Anagramas de Varsóvia*. De facto, fizemos uma resenha da atividade do autor no que toca apenas aos seus romances – deixando de fora outros textos que poderiam ser produtivamente articulados com a temática proposta dos Judeus. Aí se incluem as suas traduções de Eugénio de Andrade (de um poema motivado por fotos de esquilos em Nova Iorque que o escritor enviou ao poeta português) ou do poeta Al-Berto e o seu livro de contos, *Confundir a Cidade com o Mar*, que não foram objeto da nossa análise.

Também uma publicação da Editora Caminho, de 2011, de uma narrativa infantil, *Hugo e Eu e as Mangas de Marte*, sobre a problemática do episódio histórico português da descolonização de Moçambique, em que Zezé, um menino moçambicano enviou um urso de pelúcia para Lisboa ao melhor amigo do seu Avô, entretanto já falecido, fazendo com que esse amigo regresse ao seu país natal em África, não foi aqui analisado.

Igualmente deixámos de analisar a curta-metragem de Solveig Nordlund, *O Espelho Lento*, baseada no conto do mesmo nome de Richard Zimler, incluído na sua coletânea *Confundir o Mar com a Cidade*. Nessa curta-metragem, o próprio escritor desempenha um papel e foi exibida na Fliporto de 2010, no Recife, capital do estado brasileiro de Pernambuco, com apresentação de Arnaldo Saraiva, quando o escritor fez uma sessão de autógrafos da sua obra *Os Anagramas de Varsóvia* publicada pela Editora Record no Brasil. Também *A Sentinela*, de 2013, da Porto Editora não foi analisada.

⁵² <http://www.sfgate.com/cgi-bin/article.cgi?f=%2Fc%2Fa%2F2011%2F08%2F12%2FRVI51K96PC.DTL>, consulta: nov/2011.

“Continuar a lutar depois de uma perda” é um princípio que Zimler segue ao mostrar personagens que, após uma perda traumática, têm a capacidade de continuar. Baseado na sua experiência de vida com o trauma da perda do irmão, uma personagem como Eric Cohen de *Os Anagramas de Varsóvia*, que perde a esposa, o filho e o sobrinho-neto no Gueto polaco, continua apesar de tudo a viver, mesmo no tempo da ocupação nazi. Estas são temáticas presentes em quase todas as obras Zimlerianas. A perda em *O Último Cabalista de Lisboa* é simbolizada no massacre de 2500 Judeus portugueses no Auto-de-Fé no Rossio no ano de 1506.

Quanto a nós, a perda em *Goa ou O Guardião da Aurora* é simbolizada na traição familiar da irmã de Tiago. Por sua vez, em *Meia-Noite ou o Princípio do Mundo*, para completar a noção de perda no Ciclo Zarco, Zimler constrói o enredo criando a aparente morte do bosquímano Meia-Noite. O impacto destas representações de perda na ficção de Zimler comprovou-se com um testemunho de uma leitora que declarou ao autor, durante a sessão na Biblioteca Municipal do Porto que “fez luto” quando chegou à parte do romance em que o protagonista se viu privado do seu professor africano de Botânica, após um encenado acidente de caça com o pai da personagem principal, pois a mãe tinha-se envolvido com o convidado da família luso-escocesa. A morte daquela personagem é simbolizada na perda física de um braço de John, mas a sua capacidade de continuar é simbolizada no reencontro com Violeta em Nova Iorque, a sua amiga de infância que fugiu para os Estados Unidos.

Já em *À Procura de Sana* a experiência de perda é logo marcada no início do romance, quando é descrito que o escritor Richard Zimler (personagem autoral) vê cair ao seu lado, na esplanada de um café na Austrália, durante um encontro de escritores em Perth, no meio de estilhaços de vidro, o corpo de uma bailarina de 50 anos que se suicidou atirando-se de um prédio.

Quanto a *A Sétima Porta*, a perda manifesta-se a em vários níveis: por um lado, a jovem berlinense perde a confiança no regime comunista, quando o pai se filia no partido nazi, com medo de retaliações à família, por outro lado, a perda do amigo do grupo do Círculo assassinado é causa da investigação policial por parte dela; no entanto, a perda maior é a do irmão Hansi que foi morto nas câmaras de gás por ter uma deficiência mental. A este respeito, foi precisamente a cena da morte de Hansi aquela que o escritor Richard Zimler confessou ter sido a mais difícil de escrever em toda a sua carreira literária. Mas falar de perda nos romances com a componente judaica não impede que se apontem características de sentimento de perda nas relações em romances cuja temática central é a Homossexualidade.

A perda em *Ilha Teresa (Strawberry Fields Forever)*, por exemplo, é evocada quando Angel e Teresa fazem a romagem ao Central Park, aquando da sua fuga, no dia 8 de dezembro, data em que o Beatle John Lennon foi assassinado. Esta perda reflete-se, no entanto, na separação cultural da experiência de emigração de Lisboa para os Estados Unidos da América, na qual a adolescente é protagonista.

Finalmente, em *Angels of Darkness (Trevas de Luz)*, a perda do protagonista consuma-se com a saída de casa da sua esposa, com o facto de o seu irmão não o apoiar, para além de o seu psicanalista não resolver o seu complexo de perda e depressão, a não ser com a sugestão de alugar de um quarto na sua casa. O hermafrodita que se muda para a sua habitação significa simbolicamente o reencontro, tal como o de Violeta com o protagonista de *Meia-Noite ou o Princípio do Mundo*.

Webgrafia
http://goodbooksguide.blogspot.com/2009/05/writing-life-richard-zimler.html jul/2011
http://www.sfgate.com/cgi-in/article.cgi?f=%2Fc%2Fa%2F2011%2F08%2F12%2FRV151K96PC.DTL , nov/2011..



13. PEDRO PAULO CÂMARA, ESCOLA PROF. APRODAZ, ESCRITOR, AÇORES

TEMA 1.4. ÊXODO: UMA AVENTURA SEM PRECEDENTES” PEDRO PAULO CÂMARA

A história literária da *Sagrada Escritura* é árdua de aclarar por razões diversas. Se, por um lado, os livros que a compõem são o resultado do génio criativo ou reprodutivo de mais do que um escriba ou contador de histórias, por outro lado, assume-se que a sua constituição, construída por partes de um mesmo todo, unificado, terá demorado, em alguns casos, anos, décadas ou até mesmo séculos, tendo sido as composições em questão submetidas a diversas revisões, acrescentos e exclusões. Não é possível olvidar que antes de se transformarem em documentos escritos, estes textos eram transmitidos por via oral, sujeitos, claro está, a influências, mutações e à subjetividade inerente a cada indivíduo.

Os livros que constituem a *Bíblia*, independentemente do seu cunho poético, pedagógico, profético ou sapiencial, têm particularidades e pertinência histórica: cada documento é condicionado pela linguagem; pela época; pelo espaço, pela cultura de origem em que foi escrito; pela etnia de quem o escreveu e ainda pela boca ou mão ou pensamento e visão do mundo individual de cada interveniente na sua concretização oral e manuscrita efetiva.

Encarando o *Êxodo* como obra literária, será que o mesmo poderá ser considerado como literatura de viagens?

Esta é a questão sobre a qual nos debruçaremos e a que pretendemos dar resposta. É narrada uma viagem, de facto. Existe um *tempo* definido e existe um *espaço* (ou espaços) concreto(s).

Existe um *herói* solitário que avança rumo ao desconhecido, mas que não caminha só. Existem as *provações*, o *Eu* e o confronto com o *Outro* e com os *Outros*.

Mas será isso suficiente? Significará a presença destes elementos que a obra em questão seja exemplo deste género literário?

CÂNTICO DE MOISÉS⁵⁴

“Cantemos ao Senhor, que é solenemente grande;
precipitou no mar o cavalo e o cavaleiro.
O Senhor é a minha força e a minha glória,
foi Ele quem me salvou.
Ele é o meu Deus, glorificá-Lo-ei;
É o Deus de meu pai, louvá-Lo-ei.
O Senhor é quem dirige as batalhas:
Javé é o seu nome!
Precipitou no mar os carros do faraó e o seu exército;
os seus melhores combatentes
afogaram-se no Mar Vermelho.

⁵⁴ Êxodo (15: 1-11)

*O abismo fechou-se sobre eles;
Caíram no fundo do pélagos como uma pedra.
A Tua direita, Senhor revelou a Sua força;
A Tua direita, Senhor, destróçou o inimigo.
Com a plenitude da Tua majestade
Derrubaste os Teus adversários;
desencadeaste a Tua cólera.
E ela devorou-os como palha.
Ao sopro da Tua ira
Amontoara-se as águas.
As ondas ergueram-se como uma barreira.
As vagas solidificaram-se no meio do mar.
O inimigo dizia:
Corramos, alcancemo-lo! Repartamos os despojos!
A minha alma saciar-se-á!
Desembainhemos a espada,
que a minha mão os extermine!
Mandaste o teu sopro.
O oceano engoliu-os:
Afundaram-se como o chumbo
Nas águas majestosas.
Quem entre os deuses é como Tu, Senhor?⁵⁵
[...]*

A análise do *Êxodo* poderá ser promotora de uma jornada interior, período de morosa e conflituosa introspeção, e geradora de diversas e recorrentes sensações de conhecimento e desconhecimento, tanto no que diz respeito ao narrado, como no que concerne aos fundamentos ideológicos de cada um. Na realidade, o leitor, no decurso da leitura, desfruta da possibilidade de acompanhar Moisés na sua luta pela sobrevivência pessoal e coletiva; o leitor poderá participar, de perto, na fuga do **Egito**, arregaçando a sua quimérica túnica legitimamente encorajado por um exercício de suspensão voluntária da descrença, e atravessar, como outros tantos, a pé enxuto, o Mar Vermelho; o leitor terá a oportunidade de cruzar desertos e esperar que o Maná caia do céu; terá a oportunidade de espreitar Moisés e a sua conversa íntima com Deus no Monte Sinai, de acompanhá-lo na apresentação das Tábuas da Lei e de assistir à morte dos adoradores de outros deuses que não o seu e de outros símbolos. É possível, pois, presenciar a solidificação do seu povo. É possível, ainda, estar presente e sentir-se membro ativo, não só de tal comunidade, mas de tal jornada.

A história literária da *Sagrada Escritura* é árdua de aclarar por razões diversas. Se, por um lado, os livros que a compõem são o resultado do génio criativo ou reprodutivo de mais de um escriba ou contador de história(s), por outro lado assume-se que a sua constituição, enquanto parte(s) de um todo, demorou, em alguns casos, décadas, anos ou, até mesmo, séculos, tendo sido as composições em questão submetidas a diversas revisões, acrescentos e exclusões. Não é possível olvidar que antes de se transformarem em documentos escritos, estes textos eram transmitidos por via oral, sujeitos, claro está, a influências, mutações e à subjetividade inerente a cada indivíduo.

Os livros que constituem a *Bíblia*, independentemente do seu cunho poético, pedagógico, profético ou sapiencial, têm particularidades e pertinência histórica: cada documento é condicionado pela linguagem; pela época; pelo espaço, pela cultura de origem em que foi escrito; pela etnia de quem o escreveu e ainda pela boca/mão/pensamento e visão do mundo individual de cada interveniente na sua concretização manuscrita efetiva, editado conforme os tempos e o propósito. Encarando o *Êxodo* como obra literária, será que o mesmo poderá ser considerado como literatura de viagens? Esta é a questão sobre a qual nos debruçaremos e a que pretendemos dar resposta. É narrada uma viagem, de facto. Existe um *tempo* definido e existe um *espaço* (ou espaços) concreto(s). Existe um *herói* solitário que avança rumo ao desconhecido, mas que não caminha só. Existem as *provações*, o *Eu* e o confronto com o *Outro* e com os *Outros*. Mas será isso suficiente? Significará a presença destes elementos que a obra em questão seja exemplo deste género literário?

Os peregrinos companheiros de Moisés encetaram, empiricamente ou metaforicamente, uma caminhada. Tenha sido esta jornada real ou puramente ficcional, certo é que o livro do *Êxodo*, elemento cativo da categoria dos livros históricos⁵⁶, apresenta ao leitor, crente ou descrente, a fuga do «Povo Eleito», o Povo Hebreu, da opressão infligida pelos faraós do Egito. O *Êxodo*, tal como os restantes quatro livros do Pentateuco, *Génesis*; *Levítico*; *Números* e *Deuterónimo*, é tradicionalmente atribuído a Moisés, não porque tenha sido ele, necessariamente, a redigir os textos, mas, porque, sendo estes um conjunto intrincado, é a sua personagem principal e por ter sido ele o promotor da fundação de uma edificada comunidade livre, responsável mor pelo estabelecimento das suas leis e pela união deste foragido povo de fé, por vezes abalável, a

“Javé! Javé! Deus misericordioso e clemente, vagaroso em encolerizar-se, cheio de bondade e fidelidade, que mantém a sua graça até à milésima geração, que perdoa a iniquidade, a rebeldia e o pecado, mas não confunde o culpado com o inocente, e pune o crime dos pais nos filhos, e nos filhos dos seus filhos até à terceira e à quarta geração” (Êxodo, 34: 6-8).

Hoje em dia, em virtude da globalização e do cultivo de uma política internacional de dissipação de fronteiras (se não forem tidos em conta alguns movimentos nacionalistas extremistas), entende-se que a temática da migração é uma realidade efetiva, tal como o é a crise de refugiados que assola o planeta. A existência de êxodos, migrações e emigrações é inerente à própria condição humana e alicerça a sua existência; todavia, ou por esse mesmo facto, é possível considerar que a obra em análise foi pioneira na abordagem da mobilidade como tema literário. Atente-se, então, à partida, no título atribuído ao livro e que poderá ser tido como um, *a priori*, indicador de se tratar efetivamente de literatura de viagens: *Êxodo*.

De acordo com Machado, o vocábulo deriva do latim tardio exōdu e do grego ξοδος, composto de ξ "fora" e δός "*via, caminho*", e significa “*saída*”, “*passagem*” (1977: 731). Assim sendo, o título expõe o tema central do texto: a fuga do Egito e consequente travessia do Mar Vermelho, em direção à idílica Terra Prometida. No seguimento do supra manifestado, as referências espaciais são uma constante do relato bíblico⁵⁷. Segundo os escritos, os israelitas trabalham na construção das cidades egípcias de *Pitom* e *Ramsés*, que consistiram em serem utilizadas como locais para armazenamento de cereais, localizadas na fronteira oriental do Delta do Nilo. Após o faraó ter assentido à partida do povo de Israel, este estabelece acampamento em *Sucot* e, dali, caminha até *Etam*, no limite do deserto, onde acampa (Ex. 13:17-20). *Sucot* apresentava-se a um dia de jornada de *Etam*, que se acredita que se estende ao longo do flanco Norte da Península do Sinai.

O capítulo 14 do livro do *Êxodo* inicia-se com uma evidente diretriz de Deus. É ordenado a Moisés que o povo mude de direção para que o faraó pense que está à deriva, perdido e errante. Aceitando as disposições impostas pela entidade divina, os hebreus mudam de rota e alojam-se diante de *Pi-Hahirote*, cuja localização atual é desconhecida, entre *Migdol* e "o mar", à vista de *Baalcefôn* (Ex. 14:1-3). Supõe-se que *Migdol* seja a pronúncia egípcia do hebraico *mighdal*, que significa "torre", devendo referir-se a um posto militar ou torre de vigia na fronteira egípcia. Que uma determinada caraterística morfológica ou física de um espaço se transforme em topónimo é assaz comum.

⁵⁵ Este salmo exodiano poetizado apresenta um louvor ao Deus do povo hebreu, a encerrar o drama da saída do Egito.

⁵⁶ Os livros, tanto do Velho Testamento, como do Novo Testamento, agrupam-se em três categorias distintas, de acordo com o género literário que neles predomina: históricos, didáticos e proféticos.

⁵⁷ cf. *Números*, capítulo 33 e *Jeremias*, capítulo 44, presentes no *Antigo Testamento*. Ambos os textos facultam maior credibilidade ao texto do *Êxodo*, por apresentarem alguns dos mesmos locais, corroborando o percurso e a existência da viagem propriamente dita, oferecendo, ainda, dados adicionais no que diz respeito à duração das deslocações entre lugares, a acontecimentos ocorridos e outros detalhes de cariz histórico. cf., também, com, por exemplo, o *Deuterónimo*, onde ocorre uma retrospectiva da batalha com os Amalequitas, após o êxodo, ou com o *Levítico*, no qual se efetuam referências à vivência do povo hebreu no Egito e peregrinação para Canaã.

Nesta circunstância, ao verificar que os hebreus escapam, o faraó aperceber-se-á, de forma mais evidente e objetiva, do vazio que a ausência dos escravos provocaria e das repercussões que isso traria para o seu reino e para a execução dos possíveis projetos, concretizados através de mão-de-obra gratuita e explorada. De orgulho ferido e com uma imagem social fragilizada, recua na sua decisão e decide persegui-los. Desta forma, de modo a escapar à perseguição e morte quase certa, ocorre o que poderá ser considerado um dos mais surpreendentes momentos da narrativa: seguindo a orientação de Deus, Moisés *“ergue[u] a [sua] vara, estende[u] a [sua] mão sobre o mar e divid[iu]-o para que os filhos de Israel p[udessem] atravessá-lo a pé enxuto”* (Ex. 14:15-16). Este acontecimento reveste-se de uma importância antagónica para cada um dos povos intervenientes, já que, como afirmaria Nunes Carreira, *“[s]e para os Egípcios o episódio do Mar das Canas foi um incidente desprezível, outro tanto não se pode afirmar em relação aos Hebreus. Para estes foi a consumação da liberdade”* (Carreira, 1985:87).

No livro, credível e incrível caminham lado a lado. Se, por um lado, temos a referência a um local determinado e histórico, por outro temos a narração ficcionada desse mesmo espaço e do que aí ocorreu. Devemos salientar, porém, que a *“narrativa crescia em amplitude barroca. Na versão mais antiga não havia passagem do mar”* (1985: 87), pelo que se depreende que o episódio em questão foi acrescentado de forma a servir aos propósitos dos escritores bíblicos.

Como podemos constatar, as indicações geográficas são constantes e meticulosas. Os livros bíblicos não podem ser lidos e entendidos, porém, de forma isolada, pelo que só fazem sentido como um todo: indivisível e complementar⁵⁸. Assim sendo, ainda fazendo parte do *Pentateuco*, o livro dos *Números* adjudica credibilidade ao relato exodiano, tal como podemos verificar no capítulo 33, intitulado “Itinerário dos Israelitas durante a sua Viagem”:

*“[...] São as seguintes essas paragens e partidas: partiram de Ramessés no décimo quinto dia do primeiro mês; no dia seguinte à Páscoa, os filhos de Israel saíram triunfantes [...]. Partindo de Ramessés, os filhos de Israel pararam em Sucot. Tornaram a partir de Sucot e acamparam em Etam, desviando-se para Pi-Hairot, que fica em rente a Baal-Sefon, e acamparam diante de Migdol [...]”*⁵⁹ (Nm. 33: 2-7).

Embora a localização de muitos dos locais mencionados seja difícil de comprovar na atualidade, assume-se que alguns tenham existido porque estão diretamente ligados à tradição oral dos povos da região e às raízes ancestrais dos mesmos. Esta dificuldade em identificar os locais mencionados, ou em encontrar as mesmas referências toponomásticas, no presente, poderá ter, na sua origem, diversas justificações: terem sido totalmente ficcionados; terem sido consumidos devido à volatilidade do espaço circundante - engolidos pelo deserto -; terem desaparecido por motivos históricos ou terem, simplesmente, ainda, sofrido alguma alteração toponímica.

A rota exata do êxodo reclama ainda de total comprovação arqueológica, pelo que as vozes e as perspetivas são discordantes. Se uns acreditam sem questionar, outros há que apontam um trajeto mais plausível do que aquele que nos é apresentado no relato sagrado, e outros há, ainda, que questionam, até, a existência do êxodo bíblico. Repare-se, todavia, que analisar as provas arqueológicas deste movimento migratório não é a missão deste documento.

Considerando que, através da aplicação de uma matemática bíblica, os eventos narrados no *Êxodo* ocorreram há cerca de 3.500 anos, existe uma quantidade surpreendente de evidências arqueológicas e outras manifestações externas que atestam a possível veracidade do registo: foram encontrados tijolos feitos com e sem palha, ao longo de diferentes espaços do trajeto enunciado; documentos e monumentos mostram que os faraós dirigiam pessoalmente os seus condutores de carro de guerra para as batalhas (tal como o faz o faraó que persegue o povo hebreu); as águas do Nilo eram utilizadas para banhos, o que poderá justificar a filha do Faraó encontrar Moisés; os nomes egípcios são usados corretamente e os títulos mencionados correspondem às inscrições egípcias; o relato da construção do tabernáculo nas planícies diante do Sinai enquadra-se nas condições locais, seja pela estrutura, seja pelos materiais utilizados, entre outros aspetos.

Atentemos, a título de exemplo, numa das últimas descobertas arqueológicas do ano de 2007, nas ruínas da cidade de *Rehov*. Durante algum tempo, pensou-se que a alusão a uma terra de onde manasse leite e mel, para onde Deus havia prometido levar o seu povo, seria apenas uma figuração, uma metáfora de uma terra rica em paz e harmonia, liberta do pecado e plena em abundância. Certo é que, na cidade acima mencionada foram encontradas colmeias praticamente intactas, afirmando Amihai Mazar, membro da Universidade Hebraica de Jerusalém que esta *“é uma evidência sem precedentes da existência de apicultura avançada na Terra Santa em Tempos Bíblicos”* (Associated Press, 2007). A descoberta, solidificada pela consciência de que o mel teria aplicações religiosas, medicinais e também alimentares, poderá querer dizer-nos que, afinal, a alusão a esta terra não era uma metáfora, mas sim a referência indireta a um local real.

Assim sendo, tanto nos nomes, costumes, religião, lugares, geografia, ou nos materiais, as manifestações externas aglomeradas asseveraram o relato inspirado no *Êxodo*. Impõe-se, então, uma nova questão. Se o êxodo, de facto, existiu, por que razão os escritos egípcios não lhe fazem qualquer tipo de referência? A explicação, como alguns estudiosos indicam, será elementar.

De acordo com José Nunes Carreira, a partida dos Hebreus *“não ficou nos anais do Egito, como a saída de Abraão não deixou rasto nos relatos mesopotâmicos. Acontecimentos deste género eram pouco significativos para as superpotências da época. Migrações sempre as houvera e era muito mais agradável exarar nos arquivos reais grandes vitórias do que registar um fracasso, mesmo de proporções modestas”* (1985:87).

A verdade é que literatura poderá não se reduzir, apenas, à sua função de deleitar. Esta consegue extravasar as suas barreiras e adotar funções a diversos níveis, até terapêuticas e introspetivas. Na realidade, *“a literatura [...] ao longo dos tempos tornou-[se] num lugar preferencial para a tradução das relações perturbadas do homem com o seu mundo”* (Seruya, 2005: 81). E, no caso do *Êxodo*, também servirá para traduzir as relações complexas e difusas entre Moisés e o seu Deus.

Os 40 anos de serviço de Moisés como pastor, sob a orientação do seu sogro Jetro, familiarizaram-no com as condições de vida daquela região, bem como com os locais de obtenção de água e alimento, tornando-o, assim, habilitado para liderar o êxodo. Contudo, Moisés não se apresentava preparado psicologicamente e espiritualmente para o desafio que se adivinhava, nem consciente da pertinência do mesmo.

Moisés, no confronto com um *Outro* pseudofamiliar⁶⁰; no choque com um Deus intimidante e simultaneamente cativante, como é percetível pelas reações que a personagem desenvolve e pelas emoções que transparecem nos seus atos; na colisão com os seus próprios temores; no duelo com uma missão imposta e na rutura com um estilo de vida tranquilo⁶¹, descobre-se e encontra-se.

Recorrentemente, ao longo da sua existência, Moisés sentiu a necessidade de se readaptar, reintegrar e recomeçar. Moisés cresceu, caraterística essencial de personagem modelada, e *“[o] viajante sai do mundo real para entrar num espaço outro em que ele se vê forçado a enfrentar e assumir a alteridade para levar a viagem até ao fim”* (Júdice, 1997: 625). Moisés deixa de ser ele um homem simples para ser a voz e a mão do seu Deus; o pastor de ovelhas renasce como o herói de um povo.

58 O êxodo é uma continuação do relato do livro dos génesis já que torna a listar os nomes dos filhos de Jacob, conforme tirados do registo mais completo de génesis (gn. 46:8-27). Em hebraico, o êxodo é chamado de we’él-leh shemóhth, que significa “ora, estes são os nomes”, ou, simplesmente, shemóhth, “nomes”, segundo as suas palavras iniciais. Mais, muito do conteúdo relatado no êxodo é recuperado em outros livros bíblicos.

59 nessa enumeração figuram 40 estações, excluídos os pontos de partida e de chegada.

⁶⁰ Um *Outro* pseudofamiliar: os Hebreus e os Egípcios. Isto porque, tendo Moisés nascido hebreu, foi educado e criado como sendo um filho do Egito. Moisés foi encontrado nas margens do Rio pela filha do Faraó, tendo decidido esta poupá-lo e acolhê-lo. *“Um homem da casa de Levi tomou para mulher uma filha de Levi. Essa mulher concebeu e deu à luz um filho. Vendo que era belo, ocultou-o durante três meses. Como não podia tê-lo escondido mais tempo, tomou um cesto de junco, envolveu-o em betume e pez, colocou nele o menino, e depositou-o num canalial da margem do rio. A irmã do menino mantinha-se a certa distância, para saber o que lhe sucederia. Ora, a filha do Faraó desceu ao rio para se banhar, enquanto as suas damas passeavam pela margem. Avistou o cesto e mandou buscá-lo pela sua serva. Abriu-o e viu a criança: era um menino a chorar. Teve pena dele e disse: «É um filho dos hebreus». [...] Quando cresceu, entregou-o à filha do Faraó, que o adotou e lhe deu o nome de Moisés, dizendo: «Por que o tirei das águas».* (Ex. 2: 1-10). Contudo, as origens hebraicas de Moisés impeliram-no a defender um escravo hebreu, suscitando um conflito de identidade.

⁶¹ Por duas vezes a rotina de vida de Moisés foi profundamente abalada. Enquanto homem livre, vivia na corte do faraó, como membro da família; contudo, ao ver um egípcio açoitando um hebreu incorre em defesa deste último, acabando por desferir um golpe fatal ao egípcio. Ao receber ordem de prisão, foge para Madian (Cf. Ex. 2: 11-15). Ali acaba por casar com Séfora, filha do sacerdote de Madian, e vive como pastor durante largos anos, até que, no *Horeb*, sem pré-aviso, lhe aparece um Anjo do Senhor, no meio de uma sarça-ardente e que lhe confere a missão, em nome de Deus, de libertar o povo hebreu da escravidão (Cf. Ex. 3: 1-11).

Consideramos que este embaixador do Deus Judaico-Cristão, apascentador e condutor de homens, não seria, apenas, dono de uma única missão, mas de várias: ser um mensageiro do ente divinal, num determinado tempo, num determinado espaço; ser o libertador do Povo de Israel e evoluir como homem e como crente. Pela análise dos textos, é evidente que não consistiu numa opção pessoal e insana regressar ao Egito, a fim de libertar os escravos e que não foi, tampouco, o agrado, igualmente, pelo desconhecido que o moveu. Não foi a curiosidade, nem a busca de aventura que o impeliu. Nem o ódio aos egípcios. Os motivos que o agitaram e que o impulsionaram foram outros. Por um amor incondicional, Moisés ganhou um potencial ilimitado. Nas palavras de Zun Tsu⁶²

*“Aquele que avança*⁶³
Sem procurar
A fama,
Que recua
Sem afastar
Responsabilidades,
Aquele cujo único objetivo é
Proteger o seu povo
E servir o seu senhor,
Este homem é
A Joia do Reino”
(Sun Tzu, 2008:66).

Moisés foi a pedra preciosa que se poliu ao longo do caminho, investido herói, sem honra buscar, santificado, que se entregou ao serviço de outro ser humano que não ele mesmo.

O Padre António Vieira não resistiu ao ímpeto da pregação e ao chamamento do Brasil. Fernão Mendes Pinto não vacilou e partiu rumo ao desconhecido, vivenciando e vivificando o Oriente. Ulisses procede de forma a recuperar a esposa e o trono. Eneias não hesita e, avançando, funda um novo reino. Moisés distancia-se de todos estes viajantes, sem perder a essência do ímpeto da viagem, pois o seu percurso é original. Ele ouviu o desafio do seu Deus, enfrentou o poderio do Egito e partiu, liderando um povo escravizado, em direção a uma tão esperada *“terra de leite e mel”* (Ex. 3: 8).

Tal como é defendido pelo Budismo⁶⁴. *“É mais forte o homem que se vence a si próprio do que o que vence mil homens em combate”* (Nova Acrópole). A história deste hebreu, adotado pela casa real egípcia, que se transforma em pastor e que assume, posteriormente, a liderança de uma multidão, é demasiado poderosa para ser interpretada somente à luz de um único credo, ou, viver ofuscada por uma determinada ideologia ou crença. Não fosse o Budismo posterior aos acontecimentos narrados no *Êxodo*, esta filosofia poderia facilmente ter-se inspirado no herói em questão. A história de Moisés é a história de cada um: as dúvidas existenciais; as intranquilidades, as oscilações, a resistência, a relutância, os desafios superados, os atos falhados.

Cremos que, de facto, o indivíduo manifestou capacidade superação. A ação é criativa. Sendo pensamento, palavra e ação os três níveis da criação, Moisés articulou-os e empregou-os, ao serviço de Deus, dignificando a sua existência e contribuindo para a salvação dos demais que o acompanhavam. O líder consciencializou-se de que a vida existe como instrumento da sua própria criação e que todos os seus eventos se apresentam como meras, e propícias, oportunidades para cada indivíduo decidir *Ser* e decidir *Quem* verdadeiramente *É*.

Efetivamente, Moisés não se terá esquecido de *Quem* Era quando se viu rodeado por aquilo que não era, mesmo sem consciência plena do que seria. O que o protagonista individual do *Êxodo* levou a cabo no momento da sua maior provação acabaria por ser o seu maior triunfo. A experiência que criou foi um testemunho de quem era e do *Eu* em que se tinha convertido: Moisés, o herói salvador. Aponta Northrop Frye que

“Dans l’histoire du boisson ardent, une situation d’exploitation et d’injustice exist déjà, et Dieu explique à Moïse qu’il est sur le point de se faire un nom et d’entrer dans l’Histoire dans un rôle extrêmement partisan en se mettant du côté des Hebreux opprimés contre l’establishment égyptien” (Frye, 1988 :172)⁶⁵.

Assim, Deus oferece a Moisés a possibilidade de entrar nos anais da história e desempenhar um papel privilegiado. Consideramos evidente que esta deverá ter sido uma evolução pessoal dolorosa. Mas a dor também desempenha um papel importante na rotina diária do ser humano e no percurso da caminhada. José Júlio Rocha, em *O Teatro da Consciência*, afirma que *“a dor não é só um bem mas uma necessidade fundamental, já que é ela que dá sentido ao absurdo da vida: uma vez que «nada se perde», toda a enxurrada de dor que a terra produz não tem uma dimensão apenas horizontal mas é o fio condutor que liga os homens a Deus”* (Rocha, 2006: 279). Na realidade, torna-se necessário tomar contacto com a vertente menos positiva da vida, impõe-se que se saboreie a tristeza, o sofrimento e a dúvida, a fim de que se possa atribuir valor aos aspetos positivos da existência.

A religião, e por consequência a fé, são importantes na medida em que ligam o homem ao seu aspeto divino e ao seu poder de construir, passo a passo, o seu próprio destino. Agindo de acordo com as leis cósmicas, o indivíduo que executa a viagem enfrenta os seus desafios diários de forma mais ousada e confiante. Esse sentimento de vazio que o caminhante poderia sentir só poderia ser causado pela sua própria relutância em acreditar. Ao preferir não atestar a sua alma com algo que considera dispensável [a Fé] ou difícil de alimentar e manter, afasta-se da possibilidade de atravessar ou viver a experiência de encontrar algo que o preencha; que o sacie; que o anime.

Sem fé, a Terra Prometida estaria longe, oculta no mais profundo de cada fugitivo. *“O território é [...] um lugar antropológico, identitário e simultaneamente relacional e histórico”* (Seruya, 2005:82), logo, indispensável. A busca de um espaço seu, e que lhes estava destinado, urgia. Acreditamos que a fuga do Egito foi, em simultâneo, viagem interior e exterior, para cada uma das personagens principais, secundárias ou figurantes. Seria pouco possível, independentemente da idade, do género, da formação, da função social ou da hierarquia, que qualquer viajante se mantivesse indiferente e não vivenciasse essa viagem como um período de crescimento, não só físico, mas também emocional e espiritual.

É necessário manter a noção da carga simbólica da viagem para os cristãos. De acordo com as investigações de Michel Feuillet, ao interpretar os símbolos cristãos, verifica-se que a ideia de *viagem e* percurso surgem intimamente ligadas, pois *“[n]a cultura Israelita – um povo inicialmente nómada – a noção de caminho é essencial. O caminho em direção a novas pastagens confere uma dimensão sagrada quando o Povo conhece o Êxodo para encontrar a Terra Prometida”* (Feuilleit, 2005: 30).

A viagem não corresponde, apenas, a uma translação no espaço. É uma abertura ao desconhecido, um diálogo com o novo, uma oportunidade de mudar, criar, ou recriar algo. O sentido simbólico mais legítimo da viagem é, talvez, o mergulho em si mesmo, a busca incessante, e por vezes infrutífera, de uma essência humana que repousa no mais profundo de cada um. A viagem atinge e assume, assim, o significado de ciclo de formação e busca de esclarecimento. Como expoente de significação máxima, a viagem simbolizará a própria vida, em que tudo é transitório e precário.

⁶² Sun Tzu viveu no século IV AC. General chinês, de *Wu*, é considerado um dos maiores estratégias militares de sempre. Como escritor, ficou conhecido pela sua obra *A Arte da Guerra*, uma das primeiras obras sobre teoria e táticas militares.

⁶³ Manteve-se o formato original do texto.

⁶⁴ Budismo: religião e filosofia baseadas nos ensinamentos deixados por Sidarta Gautama. Surgiu no século VI AC, no norte da Índia, atual Nepal.

⁶⁵ Optou-se por manter a versão original do texto.

No livro, verifica-se uma dupla apresentação de modelos de organização. Do ponto de vista formal, o relato do êxodo é disciplinado e escoreito e o leitor, com relativa facilidade, consegue seguir a sua rota e a sua sequência temporal. Por outro lado, essa rota e esse tempo, nem sempre são exatos⁶⁶ Contudo, se concordarmos com Nuno Júdice, “*[d]e modo geral, o texto da viagem é mais curto do que a narrativa ficcional em que o tempo não obedece a uma sequência cronológica linear; e o seu desenvolvimento sobrepõe-se ao percurso geográfico do viajante*” (1997: 621).

Podemos argumentar, assim, à semelhança do autor supracitado, que a “*narrativa de viagem obedece em geral a um paradigma que decorre de uma estrutura espaciotemporal que se organiza a partir dos seus termos a quo e ad quem: TEMPO: partida – duração – chegada e ESPAÇO: aqui – percurso – além*” (1997:621). Transportando este esquema para o *Êxodo*, é possível alcançar uma perspetiva mais explícita: Tempo da *partida*? Durante a vida de Moisés, descendente de José. *Duração* da Viagem? Quarenta anos de caminhada pelo deserto em busca da Terra Prometida e consequente *chegada*. *Aqui*? Egito. *Percurso*? Vales, montes, desertos, ermos e cidades do Oriente Antigo... e o mar. *Além*? A Terra Prometida.

Mais do que a realidade palpável e as provas empíricas de que Moisés e os seus seguidores encetaram a sua digressão, importa sim a consciencialização do valor implícito da obra no que diz respeito à representação da jornada do ser humano e ao seu cariz literário. Ao hagiógrafo não importava elaborar, somente, um registo espaciotemporal (embora o exista) do percurso da jornada e uma apresentação frívola e escassa dos acontecimentos e contratempos sofridos, nem tão pouco compor uma exposição débil da vivência do povo hebreu sob o jugo egípcio e consequente exposição de motivos para a sua libertação. Importava, sim, evidenciar a consolidação da aliança entre Javé e o seu Povo, proporcionando-lhes, através de Moisés, que os conduziu na sua viagem simbólica, o seu crescimento como nação santa e eleita.

Quando Deus decide libertar o povo judeu da escravidão do Egito, promete levá-lo para uma terra favorável e vasta. Ora, tal ideia, desejo e possibilidade de existência, podem ser ampliados e aplicados ao homem contemporâneo. A mensagem implícita da viagem de Moisés é a de que Deus quer afastar o homem da escravidão (seja ela de que género for), libertá-lo da opressão por parte de um *Outro* qualquer, ou da dependência do vício e do pecado, por exemplo, e conduzi-lo ao descanso e à paz, relembrando-o que, à semelhança de Moisés, terá de se sacrificar. No Egito, que representa o mundo conhecido de então, e o mundo mais que conhecido da atualidade, a escravidão é a realidade, daí que se torne imperativo jornadasear até um outro lugar.

É natural que surjam dúvidas e que se levantem questões quanto à fronteira entre o registo histórico e a ficção. O leitor tende a exigir uma factualidade efetiva e comprovável, pois sente-se estimulado a partir, por conta própria, em direção a essas terras desconhecidas, ou, no mínimo, a abraçar um Mapa-mundo e a confirmar a sua existência. Sabemos que é tal empreendimento será difícil de concretizar, quer o faça viajando para o Médio Oriente, quer o faça em casa, perscrutando a carta topográfica à luz da lupa. Mais do que dissecar o seu conteúdo, é necessário assentir, também, o valor profético, messiânico e emblemático do *Êxodo*. Aquele que lê a obra deverá desenvolver o esforço de ter a consciência de que a sua linguagem é idealizada e épico-litúrgica. Invariavelmente, o leitor transporta para o texto tudo quanto é, a sua experiência, a sua cultura e o seu entendimento prévio de palavras e conceitos. Por vezes, aquilo que o leitor carrega, sem o fazer deliberadamente, desencaminha-o ou leva-o a atribuir ao texto ideias que lhe são estranhas.

Os transmissores dos livros sagrados e aqueles que os registaram, da oralidade à escrita, assumiam diferentes papéis, de crentes a historiadores. Apreenderam as histórias que lhes tinham sido contadas, e aos seus congéneres, por outros – os anciãos – de ancião para ancião, deram-lhes continuidade e projeção, até finalmente se obter um registo grafado. O *Êxodo* é um produto desse processo. E, portanto, mediante o exposto, um produto literário. Quanto à linguagem, ainda, é pertinente referir que, do ponto de vista estilístico, o *Êxodo* apresenta um conjunto de figuras de linguagem que, enriquecendo o texto, contribuem para que a mensagem a transmitir adquira uma maior expressividade, desde a adjetivação eloquente, à enumeração recorrente ou à repetição. A narrativa, pela existência de frases curtas e demais estratégias discursivas, intercalada pela permanência dos diálogos, estabelece uma relação íntima de proximidade com as narrativas de tradição oral, os contos populares, habilidades estas de comunicação intemporais que contribuem para uma mais eficaz compreensão do indivíduo e das relações que este estabelece ao longo dos tempos.

No conjunto do texto em análise, poder-se-á afirmar que a descrição será a componente que menos destaque alcança, razão explicada por Tamaru, autor que afirma que esta técnica não seria, à partida, uma prioridade e que, apenas, “*pouco a pouco, a descrição torna-se expressiva, pois passa a ser feita em busca da originalidade e da inspiração, pondo a imaginação em conflito com a imitação*”, oferecendo, nos seus trabalhos, os exemplos do que ocorre na “*segunda metade do século XIX, [em que] triunfa o método da observação e da descrição naturalista, que tem o intento de tornar científica a literatura, buscando com as descrições a verosimilhança, a credibilidade e a instrução*” (Tamaru, 1999: 180).

Justifica-se, assim, também, a ausência mais pormenorizada de dados concretos acerca da viagem física encetada. Independentemente de qualquer ideologia religiosa, poder-se-á encarar o *Êxodo* como uma obra-prima arcaica da Literatura de Viagens. O conflito consigo próprio e com o *Outro* é uma constante antes, durante e após o percurso percorrido, oferecendo ao leitor um relato profundo e emotivo, repleto de detalhe, de todas as façanhas, aventuras e desventuras do herói, Moisés, e do seu povo, os Hebreus, e mesmo os do *Outro*, os Egípcios. O seu conteúdo é *sui generis* e raro. Descreve, com minúcia suficiente, a geografia, apontando, com detalhe, a toponímia, revelando costumes, credos e tradições destas culturas, num determinado tempo e num determinado espaço.

Literatura de Viagens será, acima de tudo, um subgénero que reúne relatos que cruzam literatura com história, geografia e antropologia. Não é de essencial pertinência que a viagem do *Êxodo* não se tenha efetuado empiricamente na íntegra pois, tendo (re)descoberto aquelas terras em plena caminhada, estas foram apresentadas a outros povos e a todas as gerações que se sucederam desde então, tal como foram apresentadas outras maneiras de ser, de estar, de conviver e de acreditar. É comumente aceite que este subgénero literário consiste na apresentação de uma viagem, em que o confronto com regiões e populações que não são as naturais do narrador (no caso do *Êxodo* pressupõe-se mais do que um narrador), ou da personagem principal, se constitui como tema central. Mais, a viagem pode dar origem a relatos e descrições mais ou menos objetivas, mas também poderá ser o pretexto para diversas reflexões e discussões acerca de noções como Bem, Mal, Fé, Crescimento Pessoal, entre outros. Assim sendo, é possível declarar que o *Êxodo* seja, efetivamente, membro cativo de Literatura de Viagens.

Atente-se que, no que concerne à literatura de viagem, afirma Leite que “*através do olhar estrangeiro do viajante, une exploração, aventura, aprimoramento e objetividade científica, observação, impressões e representações, constituindo-se um tipo único de escrito*” (Leite, 1996: 101). A viagem tem, sempre, duas dimensões essenciais: a realizada num plano físico, por lazer, por motivos profissionais ou pessoais, imposta ou opcional, e a simbólica, na sua multiplicidade de aspetos.

Cada viagem é absorvida a partir de um olhar baseado na convicção de que o povo a que se pertence, com as suas crenças, tradições e valores é um modelo a que tudo deve aludir, como fonte referencial. O *Eu* é o ponto de partida para a descoberta do *Outro* e para a descoberta da diferença cultural. Numa obra que se encaixe em Literatura de Viagens, cada componente é um convite à aceitação de outras atitudes e comportamentos, de outras vivências e realidades, para além dos preconceitos e dos estereótipos criados por cada leitor.

Bibliografia

VV.AA, *Bíblia Sagrada*, 9ª Ed., Lisboa: Difusora Bíblica (Missionários Capuchinhos), 1981.
VV.AA, *A Bíblia Ilustrada*. Porto: Editorial Universo, 1961.
AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de, *Teoria da Literatura*, 8ª Ed. Coimbra: Almedina, 1988.
CARREIRA, José Nunes, *Estudos de Cultura Pré-Clássica*. Lisboa: Editorial Presença, 1985.
DORÉ, Gustave, *A Bíblia*. Publicações Europa-América. s.d.
FALCÃO, Ana Margarida; NASCIMENTO, Maria Teresa; LEAL, Maria Luísa (Org.), *Literatura de Viagem: Narrativa, história, mito*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
FEUILLET, Michel, *Léxico dos Símbolos Cristãos*. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2005.
FRYE, Northrop, *Le Grand Code la bible et la littérature*. Paris: Éditions du Seuil, 1988.
GAARDER, Jostein, *O Mundo de Sofia. Uma aventura na Filosofia*. Lisboa: Presença, 1995.
JÚDICE, Nuno, “A viagem entre o real e o maravilhoso” in *Literatura de Viagem: história, narrativa, mito*. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.
LEITE, Ilka Boaventura, *Antropologia da viagem: escravos e libertos em Minas Gerais no século XIX*. Texas: Editora UFMG, 1996.
MACHADO, José Pedro, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3ª Ed, 1º vol. Lisboa, Livros Horizonte, 1977.
NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, *A Gaia Ciência*. Lisboa: Guimarães Editores, 1987.

⁶⁶ Cf. Mapa do êxodo hebreu (Fonte: *Sociedades Bíblicas Unidas*) em Anexo 1.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, O Anticristo. Lisboa: Guimarães Editores, 1988.
PEIXOTO, Pe. João da Silva, Catecismo da Igreja Católica (revista por), 2ª Ed. Lisboa: Gráfica de Coimbra, 1999.
ROCHA, José Júlio Mendes, O Teatro da Consciência, Uma leitura Teológica-Moral da Obra de Raul Brandão. Porto: Universidade Católica Portuguesa, 2006.
SERUYA, Teresa (org.), Literatura e Migração. Lisboa: Departamento de Estudos Germanísticos, Edições Colibri, 2005.
TAMARU, Angela Harumi, “A descrição na literatura e no cinema” in Pro-posições, Vol. 10, N° 1, 1999, 179-191.
TRESIDDER, Jack, Os símbolos e o seu significado. Singapura: Círculo de Leitores, 2000
TZU, Sun (trad. Ricardo Silva), A Arte da Guerra. Vila Nova de Famalicão: Edições Quási, 2008.



ANEXO 1 (POSSÍVEL) ROTA DO ÊXODO HEBREU – FONTE: SOCIEDADES BÍBLICAS UNIDAS.

Webgrafia

Associated Press. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,arqueologos-encontram-colmeias-de-3000-anos-em-israel,46463>. Consultado em: 03 de junho de 2018.
Disponível em: http://nova-acropole.pt/a_sidhartagautama.html. Consultado em: 03 de junho de 2018.
Disponível em: http://www.passeiweb.com/na_ponta_lingua/sala_de_aula/historia/grandes_civilizacoes/os_hebreus/civil_hebreia. Consultado em: 03 de junho de 2018.



14. PERPÉTUA SANTOS SILVA, CIES/ISCTE-IUL, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM PORTUGAL

TEMA 3.2. “IMPLÍCITOS SOCIOLÓGICOS NA OBRA LITERÁRIA DE HENRIQUE DE SENNA FERNANDES” - PERPÉTUA SANTOS SILVA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO – INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM, CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E ESTUDOS DE SOCIOLOGIA – CIES/ISCTE-IUL

A obra de Henrique de Senna Fernandes apresenta-se como uma peça histórico-sociológica, e embora se inscreva num género literário ficcional (conto e romance), oferece uma relação forte com uma representação do mundo social, com uma qualidade descritiva e, mesmo, analítica da relação entre as personagens criadas e os contextos societais em que se inserem.

Trata-se de uma narrativa “de dentro”, uma escrita “vívda”, de um autor que conheceu os factos, as ações e os contextos por si narrados e que sobre eles refletiu. Henrique de Senna Fernandes fez crítica social sem declarar que a fazia e, acima de tudo, fê-la de uma forma implícita sem se perder em amargos juízos de valor que nalguns aspetos, porventura, a sua história de vida pessoal poderia induzir. Até porque a sua obra tem, também, muito de autobiográfico, nela plasmando algo da sua trajetória e vivências pessoais.

Nas suas próprias palavras:

“Não posso falar de um povo se não tiver a vivência... e não é a vivência de irmos uns meses ou uns dias... quero ser apreciador a sério, ser honesto comigo e com as pessoas a que me refiro”⁶⁷.

Conhecendo esta postura do autor, ao fazer uma análise sobre a sua obra, ainda que breve, encontramos um conjunto de aspetos que não tendo sido escritos com o objetivo de fazer sociologia interessam e são interessantes do ponto de vista sociológico.

Sem qualquer pretensão de fazer análise literária, domínio do saber ao qual não pertencemos e sobre o qual não temos competências, sem pretender subalternizar a obra literária do autor perante um domínio científico que lhe é alheio, sem, evidentemente, pretender reduzir literatura a sociologia nem sociologia a literatura, apresentaremos, no entanto, alguns implícitos sociológicos contidos na obra literária de Henrique de Senna Fernandes.

Quando conheci Henrique de Senna Fernandes não conhecia Macau, nunca lá tinha ido nem imaginava, na altura, como esta cidade iria marcar tanto a minha vida e como o autor iria partilhar comigo esse percurso. Na altura, estávamos em 1999, no âmbito da minha atividade profissional, organizava no Instituto Camões um encontro de escritores lusófonos; dos autores presentes no encontro cuja obra eu ainda não conhecia, escolhi ler Henrique de Senna Fernandes.

⁶⁷ 1 Declaração do escritor feita à autora em entrevista realizada em Macau a 23 de outubro de 2002.

Conheci-o, assim, em primeiro lugar através do “*Amor e Dedinhos de Pé*”, depois conheci-o pessoalmente bem como ao resto da sua obra.

Talvez por uma questão de formação, encantou-me desde logo o seu registo etnográfico e foi espicaçada a minha curiosidade sociológica sobre uma realidade que eu não conhecia, da qual não se falava em Portugal ou pelo menos do que se falava de Macau na altura nada tinha a ver com o que lia em Henrique de Senna Fernandes.

Dir-me-ão os mais avisados que Macau mudou muito e já nessa altura, em vésperas do acontecimento histórico que pouco depois criaria a hoje Região Administrativa Especial da República Popular da China, a configuração morfológica e a textura social da cidade eram outras e que o autor nos fala de uma Macau antiga.

Sim, é certo que nos fala de uma época mais recuada, de um tempo e de um espaço de outros tempos, entretanto atravessado por profundos processos de mudança. Mas, para mim, a sua obra apresentava-se como uma peça histórico-sociológica; inscrevendo-se embora num género literário ficcional (conto e romance), oferece uma relação forte com uma representação do mundo social, com uma qualidade descritiva e, mesmo, analítica da relação entre as personagens criadas e os contextos sociais em que se inserem.

Uma narrativa “de dentro”, uma escrita “vívida”, um autor que conheceu os factos, as ações e os contextos por si narrados e que sobre eles refletiu. Henrique de Senna Fernandes fez crítica social sem declarar que a fazia e, acima de tudo, fê-la de uma forma implícita sem se perder em amargos juízos de valor que nalguns aspetos, porventura, a sua história de vida pessoal poderia induzir. Até porque a sua obra tem, também, muito de autobiográfico, nela plasmando algo da sua trajetória e vivências pessoais.

Nas suas próprias palavras:

“Não posso falar de um povo se não tiver a vivência... e não é a vivência de irmos uns meses ou uns dias... quero ser apreciador a sério, ser honesto comigo e com as pessoas a que me refiro”.¹

Conhecendo esta postura do autor, ao fazer uma análise sobre a sua obra, ainda que breve, encontramos um conjunto de aspetos que não tendo sido escritos com o objetivo de fazer sociologia interessam e são interessantes do ponto de vista sociológico.

Sem qualquer pretensão de fazer análise literária, domínio do saber ao qual eu não pertença e sobre o qual não tenho competências, sem pretender subalternizar a obra literária do autor perante um domínio científico que lhe é alheio, sem, evidentemente, pretender reduzir literatura a sociologia nem sociologia a literatura, gostaria, no entanto, de salientar alguns implícitos sociológicos contidos na obra literária de Henrique de Senna Fernandes.

Será absolutamente desnecessário, porque demais evidente, dizer que o autor nos fala sobre Macau. Fala-nos de uma cidade transformada, em muito hoje desaparecida, e dos modos de relação que ele próprio com ela mantinha e que quando não os regista na primeira pessoa o faz pela palavra das suas personagens. Salienta a mudança na fisionomia da cidade – os casarões assobradados, a sua substituição por prédios de vários andares, um lado quase rural de certas áreas que hoje dificilmente se conseguem sequer imaginar, fala-nos do traçado de novas ruas que se vieram sobrepor aos caminhos de outra época, dos meios de locomoção. Fala-nos, assim, de forma tão simples quanto precisa de mudança urbana.

Nas narrativas que vai construindo e reconstruindo sobre a cidade, sobressai um registo que oscila entre a crítica à descaraterização que a modernização da cidade vai apresentando e uma certa nostalgia dos “*cazarám de antigamente*”, memórias de outros tempos em que se faziam piqueniques na Taipa e em que para se lá chegar ou de lá se regressar era preciso esperar que a maré estivesse de feição para permitir a travessia – algo, hoje, inimaginável, com as três pontes de ligação entre Macau e a Taipa.

As suas memórias transportam-nos igualmente para as pescarias e os banhos na Praia Grande, mais tarde desaparecida e hoje transformada em lagos, ou ainda as lembranças da Travessa das Onze Horas, assim conhecida por ser à saída da Missa das onze na Sé que os transeuntes percorriam as também desaparecidas lojas dos mouros na Rua Central, numa altura em que todos se conheciam – relações de familiaridade e de interconhecimento que vão dar lugar a uma sensação de estranheza, hoje acentuadíssima pelo enorme impacto no quotidiano da cidade causado pelo crescente número de novos residentes e milhares de visitantes.

Não é apenas em relação ao urbanismo que Henrique de Senna Fernandes nos fala de mudança, conceito que surge regular e sistematicamente na sua obra. A acompanhar as transformações urbanas dá-nos conta também de mudança nos modos e estilos de vida. Umas ditadas por acontecimentos externos (a ascensão de Hong Kong, o durante e o pós-guerra, o 1-2-3, o 25 de abril em Portugal), outras, como é o caso de Adozindo e A-Leng em *A Trança Feiticeira*, ou de Francisco Frontaria e Victorina em *Amor e Dedinhos de Pé*, por escolhas pessoais inscritas nas decisões tomadas quanto ao desenrolar da trama em volta dos seus protagonistas mas carregadas de simbolismo e de preciosos detalhes quanto à organização da sociedade de Macau, ou melhor será talvez dizer das sociedades de Macau da época.

E falo em sociedades no plural porque é isso que percebo em Henrique de Senna Fernandes. Quando aborda e nos descreve aspetos das duas cidades – a “cristã” e a “chinesa” – oferece-nos detalhes que levam a considerar que estamos em presença de sociedades com as suas condições de existência e organização próprias, estratificação social e formas de mobilidade interna, com os seus sistemas de ensino, de saúde e mecanismos de justiça para além, evidentemente, de hábitos e costumes específicos e caraterísticos a cada um dos dois mundos, salientando o autor as formas de religiosidade, os estilos habitacionais e gastronómicos, assim como as práticas de sociabilidade desenvolvidas.

Introduz, ainda, um outro conceito que é o de desigualdades sociais e, do meu ponto de vista, bastante explorado e evidenciado pelo autor. Desigualdade a vários níveis: desde logo, a nível espacial com separação geográfica e diferentes condições de habitação; quanto ao género, pelo diferente papel que homem e mulher desempenham em cada realidade e dentro do seu próprio espaço social; quanto aos posicionamentos nesses espaços sociais, diferenciados e diferenciadores, com profundas clivagens interétnicas, mas também intraétnicas.

No que respeita à diferenciação espacial, são inúmeros os exemplos que podemos retirar da sua obra. Vejamos alguns:

O Bazar era a retinta cidade chinesa de Macau, onde no dédalo das suas vielas, becos e calçadas, trepidava uma população ruidosa, azafamada. Entregue a mil e um afazeres, tão diferente dos bairros em que viviam predominantemente os portugueses que formavam, nos tempos que já lá vão, a cidade cristã, esta calma, sonolenta, como um burgo provinciano. Partindo da raia traçada pelos bairros do Lilau, S. Lourenço, Sto. Agostinho, Largo do Senado, Monte e Sto. António, começava a cidade chinesa que ia desaguar, em leque, no Porto Interior. (Senna Fernandes, 1997:52);

Ninguém conhecido estranharia a minha presença na Praia Grande ou no Jardim de S. Francisco. Mas faria certamente reparo, se me visse sozinho ou acompanhado de companheiros da mesma idade ou um bocado mais velhos na Rua do Gamboa ou na Rua das Lorchas ou ainda na Avenida Almeida Ribeiro. Isto já não era regressar da escola para a casa, mas sim vadiar sem rumo como qualquer menino na gandaia. Eu sabia que era um ato de rebeldia contra uma determinação dos pais. No entanto, como cercear a curiosidade muito viva de um rapazinho de nove a onze anos que despertava para a vida, com as histórias dos colegas que levantavam a cortina dum mundo inteiramente novo que existia a partir da calçada do Gamboa para baixo até à marginal do rio? (Senna Fernandes, 1998a:75)

Ou, logo nas “Primeiras palavras” de *A Trança Feiticeira* em que nos dá conta da existência de espaços delimitados e delimitadores de agrupamentos populacionais de diferentes caraterísticas:

Com o desenvolvimento da cidade do Nome de Deus, atraindo populações das aldeias circunvizinhas, em demanda duma vida de melhores oportunidades, nasceu a povoação de Cheok Chai Un que, decorridos anos, com a construção da muralha de Macau, ficou a fazer parte da cidade, mantendo-se, todavia, com as caraterísticas duma aldeia chinesa, sem se deixar contaminar pela influência da «cidade cristã», paredes meias. (Senna Fernandes, 1998b: 3).

E acrescenta logo de seguida:

Ocupava-o gente ciosa do seu pequeno mundo, muito endógena, casando-se entre si, desconfiada e mesmo hostil a toda a cara estranha que por ali se demorasse, fosse ela europeia, fosse ela chinesa doutros bairros e com hábitos mais citadinos. Tinha o seu mercado e o seu templo, as suas lojecas e casas de pasto, os seus curandeiros e ervanários, as suas casamenteiras e «homens-bons» que resolviam conflitos de dinheiro, rixas de família, disputas de negócios e outras quezílias. (Senna Fernandes, 1998b:4)

Sobre as questões de género, encontramos também na obra do autor informação reveladora das diferentes conceções do papel do homem e da mulher e da forma como a segunda se encontrava subalternizada ao primeiro. Em *A Trança Feiticeira*, quando a família de Adozindo pretende mudar de casa é a vontade dos homens que predomina, contra a oposição inicial das mulheres; Lucrécia ascende socialmente por via do casamento com um homem mais velho e bem colocado na vida, e A-Leng, seguindo os costumes chineses, caminha na rua três passos atrás do seu homem, embora mais tarde este venha a colocá-la numa posição de igualdade ordenando-lhe que caminhe ao seu lado – onde passaria a ser o seu lugar.

Em *Nam Van – Contos de Macau*, A-Chan, a tancareira que se apaixona pelo marinheiro português e que, aparentemente, rompe com a tradição da mulher subjugada à moral e aos costumes do seu meio social, acaba por se resignar com o seu destino abrindo mão da sua filha na expetativa que o pai, em Portugal, lhe possa dar um futuro melhor. E em *Mong-Há*, também Alice, em “Milagre de Natal”, é votada ao ostracismo por aqueles que foram os seus pares devido à figura leviana de um homem português por quem se apaixonou e por quem foi abandonada grávida, só se regenerando, ela e o seu filho, aos olhos da sociedade quando o oficial da marinha regressa e a resgata de uma existência cruel e infeliz.

As representações das clivagens sociais, as conceções sobre as diferenças que mais marcam a sociedade sugerem-nos uma sociedade chinesa menos apossada de recursos materiais e educacionais, onde predominam profissões menos prestigiantes e de inferior remuneração. Adozindo, em *A Trança feiticeira*, quando perde a sua condição de menino de família, chega mesmo a invejar os chineses: *podiam aceitar tarefas mais humildes, como cules, varredores de rua, pedreiros ou marceneiros que ninguém reparava. Mas a ele, filho-da-terra, estava vedado descer a tão humildes profissões, ainda que morresse de fome. Nem mesmo para mecânico ou electricista* (Senna Fernandes, 1998b:115-116).

Também Xico Frontaria, depois de desbaratar a fortuna herdada da Titi Bita correu a ronda dos empregos humildes – que não tinha habilitações para aspirar muito alto e acabou por ter de se ajeitar como porteiro duma instituição de caridade, lugar que só conseguiu obter fruto dos bons ofícios do Padre Serafim (Senna Fernandes 1986:59-60).

Mas as diferentes condições de existência, surgem-nos também nos seus contos. Já anteriormente mencionámos a personagem Alice, cuja situação é contraposta à da *casa-grande*, para onde foi trabalhar como costureira, que *marcava distinções e escolhia relações para os filhos* (Senna Fernandes, 1998a:33). Ou através da história do seu amigo Maurício:

Eu era, então, um miudinho franzino e aperaltado na melhor vestimenta. Pelo contrário, Maurício era um rapazelho pobretana, vestia-se mal e chegava à escola, transido de frio, quando os ventos siberianos sopravam da China. Mais velho do que eu, uns quatro anos, nascera filho de metropolitano tropa e de uma bambina que, no dialeto macaense, significa uma enjeitada ou órfã abandonada e recolhida pela Casa de Beneficência das Canossianas. Apesar duma infância difícil, medrara sem visíveis rancores nem inveja. Vivendo em esferas diferentes, nada de comum existia aparentemente entre nós. Mas o certo é que ficámos amigos. (...) Ultrapassada a barreira da Primária, eu fui para o Liceu, ele para a Escola Comercial. Deste modo deixámos de ser inseparáveis. Ele começou a ter novos amigos, procurando naturalmente os da sua idade e da sua escola. A amizade persistiu, contudo, pelos anos fora. Tínhamos de vez em quando, largos passeios, como se, em poucas horas, quiséssemos descontar todo o tempo em que girávamos cada um para o seu lado. (...) Quando lhe dizia que sonhava prosseguir os meus estudos na metrópole, ele não me invejava. Afirmava apenas que eu nascera com melhor sorte. Nunca falava da família, evitava toda a referência à casa que eu sabia de orçamento paupérrimo. Não mostrava vergonha, não. Só que apreciava mais a rua do que o lar dos pais. Não acabou o curso comercial ou coisa que o valha. Reprovou magnificamente por ali, deixou-se atrasar, enquanto eu singrava no Liceu. Uma noite, apareceu-me em casa a despedir-se. Ia para Hong Kong ser aviador, pecha que levou ao tempo muita rapaziada de Macau a emigrar para o estrangeiro. (...) Meses depois rebentou a Guerra do Pacífico, com todo o seu trágico desenrolar. Os meus sonhos de continuar a estudar viram-se momentaneamente destruídos. A guerra, cercando Macau e amachucando-a pela fome, cortava qualquer possibilidade da sua realização. [o autor e Maurício]. (Senna Fernandes, 1997:47-50)

Mais do que narrar a sua história de uma amizade improvável, Senna Fernandes oferece-nos um conjunto de referências importantes – as diferentes condições sociais entre macaenses, as origens humildes e paupérrimas do amigo contrastando com as suas, nascido numa das chamadas famílias tradicionais de Macau, os percursos escolares que os separam remetendo-os para escolas distintas, as aspirações diferenciadas quanto ao futuro e a influência de Hong Kong na vida dos jovens macaenses que, nas mais diversas áreas de atividade, foram emigrando para a vizinha colónia britânica, para já não mencionar as consequências que a guerra viria a trazer para o enclave macaense (Silva, 2011).

Henrique de Senna Fernandes, tal como diversos outros autores, apresenta-nos narrativas muitíssimo interessantes sobre um mundo macaense marcado por importantes contrastes sociais e culturais e poderíamos multiplicar os exemplos a partir da sua obra. Julgamos terem os excertos transcritos capacidade suficiente para chamar a atenção para alguns aspetos que, quando se chega a Macau, não é fácil encontrar de imediato sobre a condição de ser macaense.

Recusando o reducionismo da homogeneidade, quer em termos culturais quer no que respeita a posições na estrutura social, o autor fala-nos das desigualdades não apenas no que respeita a grupos etnicamente constituídos, mas também no interior de cada um. Há diferentes condições de ser chinês, há diferentes condições de ser português e há diferentes condições de ser macaense. E aqui, enquanto autor de conto e de romance, enquanto homem que escreve ficção, Henrique de Senna Fernandes consegue tornar mais claras as clivagens intragrupais do que alguns autores de outras áreas do saber cuja escrita não se espera ficcionada...

O seu centro de gravidade são, precisamente, os macaenses, entendendo-se o conceito no seu sentido tradicional e no seu significado simbólico: os “filhos da terra”, a quem Henrique de Senna Fernandes se referia frequentemente como “nossa gente” – sua, dele, com quem se identificava, reconhecia e era reconhecido como um entre pares. Ou seja, descendentes de portugueses e asiáticos, sejam estes chineses e/ou de outras diferentes origens geográficas, portadores de uma cultura matizada, mestiça, cujos marcadores mais salientes parecem inscrever-se numa matriz linguística e cultural portuguesa, cimentada por via da educação formal e das socializações familiares e grupais, com uma gastronomia rica no cruzamento de sabores, uma língua de grupo, o *patois*, hoje seriamente ameaçado, e práticas de religiosidade marcadamente católicas.

Tudo isto podemos perceber no legado de Henrique de Senna Fernandes, pois todas estas questões são muito vincadas pelo autor em todas as suas obras. Assim como são vincadas as competências linguísticas que colocam este grupo como intermediário entre a administração portuguesa e a mais vasta população chinesa local, facto que os coloca num posicionamento vantajoso na sociedade colonial da época podendo, para usar a terminologia de Max Weber, ser considerados como um “grupo de status” ², ideia que partilho com José Carlos Venâncio (2008) que também assim se lhes referiu.

Mas Henrique de Senna Fernandes não faz a defesa do seu grupo a qualquer preço. Se lhe aponta as virtudes também não se coíbe de lhe mostrar as fraquezas. Se nos dá a conhecer os seus costumes e estilos de vida, também nos revela os seus conflitos. E nem sempre é simpático para os seus pares, ou até mesmo para si próprio, assinalando sem falsos pudores o preconceito e a moral provinciana própria dos círculos fechados e da época que escreveu. Defensor de uma cultura macaense, em *Nam Van – Contos de Macau*, através de *Candy* não deixa de fazer referência ao preço a pagar pelo abandono das raízes culturais ancestrais, quer como opção pessoal em estratégias de mobilidade social ascendente, quer por força das circunstâncias que empurraram tantos macaenses para outros pontos no mundo.

Uma última nota vai para a noção de diferença, ideia tão referida a respeito de Macau, sempre presente em qualquer narrativa sobre a cidade nas suas várias dimensões e que se pode encontrar nos mais variados registos: jornalístico, literário, científico, político e quotidiano. Encontramo-la, também, em Henrique de Senna Fernandes. Várias vezes se refere aos contrastes culturais entre os “dois mundos”, assinalando o peso das diferenças e a incompreensão mútua decorrente dos diferentes estilos de vida, mas, também, destacando a singularidade de uma realidade plural e multicultural, que, afinal, faz de Macau aquilo que ela foi e que ela é. Uma exploração mais exaustiva da obra de Henrique de Senna Fernandes não cabe, evidentemente, numa intervenção desta natureza, tarefa que, quem sabe, guardarei para concretizar mais tarde. Trago, pois, a esta Edição dos Colóquios da Lusofonia uma singela homenagem a um homem das letras, um escritor português de Macau que muito admiro e com quem tive o privilégio de me cruzar ao longo das deslocações que fiz a Macau no decurso dos meus projetos de investigação. Por isso mesmo, não posso deixar de dizer umas breves palavras pessoais.

Henrique de Senna Fernandes esteve sempre presente em todas as minhas idas a Macau e rapidamente passou do escritor meu conhecido a um dos meus informadores privilegiados sendo, invariavelmente, dos primeiros que eu contactava quando chegava à cidade. Ele gostava de falar. Tinha uma capacidade enorme para contar *estórias* e a História. Eu estava ali para ouvir e gostava muito de o ouvir. Foi crescendo a estima e o carinho entre nós e o meu informador privilegiado ficou meu amigo. E neste momento sinto uma saudade infinita desse amigo. Obrigada Dr. Henrique de Senna Fernandes pelas vivências que generosamente partilhou comigo. Saiba eu tirar o devido partido de tudo quanto me ensinou e possa eu, ainda que modestamente, contribuir para a concretização de um dos seus desejos: que a obra que nos deixou possa ser divulgada e conhecida por mais e mais leitores.

Talvez a amizade construída faça de mim suspeita para o afirmar, mas vale mesmo a pena conhecer a Macau que nos é revelada por Henrique de Senna Fernandes.

Notas:

¹ Declaração do autor que me foi feita em entrevista realizada em Macau a 23 de outubro de 2002.

² Os “grupos de status” distinguem-se pelos seus estilos de vida diferentes e por noções de honra e prestígio reconhecido (nível de instrução, prestígio de nascimento, de casamento, de profissão, poder político, etnicidade) não tendo necessariamente que ter correspondência com a dimensão estritamente económica, podendo o estatuto ser herdado ou adquirido.

Bibliografia

Senna Fernandes, Henrique de. *Amor e Dedinhos de Pé*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1986.

---. *Nam Van. Contos de Macau*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1997.

---. *Mong-Há*. Macau: Instituto Cultural de Macau, 1998a.

---. *A Trança Feiticeira*. Macau: Fundação Oriente, 1998b.

Silva, Perpétua Maria Santos (2011), *A Língua e a Cultura Portuguesas a Oriente: análise ao caso de Macau*. Dissertação de Doutoramento: em linha <http://hdl.handle.net/10071/5879>

Venâncio, José Carlos, “A Literatura Macaense e a obra de Henrique de Senna Fernandes. Um olhar histórico-sociológico”, in *Revista de História das Ideias, Coimbra*, vol. 29, Coimbra, pp. 691-702.



15. RAUL LEAL GAIÃO, INVESTIGADOR

TEMA 3.2. CRIOULO DE MACAU E FALAR FRONTEIRIÇO DA SERRA DAS MESAS: APROXIMAÇÕES LEXICAIS

O crioulo de Macau, também conhecido por patuá, papiaçã, língua maquista, papiá cristã, di Macau, lingu nhonha, é uma língua resultante dos contactos efetuados pelos portugueses com diversas comunidades e culturas do Oriente, que contribuíram para as trocas linguísticas que se fixaram no patuá, de base portuguesa e integrando influências malaias, indianas, chinesas, japonesas, filipinas e mesmo africanas.

No extremo meridional das terras de Riba-Côa, as povoações raianas do concelho de Sabugal encravadas nas proximidades da Serra das Mesas (e da Serra da Malcata), desenvolveram ao longo do século XX contactos frequentes com as populações vizinhas do outro lado da fronteira política, contactos através do contrabando diário e intenso com Espanha. Estas relações originaram fortes interferências linguísticas, do espanhol nos falantes das aldeias vizinhas da Serra das Mesas. A emigração, principalmente para França, possibilitou a sobreposição de uma nova camada linguística, de influência francesa, com a presença e o regresso parcial dos emigrantes.

Como a base portuguesa ou o superstrato do crioulo é um falar popular, pretendemos salientar os aspetos comuns destes dois falares, nomeadamente no domínio do léxico.

1. Crioulo de Macau/Falar fronteiriço da Serra das Mesas – contactos linguísticos

Ao substrato português, juntaram-se, no macaísta, elementos exógenos; a estrutura dominante e muitas palavras parecem provir do malaio: catupá, chilicote, dodol, no domínio da culinária; parão, estrica, como utensílios domésticos; cate, tael, como medidas; termos de vestuário feminino, bajú, por exemplo. A influência chinesa foi primitivamente bastante ténue, mas a atividade comercial e a relação com mulheres chinesas abriram as portas à penetração linguística chinesa, embora com menor peso. Adé destaca as línguas em contacto que originaram o crioulo macaísta, o português, o canarim, o malaio e até o espanhol, situação em que os casamentos tiveram um papel crucial:

“Lingu maquista sã ramendá português champurado co china, co unga porçã di linguaze di ôtro raça, já sã canarim, já sã malaio co unchinho di ispanhol pingá-pingá. Ispanhol sã pó cósa di Macau perto di tera filipino; canarim co malaio pó cosa di Macau inchido di ilôtro. Português antigo têm qui tánto já casá co nho-nhónha malaio, co nho-nhónha di Goa. Si nunca sã assi, qui-foi tanto maquista-maquista já sai escuro-escuro?” (Ferreira, 1996: vol. II, 200).

[“A língua macaísta é como o português misturado com chinês, com uma porção de linguagem de outras raças, canarim, malaio, com uns pingos de espanhol. Espanhol é por causa de Macau ficar perto das Filipinas; canarim com malaio por causa de Macau estar cheio deles. Os portugueses antigos casaram com mulheres malaias e mulheres de Goa. Se não tivesse sido assim, como é que tantos macaístas saíram escuros?” (versão nossa)].

A região de Ribacoa e a zona onde estão situadas as aldeias sobranceiras à Serra das Mesas foram repovoadas no primeiro terço do século XIII por Afonso IX, favorecendo “a colonização por galegos das zonas semidesertas para além da serra e da Estremadura leonesa, como demonstra claramente a toponímia.” (Cuesta, 1971).

“Nos “três lugares”, como os seus habitantes os designam, conserva-se ainda um falar que L. de Vasconcellos descreveu como “português dialetal da região de Xalma”, no que foi seguido por outros filólogos, inclusivamente espanhóis; na realidade são dialetos de origem galego-portuguesa medieval, com alguns traços leoneses. Isso mesmo começou por ser revelado por L. Cintra no seu estudo sobre linguagem dos foros de Castelo Rodrigo (1959) e por Maia (1977), que os descrevem como galego-portugueses. “Os dialetos dos “três lugares”, que no seu conjunto, são denominados “A Fala”, têm, de facto, características e designações próprias, diferentes em cada um deles – mañega (San Martin de Trevejo), lagarteiru (Eljas) e valverdeira (Valverde del Fresno) – “e têm despertado renovado interesse e motivado novos estudos, tendentes sobretudo à sua normativização e a estabelecer a sua filiação.” (Segura, 2013: 119).

Esta tese da repopulação galega tem sido também defendida por muitos filólogos galegos. Uma tese contrária vincula a história linguística desta região à de outras regiões fronteiriças com soberania espanhola que conservam falares portugueses: Olivença, grande parte da região de Alcântara, a região de Xalma (na Estremadura), Almedilha (Salamanca) e Calabar (Samora). (Maragoto, 2012a). Esta posição considera que a tese galega é uma mera hipótese especulativa sem fundamento, não se encontrando documentada, e contesta o isolamento posterior à repopulação que preservaria a fala até aos nossos tempos, não se verificando que tenha sido um território pobre e subdesenvolvido. (Maragoto, 2012b) Os contactos com a região de Xalma, em Espanha, eram diários, com o contrabando e o comércio. As mulheres iam diariamente vender leite e outros produtos, comprando produtos, como azeite, tecidos.

Iniciando-se nos anos cinquenta, a emigração engrossou nos anos sessenta do século XX, principalmente para França, seguindo-se, depois, a saída para os centros urbanos internos de pessoal já com formação. A posição fronteiriça e o contacto com outras gentes contribuíram para uma saída bastante prematura em relação ao resto do país.

2 Aproximações lexicais

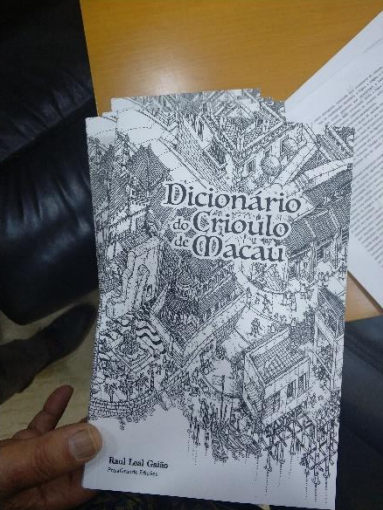
“Não esqueçamos que não eram os doutores da Renascença quem formava o grosso dos nossos colonizadores, mas os rudes homens do povo cuja linguagem, como em todos os tempos, conservava muitos ressaibos de arcaísmo.” (Batalha, 1988: 7)

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

<i>CRIOULO DE MACAU</i>	<i>FALAR FRONTEIRIÇO S. MESAS</i>	<i>PORTUGUÊS ATUAL</i>
abrido	abrido	aberto
acháqui	achaque	doença; mal-estar
afugá	afogar	sufocar, asfixiar
aguá	aboar	voar
águ-chêro	água de cheiro	perfume
agudo	agudo	apurado, a; esperto, a
águ-fónti	água da fonte	água potável; água p/ beber
alumiá	alumiar	iluminar; dar luz
Ano-Bom	Ano Bom	Ano Novo
ardê	arder (com sabor picante)	provocar sensação de ardor
argolinha	argolinha(s)	brincos
árvre	arbre	árvore
aspro	aspro	áspero; indelicado
tirá assêsta	tirar a sesta	dormir a sesta
astrevê	estreber-se	atrever-se; ter coragem
cabéça di atum	cabeça de atum	trapalhão,
chupeta	chupeta	tetina de biberão
más bom	mais bom	melhor
botá	botar	pôr; colocar
botica mestre	botica	farmácia
cáchi-báchi	cachi bachi	de baixa condição social
caldo	caldo	sopa
cáliz	cális	cálice
comezáina	comezaina	comida abundante; iguarias
cósca	coscas	cócegas
fazénda	fazenda	tecido; pano
fresquidám	fresquidão	frescura
fundura	fundura	profundidade
goela	golas	garganta; goela(s)
grandura	grandura	grandeza; tamanho
cucéra	coceira	comichão; coceira
dá lembrança	dar lembranças	dar/apresentar cumprimentos
dále	dale	dar-lhe; dar em; bater; sovar
dismáncho	desmanche	aborto
Diosaja	(que) Deus haja	falecido
dotrina	dotrina [dó] – ir à dotrina	catequese
erguí	erguer-se	levantar-se
erguido	erguido	levantado (da cama)
hóme	home	homem
impinado	impinado	de pé
intrementos	e/intrementos	entretanto; enquanto.
machucado	amachucado	amarrotado
marêlo	marelo [ré]	amarelo
margoso	(a)margoso	amargo
más grándi	mais grande	maior
obrá	obrar	defecar;
paga	paga	ordenado; salário
porta-rua	porta da rua	porta de entrada, principal
pramor/pramôr (di)	promor (de)	por causa (de).
quartinho	quartinho	casa de banho
quêjo móli	queijo mole	queijo fresco
réza	reza (ir à reza)	oração
sandido	açandido	aceso
sarado	sarrado	fechado
sucre	açucré	açúcar
tamém	tamém	também
ti	ti	tia
trindade; tocá trindade –	trindades; tocar às trindades	tocar às ave-marias.
vánda-trás	banda de trás	zona ou parte traseira.

Bibliografia
Batalha, Graciete Nogueira (1988). Glossário do Dialeto Macaense - Notas Linguísticas, Etnográficas e Folclóricas. Macau: Instituto Cultural de Macau.
Cintra, Lindley (1959). A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Curia, Cáceres e Usagre. Contribuições para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII. Lisboa: Publicações do Centro de Estudos Filológicos.
Cuesta, Pilar Vázquez e Maria Albertina Mendes da Luz. (1971). Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Edições 70.
Ferreira, José dos Santos (1996a). Papiçam di Macau. vol. II. Macau: Fundação Macau.
Gaião, Raul Leal (2019). Dicionário do Crioulo de Macau. Escrita de Adé em Patuá. Macau: Praia Grande Edições Lda.
Maia, Clarinda Azevedo (1977). Os Falares fronteiriços do Concelho do Sabugal e da Vizinha Região de Xalma e Alamedilha. Coimbra.
Maragoto, Eduardo Sanches (2012a). “As falas das Elhas, Valverde e S. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (I) (apontamentos críticos à tese histórica da repovoação galega)”. In MURGUÍA, Revista Galega de História, nº 25, xaneiro-xuño 2012.
Maragoto, Eduardo Sanches (2012b). “As falas das Elhas, Valverde e s. Martinho (Cáceres): origem galega ou portuguesa? (ell) (apontamentos críticos à tese histórica da repovoação galega)”. In MURGUÍA, Revista Galega de História, nº 26, xullo-decembro 2012.
Segura, Luísa (2013). “Variedades Dialetais do Português Europeu”. In Raposo et al (org.) Gramática do Português. Volume I. pp. 85-142. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

TEMA 3.2 APRESENTA DICIONÁRIO DO CRIOULO DE MACAU



REVISTA DE ESTUDOS LUSÓFONOS,
LÍNGUA E LITERATURA,
DOS COLÓQUIOS DA LUSOFONIA

32º COLÓQUIO DA LUSOFONIA GRACIOSA

- 1. [ÁLAMO OLIVEIRA](#)
- 2. [ALEXANDRE BANHOS](#)
- 3. [CAROLINA CORDEIRO](#)
- 4. [CHRYSTELLO](#)
- 5. [FEDUARDO BETTENCOURT PINTO](#)
- 6. [FÉLIX RODRIGUES](#)
- 7. [HILARINO DA LUZ](#)
- 8. [JORGE ARRIMAR](#)
- 9. [LUCIANO J DOS SANTOS B PEREIRA](#)
- 10. [MARIA HELENA ANACLETO-MATIAS](#)
- 11. [MARIA JOÃO RUIVO](#)

16. ÁLAMO OLIVEIRA, ESCRITOR, TERCEIRA, AÇORES AICL

TEMA HOMENAGEM A EDUÍNO DE JESUS, EDUÍNO DE JESUS – POETA

Eduíno de Jesus não é apenas o mais veterano dos escritores açorianos.
Ele é também o veterano do que a escrita portuguesa tem de qualidade literária.

Tive a oportunidade de escrever, opinando, sobre a obra de Eduíno de Jesus, relevando, sobretudo *Os Silos do Silêncio*, que reúne toda a sua poesia, mas não deixando de lembrar a sua escrita em prosa, nomeadamente, ficção narrativa bem como a sua intervenção crítica nas artes plásticas, teatro, música e cinema. Sobre estes temas, escreveu dezenas de apreciações que foram sendo publicadas em jornais e revistas com projeção nacional.

No texto a que fiz referência e que fez parte de um conjunto de muitos outros com autorias de prestígio e que enformaram um livro homenageativo, permiti-me escrever: «*Os Silos do Silêncio* (é) um título que, só por si, é um poema deposto sob uma enorme metáfora. Poesia magnífica! Em cada palavra e mesmo em cada sinal ortográfico ressalta uma sabedoria que orienta a oficinação poética, sustentada por um silêncio siloso (...)»

Há momentos em que me disponho a ser juiz de mim através do olhar dos outros. Penso no que me diria Eduíno de Jesus sobre o que escrevo. E sinto-me perdido. Procuro, no que ele escreve, o deslize, o desconforto do verso que se esqueceu de dizer o que tinha para dizer. E sempre a perfeição se mostra sem a mais pequena mácula. Tenho muito receio de nódoas na minha própria escrita.

Os «mestres da escrita» existem e, por isso, neste momento, há que esquecer a entronização de tanta mediocridade em detrimento da qualidade provada, como a deste Mestre da Escrita que reúne as palavras de forma que se instalem no calendário da História da Literatura portuguesa. Digo calendário porque a produção literária de Eduíno de Jesus obedece à métrica do tempo e do lugar, cumprindo, internacionalmente, um estilo marcado por uma inovadora e consistente harmonia estética. Prefiro que estas palavras venham marcadas pelo eu concreto de um discurso que não quer influências de ninguém. Esta presunção não deve passar disso mesmo, uma vez que outros (muitos outros) se anteciparam a dizer o que eu gostaria de dizer. Eduíno de Jesus não é apenas o mais veterano escritor açoriano. Ele é também o veterano da qualidade literária que o confirma como escritor universal.

Tive o privilégio de secretariar algumas reuniões de jurados em concursos literários, dos quais Eduíno de Jesus fazia parte. Perante a democraticidade de cada elemento do Júri, impressionava-me a exposição sábia e clara do seu parecer. Era sempre um parecer incontestável, sem que isso contribuísse para mostrar qualquer tipo de desrespeito pela opinião dos outros.

Curiosamente, as suas comunicações, apresentadas em congressos ou em colóquios, de forma aparente, pareciam desorganizadas e a mostrar o seu lado anárquico. As suas fichas conduziam a um discurso que se expandia, levedando em saberes e que sempre nos surpreendiam. Era fácil concluir que a sua atitude «negligêê» era altamente disciplinada, concisa e pertinente.

Na verdade, Eduíno de Jesus subiu fasquias de saberes tão diversos que se torna difícil falar com ele sem que nos escondamos na ignorância. Sentado à mesa, num tempo ainda presente mas já antigo, fui convidado para jantar em casa de Eduíno de Jesus, jantar esse que fora requintadamente preparado, com pratos de peixe e de carne, pela D. Hélia – cozinheira de estrelas merecidas. Nesse jantar, aprendi que beber vinho era uma ciência e uma arte e que isso exigia tantos cuidados como outra arte qualquer. Eduíno de Jesus preocupava-se com a escolha de um vinho branco que fosse de encontro à identidade do peixe que iríamos comer, pois ser peixe de rio não é o mesmo que ser peixe de mar; ser peixe de escama não é o mesmo que ser peixe de pele, com as variantes de poder ser frito, cozido, assado, grelhado. Menos difícil era escolher um tinto. A escolha foi explicada pelas castas, pelo ano de colheita, pela graduação, pela temperatura adequada, pelo ritual da decantação.

A Associação dos Colóquios da Lusofonia propôs, muito justificadamente, esta homenagem a Eduíno de Jesus. Ainda bem que o faz e que temos a oportunidade de poder contar com a presença do homenageado. É importante que Eduíno de Jesus saiba que este reconhecimento não é fogo de artifício. Pelo contrário. É a forma, embora modesta, de lhe dizer obrigado pela capacidade de partilha dos seus saberes e também pela generosidade que demonstra na relação com tantas outras gerações de pessoas ligadas às Letras e às Artes. Todos lhe devemos a serenidade com que veste o nosso mundo.

Para vos provar o que acabo de dizer, deixo-vos com a saudação com que Eduíno de Jesus me brindou no dia do meu aniversário, em maio de 2019.

Escreveu: «Amigo, aí tens mais um ano vivido. Viver é gastar a vida, não a delapides. Saboreia-a devagar como um bom vinho. Tempera-a com poesia (sempre) e com algum teatro e outras ficções, mas coze-a ao lume brando do amor. E vigia este lume brando com cuidado, porque ele se ateia muito para além da conta, queima e o caldo entorna. Um grande abraço.»
Li, reli este abraço de aniversário vezes sem conta.

Saboreei-o devagar com uma amizade sempre quente. Se o pleonasma não fosse pecado, mandava esta saudação a Eduíno de Jesus, bumerangue de si mesma, mas com o mesmo abraço.



17. ALEXANDRE BANHOS, FUNDAÇÃO MEENDINHO, GALIZA –

TEMA LUSOFONIA E CORRUPÇÃO. ÀS VOLTAS COM A CORRUPÇÃO. UM APONTAMENTO FINAL SOBRE O BRASIL. FUNDAÇÃO MEENDINHO – BRASIL, ALEXANDRE BANHOS – GRACIOSA 2019

O tema da corrupção é praga da que não está livre a Lusofonia. Por todo lado se percebem discursos moralistas contra a corrupção, mas a moral e a corrupção viajam em caminhos de ferro paralelos que nunca se cruzam. Por isso vou tentar pôr algo de luz sobre esse espinhoso tema, e porque não é com discursos moralistas nem com moralismo que ela vai ser resolvida.

Que é corrupção:
É tirar benefício da posição de poder que se ocupa para um ou para outrem; (é os níveis de poder podem ser inumeráveis e diversos, com diferente escala e alcance), e tanto pode ser o benefício económico, é dizer simples roubo, apropriando-se de bens que não correspondem de jeito legal.

É também corrupção, todo benefício para um ou para outrem que se tire de uma posição de poder ou do uso das capacidades legais não ajustadas a direito para se conseguir todo tipo de fins incluídos os políticos, ainda que isso não levasse necessariamente benefícios económicos (imediatos).

- É isso feito sempre sob uma densa capa de opacidade. A corrupção não é compatível com a transparência e a luz, nem com o moralismo, que é sempre a escusa perfeita em quase todos os casos, para que sobre esse elemento fulcral da luz, nada se toque, e todo continue nas trevas.
- 1- Os seres humanos, a nossa espécie formou-se como tal e teve sucesso roubando. O natural nos humanos é roubar, e se beneficiarem como humanos de todo o que poderem.
 - 2- História muito sucinta da nossa história como espécie e como ladrões.
 3. A guerra e o roubo, são a cruz e coroa de uma mesma moeda. Os espartanos fazem luz sobre isso.
 4. Que é a moralidade e porque na moralidade não há alicerces para lutar contra a corrupção
 5. É possível limitar ou reduzir a existência da corrupção? Sim é possível e doado, porém fujam como demo da água benta, de todos os que tem receitas simples carregadas de moralismo.
 6. Os alicerces universais contra a corrupção.

7. Umas notas sobre a corrupção e o Brasil, como exemplo no mundo lusófono, do que tirar bons conselhos. Alexandre Banhos – Colóquio da Lusofonia na Ilha de Graciosa outubro de 2019, Fundação Meendinho - Brasil

Primeira Parte - Apresentação

1- Que é corrupção

1.1- Sobre a natureza humana e sua história

2- História muito sucinta da nossa história como espécie

3- A guerra e o roubo são a luz e a coroa duma mesma moeda

4- Que é a moralidade e porque na moralidade não há alicerces para lutar contra a corrupção

5- É possível limitar ou reduzir bem significativamente a existência da corrupção?

Segunda Parte

1- Umas notas sobre a corrupção no Brasil, e por onde teriam que ir os remédios

Apresentação:

O tema da corrupção é praga da que não está livre a Lusofonia. Por todo lado se percebem discursos moralistas contra a corrupção, mas a moral e a corrupção viajam em caminhos de ferro paralelos que nunca se cruzam. Por isso vou tentar pôr algo de luz sobre esse espinhoso tema, e porque não é com discursos moralistas, nem com moralismo que ela vai ser resolvida.

1- Que é corrupção:

a) É tirar benefício económico da posição de poder que se ocupa para um ou para outrem; (é os níveis de poder podem ser inumeráveis e diversos, com diferente escala e alcance), e tanto pode ser o benefício económico, simples roubo, apropriando-se de bens que não correspondem de jeito legal, ou regalias de todo tipo por benefícios parta terceiros.

b) É também corrupção, todo benefício para um ou para outrem que se tire de uma posição de poder ou do uso das capacidades legais não ajustadas a direito para se conseguir todo tipo de fins incluídos os políticos, ainda que isso não levasse necessariamente benefícios económicos (tanto dos imediatos como dos afastados no tempo). É isso feito sempre sob uma densa capa de opacidade.

c) Também é verdadeira corrupção a capacidade dum grupo de estabelecer a meio do sistema legal, a apropriação da riqueza, e benesses existentes no sistema de jeito brutalmente discriminatório⁶⁸

d) Há mais um tipo de corrupção, o que vai ligado a sistemas políticos e administrativos pouco funcionais, obscurantistas retoricadamente burocratizados de jeito racional ou com exigências destemidas e muito atrapalhadores do bom funcionamento da sociedade, e/ou no que a carreira política e muito cara e segregacionista. Nesse caso a corrupção acaba por ser o processo que permite que o sistema possa funcionar sem paralisia⁶⁹, pois é o óleo que engraxa os mecanismos que fazem que possa haver funcionamento certo e não travado das cousas. Com muita frequência, em sistemas disfuncionais de todo o tipo, e onde a corrupção é o óleo do funcionamento social, esta acaba virando o quadro da ação em qualquer lado e cousa.

Na moderna engenharia da gestão, houve muito esforço nas análises dos processos; o como é que correm as cousas para que elas se derem ou se produzirem. E em todo tipo de instituições houve um verdadeiro esforço na melhora processual e suas garantias, porém nos sistemas político institucionais marcados por normas legais exigíveis com constrangimento, foi em não poucos lugares estabelecido o sistema de tal jeito louco, que só os malandros conseguem vir a tirar proveito dele.

A corrupção pode se dar em qualquer instituição humana, tanto tem que se estudem as forças armadas, ou a justiça, ou a polícia, ou o professorado, ou as igrejas..., nada é alheio a sua existência e ela aninha e se reproduz por todo o lado. Os corruptos são pessoas que compartilham os valores que são partilhados pela sociedade a que pertencem, não são nunca alienígenas ou indivíduos especiais.

Sobre a nossa natureza humana e a sua história

1- Os seres humanos, a nossa espécie formou-se como tal e teve sucesso, roubando. **O natural nos humanos é roubar**, e se beneficiarem de todo o que poderem. Os povos de mais sucesso histórico foram os povos que submeteram a outros e se serviram das suas riquezas. A moralidade, foi inicialmente uma norma interna do clã, ou da tribo, é dizer o princípio socialmente coativo para o interior do grupo. Porém era legítimo se isso for feito a outros, o de tomar-lhe o que tiverem. Todavia na legislação de alguns estados, não é objeto de castigo a condição delinquente do cidadão, enquanto como tal roube noutros estados, ainda que declare no seu estado que isso é o que faz. É um caso bem interessante ao respeito o da civilizada Suíça⁷⁰.

2- História muito sucinta da nossa história como espécie.

Na espécie humana não há um comportamento distinto do que se produz em outras espécies animais, de todo tipo: Hierarquia a hora de comer no seio do grupo e apropriação por uns animais dos recursos caçados (possuídos) por outros.

Como tem demonstrado a etologia⁷¹, o roubo forma parte do comportamento de quase todas as espécies, especialmente naquelas mais desenvolvidas em que funcionam grupos clânicos dos animais e se dispõem a roubar os recursos, ou se apoderar do território e seus recursos, ou das fêmeas, ou do que for de interesse, e que possuem outros clãs da mesma espécie. Enquanto no interior do clã animal rege a hierarquia, e o respeito a mesma e as suas regras duramente exigidas, para fora a legitimidade da apropriação e do roubo e bem recebido pelo grupo.

No nosso ADN está incutido, nisso que é a luta pela sobrevivência, o termos o maior sucesso, e para isso podermo-nos aproveitar do trabalho e dos bens de outros, pois isso é como o mel para o urso, irresistível⁷².

⁶⁸ No Brasil o sistema de juros bancário existente, é único no mundo, pois o comum no resto do mundo “capitalista”, e que os tais juros brasileiros forem declarados de usura, e a usura é tipificada como delito e duramente castigada. Passa-se praticamente o mesmo com a ausência de tributação das rendas pessoais quando procedem do capital, o qual é uma outra anomalia brasileira no mundo “capitalista”.

A outra grande anomalia brasileira é o seu sistema judiciário, o mais caro do mundo, consome a incrível fatia do 6 por cento do PIB, bem mais que o cuidado da saúde, caso que também é único no mundo. O poder judiciário é muito peculiar, os juízes são bem humanos, muito individuais ainda que conformem um poder coletivo, e com forte inclinação conservadora. Tem enorme tendência a cooptação dos seus membros (outro assunto que reclama a sua boa regulação pelos outros poderes, e essa regulação não tem nada a ver com a sua independência), e se os outros poderes não exercem o controle sobre eles em assuntos que vão além da independência judicial, e **NÃO SÃO REGIMENTADOS E REGULADOS PELOS OUTROS PODERES**, Tendem a funcionar como um lóbi, concentrando-se, como todos os lóbis, em tirarem a fatia mais grande que poderem do orçamento do estado, o que eles chamaram sempre DIGNIFICAR A JUSTIÇA: Regalias, compensações e ordenados, e incluso constituírem outro problema grave ao estado de direito, que é o **GOVERNO DOS JUÍZES**, eles são um poder de controle, porém nunca podem ser governo.

No Brasil, a justiça é muito autónoma, em campos onde não deviam ter autonomia nenhuma, como é no estabelecimento dos seus ordenados (este ano de crise, acrescentaram as suas receitas por cima do 16%). Onde regulações que teriam que fazer os outros poderes sobre os juízes, são autónomas e do próprio judiciário, e isso sem que no quadro da república brasileira exista um órgão de arbitragem entre poderes e territórios, do tipo Tribunal Constitucional. Como resultado o Brasil, tem o sistema de justiça mais cara do mundo 6, alcançando a monstruosa cifra de uma despesa do 6% do PIB brasileiro. Na maioria dos estados da OCDE anda na casa do 1% do PIB, e os salários dos juízes e suas regalias são bem menores. Na Europa o seu máximo tribunal, o da União Europeia, tem de ordenado para os juízes 4,5 vezes o salário meio na UE dos trabalhadores. O normal bem sendo uma proporção de entre 3 e 4 vezes o ordenado médio de trabalhador. No Brasil é de 22 vezes o ordenado meio inicial. Para entenderem a monstruosidade que é a despesa brasileira com a justiça, olhem esta comparança: Esse 6 por cento do PIB, é a despesa que fazem o estado espanhol e Portugal na sua sanidade pública universal, ela de muito alta qualidade. Na realidade nem chegam a ultrapassar o 6%. Enquanto a ciência económica aponta que os serviços de saúde, -a sanidade pública, são caros. No Brasil, num caso único no mundo, essa proporção é devorada pela justiça, contra as recomendações da OCDE e do Banco Mundial e sem que os próprios membros de essa corporação se escandalizarem ou percebam aí alguma injustiça. Não há correlação entre o crescimento da despesa na justiça de jeito irracional e a qualidade do serviço e a proteção dos direitos da população e das suas liberdades, e mais bem justo ao contrário, mais se afastam como elite privilegiada, do povo do que são poder garante. **Nem a redução dos ordenados dos juízes, afeta a independência judicial**, como estabeleceu o máximo órgão judiciário da União Europeia.

⁶⁹ Isto exprimiu-o de jeito bem claro Max Weber, que chegou a dizer que em certas sociedades, a corrupção é a janela única da liberdade. Se se está submetido a um estado totalitário, ao menos que ele for corrupto.

⁷⁰ A Suíça foi um dos estados europeus mais comprometidos com o comércio de escravos, com o que ganhou muito dinheiro. Mas como eram financiadores, ficaram limpos como uma patena.

Os modernos tratados internacionais aos que a Suíça vai aderindo, modificam isso, mas a Suíça não é membro da ONU, e é do espaço económico europeu (EEE) de jeito bem particular.

⁷¹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Etologia>. Estudo do comportamento animal

⁷² É legítimo que quem não tem nada para viver e se alimentar roube?, para ele seria uma escolha moral.

A moralidade é uma construção cultural, um jeito de se proteger um coletivo frente a terceiros tecendo a vez laços de confiança e solidariedade. Primeiro foi na família, segundo no clã, terceiro na tribo, quarto no âmbito das trocas regionais. Os princípios morais, são sempre um particularismo cultural⁷³, incutido via de exemplo de comportamento social e via ferrenhamente coativa, a quem não seguirem as normas.

Nas sociedades modernas, cada grupo de especialização, de atividade, cria e fixa a sua própria deontologia (ou lhe é fixada), e ela está perfeitamente regrada nos seus processos internos. Porém os comportamentos deontológicos que figuram perfeitamente regrados, exemplo médicos ou juízes, logo eles estão, na sua aplicação, encruzilhados não poucas vezes, com a sua particular conceção moral e dizer de saber o que é bom ou mau, facto sempre bem subjetivo, e por isso quando essas especialidades de atividade, como as citadas antes a título de exemplo, não tem controles internos e externos do cumprimento das normas deontológicas, imediatamente se produzem desvirtuações de todo tipo que não podem ser definidas como de faltas de moral⁷⁴.

Os modernos estados “nacionais” *isso que Bourdieu chamou do único deus verdadeiro dos nosso tempo*⁷⁵, são um construto humano que se remonta a não muito além do século XIX. **As normas sociais, o construto cultural da moralidade, acompanha uma contraparte que são os laços de confiança e solidariedade;** muito fáceis de perceber nos pequenos grupos, mas muitas vezes totalmente ausentes, além de serem em muitos casos, simples palavras de ordem dos modernos estados, e quanto mais grandes eles forem, mais se pode dificultar o funcionarem bem nesse aspeto.

3. **A guerra e o roubo, são a cruz e coroa duma mesma moeda.**

Desde os primórdios da humanidade, na sua etapa de caçadores e pescadores, o se apoderar dos recursos dos outros, do esforço dos outros formou parte da ação humana. A guerra nasceu e segue sendo o caminho mais eficaz para dominar a outros, e se aproveitar das suas riquezas. Como dizia Einstein, *O pior das guerras, é o de quem vai logo convencer aos vencedores, de que a guerra não paga a pena*; pois é o caminho mais direto de obter riquezas e poder⁷⁶.

Na militarizada sociedade espartana, era uma forma de formar os soldados, o de enviá-los a roubarem. No treinamento tinham, que se movimentar sem serem vistos nem descobertos, e tinham que tirar todo o que se poder aos que roubavam. O soldado que era apanhado e descoberto sofria grave castigo. Se pegarmos no moderno manual de treinamento das forças especiais americanas, isso segue presente, com outra linguagem, do tipo, Como se suster no campo inimigo etc.⁷⁷ mas lá está.

A maioria dos heróis que formam o panteão cívico de estados e povos, foram ladrões e bandidos de sucesso, ou nalguns casos aqueles que travaram o espólio e o submetimento que outros faziam ou tentavam. O direito a legitima defesa nasce do direito a não ser privado dos recursos que se possuem, como gentes, como tribos, como povos, como estados...

4. **Que é a moralidade e porque na moralidade não há alicerces para lutar contra a corrupção**

Na luta contra a corrupção ou do combate a corrupção aparecem por todo o lado as palavras de ordem contra a corrupção carregadas de moralismo, como se ela for um problema com determinadas pessoas e a sua natureza malandra e não um problema muito mais profundo. Reclamam-se para os corruptos todas as pragas bíblicas, mas os mesmos que as reclamam e que compartilhem normalmente o mesmo universo moral, que os corruptos certificados, agem nas suas escolhas morais entre o que é bom e o que é mau, escolhas que se fazem todos os dias, mas que se forem olhadas sob holofotes esclarecedores, perceber-se-ia que o seu agir tem bem seguro, a semente da corrupção.

A corrupção é compatível com fortes convicções morais, pois até as pessoas podem achar razões morais que amparem o seu comportamento corrupto.

A corrupção não desaparece por serem as pessoas religiosas, nem por temerem a ameaça do inferno, concebida como a força mais coativa moralmente imaginável, **além de que a moralidade religiosa, construto cultural, não é universal, tendo profundas diferencias entre as religiões mais estendidas do planeta.**

O padre Manuel da Nóbrega, primeiro chefe das missões jesuíticas no Brasil, e que percorreu o Brasil caminhando pelo menos uma vez desde Piratininga (atual São Paulo) até Olinda em Pernambuco, deixou-nos umas cartas que são de grande interesse para entendermos os primórdios desse território.

Nelas figuram decisões morais de grave confronto com outros membros do clero, como a sua decisão de que as pessoas totalmente despidas podiam assistir aos atos religiosos, feita pelos jesuítas e condenada por não poucas autoridades religiosas, ao afirmar ele, que essa é a forma de se vestirem os índios.

Descreve-nos nalgumas cartas⁷⁸ a devassidão moral e pecadora que se produzia no Brasil entre quase todos os clérigos, pois conviviam com mulheres, as mais das vezes com várias as que lhe faziam filhos. Fala-nos dum bispo da Bahia que nem reconhecia aos índios a condição de pessoas com alma, o qual acabou comido por eles, o que Manuel da Nóbrega percebe como justo castigo, e diz, eu que andei por todo o Brasil, e que muitas vezes suspirei pelo martírio de ser comido pelos índios, nunca recebim um mal trato deles, e sempre fum acolhido nas suas casas e aldeias com todo o agarimo.

Manuel da Nóbrega, reclama dos superiores jesuítas de Portugal, a tomarem as providências necessárias, para que o Rei, (o poder secular), adote as medidas disciplinares que acabe com a devassidão dos padres. É dizer, os princípios morais e o castigo do inferno a padres pecadores não tem força suficiente para levarem essas pessoas ao caminho reto da temperança⁷⁹.

A corrupção não é compatível com a luz e a transparência, onde nada possa ser feito, se não é a vista de todos.

Porém o moralismo, é sempre a escusa perfeita em quase todos os casos⁸⁰, para que sobre esse elemento fulcral da luz, nada se toque, e todo continue nas trevas. Assistia eu uma vez a um juízo que era feito a dous irmãos que foram pegados após inúmeros roubos e assaltos; num momento determinado o Procurador apontou que eles: Vocês, os réus carecem de moral para poderem conviver na sociedade. Os réus saltaram como uma mola: Saiba senhor Procurador, que eu/nós, nunca roubaríamos nem assaltaríamos um irmão cigano, as pessoas temos a nossa moral. Também é bom lembrar que não se resolve tampouco a corrupção se os sistemas políticos e de funcionamento do estado não são adequados e funcionais aos objetivos que o bem estar da população precisa.

5. **É possível limitar ou reduzir bem significativamente a existência da corrupção?**

Sim, porém o primeiro que temos que saber, e que isso não é problema que se resolver da noite ao dia⁸¹. E além disso, sabemos que corrupção não é compatível com a luz e a transparência, onde nada possa ser feito, se não é a vista de todos.

A Dinamarca, o estado classificado como o menos corrupto do mundo, pode-nos dar algumas lições. Lá partiram dum grande esforço histórico em incutir padrões contra a corrupção, padrões que fazem sempre esforço na empatia com os outros e as suas necessidades⁸². A Dinamarca tem também uma caraterística, é um estado que adotou padrões integradoras e solidários.

73 A ética é uma reflexão sobre porque são considerados válidos uns comportamentos e outros não o são. Isto no quadro da condição de homens e mulheres como seres livres, e além disso com a pretensão de serem os princípios éticos de validade universal, frente à moral, que se corresponde com cada cultura.

74 Porém que sejam morais, isso não obvia que ao se desviarem do código deontológico, sejam corruptas. Não existe correlação entre mais ou menos corrupção e prática religiosa, sempre resulta que o poder coativo das igrejas e as suas ameaças -sobre o mal do pecado, acabam por não funcionar.

75 <https://www.wook.pt/livro/sobre-o-estado-pierre-bourdieu/15746586>

76 Eurípides além de ser um dos primeiros historiadores, foi um filósofo da Historia que diria Raymond Aron. Eurípides chegou a chamar às guerras “de aceleradores da história”.

77 <https://www.amazon.com/Mammoth-Book-Special-Forces-Training/dp/0762452331>

78 https://books.google.es/books/about/Cartas_do_Brasil_e_mais_Escritos_do_Pe_M.html?id=bisTnavr-wkC&redir_esc=y

79 Como se percebe o problema na igreja Católica com o sexo e os padres não é novo, e os problemas só os resolve a Igreja, quando age o poder secular, se não como muito, ficam como segredo de confissãoário.

80 Os famosos [10 pontos propostos](#) pela Lava-jato contra a corrupção, mais que pôr os alicerces para deter a corrupção são uma bênção do que estava fazendo a Lava-jato, processo que começou dum jeito bem corrupto (Alexandre Banhos Belmonte 2019), e como logo poria branco sobre negro o Vaza Jato, era um elemento de mudança económica e política violando todas as normas deontológicas, e podendo se definir, como processo certificado como bem corrupto.

A questão de fazer uma cousa mal, mas quando o bem a que se aspira é superior (opção moral), ou a de se ser corrupto para combater a corrupção que defende o Sérgio Moro, é uma posição profundamente moralista, e esse tipo de escolhas estão também nas escolhas morais dos políticos que se pretende julgar. Pois ainda que existam muitos dirigentes de sucesso que podem ser definidos de [Psicopatas](#), na imensa maioria são pessoas morais e que fazem escolhas morais.

81 A maioria das pessoas acredita que os problemas complexos podem se resolver com soluções simples, mas isso nunca é assim. Problemas complexos exigem soluções complexas.

No Brasil todas as pessoas têm sempre uma espécie de fé cega em que vai vir um acaso, uma lotaria, um salvador que vai resolver os problemas que tem/temos. isso é muito bem utilizado por toda classe de trapaceiros e de vendedores de enganos.

82 Na Dinamarca a população de religião judaica foi sempre muito pequena, porém quando a Dinamarca foi ocupada pelos nazis e se ordenou às pessoas dessa religião (ou que forem descendentes de pessoas que tiveram essa religião), o colocarem uma estrela de Davide no peito, o Rei (foi das poucas monarquias que não conseguiu escapar-se) ao dia seguinte saiu com a estrela de David colocada no peito, e o mesmo gesto usaram a pratica totalidade dos súbditos, Como os alemães eram ferrenhos nos seus objetivos todo o povo dinamarquês ajudou a passarem para Suécia os 8000 judeus que havia. O resultado foi que a política industrial de extermínio de pessoas organizada pelos nazis, não teve efeito na Dinamarca.

É além disso, com certeza, é um dos estados mais patrióticos de mundo, mais nacionalistas, num grau só comparável ao Japão, e onde esse patriotismo é um cimento poderoso na defesa do próprio com grande orgulho, e como reforçador de solidariedade e empatia entre as pessoas do país. É um estado onde as diferenças entre os ricos e os pobres são muito pequenas, o que facilitou que se incutisse na sociedade, que o progredir depende em grande medida do mérito e do esforço e não do berço e as ligações sociais.

Mais além de todo isso, acreditam que a corrupção é universal, e que qualquer um, se se derem as condições pode ser corrupto⁸³.

A primeira cousa que há que fazer para lhe fazer frente a corrupção, e sabermos qual o tipo de corrupção, que se dá. Não toda é a mesma nem os remédios são os mesmos.

a) Se o sistema político não funciona sem corrupção, fazer as reformas precisas e imprescindíveis.

E não funcionam os sistemas sem corrupção quando são:

1- Arbitrariamente autoritários. (Todos os autoritários têm muito de arbitrário, a arbitrariedade é o ninho do terror nos cidadãos)

2- Estruturas desajustadas aos objetivos do bom governo.

3- Extremamente cara a participação na carreira política, sem igualdade efetiva de oportunidades.

4- Falta de separação entre poderes e falta de controle eficaz entre os poderes, onde uns podem assumir funções de outros.

5- Inexistência de órgãos de arbitragem certos, entre poderes e territórios. (Os poderes tendem a constituir órgãos de arbitragem que são mais um elemento replicador deles próprios, de aí, que é bem interessante e funciona muito bem onde se usa, o de recorrer ao sorteio entre todos os que foram propostos e reúnem as condições adequadas, não só nos órgãos de arbitragem se não também em todos os órgãos de controle).

6- Os poderes ocuparem espaços que não lhe são próprios (o lawfare⁸⁴)

7- Sistema penal absolutamente discricional, e onde a lei não é a mesma para todos no dia a dia, na sua aplicação real; por muitas razões facilmente inteligíveis.

7- Existência de grandes diferencias sociais. E falta de políticas de solidariedade, tendentes a integração com um bom sistema de saúde e segurança social⁸⁵.

Para isso o remédio é:

b) Estabelecer normas deontológicas de todas as atividades que o precisam, que são praticamente todas, e as normas mais claras e precisas, quanto mais importante for a atividade, e com processos rápidos de punição, que podem levar a perda do emprego. No sistema de punição tem que estar pessoal independente e alheio, se se quer eficácia.

c) Um sistema de educação e ensino de qualidade, e onde a formação em valores seja fulcral.

d) Políticas ativas contra do ninho da corrupção que existe na sociedade na imensa maioria das pessoas começando por aquelas que se escandalizam muito pela corrupção, porém acham legítimo qualquer pequeno trampão que for no seu benefício, ou o da sua família. **Os corruptos compartilham sempre os valores morais da sociedade à que pertencem.**

e) Processos claros e transparentes de manejo do recursos públicos e das carreiras profissionais públicas. A mais luz, mais fácil a punição rápida e eficaz das ações corruptas e mais difícil que estas possam se dar.

Segunda Parte

1. Umas notas sobre a corrupção na Lusofonia e o Brasil.

Se entendermos por mundo lusófono o da CPLP mais Galiza. Podemos dizer que o Brasil não é o país mais corrupto, essa honraria corresponde a Guiné Equatorial⁸⁶, onde os ladrões são o poder, sem dissimulações.

Os estados menos corruptos são Portugal e Cabo Verde (um estado do que muito se pode apreender). A Galiza viria logo, porém atrás dos dous primeiros.

No Brasil há um governo que chegou ao poder surfando na onda de luta contra a corrupção da Lava-jato⁸⁷, operação político-económica sob verniz judiciário, que impulsionou o golpe político contra Dilma Rousseff, e que levou ao poder, nas eleições de 2019 (no que o principal candidato foi proibido de concorrer), um governo, que segundo a mídia dominante, era o dos anticorrupção⁸⁸.

Porém se o sistema de justiça e o estado encoraja no seu trabalho os grileiros e roubadores do público, esse governo não é um governo de luta contra a corrupção.

E se tem no governo a um juiz que impulsionou esse governo sob o a palavra de ordem da luta a corrupção e ele teve todas as suas ações com procedimentos corruptos, esse governo, nem nos sonhos de um Dante, se pode identificar como fulcral para mudar a corrupção.

Se além disso é um governo unido aos gangues da violência e das milícias. Acreditar que o Brasil está no caminho de acabar com a corrupção, é como acreditar que a terra na suas revoluções a volta do sol, pode-se deter em qualquer momento.

No Brasil há um sistema político que para funcionar precisa da corrupção. É extremamente complexo e as campanhas políticas são muito caras, com uma eleição de uma única pessoa, o presidente, que tem caráter plebiscitário, mas com enormes dificuldades para levar avante políticas, pois a negociação política é no Brasil um mercado persa, no que tampouco tem muito valor e significação das siglas.

De facto o viés que se produz na eleição, em todas as eleições para grupos de interesse contrários as reformas necessárias no estado, estão muito relacionados com o grande custe das campanhas, e como isso é forte fator discriminatório, porém que faz necessárias caixas b, c e n...

Manter o sistema brasileiro, e dizer que se vai combater a corrupção é a quadratura do círculo.

Sem reforma dos sistema não há jeito, nem sequer o peculiar jeitinho brasileiro, que é a semente bem clara da corrupção.

A reforma política que o Brasil precisa consiste:

a) A transformação do Brasil numa república parlamentar com sistema de eleição proporcional com listas partidárias fechadas, e com eleição de um primeiro ministro pela câmara de conformidade aos resultados. O círculo eleitoral seriam distritos e não estados; não seria legal o guerrymandering⁸⁹ Os distritos seriam estabelecidos pelo organismo geográfico e estatístico e aprovados por lei com maioria absoluta das duas câmaras

Um presidente que teria poderes arbitrais, e como o Brasil tem uma longa tradição presidencialista, poderia ter umas competências muito semelhantes às que figuram na Proposta de Estatuto da Galiza do Fórum Carvalho Calero⁹⁰

⁸³ Um avô meu contava-me a história dum rei que todos os que fazia ministros em vez de servir a coroa e ao povo, dedicavam-se a se fazer ricos e roubar do tesouro. O rei colocava os ministros e desentendia-se do governo, nem tinha controles sobre o que faziam. Ele farto decidiu escolher entre todos os que se apresentaram o que não fosse ladrão. Mandava a todos os aspirantes a vaga, de passarem com pouca luz pela sala onde se guardava o tesouro, e lá estavam sacas abertas com moedas de ouro e prata, pedras preciosas etc., Quando passaram todos mandou o rei, que o que quiser o posto tinha que dançar e dar voltas de pincha carneira (cambalhotas). E ninguém queria fazer isso e todos renunciavam a designação, pois tinham os bolsos cheios e iam saber que roubaram. Porém houve um que fez tudo e o rei designou-o primeiro ministro...Ele não roubara, pois era parvo, e o governo entrou num desgoverno ainda mais pior. Como dizia meu avô: O olho do amo engorda o cavalo.

⁸⁴ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Lawfare>
<http://www.justificando.com/2018/01/09/livro-com-comentarios-de-juristas-sentenca-que-condenou-lula-e-disponibilizado-na-internet/>

⁸⁵ É legítimo que uma pessoa sem recursos roube para se alimentar ou para alimentar os seus filhos?

⁸⁶ <https://www.elsaltodiario.com/guinea-ecuatorial/guinea-el-documental-prohibido-vivir-en-guinea-ecuatorial-es-revivir-el-franquismo-pero-con-clima-tropical>
Tampouco é um estado lusófono, mas na CPLP as vezes cousas acontecem.

⁸⁷ <https://www.redebrasilatual.com.br/destaques/2019/08/carol-proner-lava-jato-envergonha-pais/>

⁸⁸ A realidade é que ele está mergulhado na corrupção dum jeito que faz inocente aos seus predecessores. Porém ele tem um grave problema de apreciação do que é isso, e se julga dum jeito válido à sua particular moral, que o isenta de tudo...ele é o novo Messias o mito.

⁸⁹ <https://pt.wikipedia.org/wiki/Gerrymandering>

⁹⁰ http://agal-gz.org/fag/lib/exe/fetch.php?media=contributos-pgl:novo_estatuto_para_a_Brasil.pdf

A título de exemplo:

1. O Presidente ou Presidenta do Brasil é a máxima representação do Brasil, garante do regular funcionamento das instituições democráticas; ostenta a representação do Brasil

2. O Presidente ou Presidenta do Brasil é eleito por um prazo de cinco anos, em circunscrição eleitoral única, os anos acabados em zero e em cinco o primeiro domingo de Novembro e proclamado pelo Tribunal constitucional e de arbitragem. Não podendo exercer tal cargo por mais de três mandatos continuados.

É eleito Presidente ou Presidenta o Candidato ou Candidata que obtiver mais da metade dos votos validamente expressos. Se nenhum dos candidatos ou candidatas obtiver essa quantidade no terceiro domingo de Novembro repetir-se-á a eleição com os dous ou duas candidatas mais votados, sendo eleito o que obtenha mais votos. 3

3. Em caso de falecimento, demissão ou ser declarado incapaz pelo Parlamento, será substituído pelo Presidente do Parlamento que passará a ser o Presidente da Brasil pelo tempo que restar de mandato; passando o vice-presidente primeiro do Parlamento a ocupar a sua presidência.

4. O Presidente ou Presidenta do Brasil só pode ser declarado incapaz pelo Parlamento, nos seguintes casos: a) Que medicamento se constate a perda das suas faculdades mentais. b) Que fora inculpada, e condenado por delito no exercício das suas funções; a proposta do seu cesse tem que ser aprovada por dois terços dos membros do Parlamento 5. Uma lei do Brasil regulará a figura do Presidente ou Presidenta, e os requisitos e as condições de elegibilidade. (funções)

- a1) Os governadores teriam competências no seu âmbito similares ao Presidente do Brasil, e cada estado terá um governo Parlamentar.
- b) Um Tribunal Constitucional e de arbitragem⁹¹. Que fixará a constitucionalidade das leis, e fará de arbitro entre poderes e territórios no quadro constitucional, além de ser o órgão ante que impugnar a reclamar a anulação das sentenças que não se ajustarem a Constituição⁹².
- c) Reforma do sistema judiciário. O seu custe não pode sobre passar o 2% do PIB. Fixação de um órgão de controle e punição do judiciário com participação externa (do governo e das câmaras, os outros poderes). Estabelecimento bem determinado das normas e critérios deontológicos.
- d) Reforma da administração⁹³. Com os seguintes três critérios: 1- Transparência da atuação e de acesso a informação e formação contínua. 2- Regulação e simplificação dos processos e dos tempos. 3) Existência de órgãos internos de fiscalização e controle, criando o corpo específico de intervenção das contas de todos os organismos e entidades territoriais dependente diretamente do Presidente do Brasil.
- 4) Criar o organismo Tesouro Nacional, com escritórios em todos os municípios e todos os pagamentos públicos, devidamente justificados se realizam com cargo ao tesouro.
- 5) Aperfeiçoamento do sistema estadual
- 6- Reforma da educação convertendo-a em o que é, o melhor jeito de formar o capital mais valioso dum país e garantir o seu futuro e sucesso, e a melhor alavanca de enfrentar a moralidade e o jeitinho corruptor.
- 7- Reforma agrária⁹⁴

Entre outras cousas, uma reforma agrária reduziria o problema da segurança no Brasil num 50%. olhem que fácil é a cousa.

O que funcionou na Europa da revolução industrial e do nascente capitalismo, tem que funcionar no Brasil, o problema do crescimento de cidades como se forem uma metástase cancerígena, a favelização de muitos espaços mais ou menos urbanos do Brasil, assentam sob uma brutal deslocação de homens e mulheres do campo para as cidades expulsos pela mecanização agrária. O que o kaiser Guilherme II fez na Prússia, atacando a sua base aristocrática para favorecer que o país progredira, e que se evitara um crescimento anormal das cidades, porque não se pode fazer no Brasil. A metade de todos os problemas de segurança pública, e o respeito a natureza e colaterais tem solução com uma boa reforma agrária, e com limitação máxima da grande propriedade que em nenhum caso deveria poder superar as 3000 hectares, e o 20 por cento dessa superfície ser zona natural protegida. E com medidas de proteção e reflorestação da natureza, com medidas que obrigarem a que todas as beiras dos rios de mais de 15 metros de comprimento, manterão uma floresta de ribeira mínima de 30 metros, segundo o caudal. E os rios todos, incluídos os mais pequenos manterão uma floresta de ribeira de pelo menos 4 metros. Isso funcionaria como veias de saúde natural.

Além disso um verdadeiro programa de depuração de águas é necessário⁹⁵, o Brasil está a envenenar os seus ricos recursos hídricos e subsolo, e não digamos o que o Brasil faz para envenenar os seus moradores, acaso isso não é o fruto da pior corrupção.⁹⁶

Um grave problema dos Brasil é que as elites brasileiras em geral têm uma baixa imagem do país e delas próprias como elites, confiando mais no que arranjem com o *jeitinho* brasileiro que com um projeto de Brasil rico⁹⁷, de futuro e com voz.

8- Umas reforma tributária, que tem que ir no sentido contrário da proposta de Guedes, ela bem regressiva. É dizer uma reforma fiscal progressiva seguindo o modelo médio existente na OCDE, e que tão bons frutos deu no âmbito da redução das diferencias sociais e da solidariedade social. E a correspondente reforma da previdência não no sentido que foi feita.

9- Persecução da corrupção e punição desde o judiciário com imparcialidade e sem práticas corruptas⁹⁸ e distinguindo sempre as pessoas das entidades. Se a direção de uma entidade empresarial é detida, a justiça o primeiro que deve fazer é designar gestores competentes e garantir o sucesso da empresa nos seus objetivos e para os seus trabalhadores⁹⁹

10- Reforma do sistema bancário. No Brasil não pode seguir pagando os juros mais altos do mundo e a sua população ser submetida a um grau de usura só comparável ao que exercem certas organizações criminais, e que tantas vezes foram olhadas em recreações fílmicas. O bom exemplo de cima para baixo é o melhor remédio para o mal no Brasil, tratando o assunto com firmeza, transparência e responsabilidade¹⁰⁰



18. CAROLINA CORDEIRO, ESCRITORA, UNIV DOS AÇORES AICL.

TEMA - FERNANDO AIRES: AUTOBIOGRAFIA OU DIÁRIO? CAROLINA M. O. CORDEIRO, UNIVERSIDADE DOS AÇORES — COLÉGIO DO CASTANHEIRO

1. O Presidente ou Presidenta da Brasil Proclama as leis e ordena a sua publicação, no prazo máximo de vinte dias, convoca os referendos, e propõe ao Parlamento um membro do Parlamento para primeiro-ministro presidente do governo, uma vez ouvido o Presidente do Parlamento e os porta-vozes de todos os grupos.

3. O Presidente ou Presidenta do Brasil é quem ostenta a capacidade de dissolver o Parlamento e fixar a data das eleições. Uma vez feito o Parlamento só funcionará como conselho permanente do mesmo, e produzira-se a demissão do governo em Pleno ante o Presidente da Brasil, que dirigirá o funcionamento ordinário da Administração até a eleição dum novo presidente do governo.

4. O Presidente da Brasil, pode demitir a Junta da Brasil quando tal se tornar necessário para assegurar o regular funcionamento das instituições ouvido o Conselho de estado. O Presidente do Brasil ostenta a presidência do honorário do Conselho de estado, mas sem voto. Os ex-primeiros ministros e presidentes som membros do Conselho de estado, além dos membros e técnicos que a lei determinar.

5. O Presidente do Brasil tem a condição de Comandante-chefe das forças militares

6. O Presidente pode estabelecer um Conselho do seu cargo, cuja pertença ao mesmo não gerará direito de nenhum tipo nem político nem económico

7. O Presidente do Brasil é inviolável pelas opiniões que emitir no exercício de seu cargo. Durante o seu mandato não pode ser detido nem retido pelos atos delituosos cometidos no território da Brasil a não ser em situação de flagrante delito, correspondendo decidir, em todo caso, sobre a sua inculpação, prisão, processamento e juízo ao Supremo Tribunal de Justiça da Brasil.

91 A proposta dos membros será realizada pelo Supremo tribunal, o Conselho das Universidades e os partidos presentes no congresso com mais do 5% de representação. Da lista existente se fixaram por sorteio 11 pessoas, que serão automaticamente designadas pelo Senado. A duração do mandato e de 20 anos, ou at+e cumprirem 70 anos.

92 O ideal é se ir chegando a sistemas de controle incluso de fora do país, por exemplo um tribunal do Mercosul, se ele algum dia tiver a fasquia da união europeia no quadro de desenho de Jean Monet, que a converteu em instituição não intergovernamental, e sim instituição a que os estados cedem competências que não voltam a ter mais. Por que não um órgão da CPLP com poder judiciário e claro, com poder coativo, pois a lei sem coação não é lei.

93 Deveria ser regulado o sistema de retribuições, desfazendo a incríveis diferencias existentes no Brasil entre os servidores públicos, em nenhum caso as retribuições máximas deveriam superar 5 vezes as mínimas.

94 A muito boa historiadora cultural *Lília MORITZ Schwarcz*, aponta no livro *As Barbas do Imperador*, que fruto das suas pesquisas e contraste de documentos, acha que o 80 por cento da grande propriedade rural brasileira procede de simples falsificação de papeis oportunamente legalizados (grilagem) apropriando-se os agiotas do património público. E nisso se segue abençoando-o desde o governo da luta contra a corrupção (sic).

95 Nos anos em que morei em São Paulo ficava espantado com a contaminação dos rios e por mais que procurasse não achei nenhum programa a sério de tratamento e depuração das águas, a ideia de que as pessoas possam a voltar a se banhar e pescar no Tieté e no Pinheiros, não ocupa nenhum lugar nas cabeças do pessoal. Ou ir as belíssimas costas de Ubatuba e achar a baía um esgoto....O rio Paraná chega contaminado até a sua desembocadura no Mar de Prata e isso que é um rio de 13000 metros cúbicos por segundo.

96 <https://blogdorusuca.files.wordpress.com/2010/11/as-barbas-do-imperador-d-pedro-ii-um-monarca-nos-tropicos.pdf>

97 Como dizia o Prémio Nobel de Economia Schumpeter, dispor de muitos recursos naturais, é dizer, uma riqueza que caiu do céu, não é nenhuma benção, mais bem é um problema para quem isso acontece. O Capital mais valioso a mais verdadeira riqueza é a formação e capacitação dos seus habitantes, por isso a ciência económica a sério classifica o investimento em formação e educação como investimento na formação de capital fixo. Esclarecer isso para os que desgovernam e destroem o Brasil por muito abençoados que estejam pelos predicadores do ódio em nome de Jesus Cristo, é como se falar isso para a macacada que faz barulho nas selvas.

98 As práticas corruptas na justiça são como propor o impulsionamento do catolicismo enviando missionários ateus. A cousa não dá certo.

99 Isso é norma que funciona em praticamente todos os países europeus e na OCDE. O feito por Sérgio Moro e a Lava Jato de destruição de mais de 3 milhões de postos de trabalho, e de destruição de algumas das mais importantes empresas brasileiras, seria classificado como delito de lesa pátria e punido duramente com a prisão.

<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/A-Operacao-Lava-Jato-e-os-objetivos-dos-Estados-Unidos-para-a-America-Latina-e-o-Brasil-/4/44776>

<https://www.nodal.am/2019/07/a-operacao-lava-jato-e-os-objetivos-dos-estados-unidos-para-a-america-latina-e-o-brasil-por-samuel-pinheiro-guimaraes/>

<https://www.brasil247.com/mundo/eua-esta-de-volta-a-america-latina-celebra-mike-pompeo>

<https://www.brasil247.com/mundo/brasil-atrapalhava-planos-dos-eua-para-america-do-sul-admitre-ex-embaixador>

100 Há muitas mais reformas a fazer, como nas forças de segurança, exército, sistema prisional etc. Porém feitas as citadas o caminho ficaria muito fácil.

Tendo em conta as noções quer de autobiografia quer de diário e baseando-nos na obra *Era uma vez o Tempo*, de Fernando Aires, com classificáramos essa mesma obra? Que distinção haverá entre autobiografia e diário? De que modo pode um leitor interpretar as palavras de um autor como sendo estes relatos da realidade, de memória ou apenas como mera ficção? Não será o relato de uma memória, ficção? Que noções do autor se podem ou se devem inferir a partir da frase de um texto literário? As respostas, a esse conjunto de questões, serão aquelas a que tentaremos dar resposta, tendo por base excertos da obra de Aires, através dos quais tentaremos aferir que, não obstante do género discursivo, um autor é sempre autobiográfico na sua escrita.

Os modos e géneros literários são, ainda hoje, um campo especial de estudo por propiciarem um entendimento profícuo não só das clássicas definições mas também das modernas tendências de escrita. A cada avanço tecnológico, a tendência é constatar que o que era norma nas décadas ou séculos passados, agora é algo visto, amiúde, como obsoleto. É óbvio que cada inovação parte de um clássico e cada escrito de hoje é, na nossa opinião, uma mera reinterpretação de um passado que nos une a todos.

Vários estudos viabilizaram o entendimento da escrita como o meio de comunicação mais pessoal que podemos, a priori, aferir. Ao escrever qualquer palavra, cada autor entende que aquilo que escreve é resultado do que é e do que sabe e ainda do que aprendeu a ser ou a querer ser. Cada escrito é, em último caso, um pedaço de biografia, autobiografia portanto. Então, o quão dispar é a produção textual do relato do nosso quotidiano, logo diário, face a esse registo de escrita mais ponderado? Eis a questão que nos propomos a dilucidar tendo como base a obra de Fernando Aires, uma obra classificada como diarística e que tentaremos estudá-la fundamentalmente como tal, dissolvendo as dúvidas de que poderiam ser autobiográficas, no seu cerne.

Segundo Sofia Rosado, no seu artigo sobre autobiografia, no Dicionário de Termos Literários de Carlos Seia, afirma que autobiografia, obviamente, provém de “biografia” que, tem por base um “termo etimologicamente composto por *bio*- (indicativo da ideia de “vida”, com origem no grego *bíos*) e *-grafia* (de *grafo* [+ sufixo *–ia*], elemento de composição culta, que traduz as ideias de “escrever” e “descrever”, com origem no grego *grápho*-, “escrever”)” (Rosado: XXXX) e tendo em conta que

*“O género **biografia** é um ramo da literatura que se dedica à descrição ou narração da vida de alguém que se notabilizou de alguma forma. Em sentido restrito, uma B. reporta-se a toda a extensão da vida do biografado pretendendo não somente recontar os eventos que a compõem mas também recriar a imagem dele como é/era/foi. Inclui necessariamente o nome do biografado, a data do seu nascimento, a sua naturalidade, filiação, habilitações literárias, profissões desempenhadas, circunstâncias em que escreveu as suas obras e respetivo enquadramento literário, apreciação crítica dos seus escritos e prémios recebidos. (...) “Em termos estéticos, a B. deve assumir uma responsabilidade para com a verdade que não anule a imaginação. O biógrafo transforma simples informação em engenho: ao inventar ou suprimir material para criar um determinado efeito, falha na verdade; se se contenta com o relato dos factos, falha na arte. Esta tensão valoriza a tarefa biográfica (enquanto tarefa artística), sugerindo a cronologia ao mesmo tempo que evidencia os padrões de comportamento que conferem forma e significado à vida do biografado.”* (Rosado: XXX)

Ainda segundo Rosado, “Na ficção apresentada como B., o romance apresenta-se-nos escrito sob a forma de B. ou de autobiografia (...) e num sentido mais restrito, as cartas, os diários íntimos e as B. baseadas em obras e documentos do biografado onde se incluem também as Autobiografias.” (Rosado: XXXX) <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/biografia/>)

Sabendo já esta proposta de definição de “autobiografia”, há que tentar esclarecer a noção de “diário”. Assim sendo, considera-se que diário

“[d]entro do universo de enunciados orais e escritos, simples e complexos, o estilo individual, está sempre presente na escolha dos géneros do discurso. Quanto menos formal o estilo, mais próximo estaremos de um tipo de discurso onde a individualidade estará presente; ao contrário, a escolha por formas enunciativas padronizadas, diretivas, por um estilo mais formal, como aquele presente em documentos oficiais, por exemplo, produz as circunstâncias onde o estilo pessoal do indivíduo é mais difícil de aparecer.” (Oliveira: XXXX, 14)

Do nosso ponto de vista, e de acordo com Oliveira, “o diário como estilo íntimo revela uma fusão entre locutor e destinatário.” (Oliveira: XXXX, 15). A ser o diário, em essência, um relato íntimo e secreto, de memória pessoal, os diários que são considerados por literários seriam aqueles que “são frequentemente publicados e tornam-se produtos de consumo de massa.” (Ibidem, 17) Obviamente que, para tal, teríamos que recorrer à velha questão do que é Literatura e Cânone literário ou à questão financeira de quantos são precisos vender para se ter notoriedade.

No geral, e no decurso das últimas dezenas de anos, “o diário foi muito mais do que uma simples recordação dos pensamentos e das ações do escritor. Ele é um supremo trabalho de arte, revelando sobre cada página a capacidade para selecionar o pequeno, tão bem quanto o grande, o essencial que carrega o senso da vida” (Ibidem, 45) ou como “Lowenstein observa (...) “a manutenção do diário é análoga a traçar o desenvolvimento da autoconsciência”; enquanto Fothergill sugere que ela pode ser vista como “a manifestação da história da sensibilidade” (Ibidem, 65 *apud*, Gannett: 1992, 105).”

A publicação e venda de um diário literário remete-nos sempre a várias questões e a fundamental é saber o porquê manter um diário? Podemos considerar várias hipóteses, tais como:

“alargar a autoconsciência; explorar a identidade pessoal; ter um confidente; colocar sentimentos e emoções sobre o papel; criar senso de continuidade em nossas vidas; preservar a memória de pessoas, eventos, de nós mesmos; lutar contra a descontinuidade, mudança, perda e angústia; explorar impulsos criativos; capturar ideias para estórias, poemas e outros projetos; recordar e explorar sonhos; celebrar graças e sucessos; engajar-se em um diálogo com o mundo em torno de nós; descobrir o que é sagrado em nossas vidas; aprofundar nossas jornadas espirituais; lembrar membros familiares e amigos queridos; entender a estória de nossas vidas; arrumar pensamentos e clarear ideias; fazer um balanço de nossas vidas, de tempos em tempos; clarear nossas propostas de vida; esquadriñar o desejo do inconsciente; e outras. (www.bocc.ubi.pt)

Para além desta listagem, podemos ainda referenciar

“Outro autor inglês, Ronald Blythe, em *The Pleasures of the Diaries - Four Centuries of Private Writing*, [que] classifica os diários a partir da posição de seus autores, abrangendo na classificação 13 tipos diferentes: o diarista como testemunha, o diarista apaixonado, o diarista e o casamento difícil, o diarista na vila, o diarista como naturalista, o diarista doente, o diarista na loja, o diarista na guerra, o diarista como artista, diários e realeza, o diarista em rota, o diarista em desespero, o diarista e a morte.” (Oliveira: XXXX, 43)

No caso particular do autor que estamos hoje a estudar, Fernando Aires, podemos dizer que o que motivou a criação de um diário tenha sido a questão da preocupação com a passagem do tempo, aliás como sugere “Culley [que] destaca, ainda, o interesse do diarista em “segurar a passagem do tempo”, ideia associada ao que Schiwy chamou de “criar senso de continuidade em nossas vidas”. (Oliveira: XXXX, 70/71). Neste registo,

“O tempo não é olhado de um ponto fixo, como na memória e na autobiografia; ou estruturado em um todo narrativo, como no romance, mas acontece num presente contínuo. Ao ler um diário, o leitor é levado a realizar a mesma jornada do diarista, recriando com ele, em paralelo, a continuidade, a partir de uma aparente descontinuidade de fatos e eventos. O leitor torna-se, portanto, um elo importante na estrutura que atualiza o valor da noção de continuidade de diários.” (Oliveira: XXXX, 72)

Quer autobiografia quer diário assentam em relatos da experiência vivida pelo emissor de tais documentos onde é preciso não olvidar um elemento decisivo: a memória. Segundo Sofia Paixão, a memória é um termo que reflete

“O homem [que] parte das coisas para que elas lhe provoquem uma recordação ou reminiscência ([anamnesis](#)) das ideias já contempladas. Conhecer é recordar o que está dentro de nós, as ideias anteriormente vislumbradas. (...) O poeta não canta a Verdade, mas sim verdades possíveis. Segundo Aristóteles, o ofício do poeta é o de representar o que poderia acontecer, ou seja, o que seria possível de acordo com a verosimilhança, retirando assim à poesia a detenção da Verdade sobre o que realmente aconteceu. Porém, as verdades da poesia revestem-se de um carácter indeterminado, enigmático, são verdades prometidas na linguagem do poema, passíveis de interpretação. A presença sensível dessas verdades enigmáticas leva a que a memória encerrada no poema seja reencontrada e reinventada. Assim, afastamo-nos do conceito de poesia como representação, porque a sua linguagem não representa, mas sim faz pressentir o indizível anterior à construção do poema. A poesia não é a expressão dos factos passados a partir de uma ativação da memória, mas sim a suspensão desse indizível imemorial buscado pela linguagem poética. Estamos perante a inacessibilidade da Palavra originária. (...) Assim sendo, a memória é entendida como retenção de um dado conhecimento, mas também como ativadora da imaginação e das capacidades de interpretação, problematização e reinvenção, as quais atuam sobre o que é recordado pelo sujeito. Nestes termos, é possível a aproximação à história literária, partindo dos conceitos de cultura, tradição e modernidade. (...) Daí que uma das funções da cultura seja a proposta de modelos que têm no seu cerne a adaptação da tradição a novos modos de vida. Desta forma, estabelece-se um acordo entre o passado e o presente, visando o futuro e, neste projeto, a memória tem um papel preponderante como reminiscência e não apenas como memorização de várias experiências. Quando aplicado no plural, o termo memória relaciona-se muitas vezes com a autobiografia, o diário e com a literatura confessional, em geral. Nestes casos, a narrativa é escrita na primeira pessoa e o relato das experiências pessoais funciona frequentemente como auto-revelação, na sequência do humanismo antropocêntrico do período renascentista que, encorajando a análise e a exploração da subjectividade, influenciou a produção de autobiografias. As memórias constituem-

se igualmente como artifícios ficcionais, sendo o autor uma personagem de um universo essencialmente fictício. (...) Assim, o romance confessional sugere um tipo de autobiografia ficcional, onde o autor poderá assumir uma personalidade que não é a sua. (Paixão: 2009) <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/memoria/>

Na obra Le Pacte Autobiographique, Lejeune revela que

“a autobiografia obriga a identidade entre autor, narrador e personagem. Neste sentido, o diário, como forma de escrita autobiográfica, codificada pela fusão entre autor-narrador (sujeito da enunciação é o mesmo sujeito do enunciado), também vai exibir outros elementos que o codificam discursivamente e acabam por diferenciá-lo de outras formas de narrativas autobiográficas, como a autobiografia, a biografia e a memória. Em relação ao tempo, o diário diferencia-se pelo facto de não cultivar a forma narrativa sob retrospectiva, como fazem a memória, a biografia e a autobiografia. Ele se atém ao momento presente, registando no dia-a-dia factos e eventos. Em relação à biografia, além da memória em retrospecto, a identidade autor-narrador pode coincidir ou não. "O importante é que, se o autor emprega a primeira pessoa, não é para falar do personagem principal da história". Isto porque, na biografia, "a semelhança deve fundar a identidade". Ou seja, não há uma colagem identitária entre autor-narrador. Já na autobiografia, ao contrário, "a identidade é que vai fundar a semelhança", lembra Lejeune. Na memória, por sua vez, há coincidência entre autor-narrador, mas o género se diferencia em relação aos diários, pelo narrativa em retrospectiva.” (Oliveira: XXXX, 16-17)

Entendendo, assim, as definições acima apresentadas, cremos que a linha que os distingue é ténue. Na opinião de Maingueneau, “(...) qualquer género discursivo está associado a uma determinada organização textual (Maingueneau, 1998:54) e assume que existem múltiplos eixos implicados, por exemplo, quanto à temporalidade de um discurso: a sua periodicidade, o seu tempo de ocorrência, uma continuidade, uma alternância, uma duração de perimação, etc.” (Oliveira: XXXX, 6)

Ora, em consideração ao que acima foi descrito, e tendo este trabalho o assento em Fernando Aires, que

“[d]e entre os autores açorianos contemporâneos, aquele que mais atenção e sensibilidade revela ao ambiente geográfico – a paisagem, a vegetação, o mar, o tempo, os elementos em geral, a luz – é sem dúvida Fernando Aires. Os cinco volumes do seu diário – Era Uma Tez o Tempo – têm sido apontados como um momento único de sensibilidade estética ao meio físico que tão inconfundivelmente identifica o espaço insular. (...)” (Basil: XXXX. 22-23)

Todas as classificações acerca da obra de Aires são, efetivamente, de diário nós não a descuramos. A obra é na maior aceção da palavra um diário: tem registo cronológico (mesmo que não consecutivo); há a presença de um emissor que relata a sua vida em primeira pessoa e, toda a sua produção, em primeira instância, não seria com objetivo último de publicação, mas apenas para uma forma de libertação e de registo escrito das suas questões mais elementares até à questão que mais o afligia, aliás como acima já o referimos: o tempo. Aires insere-se, claramente, na categoria de literatura de cariz diarístico e, como tal, neste caso, do nosso ponto de vista, com laivos autobiográficos. Cada diário tem as suas idiossincrasias mas no caso do nosso autor, a cada leitura de entrada do seu diário, mais nos convencemos que o texto é um relato da vida do autor, daí que a noção de autobiografia seja pertinente.

Onésimo Teotónio Almeida, no prefácio ao terceiro diário afirma que “para além da obra literária, havia (...) a marca profunda de autenticidade”. (Franco, 2015: 370). O mesmo Almeida afirma, no mesmo prefácio, que

“Se um diário é sempre uma meia-confissão, ou uma espécie de exposição controlada, há um vício que assassina qualquer tentativa nesse género literário: notar-se a consciência que o ator possui de estar a atuar e de, por isso, trabalhar as poses. A primeira grande qualidade de encenação do palco onde o autor Fernando Aires põe o ator do mesmo nome está em não cair nesse vício. Era Uma Vez o Tempo prima mesmo por uma simplicidade natural e a natureza constituem já de si um cenário poderoso. O dia a dia na ilha dos ventos e do silêncio, das manhãs fulgurantes e das tardes melancólicas, do cinzento e dos mil tons de verde, lá estão constantemente numa justa medida a condicionar e a afetar a rotina de um simples mortal com «um punhado de areia nas mãos» (...) vivendo o seu drama existencial despretenhiosa nas convictamente, cavando nas rochas duras da lava dos costumes sociais e seu espaço de liberdade.” (Franco, 2015: 371)

Ao afirmar que “O artista é aquele que, ao narrar-nos o seu microcosmo, consegue fazê-lo de modo que o leitor veja lá também o seu.” (Ibidem, 2015: 371) Almeida está a admitir que o enunciador do texto de Aires, por muito pessoal que esteja refletido na sua escrita, aquilo que Aires propõe é, indelevelmente, um relato da sua rotina que a faz tão semelhante como a de qualquer um dos seus leitores, esmorecendo a teoria de autobiografia e elevando a de diário. Ainda segundo Almeida: “Num diário, não são os factos da vida privada do próximo o que me fascina. É o modo como os diaristas descrevem as chatices e os pequenos sorrisos, a monotonia e os brevíssimos fulgores do quotidiano de todos nós” (Ibidem, 2015: 372).

Para o entendimento específico do nosso caso de estudo, veja-se, por exemplo, as entradas de:

2 de novembro de 1990 — “Saindo a barra, ia um navio sozinho. Os mastros balançados, livres, livres, A ria como uma gume. Num instante era só uma sombra - e as mulheres benzeram-se, fizeram velhíssimos gestos de exorcismo. Os cabelos desmanchados de vento. O xaile tapando a cara. Aquele coró rouco, tão antigo no coração dos homens. Tudo tão velho: o céu baço, a raiva, o lamento das mulheres de cara tapada e de cabelos aio vento. Dói-me cuidados de quem anda no desafio à morte. quotidianamente,. Um suor feito se saibro e de maldição.” (Franco, 2015: 378)

Ponta Delgada, 7 de novembro 90 — “ Encontro num armário vários números do *Açores* de 1976. Folheio alguns e é como levantar a tampa de um baú onde se tivesse aferrolhado o passado um cheiro a mofo e a traças. A imobilidade soturna a amarelecer de esquecida. (...) Fico a olhar em silêncio as letras impressas a negro sobre o tempo passado. As curtas vidas imoladas para nada. Aqueles nomes sem rosto, sepultados no fundo do meu armário. Não há medida humana que te meça, tempo que tudo encerras. Tempo tão perto de tão distante.” (Franco, 2015: 381)

Abril, 1991 — “ Hoje, dia sete. Desde o fim de novembro que não acrescento uma linha a este escrito. Súbito cansaço de mim? (...) Como eu disse, saiu o 2º volume deste Diário, e eu tive ocasião de estar entre as pessoas a ouvir falar de mim. Ontem à noite foi a ocasião de ouvir o meu nome repetido no silêncio de uma sala cheia de gente. A impressão que isso faz. A gente vive de cerro modo numa espécie de segredo para passar despercebido, pedindo desculpa de ocupar lugar entre os vivos. Não vou tão longe. No que me diz respeito, geralmente, em voz que se ouça e até, às vezes, bato os pés no chão com raiva. Isto só às vezes — porque não foi isso que me ensinaram a fazer. O que me ensinaram foi a incoerente comédia das dignidades que, talvez por cobardia, assimilei, mas que não garanto ter sempre posto em cena.” (Franco, 2015: 384-385)

20 de maio — “ Assim me purifico do enrugado das horas a olhar o mar — aquela flor enorme e azul no extremo do seu pedúnculo. As obras dos homens envelhecem todos os dias: envelhecem as cidades, envelhecem os regíamos, as repúblicas. E até Deus envelhece. Só o mar é pura juventude ate onde os seus límpidos caminhos alcançam. Presença que é força, abismo, cólera e delicada misura. Deslumbrado olhar.” (Franco, 2015: 385)

5 de junho — “O meu monólogo sempre inacabado, tomado e interrompido para ser retomado, sem nunca ter uma resposta final. O pensamento errante, inapreensível e ambíguo. Às vezes a intuição a agarrar aqui e acolha pedaços disperso das coisas inapreensível que desde todo o sempre estão aí para serem.” (Franco, 2015: 386)

8 de junho — “Mais um dia. O quarto na mesma luz reticente de todas as manhãs. Na presença dos mesmo móveis perfilados nos mesmos lugares. Os vidros da janela a quadriculares a mesma paisagem. Os ruídos vendo dos mesmos pontos cardeais, identificados e sempre os mesmos. Sinto crescer pensamentos e sentimentos que todos já devem ter sentido. A perplexidade de ser uma coisa atirada à costa, na promiscuidade dos litorais. Entretanto, vou deixando aqui um contrafeito registo do meu mundo e da sua inalterável absurdidade. Um mundo que anda à roda (e anda à roda, e anda à roda) de si mesmo, como um boi cego a tirar água à nora.” (Franco, 2015: 386)

Poderíamos elencar muitos mais outros exemplos de Aires, mas creio que os apresentados refletem a indicação quase autobiográfica do seu diário, sem que o seu intuito o seja assim tão abertamente pessoal. Aliás, a noção de ficcionalidade também está presente nos seus registos, e para tal temos o exemplo da entrada de 14 de junho:

“ A literatura tem de provocar surpresa. As pessoas têm de ser lavadas a dizer consigo, à medida que vão lendo: Hein? Isto soa a novo. Isto já foi dito mas não desta maneira! O leitor então concentra-se. E vai lendo. Espanta-se e diz: Ah, não!... Abana a cabeça. Ri. Enternece-se Choca-se. Às tantas t em de fazer mesmo uma pausa na sua comoção ou na sua surpresa. Respirar fundo antes de prosseguir. Repetir, que em voz alta: Mas é inesperado! E como é subtil e verdadeiro! Oh!... Há livros que a gente arrasta, penosamente, como um cepo por uma ladeira acima. Outros, a gente abre, começa a ler, e é assim logo nas primeiras linhas (...) Lê-se isto, e então sentimo-nos logo dispostos a aderir, a participar do jogo maravilhoso, todos excitados de surpresa. Despertos. Fazendo magote em torno do livro que alguém escreveu e está ali, entre as nossas mãos, como um astro caído do céu.” (Franco, 2015: 391)

Conclusão:

A escrita de Aires é poética, é diarística, é ficcional e é o espelho daquilo que comove e move, amiúde, cada um de nós. O relato dos dias, neste Diário III, é um baloiço que vai vazio em direção ao espaço e que regressa a nós cheio de emoção. A sua escrita é profícua e de tal forma que nos resta pouco espaço para tantas citações que podemos mostrar ao mundo a qualidade do diário de Fernando Aires.

Por muito ténue que seja a diferença entre autobiografia e diário, temos que ter em mente que a autobiografia tem por base um conjunto de provas e factos biográficos enquanto que o diário assenta, em grande parte, na visão que o seu emissor tem de si e do seu mundo. O diarista olha o mundo com um olhar pessoal e até, por vezes, distanciado, baseando-se em elementos que podem comportar a ficcionalidade e a falível ferramenta da memória.

Era uma vez o tempo, de Fernando Aires, é um exemplo de como um diarista nos transporta para a realidade emotiva de um espaço, de uma época e de um estado sem que tenha de, para isso, elaborar um mundo distante do que o seu, na realidade, é. É, também, não só uma leitura mas como uma escrita pessoal que faz dessa obra um exemplo único no universo da literatura açoriana.

Bibliografia

FRANCO, Maria João Ruivo. (Org). [Fernando Aires - Era uma vez o Tempo, Diário](#). Guimarães: Opera Omnia, outubro, 2015. ISBN: 978-989-8309-85-3.

OLIVEIRA, Rosa Meire Carvalho de. [Diários públicos, mundos privados: Diário íntimo como género discursivo e suas transformações na contemporaneidade](#). Universidade Federal da Bahia

SEARA, Isabel Roboredo. A [construção de um espaço de tertúlia no blogue: estudo sociopragmático](#). Universidade Aberta

TUTIKIAN, Jane e BRASIL, Luiz António de Assis (orgs.) [Mar Horizonte Literaturas insulares lusófonas. Artigo de Nem sempre o mar à vista: condicionantes para um estudo do espaço literário açoriano](#). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Diários públicos, mundos privados 71, acedido a 1 de setembro, em [www.bocc.ubi.pt](#).

19. CHRYS CHRYSTELLO. AGLP, MEEA-AJA E UTS SYDNEY, NAATI CAMBERRA, AUSTRÁLIA.

TEMA: APRESENTOU 2 SESSÕES DE POESIA DE AUTOR E COORDENOU A SESSÃO DE POESIA DEDICADA A EDUÍNO DE JESUS (DEPOIS DO NOME DO POEMA O NOME DE QUEM O DECLAMOU)

Poesia de autor

701. morrer como o mar aral, 2017 **luciano**

o rio da minha vida está assoreado
a minha barragem secou
as nuvens não trazem chuva
a essência da poesia não se discute
faz-se, escreve-se, lê-se

a poesia liberta-nos
voamos nas suas asas
abrimos todas as grades

o meu destino
é rumar na musa
desaguar na foz
morrer seco
como o mar aral

707 votos 2019 **EDUARDO B PINTO**

que venha um asteroide
ou o planeta nibiru
que yellowstone entre em erupção fatal
ou o filho de cracatoa
ou que o mar vomite
os oceanos de plásticos e nos engula
que os maremotos, terremotos destruam esta desumanidade
e que 2019 assista a um novo mundo
começando do zero absoluto

705 o paraíso é aqui 2018 **pedro Paulo**

dizem que o oceano é um mar sem palavras
e que as montanhas são ondas sem espuma
e quando não há rios

as águas desaguam nos céus
e quando não há sol
ele surge debaixo da terra
e até eu acredito que podemos
viver em vulcões extintos

686 saudade do que nunca foi, 2016 **chrys**

«ah, não há saudades mais dolorosas
do que as das coisas que nunca foram!»¹⁰¹
bernardo soares - heterónimo fernando pessoa

tenho tanta saudade
do que nunca aconteceu
só o poeta pode fazer acontecer
aquilo de que temos saudade
por nunca ter acontecido

653. sair da ilha, 2014 **luciano**

o marulhar das águas embala caleidoscópios
sem âncoras nem amarras
vogamos sem destino ao sabor dos ventos
o importante é sair da ilha e alijar bagagens
nascer de novo, longe, bem longe
lá, onde se aprende a saudade

702. pico, ao urbano bettencourt 2017 **EDUARDO B PINTO**

no rossio do mar
plantei as vinhas da vida

nos poços de maré
bebi água insalubre

nas bocainas, jarões e traveses
colhi o néctar dos czares

esta é a magia da ilha montanha

nela me sento e me sinto
órfão da atlântida perdida

543. ao urbano bettencourt 2012 **Pedro Paulo**

urbanamente vives
nas pinceladas das tuas palavras

a tua paleta pinta poesia
teus livros erguem-se impantes
como teu pico natal

amores e desamores de ilhas
que unes em pontes de poesia
que sentes em dores
que pariste em árvores

¹⁰¹ bernardo soares - heterónimo fernando pessoa in Livro do Desassossego (fragmento 92)

sem sombras nem véus
nenhuma luz apagarás!

703. mar de palavras, à ana paula andrade 2018 **chrys**

parti as palavras
como quem parte pedra
com elas calcetei avenidas
de sonhos incumpridos
plantei catos e cardos
como quem planta rosas
colhi espinhos
como quem colhe pétalas
e do ramo que te ofertei
brotaram palavras felizes
neste mar de música que habitamos

568. sem perfume de caju, ao urbano bettencourt 2013 **EDUARDO B PINTO**

na humidade da savana
no calor da tabanca
tange urbano a sua harpa

palavras aceradas como o vento suão
batuque abafado na bolanha

longe do país de bufos e beatas¹⁰²
traduzes as sílabas de morte e vida

rumores desse cheiro de África
colado na pele que esfregas
com napalm e metralha
que nunca conseguiste lavar
nem com as chuvas da monção

699. ao eduardo bettencourt pinto, 2017 **luciano**

amaste Áfricas imensas
desbravaste a savana
acariciaste brumas e hortênsias
amadureceste no Canadá
cada foto um poema
cada poema um filme
e agora José?

tempo de pegar no sacho e ancinho
arar os campos de novo
cavar, semear, regar e colher
os frutos que te irão alimentar

embiocado e tímido
assomarás à janela da vida
sem saudades nem lamúrias
buscar forças nas fraquezas
sonhar de novo e sorrir
o mundo espera por ti

632. ser açoriano, 2013 **Pedro Paulo**

¹⁰² In Urbano África frente e verso p. 62

não se é ilhéu
por nascer numa ilha
é preciso sentir-lhe a alma
partilhar raízes e dores
acartá-la nos partos difíceis
tratá-la nas enfermidades
acariciá-la nas alegrias
plantar, semear e colher seus frutos
alimentar as suas tradições
preservar a sua identidade

não se é açoriano
sem amar as suas ilhas
levá-las ao fim do mundo
morrer por elas
com elas
para elas

544. sem silêncio nem silos, ao eduíno de Jesus 2012 **chrys**

as tuas palavras esguias
insinuam-se enleantes
preenchem os nichos do silêncio
em silos de poesia
buriladas em filigrana
sente a ilha e a língua
nelas aprendi a geografia
e o amor inconquistado
sem silêncio nem silos

596. da minha janela, 2013 **luciano**

o mar é deus
as ondas a sua palavra
os romeiros alimentam-se dela
(poema tuaregue adaptado aos açores)

disse o poeta a seu tempo
da minha janela vejo o mar
o meu quintal é enorme
abarca a linha do horizonte
a minha janela é enorme
abre-se ao círculo dos céus
o meu oceano é enorme
chega às ruínas dos atlantes
só a minha escrita é pequena
nas grades desta prisão

631. ilhas, 2013 **EDUARDO B PINTO**

estar numa ilha
é como viver num cais
à espera do barco que nunca chega
viver numa ilha
é sonhar
construir a jangada
desfraldar velas
estar numa ilha
é ir para o campo

plano e raso
à espera que construam
o aeroporto
a única forma
para viver numa ilha
é imaginá-la à saramago
como um continente à deriva
estar na ilha
é imaginar a fuga
sonhar com a saída
levá-la a reboque dos sonhos
embarcar nas nuvens
vogar na maré baixa
planar nas asas dos milhafres
e voltar sempre
ao ponto de partida

675 mar e bruma 2015 **pedro paulo**

todos os poetas
que escreveram sobre os açores
gastaram a palavra mar
e a bruma
a mim para escrever açores
resta-me a palavra
amar

708. ainda queria sonhar que havia futuro 2019 **chrys**

nasci de bruma e de névoa me finirei
se nalguns dias alumiei a triste sina
noutros apaguei a musa divina
com palavras que jamais escreverei

não queria que a terra fosse plana
já temos idiotas quanto basta
religiões e políticos só na cataplana
lume brando com tempero que satisfaça

deem-me outro povo menos manso
gente de sangue na venta
capaz de vencer a tormenta
sair deste letargo deste descanso

capaz de construir um futuro
prender os corruptos
pedófilos e outros abusadores
ter um projeto nascituro
um sonho recompensador

539. destino ilhéu, (à ana paula andrade) 2012 **luciano**

olhei para o espelho dos dias
e vi-te partir
silente como chegaras
sem sorrisos nem lágrimas
vestias um luar sombrio
deixavas vazio o leito
num luto antecipado
agarrei as nuvens que passavam

levado na poeira cósmica
carpindo dores antigas

acordei sobressaltado
o livro da vida nas mãos
o livor nas faces
o fim há muito antecipado
ficar era o destino
sem levar as ilhas a reboque
será esta a sina ilhoa?

706. veio o outono 2018 **pedro paulo**

quando os esbirros te cercarem
que apenas beijos tapem a tua boca
quando as espingardas apontarem ao teu coração
que apenas rosas sejam disparadas
quando os advogados vierem para te comprar
que apenas dirás sim ao amor
quando vierem para te algemar
que apenas as lágrimas te aprisionem
quando chegarem para roubar o teu voto
que só os teus sonhos sejam arrebatados
quando vierem para te roubar a vida
que apenas te levem o outono

641. aos açores, 2013 **carolina**

aos açores só se chega uma vez
depois são saídas e regressos
transumâncias
trânsitos e errâncias
...
dos açores não se parte nunca
levamo-los na bagagem
sem os declararmos na aduana
acessório de viagem
como camisa que nunca se despe
...
nos açores nunca se está
a alma permanece
o corpo divaga
mas a escrita perdurará.

710. não quero saber o teu nome, (à maria nini,) 2019 **chrys**

não quero saber o teu nome
nem a tua idade
nem o teu bairro
nem o teu emprego

não quero saber a tua riqueza
nem o teu carro
nem as tuas férias
nem a tua família

quero saber como tratas as estrelas
e os animais

quero saber onde nasce teu sorriso

e as tuas lágrimas

quero saber como tratas as nuvens
e a bruma
e o sol pôr

quero saber como sonhas
onde moram teus sonhos
e se neles há lugar para os meus

sessão de poesia de eduíno de Jesus

METAMORFOSE¹⁰³ PEDRO PAULO

esperei que nascesses
na praça pública
da garganta do pássaro
que cantasse no ramo de uma árvore
ou no ombro de uma estátua

esperei que florisses
na roseira do Parque Municipal
e o teu corpo branco
não fosse mais
do que um sonho vegetal

esperei que descesses
num raio de lua
e viesses
bailando em pontas (como uma sílfide nua)
deitar-te na minha cama

Na minha fantasia
de menino púbere
esperei que fosses uma melodia
uma flor
um raio de lua

Esperei por ti todos os minutos
do dia e da noite com
os nervos a alma ansiosa
afagando-te nas pétalas das rosas
ou mordendo-te na polpa dos frutos

SIMPLESMENTE¹⁰⁴ EDUARDO B PINTO

amar-te sem juras nem promessas
sem noites de vigília
nem esta paixão que me buleversa
os nervos e me ensombra a vida

sem desespero sem romance
como se nada tivesse acontecido
sem as tuas lágrimas sem a minha angústia

plácida simples naturalmente

¹⁰³ *Os Silos do Silêncio – poesia (1948-2004)*. Lisboa. Ed. Imprensa Nacional Casa da Moeda. 2005. pp. 50-51.

¹⁰⁴ In *Os Silos do Silêncio* (Poesia, 1948-2004 p. 58

como florescem as ervas do caminho

XÁCARA DAS MOÇAS DONZELAS¹⁰⁵ Luciano

A noite é de estrelas
pelo céu brilhando
e as moças donzelas
as moças donzelas
rezando rezando:

Não vem um ladrão
não vem um banqueiro
ou um trovador
ou um cavaleiro

A noite é de estrelas
pelo céu ardendo
e as moças donzelas
as moças donzelas
dizendo dizendo:

Não vem um senhor
de alto coturno
não vem um polícia
ou o guarda noturno

A noite é de estrelas
pelo céu luzindo
e as moças donzelas
as moças donzelas
sorrindo sorrindo:

Não vem um amigo
ou um inimigo
não vem um soldado
não vem um mendigo

A noite é de estrelas
pelo céu redondo
e as moças donzelas
as moças donzelas
supondo supondo:

Não vem um vadio
ou um peregrino
ou um saltimbanco
ou um assassino

A noite é de estrelas
pelo céu profundo
e as moças donzelas
as moças donzelas
sozinhas no mundo

TOADA DO MENINO FEIO¹⁰⁶ EDUARDO B PINTO

Menino feio, da rua
(seria eu próprio, seria?),

¹⁰⁵ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 pp. 63-64
¹⁰⁶ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 p. 94 (1944)

tinha uns olhos de Lua
onde a Lua se acendia.

Menino de olhos de Lua,
menino que parecia,
sentado à porta da rua,
que não via nem ouvia.

Menino que me pasmava
pelo que lhe acontecia:
Enquanto ria, chorava,
e enquanto chorava, ria.

Menino sozinho e feio,
brincando sem alegria,
que estranho mundo era o teu?
que mistério te envolvia?

Menino feio, de bibe,
menino que fui, um dia...
Não sei agora onde vive...
Sei lá mesmo se vivia!

HIPOCONDRIA¹⁰⁷ Chris

1
Não é não
uma ilusão
da minha hipocondria
(ou seja lá o que for
da minha inquieta
imaginação
doentia
de poeta)
esta sina que a mim
me foi dada
de ir pelo *não*
semeando amor
e chegar ao *sim*
não colher nada.

2
Não me resta agora
senão esperar, amor, que venhas, lá de onde
não sei que fadário te esconde
e demora,
semear, por tua
mão, neste árido e agreste descampado do
Mundo, em nome
da Vida, a primavera, e acender por dema-
sia, para os poetas, no negrume
da noite, a Lua.

POEIRA DE ASTROS¹⁰⁸ EDUARDO B PINTO

depois do sonho e do sonho
e do cansaço e da estrada
quando os olhos já não viam
nem os muros nem a estrada

¹⁰⁷ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 pp. 105-106 (1954)

¹⁰⁸ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 p. 128 (1952)

depois dos beijos e risos
com a ampulheta parada
quando veio súbito o aviso
da noite inesperada
me perdi entre meandros
e rastros de luz inventada

em busca da poeira dos astros
que morrem com a madrugada

CONQUISTA¹⁰⁹ **Chris**

Eu sou um homem de aldeia,
cheguei à cidade de botas amarelas.
fazem lá ideia
do que os homens da cidade riram de mim e delas!
Pois, apesar disso, a cidade, conquistei-a!

Hoje, sou o dono de um parque onde há um banco e aí durmo e sonho.
Tenho uma mansão em Newport, na Nova Inglaterra, e um *yacht* ancorado em Saint Tropez, e amanhã mesmo vou montar um negócio de baleias em Liverpool.
Ah, e digam lá vocês agora que eu sou um homem de aldeia!

Sou, isso sim, um armador grego, controlo a maioria dos casinos de Las Vegas, tenho 5% nos negócios de petróleo da Pérsia e já comprei (meu sonho antigo!) o aeroporto de Santa Maria.
Para começar, hoje em dia, já é um pé de meia.

(Só tenho medo que um dia o inspetor dos bancos dos jardins públicos
Descubra e me venha comunicar que o meu banco ali debaixo do plátano à beira do tanque onde nadam os pequenos peixes vermelhos que me vêm comer à mão pertence à Câmara Municipal.)

A ÚLTIMA FOLHA¹¹⁰ **pedro Paulo**

A última folha
do outono, ainda
presa ao ramo que a prendia
à vida,

veio
um vento à toa,
desprendeu-a.

E aquela folha,
enfim desprendida
do ramo que a prendia
à vida,

agora
que está morta,
voa.

A ESTRADA¹¹¹ **Luciano**

Dizem os velhos que esta estrada,
seja curta ou comprida,
que só se chega ao outro lado
gastando a vida
e que depois do outro lado não há mais nada

¹⁰⁹ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 pp. 156-157

¹¹⁰ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 p. 272

¹¹¹ In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004 p. 326 (1948)

Todavia, os jovens lá vão, em festa,
de braço dado
e aos beijos pelas sombras, às risadas,
pensando que, depois desta,
ainda há outras estradas.

A MENSAGEM DO POETA¹¹² **EDUARDO B PINTO**

Na margem
do grande estuário do rio
que anuncia o
fim da viagem
cresce
(ainda) a árvore meta-
física em cujos ramos a Mensagem
do poeta
floresce

CHIARO-OSCURO¹¹³ **pedro Paulo**

como se
de súbito
se acendesse
na noite
compacta
absoluta
o teu sorriso
ou :
um Anjo sus-
pendesse
o voo e
ficasse
parado no ar
perplexo
(como num ex-
voto) a
decifrar
nota a nota
sílabas a sílabas
cada
lágrima ardente
na maciez
do liso frio már-
more
do teu rosto

Origem¹¹⁴ **chrys**

Lá, onde o grande estuário
do rio da vida
pressagia a infinita
morte oceânica,

Cresce

¹¹² In Os Silos do Silêncio (Poesia, 1948-2004), Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2005.
¹¹³ (INÉDITO)
¹¹⁴ In <http://www.circuloarturbual.com/literatura/eduinodejesus/tabid/170/language/pt-pt/default.aspx>

a árvores marginal
em cujos ramos o canto
dos poetas floresce.



20. FÉLIX RODRIGUES, CIENTISTA, UNIV DOS AÇORES ~ CONVIDADO ESPECIAL

<http://expresso.sapo.pt/misteriosas-descobertas-arqueologicas-nos-acoress=f812970#ixzz2VlEX0PHj> <http://expresso.sapo.pt/as-misteriosas-descobertas-arqueologicas-nos-acoress=f812970#ixzz2VjM9hxzW>

<https://expresso.pt/sociedade/2018-09-01-Estudo-revela-que-os-Acores-ja-eram-habitados-ha-1000-anos#gs.7USyZkg>

<https://www.vortexmag.net/8-provas-de-que-os-acoress-ja-eram-habitados-antes-da-chegada-dos-portugueses/>

TEMA: NA SENDA DE UM NOVO PARADIGMA AÇORIANO E MUNDIAL, FÉLIX RODRIGUES, - UNIVERSIDADE DOS AÇORES

As ilhas designadas na cartografia medieval como ilhas encantadas do Atlântico, podem deixar de ser uma lenda para se tornarem uma realidade histórica, proto-histórica ou até pré-histórica.

Se há uma forma de viajar no tempo, para o passado ou para o futuro, é pela ciência. Por mais ridícula que uma dessas viagens possa parecer ela não assenta nas palavras de ninguém (*Nullius in verba*), mas sim em fatos que podem ser alvo de verificação repetida por diferentes pessoas e por diferentes metodologias. Nesta comunicação apresentar-se-ão dados científicos que demonstram a presença de gente nos Açores muito antes do povoamento das ilhas no século XV e discutir-se-ão as implicações que tal facto pode ter no recontar da história da dispersão da humanidade em tempos imemoriais.

Apesar de não se conhecerem cabalmente muitos aspetos desse antigo povoamento, dessa cultura ou até mesmo de não se ter uma cronologia clara para essa presença, os dados até agora alcançados obrigam a repensar a construção do conhecimento e a segurança das metodologias científicas, ademais, quando se verifica um antagonismo nas percepções em torno desta temática e destes factos.

Neste momento, e até que se prove o contrário, com uma investigação tão extensa quanto aquela que foi levada a cabo por vários investigadores, há presença humana nas ilhas Terceira, São Miguel e Pico, em período anterior ao povoamento português. Tal facto não belisca em nada a história do povo que vive nestas ilhas, nem tão pouco a história de Portugal, porque até agora as cronologias apontam para um período anterior à formação da Nação Portuguesa. Um facto poderia ser explicado por uma coincidência, mas muitos factos tornam-se claramente um padrão. Isso entronca nos princípios básicos da classificação tipológica e na necessidade de criar conhecimento através de uma teoria coesa e robusta. Nesta comunicação serão apresentados vários conjuntos de factos que se constituem um padrão de ocupação que requer uma análise pormenorizada à luz do velho e do novo paradigma da navegabilidade atlântica.

Introdução

Nos tempos da marinha de vela, o arquipélago açoriano era fundamental para o controlo das rotas oceânicas, e o povoamento das suas ilhas, muito se deveu a uma visão estratégica de comércio mundial e de conquista de novos espaços ou territórios.

A importância geoestratégica dos espaços varia no tempo em função da economia, da cultura, da política, dos conflitos e de muitos outros fatores endógenos e exógenos. Veja-se por exemplo a obra de Mendes (2018) para melhor entendermos as diferentes valorizações do arquipélago açoriano na primeira e segunda guerra mundial e até mesmo, na atualidade.

É fácil entender a velha e a nova história da centralidade dos Açores, especialmente desde a sua descoberta pelos portugueses no século XV até à atualidade, mas muito difícil de entendê-la em possíveis períodos longínquos.

O período anterior ao povoamento dos Açores está recheado de mitos e lendas. Os mitos dependem de um tempo e de um espaço para que possam existir e ser compreendidos. Nesse contexto, os mitos medievais que envolvem o Arquipélago dos Açores necessitam de uma leitura ligada ao pensamento medieval e não podem ser exclusivamente interpretados pelo pensamento moderno, nem pela etnografia ou tradição oral, porque as lendas resultam exatamente de uma narrativa fantasiosa transmitida pela tradição oral através dos tempos. “Quem conta um conto, acrescenta um ponto”.

Alguns acontecimentos históricos podem ser transformados em lendas, se adquirirem uma determinada carga simbólica numa dada cultura, e serem erroneamente chamados de mitos. Isso é comum quando existe doutrinação histórica.

Chegamos aos dias de hoje com uma doutrinação história dos espaços, das tecnologias da antiguidade e do pensamento arcaico. Temos tendência para considerar o antigo, incluindo o homem, como retrógrado, menos capaz técnica e intelectualmente do que as gentes de hoje, mas na verdade isso não passa de uma grande falácia porque mesmo na atualidade não temos métricas claramente objetivas de medir a inteligência ou competências, quer de homens quer de animais. Perante o que se expõe, recuar ao passado, especialmente antes da escrita, terá que passar claramente pelas novas linguagens da física, química, biologia, genética ou geologia, entre muitas outras. Epistemologicamente essas são linguagens fortes e imparciais, não se compadecendo da “opinião de ninguém”.

A opinião é aceitável quando o objeto analisado é subjetivo, ou até mesmo quando estamos na ausência de conhecimento, mas aí, não a aceitamos por ser uma “boa opinião” ou uma “boa retórica”, mas sim por ser “uma hipótese de partida”, ou seja, “uma verdade falseável”. Não podemos confundir factos com hipóteses, ou a “falseabilidade” de uma verdade, no sentido que Karl Popper lhe atribui, com erros científicos.

As ilhas sempre foram locais de cruzamento de povos e de interesses, e no caso dos Açores, apesar de terem sido descobertas pelos portugueses, “...*depressa se lhes associaram outros povos, a começar pelos flamengos e mesmo ingleses*” (Mendes, 2018:32). Logo desde o início do povoamento dos Açores que vários povos veem o arquipélago com importância geoestratégica.

Por que razão, antes do povoamento dos Açores, nenhuma cultura humana se deparou com as ilhas, ou mesmo tendo-se deparado com elas, não as valorizaram?

Cientificamente, e num sentido estritamente académico interessa dar resposta a esta questão, mesmo que alguns a possam considerar sem importância. Há quem tente responder-lhe com dogmas ou “feelings”, sem perceber que a ciência é um constructo multicultural e universal, independentemente de algumas pessoas serem livres de aceitar ou não as suas conclusões.

O dogma da “não navegabilidade no Atlântico profundo” antes da invenção da vela latina não tem qualquer fundamento científico. Basta uma leitura atenta dos trabalhos produzidos na área da oceanografia física para concluirmos que não se ter chegado aos Açores antes do século XV é um evento de probabilidade muito reduzida.

Os portulanos criados em tempos anteriores à descoberta dos Açores dão a entender que estas ilhas já eram conhecidas, mas não se constituem prova de ocupação humana ou de terem sido local de paragem, porque os seus nomes mudam constantemente bem como as suas posições geográficas. Tais portulanos não se constituem prova de navegabilidade no Atlântico porque ao atribuírem formas, posições e nomes diferentes às ilhas não nos permitem criar um padrão que nos possibilite afirmar que não são meras coincidências, todavia, não podemos de forma alguma afirmar, dada a inexactidão dessas cartas, que nelas não possam estar representadas ilhas açorianas. É essa grande ambiguidade que permite enormes discussões acerca de ser conhecer ou não na Idade Média pelo menos algumas ilhas açorianas.

Outro dos dogmas evocados recorrentemente para negar uma presença pré-portuguesa no arquipélago refere-se à navegabilidade em tempos arcaicos. Afirma-se que: “Só se navegava com terra à vista”. Aceitando tal dogma somos obrigados também a aceitar que todos os contactos realizados entre civilizações em tempos imemoriais só se faziam pelos rios e pelas costas dos continentes. Não há uma única prova disso, mas existem algumas provas que colocam em causa tal dogma. Não se quer dizer com isso que a negação desse dogma se traduz na não aceitabilidade de uma hipótese que aponte para que a maioria das viagens em tempos antigos se realizassem junto à costa, mas maioria, não significa que fossem todas. Para melhor concretizar esta ideia atente-se no facto da maioria dos transportes aéreos da atualidade se fazer entre a Europa e a América, mas isso não significa que não existam viagens aéreas entre a Europa e África ou entre a América e a Ásia.

Também se costuma evocar o dogma do “não há nada escrito” e esquece-se parte dos relatos de Damião de Góis, de Gaspar Frutuoso, de Francisco Ferreira Drummond ou de todo e qualquer outro historiador/cientista pensando-se que transformando algumas das partes dessas obras em mitos e lendas, isso não as transformaria, no seu todo, em trabalhos sem rigor. Tais documentos não podem ser considerados fidedignos para umas coisas e não confiáveis para outras. Podemos afirmar sim, que podem não existir na atualidade factos capazes de suportar o que alguns cronistas ou historiadores afirmam, havendo impossibilidade de os corroborar, mas sem os encontrar, ninguém os poderá negar. Não podemos questionar tudo o que se escreve, especialmente quando se tratam de obras que foram discutidas e analisadas ao longo de vários séculos por milhares de pessoas.

Se os dogmas relativos a uma presença humana antiga nos Açores caírem, mudaremos de paradigma, no sentido que Thomas Kuhn atribui a esse conceito, ou seja, da alteração daquilo que os membros de uma comunidade partilham em termos de conhecimento. Uns Açores antigos desafiavam claramente a nossa inelegibilidade do mundo antigo dadas as enormes distâncias que separam os continentes das ilhas.

Neste trabalho centro-me exclusivamente na apresentação do que são provas ou que tem grandes probabilidades de suportar uma ocupação pré-portuguesa do Arquipélago dos Açores, uma vez que em ciência, a contradição dessas provas também precisa de factos. Advogar-se que factos negativos não precisam ser provados (*negativa non sunt probanda*) aplica-se no direito, mas em ciência só se aplica quando há construção de conhecimento que cabalmente desfaz uma prova. Uma prova combate-se com outra, ou seja, os resultados de uma análise desfazem-se com outras análises ao mesmo objeto, não com opiniões ou análises a objetos distintos. Por vezes não se tem a consciência que negar um resultado, não só põe em causa a análise que se apresenta, mas também toda uma área científica. Neste contexto é mais fácil admitir-se que uma prova pode ser frágil do que negá-la sem análises que justifiquem essa negação.

Quem não acredita, analisa, porque uma prova não é uma questão de fé.

1- Evidências de uma ocupação pré-portuguesa do Arquipélago Açoriano.

Não consideramos neste trabalho que a cartografia medieval que apresenta ilhas no Atlântico Norte, próximas da Região geográfica dos Açores, sejam prova de uma ocupação pré-portuguesa dessas mesmas ilhas, mas revela que já na Idade Média e antes do povoamento se conheciam e cartografavam ilhas nessa grande região do globo. A maioria das informações estampadas nessas cartas possui precisão no que era o mundo conhecido à época, mas alguma imprecisão, especialmente geográfica, no “mundo desconhecido ou pouco conhecido”. As ilhas que aparecem no Atlas Catalão de 1375 correspondem com grande probabilidade aos arquipélagos das Canárias, Madeira e Açores (Liščák, 2017).

O portulano Mediceo Laurenziano, datado de 1351, já apresentava ilhas no Atlântico Norte, que com alguma imaginação e pouca consistência geográfica as poderíamos associar aos Açores, e o mesmo ocorre, com o portulano de Gabriel de Valsequa de 1439 (Russell, 2000). Sem mais demoras na interpretação dos portulanos medievais pode-se afirmar com razoável certeza que havia conhecimento na Idade Média europeia, da existência de ilhas no Atlântico, mas que é impossível, através desses documentos, perceber se existiu algum interesse estratégico, comercial ou militar nessas ilhas antes da sua “descoberta” pelos portugueses e respetivo povoamento.

A análise da cartografia medieval corresponde a uma leitura de fora do arquipélago para a sua geografia, mas na atualidade começa-se a perceber que a leitura de dentro para fora do arquipélago é capaz de produzir alguns resultados palpáveis e objetivos, com muitos deles, a necessitarem de uma investigação aprofundada. Assim, julga-se ser importante que se juntem elementos em cada uma das ilhas, para que se desenvolva uma investigação em espiral em torno de cada um desses espaços. Nos pontos seguintes referem-se factos e algumas hipóteses relativamente a uma presença pré-portuguesa em algumas ilhas açorianas, acentuando a incerteza que existe em relação a cada um dos factos ou das hipóteses levantadas.

2 - Ilha do Corvo

A primeira referência a uma presença pré-portuguesa nessa ilha é do grande cronista português Damião de Góis do século XVI (Damiam de Goes, 1724: Cap. IX) onde menciona a mítica estátua equestre do Corvo. Tal referência tem sido amplamente debatida e procuradas evidências que a possam corroborar, todavia, nada de concreto foi encontrado que a permita validar objetivamente. Independentemente disso e dado o rigor que Damião de Góis apresenta nessa obra, não se pode pura e simplesmente afirmar que a ausência de provas é uma evidência de ausência. Já Carl Sagan (2012) criticou epistemologicamente essa “impaciência com a ambiguidade” clarificando que a “ausência de evidência não é uma evidência de ausência”. Esse raciocínio coloca em xeque a postura daqueles que o autor designa por “desenganadores”, ou seja, aqueles que consideram que novas ideias e atividades são falsas até prova em contrário, agindo como se o facto das evidências ainda não terem sido encontradas significasse que nunca o serão.

Completamente diferente disso e documentada com fotografia aparece publicada no jornal terceirense “A União” (27 de novembro de 1996) um artigo de J. Armas Alves, uma hipotética moeda de prata romana encontrada por volta de 1976 na ilha do Corvo, numa cavidade junto ao Porto Velho dessa ilha.

A consulta do original desse número do jornal permitiu que se identificassem alguns dos pormenores da moeda, concluindo-se que se tratava de uma moeda de prata com claras evidências de circulação, dado o seu desgaste. Tendo em conta todos os pormenores da imagem percebeu-se que a face corresponde à de um denário semelhante aos de 136 a.C. que circularam na Lusitânia Romana (ver figura 1).



Figura 1- Imagem de denário romano equivalente ao que J. Armas Alves descreve como tendo sido encontrado na ilha do Corvo (Classical Numismatic Group, 2006).

Na face da moeda encontra-se uma cabeça com capacete da deusa Dea Roma. No outro lado, ou seja na coroa, percebe-se que existem as patas traseiras de um cavalo, que sendo único seria muito comprido, pois há uma grande distância entre a sua cauda e o pescoço, localizado muito à frente do corpo. Sendo dois cavalos que aí estão representados, teríamos claramente a coroa da moeda da figura 1. Trata-se claramente dos Dióscuros das moedas do Império Romano do Ocidente, apesar de não se ver bem a cabeça do primeiro cavaleiro nem todas as formas das personagens humanas. As letras nessa moeda são quase impercetíveis mas percebe-se a existência da letra C.

Tentou-se contactar o funcionário público que escreveu esse artigo de opinião no extinto jornal “A União”, mas não se conseguiu até agora encontrar o seu paradeiro ou seus familiares.

Significa isso que a presença de uma moeda romana no Corvo, dita como tendo sido encontrada em circunstâncias estranhas (que pressupõe perda) é prova que os romanos conheciam os Açores? Claro que não, mas permite de imediato não descartar essa possibilidade até que a história dessa moeda seja bem contada. Muitas teorias se poderiam construir em torno deste achado, mas por si só, tal não se constituiria um facto robusto de uma teoria, pois para o ser implicava que tínhamos eliminado muitas outras hipóteses interpretativas. Por outro lado, um caso isolado pode ser uma mera coincidência, todavia, um conjunto vasto de casos não é uma coincidência mas sim um padrão.

Da moeda romana anteriormente mencionada, saltamos para as moedas Cirenaicas encontradas no Corvo em 1749. Apesar de alguns autores tentarem colocar esse facto no domínio da lenda, têm a pouca sorte de tais moedas serem cabalmente descritas e desenhadas num artigo científico da autoria de Podolyn em 1778 e publicado pela Academia Sueca de Ciências. Trata-se de um facto indiscutível apesar de não se conhecer o paradeiro dessas moedas. Tais moedas apontariam para uma presença humana arcaica na ilha do Corvo, pelo menos no século IV antes de Cristo, se pudéssemos garantir que nenhum outro povo ou pessoa as pudesse ter lá deixado.

Na sequência de uma visita efetuada à ilha do Corvo no ano de 2010, Ribeiro et al. acabam por publicar em 2015 um artigo onde defendem, baseados na tipologia de algumas construções que aí encontraram, que houve presença púnica na ilha, anterior à presença portuguesa.

Em 2015, numa investigação pessoal realizada na ilha do Corvo, foi possível observar as estruturas referidas por Ribeiro et al. (2015) e também verificar que atrás das paredes de uma casa em reconstrução, de uma habitação provavelmente anterior ao século XVIII, se encontravam duas estruturas hipogeicas similares às que Ribeiro et al. (2015) referem (ver figura 2) e que por tipologia também apontam para uma presença pré-portuguesa.



Figura 2- Imagem de uma das estruturas com câmara escavada na rocha, encontrada atrás das paredes de uma habitação antiga, na ilha do Corvo.

Entende-se que nada do que até agora se expôs é uma prova inequívoca de uma presença pré-portuguesa no Corvo, todavia, a cada ano que passa essa hipótese fortalece-se, não nos permitindo dizer que todos esses factos são um conjunto aleatório de coincidências.

3 - Ilha Terceira

Em 2005, a Doutora Antonieta Costa levanta novamente a questão de uma ocupação pré-portuguesa nos Açores, tendo em conta alegadas inscrições fenícias encontradas na freguesia das Quatro Ribeiras. Uma peça com uma aparente inscrição foi recolhida pelas entidades oficiais e analisada por especialistas que não foram unânimes quanto à mensagem ou cronologia (ver figura 3).



Figura 3- Alegada inscrição fenícia numa pedra recolhida na freguesia das Quatro Ribeiras (Fotografia gentilmente cedida por Amadeu Costa).

Não foi possível na altura, dada a erosão da superfície da rocha traquibasáltica, garantir que as formas das hipotéticas letras não tivessem sido alteradas por processos naturais. Era e é inequívoco que tais formas foram pelo menos, parcialmente esculpidas pela mão humana. Isso é um facto, mas não se constitui uma prova inequívoca de uma presença pré-portuguesa na ilha.

Em 2010, Ribeiro et al. voltam a levantar a questão de uma presença pré-portuguesa na ilha baseados na tipologia das estruturas hipogeicas encontradas no Monte Brasil (Ver Ribeiro et al., 2015). A datação por tipologia aceite pela maioria dos arqueólogos é contestada no caso dos Açores pelos mesmos arqueólogos que a usam. Efetivamente essa é uma datação relativa e sujeita a um conjunto vasto de erros, entre os quais se encontra a sensibilidade de cada um, como tal é sujeita a subjetividade. Na tentativa de tornar objetiva a cronologia das estruturas em apreço, uma amostra de estalactite que cresceu no interior de uma dessas cavidades foi comparada com estalactites do mesmo material, existentes no teto de uma cisterna com cerca de 450 anos. A idade estimada para a estrutura situar-se-ia nos cerca de 1800 anos, todavia, vários fatores físicos controlam o crescimento dessa estalactite e tal longevidade não permite afirmar com grande certeza que essa cronologia é indiscutível.

Os estudos de Ribeiro, Joaquinito, Pimenta et al. (2015) que contém uma nova inscrição e novas análises tipológicas voltam a apontar para cronologias semelhantes à obtida por datação relativa com a estalactite anteriormente mencionada.

Em 2013 Félix Rodrigues apresenta no 16th Annual Mediterranean Studies Association

International Congress uma comunicação sobre megalitismo na ilha Terceira onde inevitavelmente se discutiu uma presença pré-portuguesa na ilha. É a tipologia dessas estruturas e a arte rupestre que lhe está associada que é publicada em Rodrigues (2015). Mais uma vez é a tipologia que aponta para essa presença, e tal como se mencionou anteriormente, ela contém alguma subjetividade, mas com tal número de coincidências haveria que repensar a maioria dos trabalhos realizados na área da arqueologia.

Também em 2015, Rodrigues et al., publicam a primeira datação absoluta de um artefacto construído pelo homem (pia quadrangular), obtendo uma idade de 1000 anos com um erro de apenas 30 anos. A partir desse momento fica claro que houve gente na ilha Terceira há pelo menos um milénio atrás, e é objetivamente impensável contradizer essa datação sem realização de outras análises.

Em 2018, Rodrigues et al., datam as relheiras da “Passagem das Bestas” como tendo 970 anos com um erro 30 anos. Trata-se mais uma vez de uma datação absoluta associada a várias datações relativas que apontam para a presença humana na ilha de uma comunidade há cerca de 1000 anos atrás. Para negar essa evidência será necessário efetuar um vasto conjunto de análises.

No corrente ano de 2019, e em fase de publicação na ARCH, Archeologisch Magazine (Rodrigues & van Oosten), é apresentada a datação de uma amostra de terracota introduzida num orifício cilíndrico de uma construção em rocha traquítica, claramente produzida pelo homem (semelhante à que se apresenta na figura 4). A idade obtida foi de 2580 anos antes do presente com um erro de 30 anos. Mais uma vez se trata de uma datação absoluta que para ser colocada em causa terão que ser encontradas as fontes de erro quer humanas quer analíticas.

Na atualidade é possível afirmar, sem grandes margens de dúvidas, quer pelas tipologias das construções e artefactos que têm vindo a ser encontrados na ilha Terceira quer pelas datações absolutas realizadas, que nesta ilha esteve instalada uma comunidade há pelo menos 2580 anos, numa data muito anterior ao povoamento das ilhas pelos portugueses.



Figura 4- Orifício cilíndrico contendo terracota (mistura de óxido de ferro, cinza e resinas) em peça recolhida no lugar do Posto Santo.

4 - Ilha do Pico.

Em 2013, de novo Ribeiro et al., voltam a levantar suspeitas sobre a cronologia de algumas estruturas da ilha do Pico designadas popularmente por maroiços. Iniciam uma investigação arqueológica no interior de uma dessas estruturas e concluem que tipologicamente, e também pelos artefactos encontrados no seu interior, que tais estruturas seriam pré-portuguesas. As datações absolutas que realizaram não permitiram propor uma cronologia anterior ao século XV, mas isso não significa que o não seja.

Também em 2013, Pimenta el al. publicam um artigo sobre as orientações astronómicas das estruturas piramidais da ilha do Pico e apontam mais uma vez para uma lógica arcaica associada à construção e orientação dessas estruturas. Até aqui tem valido apenas para os estudos nessa ilha a lógica da tipologia e é devido à subjetividade dessa ferramenta que muita polémica se gera. Todavia, em 2018, Boer et al., num estudo paleoecológico realizado na Lagoa do Peixinho demonstram que existiu uma comunidade nessa ilha há pelo menos 1100 anos atrás. Este trabalho acaba por ser um contributo lateral da biologia a esta temática e corrobora claramente os trabalhos que anteriormente se referiram.

Houve claramente uma comunidade humana pré-portuguesa na ilha do Pico de origem ainda não conhecida.

5 - Ilha de São Miguel

Em 2017 é sinalizada na Ribeira dos Bispos no Concelho da Povoação uma estrutura que tipologicamente se assemelha a um columbário fenício. A sua funcionalidade é desconhecida, mesmo que se tente acomodar uma explicação etnográfica.

Rodrigues e Costa (2018) afirmam que arquitetonicamente não encontraram qualquer paralelismo entre essa estrutura e qualquer pombal ou galinheiro nos Açores ou no mundo, mas todos os pormenores observados coincidem com uma estrutura fúnebre púnica ou romana. Não é fácil, dizem os autores, sem uma investigação profunda, encontrar materiais datáveis à superfície que permitam aferir a sua cronologia, no entanto firmam que, por lógica, e tendo em conta a sismicidade do local e os efeitos produzidos na arriba onde a estrutura está instalada, apontar para uma cronologia claramente anterior ao século XVI, pois os eventos sísmicos mais intensos que ocorreram nesse local rondam as datas de 1432 a 1460. Tal estrutura também foi interpretada por outros profissionais da área que a associam a um misto de galinheiro/pombal. Também aqui a tipologia não fornece informações claramente objetivas, mas tão diferentes interpretações obrigaria a discutir intensamente todas as datações que são produzidas a partir de tal metodologia.

A prova inequívoca de uma presença pré-portuguesa nessa ilha surge mais uma vez em trabalhos de paleoecologia realizados na Lagoa das Sete Cidades.

Nesse mesmo ano de 2017 é publicado um artigo da autoria de Rull et al., que descreve a existência de pólen de centeio compatível com sementeiras, queima de madeira intensiva e a presença de um fungo que aparece exclusivamente nas fezes de herbívoros (caprinos, ovinos ou bovinos) num período anterior a 750 anos antes do presente. Tais dados são irrefutáveis até ao aparecimento de análises que os contradigam.

Pode-se garantir que houve uma comunidade humana de origem incerta, instalada nas Sete Cidades, antes da descoberta oficial do Arquipélago pelos portugueses.

6- Considerações finais

Relativamente às datações por tipologia assume-se que os artefactos ou construções existentes nos Açores têm um estilo reconhecível que é em certo sentido uma característica das sociedades que as criaram. Assim, esse tipo de datação passa pela comparação entre estruturas de vários locais do globo para que a partir de umas se possa inferir a idade das outras.

Por tipologia reconheceríamos estruturas muito anteriores ao povoamento dos Açores em todas as ilhas do arquipélago. No entanto, e sem qualquer argumento credível, não colocaremos em causa esse princípio que apesar de conter alguma subjetividade tem originado resultados muito satisfatórios, especialmente quando complementados com técnicas analíticas da física, química, biologia e geologia.

Relativamente à presença pré-portuguesa nos Açores já podemos falar de factos indesmentíveis, especialmente aqueles associados às datações absolutas realizadas.

Há pelo menos 2580 anos esteve uma comunidade, de origem incerta, instalada na ilha Terceira, podendo-se garantir que não era de cultura Viking, como alguns autores tentaram inferir a partir das datações absolutas que apontavam para uma presença pré-portuguesa com mais de 1000 anos.

Há que perceber que estas datações absolutas realizadas na Terceira correspondem a uma datação “*terminus ante quem*”, ou seja, correspondem a idades mínimas de um objeto ou estrutura, que pode ser coincidente também com a idade do próprio objeto ou estrutura. Relativamente à ocupação pré-portuguesa na ilha do Pico é possível garantir também que há pelo menos 1100 anos esteve aí instalada uma comunidade que produzia cereais e criava animais.

Quanto à ilha de São Miguel, as datações absolutas não chegam tão longe, como nas ilhas Terceira e Pico, mas apontam claramente para a presença de uma comunidade produtora de cereais com pastorícia, há pelo menos 750 anos.

Não há nenhuma razão aparente para se encontrarem tão grandes diferenças cronológicas entre a presença humana pré-portuguesa nas ilhas aqui referidas, como aquelas que as datações absolutas apontam, pois tais diferenças podem resultar apenas da intensidade de investigação. A proto-história e pré-história dos Açores abrem novas perspetivas para a compreensão da dispersão da humanidade em períodos muito arcaicos, por isso se entende que o arquipélago açoriano está neste momento na senda de um novo paradigma mundial.

Referências Bibliográficas

Alves, J. Armas (1996), Uma estranha moeda de prata achada na ilha do Corvo. *A União*, 27 de novembro, pp. .9.

Boer, Erik; Rull, Valen; van Leeuwen, Jacqueline; Amaral-Zettler, Linda; Bao, Roberto; Birlo, Stella; Gonçalves, Vítor; Hernández, Armand; Martin-Puertas, Celia; Pla-Rabes, Sergi; Pueyo, Juan; Raposeiro, Pedro; Richter, Nora; Saez, Alberto; Trigo, Ricardo e Giral, Santiago (2018), Early human impact in the Azores: A Late Holocene high-resolution paleoecological analysis from Lake Peixinho, Pico Island, Portugal. *IPA-IAL 2018 Joint Meeting abstracts: Unravelling the Past and Future of Lakes*. Stockholm. Stockholm University.

Classical Numismatic Group (2006), Cn. Lucretius Trio. 136 B.C. AR Denarius. TRIO, helmeted head of Dea Roma, X before Dioscuri r.; below, CN. LVCR.; ROMA in ex. Bab 1 Syd 450, Cr237/1. Página consultada a 5 de janeiro de 2017. <http://www.cngcoins.com>.

Goes, Damiam (1724), *Chronica do Príncipe D. Joam*. Lisboa, Officina da Musica.

Liščák, Vladimír (2017), “Mapa mundi (Catalan Atlas of 1375), Majorcan cartographic school, and 14th century Asia”. *Proceedings of the International Cartographic Association*, 1, 1-8.

Mendes, Armando (2018), Entre o carro de bois e o avião: Uma pequena comunidade no centro de uma rivalidade global. Angra do Heroísmo, Instituto Histórico da Ilha Terceira.

Podolyn, Johan (1778), Några Anmärkingnar om de Gamles Sjöfart, i anledning af några Carthaginensiska och Cyrenaiska Mynt, fundne år 1749, på en af de Azoriska Öarne. *Det Götheborgska Wetenskaps och Witterhets Samhallets Handlinger Wetenskaps Afdelningen*, Vol I, 106.

Pimenta, Fernando; Ribeiro, Nuno; Joaquinito, Anabela; Rodrigues, Félix; Costa, Antonieta e Silva, Fernando (2013) Land, Sea and Skyscape: Two Case Studies of Man-made Structures in the Azores Islands. *Culture and Cosmos*, 17(2), 107-132.

Ribeiro, Nuno; Joaquinito, Anabela; Pimenta, Fernando; Hristov, Romeo; Ventura, Ricardo; Costa, José; Rodrigues, Félix; Silva, Fábio; Freitas, Ricardo e Costa, Antonieta (2013), *Estudo Histórico Arqueológico sobre as Construções Piramidais existentes no Concelho da Madalena, ilha do Pico*. Madalena, Câmara Municipal da Madalena.

Ribeiro, Nuno; Joaquinito, Anabela e Pereira, Sérgio (2015), Phoenicians in the Azores, Myth or Reality?. *Proceedings of the 15th SOMA 2011*, Catania, 453-459.

Ribeiro, Nuno; Joaquinito, Anabela; Pimenta, Fernando; Sauren, Herbert; Rodrigues, Félix; Costa, Antonieta; Pereira, António; Juliano, Manuela; Fernandes, Joaquim; Freitas, Ricardo; Ventura, Ricardo e Tirapicos, Luis (2015), Protohistoric and Historical Atlantic Navigation: Archaeological Evidence from the Azores. *SEAC 2011 Stars and Stones: Voyages in Archaeoastronomy and Cultural Astronomy, Proceedings of the SEAC 2011 conference*, Oxford, BAR Publishing, pp. 64-69.

Rodrigues, Félix (2015), Megalithic Constructions Discovered in the Azores, Portugal. *Archaeological Discovery*, 3, 51-61.

Rodrigues, Félix; Martins, Nuno; Ribeiro, Nuno e Joaquinito, Anabela (2015), Early Atlantic Navigation: Pre-Portuguese Presence in the Azores Islands. *Archaeological Discovery*, 3, 104-113.

Rodrigues, Félix; Madruga, João; Martins, Nuno e Cardoso, Fábio (2018), Dating the cart-ruts of Terceira Island, Azores, Portugal. *Archaeological Discovery*, 6, 279-299.

Rodrigues, Félix e Costa, Mário (2018), Um Possível Columbário Fúnebre na Ribeira dos Bispos, nos Açores. *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol LXXVI, 289-312.

Rodrigues, Félix e van Oosten, Henk (2019). Archeologische ontdekkingen op de Azoren. *ARCH, Archeologisch Magazine* (em fase de publicação).

Rull, Varen; Arantza, Lara; Rubio-Inglés, María; Giral, Santiago; Gonçalves, Vítor; Raposeiro, Pedro; Hernández, Armand; Sánchez-López, Guiomar; Vázquez-Loureiro, David; Bao, Roberto, Masqué, Pere e Sáez, Alberto (2017). Vegetation and landscape dynamics under natural and anthropogenic forcing on the Azores Islands: A 700-year pollen record from the São Miguel Island. *Quaternary Science Reviews*, 159, 155-168.

Russell, Peter (2000), *Prince Henry “the Navigator”: a life*. New Haven, Yale University Press.

Sagan, Carl (2012), Um Mundo Infestado de Demónios - A ciência como uma luz na escuridão. Lisboa, Gradiva.



21. HILARINO DA LUZ, CABO VERDE – INVESTIGADOR DA NOVA FCSH E INVESTIGADOR INTEGRADO DO CHAM, FCSH – UNL UAC

TEMA VIDA E OBRA DE JANUÁRIO LEITE, HILARINO CARLOS RODRIGUES DA LUZ, CHAM, DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PORTUGUESES, FCSH, UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Sinopse

Pretendemos, com este artigo, fazer uma breve abordagem da vida e obra do poeta cabo-verdiano António Januário Leite, mais conhecido por Januário Leite. Nascido no Paul, Ilha de Santo Antão no dia 10 de junho de 1867 e falecido no dia 11 de junho de 1930, a sua infância mergulhada num angustiado sofrimento decorreu na propriedade de Chã de Margarida. A sua produção literária, grande parte inédita aquando da sua morte, encontrava-se dispersa, em alguns periódicos, como *Almanach Luso-Africano*; *Revista de Cabo Verde*; *Esperança*; *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*; e *O Ultramarino*. Conta com algumas publicações póstumas, sobretudo *Poesias* (1952 e 2006), *Versos da Juventude* (1987); *António Januário Leite: o poeta além-vale* (2005).

Tendo estudado apenas a instrução primária, Francisco Lopes da Silva considera que talvez a sua poesia “tenha ganho com isso, sem a carga da erudição, pois sai-lhe espontânea, sincera, sentida, como espontânea e sentida é a alma dos simples”. Foram seus professores o Padre Joaquim António Morais e o seu padrinho Luís Francisco Gonzaga dos Santos, Bacharel em Direito, que lhe ensinou a técnica dos versos e os seus aspetos formais. Reconhecia a importância da instrução, o que o fez lamentar com alguma constância o facto de não ter conseguido avançar nos estudos.

Pretendemos fazer uma breve abordagem da vida e obra de António Januário Leite, mais conhecido por Januário Leite. Trata-se de um autor que valorizou a alma em todas as dimensões humanas, mormente na despreensão, visto que nem “*se preocupou em registrar a sua obra para a posteridade. Preocupou-se, entretanto, em dizer o que sentia*” (Sato et Romano in Leite 2005, 21). Nascido no Chã da Margarida, Paul, Ilha de Santo Antão, Cabo Verde, no dia 10 de junho de 1867, era o terceiro filho de João José Leite e de Irene Cândida Ferreira Leite. Teve uma infância e uma entrada na puberdade marcada pela febre palustre. Descreveu a sua terra natal da seguinte forma:

Paul! Ó terra extremosa, / Onde nasce e cresce a rosa / E a laranjeira viçosa / A sorrir à luz do sol. / Tudo em ti é harmonia, / Singeleza e alegria; / Em ti fala a Poesia / Nos cantos do rouxinol. // Em ti mora a Natureza / A mostrar sua riqueza, / Retratada com grandeza / Desde a serra até ao mar. / A viração que perpassa, / Por mais que oculta se faça, / Sempre revela, devassa / Os teus mistérios sem par. // II // Em ti brotam diferentes / As águas de mil nascentes, / Despertando ecos dormentes, / Que se cruzam na amplidão. / Tuas frondosas verduras, / Aos beijos das auras puras, / Nos fazem sonhar ternuras / E bater o coração. [...] (Leite, 2006: 77 a78).

De uma família pobre, foi batizado pelo Padre Francisco Casimiro Duarte no dia 14 de junho de 1868. A sua infância “imersa em dolorosa enfermidade” decorreu na propriedade de Chã de Margarida, um recanto bucólico da cidade do Paul. Refira-se que mesmo ao pé desse chã, passa a ribeira que, nos anos da chuva, segundo a linguagem local, se espraia pelo vale em direção ao mar, como se nota no poema “Meu Ribeiro”:

Corre, corre eternamente, / meu ribeiro de cristal /, desenrola na corrente / as águas do teu canal. // [...] // O teu murmúrio sentido, / meu ribeiro sem rival, / vai buscar em longe olvido / mil lembranças por meu mal. // Quantas vezes pequenino, / sem desenganos, sem mágoas, / ignorando inda o destino, / me banhei em tuas águas? // [...] // Quando a chuva te engrossava / a corrente murmurosa, / mais ainda me exultava / porque vinhas cor de rosa // Corre, corre enternecido, / que o teu murmúrio sentido / me recorda o meu destino. // Como tu veloz caminha / esta vida de penar; / ela na campá se aninha, / e tu nas ondas do mar! (Leite, 2005:144).

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

A sua obra, grande parte inédita aquando da sua morte, ocorrida no dia 11¹¹⁵ de junho de 1930, encontrava-se dispersa, contando com algumas publicações póstumas, havendo a registar *Poesias*, 1952, Associação Académica do Mindelo e 2006, Liga dos Amigos do Paul – AMIPAUL e o Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, *Versos da Juventude* (1987), Edições Paul, de Queluz, Portugal (reeditado por Arnaldo França e pelo Instituto da Biblioteca Nacional de Cabo Verde – IBNCV). Também deixou os poemários *Expansão d’Alma* e *Horas Sombrias*, sendo que ambos estão reunidos na edição *Poesias* (2006). Luís Romano e Maria Helena Sato publicaram *António Januário Leite: o poeta além-vale* (2005). Para a autora Maria Helena Sato,

Examinando alguns poemas que, supomos, tenha escrito em Ecos de Juventude, percebe-se que J. Leite já saíra da infância acompanhado pelo sofrimento, circunstância maligna que o levou à apatia de “não-existência”, em razão da própria natureza que o sonho transformou em fonte envenenada de “horas sombrias de cruéis torturas. Trespasado pelo amor enaltecido na poesia, J. Leite foi vítima de contingências que excederam suas possibilidades humanas e levaram-no ao desespero, ao sentir perdida, como diz, a áurea visão do meu sonhar de glória (2005:31).

Desta feita, numa fase inicial da sua escrita, teve a sua mãe como base temática e de inspiração estética. Por essa razão, Januário Leite dedica-lhe o poema “Saudade”, considerado a “sua obra prima”. A morte levou-lhe a sua mãe, acontecimento que está na base do texto: *Alma mais simples que a flor singela / E coração de rola a mais sentida, / A minha santa Mãe estremecida, / Era um ideal de mãe, tal era ela! // Jamais verei a luz da minha estrela / No céu caliginoso desta vida!... / Que resta à alma, pela Dor vencida, / Nas trevas desta noite de procela? // Somente mil lembranças ... e suspenso, / O eco da sua voz e a soledade... / Ó mãe, se uma balança, como eu penso, // Existe no teu mundo, a Eternidade, / Mãe! Põe dum lado o teu amor imenso / E de outro lado, põe minha saudade!* (Leite, 2006: 21).

No que se refere ao livro *Poesias* (1952), Jorge Barbosa considera que: *Editado pela Associação Académica do Mindelo, foi recentemente publicado o livro Poesias, do malogrado poeta cabo-verdiano Januário Leite. Creio que houve a intenção de se fazer antologia a esta, se porventura não nos trouxe o melhor poeta, conseguiu entretanto mostrar-nos o cantor e o seu lirismo, que era o eco afinal desse lirismo de então, todo imagens decorativas e literárias, para o qual o clima poético da época preparara e estabelecera, num ajustamento de espartilho, os moldes de expressão.* (1953: 29).

A saudade foi uma experiência marcante na vida do autor, o que fez com que a sua escrita unisse distintos constituintes que exprimiam o seu sentir romântico e traduzisse a sua conceção da vida. Esta reflexão encontra-se no poema “Dor da Saudade” onde o eu “poemático” também se dirige à sua amada Helena, como se pode certificar na seguinte passagem:

Não sei porque motivo os olhos teus castanhos / estão sempre a chorar, e tu sempre tão. / Nem podes ocultar da vista dos estranhos / o mal que te devora Helena em que consiste?... // [...] // Helena! A vida é um barco e tu a timoneira. / Tu precisas de rir, precisas de cantar!... / Tu, pois, não só para a fremente esteira / que deixa atrás de si a embarcação no mar. // [...] // Saudosa de outros afetos, / os teus olhos seguem retos / outros mundos mais diletos, / sonham talvez outros céus... / Talvez!... talvez o teu pranto / seja a Ventura, porquanto / os que em vida choram tanto, / estão mais perto de Deus! // [...]. (Leite, 2005: 78-80).

A temática da saudade, substantivo caraterístico do romantismo português, é uma constante no panorama literário desse período e aparece ligado ao cultivo do sentimento amoroso que os poetas dessa fase postulam em relação à sua terra natal e isso os leva a cultivar o saudosismo. O momento da perda da mãe fê-lo mergulhar nas “Horas sombrias e cruéis torturas, dispersas através do meu viver”, segundo o próprio, decaindo numa profunda agonia íntima que se metamorfoseia em apatia, para quem observa e guarda a imagem nas suas confissões. Também via a figura maternal como sendo uma amiga detentora de um amor verdadeiro, daí ter comparado a mãe ao “anjo do céu” porque cria o filho nos braços e sem ela a vida seria uma tristeza, como se nota no poema “Mãe”:

Mãe!... é nossa santa amiga, / que os pesares nos mitiga / com um só dos seus olhares! / É tão grande o seu amor, / como o dia o fulgor / n’amplidão dos céus e mares! // [...] // Mãe!... é um anjo do céu / que o Senhor ao homem deu / para alívio do seu mal! / Mãe, cria o filho nos braços / e depois lhe end’reça os passos / na senda da sã moral! // [...]. (Leite, 2005: 159).

Januário Leite colaborou em alguns periódicos, como *Almanach Luso-Africano*, *Revista de Cabo Verde*, *Esperança*, *Novo Almanaque de Lembranças Luso-Brasileiro*, e *O Ultramarino*. Tendo estudado apenas a instrução primária, devido as precárias condições económicas dos seus pais, a sua poesia perdeu a erudição dos outros poetas da sua geração e ganhou a sinceridade e o sentimento. No poema “Escola à antiga”, o poeta dá-nos a conhecer algumas caraterísticas de um professor que, de “óculos no nariz”, se senta com uma pesada palmatória ao lado. Há um desentendimento entre ele e o aluno, sendo que este o chama de “burro”. Tudo se dá numa aula de história que tinha como temática D. Pedro V:

Os óculos no nariz, bem cimentado / por densa massa de rapé imundo, / o rosto ora boçal, ora jacundo, / de tímidas crianças rodeado, // antigo professor está sentado / no meio dum silêncio o mais profundo, / solene aspeto – de aterrar o mundo, / pesada palmatória sempre ao lado. // A lição é de história. Já casmurro, / o mestre puxa a caixa de rapé. / O aluno lê: Dom Pedro quinto... um murro! // A tosca mesa abala!... o aluno em pé / encara o mestre... Que disseste, burro? // D...Pedro...V!... - D. Pedro V é que é!... (Leite, 2005: 117).

Foram seus professores o Padre Joaquim António de Moraes e o seu padrinho, bacharel em Direito, Luís Francisco Gonzaga dos Santos, que lhe ensinou a técnica dos versos e os seus aspetos formais. Neste sentido, chora a morte de Luís Francisco Gonzaga no poema “Lágrimas”, com a dedicatória “Pela morte do seu padrinho dr. Luís Gonzaga”. Defende que a morte, fenómeno natural e comum a todos os homens, fez com que chorasse a partida do seu mestre, um acontecimento que se deu de forma prematura. Paul chorou a morte de um homem cheio de forças, generoso, republicano, nobre e humilde. Por essa razão, acredita na possibilidade dele se encontrar a desfrutar de uma “boa aventuraança” ao pé de Deus, como se nota na seguinte transcrição:

Musa da morte, que ao passar assiste / dos grandes homens, desgrenhada e triste: chora! que eu choro de Gonzaga a morte [...] / Paú! ó Pátria, chora o teu conforto! / chorai, paulenses, porque o mestre é morto! // Guia do bem e do tirano açoute! // Fanal brilhante em procela route! // [...] / Ali vivia, como em claustro o monge / do mundo ingrato, vive humilde e longe, / com Deus e a natureza! / Foi sempre grande, generoso e nobre / mas tantas luzes hoje a campa cobre, / como ela cobre tudo! // [...] / Se a outra vida existe além da morte, / [...] / se a crença for verdade, / e ele, eternos louros lá nos céus / a bem aventuraança aos pés de Deus, / por toda a eternidade! (Leite, 2005: 88 a 89).

O autor, em apreço, um homem autodidata, ilustrado, defensor da instrução e com uma obliquidade para o livre pensamento, lamenta o facto de não ter avançado nos estudos. Neste sentido, projetou a possibilidade de frequentar o Seminário Liceu da Ilha de São Nicolau, uma possibilidade que não se concretizou por razões económicas dos seus pais, conforme referimos anteriormente. Veja-se a seguinte passagem do poema “Recordação”:

Minha mãe me disse um dia, / – rapazito ingénuo e doce: – / Filho meu, se rica fosse, / um doutor eu te faria. // Como, mãe? disse eu zangado, / Hei de ter só por escola / A mesquinha e triste esmola / que o povo concede o Estado?! // Não! Irás ao Seminário, / Minha avó disse em seguida, / E terás bonita vida: / De Jesus Cristo, vigário! // Ser padre, Nhanda?!... Essa é boa! / Padre, não! Disse eu zangado; / Hei de ser, então, soldado, / já que não vou a Lisboa! // / [...] // Fico a lembrar esta cena, / Longínqua, do meu passado, / não me dói padre ou soldado; / Da carta só tenho pena! (Leite, 2006: 107 a 108).

O dito Seminário Liceu da Ilha de S. Nicolau foi criado no dia 3 de setembro de 1866, a pedido do bispo da diocese do arquipélago, D. José Luís Alves Feijó. Começou a funcionar, em dezembro desse mesmo ano, com um professor de canto e ritos, dois professores de Filosofia e Latim, dois professores da metrópole e um professor de teologia transferido em 1869.

¹¹⁵Arnaldo França defende que o poeta morreu no dia 11 de junho e não no dia 10. Argumenta essa posição referindo que extraiu os dados do nascimento e da morte do autor do “assento de batismo e do registo de óbito cujos textos, ainda que elaborados há muitos anos, se encontram em bom estado de conservação”.

Tinha o propósito de admitir alunos destinados à vida religiosa e minimizar a falta de liceus, onde os alunos que tivessem predisposição para a vida religiosa, conseguissem prosseguir os estudos secundários e receber educação científica ou preparar-se para os estudos superiores. Formou muitos jovens intelectuais que vieram a desempenhar cargos nas instituições nacionais, nomeadamente como religiosos, ou que foram grandes escritores, poetas e que ingressaram no ensino universitário na metrópole.

Maria Helena Sato e Luís Romano julgam que o poeta não frequentou o Seminário “*devido ao seu precário estado de saúde, fustigado pelas febres [...]. Por isso, teve professores eficientes, que lhe ministraram uma sólida instrução de base, enriquecida pelos próprios meios, o que se depreende de sua poesia*” (Sato et Romano in Leite 2005:32).

O poeta fala da intriga, do paludismo e da debilidade da sua saúde como estando na base da perda da sua juventude. Veja-se o poema “No Lar”:

Sai dum centro desleal e rude, / onde só reina intriga e o torvo egoísmo; / forçou minha saída o paludismo / o mal que débil tem minha saúde. // Na paz de solidão, onde há virtude, / me acolho enfermo e com tristeza eu cismo, / mirando o fundo e progressivo abismo / onde jaz morta a minha juventude! // [...] / (Leite, 2005:121).

Nesta perspetiva, a sua vivência é marcada por momentos sombrios, cruéis, tortuosas, amarguradas, ocorrências dignas de uma pessoa que vive uma provação. Há uma clara necessidade de se ajoelhar e suplicar uma redenção invisível:

Horas sombrias de cruéis torturas, / dispersas através do meu viver; / dissei-me que venturas, que prazer, / compensar pode as vossas amarguras?... // [...] // A taça, horas fatais, dai-lhe a levar, / que parte d’alma foi, parte sagrada / e vai com ela a Deus se ajoelhar! (Leite, 2005: 167).

Deste modo, em sinal de agradecimento ao seu professor o Padre Joaquim de Moraes, escreve o poema “Gratidão”, dedicado “Ao Rev.mo Sr. Padre Joaquim António do Moraes”:

A instrução, Padre, é o Sol da vida! / Desvenda a alma e nos prediz ventura, / Porque nas dores duma cruz, fulgura, / Alenta a fé, se foge enfraquecida! // Quantos mancebos com a luz perdida, / Na senda ingrata desta vida impura? / Quais pobres cegos, vão em noite escura, / Curvada a frente, que ficou despida! // Eu que somente dessa estrela infinda, / Na sorte coube-me um subtil clarão, / Que tu me deste na missão mais linda... / Graças te dou!... E nesta inspiração, / Ao afinar da lira, cedo ainda, / Te trago um canto, ó mestre, em gratidão! (Leite, 2006:23).

Trata-se de um texto onde o poeta compara a “instrução” com o “Sol da vida”, uma vez que ela ilumina a todos. Agradecendo ao seu mestre, afirma ter sido “um sortudo”, já que na presença de “mancebos com luz perdida” coube-lhe “um subtil clarão”. Portanto, apesar de tudo, Januário Leite tinha instrução, tal “luz da vida”, que muitos não possuíam e viviam “em noite escura”. A elite cabo-verdiana estava ciente desse problema. Para o debelar apelava ao investimento por parte da metrópole, com o propósito de melhorar as condições de formação escolar da província, um assunto que seria retomado por Jorge Barbosa em “Notas sobre a instrução primária”:

Bom seria que imitássemos em Cabo Verde, senão que seguíssemos, o propósito do Governo Central de em futuro próximo reduzir a nada, ou a um mínimo inevitável, o índice de analfabetismo na Metrópole. [...]. Quem tem reparado no tradicional drama escolar dos filhos da nossa pobreza rural, a mais desamparada de todos? Drama quotidiano dos longos percursos, a caminho das aulas. Drama heroicamente suportado e superado pelo muito desejo que que as crianças das ilhas têm de saber ler e escrever. (Barbosa, 1953:25).

As atribulações na vida de Januário Leite começaram ainda muito cedo, sobretudo quando passou a alimentar um amor impossível por Helena Pires, sua prima, filha de Margarida Leite Pires Ferreira, a quem dedica o poema “Diversões”:

Quando à tardinha se descora o dia / E já na serra vai o Sol velado / Ouço soar o som da Avé Maria, / Em voz tremida, divagar pousado; // Tenho saudades, que me acorda na alma, / Gratas lembranças de uma idade pura, / Quando criança com tranquila calma, / Ouvia-lhe o som meigo a sonhar ventura ! [...] / (Leite, 2006: 126 a 127).

Trata-se de um amor obstaculizado pela referida pobreza de um poeta que, tímido na vida e na expressão dos seus sentimentos quase platónico, revela um espírito mais abúlico e contemplativo do que um homem de ação. Francisco Lopes da Silva considera que “A nada reage: mesmo se repudiado ou enganado pela mulher amada, quase se transforma num masoquista, frente à recusa ou à infidelidade do objeto do seu amor” (Silva 1991, 14), como se nota no poema “Guida”:

Eu nunca a Guida julguei ser cadela / porque passava em sua aldeia obscura / por uma moça muito honesta e pura, / tida por todos inda donzela... // Foi mais que amor que senti por ela; / foi na verdade quase até loucura; / sonhei colher nas ânsias de ventura / dessa virtude a virginal capela... // Bem tarde vejo que figura d’urso / fiz nessa cena namorando a Guida, / p...matreira de já velho curso!... [...]. / (Leite, 2006: 49).

Neste sentido, Januário Leite, um escolhido pela maldição, foi acompanhado pela existência de um sonhador. Provido de uma essência romântica, o amor e o álcool (aguardente) estiveram na base da sua tragédia existencial, reflexos temáticos que se encontram na sua escrita. Assim, “[t]respassado pelo amor enaltecido na poesia, J. Leite foi vítima de contingências que excederam suas possibilidades humanas e levaram-no ao desespero, ao sentir perdida, como diz, a “*áurea visão do meu sonhar de glória*” (Sato et Romano in Leite 2005, 31).

Muitas vezes, sustentados numa certa ambivalência entre a sensibilidade de um visionário e de um filósofo, encontramos nos seus textos um sortilégio sincero de uma exaltação vítrea. Também nos deparamos com o reflexo de um filósofo amargurado que nos surge à mente, “*com o desenrolar de tanta profundidade em conceitos imbuídos de neurastenia e anseios, revelados na maior parte da sua poesia, que temos de admitir que Januário Leite procurou ou desejou a morte para se libertar da dor*” (Sato et Romano in Leite, 1988, 5).

Ora, tratando-se de um grande cultor do soneto, a sua poesia é impregnada pela metáfora, uma figura de linguagem que produz sentidos figurados por meio de comparações implícitas, e figuras como assonância, que consiste na repetição sistemática de um mesmo fonema consonantal e a aliteração, caraterizada pela repetição de fonemas vocálicos, do penumbrismo típico dos simbolistas com forte influência de *As Flores do Mal* de Charles Baudelaire (Sato et Romano in Leite, 2005), conduzindo o sujeito lírico de Januário Leite a subverter a contemplação do mar:

Quando eu contemplo suas mansas plagas, / Que vão perder-se no horizonte infindo, / E branca vela sobre as suas vagas, / Qual branco cisne a espanejar, fugindo, // [...]. Mas quando do seu leito vasto e fundo / o vejo erguer-se em fúrias desmedidas, / Titão que acorda, amedrontando o mundo, / tigre esfaimado que só pede vidas... // E sobre o dorso das medonhas vagas / vejo pairar a vela com receio, / Então exclamo, vendo as suas plagas: / Senhor! Senhor! como o mar é feio! (Leite, 2006:79).

O pessimismo ultrarromântico dos autores do mal do século é um tema recorrente na sua escrita, como se nota no poema “Biografia”:

Imersa em dolorosa enfermidade, / A minha infância vi correr obscura: / Só vendo a paz em sonhos e aventura, / Chorando, atravessei a mocidade. // Por toda a parte a negra adversidade / E sempre a minha estrela infausta e dura, / Eu creio estar ao pé da sepultura /, A porta que conduz à Eternidade!” // Saúdo-lhe as trevas com a fé do forte, / Porque ela é minha pátria prometida / Onde acabar deve o poder da sorte. // Ó Ser dos seres, com a frente erguida, / O jus me calha caiba de dizer à morte: / Abre-me os braços! Sê-me tu a vida! (Leite, 2005: 179).

É de salientar que o ultrarromantismo foi um movimento literário da segunda metade do século XIX, que tinha como principais caraterísticas a liberdade criativa do humano superior (o conteúdo era mais importante que a forma); o tédio constante, a morbidez, o sofrimento, o pessimismo, o satanismo, o masoquismo, o cinismo, a autodegeneração; a fuga da realidade; a desilusão adolescente; a idealização do amor e da mulher; o saudosismo; e a obsessão pela morte. O mal do século, referido anteriormente, foi uma expressão, original que Chateaubriand usou como tópico literário para se referir à crise de crenças e valores desencadeada na Europa do século XIX, sobretudo no contexto do romantismo.

Trata-se de um sentimento de decadência, de tédio, de desilusão, de melancolia, de inutilidade e futilidade da existência, que afetou os jovens dessa época. Nesta ótica, o apego à morte, uma outra característica do ultrarromantismo que aparece na poesia do autor e o desejo de a versar são trabalhados à exaustão. Ela aparece relacionada ao momento de transição de uma condição somenos e unicamente peculiar, individual (o sofrimento, a dor anímica) a outro superior (o amor e a justiça), tudo isso no âmago de uma tese que se ordena por fases preferentemente conclusos e soberanos, numa clara apropriação dos três ápices dialéticos hegeliano: o primeiro momento (a tese) corresponde ao axioma; segundo momento (a antítese); e o terceiro momento (a síntese) corresponde ao teorema, um resultado necessário.

Autodidata, “poeta de rara sensibilidade”, conforme refere Rosendo Pires Ferreira, Januário Leite foi ourives na Ponta do Sol, professor primário no sítio de Baboso, por cerca de dois anos, e faroleiro em São Vicente. Republicano convicto, ainda em plena monarquia, pertenceu ao grupo de homens que foram acusados de instigar os tumultos de 1886, “por causas de natureza fiscal”, e a revolta de 1894, na ilha de Santo Antão, “na altura de eleições legislativas e na sequência da extinção do Concelho do Paul”. Tendo sido preso com trinta e dois companheiros, é dessa época de reclusão que data um dos seus poemas “Oito Dias”, em que denuncia a situação de injustiça de que tinha sido vítima. Inicia o texto dizendo “...mandará ... intimidar o Ministério Público para oferecer o libelo acusatório no prazo de oito dias”:

Oito dias!... oito dias!.../ Prazo infinito! fatal! / Oito dias, sempre elásticos, / Cheios de tédio mortal! // Oito dias não findam! / Sempre a crescer... a crescer... / Após oito, vem mais oito, / E tanta gente a sofrer!... // Sois malditos, oito dias! / Sois sombrios! Sois cruéis! / Sois um negro pesadelo / Quando se fala em papeis! / [...] // Oito dias!... oito dias!... / Sempre longos, sempre insanos / Teia infinita nos urdem / Lá fora os nossos tiranos / [...]. (Leite, 2006: 129 a131).

Não se sabe ao certo quanto tempo durou a sua prisão nem qual foi a sentença resultante. Existe “*um pesado e copioso silêncio sobre este assunto, de capital importância no julgamento histórico da sua personalidade sociopolítica*” (Sato et Romano 2005, 48) o que o fez publicar em sua defesa o artigo “A minha demissão”, no n.º 8 do jornal *A Liberdade*, do dia 21 de junho de 1902:

Como prelúdio do vasto assunto que eu vou expor à apreciação dos poderes superiores, do povo de Cabo Verde [...] peço-lhe a publicação d’estas breves linhas no seu jornal, que, em tão boa hora, aparece a advogar a santa causa dos pequenos, perante a injustiça e os despotismos dos grandes. [...]. Ora, todo o funcionário público está sujeito a reveses e a calúnias muitas vezes ignóbeis, sobretudo quando se tem por inimigo indivíduos sem caráter e sem moral, que não recuam perante meio algum para satisfazerem o ódio. Não me assombra, por José Lino Coelho ou coisa semelhante ser envolto n’um exemplo: ser caluniado por uma trama qualquer, sofrer incômodos etc. porque a verdade é sempre luz, e a luz há de por fim brilhar (Apud Leite 2005, 48-51).

Apesar de ter apresentado esta carta em sua defesa, Januário Leite não foi reconduzido no seu cargo de docente, momento que aumentou o seu calvário económico, uma situação que piorou com a morte da sua “Santa Mãe”. Portanto, com um imaginário quase alucinado, passa a peregrinar sem repouso, sem a força mental que lhe permitisse suportar a dor da perda, contra a qual exclama incrédulo no poema “Morta”:

Morta!... Ei-la morta!... Ó mãe, que atroz decreto / levou-me do teu lado, longos anos, / do mundo submetido aos desenganos, / órfão do teu imenso e puro afeto... / [...] / Não foi o teu pedido respeitado!... / e longe dela dormes esquecida, / Ó mãe, em que maldito descampado! (Leite, 2005: 170).

Assim, a morte, por vezes, causa a “dor da Saudade”, termo extraído de um poema do autor com o mesmo título. Passa a interessar-se pelo Universo, no qual entrevia o invisível que fazia da Terra um átomo, como se pode ler no poema “Deus”:

Não crer na igreja nem nos seus preceitos / não é descrer de Deus, pelo contrário, / foi sempre o são critério refratário / às forças clericais e preconceitos... // Acreditar na Bíblia e em tantos feitos / dum ser quase invisível, sanguínário, / que se fazia ouvir dum santuário / ditando as suas leis aos seus efeitos... // [...] // Pois sendo a Terra um átomo, tal qual, não cabe o Deus que eu penso, / Autor da Natureza Universal (Leite, 2005: 127).

Dessas reflexões resultaram momentos de dúvidas que ele ia assinalando, daí ter dito: “E crer, mais tarde, que esse “*Deus imenso / Enviasse à Terra um filho, um Deus igual, / não quadra, com franqueza, a todo o senso!*”. Há, ainda, com ele, a valorização de uma certa negatividade e do questionamento do homem, essa “pretensiosa criatura que” não passa de um “*nada*”, como se pode ler no poema “Humanidade”, um texto onde se nota o seu desencanto com o mundo:

Lastimo o nada desta vida escura, / tão cheia de ignorância e de vaidade; // a vida da chamada – Humanidades – / que por momentos ou instantes dura. // [...] // Abre os teus olhos, Homem, vê a fundo / o que és e o que te cerca; tudo é peta: / és nada, como nada é o teu mundo! // Um grão d’areia num Saara sem meta, / ou gota d’água sobre o mar profundo, / tem mais valor que a terra... o teu planeta! (Leite, 2005:174).

Com a assunção do seu questionamento do Universo, passa a abordar o espiritismo, uma temática resultante do Racionalismo Cristão, uma filosofia espiritualista codificada por Luís de Matos em 1910, ano da sua fundação no Brasil. Com a designação, até 1940, de Espiritismo Racional e Científico Cristão, S. Vicente foi a primeira ilha a receber esta filosofia e tem sido o seu principal dinamizador no arquipélago de Cabo Verde. Nesta linha de pensamento, Januário Leite aborda a adesão do Cónego Teixeira ao Racionalismo Cristão, como se nota no poema “A um ex-vassalo do papismo”:

Padre eras... como tal, vassalo do Papismo, / potência que viciara o credo do Messias; / e vendo que era errónea a crença que seguias, / convicto, te abraçaste ao puro Espiritismo. // [...] // Mas tua causa é santa, ó padre, por sinal / um dia triunfará... será da humanidade: / ciência e religião... o credo universal! (Leite, 2005:126).

Em suma, diríamos que o Cónego Teixeira, foi um “*homem devotado à instrução popular, e nisso herdeiro de espírito das Luzes*”. Foi, igualmente, “*um oficial da religião do Estado e um temperamental dado à polémica pública*”, segundo João Vasconcelos (Vasconcelos, 2011: 113).

Referências bibliográficas

Barbosa, Jorge (1953). “Nota sobre Januário Leite”. *Cabo Verde*, 40, 29.

Barbosa, Jorge (1953). “Notas sobre a instrução primária em Cabo Verde”. *Cabo Verde*, 51, 25-27.

Leite, António Januário (org e pref. de Arnaldo França) (2006), *Poesias*. São Vicente: Gráfica do Mindelo,

Leite, António Januário (pesq. e antol. de Luís Romano et apr. org. Maria Helena Sato) (2005), *António Januário Leite: o poeta além-vale*. Campinas: Editora Komedi.

Luz, Hilarino (2013). O imaginário e o quotidiano cabo-verdianos na produção literária de Jorge Barbosa. Tese de Doutoramento apresentada à FCSH-Universidade Nova de Lisboa.

Monteiro, Félix (1991). “Homenagem à memória de Januário Leite: palestra proferida no salão nobre da Câmara Municipal de São Vicente em 8-6-90”. *Artiletra*, 3, 9.

Morais, João (1991). “Santo Antão e as febres de infância de Januário Leite”. *Agaviva*, 1, 15.

Romano, Luís (1988). “O perfil poético biográfico de António Januário Leite”. *Terra Nova*, 144, 4-6.

Silva, Francisco Lopes da (1991). “Lembrando Januário Leite”. *Notícias*, 35, 14-15.

Silva, Francisco Lopes da (1992). “No sexagésimo segundo aniversário da morte de Januário Leite in *memoriam*”. *A Semana*, 58, 13.

Vasconcelos, João (2011). *Histórias do Racionalismo Cristão em São Vicente de 1911 a 1940*. São Vicente: Tipografia de São Vicente.



22. JORGE ARRIMAR, ESCRITOR, ANGOLA CONVIDADO

TEMA “A GEOGRAFIA DA ESCRITA” JORGE ARRIMAR

Agradeço o convite que me foi endereçado pelo Chrys CHRYSTELLO, o organizador destes encontros da lusofonia com origem nos Açores. Os meus Parabéns pela iniciativa que já vai na 32ª sessão, desta feita a ter lugar nesta graciosa ilha, onde não tinha a graça de estar desde 2002.

A geografia da escrita, da que me nasce das mãos quando o coração sangra, encontra-se enraizada em lugares, povos e culturas, cujas fronteiras sempre me soube bem atravessar ou romper. Como diria Mia Couto “O meu país tem países diversos dentro [...]. Eu mesmo sou a prova desse cruzar de mundos e de tempos.” (Mia Couto - “Encontros e encantos [...]”. *Interinvenções*, p. 123)

Vim ao mundo numa povoação do interior angolano, fundada no século XIX por gente oriunda de variados lugares, sobretudo das ilhas atlânticas, entre a qual se encontravam antepassados meus; nasci no tempo mais frio a que chamamos do Cacimbo, quando, nas Terras Altas da Huíla, quase a dois mil metros de altitude, as pessoas usavam com alívio os kambrikitos, as samarras, e as fogueiras eram acesas mais cedo junto aos eumbos. Era a época fria e a geada queimava a pele das pessoas e as folhas das árvores. Na vila da Chibia, na grande casa de adobe construída pelo meu avô e onde já minha mãe nascera, aguardava-se pela minha chegada, num dia de junho de 1953. Enquanto no terreiro a velha kimbanda Mukuma dançava e murmurava preces que só ela entendia, num olunyaneka antigo e mágico, minha mãe, envolta na penumbra do seu quarto, gemia de dores. Ao seu lado já se encontrava minha bisavó Carolina, avó de meu pai, aguardando, silenciosa, pelo momento certo da sua intervenção como parteira. Quando esse momento chegou, a sagrada tarefa de dar à luz uma criança iniciou-se com a apaziguadora reza de preparação do espírito antes da carne se abrir em chaga e dor. Bisavó Carolina benzeu-se e começou a salmodiar, num português arcaico e insular, uma reza muito antiga, que se foi misturando com as preces, em olunyaneka, da velha Mukuma, que dançava no terreiro.

Assim nasci eu, a um tempo protegido pelas orações de minha bisavó e pelas palavras mágicas da velha quimbanda, “*gérmem protegido dos feitiços nas velhas mãos [...]*”, nos “*gestos mágicos e proféticos*” que “*embalaram meus gemidos*”.¹¹⁶ E fui crescendo e fazendo-me homem num tempo e num lugar de fronteiras (físicas, étnicas, culturais), que me levaram ao desafio contínuo de as romper, de rasgar silêncios, de identificar esconderijos. Tornei-me, como diria Agualusa, um “fronteiras perdidas”, condição que marcaria indelevelmente a minha escrita. É por isso que, mesmo depois de tanto tempo e do afastamento físico desse espaço primordial, continuam a fluir em mim os cânticos, os tyiimbo das raparigas que, em grupos, afugentavam os pássaros dos terrenos de cultivo de meu pai, pois não havia espantalhos nas searas da minha infância; também as sonoridades dos tambores que se percutiam do lado de lá do rio Tchimpumpunhime, cujas margens marcavam os limites da minha autonomia infantil e continuam a ser as fronteiras físicas da minha vila.

A geografia da escrita, da minha escrita, alargava-se na medida certa do que eu via, do que ouvia, do que se falava. Os primeiros textos refletem essa dinâmica, seguem as diversas rotas que os sentidos descobrem, absorvem o choro das hienas, as danças kimbandeiras da velha Mukuma no terreiro de nossa casa, as estórias de sobrevivência de meus avós. E a geografia, que começa por ser estreita como os dedos da mão que escreve, amplia-se para além dos limites da própria povoação, quando os primeiros textos conhecem a superfície multiplicadora do prelo. Os primeiros poemas são publicados ao longo do ano de 1973, na página literária (nº 1 - 3 maio) do Grupo Cultural da Huíla – GRUCUHUILA, inserida no “Jornal da Huíla”, da qual vale a pena realçar o facto de preceder em dois anos a revolução do 25 de abril, com tudo o que isso significa. Esse era o tempo em que Luandino Vieira, António Jacinto, Agostinho Neto e outros escritores angolanos chegavam até nós em vagas notícias, na maioria das vezes numa perspetiva mais política do que cultural. Todas as publicações de sua autoria, ou as que a eles se referiam, estavam proibidas pelo regime e tornava-se quase impossível ter acesso a elas. A simples referência, num jornal, dos nomes desses escritores, levantava suspeitas, criava problemas. Apesar disso, em epígrafe, a página literária do GRUCUHUILA apresentava, repetidamente e em cada número, um extrato do poema “Exortação” de Maurício de Almeida Gomes (n. Luanda, 1920 - m. Lx, 2012, com 92 anos), publicado em 1957, que rezava assim “Mas onde estão os poetas de Angola, se não os ouço cantar e exaltar tanta beleza e tanta tristeza, tanta dor e tanta ânsia desta terra e desta gente?”. É importante realçar que, após 1961, com o deflagrar da guerra colonial, o cerco a qualquer atitude que pudesse comprometer os esforços de Portugalidade do regime de então tornara-se muito mais feroz e consistente. Por isso deixava passar a mensagem por entre as sonoridades de palavras na língua local, o olunyaneka, que os vigilantes do regime desconheciam.

Piou o Tyirikuata Sozinho
Piou o tyirikuata [pássaro] sozinho. / Eu não ouvi mais / que um tyiimbo [cântico] doente, / mensageiro inocente / de uma ovita [guerra] estranha.

E a geografia da escrita ampliou-se ainda mais com o livro de poemas *Ovatyilongo (Gente da Terra)*, que conta com o prefácio de Carlos Estermann. A sua escolha como prefaciador teve em conta o fundo etnográfico desta poesia, que exigia, por outro lado, a apreciação de alguém conhecedor da história, da cultura e da literatura oral do povo Nhaneca-Humbe. Dizia Estermann, no prefácio referido, que o autor, em *Ovatyilongo*, tinha “a particularidade de inserir nos [...] versos, vocábulos do idioma bantu da região”, ao mesmo tempo que deixava passar a dúvida de que seria muito provável que nem toda a gente aprovasse tal liberdade poética. E concluía, dizendo que, talvez fosse permitido considerar esta maneira de escrever “como uma espécie de compensação do desprezo a que se votaram durante décadas os ‘dialetos’ dos Pretos”.¹¹⁷ Não será demais lembrar que a literatura angolana era, na altura, muito mais do que hoje, “uma literatura marcadamente urbana, reproduzindo experiências de vida, sobretudo de Luanda e de Benguela, “pelo que o tratamento de tais temáticas [mais endógenas, mais rurais] representava uma novidade [...]”¹¹⁸

Quando a guerra civil invadiu tudo e impôs seu canto fúnebre, muitos angolanos viram na fuga o caminho para a sobrevivência, enquanto “Nos eumbos, / a seiva vermelha / alucinada / banha os olhos dos homens... / [e] o irmão mata o seu irmão” (*Murilaonde*, 1990). Este poema “Alucinação” é já a aposição de uma marca de fogo na pele de uma outra geografia, cujas fronteiras se abrirão a outros espaços líricos. Uma nova escrita vai emergir.

Cruzo a fronteira em janeiro de 1976 e a mais recente geografia tem o recorte e a dimensão de uma ilha. Mas as velhas fronteiras permanecem como uma rede, um filtro por onde passam as novas realidades. A geografia da escrita oscila de outros sismos que ameaçam os seus limites. Talvez por isso, com a consciência de que a identidade pode estar ameaçada, esboçam-se resistências, como a criação de uma espécie de “Casa de Angola” e, no Entrudo, inventa-se o Carnaval Calema. As memórias e as tradições culturais levam a criar e a manter uma Página Africana no Semanário “Açores” e depois a publicação de *Poemas*, em junho de 1979, um livro de parceria com Eduardo Bettencourt Pinto¹¹⁹ e, um pouco mais tarde, *20 Poemas de Savana*, o regresso lírico à savana natal.

1. Canto o Homem...

Canto o homem vestido / de sol e vento / inundado de carícias universais e puras / e sem fronteiras nos olhos. // Canto o homem com asas de lua / voando por entre névoas de magia / ou a pescar peixes prateados / em lagoas de fogo. // Canto ainda a terra em festa / com flores de água nos cabelos / e o eco das manadas a passarem / tingindo de som o ouvido / das montanhas... (*20 Poemas de Savana*, 1981)

Mas a nova geografia impõe-se e a escrita recebe novos sinais, sinais do fogo que coze a ilha em lume brando, tão brando que lhe marca a epiderme com a fantasia suave das lagoas verdes e azuis, das azáleas e das hortênsias; da leveza verde das criptomérias; da viagem de todos num veleiro de basalto que sulca um mar bordado com algas. A geografia da escrita alarga-se aos novos efeitos de luz, novos sons de água, novos cheiros de enxofre e beterraba. E passei a ter “uma linha a suturar-me as pálpebras de azul, uma linha cujo novelo está lá em baixo, lá bem fundo, naquele mar que beija há milhares de anos, com o mesmo fervor, os lábios negros da ilha. (*Catarina*, p. 5-6).

Ainda a conhecer o paladar de outros sabores, o cheiro de outros odores e já a geografia começa a ampliar-se a outros e ainda mais longínquos espaços. Isso acontece quando passo a ser mais um dos moradores da cidade do Nome de Deus na China, urbe carregada de história, de “cheiros e sabores antigos / que os marinheiros procuram / e as naus transportaram. / O sabor a canela / a gengibre / e a noz moscada, / o gosto imemorial / da especiaria perfumada, / o vício mortal, oriental, / do ópio refrescando a mágoa / num intemporal / cachimbo de água.” (*Fonte do Lilau*, 1990).

Mas havia alturas em que as geografias se intercetavam ou mesmo pareciam baralhar-se. O tempo antigo vinha ocupar, por momentos, o espaço mais recente. Por vezes deixava-me voar até longe e batia com os nós dos dedos da saudade na porta de minha casa paterna. E por algum tempo a geografia era a da saudade, da revolta, uma geografia que nada tinha a ver com a real, a que me continha fisicamente. Afinal, acabariam por coexistir, saber viver juntas, não pisar o risco da outra. A geografia angolana continuava a existir independentemente das outras que vão surgindo. Todas ganham nessa coexistência pacífica e, embora pareça que não se misturam, acabam por abrir mais horizontes umas às outras. Entretanto, um livro é dado à estampa, *Murilaonde*, em português “Chora Sangue”, um grito de revolta contra os homens que amavam a guerra que continuava a dilacerar Angola. Estávamos em 1990 e já tinham passado quinze anos desde a Independência. Por isso continuava a cantar em verso a minha resistência identitária, apesar de tudo. “Para lá das montanhas / que a neblina esconde / ficou o meu riso / de criança, o meu amor / e a minha esperança... // Para lá das montanhas / fiquei de olhar perdido / a chamar por mim... / Mas eu não vim!” Era a confissão de que parte de mim continuava lá longe, agarrada ao chão da Huíla. Nunca de lá saiu! Mas outra parte de mim, para que eu pudesse sobreviver, abria-se à novidade, à diferença, ao presente, à outra geografia.

Numa terra em que os astros têm uma interação connosco, eu acabei por dar algum valor à astrologia, sobretudo ao meu signo, que é gémeos a Ocidente e que é serpente a Oriente. Um gémeo que me liga ao passado, uma serpente que me liga ao presente, como o Yin e o Yang que se completam na diferença, ou nos antípodas. Se continuava a ser angolano, também já o era um pouco açoriano e passaria a ser também um pouco macaense. E foi assim que, ao longo da minha estadia em terras orientais – aliás, como também havia acontecido nos Açores –

¹¹⁶ Graça Arrimar –“Nascimento”, *V Antologia de poetas lusófonos*, 2013.

¹¹⁷ Carlos Estermann – “Prefácio”, 1.ª ed. de *Ovatyilongo*, 1975.

¹¹⁸ José Carlos Venâncio –“Seixo Review”, 2005. Também com Ruy Duarte de Carvalho os temas rurais começam a ter importância na literatura.

¹¹⁹ 2ª ed. em Macau, 1993; ed. em galego, 2010.

na minha geografia inscrevem-se três lugares. Os macaenses dizem que quem bebeu da fonte do Lilau jamais esquecerá Macau. E foi o que aconteceu comigo. Dessa fonte jorrou a poesia com que moldei o meu primeiro livro escrito em Macau, cujo título é em si mesmo uma homenagem a essa mãe-de-água mítica da terra macaense: *A Fonte do Lilau*. Os crioulos do português, fossem de onde fossem, atraíam-me. Por isso canto o Macau Antigo com entoações de patoá: “Naquela rua que vai / do Lilau a S. Lourenço / ficou o bambolear das nhonhas / com as belas saraças a esvoaçar / ao vento das recordações... / Das janelas bizarras / chegam-nos sons antigos, / o dóci papiá cristã / das chachas falando da sina / enquanto servem o sarã-surave / em porcelana china. / Ao fundo da rua já se vê / o jerinxá de mais uma chacha / que vem para jogar o bafá. //

Ao fundo da rua, / Já se vê...” (*Fonte do Lilau*, 1990)

A nova geografia é de cheiros intensos nas ruas estreitas dos bairros antigos, onde se escondem pátios com nomes de frutos tropicais, os mesmos frutos que adoçaram a minha infância angolana, como o Pátio da Papaia. Odores da comida macaense, culinária misturada de sabores de todo o Oriente, como o minchi, bebinca de nabo, casquinha, porco balichão e porco tamarindo; também da comida chinesa, *van tan min, siu mai, chau min, min pao*, pato à Pequim, pato lacado. A geografia dos sabores e dos cheiros alargara-se muito e passo a gostar de comer de fai chi, os elegantes pauzinhos que, como bicos de cegonha, permitem debicar nos muitos pratinhos da mesa chinesa, ou a elevar graciosamente à boca o min, essa massa fina e lisa como algas brancas. Mas a fronteira alarga-se para lá dos sabores, para lá dos odores, abrangendo as festividades como a do Ano Novo Lunar, as casas decoradas com pessegueiros floridos de vermelho, simbolizando a boa sorte; narcisos aromáticos e preciosos, a indiciar bons rendimentos para os donos da casa; peónias a simbolizar a riqueza; laranjeiras anãs, com flores brancas e odoríferas e frutos dourados a lembrarem o ouro, o metal precioso gerador do bem-estar material. Nas mesas, caixas de madeira de forma redonda ou sextavada com doces e frutos secos, pevides vermelhas de abóbora que se vai trincando durante os dias de festa, e aqui e ali, crianças e solteiros são agraciados com os lai-si, pequenos envelopes auspiciosos de cor vermelha que guardam determinadas quantias em dinheiro, simbolizando votos de boa fortuna e juventude permanente. Lá fora, a dança do dragão benfazejo, essa encarnação da boa sorte que, desde a dinastia Han, permite que os homens, através dele, consigam chuva suficiente para que haja boas colheitas, e os panchões a crepitarem dia e noite para não deixar descansados os kwai, os maus espíritos. E também por essa razão se colam nas portas as efígies dos deuses protetores das casas, mais conhecidos pelos deuses da porta. “Portas de madeira lacada / ferragens de metal amarelo / nos batentes perturbados / de estranhas constelações / de silêncio / pintadas a ocre.” (*Confluências*, 1997). Muito medo dos diabos têm os chineses! Daí que avaliem tudo através dos mestres do Fong-Soi, os mágicos do vento e da água, dois dos elementos básicos da geomancia chinesa. Nas ilha de Coloane, a sombra das casuarinas de Hác Sa pintam de negro a praia, onde, à noite, as crianças transportam as tradicionais lanternas de papel colorido, ou de plástico, como eram as menos tradicionais e, para mim, muito menos bonitas do que as outras. Isso era quando se festejava a Festa da Lua ou das Lanternas, que tinha lugar na primeira noite de lua cheia após a Festa da primavera (que é quando se inicia o ano novo lunar chinês), com milhares de pessoas a passear suas lanternas pelas ruas e a saborear o bolo lunar, um doce feito com farinha de arroz e com uma gema de ovo no seu interior. Toda a gente escolhe fruta redonda nesse dia, como se em cada laranja, tangerina ou maçã fosse a lua que ali estivesse, a brilhar nos pratos e nos cestos de cada casa. É sob o efeito mágico da lua que se canta o “redondo / da fruta redonda / no arredondado / de um prato ao luar / a gema circular / no interior / do bolo lunar / guardado em cada mão / e na praia nua / crianças luzindo / na escuridão / luzinhas a fingir de lua.” (*Secretos Sinais*, 1992)

Quando me retirei do Oriente, já sem margem para novos enraizamentos, fixei-me na margem esquerda do rio Tejo, no Pragal onde, segundo reza a tradição, Fernão Mendes Pinto viveu e escreveu, depois de longas viagens pelo Oriente, esse importante monumento da Literatura de Viagens que é a *Peregrinação*. Ressalvadas as devidas distâncias, não pude deixar de pensar que era interessante viver na terra dum homem que tanto peregrinou por este mundo... E foi no Pragal que me iniciei na narrativa com o livro de ficção histórica, intitulado *Viagem à Memória das Ilhas*, e com o romance *O Planalto dos Pássaros*, com o qual regresssei, em termos literários e físicos aos Açores e a Angola, numa viagem a partir de fora ao reencontro de dois dos meus lugares da escrita.

Jorge Arrimar



23. LUCIANO JOSÉ DOS SANTOS BAPTISTA PEREIRA, ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO, INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL, PORTUGAL AICL

TEMA 3.2. APRESENTA LUSOFONOGRAFIAS, ENSAIOS PEDAGÓGICO-LITERÁRIOS

Esta obra ensaística constitui um percurso por alguns dos temas da cultura e da literatura portuguesa mais emblemáticos. Sublinha-se a importância dos diferentes contributos exógenos e o modo como plasmaram o génio contemporâneo português. O espaço geográfico de Portugal dilata-se pelo espaço mais vasto da lusofonia, entendendo por lusofonia o espaço linguístico-cultural de criação de múltiplas identidades, em constante mutação e enriquecimento. Nesta medida, estamos perante uma obra que reforça o carácter lírico e épico que caracteriza a formação de um povo que não cessa de afirmar a sua universalidade desde a sua formação. Cada um dos vinte e cinco capítulos corresponde a uma comunicação científica que o autor teve a oportunidade de pronunciar em espaços muito diversos do mundo lusófono, com especial destaque para o espaço cultural açoriano. Cada artigo surge do contacto com as realidades que evoca e que, apaixonadamente estuda com uma verdadeira obsessão científica. Estamos perante postais de viagens, mais ou menos vividas, mais ou menos sonhadas, ouvem-se, nitidamente, as vozes do povo, com as suas variantes e especificidades. Deliciamo-nos com a estilística dos seus autores, ora mais espontâneas, ora mais elaboradas e eruditas.

Percebemos que, enquanto docente e formador, o autor aproveitou a sua paixão, para esclarecer as suas raízes e a sua identidade e dar asas à sua imaginação. Os seus estudantes e formandos são convidados, uns a revisitar paisagens, gentes e gestos que motivaram o seu entusiasmo e o seu orgulho pela sua língua e pela sua cultura, outros a empreenderem novos percursos e a realizarem novas descobertas, iniciando as suas próprias pesquisas, nesse imenso espaço aberto que constitui o mundo lusófono.

Prefácio - Lusofonografias – Ensaios pedagógico-literários

Em boa hora Luciano Pereira decidiu reunir nesta obra os seus trabalhos de investigação, tais como comunicações e artigos diversos, quer literários, quer de natureza pedagógico-didática, apresentados no País ou no Estrangeiro, em encontros científicos ou em cursos de formação de professores. E fá-lo com um propósito bem solene: assinalar o seu sexagésimo aniversário. Presta deste modo um serviço de relevo, não só aos seus amigos, colegas e discípulos, que assim o podem mais facilmente ler ou rler, mas também ao público, em geral, que se interessa pelos temas que ele estuda afincadamente com sabedoria e oportunidade.

Tenho tido o privilégio e a honra de vir acompanhando, desde longa data, o percurso pessoal e profissional de Luciano Pereira, intensamente dedicado à língua e cultura portuguesa. Muitos dos textos que inclui nesta obra foram primeiramente apresentados como comunicações em congressos nacionais e internacionais, nomeadamente nos Colóquios da Lusofonia, nos quais também participei, podendo assim testemunhar a sua excelente qualidade, assim como a recetividade e apreço com que foram acolhidas pelo público presente.

Os temas que captam a atenção e o desvelo de Luciano Pereira distribuem-se por áreas tão diversas como a das fábulas, lendas e bestiários, a da representação da serra da Arrábida na literatura portuguesa, nomeadamente em Sebastião da Gama, a da presença de elementos hebraicos ou árabes na literatura popular, a contribuição africana para o fabulário de expressão portuguesa, a da diversificada temática açoriana, etc.

A intenção com que Luciano Pereira publica esta obra é claramente definida por ele próprio na “Apresentação,” nos seguintes termos: “Espero que esta publicação, que foi antes de mais elaborada para e com os meus alunos, não os dececione e seja entendida como uma espécie de percurso pedagógico e científico de um professor em busca das suas raízes e das mais diversas formas de as celebrar.” Esta obra deve, pois, ser entendida como a celebração de um rico, substancial e variado percurso pedagógico-didático do seu Autor.

O estudo do texto literário constitui, neste percurso, o cerne do seu afã docente, conforme destaca, logo no começo do primeiro capítulo: “O texto literário é um espaço de representação e produção cultural, é um precioso adjuvante da construção de identidades, o educando é convidado a construir de forma crítica a sua individualidade, as suas diferentes pertenças, a sua consciência nacional e regional.” E, mais adiante, reforça: “Enquanto espaço interdisciplinar, o texto literário representa o mundo recriando-o, exige deste modo abordagens transdisciplinares e compreensivas levando o educando a formular hipóteses complexas e globais sobre o real, sobre a sua relatividade e sobre as suas lógicas.”

Defensor acérrimo, e em justa causa, da importância dos estudos literários na formação pedagógica, Luciano Pereira dedica particular atenção ao valor formativo da literatura para a infância e para os jovens, demonstrando a relevância dos mitos, das fábulas, dos contos e das lendas na educação dos jovens. Em relação ao estudo do mito, por exemplo, sustenta que “as crianças encontram [aí] o modelo de excelência para poder dar sentido ao mundo e a si próprias”, sendo a fábula uma das suas mais conhecidas expressões. Onde o estudo minucioso que nos oferta sobre um variado tipos de fábulas, nomeadamente literárias. Numa profícua simbiose entre a análise teórica e a prática discente, promove diversificadas experiências pedagógicas, que incluem pesquisas e inquéritos escolares.

Outro estudo, bem singular, que queria distinguir denomina-se “As cores da língua portuguesa como expressão da cultura” e é apresentado no capítulo quarto. Sustentando que “a utilização particular da cor pode ser uma característica particular da estilística de um autor, de uma época ou de uma cultura”, vai procurar “apreender tais características e equacionar a sua transmissão/apreensão e utilização no contexto da língua e da cultura portuguesa”, através de uma consistente pesquisa. Começa, pois, por distinguir, na língua portuguesa, os lexemas básicos da cor, as cores fundamentais, assim como a formação das várias cores compostas e realiza um inquérito em várias turmas escolares dos ensinos básico, secundário e superior, para averiguar o conhecimento que os alunos têm das cores e no qual revelam diversas lacunas.

Demonstra depois como “os morfemas lexicais determinativos da cor constituem uma base privilegiada para a formação de numerosas palavras pertencentes às mais diversas classes gramaticais (substantivos, adjetivos, verbos, advérbios),” e apresenta diversificados e ilustrativos exemplos. Seguidamente, põe em evidência o modo como os nomes das cores se combinam com outras palavras, assim como a abundância de substantivos que se referem ao mundo mineral, vegetal ou animal e que são caracterizados pelas cores. Evoca depois o valor conotativo das cores que ocorrem em expressões e ditados populares, ilustra de modo significativo e com exemplos literários bem interessantes (de Garrett, D. Dinis, Camões, Eugénio de Castro e Sophia de Melo Breyner) a importância do verde como “cor da nossa cultura.” E termina este original capítulo com a apresentação de várias propostas pedagógicas que visam a aquisição do vocabulário.

Interessante e também muito bem conseguido é o quinto capítulo, intitulado “A valorização do trabalho no contexto do Ensino da Língua e da Cultura Portuguesa,” no qual dá conta da sua diversificada e rica experiência como professor e formador em ações pedagógicas que tem realizado ao longo da sua carreira docente, quer no País, quer no Estrangeiro. Procurando sempre associar o ensino à formação e à pesquisa, descreve as suas experiências de trabalho no contexto escolar e apresenta diversas propostas pedagógicas.

Os capítulos sexto e sétimo são dedicados à representação da Serra da Arrábida na literatura portuguesa, na qual refere um número variado de escritores, com destaque para Sebastião da Gama, e dá exemplos dos respetivos textos.

A presença hebraica e a contribuição árabe na literatura popular também lhe merecem particular atenção e a elas dedica os capítulos nono e décimo, respetivamente. No capítulo décimo primeiro põe em destaque a riquíssima contribuição africana para o fabulário de expressão portuguesa, socorrendo-se de textos de inúmeros escritores africanos, brasileiros, portugueses e outros. A presença do cavalo e do touro nos fabulários, nos bestiários e no imaginário tradicional constitui o objeto de um aprofundado estudo no décimo quarto capítulo.

A temática açoriana (o culto do Espírito Santo, a ilha no imaginário poético, a representação dos Açores na poesia publicada no “Almanaque de lembranças luso-brasileiras” e os mitos e lendas em torno da Lagoa das Sete Cidades) é analisada magistralmente nos capítulos décimo sexto ao. Temas diversos, que não vou pormenorizar, constituem ainda objeto de estudo dos últimos capítulos, sempre reveladores de uma ampla erudição do Autor.

Em conclusão, nesta obra Luciano Pereira revela-se como um excelente investigador que sabe trabalhar adequadamente para que o exercício do seu magistério se torne mais profícuo e inovador, contribuindo deste modo para uma formação mais completa e empenhada dos seus discentes. Nela se revela também como exímio escritor, dotado de um estilo próprio, minucioso e didático. A sua erudição é incomensurável, já que manifesta um profundo e amplo conhecimento das literaturas de expressão portuguesa, da literatura francesa, da cultura clássica e não só. Cada capítulo termina com ricas e atualizadas referências bibliográficas que muito enriquecem a obra e fundamentam mais solidamente as análises apresentadas.

Lisboa e Academia das Ciências de Lisboa, 17 de junho de 2018 João Malaca Casteleiro

Posfácio

Cuidava eu que a minha opção de escritor – laborando desde a juventude na criatividade teatral, poética e narrativa, sem a mínima prática do ensaio literário – poderia isentar-me de escrever prefácios a obras eruditas de outros autores, tendo por certo que haveria sempre alguém que o pudesse fazer com muito mais competência e autoridade. Surpresa foi, portanto, receber o mesmo assim honroso convite para alinhar umas palavras simples, com que os “prezados leitores” dessem por concluída a minuciosa apreciação deste volume, tão rico na sua diversidade.

Acontece que Luciano Pereira, participante como eu dos Colóquios da Lusofonia (em que se tem destacado pela qualidade das comunicações e disponibilidade organizacional complementar, além dum invulgar trato social), se dignou distinguir-me com o merecimento da sua amizade, ao longo destes convívios, em tão diversos lugares de Portugal. E até lhe devo a gentileza de escolher para uma das suas comunicações uma aproximação, a vários níveis, de duas obras minhas: a peça teatral *A Paixão Segundo João Mateus* e o romance que daí resultou, anos mais tarde.

Agradável digressão foi, na verdade, a minha leitura desta coletânea de ensaios: O fascinante universo da fábula como ponto de partida e respetivo percurso pedagógico; o enaltecimento da Terra Pátria, principalmente da serra da Arrábida e do Arquipélago dos Açores; o relacionamento da Cultura Portuguesa, com outras culturas: hebraica, árabe e brasileira; o culto açoriano do Espírito Santo e muitos outros aspetos da nossa vivência nacional e internacional. Tudo isto estudado com invulgar dedicação e desvelo de responsável ensinante.

Quanto ao laborioso ensaio que fico a dever à competência analítica de Luciano Pereira, presumo que o professor, ao esmiuçar a peça teatral e o romance – este último intitulado *A Paixão Segundo João Mateus (Romance Quase de Cordel)* – logo terá optado pelo sugestivo título do seu ensaio: “A Paixão Segundo João Mateus ou a infinita paixão de Norberto Ávila. Como que adivinhou, conjecturou que este João Mateus, fictício poeta popular da ilha Terceira, seria uma espécie de alter ego meu, transplantado que fosse da minha cidade natal (Angra do Heroísmo) para a pitoresca freguesia rural da Serreta, da mesma ilha, local em que eu o fiz nascer.

E fiquemos por aqui. Apenas com umas palavras mais: de regozijo pelo facto de Luciano ter optado pela celebração do seu 60º aniversário com a publicação desta obra, contributo prestimoso que sem dúvida merece larga divulgação, mormente entre os estudiosos da Língua e da Cultura Portuguesa.

NORBERTO ÁVILA Lisboa, fevereiro de 2018

Apresentação e Agradecimentos

Na semana a seguir à defesa da minha tese de doutoramento sobre a Fábula em Portugal, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa, iniciei a preparação do meu concurso para Professor Coordenador da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Setúbal.

Quis o destino que me lançasse numa aventura que me viria a desviar da minha primeira paixão, pedagógico-científica, para abraçar um projeto de gestão e administração institucional, enquanto Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Escola Superior de Educação.

Desses anos, ficou-me o gosto amargo de muitas desilusões, o cansaço de lutas vãs e inúteis contra um contexto que se impunha como um dos mais constrangedores momentos da Educação em Portugal. Pressionados por fatores externos e alguma confusão interna, fomos estrangulados económica e financeiramente, e reduzidos à nossa expressão democrática mais minimalista, num movimento de centralização, que se aproveitou de algumas fragilidades e procurou aprofundar as ligeiras tensões existentes no corpo docente. Em nome da crise, congelou-se as carreiras, abrandou-se o investimento na investigação, procurando apenas atingir as exigências ditadas por Bruxelas, mais atenta a números do que a resultados técnico-científicos, com verdadeiros critérios qualitativos, indicadores do desenvolvimento sustentado de qualquer sociedade humanista que visa o bem-estar e a felicidade dos seus cidadãos.

Após a demolidora experiência que nos obrigou, a todos, a fazer das tripas coração, chouriços sem sangue e sangrias irracionais, caímos numa letargia apenas disfarçada por campanhas de propaganda que apresentavam o que de melhor tínhamos em todas as áreas da vida cívica. Rapidamente esgotaram-se os exemplos que se conseguiam afirmar no nosso panorama interno e, rapidamente, fomos embriagados com os nossos patrícios que triunfavam no estrangeiro, alguns já pertenciam à terceira geração, outros à segunda, e lá vinham os nossos enfermeiros e informáticos, levanamente exportados para o Reino Unido e apresentados como a joia de uma coroa que ostentava um exército de técnicos e especialistas de que podia prescindir sem qualquer indício de remorso, nem tão pouco do mínimo desconforto.

A impossibilidade, ou talvez a incapacidade, de contribuir para reverter a situação levou-me a refugiar-me na minha grande paixão artística, científica e pedagógica. Encontrei nos Colóquios da Lusofonia e, posteriormente, na Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia, um espaço de resistência e de resiliência, onde me senti acolhido, motivado, e onde podia, livremente, expressar opiniões e desenvolver investigação com toda a seriedade e rigor. Não posso deixar de agradecer a Chrys Chrystello, à sua família, e a todos os associados, a criação desta escola de vivências ‘inter’ e transculturais, assim como o aprofundamento desta vivificante e pujante identidade lusófona. Seria injusto não agradecer aos meus outros *compagnons de route*, colegas do Instituto Politécnico de Setúbal e, em particular, da Escola Superior de Educação, assim como os do núcleo de investigação sobre o Imaginário Literário da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa que, pelas mais diversas razões, e das mais diversas formas, apoiaram o meu trabalho, sempre me motivaram e sempre me incentivaram a

prosseguir, apesar de tantos obstáculos e dificuldades pessoais. Os meus colegas da Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia fizeram, de um grupo de sonhadores, um movimento de cidadania, em prole de uma nova e sólida consciência identitária, solidamente ancorada em valores de solidariedade e de fraternidade. Foi este o nicho que escolhi para desenvolver e partilhar a maior parte das experiências que a Escola Superior de Educação de Setúbal, com a maior das generosidades, e das mais diversas formas, me permitia. A minha extrema dedicação à minha intervenção pedagógica obrigou-me a respeitar uma certa distância em relação ao meu grupo de investigação inicial relacionado com os estudos sobre o Imaginário Literário, fundado e dirigido pelo Senhor Professor Doutor Helder Godinho, meu orientador da tese de mestrado sobre os Bestiários Franceses do século XII, assim como da tese de Doutoramento sobre a Fábula em Portugal. Todos os meus colegas, investigadores na área do imaginário, e em particular os da Universidade Nova de Lisboa, foram sempre da maior solicitude e continuam a prestar a maior das atenções aos meus trabalhos passados e presentes. Por razões profissionais e familiares não me tem sido possível conviver com eles com a regularidade que merecem e de que tanto necessito. Durante estes anos, alguns dos maiores vultos da nossa cultura tiveram a gentileza de me dedicar um pouco da sua amizade. Enquanto professor, não concebo o meu labor sem essa proximidade. A minha gratidão vai, em primeiro lugar, para o Professor Doutor Helder Godinho e para o Professor Nuno Júdice que me acompanham desde o meu curso de Mestrado, assim como para o meu, muito saudoso amigo e Mestre Pierre Bec, ex Diretor do Centro de Civilização Medieval de Poitiers, onde realizei, a seu convite, um curso intensivo de Verão. Nunca expressarei suficientemente a minha gratidão por ter tido a gentileza de me dedicar um dos seus muitos encantadores contos em língua occitânica: *La tor de la aglas*. Foi ele, em boa verdade que me apresentou pessoalmente ao Professor Malaca Casteleiro, embora já o conhecesse informalmente da Universidade de Lisboa, onde tive o privilégio de me licenciar com o contributo de tantos outros nomes da nossa mais primorosa cultura: Mário Dionísio, Rui Mário Gonçalves, José Martins Garcia, Ivo de Castro, Maria Elzira Seixo, Margarida Barahona... Recordo com especial gratidão o convívio e os trabalhos realizados com os meus amigos e colegas, Miguel Tamen, Teresa Guedes, Luís Prista, Luís Barbeiro, Helena Camacho, e tantos outros que contribuíram generosamente para a minha construção enquanto homem de cultura e de palavra. Durante o meu estágio tive a felicidade de ser orientado pela Professora Ana Vilhena e de ter crescido junto da sabedoria de um Fernando Gandra. A Escola Superior de Educação permitiu-me um breve mas profundo convívio com Maria de Sousa Tavares, Ana Laura de Metelo de Valadares Araújo, José Victor Adragão, José Catarino, Ana Bettencourt, Mara Emília Brederode Santos, Luís Souta e Luís Carlos Santos, entre tantos outros. Foi o Professor Malaca Casteleiro o primeiro que me incentivou a apresentar uma comunicação sobre o meu trabalho pedagógico na área da Língua Portuguesa. Desloquei-me então a Macau, onde fui recebido pelo meu amigo Luís Gaivão que, cada vez que me encontra, não deixa de elogiar o que ele considera ter sido uma das mais interessantes e criativas comunicações na área da didática do Português. Com amigos assim e tanta gente ilustre a incentivar-me, percebi que não podia deixar de lhes manifestar a minha mais sincera e profunda gratidão. Espero que esta publicação, que foi antes de mais elaborada para e com os meus alunos, não os dececione e seja entendida como uma espécie de percurso pedagógico e científico de um professor em busca das suas raízes e das mais diversas formas de as celebrar.

Tendo sido emigrante, na Bélgica, dos cinco até aos meus dezoito anos, escrevi, então, aquele que considero ter sido o meu primeiro artigo a celebrar a demanda obsessiva pelas minha raízes mais profundas: *A cor da Língua Portuguesa*. Confesso que procuro beleza em todos os meus trabalhos científicos e literários. Logo, nesse primeiro artigo, percebi que toda a minha vida seria votada a essa demanda e à partilha dessa minha paixão. Descobri, progressivamente, que não eram apenas as minhas raízes que me iam sendo reveladas mas que, à medida que a demanda se tornava mais profunda, eram asas que se moldavam e me levavam mar às costas. Nos anos noventa, a Dr.^a Madalena Patrício convidou-me para fazer parte, a tempo parcial, da equipa pedagógica do Núcleo do Ensino de Português no Estrangeiro. Durante alguns anos reparti a minha intervenção entre a Escola Superior de Educação de Setúbal e o Núcleo do Ensino de Português no Estrangeiro, o que me permitiu desenvolver projetos de formação de professores de português para crianças portuguesas migrantes, em particular na Alemanha, onde viria a desempenhar, por ironia do destino, funções de coordenação junto da nossa Embaixada em Bona. Em Lisboa, beneficiei da amizade e experiência de colegas de extrema competência e dedicação, tais como a Inês Mourão... Na Alemanha, tive o privilégio de conviver com pessoas excecionais, desde o Sr. Conselheiro para a Educação, Dr. Luís Madeira, e os nossos representantes junto dos consulados, até aos professores que, no terreno, afirmavam a nossa identidade, desafiavam as dificuldades linguísticas, os preconceitos culturais, as distâncias e todos os vendavais de chuva e de neve. Com todos eles aprendi, sonhei, sorri e, por vezes, chorei. Antes de me exilar, voluntariamente, para desempenhar funções na Alemanha, aceitei, à última da hora, passar o dia dos meus anos nos Açores, integrando uma equipa de formação de professores do continente americano. Senti, mais do que nunca, que nunca mais seria o mesmo. Estudei intensamente a literatura e a cultura açoriana. Informei-me sobre os diferentes sistemas educativos, as condições de trabalho dos nossos docentes, em particular nos Estados Unidos e no Canadá e lá, na Terceira, voltei a ouvir falar de viva voz de uma décima ilha, de que me havia falado o meu primeiro mestre de estudos linguísticos, José Martins Garcia. Mais tarde, sem o sabermos, Santa Catarina, no sul do Brasil, veio a ser para nós um espaço de amor e de mistério. Viemos a amar as mesmas lagoas, as mesmas praias, as mesmas gentes e os mesmos imaginários. São muitas as pessoas que estiveram na origem dos meus artigos sobre o imaginário catarinense. Nunca esquecerei as lágrimas, o amor e o afeto com que uma delegação catarinense me decidiu brindar, em Bragança, após a primeira comunicação que realizei sobre o tema.

A vida profiSSIONal permitiu-me deslocar-me a muitos outros países, integrando projetos de formação europeus que me possibilitaram abordar questões culturais e tecnológicas. Os meus colegas acolheram com delicadeza e entusiasmo textos da minha lavra. Nunca poderei esquecer a generosidade de Monsieur Plisson, que chefiava, na altura, o gabinete responsável pela defesa e difusão da língua francesa, sob a tutela direta da Presidência da República. A amizade de John Lemon, um dos destacados formadores de professores da Universidade de Huddersfield e Coordenador de um projeto europeu que me possibilitou construir uma ampla visão sobre a questão específica da formação dos professores de línguas, tendo em conta o recurso às tecnologias da informação e da imagem, foi preciosa num momento de profunda viragem nos nossos hábitos, atitudes e saberes pedagógicos. A camaradagem de Marek Wolfgang do Centro de formação de Kassel permitiu-me melhor entender e valorizar os hábitos e as atitudes germânicas perante o trabalho e o respeito pelos outros e pelas suas culturas. Todo esse frenesim intelectual levou-me a querer visitar alguns desses espaços com os olhares dos nossos maiores autores, visitei a França, a Bélgica e a Holanda com a sensibilidade de Vitorino Nemésio, que sonhou amores nas águas paradas do Square Marie Luíse, em pleno coração de Bruxelas, onde, tantas vezes, senti, durante a minha adolescência, o meu coração estremecer de saudades.

Durante o período em que fui responsável pelas relações externas da Escola Superior de Educação de Setúbal, sob a presidência do meu grande colega e amigo, Luís Souta, tive a oportunidade de me deslocar a vários países africanos, em particular, a Moçambique e a Angola. Lembro, nas passadas do saudoso Professor Raul, o Professor Nelson Matias, verdadeiro filantropo, lusófono convicto e incansável construtor de pontes. Foi, aliás, num projeto de formação de professores, financiado pela fundação Calouste Gulbenkian, que plasmei as minhas experiências e ternuras africanas. Com o contributo do Professor José Victor Adragão, da Professora Doutora Fernanda Botelho e da Professora Doutora Ana Sequeira, aprofundei os meus conhecimentos pedagógicos e didáticos para construir alguns materiais para a formação literária adequada ao contexto dos países africanos de expressão portuguesa. Mobilizei os conhecimentos que havia desenvolvido com os meus alunos dos cursos de formação complementar, na área das línguas, e no contexto de uma disciplina dedicada às literaturas de língua portuguesa, e articulei-os com os conhecimentos e as experiências práticas dos meus colegas. O projeto, embora com um outro nome e com alguns novos intervenientes, após alguns anos de abrandamento, teve a felicidade de poder ser reativado, embora com novos contornos, sob a coordenação do Professor Nelson Matias.

A minha primeira tese foi entusiasticamente acolhida, mas a sua posterior divulgação encontrou alguns escolhos pelas insuperáveis dificuldades linguísticas que os textos originais apresentavam, o que não me impediu de ser convidado para realizar várias comunicações universitárias. Agradeço ao Sr. Professor Doutor Helder Godinho a gentileza de me convidar para dinamizar várias sessões sobre os Bestiários, os Aviários e os Lapidários Medievais, no curso de Mestrado sobre as Literaturas Medievais Comparadas de que era então um dos responsáveis. Agradeço os convites e as publicações das comunicações que realizei na Universidade Nova de Lisboa e na Universidade de Aveiro.

Vi, com muita alegria, a minha segunda tese transformar-se num verdadeiro instrumento de trabalho universitário e académico. A todos os seus leitores queria mais uma vez expressar o meu mais profundo reconhecimento.

Os meus alunos interessaram-se sobretudo pelos artigos que redigi na área dos estudos sobre o imaginário popular e a sua expressão no espaço lusófono. Os meus artigos sobre a Serra da Arrábida, muito lhes devem, por essa razão, apresento uma espécie de variações com uma estrutura teórica muito semelhante, tal como o faço com os meus estudos em torno da poesia açoriana e com os meus artigos sobre o imaginário catarinense. Muito agradeço ao Professor Miguel Real o seu gentil convite para apresentar uma reflexão sobre a produção poética de Sebastião da Gama, por ocasião do primeiro Encontro Internacional que reuniu, em Setúbal, alguns dos seus mais destacados especialistas.

Ao longo destes anos foi apresentando aos meus alunos os autores por quem eles mais se apaixonavam, assim como os que se foram tornando meus amigos, por vezes pela proximidade física, outras pela proximidade que afetos e gostos literários foram tecendo. Apresentei-lhes autodidáticas tais como o multifacetado Mário Gomes Silvério, o senhor Varela Teles, que dedicou os seus últimos anos à pesquisa e ao estudo da biografia de Luís Vaz de Camões, assim como ao estudo da simbologia e do imaginário patenteado em alguns dos nossos monumentos mais emblemáticos. Apresentei-lhes autores de renome, tal como José Jorge Letria. Maria Emília Pires decidiu ir para além da obra literária que nos havia comovido e fascinado, *As bruxas da Serra de Fóia*, e falou, na primeira pessoa, sobre as tragédias de vida de uma criança e a importância do saber perdoar. O meu amigo, Norberto Ávila, encantou-os com as histórias da sua vida e sobretudo com a História de Hakim. Descobrimos as suas paixões segundo João Mateus, refletimos sobre as suas representações artísticas e literárias. Comparámos a sua peça de teatro com o seu romance, rimos ao bom rir! Lemos alguns dos seus poemas, inspiraram-nos imenso. Norberto representa hoje o melhor que as ilhas nos dão: a sua universalidade.

Sabendo eu que, apesar de todos os esforços dos responsáveis envolvidos, nem sempre as nossas comunicações científicas e pedagógicas são de fácil acesso, decidi transformá-las em artigos literários e reuni-los segundo uma ordem muito própria e reveladoras do meu próprio percurso, enquanto pessoa e enquanto professor. Muitas delas já haviam sofrido uma primeira metamorfose para as suas publicações em diferentes e variadas atas, tinha, agora, chegado a altura de dar mais um passo em frente e empreender a sua publicação conjunta para os poder oferecer à minha família, aos meus amigos e aos meus alunos, pela ocasião do meu sexagésimo aniversário. Um grande amigo luso-alemão, Rolf Kemmler, sócio correspondente estrangeiro da Academia de Ciências de Lisboa, também ele muito ativo na Associação dos Colóquios da Lusofonia, prontificou-se a publicá-los na sua editora, na Alemanha, após revisão técnica e científica por vários especialistas internacionais com as mais altas competências académicas. Foi ele que teve a paciência de me explicar as normas e as regras que presidem aos seus exigentes critérios editoriais. Foram muitas as horas que despendemos em vésperas de Natal, noites e sonhos adentro. Após consulta de algumas das suas publicações, entendi que a coleção ***Studia Miscellanea Lusitana*** da editora ***Calepinus Verlag***, não só prestigiaria o meu trabalho científico,

como lhe permitiria uma séria difusão internacional, incluindo os países de leste, tão ávidos por tudo o que, de nós, lhes chega. O nosso entusiasmo e árduo trabalho conjunto foi se prolongando durante um ano letivo. As variadas tarefas de um professor não lhe permitem prescindir de muito tempo para este tipo de ocupação, por vezes, considerada menor ou, pelo menos, bastante secundária.

Entre as minhas primeiras publicações contam-se duas obras coletivas publicadas conjuntamente pelo Núcleo de Ensino do Português no Estrangeiro e uma Instituição de Formação de Professores em Hessen. Tratava-se de manuais para o ensino do Português enquanto língua de cultura. Destinavam-se ao público luso-alemão. Apraz-me este regresso a esta íntima colaboração, pelo muito que aprendi, tanto no âmbito da cultura germânica, quanto no âmbito das normas editoriais, da linguística, da pedagogia e da didática específica para o ensino das línguas estrangeiras e das línguas maternas, enquanto línguas de cultura.

A minha esposa, Zélia, acudiu-me nos momentos de desespero e a ela muito devo o trabalho editorial que estava a meu cargo. Aos meus filhos devo a paciência e a alegria de viver. Em paralelo, e articuladamente com estes artigos, fui redigindo mais de uma centena de poemas e um esboço de um livro de contos. São outras formas de recuperar raízes, outros modos de voar. Considero-os como os meus atos mais pedagógicos e mais didáticos da minha vida de Professor.

Oxalá um dia os queiram e os possam vir a ler!

Termino destacando a gentileza, a generosidade e toda e erudição que o Professor Malaca Casteleiro e que o meu amigo e ilustríssimo dramaturgo, Norberto Ávila, colocaram, respetivamente no prefácio e no posfácio desta singela obra com que decidi comemorar, em simultâneo com o meu sexagésimo aniversário, trinta e seis anos de docência e trinta e dois anos de serviço na Escola Superior de Educação de Setúbal.



24. (MARIA) HELENA ANACLETO-MATIAS, ISCAP, INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO. AICL

TEMA TREINO DE INTÉRPRETES DE CONFERÊNCIA, DE COMUNIDADE E DE ACOMPANHAMENTO, HELENA ANACLETO-MATIAS, INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DO PORTO, HANACLETO@ISCAP.IPP.PT

SINOPSE

Há três tipos essenciais de intérpretes: de comunidade, de conferência e de acompanhamento. Cada tipo necessita de técnicas de treino específicas que envolvem precisão linguística, treino especial de adultos e desenvolvimento pessoal.

No mundo multilinguísticos e global em que hoje vivemos, viajar tornou-se comum. Em particular na Europa, onde vinte e oito países mudaram o seu conceito de fronteiras após o alargamento a leste na União Europeia, a circulação de pessoas tem-se vindo a tornar cada vez mais comum devido não só a fatores económicos, como também devido às relações comerciais e devido ao turismo. Os acordos de Schengen tornaram a circulação de pessoas possível de maneira diferente: os cidadãos podem hoje atravessar fronteiras mais facilmente – usam-se cartões de cidadão e não mais passaportes para entrar num outro país e também as autorizações de trabalho são obtidas mais facilmente se os cidadãos europeus decidirem trabalhar e viver no estrangeiro, dentro de fronteiras europeias.

A língua inglesa é disseminada devido aos meios de comunicação social e porque a aprendizagem da língua é começada nos curricula do Primeiro Ciclo. É neste contexto que treinamos futuros intérpretes, considerando que estes trabalharão em diversas áreas, tais como em acompanhamento, em conferência e em comunidade. A interpretação de comunidade tem a função social de ligar pessoas de diferentes línguas maternas sob os auspícios de uma instituição; numa aula de interpretação de conferência desenvolvemos dois tipos de técnicas: temos a simultânea e a consecutiva; quanto à interpretação de acompanhamento há situações em que os intérpretes têm de participar em reuniões ou refeições de negócios ou acompanhar os clientes até mesmo quando comprem lembranças para a família.

Treinamos os intérpretes para os acompanharem, para interpretar parceiros de negócios em países diversos e assistir os seus clientes em várias situações em que têm de servir como pontes culturais e não só tradutores de língua.

Tentaremos então dar uma noção de como formamos intérpretes na escola.

DO TREINO VOCACIONAL AO DESENVOLVIMENTO PESSOAL

Os professores de interpretação talvez prefiram ensinar alunos bilingues porque pensam que pelo menos aqueles não terão problemas linguísticos. Eu diria que os problemas linguísticos são provavelmente o maior obstáculo para se ser um bom intérprete. Os intérpretes ideais não têm dificuldades em expressar-se nas línguas de trabalho que estão a usar. Há muitas variáveis envolvidas na tarefa de interpretação que nos impedem de dizer que ser bilingue é uma condição *sine qua non* para ser um muito bom intérprete de conferência. As palavras-chave aqui e os assuntos chave são sem dúvida o treino vocacional e o desenvolvimento pessoal.

Os professores de interpretação precisam de se dedicar à experiência de treino como sendo a sua prioridade, ensinando técnicas linguísticas que são inerentes às tarefas de interpretação; os aprendentes têm que se dar ao trabalho de investirem esforços para se tornarem os melhores intérpretes que puderem, considerando o tempo que podem treinar-se com o professor e de se autotreinarem no seu tempo livre de estudo. Creio que um programa de treino de intérpretes se deve basear no desenvolvimento pessoal: os aprendentes adquirem certas capacidades que envolvem representações abstratas, treino de memória e capacidades de representação. Estas capacidades são necessárias tanto para se tornarem intérpretes de comunidade como intérprete de conferência.

Fui treinada para ser intérprete profissional de conferência quando tinha cerca de vinte e dois anos de idade, tendo praticado esporádica e voluntariamente, entretanto e tornei-me professora de intérpretes em 2001. As nossas aulas implicam tanto a técnica de interpretação consecutiva como interpretação simultânea na interpretação de conferência.

No mundo global multilinguístico em que hoje vivemos, viajar interfronteiras geográficas deixou de ser um acontecimento na vida das pessoas, porque se tornou uma experiência comum e frequente. Particularmente na Europa, o conceito de fronteiras tem mudado muito desde a formação da comunidade económica europeia. Desde maio de 2004 que se deu o alargamento a leste, com a integração de treze novos países-membros até ao momento. Hoje a circulação de bens, pessoas e serviços torna-se cada vez mais comum por razões económicas, de relações de negócios e devido ao turismo. O Acordo de Schengen também tornou possível viajar na Europa com uma noção nova: é um facto concreto as pessoas atravessarem as fronteiras muito mais facilmente. Já não são necessários passaportes e podem usar-se ‘simples’ cartões de cidadão. Também as licenças de residência e as licenças de trabalho se tornaram mais acessíveis para os cidadãos europeus que decidam emigrar para países dentro da União Europeia (UE). Talvez seja por isso que a noção de que o que define um país seja a sua língua já não seja válida. Talvez a noção que é a língua que define uma Nação também já não seja válida. As segundas línguas e as línguas estrangeiras são ensinadas nas escolas e fala-se em muitas línguas nas grandes cidades da Europa. A migração é um facto que ninguém pode ignorar nos tempos modernos. E os migrantes trazem consigo os seus hábitos linguísticos para o novo país de acolhimento. Tradicionalmente o nosso país, Portugal, era uma sociedade monolíngue. Há quarenta e três anos, comecei a aprender Francês quando tinha dez anos de idade. Aos doze anos comecei a praticar o Inglês e tinha dezasseis quando comecei a aprender o Alemão. Aos vinte e um anos de idade comecei a aprender algum Neerlandês e ainda hoje o estudo esporadicamente. Tal como a maioria dos Portugueses comunico com eficácia em Castelhana e leio e compreendo o Italiano. Talvez eu não seja uma portuguesa típica no que toca a língua, mas numa sociedade que era tradicionalmente monolíngue há anos, muitas pessoas hoje falam outras e isto talvez por Portugal se situar no extremo ocidental da Europa Continental Atlântica.

É provável que a maioria de nós possua uma língua materna. Quando uma criança cresce, há grandes probabilidades de ela crescer numa família monolíngue numa sociedade multilingue. As situações mais comuns são quando os pais falam a mesma língua entre si e com os filhos. É evidente que casais de nacionalidades e línguas mistas são muito comuns em muitas cidades europeias, sejam elas mais ou menos cosmopolitas. No caso da Bélgica, particularmente na capital, as pessoas são funcionalmente fluentes em Francês e em Neerlandês e por isso há um equilíbrio no seu funcionamento bilingue. Mas num ambiente como Portugal, a situação é diferente. As pessoas em geral aprendem, ouvem e falam só Português e todas as outras línguas são de influência estrangeira. Claro que o Inglês é altamente difundido através dos meios de comunicação social e hoje a sua aprendizagem começa logo na escola primária.

No caso das pessoas que vivem no estrangeiro e criam os seus filhos na sua própria língua, sendo esta diferente da do resto da sociedade, podemos ver um choque imediato entre a cultura do lar e a cultura da sociedade lá fora. Não nos podemos esquecer que a sociedade coloca uma grande pressão na assimilação de jovens estudantes na sociedade nova. E daí que seja comum os pais falarem com os filhos na sua língua mãe, digamos, em Português e os seus filhos responderem em Francês ou Alemão, consoante e respetivamente a família viva num contexto francófono ou germanófono.

Alguns, mas poucos, destes filhos que são criados neste tipo de divisão linguística são realmente proficientes em ambas as línguas. Expressam-se corretamente nas duas línguas, conhecem bem as duas e, se for o caso, serão bons intérpretes, se escolherem a interpretação como atividade profissional. Outros, quer dizer, a maioria dos bilingues podem ter certas limitações, que advêm da realidade de uma sociedade específica estar inserida num ambiente monolíngue. Em casos extremos, há certos bilingues que ficaram prejudicados mais do que beneficiados pelo facto de terem tido contacto próximo com duas línguas. Por outras palavras, o mesmo é dizer que não são proficientes em nenhuma das duas línguas, não funcionam bem em nenhuma das duas línguas, ficando as suas capacidades de comunicação comprometidas e, devido a esse facto, o seu treino como intérpretes de conferência pode ser mais complicado.

TRÊS DIFERENTES PERCURSOS DE TREINO: INTERPRETAÇÃO DE COMUNIDADE, DE CONFERÊNCIA E DE ACOMPANHAMENTO

Na nossa senda para treinar intérpretes, fazemos a diferença entre interpretação de comunidade, de conferência e de acompanhamento. Dependendo dos objetivos dos aprendentes, enfatizamos um dos três casos em termos de gestão de sala de aula nos currícula de treino para preparar melhor os intérpretes para as suas carreiras futuras.

1. INTERPRETAÇÃO DE COMUNIDADE

Por interpretação de comunidade entendemos aquela que tem a função social de ligar pessoas com diferentes línguas numa instituição. Assim, uma sessão no tribunal ou uma consulta pré-natal num hospital podem ser dois casos de interpretação de comunidade. A interpretação no tribunal é muito comum nos Estados Unidos da América, pois a Lei Federal garante ao arguido o direito de se expressar em tribunal na sua língua mesmo que seja diferente do Inglês. Portanto, tudo o que é dito na sessão ou julgamento é traduzido de e para a língua do arguido e de e para Inglês. Por vezes, trata-se de um caso de vida ou de morte para o arguido e além disso constitui uma grande fonte de trabalho para os intérpretes nos EUA. A interpretação de tribunal tem sido apontada como muito extenuante e de rara e grande responsabilidade para o intérprete, por intérpretes que a praticam. Por vezes, os intérpretes são chamados às esquadras de polícia a horas inesperadamente tardias ou muito matinais quando as pessoas são detidas. As sessões subsequentes no tribunal podem ser muito longas, podem ser durante um dia muito longo ou durar, por vezes, algumas semanas. Devemos ter em conta que cada palavra que é pronunciada é registada em ata nas duas línguas, portanto os intérpretes devem ter em conta que se devem expressar cuidadosa e precisamente sempre, pois talvez o destino do arguido possa ser influenciado pela forma como a/o intérprete se expressou. Não afirmo que a sentença do arguido dependa da atuação do intérprete diretamente, mas é muito claro que é absolutamente indispensável que haja constante profissionalismo e responsabilidade pela parte do intérprete que deve ter sempre a precisão necessária. E também, qualquer que seja o país em que o intérprete trabalhe, deve ter um profundo conhecimento da Lei Nacional e dos termos legais específicos. Alguns intérpretes de tribunal até consideram a sua atividade como um subgénero da interpretação de comunidade pois é uma tarefa extremamente específica. Essa também é uma das razões de ser uma atividade tão extenuante, por às vezes se tornar numa rotina.

Na realidade, já trabalhei com os meus estudantes material que imita uma sessão de tribunal autêntica e tem sido uma boa experiência em termos de prática de treino, especialmente porque o material é usado intensamente. Mas também praticamos outras formas de interpretação de comunidade nas nossas aulas. Por exemplo, encenamos aulas onde há clientes, instituições e intérpretes. Este tipo de exercício envolve muito os alunos, pois todos têm um papel ativo na encenação. Os alunos levam algum tempo a preparar uma situação prática que depois interpretarão na aula, fingindo que são atores, simulando que são pessoas reais a reagir no mundo vero enquanto profissionais. A atividade em grupo é altamente encorajada e é aqui que os bilingues mostram melhor as suas capacidades. Tenho notado que os intérpretes bilingues são os melhores em termos de interpretação de comunidade, mesmo que sejam falsos bilingues.

Na aula já tenho igualmente visto situações que vão desde a imitação de sessões de acupuntura até situações de um centro de dia para os idosos ou uma mãe que fala com a professora do filho sobre a situação na escola. Necessariamente é uma atividade altamente criativa que leva os estudantes a uma experiência rica em termos de desenvolvimento pessoal: escrevem a peça de teatro, praticam ambas as línguas de partida e de chegada, desenvolvem a capacidade de ser atores, atuam em frente a um público que é a turma toda e, por conseguinte, tornam-se melhores intérpretes como consequência.

2. INTERPRETAÇÃO DE CONFERÊNCIA

Numa aula de interpretação de conferência, temos basicamente dois tipos principais de treino: a interpretação consecutiva e a tradução simultânea. Durante um discurso com interpretação consecutiva, o orador fala durante alguns minutos, de dois ou três minutos até dez ou quinze minutos no máximo. Depois silencia-se e o intérprete diz o mesmo, mas na língua alvo durante, idealmente, um período mais curto que o discurso original. Então, o intérprete para e o orador retoma o discurso onde interrompeu anteriormente e assim sucessivamente. No caso da interpretação consecutiva, tanto o orador aplica o sistema de tomada de notas que eu ensino aos meus alunos, como o intérprete tem o mesmo público, e enquanto o orador fala, o intérprete toma notas. Um futuro intérprete distraído pode deparar-se com problemas de tomada de notas, que podem ir desde o resumo das ideias até à relação das palavras e ideias que estão registadas. Mas outros futuros intérpretes têm formas de registar bem as notas. Também pode ser algo desestruturante estar a tomar notas em frente a um público e depois falar para esse mesmo público noutra língua de trabalho, isto é, na língua alvo. O intérprete tem de falar não pelas suas próprias palavras, mas através da boca do orador, com um discurso que não é o seu. E com o qual até talvez nem concorde. São as exigências do trabalho de um intérprete e isso não se pode questionar ou mudar – deve-se ser fiel àquilo que se escuta. Mas se um intérprete tem problemas ideológicos ao interpretar um discurso, então em casos extremos, o melhor é recusar o contrato.

A tomada de notas para a interpretação tem um método específico que se pode inspirar na antiga técnica de estenografia que as antigas secretárias usavam para registar o que a pessoa que estavam a assessorar dizia. Isso era antes da altura da gravação com gravadores de som para mais tarde passarem cartas ou discurso para Word. As antigas estenógrafas aprendiam símbolos de acordo com os sons da língua que ouviam da pessoa que estavam a assessorar. Baseava-se sobretudo em abreviaturas e fonética. O sistema de tomada de notas que eu ensino aos meus futuros intérpretes apoia-se na relação de ideias e não no registo dos sons. Cada discurso tem uma sequência lógica. Quando falamos, fazemos com que uma parte do discurso estabeleça uma relação de causa, consequência, com dependência temporal ou outro tipo de relação. Os estudos da análise do discurso descreveram estes fenómenos e são uma fonte de inspiração para o treino da tomada de notas na interpretação consecutiva. Geralmente aconselho os meus alunos a tomarem notas como se estivessem a desenhar. Aparentemente, um bom intérprete deve ser tanto um bom linguista, como um bom ator, igualando-se quase a um artista plástico. Eles devem usar a sua folha de papel como se fosse uma pintura. No fim de uma sequência de discurso devem ver na sua folha algo como uma escada em que os degraus mais altos são a parte mais importante das frases e os degraus mais baixos são as partes menos importantes das frases. No meio vemos a relação das duas partes. Escreve-se da esquerda para a direita da página e do topo para o fundo da página e os intérpretes desenvolvem os seus próprios símbolos no seu sistema pessoal de tomada de notas. Na Europa, ainda existem dois sistemas de tomada de notas: o estilo coletivo e o individual. O coletivo é de inspiração russa, onde os intérpretes são encorajados a adotar o mesmo tipo de símbolos para poderem trabalhar em grupo nas mesmas empresas de intérpretes e até mesmo com os mesmíssimos contratos em simultâneo – quando um intérprete está a trabalhar, o outro membro da equipa descansa, mas pode retomar as notas do colega a qualquer altura, pois os símbolos são os mesmos.

Já o sistema individual mencionado acima é de inspiração capitalista da Europa Ocidental, pois desta forma o intérprete é encorajado a desenvolver formas personalizadas e individualistas que o preparem melhor para um mundo de competição. Assim, o mesmo símbolo poderá significar coisas diferentes para intérpretes distintos. No entanto, existem símbolos que são mais ou menos universalmente aceites por todos os intérpretes de línguas indo-europeias: um país representa-se por um quadrado, enquanto que o mundo se torna uma bola; um “X” pode significar guerra, conflito, oposição, pois parece um par de espadas a lutar; se esse “X” estiver com um risco por cima, as conversações de paz foram bem sucedidas ou uma solução está à vista, tudo está “OK”. Também as setas se mostram muito úteis: se uma seta vai para cima, significa que é bom, se vai para baixo, é porque é mau ou tem uma conotação negativa. Portanto, se o orador afirma “the economic situation has been flourishing in the past two months”, por exemplo, a única coisa que o intérprete anota é uma seta a subir. Se o orador diz “the development of expenses has not exactly bloomed since 2015”, a única coisa que o intérprete anota é uma seta para cima com o sentido de negação (a palavra com duas letras “No” ou um “X” sobre a seta). “The rate of development has decreased in the late decade” pode ser registado só com uma seta a ir para baixo. Se por outro lado, se fala de “fluctuations in the price rate or percentage”, a nossa seta vai parecer uma cobra a ir para cima e para baixo; se queremos expressar ênfase, sublinhamos o que estamos a anotar; se quisermos por outro lado expressar algo ligeiro, o nosso sublinhado é interrompido numa seta a ir para cima.

As abreviaturas e os acrónimos também são importantes na tomada de notas para a interpretação consecutiva, pois escrevem-se rapidamente e podem significar uma sequência só com muitas palavras, tais como nomes de organizações, partidos, sindicatos, associações ou instituições. Números e datas devem ser escritos imediata e completamente, pois esquecemo-nos facilmente deles. O desenvolvimento da memória é essencial no processo de treino de um intérprete: temos uma memória de curta duração e uma memória de longa duração. Usamos a memória de curta duração enquanto interpretamos consecutivamente e temos uma ajuda de memória que é a tomada de notas. Quando estamos a interpretar simultaneamente a memória de muito curta duração está a trabalhar. Na memória de curta duração, em geral conseguimos reter não mais do que cinco elementos, portanto não devemos esperar mais do que esses cinco elementos para começar a interpretar. Mas com a ajuda das notas, os elementos que retemos na memória aumentam substancialmente, só porque são registados. Mesmo que não lêssemos as notas quando

estamos a repetir o discurso do orador noutra língua, teríamos um melhor desempenho, só porque tomamos notas. Claro que o verdadeiro objetivo de registar a informação acerca do discurso que está a ser pronunciado é ajudar a nossa memória, mas por vezes o orador fala com tal rapidez, que o intérprete tem de anotar tão rapidamente quanto possível e de uma forma minimamente legível os elementos mais importantes

Não só símbolos, setas, palavras curtas em várias línguas, iniciais, acrónimos, mas também a forma como assentamos as relações entre dois segmentos de frases é muito importante. Assim, a palavra “so”, que é muito breve com duas letras pode relacionar dois grupos de informação como sendo uma consequência do outro; uma cruz pequena ou uma simples vírgula significa que estamos a juntar apenas mais elementos de informação, ou a mesma ideia, ou uma enumeração. Em geral, o uso “pq” como abreviatura de “porque” para expressar essa relação. Desde que seja rapidamente anotado e rapidamente lido e, portanto, interpretado, é o que interessa.

Quando os futuros intérpretes estão mentalmente a reorganizar o discurso com a ajuda das notas, ao pronunciarem o discurso do orador na língua de chegada, devem parecer que estão à vontade. Idealmente, estarão mesmo à vontade e não deverão fingir que estão! O desenvolvimento pessoal é importante neste aspeto: a princípio, os estagiários gaguejam, começam e recomeçam as frases, talvez a escolha de palavras não seja a melhor. Mesmo a postura, os gestos e a mímica podem ser hesitantes. Talvez isto advenha de dificuldades na língua de chegada. Uma possível forma de ultrapassar estas dificuldades talvez possa ser um aumento de autoconfiança através da segurança do ego. Um simples elogio aqui e ali numa escolha de palavras ou num gesto melhor podem operar milagres no treino de intérpretes.

Durante a interpretação simultânea, que é outra forma de interpretação de conferência, pode aparentemente ocorrer uma certa insegurança. Este tipo de interpretação implica que tanto o orador como o intérprete falam ao mesmo tempo, com um pequeníssimo intervalo de tempo. O orador fala, por exemplo em Inglês e o intérprete estagiário é treinado para falar em Português ao mesmo tempo, dizendo o mesmo aproximadamente, mas numa língua diferente. No princípio do treino, começamos a técnica com discursos sem dificuldades particulares a nível linguístico e vocabular. A prática já é suficientemente difícil, portanto tentamos evitar problemas colaterais. Assim, discursos simples são apresentados ao microfone e os intérpretes treinam falar ao mesmo tempo para um microfone. A princípio, só o professor consegue ouvir o que eles estão a dizer, mas mais tarde, durante a análise do desempenho deles, as interpretações são ouvidas também pelos colegas e comentadas por todos, pelo professor e pelos colegas.

“Não conseguia contornar aquela estrutura rapidamente” ou “Não conseguia lembrar-me da palavra exata em Português” São as queixas iniciais mais comuns dos futuros intérpretes. Isto acontece porque ao nível do cérebro, os códigos não são conhecidos de uma forma equivalente, o que causa à memória de muito curta duração não ser capaz de trazer ao de cima a melhor palavra ou uma estrutura equivalente na outra língua num lapso curtíssimo de tempo. Talvez analisar neurologicamente o fenómeno para justificar esta questão dê lugar a uma outra publicação, mas a minha observação assim o constata. Para ultrapassar a questão, encorajo intenso treino com prática e endurance. Devemos começar cada treino com um aquecimento, tal qual como se se tratasse de um treino físico, pois disso também estamos a tratar – um pouco de tradução à vista, por exemplo, pode resultar num melhor desempenho numa sessão de treino de interpretação simultânea numa conferência que se lhe seguirá. Devemos treinar o vocabulário específico da conferência que estamos a propor aos nossos estudantes para interpretarem, para que o grau de dificuldade da sessão seja diminuído. Devemos aumentar a velocidade do discurso e a duração do discurso aos poucos e poucos, para que as conferências que interpretam se tornem cada vez mais fáceis com o treino, mesmo que sejam mais complexas ou sofisticadas.

3. INTERPRETAÇÃO DE ACOMPANHAMENTO

Tal como no caso de interpretação de comunidade, os bilingues são bons intérpretes na interpretação de acompanhamento. Refiro-me a situações em que, por exemplo, uma mulher de negócios vai ao estrangeiro e contrata um intérprete para a acompanhar a reuniões de negócios ou refeições de negócios ou ir comprar recordações para a família ou situações semelhantes. É lógico que na aula só se podem simular situações reais, mas é incrível como é estimulante para um intérprete começar a atuar a sério de vez em quando num trabalho real de interpretação, mesmo que seja só mesmo ‘de vez em quando’. Treinamos os intérpretes a acompanhar os seus clientes, a interpretar parceiros de negócios noutros países e a dar assistência aos seus clientes em situações concretas enquanto pontes culturais e não tão-somente enquanto meros tradutores linguísticos.

Entre os meus estudantes, tenho detetado dificuldades a dois níveis essenciais: de forma e de conteúdo basicamente, quer dizer, de desempenho e de substância. Tenho visto excelentes alunos que, no entanto, têm um problema de autoconfiança e mesmo de autoestima. Embora estas características não sejam sujeitas a penalizações nas suas avaliações, o que é certo é que contribuem para a sua insegurança durante um desempenho. Assim, a professora de interpretação deve treinar o aluno a ultrapassar tal insegurança e timidez e ajudá-lo a desenvolver-se pessoalmente. As dificuldades com os conteúdos, são, no entanto, muito mais importantes. Talvez eles não “encontrem a palavra certa” para um determinado equivalente devido a um dos códigos linguísticos que conhecem ser mais ativo do que o outro. Quer dizer, quando passamos de um saber passivo de uma língua para um saber ativo na outra língua, eles devem estar equilibrados por forma a que a produção na língua de chegada seja equilibrada em relação ao discurso de partida. Ter um conhecimento passivo de uma língua é muito mais fácil do que ter um conhecimento ativo dessa mesma língua.

Os futuros intérpretes que têm uma língua materna muito forte para a qual estão a interpretar não têm o mesmo problema dos bilingues. Em geral sabem o que o orador quer dizer na língua de partida e, por conseguinte, transmitem bem o mesmo na língua de chegada, que em geral é a sua língua materna. Não há dificuldades em encontrar a palavra certa.

OBSERVAÇÕES FINAIS

Treinamos interpretação de conferências com discursos com princípios humanistas ou humanitários ou assuntos ideologicamente interessantes de personalidades históricas importantes ou políticos, ou intelectuais, artistas, pessoas de negócios, cientistas, médicos ou outros. Ou então os estudantes preparam eles próprios discursos sobre um certo tema e apresentam-nos ao microfone em Inglês, para que os seus colegas interpretem. Este exercício aumenta a sua capacidade de falar. Um exercício que particularmente aprecio é a preparação de “discursos inusitados”. Os alunos têm de falar durante dez ou quinze minutos acerca de um tema que escolheram e a única regra que imponho é a de que devem falar sobre um assunto que seja contra a sua própria ideologia. Devem defender uma perspetiva que não é a sua. Tenho ouvido discursos que vão desde a defesa de uma ideologia política que não é a sua, até defender clubes de futebol diferentes do seu ou dizer que fumar tem muitíssimas vantagens, por exemplo.

Em termos de interpretação de comunidade, a diferença entre bilingues e não bilingues não é tão visível como na interpretação de conferência, tanto na consecutiva, como na simultânea, porque os intérpretes têm mais tempo para pensar na interpretação de comunidade e na interpretação de acompanhamento.

Mas não seria simplesmente maravilhoso se após o período de treino fôssemos todos verdadeiros bilingues ou se soubéssemos mais línguas de uma forma mais proficiente? Quanto mais competente o intérprete é, mais feliz fica e, claro, mais rico se torna, pois surgirão mais e mais contratos e oportunidades de trabalho. Quando um jovem decide tornar-se intérprete, deve reconhecer que entrará em contacto com tarefas específicas de treino vocacional e que entrará num processo especial de desenvolvimento pessoal. Por outras palavras, depois de ter o seu diploma, o aluno já não será a mesma pessoa.

Se fôssemos bilingues reais, não necessitaríamos de ter dicionários como os melhores amigos, enfrentaríamos as viagens ao estrangeiro com muito melhores expetativas e seríamos autónomos nas duas línguas que dominamos perfeitamente. Mas o que aconteceria ao Ensino das línguas se fôssemos todos bons bilingues? É um cenário meramente hipotético, mas até seria possível. Se assim fosse, poderíamos aprender mais línguas raras ou dialetos mesmo na escola e os professores de interpretação teriam de desenvolver uma abordagem diferente. Imagine-se que eu teria uma turma de perfeitos bilingues em Inglês e Português. Primeiro, a escolha de materiais teria um critério diferente e eu não teria a preocupação se os meus alunos iam perceber isto ou aquilo ou se iam ser capazes de expressar o mesmo na outra língua, pois esse seria um dado adquirido e não haveria dificuldades nesse aspeto. Então, as chamadas “Barreiras da língua” já não existiriam. Eu poderia, então, escolher discursos ainda mais difíceis e estimulantes a nível retórico e temático.

Para concluir, gostávamos de chamar a atenção para o facto de que há diferenças entre as interpretações de comunidade, de conferência e de ligação, pelo que o seu treino deve também ser diferente para formar profissionais competentes nas suas áreas específicas. Tentei apresentar algumas ideias do ponto de vista do aluno e do professor que apoiam a minha tese: não há oposição real entre os três tipos de interpretação, mas é certo que os caminhos para o seu treino são diferentes. Para os bilingues, a interpretação é certamente muitas vezes mais fácil, mas também nem sempre.

Chegámos a estas conclusões através da experiência como intérprete por ter vivido no estrangeiro em alguns países de forma a praticar as línguas da minha combinação linguística, através do contacto com intérpretes a nível internacional e, sobretudo, através da minha observação durante o treino de outros intérpretes durante mais de quinze anos. Espero ter podido contribuir para um melhor conhecimento do que é interpretação, a qual é muitas vezes confundida com tradução escrita.

25. MARIA JOÃO RUIVO, ESC SEC ANTERO DE QUENTAL, S MIGUEL, AÇORES. AICL

TEMA EDUÍNO DE JESUS OUVINDO O SOM E O SILÊNCIO DO POETA

Neste ano que a AICL dedica a Eduíno de Jesus, presto a minha homenagem ao Homem e ao Poeta. Dividi este trabalho em três partes. Na primeira, apresento um breve percurso do Eduíno, com base em leituras minhas, mas sobretudo nas muitas conversas que tenho tido com ele ao longo dos anos e com amigos que com ele privaram, alguns desde sempre, como Fernando Aires, meu Pai; seu companheiro de letras e de geração. Seguidamente, faço uma breve abordagem da sua poesia, especialmente no que toca ao " som e ao silêncio", numa tentativa de me aproximar da reflexão que ele faz sobre a palavra e a própria criação poética. Finalmente, presto-lhe a minha homenagem pessoal.

Ponta Delgada, 28 de junho, 2019

Eduíno de Jesus – o Som e o Silêncio

Com a primeira palavra nasceu o primeiro verso – porque o que foi por ela enunciado estava dentro do que dizia; era um dizer pronto a ser semente, e flor, e ventania. Os grandes poetas tocam esse tempo iniciático. São gente que fala, em silêncio, do lume, da água, de um trevo de dar sorte que, às vezes, nos surpreende, solitário, no chão bravio. Para um grande poeta o achamento das palavras, das palavras de escrever, é moroso e ganho a pulso. O seu ofício é resgatá-las da língua e dar-lhes a liberdade de se dizerem. Até na sua mudez secreta, se necessário for.

Emanuel Jorge Botelho
(na apresentação do livro *Caderno de Mitos Pessoais*, de Leonardo, em janeiro de 2019)

Tentei, ao longo deste trabalho, traçar um retrato do Eduíno, sem pretensões ensaísticas, pois falar de um percurso desta dimensão em tão pouco tempo é tarefa complicadíssima. Pensei que o meu contributo passaria por um testemunho meu, mais pessoal, porque o Eduíno é todo um universo de saber, de conhecimento e de pensamento e, por muito que eu dissesse aqui, ficaria sempre muito aquém do que ele merece. Mas homenagear um Poeta implica refletir, por pouco que seja, sobre a sua poesia.

Sendo assim, este meu trabalho divide-se em três partes, que abordam aspetos que eu gostaria muito de aprofundar um dia. Na primeira, falarei brevemente do percurso do Eduíno, com base, sobretudo, nas longas conversas que, ao longo dos anos, temos tido e, no fundo, naquilo que desde sempre conheço dele; depois farei uma abordagem sintética de alguns aspetos da sua poesia e juntarei a isso o apreço e a admiração que sempre lhe dediquei.

1. Percurso

O Eduíno de Jesus teve uma infância feliz, num lar acolhedor e rico de afetos. Por entre inúmeras memórias, nas longas conversas que temos tido, ele recorda muitas vezes os serões em família nos quais a mãe entoava poemas do romanceiro ou narrava contos populares e fábulas conhecidas ou por ela inventadas, e a irmã mais velha, Eulália, lia romances em voz alta para a família. Não há dúvida de que isto o marcou. Calculo que seria um rapazinho de imaginação viva, cheio de fantasias, que estas narrativas alimentavam, passando os dias e as noites na Ilha, sonhando com outras paragens, com outras gentes e com um destino que o levasse bem alto.

Nasceu nos Arrifes, na Ilha de São Miguel. Aos dois anos, foi viver para Ponta Delgada e o destino decidiu que passasse a infância e juventude na vizinhança de amigos que ficaram para toda a vida e que partilharam com ele os mesmos sonhos e interesses. Entre esses amigos, conta-se meu Pai. Foram colegas de banco na Escola Primária e alunos do Professor José Resendes Tavares. Fecho os olhos e consigo imaginá-los de calção curto, os joelhos esmurrados pelos jogos de bola e pelas pedras dos becos, tendo por recreio o Campo de São Francisco que, para aqueles pequenitos, era todo um Universo.

O Eduíno, numa entrevista que deu recentemente a um grupo de alunos da Escola Secundária Antero de Quental, diz o seguinte (e cito) - «Quando eu era criança, a minha casa era o centro da ilha. Esta, para o poente, estendia-se dali só até à Mata da Doca, que era o meu quintal em ponto grande, e para nascente não passava da Matriz, aonde eu ainda não podia ir sozinho; para cima, chegava só até aos Arrifes, pelo Lajedo ou pelo Papa Terra. Na adolescência é que já podia incluir, para um lado, as Sete Cidades, onde acampeí uma vez quando era escuteiro, e, para o outro, a Ribeira Grande ou Vila Franca, por exemplo, e mesmo podia chegar ao Nordeste passando pelas Furnas e atravessando a Tronqueira. Enfim, nos meus primeiros anos da juventude, pode-se dizer que a minha ideia da Ilha acabou abrangendo-a toda».

Acredito que tenha sonhado muitas vezes com viagens que o levassem para lá do horizonte limitado da Ilha.

Na adolescência, despertou para quase tudo o que a vida tinha para lhe dar. Às brincadeiras do Campo, seguiu-se o encantamento dos livros que o levaram para bem mais longe e lhe puseram nos olhos um brilho que nunca mais se apagou. A cidade viu-o crescer. Ele e outros jovens da sua geração, entre os quais se contavam alguns companheiros do Liceu Nacional de Ponta Delgada, onde estudava então, fundaram o Círculo Literário Antero de Quental, também conhecido pelo Grupo do Jade, o que lhes permitiu partilhar sonhos e ideais de mudança, que foram ganhando consistência com os anos. E sobretudo começou a uni-los, também, a Literatura. Diz Eduíno de Jesus, numa entrevista dada ao Nuno Costa Santos para a sua revista *Grotta*: «Esses jovens, quando, em 1945-46, fundaram aquele Círculo, já constituíam uma pequena tertúlia extraescolar, sem-mestres, à margem do programa de estudos que os professores nos ofereciam nas aulas; isto desde os doze-treze anos de idade. Unia-nos o gosto de ler. Gostávamos de livros, cada um de nós por seu próprio acaso ou tradição familiar, e reuníamo-nos em tertúlia para falar disso.»¹²⁰ Esse foi também o tempo do *Girassol*, o jornal dos seus anos de estudantes no Liceu, do qual saíram cerca de 60 números, de 1940 a 44, estavam eles entre os 12 e os 15 anos. «Era apenas um *jornal de estudantes*», recorda o Eduíno, «contudo, mais de meio século após extinto, veio a merecer entrada no *Dicionário das Revistas Literárias Portuguesas do Século XX*, 2ª edição, Lisboa, Grifo, 1999 [...]. O facto é que, no *Girassol*, as Letras também tiveram lugar, e até, em certas circunstâncias, um lugar de relevo. Tal, por exemplo, o caso das celebrações dos centenários de Antero de Quental em 1942 e de Teófilo Braga em 1943».¹²¹

Pouco depois, foi o tempo efervescente do Bar Jade e do Círculo Literário Antero de Quental. O Bar Jade ficava nos baixos do edifício da Câmara Municipal de Ponta Delgada. Era um espaço manhoso onde se entrava por uma espécie de túnel, que parecia a passagem para uma outra dimensão, onde tudo era possível. Ali discutia-se de tudo, especialmente se tivesse a ver com Literatura - autores, estética e ideias em geral. Declamava-se poesia. E formava-se um pensamento novo.

O poeta e ensaísta Urbano Bettencourt, que tem estudado esta geração de 40 em Ponta Delgada, no ensaio “Literatura açoriana: aquela geração de 40”¹²², a certa altura dá conta da existência, naquele ano de 1946, de «um grupo de jovens pelos 17 ou 18 anos de idade, alunos do então Liceu de Ponta Delgada, que se propunha mexer com a cidade em termos culturais, limpar as teias de aranha literárias que atravancavam o espírito e o gosto do tempo, num projeto de renovação que tinha o(s) modernismo(s) como ponto de referência». Constituíam este grupo Fernando Aires, Eduíno de Jesus, Jacinto Soares de Albergaria, Fernando de Lima, Eduardo Vasconcelos Moniz. Pouco depois juntaram-se-lhes mais alguns: Rui Guilherme de Moraes, Pedro da Silveira, Carlos Wallenstein, entre outros.

Claro que estes jovens não estavam sozinhos. Tinham os seus mentores literários, que os ajudaram a refletir sobre o seu tempo e os introduziram num quadro de referências estéticas e literárias que os fizeram vanguardistas, nessa longínqua Ponta Delgada, desse também longínquo ano de 46: Ruy Galvão de Carvalho, professor de alguns deles; o poeta Armando Côrtes-Rodrigues, amigo de Fernando Pessoa; Diogo Ivens, um autodidata que desde cedo se interessou pela literatura e pelo ensaio crítico, tendo colaborado muito na imprensa micaelense e em várias revistas nacionais; João da Silva Júnior, que divulgava os escritos do grupo e teve um importante papel como livreiro, com o seu *Bureau* de Turismo, que era também posto de venda de revistas, jornais e livros que vinham de outras paragens. E, o mais que tudo, talvez, o espírito inquieto de Antero que começou a pairar sobre eles, que deu nome ao Círculo e os despertou para a importância da indagação. «O culto de Antero», diz Eduíno de Jesus, «não podia estar omissso num projeto de associação cultural de rapazes açorianos, tanto mais que desses rapazes fazia parte *um grupo de alunos do Liceu de Ponta Delgada*, esse velho e nobilíssimo liceu chamado então justamente de Antero de Quental; e, mais do que por isso, também porque a 1ª edição dos Sonetos Completos, cúpula da obra poética desse vulto maior da cultura açoriana, perfazia

¹²⁰ Santos, Nuno Costa (Dir.), Revista *Grotta* nº 2 – Letras Lavadas, 2017

¹²¹ Jesus, Eduíno de (2014), “No Tempo do Girassol”, in *Memórias do Nosso Liceu – Coletânea de Testemunhos* (Org. da Associação dos Antigos Alunos do Liceu Antero de Quental) - Letras Lavadas.

¹²² In Mundo Açoriano, 30 de março, 2012

à justa 60 anos nesse longínquo ano de 1946». ¹²³

Consigo entender o deslumbramento destes jovens perante tudo o que era novo e que chegava de fora, iluminando e alargando os limites opressores da Ilha que, naquele tempo, estava tão longe de tudo. A curiosidade intelectual, esse desassossego de espírito que os movia, que os fazia vibrar na descoberta de um autor, de um poema, de uma nova forma de pensar o mundo. O encantamento que sentiram numa época tão diferente da que vivemos, em que cada revelação causava um estremecimento.

E penso para mim que estes jovens foram terreno fértil. Souberam bem aproveitar a porta que se lhes abriu, leram avidamente, começaram a refletir, a analisar, a interpretar o seu próprio mundo, a tentar confrontá-lo com outro mais vasto, com que contactavam sobretudo através das leituras, do sonho da França, que se impunha no seu imaginário adolescente em botão, vindo dos filmes franceses que viam no Coliseu Micaelense e *das revistas ilustradas que nos mandavam as nossas amigas francesas, correspondentes com quem íamos aperfeiçoando o nosso francês*, diz o Eduíno. «O Sartre e a Simone (justamente naquele ano de 1946 Sartre tinha apresentado com Simone de Beauvoir o existencialismo); o Camus; o Vercors; o Aragon e a Elsa Triolet. Essa gente aparecia por ali, passava por entre as mesas, sorria-nos e às vezes até se sentava connosco»¹²⁴, acrescenta, referindo-se às tertúlias do Bar Jade.

E começaram a colaborar na imprensa local, sobretudo no *Correio dos Açores* e no jornal *A Ilha*, que teve um papel fundamental na afirmação deste grupo que principiava a dar nas vistas e a ser encarado, pelos espíritos mais retrógrados, como uma ameaça à moral e aos bons costumes, com as suas ideias perniciosas de inovação das letras. O Modernismo português e o brasileiro tiveram um forte impacto nesse núcleo. Descobrir a poesia de Manuel Bandeira e declamá-la no bar Jade era um dos prazeres destes rapazes.

Este grupo tinha um programa, objetivos e convicções. Eram muito jovens ainda, com um mundo de coisas para aprender, mas já buscavam uma linguagem própria que os afirmasse dentro da sua individualidade, onde se encontrassem e entendessem.

Depois foi o Curso do Magistério Primário e um pouco mais tarde a partida para Lorvão. Dividia o tempo entre este espaço e Coimbra, onde começou a frequentar o curso de Românicas. Forte apelo teve nele o ambiente literário coimbrão e o seu convívio com o Poeta Afonso Duarte e com Torga, entre outros. Em 1951, por exemplo, fundou, com o Jacinto Albergaria, a "Coleção Arquipélago", com o intuito de publicar obras de diversos autores açorianos de relevo.

Começou também a colaborar em Revistas de Cultura de Coimbra e Lisboa e em jornais do Porto e da capital, para onde foi em finais dos anos 50, terminando a sua licenciatura e iniciando uma vida cultural intensa e fascinante, de que tem uma saudade dorida e irremediável.

Dedicou-se, então, entre muitas outras coisas, à função de crítico literário e de artes plásticas. Tornou-se membro do Conselho de Direção da Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura; codiretor da Revista *Contravento* (de Artes e Letras); Diretor de um programa literário para a Televisão, tudo isto a par da sua atividade de professor no Ensino técnico-profissional, liceal privado, tendo mais tarde transitado para a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde lecionou por mais de 20 anos.

E claro, pelo meio de tudo isto, e desde o seu passado lá na ilha, a sua criação poética, que raramente foi publicada em livro (embora bastante divulgada em alguma imprensa periódica), por um excesso de escrúpulo, por nunca considerar a obra acabada, o poema concluído, a forma justa e perfeita.

O seu grande amigo Couto Viana, que lhe escreve o Prefácio de *Os Silos do Silêncio*, acha (como nós, que o conhecemos, achamos) que essa resistência em publicar, e cito, “talvez seja o sentimento que ele tem de si mesmo como poeta à parte, sem fidelidades históricas nem estéticas”. E a verdade é que o Eduíno, embora seja um poeta da geração de 50, e tenha, na juventude, pertencido ao Círculo Literário Antero de Quental, é um Poeta solitário, talvez indisciplinado pela sua inquietude, sem rótulos estéticos, ideológicos ou outros, não pertencendo propriamente a uma corrente ou Escola.

Isto não significa que se mantivesse indiferente às tendências do seu tempo, que proliferavam naquele turbilhão de meados do séc. XX. Acredito mesmo que tenha refletido como poucos sobre as mesmas. Penso que este “estar à margem” não o é no sentido literal. O “estar à margem”, do Eduíno, é a forma que ele tem de pensar e de interpretar o mundo de dentro de si para fora, isto é, a partir do seu silêncio, que é, a meu ver, uma das suas formas, talvez a primordial, de construir pensamento, até chegar a hora de o transformar em Poesia, ou seja, de lhe dar uma forma estética muito própria, uma forma de lhe dar “som”.

Quem lê o Eduíno e conversa com ele, entende que, na sua poesia, é tão importante o significado como o signifiante, que a união do tema com a sua configuração textual é que faz do Poema o objeto estético que se deseja e que EJ leva tanto tempo a revelar, porque, no fundo, nunca está satisfeito com esse doloroso trabalho artístico.

2. O Som e o Silêncio na Poesia de Eduíno de Jesus

Raramente penso no Eduíno como um poeta açoriano (e não entrarei aqui na, ainda, tão polémica questão da açorianidade, pois não é o lugar nem o momento para fazê-lo) mas ele nasceu na ilha e nela viveu até cerca dos 20 anos e essa marca não deixará de ser visível numa certa melancolia que o caracteriza; na sua forma muito própria de *recolhimento*; em muito do que se tornou de ser, de estar e de pensar; no que bebeu da literatura primordial pela mão da Mãe e da irmã, como já referi, e no que ele próprio começou a ler tão cedo; pelo que aprendeu, como aluno ávido e aplicado, que praticava e escrevia seguindo os modelos poéticos aprendidos com os seus mestres do Liceu, de que se recorda com uma melancólica e profunda saudade.

A verdade, parece-me, é que ele partiu, mas levou consigo a parte de ilha de que é feito e que não há distância que desfaça. De que forma a sua terra o marcou por dentro - a par da universalidade que bebeu na sua querida Lisboa e nos lugares por onde andou - e se revelou naquilo que escreveu, só ele o poderá dizer ao certo, ou talvez nem ele, mas julgo que aquilo que absorveu nesses verdes anos, esteve lá sempre a envolvê-lo, e sonhará (quem sabe?) com a Ilha, num regresso sempre adiado, por saber que nunca se regressa totalmente.

Verdade também é que se foi gerando, num silêncio muito dele, cada som, cada palavra, cada ritmo da sua Poesia.

Num poema de 1948, que abre *Os Silos do Silêncio*, e que vem, aliás, na sequência da epígrafe por ele escolhida, de Antero de Quental: “*Conheci a Beleza que não morre / e fiquei triste*”, há um apelo ao leitor para que este tente ler dentro dele próprio (Poeta) aquilo que ele não consegue configurar nas “palavras rebuscadas” e no ritmo dos seus versos, ou seja, de certa forma, aquilo que ele gera no silêncio e que nem sempre consegue transformar em som. Na última estrofe desse poema, acho que fica bem claro que uma das angústias de Eduíno de Jesus enquanto poeta reside na busca da forma ideal para revelar “a Beleza que não morre”, por achar que nunca alcança a palavra exata para definir e plasmar essa Beleza como valor absoluto:

*“Mas... é a Beleza que procuro
em cada verso em cada palavra
e que não logro alcançar
é isso é isso o que me faz chorar”*

(“Ao Leitor” – pág. 39)

Tenho convivido bastante de perto (embora nem sempre fisicamente perto) com o Eduíno e isso tem-me permitido, talvez, afastar um pouco o véu que encobre o seu proverbial silêncio. Escolhi este título para a minha divagação, porque acho que Som e Silêncio se conjugam em Eduíno de Jesus, completando-se e dando corpo ao seu universo poético.

¹²³ Vide nota 1

¹²⁴ Vide nota 1

Eu diria que o Silêncio é a parte dele que reflete, momento de germinação de ideias que ele coloca em Som, quer pelas conversas que busca com os outros – e que a sua dedicação ao ensino foi uma forma de sublimar - quer, de forma mais elaborada ainda, nos seus poemas, que lhe saem devagar e dolorosos, pela busca da forma que ele quer conjugar com o sentido.

O **Silêncio** do Eduíno é o momento em que ele dialoga consigo e com o universo que o rodeia e que o leva a uma constante indagação e o **Som** revela-se quando ele tenta dar forma estruturada a esse pensamento, sentindo que não há as palavras certas para configurar todo esse universo reflexivo, o que o leva à angústia frequente, talvez quase permanente, de sentir que fala uma linguagem que nem sempre é apreendida pelos outros.

*“vã palavra do Poeta!,
inútil, como o silvo
de, em qualquer ponto da Terra,
uma flecha disparada ao infinito.”*
diz ele no poema “Epígrafe” (pág. 83)

Esta angústia da criação está bem visível, igualmente, em “Proposição” (pág. 84), onde ele assume que canta como a ave presa, sabendo que aquilo que constrói – o poema – dolorosamente, “verso a verso”, não passa de um (e cito):

*impulso
para um qualquer
voo*

*que, todavia,
nem sequer
começo.*

Uma vez que ele valoriza o silêncio como momento privilegiado de apreensão de conteúdos e faz uso dele para criar sentidos, sugere mais do que diz, cria elipses e seduz o leitor, deixando-o sempre em suspenso, tentando dar som ao poema em busca dos sentidos sugeridos.

Silêncio está, também, muitas vezes associado simbolicamente a sonho e a noite. Esta é momento de reflexão e de germinação de desejos e de forças ocultas. Ao mesmo tempo, há uma frequente ligação do silêncio com a intimidade, com o interior da casa, silêncio quebrado não poucas vezes pelo vento que se faz sentir no exterior e pelo canto dos pássaros, símbolo da pureza primordial, da juventude perdida, da palavra que (se) busca.

Assim, Noite, Sonho, Pensamento, Silêncio são oportunidades de refúgio e de indagação sobre si próprio e o universo que o envolve. No poema “Frémite” (pág. 126), o eu lírico tenta reconstruir, a sós consigo, a sua destruída torre de marfim, “meu refúgio antigo” (diz ele). E é sempre a velha angústia de não encontrar a palavra certa para se pronunciar, como expressa na seguinte estrofe:

*Enquanto nos meus lábios morre
a palavra para que não
posso inventar pronúncia.”*

E é ainda o poeta eternamente dividido entre o sonho/desejo e a renúncia.

*Choro um sonho e ponho
outro sonho à água*

“Cais da saudade” (p. 120)

Que sonho seria o dele? Isto daria para longas páginas. Um dos seus sonhos seria o de conseguir a união perfeita entre o Silêncio e o Som. Combiná-los de forma a que se tornassem um só. Em “Gaia Ciência”, por exemplo, compara-se à aranha que tece a sua teia. Desta forma, o sonho consistiria em atingir “a frágil teia / do poema” (diz ele) na página branca onde poderá vir a surgir, de repente, a Poesia (pág. 227). Esta ideia está presente, de outra forma, no poema “As Palavras” (p.229), que ele dedica a Fernando Aires (e cito):

*Imprecisas? Volúveis? mas inamovíveis
elas lá ficam na página branca
à espera de um Levanta-te e caminha
de qualquer voz humana*

Essa espera, esse sonho ergue-se no poema “Prece” (p. 49), no qual o eu lírico diz não pedir o impossível, mas (e cito)

*“Só que me deixem amar as fontes
Os rios os lírios, o riso das crianças”*

E promete, em troca, dar

*“(…) os meus versos e o meu sangue
e o meu sonho mais lindo”,*

que será o seu sonho de Poeta.

É, também, recorrente, em vários poemas, o seu desejo de regresso às origens, de (re)começo:

“Sozinho e sempre

*Esperarei a primavera
O reflorir dos ramos
O canto dos pássaros”*

“Sobre as Cinzas” - Parte 2 (pág. 70)

Neste momento, estarão alguns a pensar que me perdi pelo caminho, que me desviei do som e do silêncio do Eduíno, derivando para outras linhas de força dos seus poemas, mas a verdade é que Som e Silêncio, em EJ, são a sua própria criação poética, o seu desejo de artista. Ao mesmo tempo, no poema “Os Navios” (p. 263), surge a ideia de que no fundo do mar, e cito:

*aí precisamente onde não entram nem som nem sol
há a noite insondável subaquática misteriosa
as volutas voluptuosas da melodiosa flauta longín-
qua do silêncio*

Esta estrofe sugere a ideia de que, entre o som e o silêncio, há um fosso, um distanciamento, sendo o silêncio mais próximo da forma harmoniosa e perfeita, daí a angústia de que a Palavra, isto é, o “Som” nunca é suficiente para revelar a germinação que se vai dando nos “Silos do (seu) Silêncio”.

A poesia do Eduíno leva-nos por caminhos imensos, não fáceis de trilhar, mas, por isso mesmo, fascinantes, porque se torna uma procura e uma descoberta permanentes. Esta minha breve viagem foi prova disso. Parti do Som e do Silêncio, que me levaram ao Sonho. E porquê? Porque, à semelhança de Antero (comparo-os muitas vezes, em vários aspetos), a sua vida tem sido uma constante indagação, uma busca permanente de que faz parte, também, a sua criação artística. E a busca é uma forma de vida sonhada. Os seus sonhos são inúmeros e muitas vezes indizíveis. Transformam-se frequentemente em saudades de tudo o que já foi e naquilo que ainda está por cumprir. Há nele um permanente desejo de recomeçar, de viver tudo de novo, porque o mundo é um grande mistério ainda por desvelar e ele angustia-se por não abarcar tudo. O Eduíno por vezes instala-se numa espécie de nuvem que poderá ser o lugar idealizado do sonho e do silêncio onde ele, provavelmente, se procura.

Mas este silêncio criador por vezes alastra e sufoca-o. Creio que será aí que surge a necessidade do canto, do Poema, que nasce devagar, refazendo-se constantemente, ao ritmo e à medida do seu pensamento. E busca então as palavras, que nunca são suficientes, mas que, apesar de tudo, têm o privilégio de criar eternidade.

*As palavras meu Deus como são
imprecisas volúveis No entanto
elas só (enquanto os homens passam)
guardam para sempre o sinal do tempo.* (p. 299)

3. A Minha Homenagem

Já disse aqui que é uma grande responsabilidade falar do Eduíno, mesmo tratando-se de um testemunho pessoal, e as palavras que escolhi para fazê-lo não serão, seguramente, suficientes para lhe fazer justiça, mas são sentidas e pensadas a partir da grande admiração que tenho por ele.

Conheço o Eduíno desde que me lembro de mim. De certa forma, sempre me habituei a tê-lo por perto, mesmo sabendo que vivia longe. Foi amigo de meu Pai desde a infância e foram ambos companheiros de geração e de sonhos. Sempre ouvi falar dele como um grande senhor das Letras, da Poesia e da Crítica Artística e Literária.

Cresci a admirá-lo e fui tomando, eu própria, consciência de que estava perante um ser humano dos mais singulares que tenho conhecido. Ele representa, para mim, e para muitos, o que se entende por um Mestre. Quando temos oportunidade de conversar com ele, e eu tenho tido esse privilégio, espantamo-nos perante o conhecimento enciclopédico que tem acumulado ao longo da vida, conhecimento que lhe vem das muitas leituras que fez, das inúmeras experiências vividas e dos lugares e das pessoas fascinantes que conheceu. Mas o Eduíno não se limita a esse saber, pois este vai-se acrescentando dentro dele próprio e servindo de base a novos conhecimentos, que ele vai construindo cuidadosamente, como quem cria algo precioso que não pode perder-se. Quando o vejo trabalhar, penso que não deve haver muitas pessoas como ele. O seu trabalho de pensamento e de escrita é de um enorme rigor e exigência e está longe de ser pacífico. Exímio no uso que faz da palavra, cada frase, cada ideia que lhe sai das mãos é um processo que se adivinha quase doloroso, pela busca da forma perfeita para os significados que quer transmitir. É um fascínio observá-lo nesse processo de criação, porque tomamos consciência da potencialidade da linguagem ao vê-lo selecionar, meticulosamente, a palavra certa para o lugar que lhe é destinado, como faz um ourives, que escolhe, com uma infinita paciência, imaginação e habilidade, a pecinha milimétrica para o seu trabalho de filigrana. É isso que o Eduíno faz em cada frase que escreve – uma peça de filigrana linguística.

Quando estou com ele, penso muitas vezes que a era dos Mestres está a terminar. Isto dava para uma longa reflexão, mas por agora digo apenas que um Mestre precisa de **tempo** e de **silêncio**. Tempo para se ir fazendo e silêncio para se fazer ouvir, e nós vivemos num mundo em que ambas as coisas se perderam. Já é raro aquele escorrer lento das horas em que tudo o que é bom acontece, e cada vez é mais difícil encontrar o silêncio que faz germinar o significado de cada coisa.

E o Eduíno é um desses Mestres. Quem já o ouviu numa das suas preleções – seja sobre Literatura, Filosofia, Arte ou Linguagem, seus territórios de eleição - sabe o fascínio que é aprender com ele, porque tem uma forma única de falar das coisas, naquele seu tom calmo e introspetivo, como quem pede desculpa por saber tanto.

A par do intelectual, há um homem igualmente singular e fascinante, de um finíssimo trato, já tão raro. Um verdadeiro *gentleman*.

O Eduíno é um homem de contrastes. É tímido, mas obstinado e muito firme no que defende e, embora modesto, tem, no fundo, digo eu, uma consciência discreta da sua singularidade e exaspera com a ignorância alheia, mas é generoso e está sempre disponível para partilhar o que sabe, desde que o ouçam. E, ao mesmo tempo que tem uma enorme necessidade de convívio com os outros e um imenso sentido de humor, precisa do seu tempo de isolamento e de introspeção e há nele uma melancolia que me comove. Já lhe tenho dito que encontro nele semelhanças com Antero de Quental, no seu questionar constante, nas suas angústias e inquietações permanentes, na forma complexa e algo solitária como vê o mundo e as coisas, através da inteligência e de uma sensibilidade apuradíssima.

Muito teria a dizer sobre este senhor das letras, a quem hoje aqui prestamos esta bem merecida homenagem, mas sinto que não devo alongar-me demasiado. Nem eu pretendi aqui caracterizá-lo, mas apenas dar um testemunho da imensa admiração e afeto que tenho por ele, porque representa uma espécie já rara de homens que, apesar do seu enorme valor, se calhar por isso mesmo, não procura protagonismos, não fala de si nem promove a sua imagem, pois o que o move realmente é o valor intrínseco das coisas e a busca apaixonada de respostas para os enigmas de que somos feitos. Ele representa uma geração para a qual as letras, a arte e o saber faziam parte da essência humana e estavam no seu devido lugar.

Termino, dizendo que, para mim, o Eduíno é daqueles homens que não tem idade. Apesar de tanto que já viu e ouviu, continua a comover-se, sobretudo com as coisas belas – uma música, uma obra de arte, um fenómeno da natureza – e a surpreender-se com o novo, continuando eternamente a atualizar-se, a querer aprender e a acompanhar tudo o que vai acontecendo, embora filtrando o que não lhe interessa de todo. E essa surpresa e esse desejo são, no fundo, o segredo de uma juventude que ele mantém eterna.

Bem hajas, meu querido Mestre!

Maria João Ruivo (Escola Secundária Antero de Quental)



26. MARIANA BETTENCOURT, UNIVERSIDADE COIMBRA MÉDICA INTERNA DE PSIQUIATRIA - UNIDADE LOCAL DE SAÚDE DO NORDESTE

TEMA MARGARIDA VICTÓRIA: DOENÇA OU CIRCUNSTÂNCIA? - MARIANA BETTENCOURT

Margarida Victória de Jácome Correia nasceu a 31 de março de 1919, numa família aristocrática fundiária micalense. Em *Memórias da Cadela Pura* a Marquesa de Jácome Correia descreve as suas vivências, começando pelas dificuldades de uma infância constrangida por uma educação rígida e conservadora, pautada pelos conflitos familiares que persistiriam depois, na vida adulta, passando pelas várias adversidades com que se debateu ao longo da vida, quer no plano das relações interpessoais, quer no das suas convicções e comportamentos, irreverentes e desafiadores do normativo; as memórias terminam com aquela que Margarida Vitória descreve como a sua primeira relação amorosa verdadeiramente gratificante, na sua sexta década de vida, com Vitorino Nemésio. Se por um lado a descrição pormenorizada do seu sofrimento e das suas dificuldades pode ser analisada à luz das várias teorias da personalidade e dos vários modelos de doença em Psiquiatria, por outro permite questionar a natureza dos limites entre o patológico e o que não o é; permite uma reflexão sobre a diversidade da natureza humana e a importância que os indivíduos divergentes da norma podem ter na mudança e na evolução das sociedades. Assim o trajeto de vida da autora pode ser enquadrado no conflito permanente entre as suas convicções e as convenções estruturantes dos vários contextos sociais em que viveu.

Nascida na primeira metade do século XX, no seio de uma família aristocrática conservadora da ilha de São Miguel, Margarida Victória Borges de Sousa Jácome Correia teve um percurso diametralmente oposto aquele expetável para uma mulher que vivesse a grande parte da sua vida adulta sob o regime fascista do Estado Novo. A variedade e a peculiaridade das vivências que descreveu na obra de cariz autobiográfico *Amores da Cadela “Pura”* suscitam a atenção e podem ser analisadas sob múltiplas perspetivas. Aquela que me proponho a executar é predominantemente a de alguém que se dedica ao estudo da psiquiatria e dos fenómenos da mente, seja ela saudável ou perturbada. A Psiquiatria tem evoluído no sentido de se transformar cada vez mais numa disciplina pluralista, que parte do conhecimento neurocientífico e psicológico mas integra idealmente também as perspetivas sociológica e filosófica. A necessidade de considerar outras fontes de conhecimento que não o biológico prende-se, entre outras razões, com a evolução dos conceitos de doença e saúde e com a compreensão dos limites entre o normal e o patológico, intrinsecamente relacionados com o o tecido cultural em que o indivíduo se insere.

Margarida Victória nasceu a 31 de março de 1919 em Ponta Delgada, filha do Marquês de Jácome Correia, grande latifundiário e historiador e de Joana Chaves Cymbron Borges de Sousa. A sua infância foi pautada pela educação rígida e conservadora da família materna e pela ausência do pai. A sua descrição da relação com a figura paterna denota uma grande ambivalência afetiva: o pai ora é descrito como terno e compreensivo ora como déspota e autoritário, despertando nela emoções contraditórias. Esta ambivalência é particularmente evidente no seu relato do período que se sucedeu à morte dele, quando Margarida tinha 18 anos, em que se sentiu simultaneamente triste e aliviada. A relação com a mãe também nunca foi satisfatória, descreve-a como uma mãe preocupada e exemplar, mas fria e distante, obrigando-a em determinadas alturas a fingir-se doente para receber alguma ternura.

Margarida viveu uma infância triste, isolada dos seus pares, com exceção da irmã e de poucos primos. As relações fora da família eram vistas com desconfiança e limitadas ao estritamente necessário. Refugiava-se no seu gosto pela natureza, pela leitura, pela música e pela dança. Foi com este último prazer, a dança, que percebeu, desde cedo, que seria censurada por qualquer comportamento mais expansivo, não só pela família como também pela sociedade. Desde cedo é também confrontada com o facto de que as mais importantes decisões familiares eram motivadas pelo medo da crítica social, como foi o caso da reunião do casal após um longo período de separação.

Durante a adolescência as dificuldades nas relações familiares, de amizade e amorosas ocorreram a par de períodos de maior sofrimento que a própria designa como “crises de nervos”. Em determinados momentos foram de tal ordem preocupantes que motivaram a ida a Lisboa a fim de ser observada por um médico.

Ao longo da sua vida as relações amorosas pareciam condenadas ao fracasso ainda antes de começar e uma análise cuidada das suas motivações revela que foram geralmente mais pragmáticas do que afetivas. Casou com Alberto aos 18 anos, apesar deste a entediar, para se libertar do ambiente familiar opressivo em que vivia. Cedo se sentiu defraudada por esta relação, quer pelo distanciamento afetivo entre ambos, quer pelas dificuldades que ela tinha na concretização da relação sexual, dificuldades estas que a viriam a atormentar durante grande parte da sua vida. Quando ambos concordaram que o casamento já não os servia e que deveriam divorciar-se, a família dela decidiu intervir, convencendo-a a ser internada numa Clínica Psiquiátrica na Suíça, para que pudesse repensar a sua decisão. Todo o processo de internamento, viagem para o Estrangeiro e as sucessivas tentativas de alta estavam então dependentes da autorização do marido. Margarida manteve-se firme na sua decisão, mesmo após vários de meses de internamento e ter sido submetida a diversos tratamentos como psicoterapia e electroconvulsivoterapia. Perante a sua determinação a mãe inicia um processo judicial para sua interdição, com a pretensão de a impedir de tomar decisões como divorciar-se, casar ou gerir os próprios bens.

Neste período conturbado em que foi mantida internada contra a sua vontade conheceu Aly El Lozy, por quem se apaixonou e com quem viria a casar-se posteriormente e que, tendo alta antes dela, contratou um advogado para a defender. Margarida teve alta da Clínica de Prangins apenas ao fim de um ano e graças à intervenção do cônsul português na Suíça. Saiu na condição de lhe serem atribuídos dois tutores legais, dois primos com quem viria a morar em Lisboa. Após a saída continuava casada e portanto impossibilitada de sair do país ou assumir abertamente a relação amorosa com Aly pelo que foram mantendo alguns encontros secretos. De um destes encontros resultou uma gravidez, cuja progressão Margarida encarou como uma impossibilidade. Recorreu a uma parteira para fazer um “desmancho”, experiência traumática que descreve graficamente: “fui dilacerada, esquartejada”. Quando engravida novamente de Aly, apesar de ter procurado contraceção, algo raro para a época, a relação entre os dois já estava muito deteriorada. Ele tinha-se revelado agressivo, instável e ter-lhe-ia confessado ainda estar apaixonado pela ex-mulher. Apesar disto Margarida estava decidida a casar com ele. Sentia-se em dívida por este a ter ajudado a defender-se quando estava internada e acrescia que o processo de divórcio de Alberto estava em curso e a hipótese de ser mãe solteira não se lhe colocava. Receava as repercussões familiares e sociais que pudessem daí advir. Este receio levou-a a tomar a decisão de emigrar para Genebra onde viriam a casar por procuração, pouco tempo antes do nascimento da filha.

Margarida estava novamente casada, com um marido diferente mas igualmente infeliz. A partir daí Aly e Margarida viveram duas vidas quase independentes, entre a ilha de São Miguel, Lisboa e o Cairo, de onde ele era natural. A partir do momento em que a conheceram os familiares do marido aperceberam-se de que nenhum dos dois estava satisfeito com aquele casamento mas culturalmente não poderiam admitir que se divorciassem. Para eles a solução passava por ambos investirem em relações extraconjugais. Inicialmente chocada com esta ideia, Margarida acabou por se envolver com Edmond Soussa, um pintor a quem tinha encomendado o seu retrato. Por recomendação deste regressa a Portugal sozinha, com o intuito de ali contratar um advogado e obter o divórcio. Aly agrediu-a violentamente ao tomar conhecimento desta notícia.

Após o divórcio viveu com Edmond em Paris, durante um período que descreve como de grande enriquecimento cultural e grande entusiasmo. Comprou um luxuoso apartamento em Paris, em que “do terraço viam-se os Campos Elísios, o Arco do Triunfo, a Torre Eiffel, a Notre Dame”. Juntos frequentaram galerias de arte, casas de antiguidades, espetáculos e conferências. Mas este encantamento durou apenas até ter sido advertida pelo seu advogado que ele pretendia aproveitar-se da sua fortuna. Margarida perdeu o apartamento e uma parte dos seus bens, mas o que a feriu mais foi ter-se visto dissipar a vida que tinha idealizado para si, a pretensão que tinha em compensar a sua incompletude através da arte e da intelectualidade.

Regressada a Portugal refugiou-se na sua amizade com Armando Côrtes-Rodrigues, procurando nele a satisfação das suas necessidades espirituais através da poesia, procura essa que cedo se revelou infrutífera. Novamente investiu numa relação pouco satisfatória, com alguém que descreve como “pouco fluente, pouco empolgante, simples, boçal, em contraste com a imagem poética”. Quando ele se recusou a assumir a relação, por medo da reação da Igreja, Margarida insistiu num casamento. Perante a notícia da possibilidade deste terceiro casamento a mãe avançou com novo pedido de interdição. Desta vez Margarida defendeu-se submetendo-se a avaliação por psiquiatra e um psicólogo, provando em tribunal ser capaz de se autodeterminar. Acabou por casar com Armando Côrtes-Rodrigues como se de uma fatalidade se tratasse, viveram como amigos, a maior parte do tempo separados fisicamente e divorciaram-se ao fim de cinco anos. Na sexta década de vida apaixonou-se por Vitorino Nemésio e mantiveram-se amantes até à morte deste em 1978. Foi a sua última musa e com ele participou na luta pela autonomia da região após o 25 de abril. Vitorino foi o primeiro homem que Margarida conseguiu amar sem se anular, atingindo finalmente a completude que até ali procurara.

Analisando a narrativa de *Amores da Cadela “Pura”* coloca-se a questão se realmente Margarida terá estado doente. Apesar da impossibilidade de uma resposta definitiva, penso que a reflexão poderá ser interessante, na medida em que permite abordar a injustiça que historicamente esteve associada às doenças psiquiátricas e ao estabelecimento dos seus limites, bem como a interferência da moralidade na prática dessa área (com movimentos de maior afastamento ou aproximação) da medicina.

Não há dúvida de que ao longo da vida de Margarida existiu muito sofrimento. Não sendo necessariamente sinónimo de doença, a própria reconhece períodos de ausência de saúde. Vai descrevendo-os desde os anos mais precoces e mais tarde acaba por atribui-lhes designações como “crises de nervos” ou “neurastenia”. Margarida recorreu a um médico generalista durante a adolescência que lhe terá dito que não haveria qualquer problema com ela e já casada com Alberto recorreu a um psicanalista em Manhattan que lhe propôs uma psicoterapia com a duração de pelo menos 6 meses, que Margarida não aceitou. Apesar de descrever períodos com sintomatologia depressiva importante, inclusivamente tentativas de suicídio graves, a medida de tratamento mais drástica é-lhe proposta (senão imposta) pela mãe apenas quando Margarida lhe comunica a vontade de se divorciar. Pode ser colocada a hipótese de que a finalidade deste internamento seria não só a dissuasão, mas também o afastamento da sociedade micalense, evitando qualquer crítica que pudesse recair sobre a família relacionada com o divórcio ou com a possibilidade de doença mental, altamente estigmatizante. Daí a escolha de uma Clínica noutra país. Portanto, mais do que o intuito de tratar uma eventual doença, este internamento estava carregado de uma conotação moralista, muito associada aos tratamentos psiquiátricos asilares

do fim do século XIX. Importa relembrar que estes eram os padrões morais da sociedade portuguesa, e que por exemplo, estava ainda em vigor a Concordata celebrada entre o governo e a Santa Sé em 1940 que considerava o casamento indissolúvel e proibia de voltar a casar todos os casados pela igreja que se separassem.

Podemos questionar-nos se outras mulheres que ousaram desafiar as normas e questionar o seu papel de submissas não terão sido também consideradas doentes ou desajustas. E aqui encontramos paralelismos numa das mais conhecidas histórias de amor portuguesas do século XX, a de Maria Adelaide, a filha do fundador do Diário de Notícias que aos 40 anos se apaixonou pelo motorista da família, consideravelmente mais novo do que ela. Quando pediu o divórcio ao seu marido, Alfredo da Cunha, este levou-a ao Porto onde foi internada contra a sua vontade na ala das criminosas do Hospital Conde de Ferreira. Mais tarde, ao recusar a proposta de internamento em Paris este deu início a um processo para a sua interdição. Em junho de 1919 três figuras proeminentes da Psiquiatria portuguesa determinaram que Maria Adelaide sofria de “Loucura Lúcida”, um diagnóstico controverso, carregado de conotações morais e desprovido de credibilidade científica. Ao contrário de Margarida Victória, Maria Adelaide foi privada da sua personalidade jurídica, incapaz de gerir a sua pessoa e bens.

A Constituição de 1933 viria a constituir um retrocesso no que aos direitos das mulheres diz respeito, introduzindo para o sexo feminino a exceção ao princípio de igualdade constitucional, com base no argumento da diferença biológica mas também com base no argumento ideológico de que deveria prevalecer o *bem da família*. Está patente na obra de Margarida Victória uma das limitações introduzidas à data – a impossibilidade da mulher casada atravessar as fronteiras do país sem o consentimento do marido. Percebemos também que decisões como qual a clínica onde deveria ser internada ou quando poderia ter alta da clínica psiquiátrica eram primordialmente decisões que o marido deveria tomar. Apesar do medo das repercussões de viver fora do normativo a terem levado a abortar, quando engravida pela segunda vez nas mesmas circunstâncias, isto é, de um homem que não aquele com quem estava legalmente casada, recusa passar por essa experiência novamente, pela índole traumática e reforça a injustiça de a vergonha e a dor pertencerem apenas à mulher quando a responsabilidade pela gestação é também do homem.

À parte da contextualização histórica importa perceber as caraterísticas da personalidade de Margarida que, num modelo biopsicossocial de doença, se associariam à sua constituição genética e vivências de vida como possíveis fatores desencadeantes de doença. Claro que estas caraterísticas são inferidas a partir da sua própria descrição e por isso subjetivas.

Aquilo de que nos apercebemos é que Margarida tinha uma perceção pouco clara de si, vivendo desde cedo com a ideia de que seria anormal ou diferente dos seus pares. Há ao longo da sua vida uma sensação de incompletude, de vazio e um predomínio dos afetos negativos – “A minha alma era um ermo de solidão e tristeza”- que paradoxalmente contrastavam com a sua postura expansiva e alegre. Margarida tinha noção desta alternância de estados de ânimo e explicou-a da seguinte forma: “tinha necessidade de expansão, para me esquecer dos momentos horríveis da minha vida íntima” e salientou que essa exuberância e alegria eram fictícias.

Margarida descreveu-se como uma mulher de grande sensualidade que atraía a atenção dos homens mas que paradoxalmente se debatia com grandes dificuldades na sua vida relacional e com grande ênfase nas dificuldades da esfera sexual, tendo desenvolvido um pavor às relações sexuais. Quando conseguiu ultrapassar esse pavor percebeu que não tinha de qualquer forma interesse na relação sexual, algo que só veio a mudar quando conheceu Vitorino, aos 54 anos e finalmente obteve aquilo que tivera procurado em todas as outras relações: a meiguice, a ternura, o interesse e a admiração. Nas suas palavras Vitorino foi “pai, irmão e amante”. Até aí sentia-se diferente das outras mulheres, incompleta, presa numa série de relações que não a satisfaziam, chegando a ser agredida fisicamente.

Dadas as caraterísticas descritas poderíamos colocar a hipótese de uma Perturbação da Personalidade, que se refere a um padrão estável de experiência interna e comportamento que se afasta marcadamente do esperado para o indivíduo numa determinada cultura, que é estável ao longo do tempo e que gera mal-estar ou incapacidade. A discussão sobre a categorização das perturbações da personalidade como doença não é consensual e tem vindo a mudar com a própria evolução da sociedade. O facto de serem definidas tendo em conta o que é expetável culturalmente pode ser perigoso se não se tiver em consideração toda a definição. Períodos da história em que o homem decidiu moldar os limites entre o normal e o patológico de acordo com o seu próprio benefício foram na generalidade períodos negros, de abuso de poder. Quando se fala de Perturbações da Personalidade, e de doença psiquiátrica, não se pode considerar apenas o comportamento desviante da norma, sob pena de penalizarmos a diversidade, força motriz da evolução natural e civilizacional. Importa também perceber se esse afastamento do que é esperado é gerador de sofrimento quer no próprio quer nos que o rodeiam para que se possam oferecer formas de o minorar, quer por estruturas prestadoras de cuidados de saúde quer pelas próprias estruturas estatais.

Apesar de todo o sofrimento e angústia, Margarida manteve-se funcional e capaz de atingir os objetivos que almejou e que justamente podemos caraterizar como ambiciosos. Refere que se sentiu sempre como um autómato a viver a vida de outra pessoa, mas foi capaz de viver fiel aos seus princípios orientadores e defendeu os valores nos quais acreditava, mesmo para além dos limites da sua vida pessoal.

BIBLIOGRAFIA:

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, *The Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (5th Edition). Washington DC, 2013.

DIAS, Fátima Sequeira, *Os Açores na História de Portugal - Séculos XIX-XX*, Lisboa, Livros Horizonte, 2008.

CANGUILHEM, Georges, *O normal e o patológico*, Brasil, Editora Forense Universitária, 2009. Tradução de Maria Thereza Redig Carvalho Barrocas.

GONZAGA, Manuela; “Doida não e não!” Maria Adelaide Coelho da Cunha, Chiado, Bertrand Editora, 2009

VICTÓRIA, Margarida; *Amores da Cadela “Pura”*, Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 1975, vol. 1.

VICTÓRIA, Margarida; *Amores da Cadela “Pura”*, Confissões da Marquesa de Jácome Correia, Chiado, Bertrand Editora, 2004, vol. 2.



27. REINALDO FRANCISCO DA SILVA, UNIVERSIDADE DE AVEIRO, CEAUL, FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE LISBOA

TEMA AS FESTAS DO ESPÍRITO SANTO NA DIÁSPORA NORTE-AMERICANA COMO INCENTIVO À ESCRITA LUSO-AMERICANA. THE HOLY GHOST FEASTS IN THE CALIFORNIA DIASPORA AS AN INCENTIVE FOR PORTUGUESE AMERICAN WRITING, REINALDO FRANCISCO SILVA. UNIVERSIDADE DE AVEIRO

O presente ensaio propõe-se analisar as tradições associadas ao culto do Espírito Santo na diáspora norte-americana da Califórnia e a forma como estas festividades incentivaram alguma da produção literária de três escritores norte-americanos de ascendência Terceirense, nomeadamente os seguintes: 1) David Oliveira, no seu poema, “Stations of the Cross,” na coletânea *In the Presence of Snakes* (2000) e em *A Little Travel Story* (2008) e “Festa,” na coletânea *As Everyone Goes* (2017); 2) Katherine Vaz, no seu conto, “The Man Who Was Made of Netting” na coleção *Our Lady of the Artichokes and Other Portuguese-American Stories* (2008); 3) Anthony Barcellos, no seu romance, *Land of Milk and Money*, publicado em 2012.

Proceder-se-á assim a uma análise detalhada da forma como cada um dos referidos autores abordou estas questões culturais e religiosas que se prendem com as migrações e a diáspora portuguesa na América do Norte, designadamente a preservação e/ou apagamento da cultura, da memória e da identidade ancestrais. A revisitação destas manifestações através dos seus textos literários contribuirá para iluminar a relação destes escritores com o seu legado linguístico-cultural, levado para a diáspora pelos seus pais, avós ou bisavós. O estudo em apreço pretende em última instância pôr em evidência as marcas, intergeracionalmente transmitidas, que ainda persistem da cultura portuguesa de origem nas obras dos supramencionados autores lusodescendentes, espelhando a preservação da respetiva identidade nacional no seio de um espaço cultural, incluindo linguístico, diferente e também ele heterogéneo.

(O autor pede desculpa por não ter tido tempo de traduzir o texto originalmente escrito em Inglês)

This essay aims at analyzing the traditions associated with the observance of the Holy Ghost celebrations in the California diasporic communities and the way in which these festivities have been an impulse for some of the literary writings produced by three American writers whose ancestors hailed from the island of Terceira, namely the following ones: 1) David Oliveira, in his poems, “Stations of the Cross” and “Why is there anything?,” in the collection *In the Presence of Snakes* (2000) and in *A Little Travel Story* (2008) as well as “Festa,” in his most recent volume of poetry, *As Everyone Goes* (2017); 2) Katherine Vaz, in her short story, “The Man Who Was Made of Netting,” in her collection, *Our Lady of the Artichokes and Other Portuguese-American Stories* (2008); and, finally, 3) Anthony Barcellos, in his inaugural novel, *Land of Milk and Money*, published in 2012.

I will endeavor to provide a detailed analysis of how each one of these authors addressed these cultural and religious manifestations, which are truly related to issues pertaining to the Portuguese migrations and the diasporic communities in North America, namely the preservation and/or erasure of their ancestral culture, memory and identity. Revisiting these manifestations through their literary texts will, undoubtedly, contribute to our understanding of the relations between these writers and their linguistic and cultural heritages, taken there by their parents, grandparents or great-grandparents upon emigration.

Lastly, the intent of the study under review is to highlight the lingering ethnic footprint, transmitted from one generation to the next, in the aforementioned works by these American writers of Portuguese descent. Moreover, I also attempt to analyze how these texts mirror the preservation of their national identity within a much wider American cultural and linguistic framework.

Before delving into the writings at stake, I will first provide a historical framework in order to understand the origin of these rituals associated with the Holy Ghost, how they were adapted within the wider Christian church and, eventually, adopted in Portugal in the Middle Ages. Afterwards, I shall trace their introduction in the Azorean islands, mostly in the island of Terceira, after their discovery and subsequent peopling of these Atlantic islands. I will then go on to discuss the religious and cultural importance imbued in these feasts – especially as markers of identity in the Azorean/Portuguese diasporic communities in California – the place where these writers were born, reared and came of age. And, lastly, delve into the literary contributions these three contemporary voices left for posterity regarding their family’s observance of the religious and cultural festivities associated with the Holy Ghost and how they were shaped by them.

Historical Background of the Holy Ghost Feasts in North America

When writing about the Holy Ghost feasts in “Festas do Espírito Santo,” João Leal notes that in the United States of America and Canada, the Holy Ghost feasts were recreated by Azorean immigrants in the course of two distinctive phases. The first one developed between the years of 1870 and 1930, when the first wave of Azorean emigration to the USA took place (as well as to Hawaii). In the particular case of the USA, these immigrants settled down in California and New England. Although whaling had been the initial motive luring this first group to the whaling centers, New Bedford and Nantucket, the decline in this activity after the turn of the nineteenth-century determined their embracing other professional activities such as the following: agriculture and cattle-raising, in California, and blue-collar work in the New England textile mills. With the Immigration Acts of 1917-1924, followed by the Great Depression of 1929, Azorean emigration to the USA was interrupted, and it would only resume between the years comprising the 1960s and the 1980s. In the United States, California and New England continued to attract these new waves of immigrants. Concurrently, this second wave of immigration would also include a brand-new set of destinations, more specifically Canada (and Bermuda). In Canada, most of these immigrants engaged in construction work, mostly in building new railroads while others took on farm work. Shortly afterwards, they relocated to the big cities (Toronto, Montreal, and Vancouver), where they started working in factories and construction (men) or in housekeeping and cleaning-related services (women). Because of both waves of immigration, the estimated number of people with a Portuguese descent currently living there is about 1.8 million: 1.4 million living in the United States (90% of which mostly from the Azores) and 420.000 in Canada (70% of which originally from the Azores).

As we can observe, Leal provides us with relevant, concise information regarding the immigration patterns, settlement and economic pursuits of these Portuguese. In this section, I am indebted to his work and find it extremely useful for our understanding of how the three American writers – David Oliveira, Katherine Vaz, and Anthony Barcellos – confirm these historical realities.

With both migration waves, the attempt at recreating these feasts in the diaspora followed quite shortly given that the first feast was held in Carmelo, in 1865. In the following decades, the number of feasts increased considerably in California; by the end of the nineteenth century, at least twenty-six were held each year. But it was mostly during the first decades of the twentieth century that the number of feasts, which kept up with the pace of growth in immigration figures, became far more evident: between 1910 and 1930 the rhythm of growth in these festivities was at least thirty per decade. Because of this, at the end of the 1920s, the total number of Holy Ghost feasts in California was one hundred and thirty. In New England (Massachusetts, Rhode Island, Connecticut and New Hampshire) the first feast took place much later, in 1877, in Fall River. The growth in these feasts throughout the nineteenth century was also slower: only five feasts were held in 1910. But in the beginning of the twentieth century, the rhythm associated with the launching of new feasts increased; and even if the numbers are not as representative as in California, in 1929, there were at least a total of thirty feasts in New England.

This momentum in founding new feasts – which also includes a feast in Hawaii – slowed down after the 1930s, mostly because Azorean immigration came to a standstill. Both in California and in New England, the number of new feasts that were created between the decades of 1930 and 1950 became residual. Along with the assimilation of second-generation Azoreans within the larger American society, there was, in fact, a decrease in the number of feasts, which is well documented in California. There, the total number of feasts that were actually discontinued from 1860 until 2000 was forty-five, with the majority having probably ended during the years after World War II.

After 1960, with the second wave of Azorean immigration, the movement to recreate these feasts was renewed. Moribund festivities or feasts that had been interrupted were, then, revitalized and new feasts were soon created. Meanwhile, in opposition to what had occurred in the period between 1860 and 1940, the rhythm of starting new feasts was more manifest in New England than in California. Between 1960 and 1990 – when this second wave of immigration also ended – nine new feasts were, in the meantime, launched in California, in contrast to thirty-four in New England. After 1990, the creation of new feasts has been residual, but even so, it was more significant in New England – with fifteen feasts – than in California, where only two new ones were started. To compensate for this decline, in the meantime, new feasts were launched in other American States, where many Azorean immigrants have relocated to, especially those originally from California and New England. Such is the case with Florida, where many retired immigrants – the majority hailing from New England – have been settling down in the course of the past few decades and where six feasts are held every year. Such is also the case with the States of Idaho and Colorado, where new feasts were launched by groups of immigrants originally from California.

The first Holy Ghost feasts in Canada date back to the 1960s. The first one began in 1962 in Cambridge, Ontario. Throughout the 1960s, five new feasts were also launched, but it was mostly during the 1970s and 1980s that this momentum accelerated: fifty new feasts were then created. After 1990 – with the ensuing decline in Azorean emigration to Canada – the movement towards recreating feasts became – just as had been the case in the United States – more residual, but, nonetheless, nineteen new feasts came about during this period.

Currently, there about two hundred and ninety Holy Ghost feasts in North America. In the United States, the total number is 202: 99 feasts are held in California, 91 in New England, 6 in Florida and 5 in States close to California (Colorado and Montana). On the other hand, in Canada, eighty-seven feasts take place every single year: 59 in the province of Ontario; 11 in Quebec, 7 in British Columbia and 10 in other Canadian provinces (Manitoba and Alberta). There are also feasts in Hawaii and Bermuda.

Although some of these feasts – especially in the United States – are organized by third- and fourth- generation descendants of Azoreans, the vast majority of feasts in North America is organized by first-generation immigrants, who structure them, initially, according to the different models prevalent in the islands where they are originally from. Hence, in California, where most Azorean immigrants living there came from the central group of islands composing the Azorean archipelago (Terceira, Pico, São Jorge, Faial, and Graciosa), most feasts might have initially followed the pattern prevalent in these islands, but it seems as if later on they evolved into a more standard pattern. This shift may have emerged and, actually, been facilitated by the existence of a common framework which brought these different feasts together, the so-called IDES (*Irmandade do Divino Espírito Santo* or The Brotherhood of the Divine Holy Ghost) in the State of California. In New England and Canada, where most immigrants residing there are originally from São Miguel, most feasts tend to follow the Saint Michael’s model. This tradition, however, does not necessarily invalidate the possibility of organizing these feasts according to other models prevailing in other islands.

While these feasts tend to follow the model prevalent in the islands where these immigrants were originally from, these Holy Ghost feasts have also undergone important changes in the North American diaspora. One of the most prominent was the introduction of the so-called queens and their subsequent accommodation in the ritual sequence: children or adolescents from the female gender dressed up in luxurious attire, who have taken on a central role in these festivities. First introduced in California during the first decades of the twentieth-century, this innovation quickly disseminated among many feasts in New England and Canada and, as such, added an additional North American touch to these feasts. In addition to these queens, other significant innovations were also included, namely those pertaining to the dates and the types of organization of these feasts, the ritual’s script, as well as their religious, cultural, and social meanings. Because of these changes, the Holy Ghost feasts in North America took on a distinctively American character. As such, these Portuguese individuals with an Azorean heritage were gradually shaped by these new forms of religiosity, sociability, and identity. Furthermore, they used these important instruments as a means to negotiate their cultural and social integration within the multicultural landscape of their new country of adoption.

A Historical Perspective of the Origin of the Feast of the Holy Ghost and How it Is Still Celebrated in California

Before moving on to a lengthier discussion of these matters, the information in this section was adapted from Tony P. Goulart’s essay, “*The Holy Ghost Festas: A Historic Perspective of the Portuguese in California*,” published by the Portuguese Chamber of Commerce of California, in San Jose, California, in 2002.

Goulart notes that each year in the Portuguese communities, especially those with an Azorean background, there are held *Festas do Espírito Santo* (the Holy Spirit feasts). They involve a dressed parade with some paraders carrying baskets of bread on their heads, the crowning of queens of the festivals, and a community meal in each community. Prominently displayed during each festival is a crown topped with an image of a dove. This festival is usually held on Pentecost Sunday (Whitsuntide or Whitsunday), the seventh Sunday after Easter, but could be held on any Sunday between Easter and Pentecost Sunday.

The participants and onlookers think of the festival as a quaint manifestation of Portuguese community spirit. It is usually organized and presented by a local non-church organization but utilizes church facilities. Little do the onlookers know that this festival had its origins in a radical theological movement that was widespread in Europe but survived largely only in Portugal because the King and Queen in Portugal moderated its radical elements and supported its observation.

The Distant Origins of the Festival

There was a widespread belief throughout Europe as the year 1000 AD and a change in the millennium approached, that something significant would happen that year. Some, called *Millenarians* believed a new era would begin, perhaps even the Second Coming of Christ. When nothing like a new era happened in 1000 AD the *Millenarians* shifted their projected time for a change in the era to sometime in the future.

In Italy there was a monk named Joachim who was born in 1132. He became the abbot of a monastery in Fiore, Italy. He considered what might be the implications of the concept of God as a trinity; i.e., the Father, the Son and the Holy Spirit They were of equal importance. Joachim then reflected that the Old Testament of the Bible concerned the Father and the New Testament concerned the Son. He then reasoned that there must be three eras for humanity: 1) The Era of God the Father lasting from 1260 B. C. to the time of Christ; 2) The Era of God the Son lasting from 0 AD to 1260 AD; 3) The Era of God the Holy Spirit to commence in 1260.

According to Joachim, based upon his reading of *Revelations* and *the Book of St. John*, the Era of the Holy Spirit would bring peace, justice, equality, tolerance and brotherly love. People would lead lives of simplicity, innocence, happiness and freedom from sin. It would be the *Empire of the Holy Spirit*. Abbot Joachim died in 1202.

Joachim's idea of a utopia on Earth captured the minds of many, notably many monks in the Franciscan Order. This utopian philosophy, however, also intrigued members of the royalty. The intellectuals of the time, including Dante, were taken by the beauty of Joachim's image of paradise on Earth. Intellectuals throughout history have been captivated by plans or prescriptions for utopias.

Some of the followers took the ideology of the Era of God the Holy Spirit a step further. They reasoned that the Catholic Church was an institution of the Era of the Son and should therefore disappear in the Age of the Holy Spirit. This was too much for the Catholic hierarchy and the Church commenced a program to suppress the ideology of Joachim and his followers.

In 1256, Pope Alexander IV condemned as heresy all writings promoting the ideology of Joachim. Subsequently the movement concerning the Era of the Holy Spirit was wiped almost everywhere in Europe. Groups of Franciscan monks resisted the condemnation of the concept of an Era of the Holy Spirit as did the Order of the Knights Templar.

The Survival of the Holy Spirit Movement in Portugal

In Portugal, the Queen Isabel, originally a Princess of Aragon, was an enthusiast for Joachim's vision and her husband King Dom Dinis also became one. They, however, saw no need for the disappearance of the Catholic Church and its hierarchy. Isabel was accepted by the populace as a saint in her own lifetime and made officially a saint by the Catholic Church after her death.

So, the King and Queen of Portugal promoted the celebration of the Festival of the Holy Spirit throughout their kingdom. Sometime between 1296 and 1325 they established a church in the city of Alenquer dedicated to the Holy Spirit. It was staffed by Franciscan monks. Later a hospital was built in Alenquer along with the church.

The Royal Couple also created a lay brotherhood to organize the Festivals of the Holy Spirit. The Festivals included a ceremony for crowning a commoner as the representative of the *Emperor of the Holy Spirit*. The crown used in the coronation initially had a cross on top, but later that cross was replaced or superseded by a dove. The cross was a symbol of the Era of God the Son whereas the dove was the symbol of the Era of God the Holy Spirit. So the Festival of the Holy Spirit was thoroughly a celebration of Joachim's concept of the Era of the Holy Spirit. It survived in Portugal due to the support of the King and Queen of Portugal with their accommodation of the Catholic Church.

Several elements of the festival stem directly from the life of Queen Isabel, such as the distribution of bread. There was a famine in Portugal. Queen Isabel began to take food from her table to the poor. Her husband, King Dinis, admonished her to stop doing so. One time he saw her with something under her cloak and suspected it was bread and thus evidence of her disobeying him. Isabel said a quick prayer and when she opened her cloak it was roses, which tumbled out instead of bread. The use of a crown in the festival stems from Queen Isabel praying for the suffering of the people to be alleviated and promising that she would give her crown to the ceremony if the people's suffering were reduced.

The Establishment of the Devotion to the Holy Spirit in the Azores Islands

The Azores were discovered by Portuguese ship navigators spotting in the distance hawks soaring over the Islands. The name *Azores* means goshawk in Portuguese. The Azores consist of nine major islands in three groups. Officially, they were discovered in 1427, but they apparently were spotted by passing ships before that because they appear on some maps created before 1427. First sheep were brought to some of the islands and freed in hopes that they would multiply and provide food for passing ships and later for settlers. In the 1430s there were settlements made on two of the islands. However, settlement of some of the islands did not begin until two decades later in 1439.

The settlement of the islands was under the administration of the Knights of the Order of Christ, the organization that was the successor to the Knights Templar. Prince Henry of Portugal was the Grand Master of the Order of Christ. Franciscan friars were involved in the early settlements. Those friars promoted the creation of brotherhoods to organize the Festivals of the Holy Spirit. The brotherhoods were also devoted to the building of hospitals.

There were many Flemish people involved in the early settlements partly because too few Portuguese were interested in migrating to distant volcanic islands. The Flemish were people of Dutch language and culture who lived in Belgium. The Flems had revolted against their ruler, Duke Philip of Burgundy. Duke Philip's wife was the sister of the Prince Henry of Portugal. She asked Prince Henry to allow the rebellious Flems to settle in the Azores. Prince Henry agreed and supplied transportation. Those transported Flemish families adopted Portuguese family names.

There were also Portuguese Sephardic Jewish families who had been forced to convert to Christianity who migrated to the Azores to escape the surveillance of the Inquisition.

The Festival of the Holy Spirit survived in the Azores and became a distinctive element of Azorean culture. Therefore, the Festival was brought to America and preserved as a treasure of their culture. Thus, a remnant of a radical utopian ideology created in the 14th century was preserved as a cultural heritage without the participants being conscious of its radical origin. As noted earlier, and confirmed by Leo Pap, these feasts became a distinctive trait of diasporic life and, through time, would inevitably become Americanized. “Over the decades,” writes Pap, “the Holy Ghost festival as celebrated by Azorean-Americans [...] naturally underwent some modifications that may be loosely characterized as ‘Americanization,’ or perhaps simply as a weakening of tradition.” Some of these changes or even the “purpose of the ceremony,” argues Pap, “is all but forgotten” (Pap 196). With this historical information as a backdrop, let us now move on to the writers themselves and ascertain how each one of them fleshed out these historical, sociological, and cultural realities in their stories and poems.

The Holy Ghost Feast by Portuguese American Writers from California. David Oliveira’s poems, “Stations of the Cross” and “Why is there anything?”

In David Oliveira’s (1946-) poems on ethnicity and how it was shaped or conditioned by the larger mainstream Anglo culture, to which he is comfortably accommodated and of which he is an integral part, is perhaps where he comes close to his Azorean heritage. This includes the poems where he touches upon the foods, the customs, the poet’s Catholic upbringing, his parents and grandparents who opened the doors to these ancestral ways. The poem, “Stations of the Cross” is a case in point. In these writings, however, we witness a residual presence of this Old World past which, in America, has become filtered and whose vigor has been lost through successive generations. In essence, in layman’s English, it is a watered-down version of the real thing. Possibly one of the most riveting poems where ethnicity is brought into the fore but keeping the focus on the poet’s *via dolorosa* in life, is “Stations of the Cross” (*Snakes* 2-8). It consists of a sequence of fourteen poems focusing on the main points or phases in Oliveira’s life paralleling Christ’s carrying of the Cross to Golgotha. Briefly, and without focusing on all of these pieces, the sequence spans the poetic voice’s birth, the choice of name, growing up as a child, attending school, sex and masturbation, religious values and praying the rosary, Catholic guilt, his upbringing and his college days, making choices in life, etc. In the section “David Assumes His Mission,” we are introduced to an inquisitive boy who feeds on stories from the Old World told to him by his grandparents: “I am in bed begging for a story / between two grandparents who want to sleep. / It’s here I receive the holy gospel / of the Portuguese: Saints Isabella, / Anthony, the children of Fatima” (*Snakes* 2). This suggests that the future poet would later shape these stories, which were conveyed to him by his grandparents, and from which he drew spiritual sustenance. As in so many ethnic literatures, the figure of the grandmother (and the grandfather, as well) is emblematic, for she is the liaison between the ancestral culture and the grandson. Presumably, as religious persons, they are the ones who give shape to the stories they had narrated to him much earlier. On this issue, Fred L. Gardaphé has noted that

The key to reading the literature produced by third-generation Italian American writers is observing the role that the grandparent plays in connecting the writer to his or her ancestral past. A significant difference between second- and third- generation writers, then, is this presence of a grandparent figure who serves to reconnect the protagonist to a past out of which the protagonist fashions an ethnic identity. (120)

In the section “David Encounters the Sorrowful Woman,” Oliveira recalls having been introduced to Our Lady of Fatima and why his parents want him to join them in praying the rosary: “The conversion of Russia and world peace / have become the responsibility / of our family. We do what we can, / Monday through Friday, kneeling in front of / the television to say the rosary / with Bishop Sheen” (*Snakes* 3). These recollections from the past clearly attest to the poet’s Catholic upbringing and, as potential materials for the craft of poetry, would be later shaped into poems such as the one on Henry Simas, who, we learn in “Why is there anything?” “spent a year at seminary wondering why he / wanted to be a priest” (*Travel* 62). This poem contains a few references to the community’s Holy Ghost feast such as the time when Henry was “driving the homecoming king and queen in the town’s annual / parade” or at “Another time, at the Kings County Fair, Henry spent forty dollars to / win five-dollars of plaster shaped like Our Lady of Fatima.” This poem is clearly about finding answers for some particular issue and, most of the time, Henry Simas is said to have one.

This poem has a few “ethnic signs” and even if the poet’s intention was to not elaborate on them, these references point to a few traditions that are kept alive in the Portuguese diaspora in a few Californian communities. To name, the crowning of the Queen and the food that is served during the luncheon, which is reminiscent of the traditions Azorean immigrants brought with them to the diaspora. These traditions, however, originated in their devotion to the *Rainha Santa Isabel* (1271-1336), saint and queen (the wife of King Dinis), who assisted the poor and needy. Catholics believe that she performed the miracle of the white roses (unavailable in the month of January, as we learn in the legend), which, some believe, were transformed into bread, and later given to feed the poor. This tradition of distributing sweet bread or providing a meal for the community is still observed every year, especially on the island of Terceira, from where Oliveira’s ancestors came from. For the reasons pointed out earlier, the scope of this poem is simply another one, but these allusions are, nonetheless, embedded within it. The reference to Queen Isabella or the Our Lady of Fatima also appear in the previous poem, “Stations of the Cross” (here within the context of childhood), but they are nowhere fleshed out either in these or in any of his other poems. Furthermore, poetry also has its limitations regarding this possibility, something a narrative does not. It is quite understandable that, as a third generation American of Portuguese descent, these references may not have even been given to him by his ancestors. Presumably, they may not have been well versed in Portuguese history given their condition as immigrants who had to leave behind a world of poverty and just a basic three- or four-year elementary education or even illiteracy (some of his grandparents). Not to mention the parents’ generation, most of whom sought to Americanize as quickly as possible for several reasons ranging from shame, erasing their ethnic background to being accepted in America. One can, therefore, ask: So how can these matters be dealt with in an adequate manner given these realities? This is why I view some of these ethnic poems as mirroring this reality – of mere references without much cultural substance – even if we, as readers would enjoy viewing these connections being established more forcefully in some of the poems under review.

David Oliveira’s poem, “Festa”

Compared to Oliveira’s previous collections of poetry, *In the Presence of Snakes* and *A Little Travel Story*, his ancestral Portuguese/Azorean culture and upbringing are residual in *As Everyone Goes*. His relocation to Cambodia in 2002 might also explain this reality. In this volume, however, references to Oliveira’s ancestral Portuguese/Azorean culture are even thinner. There is no reference to the inspirational grandfather/grandparents’ figure, their stories from the Old World, the religious and cultural echoes they brought from the Azores at the end of the nineteenth- or early twentieth- centuries and passed on to the grandson. So, what is actually here in this volume that the writer tries to hold on to as an anchor of a distant ethnic past and upbringing, in California?

The poem “Festa” is perhaps as close as the reader may get in this volume to the poet’s ancestral culture – not language, however. Starting off with a few recollections of the author’s College days as an undergraduate in 1969, the first two men on the moon and Nixon’s inauguration, the poem “Festa” gradually narrows down to focus on the poet’s immediate family and life in Hanford, California, where he grew up in a Portuguese community: his brother’s being drafted into the Vietnam war; his father’s carrying the banner “for the Knights / of Columbus, and the honor of America, Portugal, and the Holy / Ghost”; the *Espírito Santo* procession through the streets of Hanford; the traditional meal during this festivity which had been brought to the communities by Azorean immigrants from the island of Terceira, like Oliveira’s own grandparents; to the dancing of the *chamarrita* and the traditional music played on such festive occasions; to the endless list of Portuguese last names (some of which Anglicized such as Perry/Pereira), to allude to the “Centuries before this morning’s sunrise, Dom Henrique’s protégés sail wooden ships laden with sweet tastes from the Malaccas to the Fraternal Hall kitchen” and the role of the Portuguese navigators in charting the world during the Age of European Discoveries and the spices and gold they brought along with them. The poem also takes the author back in time to recall the hospital where he was born, his father’s “dark hair and handsome smile” and his mother’s talent as a seamstress:

.....Behind Dad, the parade
of Portuguese queens and their courts, radiant in rhinestone ti-
aras and weeks of sewing. My young sister is stunning in white
satin sheen, her carmine cape trimmed in imitation ermine, 500
seed pearls stitched to the velvet by our mother’s hand...” (18).

A Little Travel Story was dedicated to his parents, Frank James Oliveira and Mary Alice Souza Oliveira, but these nostalgic images invite us to ponder the poet’s recollections of his progenitors and his fondness for them.

Katherine Vaz’s story, “The Man Who Was Made of Netting”

Katherine Vaz’s (1955-) carefree ways with the divinity in her collection, *Our Lady of the Artichokes and Other Portuguese-American Stories* evince a different approach towards the divine compared to her previous writings. In my view, they mark a different relationship with Catholicism and its representation in Portuguese American writings. Some of the stories are quite comical such as the story, “All Riptides Roar with Sand from Opposing Shores,” where Lara Pereira writes funny letters to sister Lúcia. Published in 2008, the major theme around which most of the stories composing *Our Lady of the Artichokes* revolve is the issue of generational differences and cultural assimilation. Possibly the best story in the entire collection, “The Man Who Was Made of Netting,” happens to be about the Holy Ghost festivities in the California diaspora. It narrates the story of Manny Cruz, who had “bought his daughter a cape that would stun everyone into silence. It cost him ten thousand dollars, half of which he had taken from the Miscellaneous account at his brother-in-law’s furniture company, where Manny kept the books” (67). He “planned to replace the money as soon as humanly possible” (67). Gemma, his daughter, would wear it at the annual Portuguese Holy-Ghost Festival in Monterey and it was simply exquisite, a piece of art: “The cape had a lengthwise gold weave with rusts and reds that looked like tongues of fire, and the opposite weave was brilliant white.

On the whole sweep of it sequined doves held ribbons attached to fishes in a sea that was a froth of lace” (70). He hopes it will assist her in attracting some Hollywood scout who would be attending with some producer intent on turning the Monterey Portuguese community and their religious rituals into a movie. Manny has his hands full. For one thing, he is terrified of being caught. Almost as bad, he is a single dad – the child’s mother vanished with an older, richer man – and he has promised to stop gambling, while trying to cope with raising a moody teenager. The story abounds with minute descriptions of the procession and is rich with references to the origin of the Holy Ghost festivals and Queen Isabel of Portugal, who had “declared that each year, at Pentecost, the poor and hungry to be fed for free, and the nobility should give them robes and crowns and sit down with them” (75). Gemma’s remark to her father as she was parading down the street with the other girls, “Wouldn’t Grandpa love to see me now?” brings a flood of recollections and feelings of nostalgia for his father while reconnecting with his ancestral roots in Vila de São Sebastião, on the island of Terceira, in the Azores, where his father had been a “gardener and expert grafter” before immigrating to the Portuguese diaspora in California. This story is replete with feelings of ethnic pride while zooming in on this annual Holy Ghost festival, which functions as an anchor for ethnic identity.

Family Conflicts in Anthony Barcellos’ *Land of Milk and Money*: From Ethnic Pride to Ethnic Depersonalization

Anthony Barcellos’ novel, *Land of Milk and Money* (2012) revolves around the biblical passage featuring Cain and Abel – but within the contemporary context of family feuds and greed in the Portuguese diaspora in California. This piece aims at highlighting this saga, which covers a few generations of the Francisco family, an immigrant family, while showing the gradual, but inexorable, assimilation of their Azorean traditions into a new and overwhelming American culture. The three or four generations in *Land of Milk and Money* follow the customary path of assimilation – from immigrants, to hyphenated-Americans, to hybrids plunging into the vast Crèvecoeurian melting pot. In this generational saga, they become this depersonalized American, this “new man” with all the traits that this assimilation entails – egotism, greed, envy, and nasty family feuds – and with the concomitant loss of a simpler, humanistic way of life, marked by genuine feelings of brotherly love towards one another.

In a book review titled, “California, or God’s Country,” Vamberto Freitas has shown that most of Anthony Barcellos’ novel, *Land of Milk and Money* updates this biblical passage – but within the context of ugly family feuds and greed in the Portuguese diaspora in California. “It is a universal portrait of greed and feigned love,” writes Freitas, “an almost biblical retelling of the oldest of human themes, brother against brother, clan against clan: there is nothing like the dividing up of property and money to reveal all our venom and envy and, once again, the greed that drives the world of business and prosperity.” Barcellos’ novel tells the story of the Francisco family, Portuguese immigrants from the Azores, who settle on a dairy farm in California’s Central Valley. Their plans to eventually return to the Old Country fall by the wayside as their success grows and their American lives take root. The legacy of one generation becomes a point of contention as the members of the next generation begin to compete to inherit and control their heritage, which includes herds of cattle and tracts of farmland.

The death of Teresa Francisco, the family’s matriarch, sets off a string of battles (both personal and legal) between brothers, spouses, in-laws, and cousins. A courtroom confrontation over Teresa’s will is at center stage as the contending factions discover that the old lady had plans of her own for securing her legacy.

This piece aims at highlighting this saga, which covers a few generations of this immigrant family, while showing the gradual, but inexorable, assimilation of Old-World traditions into a new and overwhelming culture. Like many other similar stories, this one is no exception. Paulo and Teresa, the patriarch and matriarch of the dynasty remain throughout their lives more Portuguese than American.

Land of Milk and Money is a splendid contribution to this emerging field of Portuguese American studies and an invaluable fictional representation of the Portuguese contribution to California’s dairy industry. In my view, it is the best fictional work to date on this theme, the process of acculturation, assimilation, the erosion of Portuguese “ethnic signs” (William Boelhower), etc. Not even the references writer Katherine Vaz makes to these matters in *Saudade* (1994) and *Fado & Other Stories* (1997) or *Sixty Acres and a Barn* (2005), by Alfred Lewis, have such depth. Like his predecessors, Barcellos fictionalized one of the most lucrative activities the Portuguese from many decades ago ever engaged in in the United States – the dairy industry – and, hence, confirms Leo Pap’s contention that “it was the dairy industry more than gardening that produced the relative wealth of California’s Portuguese ethnics” (144). Around 1915, notes Pap, the Azorean settlers there “owned about half of all the dairy land in the San Joaquin Valley, and together with compatriots in coastal areas were then producing well over half of all the milk, cream, and butter (but not cheese) in California” (145). Moreover, writes Pap, in “the early 1930s the Portuguese in California were estimated to control 60 to 70 percent of the state’s dairy industry” (145).

In this story about assimilation, Paul and Teresa Francisco, the old-timers, are the ones who uphold Old World values and ways in America. In the chapter “June 1943- Chico Is a Citizen,” we learn that his wife Teresa would remain loyal to her Portuguese ancestry and nationality. After declaring on oath that he renounced his former Portuguese citizenship, thinking to himself, “*Adeus, Portugal!* Goodbye, Portugal” (116), for Teresa, this “was too much” (117). Even if it was a hassle for her dealing with bureaucracy every year, she renewed her alien resident status without complaining. By refusing to learn the English language, this will force her children and grandchildren to continue speaking in Portuguese to her, but “ever more rudimentarily,” notes Julian Silva, “until by the fourth generation the old language has been almost completely subsumed by American English, though some ancient customs, such as the festival celebrating the Feast of the Pentecost, continue to be observed.”

In contrast, the second and third generations exhibit little or no interest in the Old Country or what it represents. On occasion, some of Chico’s and Teresa’s children or grandchildren speak some Portuguese or display a few ethnic signs on special occasions involving festivities or family gatherings, but often, some of them do not necessarily know what they mean. They engage in these rituals because it is merely a custom, a tradition – like asking for their grandmother’s blessing, attending the Pentecost feast, or eating certain sweets or meals. In “May 1947 – Boys meet Girls,” we learn how the two Avila sisters, Odile and Odette, met Paulinho and Candido at the Pentecost feast. The “Avila girls were dressed in long pink gowns because they had been attendants to the Queen of the Pentecost *feita*. They had marched in the parade, attended the High Mass, dined on *sopas* at the long trestle tables in the Holy Ghost hall,” but it seems that what they really wanted was to wander freely and “check out the other young people in attendance” (30). Whether they actually knew or understood the religious and cultural meanings of this event we, as readers, do not know, but the narrator immediately provides the reader with the following information:

Many Portuguese families traveled for miles to attend Pentecost celebrations in various towns. The Holy Ghost was revered in the Azores as the special guardian of its nine islands, and most of the Portuguese immigrants in California were islanders. The characteristically Azorean celebration of the Festa do Divino Espírito Santo had become an indispensable part of maintaining the immigrant community’s unity and identification with the homeland. (30)

Perhaps, this is what this feast meant for the older generations, but for the younger ones, the more Americanized, it “was also a meat market” (30). The parents of this younger generation tried to “herd” their “unattached sons and daughters...to the annual *festas* in hopes of finding ethnically and religiously suitable partners” (30). The next generation, that is, Mary Carmen, the daughter of Paulinho (Teresa’s granddaughter), is dating a young man from the mainstream, Gerry Chamberlain. From one generation to the next, ethnicity inexorably dissolves into the wider American mainstream.

What really matters at the end of this novel now is finding some family member who might be willing to carry the family legacy and business when most of the family is either dead, scattered or has pursued another career other than the family’s dairy business. (Paul through higher education or Paulinho fixing TVs). In “January 2006- Legacy” – the hope lies in Paulinho’s grandson, that is, Hank’s son, for the baby’s first word was neither “mama” or “dada.” The boy’s first word was ‘cow’” (324). When this boy becomes a grown man, it is quite probable that he will have no Portuguese ethnic signs to display. In this sense, Julian Silva confirms my view of this novel as a story focusing on assimilation, a “saga covering many generations of an immigrant family” in which the “obvious objectives is to show the gradual, but inexorable, assimilation of old world traditions into a new and overwhelming culture.” This novel traces the gradual, that is, generational disappearance of one’s country of origin to create what J. Hector St. John de Crèvecoeur, in *Letters From and American Farmer* (1782) has postulated as this “new man,” who is quintessentially American. Worth keeping in mind, nonetheless, is that with *Land of Milk and Money* we are given a truly unique and the most up-to-date fictional piece of writing about the role of the Portuguese in the California dairy industry.

As this exposition and discussion have shown, I attempted to pinpoint in this essay the origins, development, adaptation and dissemination of the Holy Ghost festivities into the wider Portuguese diasporic world. What started in the Middle Ages as the Friar Joachim’s response to biblical exegesis to King Dom Dinis’ and the Queen Saint Isabel’s accommodation of charity and a miracle to understand the Holy Trinity’s sacred ways to this ritual of feeding the poor in the Azores after it having been peopled and much later on carried to the North American diaspora – and elsewhere – we witness in these writers’ accounts of the Holy Ghost feast in California a more mundane attachment. Whether it was a means to feed the imagination of a grandson, who thrived on stories from his grandparents to help him fall asleep, to the showing off of the Queen’s luxurious outfit to attract an all-American boyfriend or simply to have fun; or simply eat a Holy Ghost meal at a yearly gathering at the feast and find a suitable mate to marry, we have come to the conclusion that from one century to the next or from one generation to the next, the original meaning of the Holy Spirit has undergone a radical change and may have completely eclipsed from what it was originally understood as. With these writers, at least, we can witness how it is slowly being dissolved into the huge American cauldron of ethnic depersonalization.

Works Cited

Barcellos, Anthony (2012), *Land of Milk and Money*, Dartmouth, MA: Tagus Press, University Press of New England.
Boelhower, William (1987), *Through a Glass Darkly: Ethnic Semiosis in American Literature*, New York: Oxford UP.
Freitas, Vamberto (2015), “Califórnia, ou o país de Deus.” *Açoriano Oriental* Web. 10 March. <<http://www.acorianooriental.pt/artigo/california-ou-o-pais-de-deus>
“California, or God’s Country”. Trans. Katharine F. Baker and Bobby J. Chamberlain.

Gardaphé, Fred L (1996). Italian Signs, American Streets: The Evolution of Italian *American Narrative*. Durham and London: Duke UP.

Goulart, Tony P. (2002), The Holy Ghost Festas: A Historic Perspective of the *Portuguese in California*. San Jose, CA: Portuguese Chamber of Commerce of California. Web 4 July 2019 <http://www.sjsu.edu/faculty/watkins/holyspirit.htm>.

Leal, João (2019), “Festas do Espírito Santo.” Centro em Rede de Investigação em Antropologia, FCSH (UNL). Web 5 July 2019. <http://festasdoespiritosanto.pt/mapas>.

Lewis, Alfred (2005), *Sixty Acres and a Barn*. Ed. Frank F. Sousa. North Dartmouth, MA: U of Massachusetts Dartmouth.

Oliveira, David (2017), *As Everyone Goes*, Cambodia: TreeHouse Press, 2017.

----- (2000), *In the Presence of Snakes*, Santa Barbara, CA: Brandenburg Press.

----- (2008), *A Little Travel Story*, Brownsville, VT: Harbor Mountain Press.

Pap, Leo (1981), *The Portuguese-Americans*, Boston: Twayne.

Silva, Julian (2011), “Review by Julian Silva of ‘Land of Milk and Money’.” *Comunidades Web*. 29 Nov. <<http://www.rtp.pt/icmblogs/rtp/comunidades/?k=REVIEW-by-JULIAN-SILVA-of--Land-of-Milk-and-Money-Anthony-Barcellos.rtp&post=42466>.

Vaz, Katherine (1997), *Fado & Other Stories*, Pittsburgh, PA: U of Pittsburgh P.

----- (2008), *Our Lady of the Artichokes and other Portuguese-American Stories*, Lincoln and London: U of Nebraska P.

----- (1994), *Saudade*, New York: St. Martin’s.



28. ROLF KEMMLER, ACADEMIA DE CIÊNCIAS DE LISBOA, UTAD VILA REAL – ALEMANHA

TEMA 3.4. SÃO MIGUEL E OS SEUS HABITANTES EM A SUMMER TRIP TO THE ISLAND OF ST. MICHAEL, THE AZORES (1872) DE RUPERT SWINDELLS (1835-1908), ROLF KEMMLER (VILA REAL)*

1 Introdução

Apesar de termos conseguido oferecer as respetivas referências bibliográficas no nosso levantamento preliminar dos elementos da literatura de viagens anglófona sobre o arquipélago açoriano (Kemmler 2012), foi só muito recentemente que conseguimos obter acesso a um exemplar da (hoje) raríssima obra que o engenheiro britânico Rupert Swindells (1835-1908) publicou como edição de autor. No seu opúsculo, Swindells relata a viagem que empreendeu durante o mês de julho de 1876, a fim de travar um melhor conhecimento da ilha que já tinha conhecido no âmbito de uma viagem anterior desde 1858. Na senda das nossas outras contribuições sobre a literatura de viagens anglófona oitocentista, pretendemos identificar as observações mais relevantes que o autor tece sobre a ilha de São Miguel e os seus habitantes.

2 O autor Rupert Swindells (1835-1908)¹²⁵

Natural da cidade inglesa de Manchester, Rupert Swindells nasceu aos 20 de junho de 1835 como sexto de oito irmãos, sendo filho do empresário William Swindells (ca. 1795-1840) e da sua mulher Hannah Swindells (em solteira Wimpenny, 1805-1877). Engenheiro de formação, tal como indicado no rosto da sua obra, foi sócio da sociedade britânica de engenheiros civis, conhecida como *Institution of Civil Engineers* e da *Royal Meteorological Society*. Como empregado do engenheiro escocês Sir James Brunlees (1816-1892), Swindells esteve envolvido desde 1860 até 1864 na primeira fase da construção *São Paulo Railway* (SPR) durante quatro anos (Swindells 1877: 17-18-19). É uma linha de ferro de 159 km entre o Porto de Santos e Jundiá (SP) que de facto constituiu a primeira ferrovia naquele estado brasileiro (e a segunda de todo o Brasil). Para além do seu contributo pessoal para a história económica do Brasil, a permanência de Swindells no Brasil foi imprescindível, pois facultou-lhe a necessidade de aprender a língua portuguesa, como afirma o próprio autor:

Although thirteen years had elapsed since I returned from Brazil, where we were obliged to learn the Portuguese language, still the words came readily when I had to talk with boatmen and drivers about charges (Swindells 1877: 25).

Tendo-se reformado em 1900, Rupert Swindells passou o resto da sua vida a viver em Birkdale, Southport (perto de Liverpool), onde faleceu no dia 27 de fevereiro de 1908 (cf. Birkdale Cemetery s. d.).

3 A obra *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores*

Com um total de sete litografias que se baseiam em trabalhos do nosso autor, a obra *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores*, foi publicada por Rupert Swindells em 1877 como edição de autor para ser circulada entre os seus amigos, sendo a obra impressa pela tipografia R. & R. Clark em Edinburgh, na Escócia. O opúsculo tem [X], 129 páginas em nove capítulos e vem complementado por seis apêndices documentais (páginas 131-172).

A obra é dedicada «To the Memory of my Beloved Mother» (Swindells 1877: [v]), isto é, à memória de Hannah Swindells, que tinha falecido em 28 de março do mesmo ano. A obra, de que se conserva um exemplar na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, é raríssima, pelo que não admira que não seja referenciada na geralmente bem informada *Bibliografia Geral da Açorianidade* de Chrys Chrystello.

4 Rupert Swindells e São Miguel

Como afirma logo no capítulo introdutório, Rupert Swindells travou o primeiro conhecimento com São Miguel, quando, em novembro de 1858 estava a bordo do vapor inglês *RMS Atrato* (1853), no qual tinha embarcado para viajar a Jamaica. Neste âmbito, partilhou a viagem com figuras tão eminentes como o escritor britânico Anthony Trollope (1815-1882) e o engenheiro americano Samuel Morse (1791-1872), entre outros (Swindells 1877: 1-3). Tendo passado novamente pelo arquipélago por causa do seu já referido trabalho como engenheiro na ferrovia da *São Paulo Railroad* entre inícios de 1860 e fevereiro de 1864 (Swindells 1877: 1-3), o autor resolveu voltar a visitar São Miguel no verão de 1876 (Swindells 1877: 11). Assim, saiu em Southampton na segunda-feira, 10 de julho de 1876, chegando a Lisboa às seis da tarde do dia 13 (Swindells 1877: 14). Em Lisboa, embarcou no vapor / veleiro *Atlântico* (que pertencia à *Empresa Insulana de Navegação*, sediada em Ponta Delgada desde 1871 até 1877)¹²⁶ no dia 15 de julho, chegando a Ponta Delgada quatro dias depois. Como voltou a embarcar já no dia 28 de julho do mesmo ano (Swindells 1877: 122), pode dizer-se que a redescoberta de São Miguel pelo nosso autor não durou muito mais do que oito dias.

* Sócio Correspondente Estrangeiro da Classe de Letras da Academia das Ciências de Lisboa (ACL) e investigador do Centro de Estudos em Letras (CEL) da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD). O CEL é uma unidade de investigação financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (UID/LIN/00707/2019).

¹²⁵ Este capítulo somente conta com uma biografia muito resumida do autor. Para mais informações, remetemos para a respetiva nota biobibliográfica mais elaborada, submetida á revista *Insulana: Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada* (Kemmler no prelo).

¹²⁶ Swindells (1877: 123) afirma ter sido informado por telegrama aos 6 de maio de 1877 que o navio açoriano afundou no Tejo quando bateu contra o Cruzador-Couraçado Vasco da Gama (1876), vindo parar numa profundidade de 14 'fathoms' (ca. 25.6 metros).

O seu percurso na ilha levou o autor em primeiro lugar a Ponta Delgada, onde, entre outras atividades, foi visitar os jardins botânicos particulares dos proprietários ponta-delgadenses José do Canto (1820-1898), José Jácome Correia (1816-1886) e António Borges da Câmara Medeiros (1812-1879):

The magnificent gardens belonging to several of the rich men of St. Michael's are unequalled anywhere in the world; and, partly owing to the peculiarity of its damp warm climate, trees from tropical grow alongside those . from colder countries. Senhor José do Canto, Senhor José Jacemo Correio [sic!], and Senhor Antonio Borges da Camara Madeiros [sic!],¹²⁷ own the largest gardens. All are beautifully and judiciously planted and laid out with considerable taste; each gentleman employs an English gardener; the first is said to have more than one thousand different kinds of trees [...].

In all these gardens there are walks, well shaded, in all directions, and occasionally there are places from which there are exquisite views, one such especially in the gardens of Senhor Jose do Canto (Swindells 1877: 55; 57).

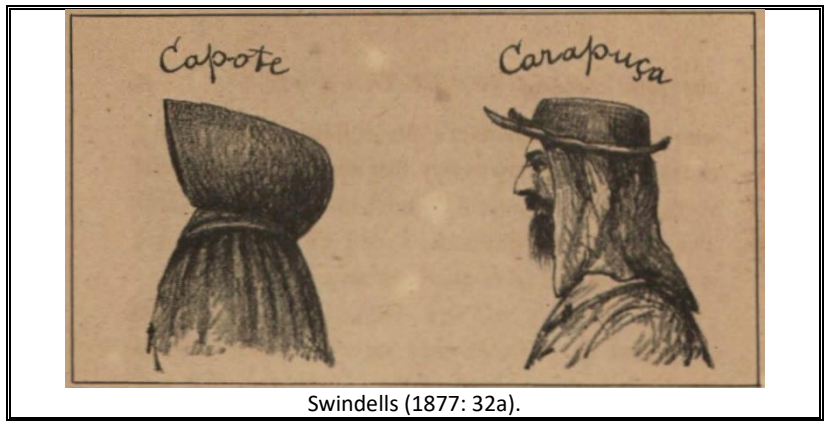
Quer durante a sua estada na capital da ilha, quer ao longo da sua viagem para as Furnas e as Sete Cidades, o seu opúsculo está repleto de observações próprias da esfera de interesse de um engenheiro civil (p. ex. Swindells 1877: 57-61). Mas também se encontram muitas observações pertencentes a elementos da flora e fauna (p. ex. Swindells 1877: 65-66; 67, 85, 86-87,¹²⁸ 90-91) e sobre as principais atividades agroeconómicas que estava a observar (p. ex. sobre a laranja: Swindells 1877: 102-105; o ananás: Swindells 1877: 105-108; a baleação: Swindells 1877: 105-108).

No entanto, nem todas destas informações tão específicas são da pena do nosso autor, como se vê no seguinte trecho:

Agoa de Pao is not many miles from Villa Franca, on the road to the "Cidade," and has several imposing looking churches and good houses. Here, in 1859, was inaugurated a noted musical band called the "União". In this town there was an odd custom of wearing only one boot, leaving the other foot bare: "Um dos costumes que distinguia os moradores da classe baixa d'esta localidade, era o uso singular, e talvez sem exemplo, de trazerem um pé calçado e o outro descalço, vindo assim á cidade ou villas; mas hoje raros são aquelles que usam tão caricato como encommodo costume" (Swindells 1877: 39).

Tanto a informação sobre a primeira banda de música de Água de Pau, como o relato do hábito de os pobres só terem usado um sapato vêm, *ipsis verbis*, do *Album Michaelense* (1869) de Joaquim Cândido Abranches (1830-1912).¹²⁹ Pouco admira que também Swindells (1877), como muitos autores antes dele, faça questão de se referir aos dois elementos mais icónicos do traje micalense, o capote e a carapuça:

The dress of the women was one of the first things which struck me as peculiar, certainly not pretty; even though the weather was so hot, they wore their "Capotes" as they are called. Mark Twain, in his Innocents Abroad, humorously describes those he saw in the island of Fayal, thus, "This hood is of thick blue cloth, attached to a cloak of the same stuff, and is a marvel of ugliness. It stands up high, and spreads far abroad, and is unfathomably deep. It fits like a circus tent, and a woman's head is hidden away in it like a man's who prompts the singers from his tin shed in a stage of an opera. There is no particle of trimming about this monstrous capote, as they call it. It is just a plain, ugly, dead blue massif sail, and a woman can't go within eight points of the wind with one of them on, she has to go before the wind, or not at all. The general style of the capote is the same in all the islands, and will remain so for the next ten thousand years, but each island shapes its capotes just enough differently from the others to enable an observer to tell at a glance what particular island the lady hails from". The men too have a peculiar head covering, called a "Carapuça" made also of dark blue cloth, with a large peak in front projecting six to eight inches like a shovel, and turned up like a horn on each side, and with a fall or flap behind and at the sides, which covers the neck and shoulders, protecting them from either sun or rain, and which can be buttoned under the chin. The general dress of the men is also dark blue. My sketch may afford some notion of the male and female headgear of the people of St. Michael (Swindells 1877: 47-48).



Como anunciado, a citação oferecida por Swindells (1877) deve-se ao escritor americano Samuel Longhorn Clemens (1835-1910), que ironiza sobre o capote no âmbito do seu retrato das gentes do Faial (Twain 1869: 51-52). Tal como menos bem sucedidamente o fizera Twain (1869: 52) do capote, o nosso autor faz questão de oferecer a uma litografia destes elementos do traje micalense.

Podíamos apresentar as citações de Swindells (1877) sobre a suposta superioridade física dos micalenses em relação aos portugueses do continente, bem como as suas caraterísticas pessoais, os passatempos, as superstições, os hábitos religiosos, etc.¹³⁰ Prescindimos, porém, de o fazer, já que os respetivos trechos denotam correspondência textual quase integral com a obra anterior de Boid (1834), pois parece-nos evidente que Swindells, ao longo dos meros oito dias em que esteve na ilha, não se deve ter preocupado tanto com o povo rural da ilha, do que com a *high society* anglófona micalense que encontrava e que o acolhia.

No seguinte parágrafo, o nosso autor observa a forma como a população das Furnas aproveita as caldeiras, destacando ainda o inhame como ingrediente típico para o cozido das furnas:

The country people save considerable fuel in cooking by these fountains; they place their culinary utensils over the hot springs, or upon some of the steaming crevices; and their cattle by instinct or experience approach these places to clear themselves of vermin, by standing in the sulphurous steam. All around the desolate-looking square quarter of a mile where these springs exist, the vegetation, instead of suffering from the various vapours, seems to thrive exceedingly well, especially a vegetable called here "ignami " or Caladium esculentum, which grows luxuriantly along the banks of the streams, the roots being swamped with the hot water on its way to form the river Quente; these vegetables are considered the finest in the island, and more valued than any other of their kind (Swindells 1877: 76).

Ainda nas Furnas, o nosso autor observa a forma de viver do povo daquela terra:

¹²⁷ Fazendo hoje parte do espólio da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada, o livro pertenceu originalmente à biblioteca particular do bibliófilo Ernesto do Canto (1831-1900) que corrigiu os dois nomes em Swindells (1877: 55), mas também noutros lugares.
¹²⁸ Ao falar das plantações de José do Canto e da Capela de Nossa Senhora das Vitórias na Lagoa das Furnas (inaugurada em 1886), o nosso autor fala das Araucárias (que identifica pelo sinónimo de *araucaria excelsa*) que já então eram dignas de atenção. Hoje, é precisamente nesta mesma zona que se encontra a «[...] maior Araucaria (*Araucaria heterophylla*) classificada da Europa» (PRC 06 SMI: 2)!
¹²⁹ Até mesmo com a grafia algo esquisita 'encommodo', a citação *supra* é inteiramente retirada de Abranches (1869: 85). Já a frase «Também ha n'este logar uma banda de musica inaugurada a 16 de janeiro de 1859, com o nome de =União» obviamente foi traduzida pelo nosso autor.
¹³⁰ Por ser mais pertinente no artigo que se ocupa com as fontes da obra de Swindells (1877), este estudo encontra-se feito em Kemmler (no prelo).

Anuário 2019 colóquios da lusofonia

The people of the village are poor, and many of their houses are by no means comfortable, having mud floors and thatched roofs. The peasants are kindly and hospitable; some of the children very pretty; occasionally you see them with black hair and shining eyes, like Spanish gipsies, while others are fair, with flaxen hair and dark blue eyes; but all lacked the rosy cheeks and cherry lips Englishmen so much admire. The men have exceedingly good teeth: my donkey-driver, who was a decidedly handsome fellow had teeth so regular, and of such pearly whiteness, that I think an American dentist, even, could not have copied them perfectly. I often made him laugh in order that I might see his teeth. As we three were walking beyond the "Caldeiras", we were caught in a heavy shower, so took shelter in one of the thatched cottages, and the woman was exceedingly polite, offering us everything she could while we remained under her roof, chatting pleasantly, and amusing my Lisbon friends with the peculiar patois of the island (Swindells 1877: 80-81).

Sendo simpáticos o hospedeiros, o descritor mais importante do povo da aldeia é de serem pobres, a viver em casas de terra batida e com telhados de palha. O dialeto micalense, enfim, somente lhe vale a classificação como 'peculiar patois of the island'... A seguinte descrição das casas de Ponta Delgada parece-nos bastante adequada perante o centro histórico de hoje:

The houses were two and three stories in height, very substantially built of lava, with immensely thick walls to withstand the occasional shocks of earthquake to which they are subject. Some of the exteriors are covered, as in Portugal, with dark blue-and-white patterned glazed tiles, but oftener with plaster, whitewashed, except the cornerstones, doorways, and basements, which are carefully cut basaltic or other volcanic stone of a dark neutral tint. Most of the houses have balconies to the first-floor windows, the latter opening to the floor as in France. The insides of the large old houses are seldom comfortable, at least to the ideas of an Englishman; the ground floors are generally occupied by stables, which always cause the rooms above them to have an unpleasant smell, and they are often infested with disagreeable insects. The exterior of some of the houses belonging to the nobility of the island are very imposing; but of these, being there so short a time, I had little opportunity of seeing the interiors (Swindells 1877: 46).

É evidente que no entanto muitas casas passaram a adotar uma estrutura diferente, especialmente no que concerne aos estábulos no rés-do-chão e o cheiro que estes emitiam.Nas suas brevíssimas informações sobre as outras ilhas do arquipélago, é de destacar a seguinte notícia dos fósseis da ilha de Santa Maria:¹³¹

All the islands are volcanic, and only in one, "Santa Maria", has any stone been found not igneous, a limestone, in which several submarine fossils appear; this rests upon, and is again covered by, basaltic lava, scoria, and conglomerate (Swindells 1877: 116).

Deixando de lado o afirmado por Godman (1870), parece aqui que Swindells terá sido o primeiro dos nossos autores anglófonos a preocupar-se com os fósseis de Santa Maria – uma ilha que nunca visitou pessoalmente, pois não chegou a desembarcar com o resto dos passageiros (Swindells 1877: 7-28). No entanto, não se pode esquecer que os geólogos alemães Georg Hartung (1822-1891) e Heinrich Georg Bronn (1800-1862) já tinham estudado os fósseis de Santa Maria na sua obra *Die Azoren in ihrer äusseren Erscheinung und nach ihrer geognostischen Natur* de 1860. Para terminar, não podemos deixar de citar a forma como Swindells descreve a Graciosa que nos acolhe tão bem no XXXII Colóquio da Lusofonia:

Directly north of São Jorge is the island called "Graciosa", with its town of Santa Cruz. This is one of the smallest of the islands, and is exceedingly pretty, or graceful, as its name signifies. It is highly cultivated, and produces a large quantity of wine, which is consumed in the islands: the only manufacture is brickmaking (Swindells 1877: 118-119).

Escusam-se mais comentários pois, apesar de todos os louvores merecidos, é evidente que o autor nunca chegou a visitar esta ilha...

5 Conclusões

Largamente desconhecida, a obra *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores* de Rupert Swindells talvez seja uma das obras menos originais entre a literatura de viagens dedicada aos Açores. Considerando que o autor na viagem em questão somente passou oito dias em São Miguel, realmente não se podia esperar observações muito mais profundas, pois de resto o autor fez aquilo que faziam todos os autores de obras congêneres anteriores e posteriores: foi beber na fonte de outros autores, ora identificando-os, ora não. Devido à sua atividade profissional, nota-se claramente um enfoque em aspetos de natureza prática, relacionados com a construção e com a economia. É um livro de leitura fácil, repleto de informações úteis que, enfim, eram destinadas a ingleses que também ponderavam visitar São Miguel, servindo os jardins de Ponta Delgada e as Furnas como destino favorito predefinido.

6 Referências bibliográficas

Abranches, Joaquim Candido (1869): *Album Michaelense*, Ponta Delgada: Typographia de Manoel Corrêa Botelho.

Birkdale Cemetery (s. d.): «Grave E/R3-5: Rupert Swindells, Helen Swindells | Birkdale Cemetery», Southport, Birkdale Cemetery, Section E, Row 3, Grave 5, http://birkdalecemetery.org.uk/grave-er3-5.

Boid, [Edward] (¹1834): A description of the Azores, or Western Islands: from personal observation, comprising remarks on their peculiarities, topographical, geological, statistical, etc., and on their hitherto neglected condition, By Captain Boid, late of H. M. F. Majesty's Navy, Knight of the most noble Order of the Tower and Sword, Corresponding member of the Antiquarian Society of Caen, Author of "Travels Through Sicily and the Lipari Islands;" and of "A History of the Various Styles of Architecture, London: Bull and Churton.

Chrystello, Chrys (ed.) (2017, II): *Bibliografia Geral da Açorianidade*, volume 2, Apoios técnicos e científicos por João Paulo Constância e Rolf Kemmler, Ponta Delgada; Lomba da Maia: Letras Lavadas; Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia.

Godman, Frederick Ducane (1870): *Natural History of the Azores or Western Islands*, London: John van Voorst.

Hartung, Georg / Bronn, H[einrich] G[eorg] (1860): Die Azoren in ihrer äusseren Erscheinung und nach ihrer geognostischen Natur, geschildert von George Hartung, mit Beschreibung der fossilen Reste von Prof. H. G. Bronn, nebst einem Atlas, enthaltend neunzehn Tafeln und eine Karte der Azoren, Leipzig, Verlag von Wilhelm Engelmann.

Kemmler, Rolf (2012): «Notas sobre a perceção dos Açores no mundo anglofono novecentista I: Os habitantes dos Açores segundo Thomas Ashe (1813) e Mark Twain (1869)», em: Associação Internacional dos Colóquios da Lusofonia (2012): *Atas / Anais do XVII Colóquio da Lusofonia (Lagoa, São Miguel, Açores): 30 de março a 3 de abril de 2012*, CD-ROM (ISBN 978-989-95891-9-3), ficheiro CD atas Lagoa 2012/atasXVIIlagoa2012.pdf, págs. 175-190.

Kemmler, Rolf (no prelo): «Notas biobibliográficas sobre o engenheiro inglês Rupert Swindells (1835-1908) e a sua obra *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores* (1877)», artigo submetido: *Insulana: Órgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada* ISSN 0872-6035.

PRC 06 SMI (s.d.) = «PRC 06 SMI Percurso Pedestre: Lagoa das Furnas, Ilha de São Miguel NOVA VERSÃO», em: http://trails.visitazores.com/sites/default/files/prc_06_smi_-_lagoa_das_furnas_nova_versao_0.pdf (ultima consuta: 29 de julho de 2019).

Swindells, Rupert (1877): *A Summer Trip to the Island of St. Michael, The Azores*, By Rupert Swindells, A. Inst. C.E., F. M. S., With Map and Illustrations, Manchester: Printed for Private Circulation [Printed by R. & R. Clark, Edinburgh].

Twain, Mark (¹1869): The Innocents abroad: or The New Pilgrims' Progress, being some account of the steamship Quaker City's pleasure excursion to Europe and the Holy Land, with descriptions of countries, nations, incidents and adventures, as they appeared to the author, With two hundred and thirty four illustrations, By Mark Twain (Samuel L. Clemens), Hartford; Newark; Toledo; Chicago; Cincinnati; St. Louis; San Francisco: American Publishing Company; Bliss & Co.; R. W. Bliss & Co.; F. G. Gilman & Co.; Nettleton & Co.; F. A. Hutchinson & Co.; H. H. Bancroft and Company.

¹³¹ Godman (1870: 337) oferece os seguintes esclarecimentos sobre o tópico: «This subject, as regards the Azores, has, so far as I am aware, been investigated by Hartung alone, according to whom the only stratified rocks (containing fossils of salt-water Mollusca) belong to the upper miocenc period, and are only found in Santa Maria, an island I did not visit».